

**O BRASIL DE GETÚLIO VARGAS
E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS:
1930-1942**

**O processo do envolvimento brasileiro
na II Guerra Mundial**

PADRÃO

LIVRARIA EDITORA

Rua Miguel Couto, 40 • Rio

Tele.: 221-1784 — 221-1756

BRASILIANA
(GRANDE FORMATO)
Volume 22

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Editoração: Ana Cândida Costa
Revisão de originais: Maria Aparecida Vidal

RICARDO ANTÔNIO SILVA SEITENFUS

**O BRASIL DE GETÚLIO VARGAS
E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS:
1930-1942**

**O processo do envolvimento brasileiro
na II Guerra Mundial**

Em convênio com o
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

companhia editora nacional

CIP-Brasil.

S839b Seitenfus, Ricardo Antônio Silva.
O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942 : o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial / Ricardo Antônio Silva Seitenfus. — São Paulo : Ed. Nacional ; (Brasília) : INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

Bibliografia.
ISBN 85-04-00206-3

1. Brasil — História — Getúlio Vargas, 1930-1945 2. Brasil — Relações exteriores, 1930- 3. Guerra Mundial, 1939-1945 — Brasil 4. Guerra Mundial, 1939-1945 — História diplomática I. Instituto Nacional do Livro. II. Título. III. Título: O processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial.

CDD:981.062
:327.81
:940.532281
:940.532481
CDU:981"1930/1942"

CCF/CBL/SP-85-1330

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Diplomacia : História : Relações internacionais 327.81
2. Brasil : Guerra Mundial, 1939-1945 : Relações diplomáticas : Estados Unidos : História 940.532281
3. Brasil : Guerra Mundial, 1930-1945 : Relações diplomáticas : Países do Eixo : História 940.532481
4. Brasil : Política externa 327.81
5. Vargas, Getúlio, 1930-1945 : Brasil : História 981.062

ISBN 85-04-00206-3
Foi feito o depósito legal

1985
ANO NACIONAL DA CULTURA

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Distribuição e promoção:

Rua Joli, 294 — Fone: 291-2355 (PABX)

Caixa Postal 5.312 — CEP 03016 — São Paulo, SP — Brasil

1985.

Impresso no Brasil

L'histoire est sans yeux et il faut donc rejeter sa justice pour lui substituer, autant qu'il se peut, celle que l'esprit conçoit.

A. Camus, L'été

A História é construída pelos homens e seus tempos, com interpretações e não com fatos, tal como as águas que sobem montanhas, ao invés de lançarem-se ao mar.

*A
Christiane,
companheira,
aos filhos Roman
Laetitia e Lucas,
que compartilharam
com essa experiência
única, esperando que
o Brasil deles seja o
Brasil sonhado.*

*A Walter e Maria de Lourdes,
meus pais, com saudade e carinho.*

SUMÁRIO

Prefácio, XIII
Introdução, XVII

LIVRO PRIMEIRO

O BRASIL E A FORMAÇÃO DOS BLOCOS: 1930-1937

Parte 1

A evolução interna do Brasil

- Capítulo I. A REVOLUÇÃO TRIUNFANTE, 4. a) As origens, 4. 1. Uma sociedade em mutação, 4; 2. As origens políticas, 10. b) O desenrolar da revolução, 13. c) Os novos atores, 27.
- Capítulo II. EVOLUÇÃO OU REVOLUÇÃO?, 36. a) O novo programa governamental, 36. b) O Governo Provisório (1930-1934), 38. c) O governo legal (1934-1937), 43. 1. A Constituição de 1934, 43; 2. A atitude da esquerda, 46; 3. A Ação Integralista Brasileira, 51.

Parte 2

O Brasil em face da situação internacional: 1930-1937

- Capítulo I. A REVOLUÇÃO DE 1930 E A NOVA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, 62.
- Capítulo II. O BRASIL PERANTE O III REICH, 68. a) A contribuição alemã à formação humana brasileira, 68. b) As relações comerciais, 76. c) A luta anticomunista germano-brasileira, 86. d) A influência nazi-germânica no Brasil, 91.
- Capítulo III. A ITÁLIA ENTRE A TRADIÇÃO E A SUBVERSÃO, 102. a) A contribuição italiana à formação humana brasileira, 102. b) A diplomacia tradicional, 109. c) A diplomacia subversiva, 113.
- Capítulo IV. OS ESTADOS UNIDOS PERANTE A NOVA SITUAÇÃO, 124. a) O fracasso do pan-americanismo coercitivo, 124. b) As dificuldades da coopera-

ção militar com o Brasil, 127. c) As pressões comerciais norte-americanas, 129. Avaliação geral, 133.

LIVRO SEGUNDO

A ASCENSÃO DOS PERIGOS E O PROGRESSIVO ENVOLVIMENTO BRASILEIRO: NOVEMBRO DE 1937 — AGOSTO DE 1942

Parte 1

O tempo das crises (novembro de 1937 — agosto de 1939)

- Capítulo I. O ESTADO NOVO, 140. a) O advento, 140. b) As características, 147. c) Esboço de comparação entre o EN brasileiro e os fascismos europeus, 151. d) As reações à implantação do Estado Novo, 156. 1. As reações no Brasil, 156; 2. As reações no exterior, 162.
- Capítulo II. O ROMPIMENTO COM O EIXO (NOVEMBRO DE 1937 — OUTUBRO DE 1938), 174. a) Introdução, 174. b) A crise italo-integralista, 175. c) O despertar do nacionalismo brasileiro, 177. d) A campanha nacionalista e a reação de Berlim, 182. e) A tentativa de golpe integralista e suas conseqüências, 195. 1. As reações no exterior, 198; 2. As suspeitas brasileiras e a atitude alemã, 200; 3. A questão da Federação 25 de Julho, 209; 4. A ruptura com Berlim, 214; f) As conseqüências da crise germano-brasileira, 222. g) Avaliação, 230.
- Capítulo III. A ESPERA (NOVEMBRO DE 1938 — AGOSTO DE 1939), 232. a) A aproximação brasileiro-americana, 232. b) O Brasil na Conferência de Lima, 235. c) A missão Aranha nos Estados Unidos, 240. d) O degelo germano-brasileiro, 246. Avaliação geral, 251.

Parte 2

Da neutralidade à tentação totalitária (setembro de 1939 — junho de 1940)

- Capítulo I. A NEUTRALIDADE, 256. a) A Conferência do Panamá, 256. b) A neutralidade brasileira, 266. c) As conseqüências, 269.
- Capítulo II. AS NEGOCIAÇÕES BRASILEIRO-AMERICANAS, 278. a) O alcance, 278. 1. Os fornecimentos militares, 278; 2. O projeto de defesa continental, 281; 3. A cooperação econômica, 285. b) Desenvolvimento e dificuldades, 287.
- Capítulo III. O IMPACTO DOS SUCESSOS MILITARES ALEMÃES, 294. a) O clima europeu, 294. b) O clima americano, 300. c) As repercussões no Brasil, 304. d) Vargas alimenta o sonho alemão, 306. 1. O discurso de 11 de junho, 308; 2. As reações, 310; 3. O discurso de 29 de junho, 317; 4. Uma tentativa de interpretação, 320. As perspectivas futuras, 322.

Parte 3

Do sonho alemão à realidade americana (julho de 1940 — dezembro de 1941)

- Capítulo I. A TENTATIVA DE REAPROXIMAÇÃO GERMANO-BRASILEIRA, 324. a) Os contatos secretos Vargas-Prüfer, 324. b) A Conferência de Havana, 330. c) Os limites da reaproximação germano-brasileira e a ação do Itamarati, 334.
- Capítulo II. OS ACORDOS BRASILEIRO-AMERICANOS, 337. a) Os sucessos imediatos, 338. 1. A cooperação econômica, 338; 2. As linhas aéreas do Eixo, 342. b) Negociações difíceis: a cooperação militar, 348. c) A eventualidade da entrada dos Estados Unidos na guerra, 357.
- Capítulo III. AS REAÇÕES DO EIXO, 361.
- Capítulo IV. O BRASIL DIANTE DE PEARL HARBOR, 366. Avaliação geral, 372.

Parte 4

*O tempo das decisões: o alinhamento brasileiro
(janeiro — agosto de 1942)*

- Capítulo I. A RUPTURA BRASILEIRA COM O EIXO E A APROXIMAÇÃO DEFINITIVA DOS ESTADOS UNIDOS, 374. a) As últimas tentativas do Eixo, 374. b) A Conferência do Rio de Janeiro, 380. c) O rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, 389. d) Os novos acordos brasileiro-americanos, 392.
- Capítulo II. O EIXO DIANTE DA NOVA SITUAÇÃO, 399. a) O integralismo e o Eixo preparam o pós-guerra, 399. b) O Eixo age: a frota brasileira é atacada, 406.
- Capítulo III. A DECLARAÇÃO DE GUERRA A ALEMANHA E A ITALIA, 414. Perspectivas futuras, 421.
- Conclusão, 423*
Anexos, 433
Bibliografia, 467
Índice, 483

ÍNDICE DOS MAPAS

| | |
|---|-----|
| Mapa 1 — A divisão político-administrativa da Federação brasileira e a localização dos Estados membros da Aliança Liberal. | 18 |
| Mapa 2 — Os limites da “zona de segurança” americana. | 261 |
| Mapa 3 — A importância estratégica do Nordeste brasileiro. | 284 |
| Mapa 4 — O arquipélago de Fernando de Noronha. | 285 |
| Mapa 5 — A posição da América Latina em face do Eixo após 1942. | 387 |
| Mapa A — A localização da imigração alemã no Brasil. | 69 |
| Mapa B — Localização das colônias alemãs pouco assimiladas. | 75 |
| Mapa C — A localização da imigração italiana no Brasil. | 106 |
| Mapa D — Localização das colônias italianas pouco assimiladas. | 108 |

ÍNDICE DOS QUADROS

| | | |
|--------------|--|-----|
| Quadro I | — Estrutura da Milícia Integralista. | 58 |
| Quadro II | — Evolução do comércio brasileiro com a Alemanha: 1933-1937 . | 81 |
| Quadro III | — Crescimento do comércio germano-brasileiro: 1933-1937. | 81 |
| Quadro IV | — A posição do Brasil no comércio exterior alemão: 1932-1938. . . | 82 |
| Quadro V | — Evolução do valor das exportações algodoeiras brasileiras: 1933-1936 | 82 |
| Quadro VI | — Quadro comparativo das importações algodoeiras alemãs provenientes dos Estados Unidos da América e do Brasil: 1929- 1938 | 83 |
| Quadro VII | — Divisão do comércio exterior do Brasil entre os Estados Unidos e a Alemanha: 1933-1938. | 84 |
| Quadro VIII | — Estrutura do NSDAP no Brasil durante o período 1933-1938 .. | 96 |
| Quadro IX | — Valor das importações brasileiras por país: 1934-1938 | 109 |
| Quadro X | — Exportações, importações e pagamentos da dívida externa: 1928-1938 | 165 |
| Quadro XI | — Evolução do valor das importações brasileiras por país: 1939- 1940 | 271 |
| Quadro XII | — Evolução do valor das exportações brasileiras por país: 1939- 1940 | 272 |
| Quadro XIII' | — Evolução das relações comerciais do Brasil com a Alemanha: 1938-1941 | 326 |
| Quadro A | — As escolas alemãs no Estado do Rio Grande do Sul: 1850- 1930 | 72 |
| Quadro B | — Número de alunos e escolas alemãs no Estado do Rio Grande do Sul: 1920-1935 | 73 |
| Quadro C | — Número de brasileiros natos que utilizam o alemão como língua principal no lar: 1940 | 74 |
| Quadro D | — Localização dos cidadãos italianos no Brasil | 104 |
| Quadro E | — Localização dos italianos no Brasil, segundo as autoridades italianas: 1927 | 105 |
| Quadro F | — Número de brasileiros natos que utilizam o italiano como língua principal no lar: 1940 | 107 |

SIGLAS

- AB — Arquivos manuscritos do Ministério brasileiro das Relações Exteriores (Itamarati).
- AGV — Arquivos particulares de Getúlio Vargas.
- AI — Arquivos manuscritos do Ministério italiano das Relações Exteriores (palácio Chigi).
- AIB — Ação Integralista Brasileira.
- AL — Aliança Liberal.
- ANL — Aliança Nacional Libertadora.
- AOA — Arquivos particulares de Osvaldo Aranha.
- ASW — Arquivos Secretos da Wilhemstrasse (publicados, versão francesa).
- DBFP — Documentos Britânicos de política externa (publicados).
- DDA — Arquivos manuscritos do Ministério alemão das Relações Exteriores (Wilhemstrasse).

- DDF — Documentos diplomáticos Franceses (publicados).
- DDI — Documentos diplomáticos Italianos (publicados).
- DGFP — Documentos Alemães de política externa (publicados, versão inglesa).
- DIP — Departamento de Imprensa e Propaganda do EN.
- EN — Estado Novo.
- IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- MRE — Documentos publicados pelo Ministério brasileiro das Relações Exteriores (Itamarati).
- MTIC — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
- NPB — Nova Política do Brasil (obra completa de Getúlio Vargas).
- NSDAP — Partido Nacional Socialista alemão do trabalho.
- PCB — Partido Comunista Brasileiro.
- RAPR — Relatório anual das atividades do Ministério das Relações Exteriores.
- RFRUS — Coletânea dos documentos diplomáticos dos Estados Unidos (publicados).
- TNP — Trabalhos não publicados.
- TO — Transocean — agência de imprensa alemã.

PREFÁCIO

Uma noite recebi em casa um jovem estudioso do Rio Grande do Sul, Ricardo Antônio Silva Seitenfus, que desejava conversar comigo sobre a tese que ia preparar, seguindo-se a do doutoramento. Era um moço de esplêndido aspecto físico, sadio, corado, forte, e logo ao começarmos nossa conversação senti que se tratava de um jovem competente, inquieto, inteligente, que buscava uma linha para sua tese, debatendo-a com os mais velhos e experimentados.

A tese devia ser sobre a política externa de Getúlio Vargas e suas conseqüências internas. Nesta época um aluno meu, Stanley Hilton, dedicava-se ao mesmo período e tema e buscava nas fontes alemãs os recursos documentais. Chamei-lhe a atenção sobre os estudos de Hilton, de grande sucesso no Brasil, originais, novos, verdadeiras contribuições aos estudos brasileiros, especialmente no campo da política externa — o mais pobre tema da historiografia brasileira — por influência da própria diplomacia brasileira, que fecha seus arquivos e não anima os estudos sobre sua ação, parte devido à formação portuguesa e a herança do sigilo, parte por temor da censura à execução contemporânea.

Logo me ocorreu a idéia de que este jovem bem preparado, inteligente, capaz — o que se percebe em cinco minutos de conversa —, que se ele ia preparar uma tese em Genebra, o que deveria fazer era estudar as fontes italianas e dar-nos uma visão das relações ítalo-brasileiras no período pré e durante a Segunda Grande Guerra Mundial.

Viveria perto, não lhe faltaria tempo de contato direto com as fontes diretas e estava certo de que ele traria para os estudos de política internacional brasileira uma contribuição séria, original, num período de marasmo da historiografia diplomática brasileira.

Fez a tese, cujo diretor foi o Professor Yves Collart, e quando da defesa fui convidado para fazer parte da Banca Examinadora, mas declinei pelas obrigações que me prendiam ao Brasil.

Toda a parte desde os fundamentos da política externa brasileira,

sobre a qual escrevi “The Foundations of Brazil’s Foreign Policy”, publicado no *International Affairs* (vol. 38, nº 3, July 1962), órgão do Royal Institute of International Affairs e não no *Latin American International Studies*, como aparece citado neste livro, lia-a como uma novidade para mim até o Caráter Nacional, tema que eu tinha estudado bastante e feito conferências na Escola Superior de Guerra, publicadas em forma de folhetos da ESG, e no meu livro *Aspirações Nacionais*.

A tese começa na apresentação de um mundo novo criado pelo uso documental, inteligente e a compreensão histórica de um jovem que não apresenta simplesmente uma tese, desenvolvida depois em doutorado, mas uma obra erudita, sábia, de imenso valor para a história diplomática brasileira.

Seitenfus compreendeu na parte inicial que, descrita a formação física continental, era preciso estudar a formação do povo brasileiro e de seus traços psicológicos principais que tornaram possível firmar o que foi de fato a unidade e a individualidade do País.

Ele só pôde desenvolver este estudo, escreveu ele mesmo, pela recente abertura dos arquivos diplomáticos brasileiros de numerosas fontes até hoje inexploradas e inacessíveis. Hoje se consultam esses documentos, mas ele desconhece a luta que os historiadores tiveram que enfrentar para abrir aqueles arquivos, e não foram abertos como um direito — parte da Declaração dos Direitos Humanos — mas como uma concessão que se pode retirar a qualquer tempo e sem prazos fixos, porque tanto se fecha um documento de cem anos como se abre outro de quarenta anos.

Chama muita atenção, e bem, o Autor sobre a ambigüidade da política brasileira e por isso a política externa livre — que eu chamei de própria e independente — teve grande repercussão na década dos 60.

A periodização seguida é exemplar. Num primeiro tempo até novembro de 1937 e em seguida a partir da instalação do Estado Novo, quando se seguiu uma cronologia internacional no interior do qual se distribuem os temas principais. Esta maneira de proceder se explica pela importância e originalidade da análise do período de novembro de 1937 a agosto de 1939.

Tudo foi cuidado com a orientação teórica do Autor: o método, as fontes, a crítica, a compreensão histórica, tudo é obra de grande historiador. Não repito aqui — por desnecessário, as grandes divisões periódicas — com que Seitenfus enriqueceu seu livro.

As perspectivas do futuro, que são a parte final da Parte 2, de setembro de 1939 a junho de 1940, revelam logo a força de sua capacidade de historiador, bem como a conclusão, a escolha real, os atores, seus atos e suas mudanças e a reviravolta final são modelares como compreensão histórica.

Completam o livro os Anexos, fontes alemãs e italianas inéditas (16 documentos), as fontes e os Arquivos, país por país, as entrevistas, os

testemunhos (isto é, os livros das testemunhas), e a bibliografia, obras particulares, gerais, trabalhos não publicados (teses de doutoramento), artigos, uma lista de periódicos consultados. A todo este conjunto ele deu o nome de Bibliografia.

Não posso me estender mais. O Autor não foi conciso, foi generoso, deve ter escrito tudo o que sabia — e era bastante. O livro é dele e merece ser lido e consultado por todos os estudiosos brasileiros, pois trata-se de uma das mais importantes obras históricas escritas sobre o Brasil, pela riqueza, pela amplitude das fontes, pelo domínio das línguas que sobre a matéria se escreveram, pelo conhecimento que acumulou e soube divulgar, numa construção modelar e pela compreensão generosa e exemplar do livro.

Não hesito em escrever que com esta obra nasceu no céu da historiografia brasileira uma estrela nova, que merece a admiração nacional. Por tudo isso merece o Sr. Jorge Yunes, Diretor-presidente da Companhia Editora Nacional, os maiores aplausos da cultura brasileira pelo apoio que dá à coleção e a livros como este. Aplausos ao grande romancista e meu prezado amigo Herberto Salles, durante cuja gestão se aprovou a publicação deste grande livro e ao culto e inteligente Fábio Lucas, meu querido amigo, em boa hora escolhido Diretor do Instituto Nacional do Livro, que colabora na ajuda à publicação de livros como este.

José Honório Rodrigues

INTRODUÇÃO

Longe dos principais teatros das operações militares, dotado de um exército fraco em efetivos e em equipamentos, o Brasil é um país marginal na história da Segunda Guerra Mundial. Como, a partir daí, avaliar o interesse de um estudo voltado para o conturbado período que conduziu esse país à guerra contra o Eixo, ao lado dos Estados Unidos da América?

O tema está apenas deslindado, subsistindo ainda muitas zonas de sombras quanto às circunstâncias que, por bem ou por mal, levaram os responsáveis políticos do Rio de Janeiro a engajarem o Brasil no conflito. Ao mesmo tempo, apesar da recente abertura dos arquivos diplomáticos brasileiros, numerosas fontes permanecem até hoje inexploradas, se não inacessíveis. Portanto, nosso trabalho tem como objetivo primeiro contribuir para preencher algumas lacunas de uma história que ainda tem longas páginas a serem escritas.

O Brasil quis participar da guerra? Ou, caso se prefira uma pergunta menos acadêmica, por que encadeamento de circunstâncias o país foi levado à guerra?

Evidentemente, um país de 8 511 000 km² e com 41 milhões de habitantes dificilmente podia deixar indiferentes os protagonistas de uma guerra que, pela presença de colônias européias, logo ameaçou atingir a América. No início, o Brasil não tem interesse direto no conflito. Esse imenso país, cuja independência política ainda é recente, mal começa a procurar o caminho de seu desenvolvimento econômico. E tão pouco foi realizado até então, que o desenvolvimento econômico é de início a principal preocupação dos responsáveis por sua diplomacia. A construção econômica e militar do Estado brasileiro moderno passa obrigatoriamente, portanto, pelas destruições da guerra?

Esse dilema, sem ser enunciado de modo explícito, estará constantemente presente em filigrana nas páginas que se seguirão, podendo ser lido por trás de todas as opções decisivas. A esse respeito, a história do Brasil nesse período conturbado tem algo de exemplar e pode servir como uma

espécie de modelo para numerosos outros Estados em desenvolvimento que estão em posição semelhante em face da guerra.

Pouco ou mal integrado nos circuitos da economia mundial, o Brasil dos anos anteriores à guerra sofre de outra fragilidade, esta de ordem política. É difícil prever o impacto das ideologias totalitárias que, oriundas da Alemanha, inflamam rapidamente a Europa. Ninguém poderia negar a existência, nos círculos políticos do Rio de Janeiro, da tentação totalitária, nem tampouco que a esta por vezes se sucumbiu no seio da oposição ou mesmo da equipe no poder. Mas com que pesos puderam ponderar essas simpatias por ideologias “exóticas” nos momentos-chave das opções que comprometiam o futuro do país? Em um país recém-independente, o sentimento nacionalista está quase sempre no coração da vida política. Foi por ele que passou a busca de uma nova identidade nacional. Na ausência de uma longa tradição, o sentimento nacionalista serve de catalisador. Em particular nos momentos de crise, pois somente ele pode, por definição, obter a unanimidade. Nas tempestades, portanto, ele se reforça, unindo todas as divergências em face das ameaças provenientes de fora. Contra a corrente dominante da historiografia brasileira, tentamos situar melhor essa força nacionalista no lugar central que lhe cabe. Resta saber de que nacionalismo se trata. E aí abre-se novamente o debate.

A ascensão dos regimes ditatoriais de tipo fascista na Europa é um dos fenômenos mais importantes do período entre guerras. Certas idéias-chave desses movimentos ultrapassam o quadro europeu, como, por exemplo, a necessidade de um executivo forte, a grandeza do Estado, o respeito absoluto pela hierarquia, o mito de um chefe carismático todo-poderoso, o partido único e mesmo os sinais distintivos exteriores.

Assim, no Brasil, movimentos de tipo fascista aparecem no primeiro plano da cena política durante a década de 20. São reagrupados a partir de 1932 sob a égide da Ação Integralista Brasileira (AIB). Mas se, até mesmo nas manifestações, bandeiras, camisas, braçadeiras e saudações, a organização da AIB é “importada”, ela também quer fazer do nacionalismo uma das bases de sua propaganda ideológica. Essa contradição manifesta não será a única desse período rico em peripécias. Que dizer, por exemplo, de Getúlio Vargas, a figura política mais marcante da época, que, ao mesmo tempo que impõe sua ditadura à frente de um Estado corporativista, o Estado Novo, esmaga e elimina o movimento fascista brasileiro?

Como julgar a ação de um ministro das Relações Exteriores que, durante vários anos e quase isolado dentro do governo por causa de suas simpatias democráticas, chega a desenvolver uma política pró-norte-americana nitidamente diferenciada da do chefe de Estado, tendo como única arma apenas sua ameaça de pedir demissão? As características próprias, ligadas aos costumes políticos do país, contribuem para esclarecer esses aparentes paradoxos. Todavia, para melhor compreender toda a ambigüi-

dade da política do Rio de Janeiro, é preciso também lembrar a presença no Brasil, desde o início do século XIX, das importantes colônias italiana e alemã, as quais seus países de origem pretendem “proteger”.

Esses poucos exemplos já permitem perceber até que ponto, em uma situação enredada, tudo pode tornar-se, para a história, questão de nuances e de interpretação. Está aí também a chave da ambigüidade da política que deverá ser adotada pelos governantes do Brasil.

É no seio de uma equipe governamental amplamente dividida no plano interno que se decidem as orientações da política externa, pois estas últimas dependem das lutas de influência dos principais atores. A evolução da política interna também merece atenção. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa ultrapassa o quadro da análise tradicional das relações internacionais. Isso também explica a periodização escolhida. Em um primeiro tempo — até novembro de 1937 — a divisão é temática e obedece aos grandes momentos da história interna brasileira. Em um segundo tempo, a partir da instauração do Estado Novo (EN), as grandes fases seguem uma cronologia internacional, no interior da qual se distribuem os temas principais. Esse método de procedimento é explicado pela importância e originalidade da análise do período que vai de novembro de 1937 a agosto de 1939. Importância, pois é durante essa fase que opções decisivas serão feitas, assumindo o nacionalismo posição bem particular; originalidade, porque o período é rico em acontecimentos e grande parte das fontes consultadas é inédita.

Os temas abordados na presente pesquisa não são unicamente diplomáticos. No que diz respeito às relações intergovernamentais, vários outros aspectos — tais como a propaganda ideológica, as relações econômicas, os fornecimentos de equipamentos militares, a luta anticomunista e, enfim, um aspecto pouco conhecido, a diplomacia secreta e paralela — tornam indispensável a multiplicação das fontes. A tarefa complica-se ainda mais quando é preciso tratar das colônias estrangeiras — italiana e alemã — instaladas no Brasil e sua importância nas relações entre o Rio de Janeiro e o Eixo. Como essa questão é vista por Roma e Berlim? Além do mais, qual é a natureza e o grau de lealdade dessas colônias para com o país de acolhida? A política externa brasileira é fruto da interação constante desses elementos tão diversos.

Uma segunda dificuldade importante a se apresentar no correr da pesquisa diz respeito às múltiplas faces da política externa brasileira. Ora por divergências políticas, ora por causa de rivalidades pessoais, os diferentes gabinetes Vargas jamais se apresentam unidos diante das principais questões que surgem para o país. A atitude incoerente e ambígua do Rio de Janeiro torna difícil a percepção de uma linha de conduta nos assuntos externos do país em um curto lapso de tempo. É apenas em períodos mais extensos que aparece uma certa constância.

A política externa brasileira é feita antes de tudo no Rio de Janeiro. A esse respeito, as embaixadas brasileiras desempenham um papel negligenciável, e por vezes contraditório, em relação à posição do Ministério das Relações Exteriores. No que diz respeito ao Eixo, há também divergências entre as tomadas de posição de suas respectivas embaixadas no Rio de Janeiro e as instruções recebidas de Berlim e de Roma. Um terceiro nível de oposição é o que existe em nome das rivalidades entre a Itália e a Alemanha. A partir disso, é impossível considerar como monolítica a posição do Eixo em face do Brasil. A interação desses diferentes elementos em níveis de decisão distintos dá origem a uma trama sutil, que varia constantemente segundo as circunstâncias. Nesse sentido, a única política que não sofre solução de continuidade é a dos Estados Unidos.

O período histórico que é objeto da presente pesquisa se delimita antes de tudo pela perspectiva brasileira. Começaremos pela análise das origens, do desenvolvimento e das conseqüências da revolução brasileira de outubro de 1930. Dois outros períodos se inscrevem no quadro definido por acontecimentos da política interna: o do Governo Provisório (1930-1934) e o do Governo Legal (1934-1937). O golpe de Estado varguista de novembro de 1937 e a instauração de um regime de tipo corporativista constitui o momento-chave na evolução da política interna e externa brasileira. A partir desse momento, a divisão cronológica obedecerá a uma periodização tradicional, já que convocará os acontecimentos internacionais mais marcantes: setembro de 1939 — início do segundo conflito mundial; junho de 1940 — queda da França; dezembro de 1941 — ataque de Pearl Harbor; para acabar em agosto de 1942, quando o Brasil declara guerra à Itália e à Alemanha.

O método baseia-se essencialmente na crítica e na confrontação das fontes de origens diversas. Essa maneira de proceder, que se resume a uma interrogação da história, tornou-se indispensável pela ausência relativa de pontos de referência e pelo desequilíbrio, por vezes digno de nota, das fontes consultadas.

De um lado, temos documentos numerosos e de qualidade originários do Eixo e dos Estados Unidos. Os documentos diplomáticos alemães, dos quais uma série foi publicada em inglês e em francês, são completados por uma avaliação dos arquivos da Wilhemstrasse depositados em Bonn. A posição italiana é analisada através dos documentos diplomáticos publicados e, sobretudo, dos arquivos inéditos do ministério italiano das Relações Exteriores. Do mesmo modo, a coleção dos documentos diplomáticos dos Estados Unidos dão um destaque considerável às relações com o Rio de Janeiro.

Em compensação, a documentação brasileira atualmente disponível é de peso desigual e, sob vários aspectos, bem menos rica que as fontes estrangeiras. Depois de termos consultado os arquivos particulares de Getúlio Vargas e de Osvaldo Aranha, bem como o conjunto dos arquivos do minis-

tério brasileiro das Relações Exteriores, constatamos que vários problemas evocados na documentação estrangeira não encontram eco na do Brasil. Existem três explicações para essa situação: em primeiro lugar, a diplomacia brasileira é feita no Rio de Janeiro oralmente e não deixa, portanto, qualquer traço; em segundo lugar, as questões mais importantes das relações do Rio de Janeiro com o Eixo e os Estados Unidos foram encaminhadas de maneira secreta e confidencial pelos responsáveis brasileiros; por fim, pode-se julgar que a recente abertura dos arquivos diplomáticos brasileiros tenha sido precedida de uma seleção dos documentos.

A relativa pobreza dos arquivos brasileiros nos incita a recorrer à documentação dos outros ministérios e, sobretudo, das autoridades policiais responsáveis pela luta antinazista.

Por fim, a inexistência de arquivos da Ação Integralista Brasileira, assim como de documentos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), levamos a procurar esclarecer suas ações através da documentação disponível no estrangeiro.

A avaliação das fontes é bastante reveladora das dificuldades que puderam ser encontradas por um país jovem em suas relações com os principais beligerantes. Entre os dois extremos — o alinhamento com as democracias ou com os regimes totalitários que se defrontam — o Brasil navegará por muito tempo procurando, das rivalidades de seus parceiros, aumentar seu fraco poder de negociação. A via média é estreita, e, em lugar da imagem de uma trilha, é a imagem do martelo e da bigorna que acaba por vir à mente.

Ao longo das reviravoltas e do jogo das alianças, o sentimento nacionalista, ainda uma vez, é a única constante. O fenômeno surge bem claro no período rico de acontecimentos que precede o engajamento do Brasil na guerra. Seu desejo de independência se chocará constantemente com os limites muito estreitos da realidade.

A busca da autonomia passa, assim parece, pelo alinhamento. Nacionalismo *versus* dependência: jamais talvez na história do país a tensão entre essas duas forças pareceu mais evidente. Não se poderia esquecer que foi nesse contexto que se forjou o Brasil de hoje.

LIVRO PRIMEIRO

O Brasil e a formação dos blocos: 1930-1937

Parte 1 — A evolução interna do Brasil

Parte 2 — O Brasil em face da situação internacional: 1930-1937

PARTE 1

A EVOLUÇÃO INTERNA DO BRASIL

Em outubro de 1930, um movimento armado derruba o presidente em exercício — Washington Luís Pereira de Sousa — em benefício do gaúcho Getúlio Dornelles Vargas. Essa data marca o fim da Primeira República e o início da era varguista, que durará até 1945.

A revolução de outubro de 1930, é, a um tempo, a culminação de uma evolução geral — social e econômica — da sociedade brasileira nos primeiros quarenta anos do regime republicano e, principalmente, um movimento de caráter político. Traz para o primeiro plano da cena nacional novos e jovens atores, que até então haviam tido apenas uma atividade regional.

Depois de uma primeira fase de governo “provisório”, mas que de qualquer modo durou quatro anos, os vencedores de 1930 são forçados — em virtude de uma oposição crescente — a convocarem eleições para uma Assembléia Constituinte em 1933. Esta redige uma nova constituição para o país e confirma Getúlio Vargas na presidência da nação até 1938.

A fase legalista que começa em 1934 com a adoção de uma constituição não basta para esconder o poder pessoal de Getúlio Vargas, que na verdade é o símbolo do movimento vitorioso de 1930. Cresce o número de descontentes, tanto mais que a esquerda brasileira adota a tática da frente popular e já em 1935 consegue transformar-se, após poucos meses, em uma importante força de oposição. De seu lado, os movimentos de direita e de extrema direita, reagrupados sob o nome de Ação Integralista Brasileira (AIB), inspiram-se progressivamente nas ideologias totalitárias européias — em particular no fascismo e no salazarismo — e também se tornam uma importante forma de contestação do poder. Apesar de tudo — e às vezes contra todos — Getúlio Vargas conseguirá manter-se no poder para além mesmo de seu mandato constitucional de 1934. Como isso foi possível? Eis a interrogação principal, que as páginas seguintes se esforçarão por responder.

CAPÍTULO I

A REVOLUÇÃO TRIUNFANTE

a). As origens

A revolução de outubro de 1930 é sobretudo um movimento político em que o fator humano — a atitude dos principais atores — desempenha um papel preponderante. Isto é, o movimento revolucionário depende menos da crise das estruturas fundamentais da sociedade que da ação de certos políticos. O que não impede que essa revolução seja a culminação, no plano político, de uma evolução geral da sociedade brasileira durante as três primeiras décadas do século XX.

1. UMA SOCIEDADE EM MUTAÇÃO

A sociedade brasileira conhece profundas conturbações depois da proclamação da República. Se até 1888 — ano da abolição do regime de escravidão — a sociedade brasileira é apenas uma sociedade de “mestres e escravos”, na expressão de Gilberto Freyre, as primeiras décadas do século XX vão trazer mudanças profundas em todos os níveis. Antes de tudo, uma “explosão” demográfica, já que o número de habitantes do país, que em 1890 é de apenas 14 300 000, passa em 1920 a 30 600 000¹. A população duplica em trinta anos, o que se explica em parte pelo aumento da esperança de vida, mas também pela chegada maciça de imigrantes, sobretudo italianos e japoneses. Durante esse período, o crescimento do número de habitantes é de 213,73%, o que representa um crescimento anual da ordem de 3,79%.

O crescimento demográfico é acompanhado de um impulso urbano bastante sensível. A urbanização é sentida sobretudo na região Sul e Sudeste, e uma cidade como São Paulo, por exemplo, vê sua população multiplicar-se por dezoito entre 1872 e 1920². O fenômeno de urbanização só é

(1) IBGE, *Recenseamento demográfico*, 1940, p. 1.

(2) BUESCU, M. e TAPAJÓS, V. *História do desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. A Casa do Livro, 1969. p. 91. O aumento do número de habitantes das cidades com mais de 50 000 habitantes durante o período 1872-1940 é o seguinte:

possível graças a uma mobilidade — essencialmente geográfica — bastante acentuada da sociedade brasileira. Sem dúvida, as regiões que mais se beneficiam dessa mobilidade são as que conhecem o maior desenvolvimento econômico, pois as migrações internas são ditadas antes de tudo por considerações de salário, de emprego e de nível de vida. É também em direção às regiões onde a cultura do café — produto de base da economia brasileira — é feita em larga escala, como São Paulo, que essa massa humana móvel vai deslocar-se³.

O impulso demográfico e a concentração da mão-de-obra nos centros urbanos contribuirão para o aparecimento do fenômeno industrial. Certamente, não se trata, durante esse primeiro quarto do século XX, de uma industrialização tal como é concebida atualmente. Mas sim, de um aumento sensível do número de oficinas, de pequenas fábricas e manufaturas artesanais ligadas a atividades semi-industriais. Cresce o número dessas oficinas, a que as estatísticas oficiais brasileiras chamam com muita pompa de “estabelecimentos industriais”. Assim, em 1907, o país conta apenas com 3 258 “estabelecimentos industriais” que empregam 150 041 operários⁴. Em 1920, esse número se eleva a 13 336, com 275 512 pessoas empregadas⁵.

A concentração industrial se fará também no Sul e mais particularmente no Sudeste, nos arredores da cidade de São Paulo. Os desequilíbrios regionais entre um sul rico e desenvolvido e um norte e nordeste pobres e relegados se tornarão mais agudos. Com efeito, o processo de industrialização do país beneficiará antes de tudo à região Sudeste — São Paulo, que é

1872 — 11,5%

1890 — 12,4%

1900 — 17,3%

1920 — 23,2%

1940 — 31,2%

Esses dados são extraídos de CARDOSO, F. H. “O Sistema oligárquico nos primeiros anos da República”. In: *O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel, v. III. p. 20. Ver também HUGON, P., *Demografia...*, *op. cit.* p. 231.

(3) Os dados estatísticos brasileiros — oficiais e particulares — devem ser considerados com muito cuidado. Às vezes, constatam-se inexactidões importantes em várias estatísticas, como a relativa à população do país em 1920. Como queremos fornecer apenas uma idéia geral sobre a evolução da sociedade brasileira e já que essas estatísticas são as únicas fontes disponíveis, não podemos deixá-las de lado.

(4) PRADO JÚNIOR, C. *História...*, *op. cit.* p. 260.

(5) FAUSTO, B. *A Revolução de 1930; Historiografia e História*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1975. p. 19. Consultar também a interessante obra de VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA, 1973, sobretudo as páginas, 179-218. Apesar de os autores não relacionarem entre si os fatores sociais, econômicos e políticos, sua obra dá uma idéia bastante fiel da evolução econômica e da mudança da estrutura de produção brasileira durante as primeiras décadas do século XX.

atualmente o centro industrial mais importante da América ibérica —, ao passo que o Norte e o Nordeste continuarão à margem do desenvolvimento.

A questão se encontrará no centro das preocupações brasileiras a partir de 1930. Os revolucionários de outubro de 1930 rapidamente se dão conta de que, para passar de um estádio de simples oficinas artesanais para o de uma verdadeira industrialização, é preciso que se lance uma “indústria de base” e, em particular, a indústria siderúrgica. A solução para essa questão é condição indispensável para que o Brasil conheça um impulso industrial. A esse respeito, a indústria siderúrgica ocupará lugar de destaque no programa de desenvolvimento econômico brasileiro durante o período 1937-42.

A urbanização, o aumento do número de “estabelecimentos industriais” e a chegada de imigrantes —, com uma consciência política, sobretudo entre os italianos, faz aparecer um componente social desconhecido até então: a classe operária. No rastro da revolução soviética, formam-se núcleos comunistas, e em 1922 o Partido Comunista Brasileiro (PCB) surge em São Paulo. As dificuldades que experimenta o mundo operário durante a Primeira República (baixos salários, desemprego, vida cara, insegurança nas condições de trabalho, ausência de seguro social) levam o proletariado brasileiro nascente a desenvolver ações reivindicatórias. São organizadas greves e, quando o minúsculo PCB se estrutura um pouco, é a ele que cabe a organização das lutas sociais⁶. Conseqüentemente, a sociedade brasileira experimenta uma evolução extremamente rápida, pois em um lapso de tempo muito reduzido — 1888 a 1920 — passa de sociedade escravagista a uma outra em que a luta de classes aberta é pregada por algumas vozes — sem grande sucesso, é verdade⁷.

O papel menor desempenhado pelo proletariado brasileiro faz com que ele não possa pretender colocar em questão a dominação de uma oligarquia formada essencialmente de grandes proprietários rurais e de plantadores de café. Surge então um outro movimento contestário — porta-voz das classes médias, conhecido sob a denominação de movimento “Tenentista”. Seu nome é devido à situação de seus membros: jovens tenentes das Forças Armadas que, cansados das fraudes eleitorais e da falta de probidade dos

(6) Ver o testemunho de um militante comunista brasileiro de primeira hora: DIAS, E., *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977. 330 p., bem como a excelente obra de DULLES, J. W. F., *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977. 448 p. (versão original inglesa: *Anarchists and Communists in Brazil, 1900-1935*, Austin, University of Texas Press, 1973). O autor ressalta em especial o papel da imigração — sobretudo italiana — na organização do proletariado brasileiro. Este último caracteriza-se em seus primórdios por uma forte inspiração anarquista, a exemplo da “colônia Ceclia”, formada no final do século XIX por imigrantes italianos. Sobre a vida e a morte dessa colônia ver STADLER DE SOUZA, N., *O anarquismo da Colônia Ceclia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970. 193 p.

(7) DULLES, J. W. F., *Anarquistas...*, *op. cit.*, pp. 160 e ss.

políticos no poder, reclamam fortemente, na década de 1920, “mais justiça e liberdade”⁸. O tenentismo é a expressão do mau-humor de uma certa franja militar que organiza várias tentativas de sublevação das casernas durante os anos que se seguiram ao fim da Primeira Guerra Mundial.

A ação do tenentismo é antes de tudo inspirada por considerações estritamente técnicas — criação de uma aviação militar, construção de casernas, abertura de escolas militares, melhoria do ensino militar —, mas não pode escapar ao contexto político e, a partir de 1922, sua ação se tornará progressivamente antigovernamental. A Coluna Prestes, espécie de Grande Marcha brasileira que percorre mais de 26 000 km pelo interior do país, inscreve-se no movimento de contestação geral que o Brasil vive na década de 1920.⁹

O movimento das idéias permanece por muito tempo, tal como sua história política e sua elite dirigente, voltado para a Europa. É somente em fins do século XIX e no início do século XX que o intelectual brasileiro descobre o homem e a terra que lhe são próprios. Esse encontro com as fontes nacionais é obra de homens como Euclides da Cunha. O movimento conhece um *élan* formidável com a histórica Semana de Arte Moderna (São Paulo, 1922), quando os pensadores e artistas brasileiros rompem com uma cultura importada e imposta. A cultura brasileira se volta então decididamente para os problemas e a realidade nacional, dando origem assim ao nacionalismo cultural¹⁰.

O último aspecto dessa sociedade em evolução que realçaremos por suas implicações na queda da Primeira República é de ordem econômica. A economia brasileira durante o período 1889-1930 é uma economia essencial-

(8) O estudo das lutas travadas pelo tenentismo assim como seus “fundamentos ideológicos” estão além dos objetivos deste parágrafo, que visa unicamente a dar uma visão da evolução geral da sociedade brasileira. Observemos, contudo, que vários membros do tenentismo se encontrarão em posição de destaque durante a revolução de 1930. Para um estudo mais detalhado do tenentismo, ver o testemunho de um de seus principais membros, TÁVORA, J., *Uma vida e muitas lutas*. 3. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976. 3. v., 966 p., bem como o artigo estampado no *Jornal do Brasil*, em 19 de julho de 1975. Ver também a lúcida análise de CARONE, E., *O Tenentismo*, São Paulo, Difel, 1975. 518 p. Sobre as relações do tenentismo com as classes médias ver FAUSTO, B., *A Revolução...*, *op. cit.*, p. 56-85. Consultar finalmente SANTA ROSA, V., *O sentido do tenentismo*, 3. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. 126 p.

(9) A respeito da Coluna Prestes ver, em especial, CARONE, E., *O Tenentismo*, *op. cit.*, p. 31 e s., NASHT, J., “The Prestes Saga”. In: *The Inter-American*, vol. IV, n.º 12, dezembro de 1945, pp. 14-5 e 43-5, MACAULAY, N., *A Coluna Prestes*, 2. ed. Rio de Janeiro, Difel, 1977. 269 p. e WERNECK SODRÉ, N. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 119 p.

(10) A importância da Semana de Arte Moderna de São Paulo é também enfatizada por COSTA, C., *Pequena História da República*, 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974. pp. 85-6. Para uma história da literatura brasileira e de seus fundamentos sócio-econômicos ver sobretudo WERNECK SODRÉ, N., *História da Literatura Brasileira*, 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969. 596 p. e do mesmo autor *Síntese de História da Cultura Brasileira*, 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974. 136 p.

mente agrícola, baseada nas exportações de três produtos: a borracha, o cacau e o café. A borracha começa a ser extraída no final do século XIX, na Amazônia, e sofre uma rápida expansão. Assim, exportam-se 7 mil toneladas em 1880, para atingir, já em 1912, o total de 42 mil toneladas¹¹. É a época da riqueza fácil, do esplendor e dos cenários suntuosos em Manaus¹². Contudo, a partir de 1912, as exportações de borracha sofrem uma queda rápida com a introdução da *Hevea* no Sudeste asiático. É o declínio da produção de borracha que passa de uma situação de dominação no comércio exterior brasileiro total (40% em 1912) para uma posição negligenciável a partir de 1919¹³. O segundo produto — o cacau — sofre uma expansão rápida e contínua; 5 mil toneladas exportadas em 1890; 22 mil em 1900; 25 mil em 1910 e 37 mil em 1914¹⁴. O Brasil ocupa, assim, o segundo lugar no mercado mundial de cacau, mas bem atrás da Costa do Ouro, cuja produção, é quase três vezes superior à nossa. Outra característica da produção brasileira de cacau é o lugar pouco importante que ela ocupa, às vésperas da Primeira Guerra Mundial, no total das exportações do país, pois não ultrapassa 10%.

O terceiro produto capital da economia brasileira é o café. Trata-se do produto-rei desde a segunda metade do século XIX, ocupando uma situação muito particular. Com efeito, apesar da queda constante das cotações mundiais e da diminuição das exportações brasileiras no fim do século XIX e no início do século XX¹⁵, sua produção não pára de aumentar. Assim, de 1890 a 1900, o número de plantas passa de 220 para 520 milhões¹⁶. As terras do Estado de São Paulo e, mais tarde, as do Estado do Paraná são muito favoráveis à cultura do café, e o governo não pode impedir o aumento da produção. Então, decide, a partir de 1906, com o Acordo de Taubaté, sustentar as cotações mundiais e conceder subvenções aos produtores brasileiros. Trata-se da chamada política de “valorização do café”. Em que consiste essa política? O Brasil quer tirar partido de sua posição de quase-monopólio no mercado mundial, onde ele provém (por exemplo, no período 1926-27) 67% do consumo total¹⁷, para sustentar artificialmente as cotações mundiais. A tática brasileira é simples: trata-se de frear as exportações para

(11) PRADO JÚNIOR, C., *História...*, *op. cit.*, p. 239.

(12) Ainda subsistem vestígios dessa época gloriosa, tal como o teatro de Manaus, cópia tropical do Palácio Garnier de Paris.

(13) A *hevea brasiliensis* é cultivada de maneira racional (agrupamento de árvores) no sudeste da Ásia e em 1919 o Brasil produz apenas 34 000 toneladas de borracha diante de um total mundial de 416 000 toneladas. O restante vem do Oriente.

(14) WERNECK SODRÉ, N., *Formação...*, *op. cit.*, p. 308.

(15) *Ibidem*.

(16) PRADO JÚNIOR, C., *História...*, *op. cit.*, p. 229.

(17) LIMA SOBRINHO, B., *A Verdade sobre a Revolução de Outubro de 1930*. 2. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. p. 73.

que haja uma falta no mercado mundial e, segundo o princípio da oferta e da procura, os preços no mercado mundial subirão. Se o princípio seguido pelos responsáveis brasileiros é simples, seus resultados serão catastróficos. Isso por várias razões. Primeiramente, não se limita a produção nacional, que continua a subir, tanto mais que o governo se empenha em comprar, a preços da citação mundial, a produção de exportadores potenciais que não conseguiram vendê-la, no estrangeiro, em virtude das disposições governamentais. Não é preciso mais para que a produção aumente, pois os plantadores estão certos de poder escoar sua colheita. Em seguida, o governo forma estoques impressionantes e os financia com empréstimos contratados geralmente no exterior... Por fim, como esses empréstimos devem ser reembolsados pelo Estado brasileiro, é o conjunto da sociedade que deve fazer sacrifícios em proveito da oligarquia ligada ao café. Essa “opção econômica” mostra a que ponto expressões como a “República oligárquica” designam com muita propriedade a Primeira República.

Para além das injustiças e do absurdo da política de “valorização do café” — quando se quer aumentar as vendas no exterior, é preciso tornar-se mais competitivo e, portanto, diminuir os preços e não fazê-los aumentar —, cumpre sublinhar a fragilidade do sistema. Com efeito, a falta do produto no mercado mundial tende a encorajar o aparecimento de outros produtores e, portanto, de outros concorrentes. Esse risco se concretiza, pois a importância do Brasil no mercado mundial do café passa de 67% do total em 1926-27 para 61,8% em 1929-30. Uma fraqueza do sistema de “valorização do café” é que o país não poderá escoar seus estoques, pois a demanda mundial desse produto é inelástica e não pode seguir a ascensão das cotações. Por fim, se por uma razão ou outra, independente apenas da vontade do Rio de Janeiro, o mercado mundial sofre uma crise, é toda a economia do país que é atingida, pois as exportações de café representam mais de 60% do total das exportações brasileiras.

Quando a crise de Wall Street explode em 1929 e, em algumas semanas, desorganiza completamente o comércio mundial, começa-se a melhor se dar conta dos delitos da política de “valorização do café”. A queda substancial das cotações mundiais dessa mercadoria é uma catástrofe para a economia brasileira. É verdade que essa queda é particularmente sensível, pois o café perde 50% de seu valor entre novembro de 1929 e janeiro de 1930. Os produtores brasileiros, endividam-se, na certeza de poder escoar sua produção. Quando as cotações mundiais caem e o governo se encontra na impossibilidade de sustentar as exportações através de subsídios, o país é tomado de uma onda de falências e de suicídios, reflexos do desespero dos produtores, sobretudo dos pequenos e médios.

Para tentar frear a queda livre das cotações mundiais, o governo decide destruir os estoques. Queimam-se assim, durante os dois últimos meses de 1929 e nos anos seguintes, quase cinco milhões de toneladas de café, o

que representa três anos do consumo mundial. As caldeiras das locomotivas brasileiras correm então a goles de café¹⁸...

Por mais importante que seja a evolução geral da sociedade brasileira e a crise econômica em particular, as razões políticas e os homens desempenham um papel preponderante nos acontecimentos que provocam a queda da Primeira República.

2. AS ORIGENS POLÍTICAS

A partir de novembro de 1889, o Brasil tem novos senhores. Quem são eles? Primeiramente, as Forças Armadas, única força organizada da nação e sobre a qual repousa o poder: aos militares coube o privilégio de fazer cair a monarquia. Doravante, os militares contarão na vida política nacional e nada poderá ser feito com o desconhecimento deles. A seguir, a oligarquia dos grandes domínios de exploração do café, que exerce efetivamente o poder. A oligarquia dominante durante as primeiras décadas de regime republicano é constituída essencialmente pelos grandes plantadores e comerciantes dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Assim, é natural que essa dominação vá refletir-se na formação do governo central. Com efeito, existe entre esses dois importantes estados da Federação um acordo tácito segundo o qual pessoas provenientes desses dois estados se sucederão na Presidência da República. A cada mandato de um presidente oriundo de Minas Gerais, deve suceder o de um oriundo de São Paulo e vice-versa. Esse estranho modo de conceber a democracia permite a São Paulo e a Minas Gerais monopolizarem o poder central, com exclusão do resto do país.

(18) A importância do café para a economia nacional e os interesses ligados à sua exploração são tais que esse produto é conhecido como General Café ou ainda Marechal Café. No que se refere à crise do café como fonte da revolução de 1930, ver sobretudo CARONE, E., *A Primeira República, 1889-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro, Difel, 1976. p. 137-45; FAUSTO, B. *A Revolução...*, *op. cit.*, p. 86 e s.; do mesmo autor o artigo "Expansão do café e política cafeeira". In: *O Brasil Republicano*, *op. cit.*, pp. 195-248 e na mesma coletânea CARDOSO, F. H., "Dos Governos militares a Prudente — Campos Sales", pp. 15-50. Para os outros aspectos econômicos do Brasil sob a Primeira República ver as obras de PRADO JÚNIOR, C., *História...*, *op. cit.*; as de WERNECK SODRÉ, N., *Formação...*, *op. cit.*, e *História da Burguesia Brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. 406 p. Para um estudo mais histórico, ver BELLO, J. M., *História...*, *op. cit.* Enquanto este último tem um enfoque mais clássico, os dois primeiros autores dão o enfoque marxista. Werneck Sodré analisa a sociedade brasileira sob o ângulo feudal, que é pouco convincente. Para uma crítica do enfoque feudal das economias ibero-americanas em geral e brasileira em particular, ver CARDOSO, F. H. *Politique...*, *op. cit.*, bem como STAVENHAGEN, R. *Les classes sociales dans les sociétés agraires*, Paris, Ed. Anthropos, 1969. 402 p. e, do mesmo autor, o artigo sobre as "Sept thèses erronées sur l'Amérique Latine". In: Revista *Partisans*, n° 26-27.

O acordo São Paulo-Minas Gerais, que o humor popular não demora a chamar de “café com leite” em (São Paulo é produtor de café e Minas Gerais de leite), não pode por si só explicar o sucesso da fórmula. É preciso levar em conta outros fatores, três em particular: a “política dos governadores”, a fraude eleitoral e a ausência de ressonância nacional dos partidos políticos.

A “política dos governadores” faz par com o acordo “café com leite”, pois implica que o governo central se abstenha de qualquer intervenção nos negócios de cada estado da Federação. Isto é, estes são inteiramente livres em sua política econômica, comercial, financeira e em sua organização política. Cada estado tem sua própria constituição, sua bandeira e seu hino. Essa liberdade é a condição *sine qua non* para que o resto dos membros da Federação aceitem o embargo de São Paulo e Minas Gerais sobre o poder central.

O acordo “café com leite” não exclui as eleições, já que é preciso respeitar uma aparência de legalidade. Trata-se de eleições muito particulares, pois o candidato “oficial”, isto é, aquele que recebeu o apoio do presidente em final de mandato, jamais conhece a derrota. Para recolher tão brilhantes resultados, o poder central tem de mostrar muita imaginação e organização. Esta se baseia em uma fraude eleitoral de regrá. O voto não é secreto nem generalizado, e um Estado como São Paulo beneficia-se do fato de que tem um número de votantes mais elevado do que os outros para fazer distanciar os candidatos da oposição. Inexistem controle eleitoral em nível nacional e com frequência abrem-se as urnas sem a presença de ofício. Às vezes constata-se até mesmo a existência de um número de cédulas maior do que o de inscritos nos registros eleitorais ou, ainda, uma troca de cédulas “desfavoráveis” por cédulas “favoráveis”¹⁹. A fraude nessas condições é generalizada. Mas é no meio rural, em que um “coronel” todo-poderoso reina como senhor, que os abusos são mais graves. Isso se realiza sobretudo em benefício do poder central, que se esforça para assegurar a simpatia dos grandes proprietários agrários dos diferentes estados da Federação. Com efeito, por sua política econômica, as vantagens fiscais concedidas, a ausência de preocupações sociais — como uma melhor distribuição de terras, por exemplo — fazem do governo central o protetor da oligarquia agrária. Em uma sociedade como a nossa em que os grandes proprietários sempre desempenharam um papel político de primeiro plano através do “coronelismo” e da formação das clientelas eleitorais, pode-se medir melhor o interesse que o

(19) Sobre a fraude eleitoral ver FAORO, R., *Os donos do Poder; Formação do Patronato Político Brasileiro*. 4. ed. Porto Alegre, Globo, 1977. 2 v. p. 563 e s. bem como WERNECK SODRÉ, N., *Formação...*, *op. cit.*, pp. 304-5 e, sobretudo, o clássico NUNES LEAL, V., *Coronelismo...*, *op. cit.*

poder central encontra em uma política que responde às aspirações da oligarquia agrária²⁰.

O terceiro aspecto político importante da Primeira República é a ausência de partidos políticos com ressonância nacional. De fato, o Brasil conta com numerosas formações políticas durante a Primeira República. Seus respectivos pesos políticos estão ligados diretamente à importância do Estado onde foram organizadas. O que quer dizer que esses partidos políticos respondem unicamente a interesses particulares dos estados. Geralmente cada estado tem dois partidos políticos maiores — o primeiro representa o poder na política do estado e tem boas relações com o poder central; o segundo se encontra duplamente na oposição: de um lado, no plano da política regional e, de outro, no plano nacional.

A aliança objetiva e prática entre o partido majoritário de cada estado e o poder central tem várias consequências; primeiro, essa aliança é tranquilizadora para os dois partidos que podem controlar — através das eleições — a evolução da política regional e nacional. A seguir, essa situação permite ao poder central ter uma visão da política interna dos estados, e isso apesar da “política dos governadores”. Enfim, o poder central não considera irreversível sua aliança com os partidos majoritários dos diferentes Estados e reserva-se a possibilidade de, a qualquer momento, conceder seu apoio à oposição nesses Estados. Isso lhe dá uma força de pressão considerável sobre a conduta dos partidos políticos regionais brasileiros.

Paralelamente à sua ressonância estritamente regional, os partidos políticos brasileiros se caracterizam por uma ausência de preocupações ideológicas, colocada à parte uma profissão de fé republicana. Em suma, nada os distingue uns dos outros. Assim, a maioria dos estados tem um “partido republicano”, ao qual se acrescenta o nome do Estado respectivo. A tentativa de criação de um “Partido Republicano Federal” em 1893, tendo como objetivo unir as diferentes correntes “federalistas”, é um fracasso e os partidos políticos continuarão a ter uma dimensão estritamente regional.

Em definitivo, pode-se dizer que o sistema dos partidos políticos, tal como ele se apresenta durante a Primeira República no Brasil, é o fiel reflexo da personalização das relações sociais e da primazia dos interesses de grupo sobre os aspectos ideológicos. Essa tendência é profunda e caracteriza ainda hoje os partidos políticos brasileiros²¹.

(20) NUNES LEAL, V., *Coronelismo...*, *op. cit.*, pp. 19-59.

(21) Para um estudo mais detalhado do sistema dos partidos políticos durante a primeira fase republicana ver CAMPELLO DE SOUZA, M. C. “O processo político partidário na Primeira República”. In: *Brasil em Perspectiva*, 2. ed. São Paulo, Difel, 1969. pp. 163-226. Ver também FAORO, R., *Os donos...*, *op. cit.*, pp. 499-660.

A conjugação das alterações em profundidade que a sociedade brasileira experimenta durante os primeiros quarenta anos de regime republicano e dos efeitos da crise econômica mundial de 1929 coloca em perigo a organização política tal como é descrita acima. Assim, o sistema político em vigor vai cair por si mesmo, pois um de seus pilares fundamentais — o acordo “café com leite” — vai ser rompido. É então que outros estados da Federação, que se achavam excluídos do poder central, vão fazer ouvir sua voz.

b) O desenrolar da revolução

Desde 1926, a Presidência da República brasileira está ocupada pelo paulista Washington Luís. Ora, segundo o acordo entre São Paulo e Minas Gerais, mencionado anteriormente, um desses dois estados não pode deter duas vezes seguidas o mandato presidencial. A alternância deve ocorrer. Assim, é normal que a Washington Luís suceda um representante do Estado de Minas Gerais.

Lembremos ainda uma vez a importância que era, para o candidato à Presidência, ser designado como candidato oficial, já que o delfim do presidente em fim de mandato certamente vencerá essas eleições tão especiais. Compreende-se melhor, então, o interesse do Estado de Minas Gerais de se fazer apoiar por Washington Luís.

Qual é o candidato de Minas Gerais em melhor condição de ser designado? Sem dúvida alguma, sua principal figura política e no momento “presidente”²² de seu estado: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Espírito vivo, inteligente e ambicioso, ele se mostra, segundo o acordo “café com leite”, como o candidato natural do poder central à sucessão de Washington Luís.

A questão se apresenta então bastante favorável para o candidato de Minas Gerais. Ora, Washington Luís decide, na véspera da abertura da campanha eleitoral de 1929, não conceder o apoio do poder central à candidatura de Antônio Carlos. O presidente em exercício vai mesmo mais longe, já que apresenta um outro candidato às eleições presidenciais — Júlio Prestes —, também oriundo do Estado de São Paulo: o acordo “café com leite” é rompido.

A candidatura de Júlio Prestes desconcerta Antônio Carlos. Que pode ele fazer para colocar em cheque a política do poder central? Pouca coisa,

(22) O fato de se designar a autoridade política suprema dos Estados da Federação, pelo título de “presidente” e não simplesmente de “governador”, como atualmente, mostra o desejo dos estados de conservar — mesmo na forma — sua independência em relação ao poder central...

pois é-lhe impossível, de maneira isolada, lutar contra a máquina eleitoral do Rio de Janeiro. Após alguns meses de reflexão e de contatos infrutíferos, Antônio Carlos — consciente da impossibilidade de lançar sua candidatura com algumas chances de sucesso — decide radicalizar sua posição e impedir, a qualquer custo, a eleição de Júlio Prestes. Para que seu procedimento tenha algumas chances de sucesso, será preciso que Antônio Carlos encontre aliados. Ele se dirige então, naturalmente, aos principais dirigentes políticos dos mais importantes estados da Federação até então mantidos afastados do poder central em virtude da aplicação do acordo “café com leite”. Seu procedimento é delicado, já que a motivação dos eventuais parceiros é diferente: de um lado, uma candidatura frustrada e, de outro, o desejo de pôr um fim ao absurdo e à injustiça do sistema atual. Antônio Carlos encontra-se, portanto, em situação de fraqueza e não pode exigir que outros estados da Federação apoiem sua candidatura. Então, o homem político de Minas Gerais limita seus objetivos e retira seu nome da concorrência à Presidência. Seu único desejo é, doravante, fechar o caminho para o candidato de Washington Luís.

Apesar da disponibilidade de que dá prova Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, seu procedimento tem pouca ressonância. Os dirigentes políticos dos diferentes estados da Federação estão convencidos da impossibilidade de lutar contra o poder central, tanto que se trata dos interesses de São Paulo, o estado mais influente da Federação, nos planos político e econômico.

Somente os dirigentes do Estado do Rio Grande do Sul dão alguma atenção ao procedimento do responsável político por Minas Gerais. Essa atenção justifica-se pela ausência quase completa da influência gaúcha na cena nacional. Isso é o resultado mais importante do acordo “café com leite” durante a Primeira República. Mas o interesse gaúcho é temperado pelas dificuldades que podem ser encontradas por uma aliança entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul contra São Paulo e o poder central.

Para melhor apreender as razões da indecisão dos dirigentes políticos gaúchos quanto às proposições da aliança de Minas Gerais, é indispensável esboçar um quadro rápido da situação política do estado sulista.

A vida política gaúcha caracteriza-se durante as primeiras décadas deste século por uma luta sem trégua entre duas facções pelo controle dos principais postos de comando e em particular o de presidente do estado. A facção majoritária é comandada por Borges de Medeiros e a oposição, por Assis Brasil. O primeiro se eterniza na Presidência do estado, o que desencadeia, no início da década de 20, um conflito armado entre as duas facções. Depois de vários combates, Assis Brasil e Borges de Medeiros assinam, em 1923, um acordo conhecido pelo nome de “Pacto das Pedras Altas”, no qual Borges de Medeiros renuncia, ao final de seu mandato “presidencial”, a disputar novamente a Presidência do estado sulista.

Quando seu mandato chega no prazo decisivo em 1928, Borges de Medeiros, já bastante idoso, pensa em retirar-se da vida política ativa, mas conservando o papel de “todo-poderoso”²³, papel que foi o seu durante várias décadas. Tem então de encontrar um substituto para não deixar o campo livre para a facção de Assis Brasil.

Borges de Medeiros pensa em um de seus jovens protegidos e já brilhante político: Getúlio Dornelles Vargas. Esse jovem advogado, paradoxalmente pouco prolixo e enigmático, contrariamente à imagem corrente dos homens de lei e dos políticos brasileiros tradicionais, ocupa nesse momento o cargo de ministro das Finanças do governo central. Esse cargo é tanto mais importante na medida em que é muito raro ver um gaúcho em tão alta posição na hierarquia do poder central. O jovem Vargas hesita então em se apresentar à Convenção do Partido Republicano de Borges de Medeiros que deve designar, em 1927, o candidato às eleições do ano seguinte no Rio Grande do Sul. No entanto, Borges de Medeiros sabe ser persuasivo e a alta consideração que tem por Vargas bem como a certeza de sua fidelidade, conseguem convencer o jovem advogado a deixar o Ministério das Finanças e a se apresentar às eleições presidenciais do Rio Grande do Sul.

Como Borges de Medeiros apresenta Getúlio Vargas por ocasião da Convenção Republicana de 1927? O patriarca da política gaúcha considera que Getúlio Vargas é o candidato republicano ideal às eleições de 1928 porque ele tem “um perfeito conhecimento do regime constitucional... e a completa subordinação às normas e à disciplina do Partido Republicano...”²⁴. Além disso, Getúlio Vargas tem uma inegável “competência jurídica”, uma grande “capacidade administrativa” e qualidades “práticas de atividade, de firmeza de prudência e de energia”, condições indispensáveis, segundo Borges de Medeiros a todo homem público. Em seu elogio ao substituto escolhido por ele mesmo, Borges de Medeiros não esquece “a incorruptível moralidade privada e pública” de Getúlio Vargas, bem como o “prestígio individual, perante a sociedade e as correntes políticas”, qualidade necessárias para “que o governante se imponha ao acatamento público menos pela força material que por sua autoridade moral”²⁵.

A resposta a essa elogiosa apresentação é muito circunstanciada: Getúlio Vargas declara que ele só aceita afastar-se de seu cargo de Ministro das Finanças e lançar sua candidatura à presidência do Rio Grande do Sul

(23) É assim que seus adversários políticos o chamam. Sem dúvida com razão, pois o domínio de Borges de Medeiros sobre a vida política do Rio Grande do Sul é total e dura de várias décadas.

(24) Reproduzido por NEVES DA FONTOURA, J., *Memórias*. Porto Alegre, Globo, 1963. v. 1º, 2 v., p. 384.

(25) *Ibidem*, p. 385.

em virtude da veemência dos propósitos mantidos por Borges de Medeiros, pois, declara ele, “nunca esperei nem desejei a presidência [do Estado do Rio Grande do Sul]”²⁶. Nessa única frase transparecem dois importantes traços do caráter de Getúlio Vargas que vão confirmar-se posteriormente: o oportunismo e a paciência.

Depois da eleição esperada de Getúlio Vargas para a presidência do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros considera sua obra política cumprida e retira-se para o interior do estado, para a cidade de Cachoeira do Sul. Conserva apenas a presidência do Partido Republicano gaúcho — título mais honorífico que real — e não segue mais a política regional e nacional como o fazia anteriormente. É aos substitutos que escolheu — em particular a Getúlio Vargas — que cabe a conduta efetiva da política e Borges de Medeiros é apenas uma eminência parda consultada sobre as questões mais importantes e delicadas.

Portanto, é a Getúlio Vargas que Antônio Carlos deve dirigir-se quando se trata de preparar uma ação a fim de frustrar a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República. A indecisão dos dirigentes do Rio Grande do Sul é compreensível, porque, além das incertezas do resultado dessa luta, Getúlio Vargas considera, com justa razão, que sua carreira política avança a passos muito rápidos. Simples deputado do Estado do Rio Grande Sul no início da década de 20, em seguida deputado federal, ele ocupa desde 1926 o Ministério das Finanças e dois anos mais tarde a Presidência do Rio Grande do Sul, ei-lo, doze meses depois, às vésperas de ser candidato à Presidência da República. Além de sua prudência e de seu caráter conciliador, Getúlio Vargas não se sente à vontade para lutar abertamente contra Washington Luís, pois ele é o responsável — ao convidá-lo para ocupar o cargo de Ministro das Finanças — por sua projeção na cena política nacional.

Antônio Carlos não se desespera diante das reticências dos dirigentes gaúchos e decide jogar a carta da ambição política de Vargas, que é inegável, para convencer os responsáveis políticos sulistas da necessidade de uma aliança eleitoral contra Washington Luís.

Após ter oferecido a Getúlio Vargas a possibilidade de ser o candidato da oposição, Antônio Carlos desenvolve uma argumentação à qual os dirigentes gaúchos são muito sensíveis. Ela é muito simples: é preciso a todo preço pôr termo aos comportamentos do governo central, dominado pelo Estado de São Paulo, sem levar em conta as aspirações de outros estados da Federação, em particular os mais importantes. O dirigente de Minas Gerais considera que a ocasião que se apresenta para o Rio Grande do Sul é única e o estado sulista poderá finalmente reivindicar, em nível nacional, um papel compatível com sua importância política, econômica e estratégica. Além do

(26) *Ibidem*, p. 383.

mais, acrescenta Antônio Carlos, uma ação antigovernamental é indispensável pois a revolta já se faz ouvir. Prova disso são os numerosos movimentos que sacudiram o país durante toda a década de 1920-1930. Esses movimentos de inspiração essencialmente “tenentista”, podem esconder, sob vagas idéias, um anseio de mudança mais profunda, além do acontecimento imediato e da ascensão ao poder dos membros do tenentismo.

Se Antônio Carlos não exprime sempre suas idéias como o fizemos, isso não impede que ele seja consciente do momento difícil que o país atravessa e do perigo que os dirigentes tradicionais correm por causa dos erros cometidos pelo governo central. Então, segundo o dirigente de Minas Gerais, resta apenas uma saída: fechar o caminho para o candidato de Washington Luís, pois “é necessário fazer a revolução antes que o povo a faça”²⁷.

A argumentação de Antônio Carlos é convincente mesmo que se baseie em ambições frustradas — e tanto Borges de Medeiros, que consultado sobre essa importante questão, quanto Getúlio Vargas são tentados por sua proposta. Empreguemos a expressão “tentados”, pois os dois principais dirigentes gaúchos não estão ainda inteiramente convencidos. Com efeito, Washington Luís aproveitou-se de sua passagem pela Presidência da República para se esforçar por apagar algumas lembranças desagradáveis que os gaúchos guardam das intervenções do poder central nas questões de política interna do Estado do Rio Grande do Sul. Assim a entrada de Getúlio Vargas no governo de Washington Luís, em 1926, deve ser compreendida menos no sentido de um reconhecimento das capacidades econômicas e financeiras de Vargas do que como um desejo de apaziguamento e de reaproximação do poder central com Porto Alegre.

Finalmente, em meados de 1929 os dirigentes de um terceiro estado da Federação, a Paraíba — e em particular João Pessoa — aceitam a aliança proposta pelo dirigente de Minas Gerais. Getúlio Vargas e Borges de Medeiros concordam então que se constitua uma frente de oposição que apresentará às eleições presidenciais de março de 1930 dois candidatos: Getúlio Vargas para a Presidência e João Pessoa para a Vice-presidência. Essa aliança tática eleitoral, reunindo três estados da Federação dispostos de maneira estratégica (ver mapa I, a seguir) é assinado em junho de 1929 e será conhecida sob a denominação de Aliança Liberal (AL).

O programa da Aliança Liberal persegue um duplo objetivo: uma melhor distribuição geográfica do poder e a implantação de uma verdadeira democracia no país pondo fim à fraude eleitoral. Por mais importante que

(27) Essa declaração é atribuída geralmente a Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, mas jamais se pôde esclarecer quem foi seu verdadeiro autor; isso não impede que essa frase — que se tornará o *slogan* do movimento revolucionário — seja bastante significativa do estado de espírito que anima os revolucionários de 1930.

sejam esses objetivos, não devem deixar escapar a característica essencial do movimento: não se trata de um movimento revolucionário, em meados de 1929, quando se inicia a campanha eleitoral e sua finalidade precípua é fazer fracassar a candidatura de Júlio Prestes.

Mapa n.º 1

A divisão político-administrativa da Federação brasileira e a localização dos Estados membros da Aliança Liberal



A campanha militar concentra-se em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Até esse desejo não é unânime pois, como foi sublinhado anteriormente, tanto Getúlio Vargas quanto Borges de Medeiros aprovaram a criação da AL com algumas hesitações. Além disso, essa elasticidade que carac-

teriza a AL lhe será benéfica, pois ela se torna rapidamente o receptáculo de todas as oposições ao poder central.

Algumas semanas depois de formada uma frente de oposição ao poder central, opera-se uma sensível radicalização do movimento da AL. Essa radicalização deve-se aos jovens políticos do Rio Grande do Sul e a alguns membros do Tenetismo. De fato, a AL recebe a adesão de numerosos políticos, como Juarez Távora, cognominado “Imperador do Norte” em virtude de seu grande prestígio no norte do país²⁸, João Neves da Fontoura, vice-presidente do Rio Grande do Sul, que distingue-se por sua inteligência e por uma notável coerência entre suas idéias e sua ação política, bem como Osvaldo Aranha, grande orador e Secretário do Interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Enfim, muitas outras personalidade cuja lista seria fastidiosa, mas que irão desempenhar um papel importante no período 1930-1945, como os militares Pedro Aurélio Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

A crise econômica mundial de 1929 mina a oligarquia do café que domina a política de São Paulo e conseqüentemente a do Brasil. A “quinta-feira negra” da Bolsa de Nova Iorque abala o poder central, mas o fato não é imediatamente sentido pelo mundo político brasileiro. Com efeito, quando do craque de Wall Street, os círculos políticos estão inteiramente absorvidos pela campanha eleitoral para a presidência da República, e pela renovação das duas câmaras do Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados; a classe política portanto não está em consideração de apreender todo o impacto que a crise econômica mundial terá sobre o sistema econômico brasileiro e em particular sobre a política dita de “valorização do café”. Assim, por exemplo, a AL não explora imediatamente em sua campanha eleitoral a ocasião que lhe é oferecida pela crise econômica mundial: é preciso que João Neves da Fontoura advirta Getúlio Vargas da importância da crise para que a AL comece a explorar as fraquezas da política econômica do Rio de Janeiro²⁹. Essa ausência de preocupações econômicas é umas das características essenciais do movimento de 1930.

A singularidade da campanha eleitoral da AL não se resume unicamente à improvisação, às hesitações e ao desconhecimento das implicações da crise econômica mundial sobre a economia do país. Mais espantosa ainda é a conclusão de um *gentlemen's agreement* entre Getúlio Vargas e Washington Luís. Com efeito, Vargas conserva, durante todo o decorrer da campanha eleitoral, contatos com o Presidente da República, através de um emissário especial e secreto, na pessoa de Paim Filho. Este serve de vaivém entre Porto Alegre e o Rio de Janeiro e os dois políticos trocam não só idéias, mas também propostas concretas. Uma destas, aceita por Getúlio

(28) Ver suas memórias, TÁVORA, J., *Uma vida...*, *op. cit.*, sobretudo o primeiro volume.

(29) NEVES DA FONTOURA, J., *op. cit.*, v. II, pp. 223 e ss.



João Neves da Fontoura.

Vargas e por Júlio Prestes, é denunciadora do estado de espírito do presidente do Rio Grande do Sul e candidato da AL:

- a) Getúlio Vargas empenha-se em não sair do Estado do Rio Grande do Sul para fazer propaganda eleitoral.
- b) O candidato da AL empenha-se em se submeter aos resultados das urnas.
- c) Júlio Prestes, que era até então o líder do governo central no Congresso Nacional, empenha-se, por sua vez, se for eleito presidente da República, a não apoiar a oposição a Borges de Medeiros e ao Partido Republicano no Rio Grande do Sul. Além disso, Júlio

Prestes aceita e reconhece como legítima a eleição dos candidatos da AL provenientes do Rio Grande do Sul ao Congresso Nacional³⁰.

- d) No caso de Júlio Prestes ser eleito, empenha-se em não intervir nas questões de política interna do Rio Grande do Sul. Getúlio Vargas promete, em contrapartida, ter a mesma atitude em relação a São Paulo, caso ganhe as eleições³¹.

Esse acordo é surpreendente, sobretudo se se pensa no parágrafo *a*, em que Getúlio Vargas empenha-se em não deixar o Rio Grande do Sul durante toda a campanha eleitoral! Como pensa ele então fazer sua campanha? Unicamente através da rádio? É a primeira vez que a população brasileira é convidada a votar em um candidato invisível! Por que ele está tão preocupado com o período posterior à eleição? Encontram-se elementos para a resposta a todas essas interrogações em um traço de caráter de Getúlio Vargas. Ele é cético. Não acredita que a AL possa lutar com alguma possibilidade de sucesso contra a máquina eleitoral muito bem rodada do poder central. Assim, durante toda a campanha eleitoral ele desenvolverá sua política contrária àquela praticada pelos que preparam febril e confiantemente a sua eleição para a Presidência da República. Getúlio Vargas, que deveria ser o mais otimista e o mais ativo dos membros da AL, entrega-se a um pessimismo e a uma inatividade crescentes³².

Além de seu cetismo quanto ao resultado da campanha eleitoral, Getúlio Vargas está muito preocupado em conservar sua situação política pessoal e também a independência do Rio Grande do Sul diante do poder central todo-poderoso. A esse respeito, a posição do Rio Grande do Sul é muito mais importante para Vargas do que um hipotético cargo de presidente da República. Conseqüentemente, a disputa ao mais alto cargo da nação representa aos olhos de Getúlio Vargas uma ocasião de aumentar seu prestígio e seu poder, mas sem que isso possa comprometer as posições conquistadas até então.

A atitude comedida, cheia de circunspecção do candidato da AL, que não quer ferir as susceptibilidades de ninguém e sobretudo as do poder central, faz com que em fins de 1929 Getúlio Vargas só esteja interessado na Presidência da República na medida em que ela lhe fosse oferecida em uma

(30) Observemos que nunca está em questão o destino reservado aos eleitos da AL provenientes dos estados de Minas Gerais e Paraíba. Portanto, podemos indagar qual é a atitude do poder central face a esses estados no caso de derrota da AL.

(31) NEVES DA FONTOURA, J., *op. cit.*, v. II, bem como BELLO, J. M., *Histórias...*, *op. cit.*, p. 276 e LIMA SOBRINHO, B., *A verdade...*, *op. cit.*, p. 83.

(32) As memórias de João Neves da Fontoura — sobretudo o segundo volume são muito significativas a esse respeito, pois contêm em detalhe toda a trama, as indecisões, o duplo jogo e a temporização de Getúlio Vargas.

bandeja por... Washington Luís. Sonho acariciado mas irrealista, pois o presidente se atém ao candidato que escolheu³³.

Quando os resultados das eleições presidenciais são tornados públicos em março de 1930, ocorre o que todo o mundo político brasileiro — inclusive o próprio Getúlio Vargas — esperava — a vitória de Júlio Prestes. Essa vitória é sem recursos, já que o candidato oficial tem 1 091 709 votos em um total de 1 890 524 cédulas válidas.

Como Getúlio Vargas recebe esse resultado? Sem maiores surpresas e sem reação radical. De acordo com o *gentlemen's agreement*, ele aceita os resultados das urnas; isto apesar da fraude que ainda uma vez constituiu a regra. Mas a fraude eleitoral não é apanágio do candidato oficial, pois a AL utiliza também métodos no mínimo duvidosos. Torna-se difícil dirigir uma acusação de fraude ao candidato oficial. Vargas então guarda o silêncio.

A eleição de Júlio Prestes tem duas principais conseqüências: de um lado, esvazia de conteúdo uma AL que se vê abandonada progressivamente por seus principais animadores. De outro lado, reassegura Washington Luís. Tanto mais que Getúlio Vargas recebe sem protestar os resultados das urnas. O presidente em fim de exercício julga-se então em condição de força e deseja realizar uma ação estrondosa antes de deixar seu cargo: escolhe dar uma lição aos estados da Paraíba e de Minas Gerais por sua “infidelidade” por ocasião da campanha eleitoral. Evidentemente não toca nos deputados eleitos sob o programa da AL e oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, protegidos, pelo acordo feito com Vargas. Mas como Vargas não pediu qualquer garantia para os deputados eleitos da AL da Paraíba e de Minas Gerais, Washington Luís decide “cassar” — por vício de forma — todos os mandatos dos deputados eleitos pela AL da Paraíba, bem como alguns de Minas Gerais.

Trata-se de um erro político muito grave cometido pelo então presidente em exercício. Com efeito, a AL, que a derrota eleitoral esvaziara de significado, reorganiza-se sob o impulso de seus elementos mais radicais; o movimento começa então a colocar em questão os resultados do escrutínio, e acalenta a idéia de uma ação violenta contra o poder central.

Se os elementos mais jovens e os mais ativos da AL, tais como João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha, consideram muito natural que doravante seja preciso tomar medidas de represália em relação ao poder central, é preciso também observar uma mudança de atitude em Borges de Medeiros. Seu pacifismo e seu respeito pelas instituições parecem ter sido atingidos e o velho caudilho gaúcho começa a dar forma a uma idéia de ação anti-governamental por meios menos legais que as eleições³⁴.

(33) COSTA, C., *Pequena...*, op. cit., p. 89.

(34) BELLO, J. M., *História...*, op. cit., p. 279.

Só resta aos jovens “revolucionários” sondar Vargas, principal interessado pela seqüência dos acontecimentos. Até então a política de temporização, o respeito estrito à legalidade, o temor de ferir as susceptibilidades do poder guiaram a ação de Vargas. Agora que Washington Luís tomou medidas arbitrárias contra os eleitos da AL da Paraíba e de Minas Gerais, restam apenas duas soluções possíveis a Getúlio Vargas: ou ele aceita as depurações que não são contrárias à letra do *gentlemen's agreement*, já que não atingem os eleitos da AL do Rio Grande do Sul, ou Getúlio Vargas segue o caminho traçado por seus jovens companheiros, que estão cada vez mais convencidos da necessidade de uma ação violenta contra o poder central.

Ainda uma vez Getúlio Vargas não escolhe. Espera e, assim, aceita, na prática, as depurações decididas por Washington Luís.

As eleições de 1930 e as medidas arbitrárias tomadas pelo poder central contra deputados legalmente eleitos reproduzem ainda uma vez a tática passada do governo central.

A historiografia brasileira tradicional sempre identificou — com algumas raras exceções³⁵ — o movimento revolucionário de 1930 com a própria pessoa de Getúlio Vargas. Até março de 1930, quando da publicação dos resultados das eleições, Getúlio Vargas conserva uma atitude exclusivamente legalista. Para ele, não se trata de modo algum de precipitar a história. É preciso esperar! Mesmo na véspera das depurações, Vargas contemporiza. Nada mais difícil de apreender do que a personalidade de Getúlio Vargas. Feita de circunspecção, de contemporização, de oportunismo e de duplo jogo, a atitude de Getúlio Vargas durante esses meses decisivos é incoerente. Por várias vezes ele dá razão aos membros mais radicais da AL, ao mesmo tempo que tenta entender-se secretamente com Washington Luís³⁶.

Do mesmo modo, quando se trata de fazer declarações públicas, ele jamais se compromete. Seus discursos são cheios de subentendidos, nuanças, de vagas promessas e de ameaças veladas... Assim, por exemplo,

(35) Entre estas citem-se especialmente BELLO, J. M., *História...*, *op. cit.*; COSTA, C., *Pequena...*, *op. cit.*, e sobretudo o testemunho de NEVES DA FONTOURA, J., *op. cit.*

(36) O exemplo mais interessante do duplo jogo de Getúlio Vargas é relatado por Osvaldo Gudolle Aranha (entrevista no Rio de Janeiro em julho de 1978); depois de muitas hesitações, Vargas concorda com uma radicalização da atitude da AL e autoriza Osvaldo Aranha a ir a Cachoeira do Sul — onde Borges de Medeiros estabeleceu seu retiro — para informar o patriarca da nova posição da AL. No trem que o leva a Cachoeira do Sul, Osvaldo Aranha encontra um dos colaboradores diretos de Vargas e consegue, depois de algumas discussões e ameaças, que lhe seja entregue uma carta de Vargas dirigida a Borges de Medeiros. Nesta, Vargas desautoriza a missão de Osvaldo Aranha e declara que a posição da AL não mudou! Osvaldo Aranha volta imediatamente a Porto Alegre e quando participa a Vargas sua descoberta, este pede sua “compreensão”, mas, no entanto, decide finalmente aceitar a posição mais radical.

quando de uma declaração pública depois da depuração dos eleitos da AL da Paraíba e de Minas Gerais, Getúlio Vargas utiliza sua tática preferida — apelos à conciliação combinados com vagas ameaças: “Não há hoje divergências de opinião no tocante à necessidade de restabelecimento da tranqüilidade dos espíritos, que depende exclusivamente de uma política de tolerância, respeito e garantia de todos os direitos por parte dos governantes, que será tanto mais louvável quanto mais fortes estes se julgarem...”³⁷.

Depois desse apelo, Vargas prossegue:

“(...) é mais forte, entretanto, do que imaginam, e não acredito que esteja longe a necessária retificação para vermos a democracia brasileira regime que exige a felicidade da Pátria (...)”³⁸

Para além das dificuldades encontradas pela organização de um movimento revolucionário em um país de tão vastas dimensões desprovido de comunicações, a razão principal das reticências de Getúlio Vargas em se lançar em uma luta aberta contra o poder central é, como já enfatizamos, de ordem pessoal. Para que Getúlio Vargas tomasse finalmente uma posição clara, seria preciso que ocorresse um fato importante, que mudasse os dados da questão. Sem isso, a AL se arriscaria novamente a esvaziar-se, tal como às vésperas das eleições.

A fúria que colocará em marcha o movimento revolucionário ocorre em julho de 1930, no Recife.

Por razões que não têm qualquer vínculo com o que se trama no Sul, João Pessoa, o candidato da AL à Vice-presidência da República nas eleições do mês precedente, é assassinado em uma confeitaria dessa cidade.

A morte de João Pessoa desencadeia as reações emocionais em todo o país, pois ela de imediato é creditada ao poder central. O acontecimento serve então de catalisador para as aspirações da AL e, fato muito importante, põe um termo na política de contemporização e nas tentativas de mediação de Getúlio Vargas. Doravante a dinâmica da revolução está lançada e ninguém pode detê-la. Ou Vargas toma o trem em marcha, ou ele se afasta do movimento.

A radicalização do movimento revolucionário depois do assassinato de João Pessoa de resto é contemporânea de algumas revoltas que afetam os países vizinhos, em especial a Argentina, onde o presidente Irigoyen é derubado no mesmo ano³⁹.

(37) Citado por BELLO, J. M., *História...*, *op. cit.*, p. 279.

(38) *Ibidem*.

(39) Não é nossa intenção analisar as origens da revolução argentina de 1930; observemos simplesmente que esse país sofre — a exemplo do Brasil — com as conseqüências da crise econômica mundial. Se se acrescentar a ausência de representatividade do governo Irigoyen, apoiado sobretudo pelos grandes proprietários rurais, estaremos em condições de traçar um paralelo entre as duas situações.

Diante da nova situação explosiva, qual é a atitude do governo central e em particular a de Washington Luís? Uma total indiferença! O presidente em exercício não crê na capacidade de um movimento revolucionário proveniente da AL organizar-se e fazer cair o regime constitucional. As divisões no seio da AL, o duplo jogo e as indecisões de Vargas são o fundamento de seu raciocínio. Mas Washington Luís não conta com a ação decidida dos jovens membros da AL, e minimiza o espírito guerreiro dos gaúchos que tomam em suas mãos a organização de um movimento armado.

Em 3 de outubro de 1930 explode finalmente em Porto Alegre a tão esperada revolução. Sem muitos desgastes, a capital do Estado do Rio Grande do Sul é tomada, e os revolucionários preparam-se então para marchar sobre o Rio de Janeiro. Alguns dias mais tarde é a vez do Nordeste revoltar-se. O major Juarez Távora não tem qualquer dificuldade para tomar a Paraíba e a seguir toda a região até a Bahia. Em Minas Gerais, terceiro membro da AL, a revolução também explode e, depois de ter ocupado a capital do estado, os revolucionários dirigem-se para o Rio de Janeiro. Consultando-se o mapa I, reproduzido anteriormente, constata-se a excelente localização estratégica dos estados revolucionários, que servem de catalisadores para três regiões importantes do país: o Rio Grande do Sul para o Sul, Minas Gerais para o Centro e Paraíba para o Nordeste.

A coluna militar do Sul é comandada pelo coronel Pedro Aurélio Góis Monteiro e quando ela chega — ao termo de um verdadeiro passeio militar — a São Paulo, prevê-se uma grande batalha contra as forças legalistas em Itararé, na divisa entre os estados de Paraná e São Paulo. A proximidade de suas bases dá às forças legalistas uma vantagem evidente. Prepara-se o que os cronistas da época chamam de “a maior batalha da história da América Latina”⁴⁰...

Como no passado, as grandiosas batalhas brasileiras não acontecem. Os arranjos passam à frente e a batalha de Itararé jamais ocorrerá. Os responsáveis militares estabelecidos no Rio de Janeiro, em face da irreduzibilidade da posição de Washington Luís, que não quer nem procurar um terreno de *entente* com os revolucionários, nem compreender o perigo que seu regime corre, depõem o presidente da República e instituem uma Junta de Pacificação. Daí para frente, eliminado o presidente, é preciso que a AL se entenda com a Junta, cujos membros são os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, ao passo que o almirante Isaías de Noronha representa o que se chama a “neutralidade da Marinha”.

Para que cessem os combates — sem muitas vítimas, é verdade — a AL decide enviar um emissário especial ao Rio de Janeiro a fim de negociar com a Junta um acordo visando à transmissão do poder. Getúlio Vargas

(40) COSTA; C., *Pequena...*, *op. cit.*, p. 93.

envia então um de seus homens de confiança — Osvaldo Aranha — que consegue convencer a Junta a transmitir incondicionalmente o poder à AL. É preciso que Osvaldo Aranha utilize todo seu tato e sua diplomacia para atingir o objetivo, pois a Junta só quer uma transmissão provisória dos poderes, até a organização de novas eleições. Aranha, ao contrário, defende a tese da “revolução triunfante”, portanto, sem futuros compromissos para a AL. Finalmente a Junta deixa-se convencer e a 24 de outubro transmite o poder a Getúlio Vargas.

A capital do país é declarada “cidade aberta”. A acolhida dispensada à marcha triunfal da AL é delirante. Toda a cidade se embandeira e se rejubila. Manifestações ruidosas, incêndios, alegria e mesmo alguns lenços vermelhos e negros fazem sua aparição nas ruas do Rio de Janeiro durante algumas horas.

Enquanto a massa festeja, os oportunistas chegam e os democratas sinceros tomam medidas para que a vitória da AL seja efetivamente a vitória da democracia e não a de um grupo ou de um homem. Getúlio Vargas, por sua vez, sorri. Seu olhar está longe. Está visivelmente contente, mas não parece ainda totalmente satisfeito. Assim, o enigmático personagem vê com satisfação que os gaúchos amarram seus cavalos no mais famoso obelisco do Rio de Janeiro, o que significa que a vez do Rio Grande do Sul começa.



O trem dos revolucionários, 1930.

Mas os cargos a serem fornecidos e as escolhas políticas a serem feitas são pouco numerosos, ao passo que os candidatos são uma legião. Será preciso, a partir de então, escolher, eliminar, agarrar-se a esse poder que não era procurado há apenas três meses atrás, mas que o trabalho de uns e sua oportunidade pessoal lhe ofereceram em uma bandeja, tal como ele sempre quis. Começa então o reinado de Getúlio. O Brasil é dele. Identificado completamente com esse pequeno e simpático homem com um eterno sorriso, vindo dos confins dos pampas e que se permite então acender um charuto... Getúlio está contente, o Brasil está feliz, mas por quanto tempo?

c) Os novos atores

O sucesso do movimento revolucionário de 1930 significa a vitória, pela primeira vez na história do país, de um movimento inspirado, organizado e conduzido a partir da periferia em direção ao centro. Até então, as mudanças e as revoluções fizeram-se exclusivamente no sentido contrário. Mas o que é ainda mais importante e característico do movimento vitorioso é que ele traz para a cena política nacional um grande número de homens novos que até então desempenham apenas um papel regional.

Quando se analisa o conjunto dos políticos que lutaram pelo sucesso da Revolução, ou que tomaram o trem em marcha, oferecendo seu apoio aos novos senhores do país, constata-se a enorme diversidade dos vencedores. Assim, temos três antigos presidentes da República (Venâncio Brás, Epitácio Pessoa e Artur Bernardes), membros da oposição em São Paulo, velhas raposas conservadoras, tais como Borges de Medeiros e Antônio Carlos, e enfim uma massa de políticos mais jovens e muito ativos, oriundos dos quatro cantos do país. A eliminação progressiva, mas inelutável, de um bom número de “vencedores” depois de outubro de 1930 — sabe-se que as revoluções devoram seus principais protagonistas — nos leva a evitar a descrição de um certo número de atores destinados a um rápido desaparecimento do cenário político, para nos concentrarmos naqueles que, durante cerca de quinze anos, terão a quase exclusividade do poder. São eles que deverão os primeiros papéis da cena interior, e sobretudo serão eles que farão a política externa brasileira durante o período 1930-1942. Por essas razões decidimos traçar uma breve biografia do futuro ministro da Guerra, Gaspar Dutra, do futuro chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Góis Monteiro, e nos atermos mais demoradamente na personalidade de Osvaldo Aranha, futuro ministro das Relações Exteriores. Por fim, o maior espaço cabe naturalmente a Getúlio Vargas, não apenas em razão do papel todopoderoso que lhe será entregue durante quase um quarto de século na política nacional, mas também em razão da complexidade do personagem, que

faz dele o político mais discutido — com uma paixão e um *parti-pris* notáveis da história brasileira.

Anotemos, no entanto, o nome de alguns jovens revolucionários de 1930 que aparecerão aqui e ali durante os anos que se seguirão. Do Rio Grande do Sul, citem-se João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso e Batista Luzardo⁴¹. De Minas Gerais, Cristiano Machado, Francisco Campos e Virgílio de Melo Franco, ao passo que do Rio de Janeiro podemos mencionar Pedro Ernesto e Adolfo Bergamini e da Paraíba, José Américo de Almeida. Os representantes militares são também numerosos entre os jovens revolucionários e desempenharão papel não-negligenciável, pois as Forças Armadas sustentarão ativamente o regime. Citem-se os nomes de Eduardo Gomes, Juracy Magalhães, João Alberto e Juarez Távora, o “Imperador do Norte”.

A principal característica que une Dutra, Góis Monteiro, Aranha e Vargas é a existência de vínculos pessoais estreitos, desde sua juventude, seja na Escola Militar de Porto Alegre, seja na Faculdade de Direito dessa mesma cidade. Quando se sabe da importância das relações pessoais no Brasil, pode-se compreender melhor como esses homens tão diferentes puderam fazer parte de um mesmo governo durante tão longo e tão incerto tempo.

Pedro Aurélio de Góis Monteiro nasceu em Maceió, em 1889. Depois de ter feito estudos na Escola Militar de Porto Alegre, começou sua carreira militar nessa cidade. Participou da Primeira Guerra Mundial — que o Brasil declara à Alemanha — como membro das forças de vigilância do Atlântico Sul. Depois da guerra, durante a década de 20, tomou parte na onda de descontentamento dos jovens oficiais. Quando a AL começa a se organizar, ele entrevê uma boa ocasião de fazer cair o regime. Porto Alegre, onde está sediado, é um dos principais centros de resistência ao governo Washington Luís: é o acaso que faz com que Góis Monteiro esteja proximamente envolvido nos acontecimentos de 1930. Amigo pessoal e de longa data de Getúlio Vargas, Góis Monteiro participa completamente da causa dos revolucionários e adquire com a Revolução uma estatura nacional, pois o comando da coluna militar gaúcha lhe é entregue. A seguir, desempenhará um papel importante na vida política nacional; as contradições a que o levarão, de um lado, sua amizade e sua fidelidade a Vargas e, de outro, seu gosto acentuado pela polêmica, farão dele o alvo preferido de vários meios políticos⁴².

Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá, em 18 de maio de 1885. Ainda jovem, decide seguir a Escola Preparatória e Tática de Rio Pardo, no

(41) Para o testemunho de Batista Luzardo, ver CARNEIRO, G., *Luzardo, o último caudilho*, *op. cit.*

(42) Para uma biografia política de Aurélio Góis Monteiro, ver COUTINHO, L., *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro, Ed. Coelho Branco, 1955, 546 p.



Góis Monteiro.

Rio Grande do Sul. Passa pela Escola Militar de Porto Alegre, onde entra em contato com os futuros vencedores de 1930 e em particular com Getúlio Vargas. Dutra terminará seu aperfeiçoamento nas armas na Escola do Realengo, no Rio de Janeiro. A agitação dos meios militares durante a década de 20 deixam-no antes de tudo indiferente, e ele ouve distraidamente as reivindicações tenentistas. Mesmo em 1930, quando se prepara a revolução, Gaspar Dutra não toma parte. Dotado de uma viva inteligência, mas com personalidade introvertida, esse homem pequeno e silencioso passaria despercebido pela história nacional se Getúlio Vargas não o chamasse para dominar um certo número de revoltas que explodem depois de 1930. O zelo com o qual ele esmaga a revolta de São Paulo em 1932 e a confiança mútua

que mantém com Getúlio Vargas dão ao taciturno Gaspar Dutra uma envergadura a que decididamente ele não estava destinado. O que não impede que a partir desse momento esse homem torne-se uma das peças fundamentais do “sistema getulista” e ele cumprirá ao longo dos anos um papel cada vez mais destacado na política nacional.

Qual é a personalidade e a carreira política de Osvaldo Aranha até que ele se torne com plenos poderes o responsável pela diplomacia brasileira em março de 1938? Osvaldo Aranha não deixou memórias escritas. Além disso, a historiografia brasileira que se centra na política interna até agora interessou-se praticamente apenas por Getúlio Vargas — objeto de numerosas e apaixonadas pesquisas — ao passo que os outros personagens do regime, por mais importantes que sejam, permanecem na sombra⁴³. Isso também é válido para Osvaldo Aranha, embora registre-se nos últimos anos uma evolução nesse sentido com a publicação de alguns antigos de contemporâneos de Aranha que destacam aspectos bastante desconhecidos da ação e da personalidade do futuro Ministro das Relações Exteriores brasileiro⁴⁴.

Osvaldo Euclides de Sousa Aranha nasceu em uma rica família da cidade de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul, em 15 de fevereiro de 1894. Depois de ter estudado na Escola Militar do Realengo, no Rio de

(43) Ao contrário das biografias consagradas a Getúlio Vargas, os testemunhos sobre a vida de Osvaldo Aranha são pouco numerosos. Existem apenas dois trabalhos sobre Aranha. O primeiro é uma tese não publicada de BERSON, T. M., *A political biography of Dr. Osvaldo Aranha of Brazil, 1930-1937*, Dissertation PhD, New York University Press, New York, 1971, 288 p. Como indica o título, o trabalho biográfico de Berson interrompe-se em 1937 e o autor contenta-se em ressaltar a ação política de Aranha dentro da política interna brasileira até o início da década de 30. Por outro lado, Berson passa rapidamente em vista o período durante o qual Osvaldo Aranha se encontra à frente da embaixada brasileira em Washington. Conseqüentemente, ele não nos dá qualquer indicação sobre a atividade política do homem durante o período que estudamos. Isto retira da obra de Berson uma parte de seu interesse, pois é precisamente durante os anos 1938-1942 que Aranha tem uma intensa atividade política.

A outra biografia de Osvaldo Aranha é de autoria de O'DONNELL, F. T., *Osvaldo Aranha*. Porto Alegre, Ed. Garatuja, 1976. 265 p. A exemplo da pesquisa de Berson, a realizada por O'Donnell satisfaz apenas parcialmente. O autor restringe-se à ação política de Aranha até o início da década de 30 e não leva em consideração o período durante o qual Aranha é o responsável pela diplomacia brasileira. A isso se acrescenta o fato de que a obra é um elogio, por vezes excessivo, da vida e da obra de Aranha. É verdade que desde o início do livro um prefácio adverte o leitor. Isso não impede que a admiração do autor pelo assunto retire-lhe o necessário comedimento e o espírito crítico indispensável para que seu trabalho saia do terreno da propaganda e da adulação. Conseqüentemente, utilizaremos essas duas obras com reservas.

(44) O testemunho mais interessante sobre a personalidade de Osvaldo Aranha nos é fornecido por um dos homens que seguiram sua carreira política e participaram de seu gabinete por várias vezes. Trata-se da pequena mas importante obra de VELLINHO, M., *Osvaldo Aranha*. Porto Alegre, Ed. Lima, 1978. 46 p.

Janeiro, fez estudos jurídicos na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da mesma cidade. Uma curta passagem em 1917 pela École des Hautes Études, em Paris, e eis o jovem Aranha trabalhando como advogado em seu estado natal.

Os contatos com Getúlio Vargas datam de muito tempo, pois as duas famílias mantêm relações e ambas moram na região fronteira da Argentina. Contudo, se os contatos entre os jovens Getúlio e Osvaldo devem-se até então apenas aos estreitos vínculos entre as duas famílias, as coisas acontecem de modo diferente a partir de 1927, quando os dois jovens advogados começam a exercer sua profissão em suas respectivas cidades. Nessa época tem início uma cooperação profissional — troca de clientes, de informações, etc. — que vai se ampliando. Esse acordo será facilitado pelas afinidades políticas dos dois homens e pelo fato de pertencerem ao mesmo Partido Republicano de Borges de Medeiros.

As lutas armadas de que o Estado do Rio Grande do Sul é palco durante a década de 20 contam com a participação ativa de Osvaldo Aranha, que abandona cada vez mais seu gabinete de advogado para tornar-se unicamente um homem público. As rivalidades políticas no Rio Grande do Sul jamais foram pacíficas, e não raro pegavam-se em armas para debater idéias. Nesse plano, os costumes políticos gaúchos contrastam com os do resto do país. Osvaldo Aranha será por várias vezes ferido quando dessas refregas. O jovem Aranha é corajoso e, em uma região onde a política é também considerada uma arte marcial, ele tem grandes possibilidades de fazer carreira.

Depois de ter sido eleito deputado na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Osvaldo Aranha torna-se deputado federal, representando o Rio Grande do Sul no Rio de Janeiro. É o período em que Getúlio Vargas também faz parte da Assembléia Federal. Seus contatos, já estreitos desde o passado, tornam-se então muito regulares e uma sólida amizade começa a formar-se a qual nem o tempo, nem as rivalidades políticas, nem as diferenças de caráter apagarão. Porque diferenças de caráter existem entre os dois jovens políticos gaúchos! De um lado, as diferenças físicas. Osvaldo Aranha é alto, encantador, comunicativo; é sociável e trata as pessoas com familiaridade, sem meios termos e com franqueza. Getúlio, em compensação, é pequeno e corpulento, com tendência à obesidade. Por outro lado, as diferenças de personalidade. Deixemos a palavra a João Neves da Fontoura, que soube nos fazer ver e sentir esses dois personagens. Depois de ter confirmado as diferenças entre Osvaldo, o “homem do mundo” e Getúlio, o “homem de circunspecção”, João Neves da Fontoura constata que “também fez falta a Aranha o clima reparador de meditação e silêncio. Vivia numa roda-vida de manhã à noite. Ler mesmo acho que não lia, senão episodicamente. No entanto, conversava os assuntos com clareza e beleza”. Trata-se, portanto, de um homem volúvel, que “vivia sempre

cercado, a casa cheia, falando sem cessar. Os amigos acampados dia e noite em volta dele, constituíam, embevecidos, sua permanente platéia⁴⁵. Por sua vez, Getúlio Vargas é, segundo João Neves da Fontoura, um homem que, “apesar de comunicativo, muito atraente no trato pessoal, acolhedor, de uma grande simpatia física, gracioso nas palavras, era um individualista fechado no seu eu. Não se abria com ninguém, continua João Neves, e chegou mesmo a se dizer que preferia ser interpretado a interpretar-se. Fazia-se forte nos seus silêncios, nas reticências, nas meias palavras, sem embargo de ser orador brilhante nos improvisos”⁴⁶. Aranha dava-se por inteiro, ao passo que Vargas “mantinha indevassáveis seus territórios íntimos mesmo para com os amigos”. Dessa atitude, João Neves da Fontoura tira uma conclusão não desprovida de perspicácia: “ao homem, que não faz confidências, sobra facilidades para recuar ou avançar na forma que lhe for ditada pelas conveniências da sua política”. Para concluir, podemos dizer que “ao redor de Aranha lavrava um círculo de fogo, desdejando ação, incêndio que ele mesmo às vezes não conseguia ou não sabia apagar. Vargas, entretanto, protegia seu isolamento interior por uma couraça de gelo e pelo senso da medida na convivência com os semelhantes”⁴⁷.

Dois homens, dois caracteres, duas atitudes políticas diametralmente opostas, mas igualmente dois aliados, dois cúmplices unidos por uma grande amizade a partir de 1920. Esses vínculos se fortalecem quando os dois jovens políticos encontram-se na capital federal como representantes do Rio Grande do Sul. O afastamento da terra natal e a necessidade de coordenar sua ação política no Rio de Janeiro fazem com que Getúlio e Osvaldo estejam frequentemente juntos.

Quando Getúlio é eleito presidente do Estado do Rio Grande do Sul, em 1928, chama Osvaldo e o nomeia Secretário de Justiça e de Negócios Interiores, o posto mais importante de seu gabinete. A partir de então, sua vida política será levada em conjunto. Assim, quando se prepara a ação da AL que deve derrubar Washington Luís, os dois homens conjugam a contemporização, a hesitação e o duplo jogo de Getúlio com o ardor de Osvaldo, seu radicalismo na atitude a adotar em face do poder central. Diremos mesmo que toda a ação de Osvaldo tem apenas um único objetivo: a queda da Primeira República; Getúlio, por sua vez, reflete e dialoga.

Existem, de qualquer forma, alguns traços comuns aos dois personagens. O fato de terem nascido em ricas famílias da região fronteiriça com a Argentina; essa região, onde as linhas de demarcação foram por muito tempo flexíveis e os ataques de improviso dos dois lados da fronteira moeda

(45) NEVES DA FONTOURA, J., *op. cit.*, v. II, p. 9.

(46) *Ibidem*.

(47) *Ibidem*.

corrente, exige de seus habitantes muito sangue-frio e sobretudo coragem. Osvaldo já havia demonstrado essas qualidades, ao passo que Getúlio terá várias vezes ocasião de comprová-las.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu a 19 de abril de 1883 na pequena cidade de São Francisco de São Borja e é o terceiro filho de uma família que terá cinco. Seu pai, Manuel do Nascimento Vargas, destaca-se na Guerra do Paraguai como um intrépido comandante e após a vitória instala-se em São Borja. Portanto, é em um meio que aprecia os feitos de armas, e que deles participa, que o jovem Getúlio viverá sua infância. Como a família tem recursos, Getúlio pode deslocar-se com seus irmãos para completar sua educação. Esta só pode ser militar, aos olhos do “velho” Vargas. Mas Getúlio não gosta da carreira militar. A dureza da vida de caserna, assim como as injustiças do sistema e dos costumes militares não surgem nas histórias paternas ao pé do fogo. A carreira militar de Getúlio dura pouco. A única possibilidade que se apresenta então ao jovem Getúlio é fazer estudos jurídicos. Pois nenhum outro caminho lhe parece mais nobre e mais fácil para o poder do que o ofício das armas e o das leis. Ele entra então para a Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1904. É nesse momento que, tendo conservado contatos com os meios estudantis militares, ele conhecerá alguns alunos da Escola Militar de Porto Alegre. Liga-se por laços de amizade a vários deles e em particular a Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra.

Ao final de seus estudos jurídicos, Vargas volta para sua cidade natal a fim de exercer a profissão de advogado, e dois anos mais tarde, em 1909, elege-se deputado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. À parte um intervalo, de 1913 a 1917, ocupará seu posto até 1922, quando é eleito deputado federal. Reeleito em 1924, torna-se então o porta-voz dos deputados de seu estado natal e toma parte ativa na Comissão de Finanças da Câmara. Esse trabalho aliado ao fato de Washington Luís querer manobrar o Rio Grande do Sul, faz com que Vargas seja chamado para o cargo de ministro das Finanças no novo governo brasileiro, empossado em novembro de 1926. Portanto, é de um cargo importante do governo federal que Borges de Medeiros vem tirar Vargas em 1927 para fazê-lo presidente do Estado do Rio Grande do Sul.

As hesitações de Vargas, tanto quando se trata de se apresentar às eleições presidenciais de 1930, como quando é preciso levantar-se contra as manipulações das urnas, são apenas dois exemplos do lugar que a reflexão e a temporização ocupam em seu espírito. Vargas, já o dissemos, é um cético que não tem o hábito de tomar iniciativas pessoais. Ele aguarda. E aguardará até o aparecimento de condições favoráveis, o momento em que não será um candidato a mais, mas “o” candidato, indispensável à convergência das diferentes tendências. Nesse sentido, não surpreende vê-lo candidato único à eleição presidencial do Rio Grande do Sul em 1927 e constatar que

ele manterá, sozinho, ciumentamente, o poder supremo da nação durante quinze anos...⁴⁸.

A personalidade de Vargas alia numerosos aspectos que podem parecer contraditórios à primeira vista. Um traço de caráter mais acentuado, por exemplo, que marca toda a ação política getulista, é sua tendência à conciliação.

Desde que julga estar em posição de fraqueza, Vargas faz concessões facilmente. Parece então tornar-se um parceiro ou um adversário fácil de manobrar. Contudo, é preciso que seus interlocutores estejam prevenidos, pois sua técnica consiste em rilhar progressivamente todas as concessões concedidas anteriormente. Essa tática, além de evitar o endurecimento das

(48) Quando se aborda o estudo da obra de Vargas e do homem Vargas, há que se fazer uma escolha entre as fontes, pois o biógrafos de Vargas ou os que por uma razão ou outra foram levados a escrever sobre esse personagem histórico contraditório não puderam libertar-se do fascínio ou do desagrado que Vargas lhes inspirou. Conseqüentemente, a tarefa de analisar Vargas é duplamente difícil; de um lado, deve-se tentar apreender uma personalidade complexa e, de outro, deve-se estar precavido contra os testemunhos excessivamente parciais feitos sobre Vargas. Existe uma série de obras em português, mas também em francês, que podem ser consideradas como "biografias oficiais". Entre estas, citem-se em especial FRISCHAUER, P., *Getúlio Vargas, un portrait sans retouches*, Rio de Janeiro, Ed. Americ, 1944. 382 p.; FLEURY, J.-G., *Getúlio Vargas, Président des Etats-Unis du Brésil*, Paris, Ed. Plon, 1939. 92 p. Mencionem-se ainda a obra de ARAÚJO LIMA, C., *Mito e Realidade de Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1955. 130 p.; bem como o trabalho original e interessante de um dos colaboradores de Vargas, QUEIROZ JUNIOR, que nos relata 222 *Anedotas de Getúlio Vargas*, 2. ed. Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1955. 198 p. e do mesmo autor *Memórias sobre Getúlio*, Rio de Janeiro, Ed. Copac, 1957. 321 p. Entre as obras hostis e francamente contrárias, a mais formidável é o trabalho panfletário de HENRIQUES, A., *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1966. v. III, 1483 p. A exceção mais notável ao partidarismo dos testemunhos é João Neves da Fontoura. Embora tenha caído em desgraça junto a Vargas a partir de 1932, consegue escrever suas memórias sem paixão e sobretudo com perspicácia e inteligência. As memórias de algumas pessoas bastante próximas de Vargas, como seu secretário LUIZ VERGARA, *Fui Secretário de Getúlio Vargas*, Porto Alegre, Globo, 1960. 248 p. e as de seu guarda-costas FORTUNATO, G., *Eu fui Guarda-costas de Getúlio*, Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1949. 422 p., são bastante decepcionantes.

Em compensação, uma pessoa que nos informa de maneira inesperada é a própria filha e colaboradora de Vargas, VARGAS DO AMARAL PEIXOTO, A., *Getúlio Vargas, meu Pai*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1960. 414 p. Suas informações surpreendem na medida em que, tendo em vista o caráter passional do debate, a autora teria razões de sobra para tomar uma atitude francamente favorável. Ela o fará por várias vezes (cf. sua entrevista publicada com o título "Vargas em 54: "Ah, não adianta mais nada" no jornal *O Estado de S. Paulo* de 16 de julho de 1978). Isso não impede que seu testemunho seja honesto e nos informe sobre vários aspectos da personalidade e da ação política de Vargas. Finalmente, entre os trabalhos consagrados a Getúlio Vargas, foi um pesquisador norte-americano, que, por sua condição de estranho à vida política brasileira durante esse período conturbado, pôde realizar a obra mais isenta de paixão sobre a era getulista, apesar do pouco espaço que o autor concede à pessoa de Vargas, cf. DULLESH, J. W. F., *Getúlio Vargas, biografia política*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Renes, 1977. 408 p. (a versão original em inglês foi publicada em 1967 com o título *Vargas of Brazil, a political biography*. University of Texas Press, Austin. 395 p.).

oposições, faz de Vargas um homem aberto ao diálogo aos olhos da oposição. É a Vargas que devemos a frase de efeito: "inimigos políticos não são jamais nem tão inimigos que não possam vir a ser meus amigos"⁴⁹. Esta qualidade, no entanto, tem como corolário um outro traço particular: quando Vargas se encontra em posição de força, ele então é irredutível. Sua carreira de político é rica de exemplos da rigidez com que ele enfrenta os mais fracos. Para convencer-se disso basta pensar no movimento comunista brasileiro durante a era getulista.

Getúlio Vargas não é somente apenas um caudilho brasileiro. Certamente ele também é duro e de coragem física inegável. Contudo, sabe também manobrar habilmente os assuntos políticos, adaptando-se às circunstâncias, qualidade que via de regra não se encontra nos caudilhos. Seu senso político não provém de uma formação filosófica acentuada, que em Vargas não vai além de algumas leituras de Comte e de Zola. Diremos que seu senso político é inato e faz dele o homem do silêncio, o político por excelência nesse ruidoso Brasil.



Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha.

(49) Declaração feita por Getúlio Vargas a Emil Ludwig e reproduzida por VARGAS DO AMARAL PEIXOTO, A., *Getúlio...*, *op. cit.*, p. 221. Isso é confirmado por Queiroz Junior, 222 *anedotas...*, *op. cit.*, pp. 115-6. Nessa mesma coletânea, encontramos outra passagem esclarecedora sobre a personalidade de Getúlio Vargas e sobretudo seu oportunismo. Assim, quando opositores de Vargas tentam organizar-se em uma frente comum para melhor lutar contra o ditador, têm de tomar algumas precauções e realizar suas conversações em segredo; não em virtude da repressão, mas porque se Vargas ouve que está sendo organizado um novo movimento político de oposição, ele adere! (pp. 58-9). A capacidade que Vargas tem de recuperar seus inimigos políticos e de fazer deles aliados nos foi confirmada por Vasco LEITÃO DA CUNHA (entrevista de julho de 1978 no Rio de Janeiro). Com efeito, Costa Rego, redator-chefe do jornal de oposição *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, foi convidado por Vargas para participar de seu governo. Costa Rego percebe imediatamente as intenções de Vargas, que quer eliminar uma oposição perigosa. Costa Rego recusa nestes termos: "Obrigado, Senhor Presidente, se eu não tenho a honra de entrar no seu governo, estou certo, entretanto, que ficando de fora, o senhor é obrigado a continuar me tratando bem!"

CAPÍTULO II EVOLUÇÃO OU REVOLUÇÃO?

a) O novo programa governamental .

A plataforma eleitoral da AL, tornada pública em 2 de janeiro de 1930, adquire uma importância fundamental para o futuro político do país após outubro de 1930. Esse programa, à imagem das forças que compõe o movimento revolucionário, é heteróclito. Passa em revista em grande número de questões importantes, mas não se preocupa de modo algum em fazer uma análise aprofundada e propor os meios para resolver os principais problemas que se apresentam para o país. Assim, o programa do jovem governo revolucionário não vai além do estágio dos princípios gerais e das declarações de intenção⁵⁰. No entanto, o fato de expor um certo número de princípios diretores — por vezes contraditórios — dá, de qualquer modo, um resumo da tendência política e das opções econômicas dos novos senhores do país.

Entre as principais preocupações do novo governo, as questões políticas ocupam lugar considerável. Isso é explicado pela história do movimento, bem como pela facilidade com que se chega a um consenso no seio da AL sobre essas questões. Estas se resumem a dois grandes temas: a democratização e a anistia aos prisioneiros e perseguidos políticos. O primeiro ponto implica a adoção de algumas medidas, tais como a introdução do voto secreto, a interrupção da fraude eleitoral e a redação de uma nova constituição. É, portanto, sob a bandeira da reconciliação nacional, da democratização e da moralização da vida política do país que a AL pretende desenvolver a revolução de outubro de 1930.

Os objetivos políticos só serão atingidos parcialmente. Pois, se por um lado, há efetivamente libertação dos prisioneiros políticos, por outro, haverá outras prisões e banimentos dos adversários da revolução. Além disso, a democratização do país será malsucedida e o movimento revolucionário se tornará unicamente getulista. Assim, a personalização do poder persiste talvez mesmo de modo mais acentuado do que antes.

(50) O contraste será marcante sete anos mais tarde, quando Vargas prolongará seu "contrato", mas então com um programa extremamente elaborado, sobretudo sob o aspecto ideológico.

A questão social, isto é, os movimentos de protesto e as greves dos trabalhadores urbanos, anteriores a 1930, em virtude das más condições de vida do proletariado nascente, tornados mais agudos ainda em virtude da tomada de consciência política, é tratada pela plataforma da AL de maneira ambígua. É verdade que oficialmente deixa-se de relevar os problemas sociais e econômicos dos trabalhadores considerando-os como simples “caso de polícia”⁵¹ como se fazia antes de 1930. Isso não impede que a AL, ao mesmo tempo que reconhece a existência da questão social e a necessidade de resolvê-la, afirme que ela não é grave e que basta tratá-la com seriedade. Com isso a AL prega o respeito e a aplicação das convenções e recomendações do Bureau International du Travail, de que o Brasil faz parte, sem observar as convenções e conclusões⁵². É significativo constatar que, já nesse momento, a AL afirma que “tanto o proletariado urbano como o rural (sic) necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades”.⁵³

O princípio da tutela que o Estado deve exercer sobre as classes trabalhadoras e fracas da sociedade é aqui apenas esboçado, mas em breve adquirirá uma forma mais concreta, que impedirá o aparecimento de um sindicalismo livre no país.

O programa da AL é mais explícito quando se trata das questões econômicas. A crise sofrida pelo setor do café torna-se “o mais urgente dos problemas econômicos atuais do Brasil”⁵⁴. Contudo, a solução não se encontra mais na política de “revalorização do café”, cuja falência é evidente. Mais do que favorecer a formação de enormes estoques necessários ao apoio dos preços, a AL prefere “a redução dos gastos de produção”⁵⁵. Não se indica como é preciso proceder para atingir esse objetivo; finalmente, será constatado que a política econômica do governo revolucionário se assemelhará estranhamente àquela desenvolvida antes de outubro de 1930. No entanto, a situação de crise da economia nacional incita a AL a corrigir a estrutura

(51) CARONE, E., *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Ed. Buriti, 1965. p. 74.

(52) VARGAS, G., *A Nova Política do Brasil*, (NPB). Rio de Janeiro, José Olympio, 1938. v. 1, p. 27. A coleção “a nova política do Brasil (NPB)” é a coletânea das declarações, programas e discursos de Getúlio Vargas de 1930 a 1944. Essa coletânea tem um total de dez volumes, todos publicados pelo mesmo editor. Quando citarmos passagens da coletânea, limitar-nos-emos a indicar o volume e a página citadas.

(53) NPB, *op. cit.*, É impossível dizer a quem cabe a paternidade do programa da Aliança Liberal. Suas contradições e suas generalidades levam a pensar que o programa da AL é resultado de um compromisso entre uma linha liberal dirigida pelo próprio Getúlio Vargas e uma linha mais social, representada por membros do tenentismo. De qualquer modo, não se trata de um “programa do povo”, ao contrário do que quer fazer crer Getúlio Vargas. NPB, *op. cit.*, p. 19.

(54) NPB, *op. cit.*, p. 49.

(55) *Ibidem*, p. 50.

de produção econômica do país para que ele possa sair da dependência de um único produto. Assim, a AL propõe, em um primeiro tempo, a diversificação da produção agrícola e, conseqüentemente, das exportações, a fim de que o Brasil escape aos “perigos da monocultura”⁵⁶. Observe-se, a esse respeito, que é a partir de 1930 que o algodão adquirirá progressivamente um lugar mais importante na produção e nas exportações nacionais.

Em um segundo tempo, a AL declara que é preciso cuidar do indispensável desenvolvimento industrial. Não se trata tanto, nos termos da época, de fazer com que o país saia do subdesenvolvimento quanto de assegurar uma industrialização de que depende “a própria segurança nacional”⁵⁷. Nesse contexto, um dos pontos-chave do programa da AL, o que se tornará um dos aspectos importantes da política externa brasileira após 1930, é a modernização do equipamento militar do país⁵⁸.

A crise econômica mundial de 1929 mostrou bem que o Brasil não pode mais continuar a depender inteiramente do estrangeiro para o suprimento de bens industriais. É preciso que comece sua própria política de “substituição das importações”, que lhe garante maior autonomia em relação ao exterior. A realização de uma política de industrialização, que começa então a se esboçar, é inteiramente condicionada pela implantação de uma indústria de base, e em particular de um complexo siderúrgico, pois o país não tem ainda usinas que possam transformar o ferro e o aço. Não seria demais enfatizar a importância dessa questão para o Brasil e para sua política externa. Getúlio Vargas mesmo considera a questão siderúrgica como o “problema básico” da economia brasileira e enquanto ele não for resolvido o Brasil não conhecerá “a opulência econômica”⁵⁹. A partir de outubro de 1930, a implantação de um complexo siderúrgico constituirá uma das pedras de toque do programa de Getúlio Vargas e, a esse respeito, condicionará a atitude brasileira em relação à Alemanha e aos Estados Unidos até 1942.

b) O Governo Provisório (1930-1934)

Os primeiros tempos depois da revolução de outubro de 1930 são difíceis, pois logo que o inimigo comum desapareceu, as diferentes forças da

(56) *Ibidem*, p. 38.

(57) *Ibidem*, p. 39.

(58) Se a instalação de uma indústria de base é um sonho a longo prazo da AL, a mais curto prazo ela se propõe a dotar as Forças Armadas de um equipamento militar moderno. Nesse sentido, os fornecimentos militares, tanto por sua importância intrínseca, quanto pelo papel dos militares no novo regime, constituirão preocupações fundamentais para o futuro, cf. NPB, v. I, pp. 29-33. Para uma análise lúcida e crítica da situação militar do Brasil, logo após a revolução de 1930, ver em especial MAGALHÃES, J. B., *A evolução...*, *op. cit.*, p. 327 e s.

(59) NPB, *op. cit.*, p. 100-3.

AL desagregam-se. Questões pessoais, interesses divergentes, ambições concorrentes, eis o que separa em um primeiro momento os vencedores de outubro de 1930. No entanto, pouco tempo depois, uma clivagem mais profunda faz surgir duas tendências: de um lado aqueles que, como João Neves da Fontoura e Borges de Medeiros, aspiram a que a revolução cumpra seu objetivo maior, isto é, a democratização do país e a elaboração de uma nova constituição; e de outro lado aqueles que, como Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas, consideram a revolução como um fato concreto e irreversível, que não precisa de legalização. Essas diferenças mostram — se ainda é preciso — a fragilidade da AL que, no fundo, é apenas uma formação eleitoral utilizada para derrubar a Primeira República, mas que permanece incapaz de elaborar uma nova política e realizar um governo efetivamente revolucionário.

Sobre um pano de fundo econômico extremamente melancólico, onde as seqüelas da crise mundial de 1929 ainda são graves⁶⁰, os novos senhores do país vão entredevorar-se durante os quatro primeiros anos de governo “provisório”⁶¹. Além dos dois grupos mencionados, outros, tal como o movimento tenentista, participam ativamente do debate político. O tenentismo, movimento heteróclito, baseia sua ação no *slogan*: “mais justiça e representatividade”. O tenentismo, é preciso explicitar, não quer colocar em questão as estruturas da sociedade nem as do poder; o único objetivo de seus partidários é substituir os dirigentes anteriores a 1930. Para isso, funda-se o Clube do 3 de Outubro (dia do início da revolução) onde os tenentes discutem questões nacionais sob a presidência de Pedro Aurélio Góis Monteiro⁶². Tendo em vista a ausência de forças políticas organizadas em escala nacional, o Clube do 3 de Outubro representa a maior força política do país logo após a revolução e deverá servir de base a um futuro partido político tenentista.

A importância concedida pelo tenentismo à mudança de pessoas nos cargos de responsabilidade explica a atenção com a qual ele segue as nomeações feitas pelo Governo Provisório. Entre os cargos mais cobiçados encontram-se os de interventores. Com efeito, o Governo Provisório, ao não organizar eleições, cria, com vistas a substituir os presidentes dos estados por pessoas de confiança, o cargo de interventor, que deve assumir a direção dos Estados da Federação. É natural, portanto, que, em um país de tão vas-

(60) A crise econômica assolará o Brasil até 1934, quando, por razões internas (aumento do consumo) e internacionais (novos mercados), ela será superada.

(61) Para melhor perceber as rivalidades políticas, pessoais e regionais dentro da AL ver em especial NEVES DA FONTOURA, J., *op. cit.*, v. II; TÁVORA, J., *Uma vida...*, *op. cit.*, v. II e DULLES, J. W. F., *Getúlio...*, *op. cit.*, pp. 91 e s.

(62) Os principais membros da tendência tenentista dentro do grupo dos revolucionários são Juarez Távora, Pedro Aurélio Góis Monteiro, Pedro Ernesto, José Américo de Almeida, João Alberto e Osvaldo Aranha.

tas dimensões e bastante descentralizado, e onde os interventores terão de administrar estados imensos, o Clube do 3 de Outubro tente colocar seus membros ou simpatizantes à frente dos estados mais importantes. Os tenentistas têm como inimigo o que a historiografia brasileira chama tão ingenuamente de “a oligarquia dos estados.” Esta é formada essencialmente de políticos locais que aceitam a Revolução à medida que ela não os afaste do poder regional, e desenvolve uma dura batalha contra o tenentismo. Assim, por exemplo, o Governo Provisório não consegue chegar a um acordo para a nomeação de um interventor para o importante Estado de Minas Gerais. Por fim, pouco falta para que recorra às armas para ver-se confirmar o não-tenentista Olegário Maciel na função de interventor de Minas Gerais.

A derrota sofrida pelo tenentismo em Minas Gerais deve ser rapidamente apagada e o Clube do 3 de Outubro se esforça para conquistar o cargo de interventor no Estado de São Paulo. Ainda uma vez as rivalidades reacendem-se e desta vez o Ministério Negro — como são chamados os membros do Clube do 3 de Outubro — consegue colocar um dos seus à frente desse importante Estado. Esse cargo cabe a João Alberto, que, além do fato de ser membro do Clube do 3 de Outubro não é oriundo do Estado de São Paulo. Este estado, o grande perdedor da revolução de 1930, aceita muito mal tamanha ingerência do poder central. Essa situação em breve se tornará insustentável e os dirigentes políticos de São Paulo lançar-se-ão em uma luta aberta e armada contra o Rio de Janeiro.

Qual a posição adotada por Getúlio Vargas frente a essas lutas intestinas sem trégua? Ela é feita de espera e oportunismo. Às vezes, ele dá satisfação aos pedidos tenentistas — veja o caso do interventor em São Paulo — outras ele os recusa e concede seu apoio aos dirigentes políticos tradicionais (caso de Minas Gerais). Vargas pratica portanto a mediação e o compromisso. Ele se quer acima das tendências e dos grupos. Todavia, é evidente que as aspirações dos membros do Clube do 3 de Outubro de se constituir em partido político, bem como a atitude às vezes rígida de alguns de seus dirigentes fazem do Clube do 3 de Outubro o principal rival do poder pessoal de Getúlio Vargas. Este começa então a aplicar sua tática política: uma política de mediação acompanhada de concessões e, em um segundo momento, o afastamento dos elementos mais intransigentes do tenentismo. As qualidades de temporização de Getúlio Vargas, bem como sua atitude ambígua, tornam-se evidentes. O exemplo mais claro dessa maneira de proceder é a formação de seu primeiro Governo Provisório, no qual busca-se o equilíbrio das tendências em detrimento da eficácia e da coerência⁶³.

(63) O primeiro Governo Provisório inicia seus trabalhos de novembro de 1930; trata-se de um arranjo *sui generis* de Vargas, mais preocupado em consolidar a revolução através de

As primeiras medidas tomadas pelo Governo Provisório são a dissolução do Congresso Nacional e dos órgãos legislativos dos estados e municípios. Em seguida designam-se interventores à frente dos principais Estados da Federação, o que permite ao Governo Provisório ter o controle do conjunto da política nacional. Enfim, o novo governo cria alguns ministérios, como o da Educação e o da Saúde Pública e um pouco depois o do Trabalho, da Indústria e do Comércio (MTIC)⁶⁴.

O importante Ministério do Interior e da Justiça (MIJ) cabe a Osvaldo Aranha, mas ao final de 1931 ele o deixa e passa a ocupar o da Economia. Dedicar-se, então, à realização um plano para o soerguimento econômico conhecido pelo nome de Esquema Aranha. Esse plano, contrariamente ao que deixava supor o programa da AL, não tenta de modo algum diminuir os custos de produção do café mas antes de tudo sustentar os preços desse produto no mercado mundial. Isso é grave para a posição brasileira no mercado mundial, pois os preços ainda elevados do produto incitam outros países a se lançarem na produção. O Brasil perde então progressivamente sua posição monopolizadora no mercado mundial do café⁶⁵.

Considerando-se o conjunto das medidas adotadas pelo novo governo — sobretudo no plano econômico — constata-se que, com exceção da criação de novos ministérios, símbolo de certas preocupações sociais — o Governo Provisório faz obra de espantosa continuidade.

Todavia, é finalmente no plano político que a Revolução de outubro de 1930 mais decepcionará aqueles que dela esperavam uma verdadeira mudança. Com efeito, um dos objetivos da AL era o de acabar com a fraude eleitoral; ora, os revolucionários não organizam nem eleições nem plebiscitos e, além do mais, ingerem-se nas questões internas dos Estados da Federação nomeando os interventores. Cúmulo do despotismo, os interventores,

múltiplas adesões, do que procurar uma equipe governamental coerente. Nesse governo encontram-se representantes das duas principais tendências, membros do tenentismo e também políticos que serviram sob o antigo regime, como o ministro da Guerra, General Leite de Castro, e o ministro da Marinha, almirante Isaias de Noronha.

(64) A criação do MTIC é o primeiro passo na obra mais considerável da carreira política de Vargas. Com efeito, acompanhando a criação do MTIC, começa a surgir no país uma legislação social e do trabalho. Desenvolvida mais tarde, a legislação do trabalho dá origem à política dita trabalhista, e que dará um caráter populista ao governo Vargas. Uma das instâncias mais importantes por seu conteúdo e sua aplicação prática são as Juntas de Arbitragem, encarregadas de resolver os conflitos trabalhistas.

(65) O “Esquema Aranha” prevê além do mais a limitação da dívida externa do país a vinte milhões de libras esterlinas, o que é evidentemente excessivo para uma economia frágil como a do Brasil, que vê assim todas as suas reservas em divisas hipotecadas pela dívida externa. Outra disposição importante do esquema é a proibição de os estados e municípios contraírem dívidas no estrangeiro sem a autorização dos responsáveis do governo central. Pensa-se assim evitar a anarquia e os escândalos, moeda corrente do regime anterior, cf. BELLO, J. M., *Histórias...*, *op. cit.*, pp. 300-2.

são geralmente oriundos de outros estados. Quando se pensa na liberdade que tinham os estados antes de 1930, compreende-se melhor seu descontentamento.

O Estado que sofre mais com a ingerência do poder central é sem dúvida nenhuma São Paulo. O estado perdeu tudo com a Revolução de 1930: tanto a direção das questões nacionais quanto a das suas próprias questões. Além do mais, é um membro do Clube do 3 de Outubro que é designado interventor. O estado o considera inadmissível e em julho de 1931 o Partido Democrático — que agrupa todas as forças de oposição ao poder central — consegue que o interventor tenentista João Alberto seja demitido. Essa demissão irrita profundamente o Clube do 3 de Outubro, pois ela não é um fato isolado, mas se inscreve em um recuo geral do movimento. Então os tenentistas voltam-se para os responsáveis políticos tradicionais de São Paulo. Estes vêm na ação tenentista a mão do próprio Vargas e decidem desenvolver uma campanha anti-Governo Provisório. Exigem a organização imediata de eleições gerais com vistas à convocação de uma Assembléia Constituinte que deveria regulamentar o futuro político da nação.

Outras vozes fazem-se ouvir, como as de João Neves da Fontoura e sobretudo do patriarca Borges de Medeiros, que se elevam contra a personalização do poder e a falta de base constitucional do Governo Provisório. Definitivamente, esse “provisório” dura muito e uma oposição se organiza.

Nesse interim, Getúlio Vargas tergiversa. Decide-se finalmente, em maio de 1932, a aceitar as exigências da oposição e fixa para 3 de maio de 1933 a data em que se realizarão eleições que deverão designar uma Constituinte. O prazo de um ano é longo. Tanto mais que os legalistas consideram a concessão de Getúlio Vargas como um sinal de fraqueza e decidem então radicalizar ainda mais sua atitude. É em São Paulo, ainda uma vez, que a crispação e o descontentamento são mais intensos. Então a palavra de ordem do Partido Democrático torna-se “Abaixo o Governo Provisório”. Na impossibilidade de fazer Vargas cair em virtude de suas próprias fraquezas e de suas divisões internas, o Partido Democrático decide pegar em armas. Trata-se da Revolta Constitucionalista de São Paulo. Estamos então em julho de 1932 e no mês seguinte é a vez do Rio Grande do Sul levantar-se sob o comando de Borges de Medeiros. A falta de apoio dos outros Estados da Federação e o bloqueio que os revoltosos sofrem tornam a luta desigual. Em setembro, há o retorno à calma e as revoltas são dominadas. O Governo Provisório deve ser muito grato às Forças Armadas que lhe permaneceram fiéis, e em particular a Góis Monteiro e a Gaspar Dutra, que foram inflexíveis na repressão. Esses dois personagens começam então a identificar-se inteiramente com o próprio Vargas.

Depois da vitória das forças fiéis a Vargas, alguns políticos de São Paulo e do Rio Grande do Sul — como João Neves da Fontoura — têm de exilar-se. Outros são colocados em residências vigiadas. Assim, Borges de

Medeiros é designado para estabelecer-se em residência nos arredores de Recife, muito longe de suas bases políticas do Rio Grande do Sul. Mas, em definitivo, a atitude de Getúlio Vargas em face dos revoltosos é marcada pela mansuetude. Por paradoxal que isso possa parecer, a derrota dos constitucionistas é a vitória da Constituinte. Getúlio Vargas sabe que no momento é melhor ceder para melhor desarmar todas as oposições reais e potenciais. Mantém então sua promessa de eleição para a Assembléia Constituinte em maio de 1933.

As eleições gerais para designar os deputados da Assembléia Constituinte realizam-se sem incidentes maiores como previsto em maio de 1933. Os 250 deputados eleitos começam então os trabalhos para a redação de uma Carta fundamental que legalizará, finalmente, a Revolução de Outubro de 1930.

c) O governo legal (1934-1937)

1. A CONSTITUIÇÃO DE 1934

A Constituinte trabalha até meados do ano de 1934 para preparar uma nova Constituição. Esta é bastante singular pois prevê que paralelamente aos 250 deputados membros da Câmara Baixa, haverá 50 representantes de classe eleitos pelas associações profissionais. Não se fala ainda da existência de duas Câmaras distintas — uma econômica e outra política como na República de Weimar; mas a cláusula que previa que um sexto dos membros do Legislativo serão oriundos diretamente das corporações mostra a influência exercida pela organização parlamentar de certos Estados europeus sobre a Constituição brasileira de 1934.

Como os sindicatos e os representantes de classe são “protegidos” pelo Estado a partir de 1930 — sobretudo em razão do controle exercido pelo MTIC na criação dos novos sindicatos — pode-se dizer que os cinquenta representantes corporativistas designados para a Câmara dos Deputados, o são com o beneplácito do governo federal. Com efeito, são os defensores da política governamental e não dos interesses das corporações que supostamente eles representam. De resto, incorporam-se logo, eivando-se dos mesmos vícios, servindo sobretudo de massa de manobras parlamentares”...⁶⁶.

A Constituição prevê um sistema bicameral mais desequilibrado, pois as atribuições do Senado são minimizadas. Cada estado só poderá contar com dois senadores e estes não terão competência legislativa. Resta então ao

(66) BELLO, J. M., *História...*, *op. cit.*, p. 310.

Senado promover a “coordenação dos poderes públicos, manter a continuidade administrativa, velar pela Constituição”⁶⁷.

A dominação absoluta do poder do Executivo instaurado pela Constituição de 1891 é diminuído desta vez. Doravante, os ministros de Estado são responsáveis por seus atos diante do Congresso e limita-se também a duração do mandato presidencial a quatro anos, não renovável. É o sufrágio universal que designará o presidente da República (art. 52, al. I), salvo o de 1934, pois a Constituinte se arroga o direito de eleger o chefe de Estado. Há três candidatos: Getúlio Vargas, Góis Monteiro — representante do que resta do movimento tenentista — e Borges de Medeiros, candidato da oposição.

A 15 de julho de 1934 a designação da Constituinte transforma-se em uma inundação getulista. Com efeito, Vargas obtém 175 votos, Borges de Medeiros, 59 e Góis Monteiro, somente 4. A Constituinte enterra definitivamente o tenentismo enquanto movimento político importante, e confirma a força adquirida por Getúlio Vargas no cenário político nacional⁶⁸, isso apesar do desprezo que manifesta em relação à Constituinte⁶⁹.

O próximo período eleitoral presidencial está fixado para inícios de 1938. Contudo, já está excluído que Vargas possa candidatar-se novamente em razão das disposições constitucionais. Essa precaução tomada pela

(67) *Ibidem*, pp. 310-1.

(68) A autoridade crescente de Vargas, que consegue eliminar o tenentismo enquanto força política e que desarma os legalistas com a Constituinte, é cada vez mais confirmada. Para ilustrar isso, citemos o episódio da nomeação do interventor em Minas Gerais em dezembro de 1933. Dois grupos rivalizam pela nomeação desse interventor, que deve ocupar o lugar de Olegário Maciel, falecido no mesmo ano. O primeiro é de inspiração tenentista e defende a nomeação de Virgílio de Melo Franco; é apoiado entre outros por Osvaldo Aranha e Gustavo Capanema. O segundo grupo é dirigido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que apresenta a Vargas uma lista com oito nomes suscetíveis de serem escolhidos. Quando Vargas tem essa lista em suas mãos, pergunta a Antonio Carlos se ele não “esqueceu ninguém”, por exemplo, Benedito Valadares. E Antônio Carlos responde imediatamente que foi um lapso. Acrescenta então à lista o nome de Benedito Valadares. Como se pode supor, a escolha de Vargas recai sobre Benedito Valadares. Assim, quando Antônio Carlos anuncia a seus amigos políticos os resultados de seus encontros com Vargas e lhe perguntam qual o nome escolhido entre os oito da lista, ele responde que foi o nono! (entrevista com Vasco Leitão da Cunha, Rio de Janeiro, julho de 1978).

Osvaldo Aranha, por sua vez, colocou todo seu peso político a favor do candidato Virgílio de Melo Franco e quando Vargas designa Benedito Valadares, ele se sente desaprovado por Vargas e prefere demitir-se do governo. O papel político de Aranha nunca foi tão enfraquecido como nessa questão. Osvaldo Aranha decide então sair do Brasil e torna-se a partir de 1934 embaixador em Washington. Se o papel político de Aranha é atingido, o mesmo não ocorre com o de Vargas, que jamais usufruiu de tanto poder.

(69) DULLES, J. W. F., *Getúlio...*, *op. cit.*, pp. 141-4. Para um estudo interessante e exaustivo da Constituição brasileira de 1934 ver HAMBLOCH, E., *His Majesty the President: of Brazil a study of Constitutional Brazil*, Londres, Ed. Methuen, 1935, 252 p.

Constituinte é importante e Vargas deverá, se quiser respeitar a legalidade, contentar-se com um papel político de menor importância a partir de 1938. É o preço que Getúlio Vargas deve pagar em 1934 para poder ser o chefe do Estado brasileiro de fato e de direito, mas Vargas ainda está insatisfeito. Decididamente, o ambicioso político gaúcho se acomoda mal nas restrições constitucionais e declara mesmo que provavelmente será o “o primeiro a revisar esta Constituição...”⁷⁰. O futuro da democracia brasileira apresenta-se sob maus auspícios...

De qualquer maneira, Getúlio Vargas tem tempo para refletir em sua sucessão. No momento, outras preocupações ocupam-no, pois assiste-se a uma radicalização político-ideológica jamais vista na vida nacional. Doutrinas e idéias, até então pouco difundidas no Brasil, começam uma perigosa escalada e logo a propaganda é substituída pela ação armada. A esquerda se organiza então sob a bandeira da frente popular chamada Aliança Nacional Libertadora (ANL), ao passo que a direita e a extrema direita no movimento integralista.

O fato econômico mais importante experimentado pela estrutura produtiva brasileira durante a fase legalista do governo de Vargas, e que terá uma incidência direta nas relações comerciais entre o Brasil, de um lado, e a Alemanha e o Japão, do outro, é o aumento considerável da produção algodoeira do país. Com efeito, a economia brasileira encontra-se sufocada com a impossibilidade de aumentar suas exportações de café. Então, seguindo as diretrizes da AL quanto à necessidade de diversificar a produção, o país consagrará uma parte importante de suas capacidades produtivas agrícolas à cultura do algodão. É assim que a parcela do algodão nas exportações totais passa de 2,4% para 13,9% durante o período 1921-1939. Ao mesmo tempo, a parcela do café cai de 69,6% para 52,4% durante o mesmo período⁷¹. Se se examinam esses dados mais de perto, observa-se que o ano de 1934 é fundamental para as exportações algodoeiras. Com efeito, se estas representam apenas o valor de 32.72 cruzeiros em 1933⁷², passam no ano seguinte para um total de 456.19 cruzeiros⁷³. O que mostra a importância crescente adquirida pela cultura do algodão e o lugar que ela adquire progressivamente nas exportações, tanto mais que o governo continua ainda

(70) Declaração de Vargas relatada por FRISCHAUER, P., *Presidente...*, *op. cit.*, p. 315.

(71) IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1939-1940.

(72) O cruzeiro é a unidade monetária atual do Brasil. A partir de 1942 o mil-réis, unidade monetária de então, é substituído pelo cruzeiro; um milhão de réis valem então um cruzeiro, o que mostra a grande desvalorização da moeda brasileira durante a década 1930-1940. Assim, por exemplo, se um conto — que vale mil réis — equivale a 24,5 libras esterlinas em 1929, em 1937 não valerá mais que 8 libras esterlinas. Cf. IBGE, *Anuário 1939-40...*, *op. cit.*, p. 1359.

(73) Cf. O *Boletim do Conselho Federal do Comércio Exterior*, março de 1944, bem como MTIC, *Comércio Exterior do Brasil*, 1933-1937.

em 1933 a destruir uma boa parte dos estoques de café a fim de sustentar as cotações mundiais⁷⁴.

Apesar da importância da evolução econômica, não deixa de ser verdade que as mudanças mais profundas que o Brasil experimenta durante o período 1934-1937 são devidas à sua evolução política.

2. A ATITUDE DA ESQUERDA

A adoção de uma Carta fundamental, a reabertura das Assembléias Legislativas dos Estados, do Congresso Nacional, enfim a legalização do poder de Getúlio Vargas e dos revolucionários de 1930, são elementos capazes de apaziguar, em um primeiro momento, a vida política nacional. Os legalistas estão satisfeitos ao passo que os tenentes estão afastados do poder enquanto grupo político organizado.

Nesse meio tempo, o desencanto provocado entre alguns pela “revolução fracassada” de 1930 e a influência das ideologias ditas “exóticas” fazem aparecer no primeiro plano da cena política brasileira outras formas de expressão. Elas são essencialmente o comunismo pregado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e logo a seguir pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o integralismo, defendido pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Procedamos de maneira cronológica e abordemos, através de uma breve análise, a história e as preocupações da esquerda brasileira.

O movimento comunista nasce no Brasil no início da década de 20, quando as condições de vida extremamente precárias dos trabalhadores, a crescente urbanização e os ecos da revolução soviética atingem o incipiente proletariado brasileiro, o que não deixa de provocar uma certa agitação social, sobretudo nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. É o momento escolhido por alguns intelectuais e políticos pouco conhecidos para fundar, em 25 de março de 1922, em São Paulo, o PCB. Reconhecido desde então como sendo o ramo brasileiro do Komintern, o novo partido desenvolverá uma ação muito limitada durante seus primeiros anos de existência. O PCB se contentará com uma atividade literária e de debates doutrinários no seio da revista do partido *Movimento Comunista*⁷⁵.

A influência restrita do PCB junto aos trabalhadores é devido em grande parte à formação recente da classe operária. Sua origem camponesa

(74) Sobre a destruição dos estoques de café nos arredores de Santos em 1933, ver o testemunho de Cordell HULL, *The Memoirs*, New York, Ed. Macmillan and Co., 1940. v. I, p. 323.

(75) Para uma história do movimento de esquerda e mais particularmente comunista, ver em especial DULLES, J. W. F., *Anarquistas...*, *op. cit.*, sobretudo a partir da página 146, bem como o testemunho de DIAS, E., *Histórias...*, *op. cit.*

e a influência das últimas levas de imigrantes europeus, onde as tendências socialistas e anarco-sindicalistas são vivas, bem como o caráter nacional, onde as relações verticais predominam em relação às horizontais, fazem do trabalhador brasileiro um ser pouco receptivo à doutrinação. As tendências no seio do movimento comunista em particular e da esquerda em geral são múltiplas, mas geralmente mais próximas de Bakunin do que de Marx. As reivindicações mais imediatas são as que dizem respeito aos baixos salários, à luta contra a alta dos preços e as más condições de trabalho⁷⁶.

O PCB tem existência legal até 1927. O debate de idéias, preferido à ação política, bem como a repressão policial — de que se torna objeto a partir da passagem para a clandestinidade em 1927 — fazem dele um partido politicamente insignificante até o início da década de 30. Nesse momento, o PCB recebe em suas fileiras um homem que, por sua ação posterior, identificar-se-á com a própria evolução do PCB e do movimento comunista. Trata-se do antigo tenente Luís Carlos Prestes, que se vincula ao comunismo em 1930 quando está exilado em Buenos Aires.

Luís Carlos Prestes, nascido em Porto Alegre em 1898, tem formação militar e faz parte do movimento tenentista no início da década de 20. Depois de ter deixado o exército em 1923, organiza no ano seguinte uma coluna revolucionária que percorre o Brasil com o objetivo de levar a mensagem da mudança aos locais mais recônditos do país. Essa longa marcha brasileira, conhecida como Coluna Prestes, percorre mais de 26 mil quilômetros, combatendo as tropas legalistas. Uma população freqüentemente hostil à luta contra as tropas legalistas, fazem da operação um semifracasso e Prestes tem de se refugiar na Bolívia, em 1927. Na impossibilidade de voltar ao Brasil, Prestes estabelece-se em Buenos Aires e, antes de explodir a revolução de 1930, lança um Manifesto Comunista, no qual incita os tenentes a engrossarem as fileiras do PCB. Como seu apelo não é atendido e ao constatar o rumo tomado pela revolução, Prestes decide em 1931 instalar-se em Moscou, onde trabalha no Instituto Agrário soviético. Em 1934, torna-se membro do comitê executivo da Internacional Comunista e no ano seguinte aproveita o apaziguamento da vida política brasileira para voltar ao Rio de Janeiro⁷⁷.

Se a atitude de Prestes enfraquece o movimento tenentista, em compensação radicaliza o comportamento do PCB. Doravante, a revolução de 1930 representa para o PCB apenas uma ocasião perdida, pois essa revolução levada a bom termo da AL “antes que o povo a faça” em pouco

(76) Sobre as características do movimento operário brasileiro, consultar em especial IANNI, O. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963. 269. p.

(77) Ver também DULLES, J. W. F., *Anarquistas...*, *op. cit.*, sobretudo as pp. 415 e s.

tempo decepçiona a esquerda⁷⁸, que volta-se, então, para uma posição mais radical e começa a publicar os clássicos do marxismo-leninismo. Paralelamente, o PCB desenvolve uma campanha de infiltração e de recrutamento nas organizações estudantis e nos sindicatos⁷⁹. Contudo, é preciso esperar a volta do “Cavaleiro da Esperança”⁸⁰ ao país natal, para que o PCB decida passar à ação.

Os setores descontentes com o rumo político do país, com as promessas não cumpridas pela AL e com o domínio crescente que Vargas exerce sobre o poder são os três fatores que explicam a evolução iniciada logo após a “eleição presidencial” de 1934. Em março de 1935, as diferentes tendências, para as quais a legalização da revolução é de fato apenas o reconhecimento jurídico do poder pessoal de Vargas, se reagrupam no seio de um movimento de oposição chamado Aliança Nacional Libertadora. O espectro dos membros da ANL é bastante amplo. Além dos partidos e dos grupos de esquerda — em particular o PCB —, há certos sindicalistas, elementos tenentistas e personalidades independentes. O programa da ANL visa essencialmente a suspensão do pagamento das dívidas imperialistas (isto é, dos empréstimos contraídos pelo Brasil do exterior), a nacionalização das empresas estrangeiras, a supressão dos latifúndios com a introdução de uma reforma agrária e a satisfação das aspirações e mais justiça social.

Em 30 de abril de 1935, a ANL reúne-se no Rio de Janeiro em assembléia plenária e por indicação de Carlos Lacerda, jovem político carioca, inteligente e ambicioso⁸¹, escolhe Luís Carlos Prestes como presidente de

(78) Luís Carlos Prestes só obtém um benefício da Aliança Liberal e dos revolucionários de 1930: muito dinheiro! Com efeito, quando Prestes se refugia em Buenos Aires — verdadeira plataforma giratória do contrabando de armas para o Brasil — os membros mais decididos da AL, sobretudo João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha, decidem obter armas na Argentina para fazer frente a qualquer eventualidade. É Prestes quem se ocupa da compra de diversas armas leves, em um total de 415 000 dólares! Depois de ter recebido esse dinheiro, Prestes publica seu Manifesto Comunista e quando os revolucionários de 1930 querem recuperar as armas ou o dinheiro, Prestes declara que ele o doou ao movimento comunista. Segundo João Neves da Fontoura, a atitude de Prestes faz parte do que ele chama de “moral comunista” (cf. *op. cit.*, v. II, pp. 348-9).

(79) Assinalemos que a radicalização ideológica durante esse período não é característica apenas do Brasil, mas também de vários países da América Latina, como o México, por exemplo. Consultar CAMPBELL, J. C., “Political Extremes in South America”. In: *Foreign Affairs*, abril de 1942, v. 20, n° 3, pp. 517-34, bem como MEYER, J., *Le Sinarquisme: un fascisme mexicain? 1937-1947*, Paris, Ed. Hachette, 1977. 237 p.

(80) É o título de uma obra — decepcionante sob o ângulo literário, mas significativa politicamente — escrita pelo romancista Jorge AMADO, *O Cavaleiro da esperança: vida de Luís Carlos Prestes*, 10 ed. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1956, sobre a vida e a obra de Prestes.

(81) Carlos Lacerda se tornará um dos políticos de maior destaque durante várias décadas no Brasil. Sofrerá uma evolução ideológica radical, pois depois de ter sido um dos líderes da ANL em particular e da esquerda em geral, ele se tornará um de seus adversários mais acerbos. Seus dons oratórios e de grande polemista farão de Carlos Lacerda o porta-voz de uma

honra do movimento. Em virtude da presença de uma figura tão popular e quase mítica, depois de sua “longa marcha” da década de 20, e também em virtude de um programa político com o qual amplas camadas podem identificar-se, a ANL tem uma rápida expansão; dois meses depois de sua fundação possui 1 600 centros, no país.

A ANL começa então a organizar manifestações públicas, greves, campanhas de opinião, enfim, uma oposição cada vez mais aberta ao governo Vargas. Este aceita mal a contestação, na medida sobretudo em que se sente reforçado após a legalização de 1934. A presidência espera uma oportunidade para pôr termo às atividades da ANL. Essa oportunidade surge em pouco tempo, pois Prestes entusiasmado com os sucessos da ANL faz uma declaração em julho de 1935 convidando as massas “a tomar a direção da revolução”. A ocasião é muito oportuna para que Vargas não a aproveite. Assim, em 13 de julho, a sede da ANL é fechada por motivo de “atitude subversiva da ordem política e social” tomada por Prestes⁸². A escalada da contestação e da repressão pode então pôr-se em marcha. A política fecha sindicatos, sedes regionais da ANL e pode colocar na prisão os militantes, os setores mais radicais da ANL e, em particular, os comunistas. Sob essa pressão, decidem reagir duramente e começam a fomentar um levante militar. Imitando as técnicas putschistas da direita militar, a ANL inicia em novembro de 1935 uma operação que logo se verificará suicida e que comprometerá até hoje o movimento comunista no Brasil⁸³.

Para a ANL trata-se de controlar as guarnições militares do país. A sublevação só ocorre em certas casernas do Nordeste e alguns dias depois no Rio de Janeiro. Depois de algumas escaramuças, o fracasso é total, pois os revoltosos são pouco numerosos, mal organizados e agem sem qualquer coordenação. Contudo, o mais grave é o fato de que os militares legalistas descobrem — depois de terem reocupado as casernas — que alguns soldados legalistas foram aparentemente assassinados sem que lhes tenha sido concedida qualquer oportunidade de defesa. Isso é apontado como uma traição que convenientemente confirma para o governo o caráter antibrasileiro do movimento comunista. Até hoje, os acontecimentos de novembro

direta bastante atuante, à frente do combate político por ocasião das crises mais graves, como as de 1954 e 1964. Consultar o interessante testemunho de LACERDA, C., *Depoimento*, Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1978. 469 p.

(82) Cf. Decreto-lei de 11 de julho de 1935 citado por CARONE, E., *Revoluções...*, *op. cit.*, p. 141.

(83) O financiamento dessa operação ainda hoje continua um enigma. Segundo certas fontes diplomáticas brasileiras e americanas retomadas por DULLES, J. W. F., *Anarquistas...*, *op. cit.*, p. 430, nota 52, é Moscou que fornece 100 000 dólares destinados a “analisar o grau de fertilidade do solo sul-americano para uma insurreição”. Em compensação, os comunistas brasileiros, e em particular a irmã de Luis Carlos Prestes, afirmam que o dinheiro provém da quantidade entregue em 1930 pela AL para a compra de armas na Argentina. Cf. *Ibidem*, p. 430.

de 1935 são lembrados pelos militares que consideram a revolta comunista como um movimento traidor por seus métodos e antinacional por seu objetivo⁸⁴.

A revolta é rapidamente dominada e então pôde ter início a caça aos comunistas⁸⁵. Isso rejubila o poder e em particular o chefe da Política do Rio de Janeiro — Filinto Müller — que comanda a repressão⁸⁶.

A dissolução da ANL e a prisão em março de 1936 de Luís Carlos Prestes desferem um golpe fatal no movimento comunista e em toda a esquerda brasileira. Em compensação, assiste-se a um reforço do poder e sobretudo da posição dos militares e de Getúlio Vargas, que pode agitar a



Luís Carlos Prestes.

(84) A revolta comunista de novembro de 1935 é designada no Brasil pela expressão pejorativa *intentona* (intento louco ou plano insensato). Anualmente, os militares comemoram com importantes cerimônias a memória daqueles que caíram em “defesa do país contra o comunismo”. Essa formação de uma memória nacional é bastante significativa do estado de espírito dos militares brasileiros diante do comunismo.

(85) Para uma análise mais detalhada dos acontecimentos brasileiros de 1935 e do “pronunciamento” comunista fracassado, consultar em especial SILVA, H., 1935: *A Revolta Vermelha*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969. 476 p., bem como LEVINE, R. M., *The Vargas Régime: the Critical Years, 1934-1938*. New York, Columbia University Press, 1970, 270 p.

(86) Filinto Strubling Müller nasceu em Cuiabá, em 1900. De formação militar, fez também estudos jurídicos. Depois de ter participado dos movimentos de rebelião durante a

toda hora os fantasmas do perigo comunista para manter-se à frente do Estado⁸⁷.

Quando Luís Carlos Prestes faz uma autocrítica das razões do desencadeamento da revolta de novembro de 1935, afasta o objetivo primeiro do movimento, que era o de tomar o poder. Prestes sublinha unicamente o caráter anti-integralista de um movimento que só visava, segundo ele, “barrear o fascismo”⁸⁸. Se se pode duvidar da sinceridade das explicações de Luís Carlos Prestes, um fato é inegável: o Brasil experimenta, efetivamente, durante o decênio 1930-1940, uma ascensão formidável dos movimentos políticos que adotam uma ideologia de extrema direita.

3. A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

No decorrer da década de 20, alguns pequenos movimentos políticos de extrema direita surgem em diferentes regiões do Brasil: a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacionalista, os grupos da Legião de Outubro, dirigida por Francisco Campos, futuro Ministro da Justiça, o Partido Nacional Sindicalista, o Partido Fascista Nacional, o Partido Nacional Regenerador, a Legião Cruzeiro do Sul e mesmo um Partido Socialista Brasileiro, que prova que não se deve conceder grande importância às etiquetas políticas no Brasil... Todos esses variados movimentos não constituem uma força política importante. No entanto, em 7 de outubro de 1932, esses pequenos grupos reúnem-se em São Paulo e decidem fundir-se, criando assim

década de 20, refugia-se em Buenos Aires em 1926, de onde volta para tomar parte ativa com a AL na revolução de 1930. Sua simpatia pelos regimes totalitários e sua profunda aversão pelo comunismo fazem dele um dos personagens importantes da vida política nacional a partir de 1930, quando se torna chefe da Polícia do Rio de Janeiro. Organiza então uma Polícia Política, denominada Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que desenvolverá uma luta sem tréguas contra a oposição de esquerda em todo o território nacional. Sob esse aspecto, Filinto Müller desempenhará papel bastante particular durante o período 1936-1942.

(87) Pode-se fazer aqui uma breve observação sobre a evolução posterior do movimento comunista brasileiro e de sua capacidade de autocrítica. Depois de uma cisão no início da década de 1960, dois PC se defrontam hoje no Brasil: o primeiro segue a “linha Moscou” (o Partido Comunista Brasileiro — PCB) e o segundo é “pró-chinês” (o Partido Comunista do Brasil — PC do B). Sua atitude diante da fracassada revolta de novembro de 1935 é sensivelmente diferente nos dias atuais. Enquanto o PC do B sublinha a “página gloriosa da história do Partido Comunista, inspirador, organizador e dirigente das jornadas revolucionárias” (cf. uma publicação oficial do PC do B, *Cinquenta anos de luta*, surgida em Lisboa em 1975, Ed. Maria da Fonte), o PCB pela voz do próprio Luís Carlos Prestes declara que a revolta fracassada de novembro de 1935 “revela a visão golpista que então tínhamos” (in revista *Isto É*, São Paulo, 6 de setembro de 1978, n° 89, p. 40).

(88) PRESTES, L. C., in revista *Isto É*, op. cit., p. 40.

a Ação Integralista Brasileira (AIB)⁸⁹. A direção do novo movimento cabe a um jornalista e escritor um tanto obscuro, Plínio Salgado⁹⁰. Este é marcado durante a década de 20, pelo nacionalismo cultural e toma parte ativa no movimento modernista a partir de 1922. Seus escritos trazem uma profunda marca clerical, o que constituirá um dos aspectos essenciais da ideologia da AIB. Em seguida, Plínio Salgado é atraído pelas idéias totalitárias do momento e prega a constituição de um Executivo poderoso no seio de um Estado forte, bem como a necessidade de um partido único, o respeito à hierarquia, e a obediência a um chefe carismático; ele concede grande importância à família — base da sociedade. Por fim, uma viagem de estudos à Alemanha e à Itália ajudará Plínio Salgado a tornar mais precisas suas idéias políticas nos debates intelectuais no seio da Sociedade de Estudos Políticos, verdadeira “antecâmara do Integralismo”⁹¹.

Depois de 1932, não se trata mais para Plínio Salgado de ver o Brasil através de um nacionalismo de contornos cambiantes e imprecisos mesmo que no início o nacionalismo fosse o *leitmotiv* principal de seu pensamento

(89) Existem vários estudos sobre o movimento integralista, feitos sobretudo nos últimos anos por jovens pesquisadores brasileiros. São de valor desigual. Assinalemos de início o estudo mais completo e sério sobre os aspectos sociológicos e ideológicos da AIB: TRINDADE, H., *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30*, São Paulo, Difel, 1974. 388 p. (esse trabalho foi apresentado à Universidade de Paris I (Panthéon — Sorbonne) sob o título *L'Action Intégraliste Brésilienne: un mouvement de type fasciste des années 30*, Paris, 1971, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 606 p. A seguir há a enorme mas confusa e pouco convincente pesquisa de CHASIN, J., *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978. 663 p., bem como uma tese defendida junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo sobre o “discurso integralista”: VASCONCELOS, G., *A Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. Por fim, assinalemos a obra que, pela importância do autor no movimento teuto-brasileiro e pela época de sua publicação, constitui mais um testemunho que um estudo: HUNSCH, K.-H., *Der Brasilianische Integralismus: Geschichte und Wesen der Faschistischen Bewegung Brasiliens*, Stuttgart, Ed. W. Kolhammer, 1938. 245 p. Sobre as relações mais específicas entre o integralismo e a colônia alemã do Rio Grande do Sul, ver a pesquisa não publicada de GERTZ, R., *Os Teuto-brasileiros e o Integralismo no Rio Grande do Sul: contribuição para a interpretação de um fenômeno político controverso*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1977.

(90) Plínio Salgado nasceu em 1895 em São Bento do Sapucaí, no Estado de São Paulo. Muito cedo começa uma carreira na imprensa, fundando em sua cidade natal o *Correio de São Bento*. Pouco depois vai para São Paulo, onde trabalha no *Correio Paulistano* e na *Folha da Manhã*. Jornalista sem grande projeção entra para a vida política em 1928, quando é eleito deputado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. A partir desse momento ele se sentirá irresistivelmente atraído pela política e pela ideologia de tipo fascista. Sua viagem à Itália apenas fortalece esse sentimento e ele se torna — com a formação da AIB — o chefe da extrema-direita brasileira. Se, anteriormente, ele ainda se dedicava a obras literárias de qualidade duvidosa, a partir desse momento ele se entregará completamente à literatura política e à propagação do ideal integralista.

(91) TRINDADE, H. *Integralismo...*, *op. cit.*, p. 81.

— mas de utilizar uma ideologia concreta, baseada no culto da força, já que, afirma ele, assiste-se à “morte de uma civilização e o advento de uma nova etapa humana”⁹². Essa ideologia de Plínio Salgado e dos principais dirigentes da AIB, sobretudo Miguel Reale e Gustavo Barroso⁹³ será também a da Ação Integralista Brasileira. Ela se resume na trilogia “Deus, Pátria e Família”. Para a AIB, não há dúvida possível. O principal inimigo é o materialismo comunista representado pela III Internacional, pois o mundo encontra-se dividido entre duas concepções opostas do Universo e do homem; a primeira é o materialismo “que nega abertamente a existência de Deus e do Espírito”, e a segunda, “espiritualista”, em que deve basearse o que Plínio Salgado chama de a “nova ordem”⁹⁴. Plínio Salgado é um homem dotado de uma inegável inteligência, de uma certa cultura e, sobretudo, de uma personalidade mística bastante acentuada. Em seus escritos, trata ao mesmo tempo da Virgem Maria, da Imaculada Conceição, de Kant, de Marx, de Adam Smith, de Ricardo, de Spencer e da Santíssima Trindade, em um verdadeiro carrossel de idéias; suas páginas misturam alegremente fatos históricos, sociais, políticos e interpretações religiosas, de modo que o polemista reúne as simpatias dos católicos e dos partidários da ordem e da disciplina⁹⁵.

O responsável pela AIB não quer contentar-se com uma divulgação teórica e mística de suas idéias e decide organizar a AIB de uma maneira paramilitar. Deixa então de lado suas inspirações religiosas, e às vezes nacionalistas, para adotar abertamente os métodos dos regimes fascistas europeus. A AIB torna-se então o “movimento mais claramente fascisante do continente”⁹⁶.

(92) Declaração de Plínio Salgado citada por TRINDADE, H., *Integralismo...*, op. cit., p. 82.

(93) Entre as obras mais importantes dos outros dois principais ideólogos da AIB, citemos as seguintes: BARROSO, G., *Brasil, Colônia de Banqueiros*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934, 257 p. e *O que o Integralista deve saber*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935, 203 p.; REALE, M., *ABC do Integralismo*, São Paulo, Ed. Revista Panorama, 1937, 155 p.; *O Estado Moderno (Liberalismo, Fascismo e Integralismo)*, Rio de Janeiro, 1934, 242 p. e *O Capitalismo Internacional*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, 185 p.

(94) SALGADO, P., *O Conceito Cristão da Democracia*. São Paulo, Ed. Guanumby, 1945, p. 17. Entre as obras teóricas mais importantes sobre o integralismo de Plínio Salgado citemos as seguintes: *O Integralismo na vida brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Livraria Clássica Brasileira, 1958, 266 p.; *O Integralismo perante a Nação*. Rio de Janeiro, Ed. Livraria Clássica Brasileira, 1950, 233 p. e *O que é o Integralismo*, São Paulo, Ed. Star, 1933, 106 p. Esse último trabalho foi traduzido para o alemão e publicado em Santa Catarina, região de grande colonização germânica (cf. *Was ist der Integralismus?* Blumenau, 1936, 106 p.).

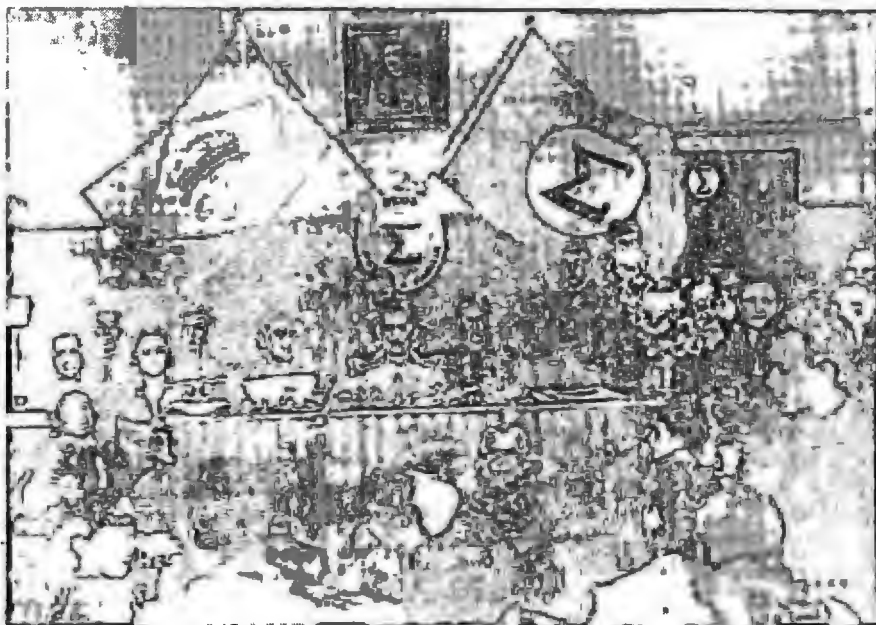
(95) A partir daí não há espanto em constatar a presença nas fileiras da AIB de numerosos eclesiásticos. O exemplo mais significativo da atração exercida pelo integralismo é o caso de Helder Câmara — hoje arcebispo de Olinda e Recife e um dos porta-vozes da renovação da Igreja Brasileira —, que fez parte da AIB durante a década de 30.

(96) MEYER, J., *Le Sinarquisme...*, op. cit., p. 12.

No cume da pirâmide integralista encontra-se um chefe todo-poderoso na pessoa de Plínio Salgado, ao qual todos os militantes devem respeito e obediência. Seu poder é “centralizado, total e permanente”⁹⁷ e todos os outros órgãos do movimento dependem dele.

O conjunto de seus órgãos dão à AIB uma estrutura quase governamental com um Conselho Nacional e a Câmara dos Quarenta, formada por “personalidades de alto valor moral e intelectual”⁹⁸. Esses dois órgãos têm papel apenas consultivo. Encontra-se em seguida o Conselho Supremo dirigido por Plínio Salgado e que lhe dá sua ajuda; enfim, a Corte do Sigma, que reúne, sob a autoridade de Plínio Salgado, os principais responsáveis pelos órgãos subordinados, bem como aqueles pelos departamentos locais e regionais. Esses órgãos superpõem-se perfeitamente à organização político-administrativa do país e preparam o advento do Estado Integral, com um partido único, baseado no sistema corporativo⁹⁹.

Se na organização integralista já se observa a marca das ditaduras européias e em particular do fascismo italiano¹⁰⁰, essas influências são mais



Núcleo integralista de Bento Ribeiro (Rio de Janeiro).

(97) TRINDADE, H., *Integralismo...*, *op. cit.*, p. 172.

(98) TRINDADE, H., *Integralismo...*, *op. cit.*, pp. 179 e s.

(99) BARROSO, G., *O que o integralista...*, *op. cit.*, p. 156.

(100) Para um estudo dos diferentes fascismos ver especialmente a coletânea publicada por LAQUEUR, W., *Fascism: a Reader's Guide*, New York, Penguin Books, 1979. 541 p.; DE

visíveis ainda quando se trata de definir os sinais externos do movimento e de seus adeptos. O símbolo do movimento é a letra grega *sigma*, utilizada no cálculo integral. A idéia que deve ser dada pela letra maiúscula sigma é tripla; de início, “ela lembra o nosso movimento no sentido de integrar todas as Forças Sociais do País e na suprema expressão da Nacionalidade”¹⁰¹ em seguida, o sigma é a letra com a qual os “primeiros cristãos da Grécia indicaram a palavra Deus” e, por fim, ela representa “a estrela Polar do hemisfério sul”¹⁰².

A letra maiúscula sigma figura nas bandeiras e em todos os emblemas do movimento. Os militantes da AIB devem também usar camisas verdes nas manifestações públicas e nas reuniões da organização. A importância que a AIB concede aos símbolos e à aparência externa não se explica unicamente por sua tendência mimética diante das formas de organização fascista européias, mas também pela importância que o visual tem em uma sociedade como a do Brasil, onde a esmagadora maioria dos habitantes é analfabeta e assim não pode receber as mensagens escritas.

Os integralistas cumprimentam-se de uma maneira peculiar. Gritando “Anauê”, que representa um grito de guerra e ao mesmo tempo uma saudação em língua indígena; levantam bruscamente o braço direito, verticalmente à altura da cabeça e com a palma da mão voltada para a frente. Mesmo que o braço integralista se encontre mais alto do que o do fascista ou do nazista, não se pode deixar de ver a semelhança entre essas três formas de saudação. Tanto mais que um dos principais dirigentes da AIB, Miguel Reale, reconhece abertamente que a fonte de inspiração da ideologia integralista é o fascismo italiano. Reale declara que a “Carta del Lavoro é para a história contemporânea o que foi a Declaração dos Direitos do Homem para a evolução liberal democrática do último século”¹⁰³. Plínio Salgado, por sua vez, não faz declarações desse tipo mas reconhece que o integralismo e o fascismo pertencem à mesma “família ideológica”. Em compensação, é mais difícil traçar um paralelo entre nazismo e integralismo, sobretudo em virtude das teorias raciais do primeiro — inconcebíveis tendo em vista o *melting-pot* brasileiro — e o clericalismo do segundo. O ponto de encontro entre as duas ideologias é a organização corporativista do Estado, a necessidade de um partido único, o anticosmopolitismo, o respeito estrito da ordem e da hierarquia, o culto ao chefe-guerreiro-ideólogo e, por fim, o anticomunismo desenfreado.

O Partido Nacional-Socialista na Alemanha e o Fascio na Itália são movimentos de massa. Em compensação, é bem difícil determinar a impor-

FELICE, R., *Comprendre le Fascisme*, Paris, Ed. Seghers, 1975. 229 p.; bem como GUERIN, D., *Fascisme et Grande Capital; Italie — Allemagne*. 2. ed. Paris, Ed. Gallimard, 1945. 328 p.

(101) “Protocolo e Rituais”, art. 12 in *Monitor Integralista*, 5 (18), abr. 1937.

(102) TRINDADE, H., *Integralismo...*, *op. cit.*, p. 197.

(103) REALE, M., *O Capitalismo...*, *op. cit.*, p. 121.

tância numérica da Ação Integralista Brasileira. Com efeito, as fontes são contraditórias e têm tendência a aumentar sensivelmente o número de adeptos da AIB. A única fonte integralista disponível diz respeito ao Rio de Janeiro, onde se contam 60 000 inscritos em 1938. Esses dados são fornecidos por documentos confiscados pela polícia depois da tentativa de golpe integralista em maio de 1938¹⁰⁴. O Estado do Rio de Janeiro é um dos três principais centros integralistas do país — os outros são São Paulo e Santa Catarina — e pode-se estimar o número total de inscritos em um máximo de 200 000 pessoas, em 1938.

As autoridades integralistas, em compensação, anunciam cifras sensivelmente maiores e a partir de 1936 responsáveis pela AIB declaram que o movimento conta com um milhão de inscritos¹⁰⁵.

Em um trabalho publicado em 1938 em Stuttgart pelo teuto-brasileiro K.-H. Hunsche¹⁰⁷, e que serve de apresentação ao público alemão do fenômeno integralista, o número de inscritos é superestimado. Segundo Hunsche, a progressão dos inscritos integralistas sofre a seguinte evolução apenas durante o ano de 1935 (o autor não cita suas fontes):

| | | | |
|----------|---------------------|----------|---------------------|
| janeiro | — 300 000 inscritos | março | — 400 000 inscritos |
| junho | — 499 000 inscritos | setembro | — 599 000 inscritos |
| dezembro | — 699 000 inscritos | | |

Quanto ao que diz respeito aos grupos locais da AIB, a progressão durante o mesmo ano é a seguinte:

| | | | |
|----------|----------------|----------|----------------|
| janeiro | — 500 grupos | março | — 769 grupos |
| junho | — 904 grupos | setembro | — 1 363 grupos |
| dezembro | — 1 843 grupos | | |

As estimativas de Hunsche, bem como as feitas pelos responsáveis integralistas, apresentam uma mesma imprecisão: a confusão constante entre o número de inscritos e o número de simpatizantes da AIB. Os primeiros são facilmente identificáveis, pois pagam regularmente uma cota à organização e possuem ficha de membro ao passo que os segundos são impossíveis de serem enumerados com precisão.

(104) Cf. Título Segundo, Parte I, cap. II.

(105) Cf. Título Primeiro, Parte 2, cap. III.

(106) HÜNSCHE, K.-H., *Der Brasilianische...*, op. cit., p. 241.



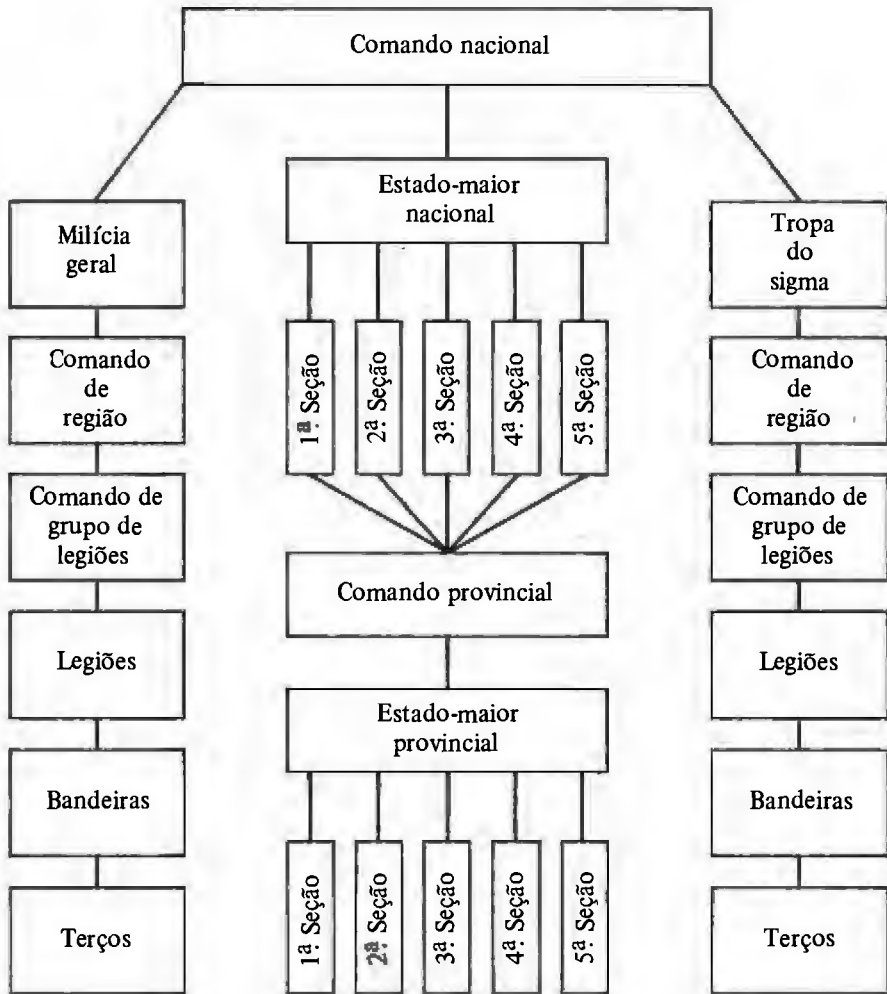
Enterro de um integralista. Plínio Salgado segura a alça do caixão, na frente à esquerda.

As dificuldades encontradas para determinar o número de inscritos na AIB não devem levar a esquecer um dos fatos fundamentais da vida política brasileira a partir de 1934-1935, ou seja, o aparecimento e o fortalecimento de uma organização que proclama uma ideologia de extrema-direita e que tem vínculos — até o momento unicamente ideológicos — com os totalitarismos de direita europeus.

A importância da ascensão integralista é tanto mais verificada na medida em que a AIB organiza-se de maneira paramilitar no conjunto do país. Com efeito, o integralismo organiza uma milícia muito bem estruturada sob as ordens de um “comando nacional”. As “Forças Integralistas” (F.I.) são então divididas em “seções” nacionais e regionais sob a direção de um “chefe de Estado-Maior da Milícia Integralista” — capitão Olympio Mourão Filho¹⁰⁷. O quadro reproduzido a seguir dá uma idéia precisa da organização da milícia integralista:

(107) TRINDADE, H., *Integralismo...*, *op. cit.*, p. 186 e nota 29.

Quadro I
Estrutura da milícia integralista



In BARROSO, G. *O que o Integralista deve saber*, op. cit., pp. 154-5.

Observe-se ainda a existência da “decúria” (dez militantes) abaixo do “terço” (três decúrias), ao passo que as “bandeiras” são formadas de quatro “terços”. A “legião” — a unidade mais importante da milícia — conta com quatro “bandeiras”, isto é, 40 militantes.

Qualquer pessoa que queira inscrever-se na AIB deve também entrar nas Forças Integralistas. Se o candidato tem entre 16 e 42 anos, e deseja ser

um “militante de primeira linha”, deve cumprir um “serviço militar” de 60 dias. Ao fim desse serviço, prestará juramento diante do “Comandante da Milícia” e algumas testemunhas, declarando:

“... em nome de Deus, pela nossa Pátria, pela nossa Família e pela nossa Honra, nós juramos dar a nossa vida, se necessário, pela Revolução Integralista Brasileira, amar e respeitar e defender as Bandeiras Nacional e Integralista, símbolos da Pátria gloriosa e da idéia, juramos fidelidade à Doutrina Integralista e disciplina absoluta, sem discussão, aos Chefes”¹⁰⁸.

Não se contentando mais com uma propaganda mística e irracional, a AIB vai se lançar, a partir de 1933, e com todo seu aparato militar, em manifestações públicas. Os hinos guerreiros entoados mostram então que para além do grotesco os integralistas se arrogam um destino nacional. Inevitavelmente, as manifestações integralistas, ao lado de sua violência e de sua arrogância, culminam em tragédias. Raras são as saídas públicas dos integralistas que não provocam a reação das forças de esquerda e dos liberais. Assim, as manifestações integralistas de Bauru, Campos, Petrópolis e a da praça da Sé em São Paulo, em fevereiro de 1934, terminam violentamente e, nessa última ocasião, quatorze manifestantes morreram.

A ousadia manifestada pelos integralistas não se explica apenas pelo lado místico e pelo estrito respeito à ordem hierárquica, mas também em razão da complacência das autoridades governamentais, tanto estaduais quanto federais. A esse respeito, note-se que esses governos são bastante tentados a utilizar e a manipular o movimento integralista. Até 1938, o integralismo será, portanto, objeto de uma atitude ambígua por parte do poder e em particular por alguns de seus membros mais eminentes, como Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha.

Nessas circunstâncias, é evidente que o *putsch* comunista fracassado, de novembro de 1935, faz o jogo da direita em geral e do movimento integralista em particular. Seus simpatizantes podem ser daí para frente contados às dezenas de milhares e a AIB pode legitimamente esperar cumprir um papel importante na política nacional. E quem sabe seu “Estado Integral” talvez um dia substitua o “Estado Getulista”.

No plano da política interna, o Brasil chega ao ano crítico de 1937 com uma situação depurada. Ela se caracteriza pela eliminação de toda a oposição de esquerda e pela prisão ou pelo exílio de seus principais dirigentes. Em compensação, as forças de direita que não participam do poder.

(108) Regulamento do Departamento Nacional da Milícia, *Monitor Integralista*, 6 de maio de 1934.

beneficiam-se de uma liberdade bastante ampla de manifestação e de organização.

Como a sucessão presidencial foi fixada para janeiro de 1938, o ano de 1937 será utilizado pelos diferentes grupos de interesses e pelos partidos políticos para a preparação da campanha eleitoral. Quando todo o roteiro eleitoral já está determinado e só resta aos atores entrar em cena, um destes — que por sua condição de Presidente atual encontra-se na impossibilidade de lutar por um novo mandato — não respeita as regras do jogo e impõe a todos sua vontade e sua ambição.

PARTE 2
O BRASIL EM FACE DA SITUAÇÃO
INTERNACIONAL: 1930-1937

CAPÍTULO I

A REVOLUÇÃO DE 1930

E A NOVA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Qual o lugar ocupado pelas questões de política externa no programa da AL? A AL colocará em discussão a política tradicional do Itamarati ou as mudanças internas não afetarão as relações exteriores do país? É, sem qualquer dúvida, a segunda hipótese que deve ser levada em conta. Com efeito, na plataforma política contraditória da AL, constata-se uma ausência total de preocupações com política externa e nela não se encontra qualquer menção à filosofia do novo regime nas questões internacionais. O lugar que o Brasil revolucionário deve ocupar no sistema internacional bem como a atitude do Rio de Janeiro perante problemas tão fundamentais quanto o pan-americanismo, as relações com os Estados Unidos e com a Europa, não são abordados pelos dirigentes revolucionários; a política interna é a única preocupação dos vencedores de outubro de 1930¹.

Devido à ausência de um programa de política externa, a ação do Itamarati será guiada, de um lado, pela situação objetiva do comércio externo brasileiro e, de outro, pela situação pan-americana do início da década de 30.

O comércio externo brasileiro, como vimos, sofreu com a sensível diminuição das exportações de café depois da crise mundial de 1929; essa situação impõe ao Itamarati uma política comercial que deve ser desenvolvi-

(1) O desinteresse manifestado pela AL em relação às questões internacionais é explicado pela atitude individual dos novos dirigentes e, em particular, pela de Vargas. De fato, o chefe do Governo Provisório jamais se mostrou, no correr de sua jovem carreira política, atraído pelas questões de política externa. Aliás, os vencedores de outubro de 1930 têm muito que se ocupar com as questões internas e com a consolidação de seu poder para poderem, além do mais se ocuparem com o esboço de uma nova política externa. Notemos, entretanto, que algumas medidas de caráter administrativo são tomadas logo após a revolução. Assim, os novos dirigentes constataam vários abusos no ministério das Relações Exteriores — por exemplo, em um inquérito administrativo notam que 63% dos funcionários diplomáticos e consulares não se encontram, nem em seu posto, nem em sua categoria. Para tornar mais eficazes os serviços diplomáticos e consulares, adota-se em 1931 uma reforma que prevê um recrutamento mais democrático, a rotatividade dos funcionários, a eliminação dos favores políticos quando do recrutamento e a interrupção do pagamento dos salários em ouro. Doravante, os funcionários serão pagos em papel-moeda. Para mais detalhes ver VARGAS, G., *NPB*, v. I, pp. 186-196 e *RAPR*, 1931, v. I, pp. 10-1.

da em todas as direções. Com efeito, a desorganização do comércio mundial depois da crise econômica de 1929 coloca o Brasil diante da necessidade de encontrar novos mercados para suas exportações. Trata-se, portanto, de organizar uma rede de tratados comerciais baseados na concessão mútua da cláusula da nação mais favorecida. O Itamarati faz então das relações comerciais o *leitmotiv* de sua ação depois da revolução.

A política comercial brasileira é bastante interessante pois ela se faz a contracorrente da política comercial do momento, caracterizada por um protecionismo exacerbado. O Brasil faz pouco caso dessa singularidade e conclui, entre 1930 e 1934, vinte e sete tratados comerciais com base na concessão mútua e incondicional da cláusula da nação mais favorecida. É preciso esperar o ano de 1935 para que os responsáveis comerciais do Itamarati adquiram consciência das dificuldades de aplicar uma política de liberalização comercial enquanto o resto do mundo pratica o protecionismo; em consequência, Brasil é levado a denunciar todos os acordos comerciais, invocando a "falta de reciprocidade" de seus parceiros².

A partir dos anos 1934-1935 a política comercial brasileira deixa de lado suas aspirações liberais e igualitárias para tornar-se pragmática. Essa nova maneira de conceber as relações comerciais internacionais desempenha, a partir desse momento, um papel importante na política externa global do Itamarati. A Alemanha, com seu dirigismo comercial, depois de 1934, não deixará de tirar partido dessa nova orientação brasileira.

O segundo elemento importante da política externa brasileira depois da revolução de outubro de 1930 é o pan-americanismo. Este deve ser compreendido em um sentido amplo e não somente no quadro restrito traçado pelas diferentes conferências pan-americanas.

O Brasil desenvolve uma política de aproximação com o Novo Mundo desde o fim do século XIX. Mais do que nunca, o Brasil, que tem uma fronteira comum com quase todos os países da América do Sul, não pode ignorar os problemas que se apresentam para o conjunto da América. Essa tendência pan-americanista da política do Itamarati durante os primeiros anos do governo Getúlio Vargas reforçou-se ainda mais com o fracasso sofrido pela diplomacia brasileira na SDN, em 1926: além disso o fracasso dessa abertura para o mundo afastou a Europa das preocupações da diplomacia brasileira depois da revolução de outubro de 1930.

O pan-americanismo brasileiro durante os primeiros anos do governo Vargas apresenta três aspectos: de início a participação em todas as conferências pan-americanas, em seguida uma política de mediação quando do aparecimento de conflitos entre os países da região e finalmente a melhoria das relações com a Argentina.

2) RAPR, 1936, v. I, pp. 102-11 e Anexo A, p. 6.

No início da década de 30, o quadro contratual que deve fornecer as bases do movimento de solidariedade pan-americana encontra-se em um impasse. Depois do sucesso da conferência de Santiago do Chile (1923), onde foi adotado um documento sobre a solução pacífica dos litígios (o “Pacto Gondra”), a sexta conferência pan-americana, em Havana, em 1928, não consegue fazer com que seja adotado um texto sobre “os direitos e os deveres dos Estados”, que consagraria em especial o princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos Estados. É a oposição dos Estados Unidos que torna impossível a adoção desse texto. Ora, Washington muda radicalmente de atitude no início da década de 30. Com efeito, o Departamento de Estado, por um “Memorandum Oficial sobre a Doutrina Monroe”, repudia o “corolário Roosevelt”³ e declara que o único objetivo da doutrina era proteger a América Latina contra toda ambição européia. A chegada de Franklin Delano Roosevelt à Casa Branca reforça, pouco depois, as boas disposições do Departamento de Estado em face de um pan-americanismo formal e constringedor⁴.

Quando da sétima conferência pan-americana de Montevideú, em 1933, o fracasso da de Havana é apagado, e adota-se um protocolo adicional à “Convenção Geral Interamericana de Conciliação” (assinada em 1929), no qual o princípio da não-ingerência nos negócios internos dos Estados é reconhecido.

Qual é a posição do Brasil nessas negociações? Ela é relativamente importante, pois o Rio de Janeiro pode levar à frente sua política de mediação e de *entente*, indispensável nas conferências multilaterais. Para estar em condições de desempenhar um papel mediador entre os Estados Unidos e os países hispano-americanos, é preciso que o Itamarati guarde uma certa reserva. É esta última que caracteriza melhor a política pan-americana do Itamarati, durante os primeiros anos do governo Getúlio Vargas.

O segundo aspecto da política do Itamarati em relação ao Novo Mundo é a seqüência lógica de seu papel mediador nas conferências pan-ameri-

3) O “corolário Roosevelt” é um dos princípios fundamentais da política do Departamento de Estado ao sul do Rio Grande. Esse “corolário” da Doutrina Monroe nasce em 1904, quando de uma mensagem enviada pelo presidente Theodore Roosevelt ao Congresso. Vive-se então em pleno período intervencionista americano, na América Central e nas Caraíbas. Theodore Roosevelt justifica essas intervenções através de uma interpretação ampla e abusiva da doutrina Monroe, pois o “corolário” reconhece aos Estados Unidos o direito de exercer um policiamento internacional no hemisfério e, conseqüentemente, imiscuir-se, quando o julgarem necessário, nas questões estritamente internas dos Estados americanos.

(4) A nova política em relação às Repúblicas americanas, anunciada por F. D. Roosevelt quando chega à Casa Branca, é conhecida pelo nome de “política de boa vizinhança”. Esta fará do presidente o político norte-americano mais popular ao sul do Rio Grande. Aliás, a política de boa vizinhança permite desbloquear o processo de *entente* no Novo Mundo. Isso é essencial, pois os anos vindouros e a ascensão dos regimes corporativistas e fascistas na Europa e na Ásia ameaçam atingir o Novo Mundo.

canas. Trata-se da intervenção diplomática do Rio de Janeiro, quando aparecem conflitos entre os Estados da região. É assim que, alguns dias depois de investido em suas novas funções de presidente do Governo Provisório, Getúlio Vargas faz uma entrada digna de nota na cena americana, quando preside uma reunião a três no Rio de Janeiro, a fim de reconciliar o Peru e o Uruguai, que haviam rompido suas relações diplomáticas.

A atitude mediadora brasileira será ainda levada à frente quando do aparecimento de dois conflitos territoriais na América do Sul, durante a década de 30. O primeiro é o de Leticia, entre a Colômbia e o Peru. Em 1º de setembro de 1932, tropas peruanas invadem uma região que pertence à Colômbia, localizada no coração da Amazônia, perto da fronteira brasileira. Essa questão interessa por mais de um motivo ao Brasil, pois o território contestado foi objeto de muitos acordos tripartites, como os de 1851, 1925 e 1928, dos quais o Brasil é signatário. De resto, o trapézio de Leticia se encontra na fronteira amazônica do Brasil e os dois países em conflito têm de utilizar as águas e as terras brasileiras para poderem atingir rapidamente a região. Depois de um acordo provisório estabelecido em Genebra, em maio de 1933, sob os auspícios da SDN, Lima e Bogotá assinam, a 24 de maio de 1934, no Rio de Janeiro, um “Protocolo de Amizade e de Cooperação”, que equivale de fato a um tratado de paz. A região contestada cabe então à soberania colombiana⁵.

Antes mesmo que o conflito de Leticia chegue a um termo, surge na região meridional da América do Sul outro conflito territorial, desta vez envolvendo o Paraguai e a Bolívia. Trata-se da Guerra do Chaco, região mal delimitada após a independência. Formada sobretudo de estepes e pântanos, encontra-se, no entanto, na origem de uma guerra, que provocou mais de 120 000 mortes, iniciada em 1932.⁶

A afluência, para não dizer a rivalidade, entre vários mediadores, já constatada quando da questão de Leticia, renova-se nessa ocasião. Com efeito, várias iniciativas mediadoras emanam tanto da SDN, quanto das Repúblicas americanas, seja a título individual, seja a título coletivo. Assim, depois de ter transitado pela diplomacia argentina e pela SDN, a mediação cabe finalmente a uma “Comissão de Mediação” formada pelos ministros

(5) Tendo sido agredida, a Colômbia aceita imediatamente a oferta brasileira e também apela para o Conselho da SDN. As propostas de mediação afluem então e tanto a organização de Genebra, quanto o Itamarati, procuram separadamente uma solução para o conflito. Para o texto integral do acordo, assinado em maio de 1934, ver RAPR, 1934, pp. 69-72. Consulte-se em especial BARROS, J., *A política...*, op. cit., pp. 61-103, bem como KELCHNER, W. H., *Latin American...*, op. cit., é LEISEN, H., *L'Amérique...*, op. cit.

(6) O grande número de vítimas para a posse de um território tão pobre, ocupado antes de tudo por pântanos, explica-se pelo fato de os dois países, levados pelas companhias petrolíferas Shell e Standard Oil — que fizeram pesquisas no subsolo do Chaco — julgarem a região rica em petróleo.

das Relações Exteriores da Argentina, do Brasil, do Chile, dos Estados Unidos, do Peru e do Uruguai. A presidência dessa comissão cabe a Saavedra Lamas, chefe da diplomacia argentina. A missão é coroada de sucesso e leva ao término das hostilidades em junho de 1935; um protocolo de paz é assinado em julho do ano seguinte⁷.

O terceiro aspecto da diplomacia pan-americana do Brasil depois da revolução de outubro de 1930, é a “questão platina”. A bacia do Prata e, particularmente, as relações argentino-brasileiras são fundamentais na política externa global do Itamarati. Nesse sentido, a política platina de Getúlio Vargas só pode fazer obra de continuidade, e visar à manutenção do equilíbrio das forças e do *statu quo* territorial na região.

A busca de equilíbrio das forças na bacia do Prata implica a existência de uma cooperação limitada entre Buenos Aires e Rio de Janeiro. Essa cooperação adquire duas formas principais: o entendimento diplomático e as trocas comerciais. No primeiro caso, as duas chancelarias esforçam-se para organizar periodicamente visitas mútuas dos principais dirigentes. Essas ocasiões são geralmente utilizadas pelos dois governos para pronunciar discursos inflamados e fazer declarações marcadas por uma forte dose de retórica e de demagogia. Elas constituem, no entanto, fatores positivos nas relações entre os dois países⁸.

No que diz respeito às negociações comerciais brasileiro-argentinas, com bastante frequência elas se encontram em um beco sem saída. Isso se deve em grande parte à ausência de complementaridade econômica entre os dois países. Assim, por exemplo, quando da Conferência Econômica Tripartite de 1931, reunindo o Brasil, a Argentina e o Uruguai, o objetivo principal das negociações — a eliminação de todos os tipos de obstáculos que entram o comércio regional — não é atingido. Do mesmo modo, os acordos comerciais assinados entre a Argentina e o Brasil em 1933 e 1935 não são ratificados. Todavia, apesar da ausência de um quadro contratual, é forçoso constatar que o comércio entre os dois países é muito importante. A Argentina é, inclusive, o terceiro fornecedor do Brasil durante o período 1934-1935, só sendo superada pelos Estados Unidos e a Alemanha⁹.

Para contrabalançar as boas relações diplomáticas e comerciais entre os dois países, constatamos uma desconfiança recíproca e uma rivalidade bastante intensa no plano militar. A oposição manifestada pela Argentina durante a década de 1920 ao programa naval brasileiro deixa vivos ressentimentos no Rio de Janeiro. Contudo, a ascensão de Vargas ao poder — esse

(7) RAPR, 1936. Notemos que é nos conflitos localizados que a SDN está em condições de cumprir suas funções. Será completamente diferente quando ocorrerem conflitos de grandes proporções na Europa, na África e na Ásia, envolvendo grandes potências.

(8) Cf. alguns discursos de Getúlio Vargas reproduzidos em sua obra completa (NPB).

(9) RAPR, 1938, p. 265. Ver também WIRTH, J. D., *The Politics...*, op. cit., p. 59.

homem oriundo dos pampas grande conhecedor, e mesmo admirador, da Argentina — desarma um pouco os rancores dos militares brasileiros. Assim, quando Saavedra Lamas propõe, em 1933, no Rio de Janeiro, a conclusão de um tratado de renúncia à guerra como meio de resolver os eventuais litígios entre os dois países, a acolhida do Brasil é calorosa. Esse “Tratado de Conciliação e de Não-Recurso à Guerra”, também conhecido sob a denominação de “Tratado Saavedra Lamas”, é aberto à adesão do conjunto dos Estados americanos, e suas disposições são calcadas nas do Pacto Briand-Kellog. O tratado é assinado em outubro de 1933 e recebe logo a adesão de numerosos países do hemisfério; quando o Brasil o ratifica, em dezembro de 1936, o tratado já recebe a adesão da maioria dos Estados americanos¹⁰.

As relações argentino-brasileiras não são entravadas por problemas e litígios intransponíveis. Em vários níveis existe mesmo uma verdadeira cooperação. De resto, não existe qualquer reivindicação territorial mútua e mesmo o rio Paraná — pomo de discórdia atualmente — não suscita qualquer problema de navegação ou de controle das águas, no início da década de 30. Restam, então, apenas as rivalidades de poderio e de influência, caras aos militares dos dois países. Nesse sentido, os programas de armamento de cada país são seguidos com atenção pelo outro, o que provocará alguns desentendimentos a partir de 1936-1937.

Em suma, a política externa brasileira sob o Governo Provisório demonstra uma espantosa continuidade e uma grande ausência de imaginação. Contudo, a partir de 1934, tanto por razões internas quanto internacionais, ela será bem mais interessante. Tanto mais que, pela primeira vez, a Alemanha, que até então tivera uma importância apenas secundária na política externa brasileira, adquirirá um lugar cada vez mais destacado. Essa data marca o início de uma atividade intensa entre o Brasil, de um lado, e a Alemanha, a Itália e os Estados Unidos, de outro.

(10) *RAPR*, 1936, v. II, pp. 150-64. Os Estados Unidos recebem com entusiasmo esse tratado, cf. *FRUS*, 1933, pp. 228-32.

CAPÍTULO II O BRASIL PERANTE O TERCEIRO REICH

A ascensão do nacional-socialismo ao poder na Alemanha, em 1933, é considerada no Brasil como um acontecimento restrito ao quadro europeu e que não tem qualquer influência nem sobre a vida política nacional nem sobre a condução das questões externas do país. Contudo, em breve é preciso render-se à evidência, pois algumas medidas tomadas por Hitler na Alemanha, conjugadas à situação objetiva do Brasil, vão ter efeitos imediatos nas relações Rio de Janeiro-Berlim. E apenas dois anos depois da ascensão de Hitler ao poder, as relações germano-brasileiras adquirem uma dimensão ainda imprevisível alguns meses antes. As relações comerciais, policiais, políticas, diplomáticas e militares vão intensificar-se entre os dois países a tal ponto que suscitam intensos temores nos Estados Unidos. Estes, alertados por sua imprensa, inquietam-se com a atividade nazista no Brasil e tentam opor-se — sobretudo no plano comercial — ao reforço da posição alemã.

A aproximação germano-brasileira manifesta-se sob vários aspectos, entre os quais, os mais importantes são as relações comerciais, a luta anticomunista através da cooperação policial e, por fim, a influência crescente do nazi-germanismo no Brasil.

a) A contribuição alemã à formação humana brasileira

O número de cidadãos alemães estabelecidos no Brasil em 1920 é de 52 870 pessoas¹¹. Um novo recenseamento demográfico geral, chega a 89 026 pessoas de nacionalidade alemã¹². Este aumento pouco significativo da população de nacionalidade alemã estabelecida no Brasil resulta de dois motivos principais: por um lado a política de naturalização e, por outro, a diminuição da emigração alemã em direção ao Brasil durante o século XX.

O número total de imigrantes alemães que entraram no Brasil durante o período de 1820-1937 é de 222 951 pessoas. Esta informação dá somente uma idéia parcial da importância real da colonização alemã, pois ela não

(11) IBGE, *Recenseamento*, 1920. v. IV, p. 317.

(12) IBGE, *Recenseamento*, 1940. v. II, p. 14.

leva em consideração a descendência desses imigrantes. As estatísticas oficiais brasileiras não fazem nenhuma distinção de origem, e a partir do momento que um imigrante ou seus descendentes adquirem a nacionalidade brasileira ele é considerado brasileiro. É necessário, portanto, fazer algumas estimativas para se ter uma idéia mais global da importância numérica da colonização alemã. Neste sentido devemos recorrer unicamente a fontes particularês. Isso não impede que exista uma convergência entre essas diferentes fontes, que chegam à conclusão de que existem instalados no Brasil, em 1940, entre 700 000 e 900 000 indivíduos de origem alemã¹³. O quadro VII, reproduzido mais adiante, aproxima-se mais da segunda estimativa.

Mapa A

A localização da imigração alemã no Brasil



(13) A ausência de dados oficiais e, quando existem, as diferenças sensíveis entre os fornecidos pelo Brasil e os fornecidos pela Alemanha, tornam impossível o cálculo exato da

O mapa n.º 6 é o reflexo exato da distribuição da colonização de origem germânica no Brasil. O Estado do Rio Grande do Sul recebe mais de 50% da totalidade dos imigrantes alemães e seus descendentes. Segue-se o Estado de Santa Catarina com mais de 20% do total. Ou seja, estes dois estados do extremo sul do Brasil acolhem 3/4 do conjunto da colônia alemã. Os outros importantes estados de acolhida são Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Após o número e a localização, o terceiro e último aspecto importante da colonização germânica no Brasil é o que trata das suas condições e, sobretudo, do grau de integração dos imigrantes e seus descendentes.

Como se pode medir o grau de assimilação de uma tal colônia na sociedade brasileira? Quais são os critérios científicos que são necessários levar em consideração? Para poder responder a essas interrogações é necessário proceder a um estudo sistemático dos aspectos sociológicos, mas também da participação política e econômica da colônia na vida do país. Isso vai bem além dos objetivos do estudo sobre a posição brasileira perante o Eixo e os Estados Unidos. Por conseguinte, o que segue não tem outra finalidade além de auxiliar a compreensão das características gerais da colonização alemã.

A abertura das fronteiras brasileiras à imigração europeia no início do século XIX, responde antes de mais nada à preocupação de colonizar terras até aquele momento não utilizadas. Por esta razão o imigrante alemão ou italiano é, antes de mais nada, um agricultor ou um “colono”, como são chamados no Brasil¹⁴. Então os imigrantes dirigem-se naturalmente às terras férteis e apropriadas à exploração agrícola. Essas terras se encontram essencialmente no sul do país, e se levarmos em conta o clima temperado destas regiões, poderemos melhor compreender a formidável concentração

importância numérica da colônia alemã. Mesmo as estimativas particulares são discordantes. Segundo Jacques LAMBERT in *Os dois Brasís*, Rio de Janeiro, MEC, 1959. 288 p., existem no Brasil, em 1950, no máximo, “500 ou 600 mil descendentes de alemães” (pp. 63-4). Já L. WAIBEL, num artigo publicado em outubro de 1950 na *Geographical Review* sob o título “European Colonization in Southern Brazil”, menciona a presença de 845 mil indivíduos de origem alemã nos três principais estados de acolhida: Paraná — 100 000; Santa Catarina — 235 000; e Rio Grande do Sul — 510 000 pessoas. Esta estimativa é tomada por DALBEY, R., na sua tese não publicada *The German Private Schools of Southern Brazil during the Vargas Years, 1930-1945*, Université d’Indiana, 1970. p. 30. Jean ROCHE no seu trabalho *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1969. 806 p. estima que existe em 1950 um mínimo de 900 mil pessoas de origem alemã no Estado do Rio Grande do Sul.

(14) Deve-se notar, neste sentido, que o dia 25 de julho de 1824, que marca a chegada do primeiro grupo de imigrantes alemães ao Brasil, é ainda nos dias de hoje celebrado como o “Dia do Colono”. Não se festeja, portanto, o dia do imigrante, mas o do agricultor, o do colono. Este dia de festa é muito importante no sul do país, especialmente no campo, pois esta festa tornou-se a de todos os que trabalham a terra.

da imigração italiana e alemã ali verificada particularmente no Rio Grande do Sul.

A imigração do século XX é sociologicamente distinta. Não se trata mais exclusivamente de pequenos agricultores. Trata-se, antes de mais nada, de artesãos ou operários que as crises européias forçaram a sair do velho continente. Ao mesmo tempo o Brasil, no início deste século, inicia uma tímida industrialização oferecendo, assim, boas perspectivas a uma mão-de-obra um pouco especializada. O surgimento do fenômeno urbano no início deste século, e mais particularmente durante o período de 1920-1930, traz igualmente os novos imigrantes para as cidades. O exemplo mais significativo é o da cidade de São Paulo, que vai se beneficiar substancialmente desta imigração, sobretudo italiana e japonesa, para transformar-se em algumas décadas no maior centro industrial da América Latina.

Mas, por força das circunstâncias, os imigrantes que chegam no início do século XX se integram mais facilmente na sociedade brasileira do que os que chegaram no século anterior. Esta situação é paradoxal e merece uma pequena explicação.

O fraco grau de integração dos imigrantes chegados no Brasil no século XIX está intimamente ligado à localização das colônias. Estas vivem completamente isoladas: a extensão territorial, a falta quase absoluta de comunicações e de organização administrativa (ausência de escolas, de hospitais, etc.), incitam o imigrante a resolver de maneira autônoma os problemas essenciais da vida comunitária. As autoridades governamentais, tanto as dos Estados como as da administração central, deixam os imigrantes organizarem-se livremente, pois não existem meios materiais nem vontade política para tomar outra atitude. Os teuto-brasileiros, ou seja, os brasileiros de origem alemã, não representam nesse momento nenhum perigo para a unidade nacional¹⁵.

(15) A despreocupação brasileira é tanto mais incompreensível, que existe desde o início do século XX um certo número de publicações que denunciam “o expansionismo alemão”, tais como os de CHERDAME, A., *Le plan Pan-germaniste démasqué: Le Redoutable Piège Berlinois de la “Partie Nulle”*, Paris, Ed. Plon, 1916. 235 p., e de TONNELAT, E., *L’Expansion allemande hors d’Europe: U.S.A., Brésil, Chantung, Afrique du Sud*. Paris, Ed. Colin, 1908. 277 p. A característica panfletária destas duas publicações mostra que existe na Europa uma preocupação a respeito das possíveis investidas alemãs.

Na Alemanha mesmo, autores como Otto R. TANNENBERG esforçam-se para justificar a necessidade de encontrar um espaço vital para a Alemanha. Numa obra com um título muito significativo, *Gross Deutschland die Arbeit des XX Jahrhunderts*, publicada em francês por Payot, Lausanne, 1916. 338 p., sob o título de *La Plus Grande Allemagne: l’oeuvre du XXème siècle*, o autor trata do caso da América Latina e da sua colônia alemã. Ele aspira à criação de um “território alemão” na parte meridional da América do Sul, englobando o Chile, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, e o sul da Bolívia. Estes países poderão conservar uma certa autonomia, mas permanecerão sob a “proteção”, sob a influência preponderante da Alemanha. No que diz respeito ao Brasil, o plano de Tannenberg é ainda mais audacioso. Comefeito,

Dois exemplos mostram até que ponto os teuto-brasileiros são mal assimilados: o constante aumento do número de escolas alemãs nas regiões do sul, e a utilização da língua portuguesa como língua principal do lar. O número de escolas alemãs não parou de progredir durante o período de 1850-1930. Estas escolas não são submetidas ao controle das autoridades brasileiras, recebem subvenções da Alemanha e são dirigidas por alemães ou por teuto-brasileiros que utilizam o alemão como língua de trabalho. A progressão deste número é o reflexo do aumento do número de imigrantes alemães e de seus descendentes. Eis dois quadros que dão uma visão geral deste aumento no estado onde a colonização germânica é a mais importante¹⁶.

Quadro A

As escolas alemãs no Estado do Rio Grande do Sul:
1850-1930

| | <i>Católicas</i> | <i>Protestantes</i> | <i>Total</i> |
|------|------------------|---------------------|--------------|
| 1850 | 10 | 14 | 24 |
| 1875 | 50 | 49 | 99 |
| 1900 | 146 | 155 | 301 |
| 1922 | 310 | 477 | 787 |
| 1930 | 374 | 563 | 937 |

Fonte: OBERACKER, K. *Die Volkspolitische Lage des Deutschums in Rio Grande do Sul*. Jena, Ed. Gustav Fischer, 1936, p. 65.

a região meridional do Brasil, mais o sul de Mato Grosso, de Goiás, bem como os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, nas suas condições de regiões de cultura alemã", deverão adotar a língua alemã como língua nacional.

Tannenberg não esquece dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha e seu plano de divisão da América do Sul prevê que o Centro e o Nordeste sul-americano serão da Grã-Bretanha, enquanto os Estados Unidos receberão o Noroeste da América do Sul e o conjunto da América Central. (Cf. mapa da divisão da América Ibérica, p. 326). A partir da data de publicação do livro de Tannenberg, todas as publicações que denunciam a expansão alemã na América do Sul citam esta pesquisa para justificar o perigo alemão.

(16) Para um estudo das origens e da importância das escolas alemãs, consultar DALBEY, R., *op. cit.*

Quadro B
 Número de alunos e escolas alemãs
 no Estado do Rio Grande do Sul: 1920-1935

| | <i>Protestantes</i> | | <i>Católicas</i> | | <i>Mistas</i> | | <i>Total</i> | |
|------|---------------------|---------------|------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | <i>escolas</i> | <i>alunos</i> | <i>escolas</i> | <i>alunos</i> | <i>escolas</i> | <i>alunos</i> | <i>escolas</i> | <i>alunos</i> |
| 1920 | 310 | 12.345 | 310 | 13.465 | 112 | 3.426 | 788 | 27.234 |
| 1930 | 545 | 18.936 | 361 | 16.656 | 41 | 1.474 | 947 | 37.066 |
| 1935 | 570 | 20.220 | 429 | 18.818 | 42 | 1.517 | 1.041 | 40.585 |

Fonte: PORZELT, A. *Der Deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*. Ed. Fritz und Rappert, Ochsenfur a. M. 1937, p. 84.

No que diz respeito ao Estado de Santa Catarina, segundo grande centro de imigração germânica, a situação das escolas alemãs é parecida. Assim, o município de Blumenau possui uma das mais fortes concentrações germânicas e, em 1928, tem um total de 200 escolas, sendo que 132 são alemãs. O número de alunos das escolas alemãs nesse município é de 4 013 enquanto 3 051 frequentam as escolas brasileiras.¹⁷

No que diz respeito à utilização da língua alemã, o recenseamento de 1940 fornece algumas indicações importantes. Os resultados são extremamente significativos, pois eles indicam qual é a língua falada no lar pelas pessoas com mais de cinco anos. O estudo faz uma distinção entre os brasileiros naturalizados e os estrangeiros, por um lado, e os nascidos no Brasil, por outro. Para os dois primeiros grupos é evidente que a utilização no lar de uma outra língua que não o português é compreensível. Consideremos portanto, unicamente, o caso dos brasileiros natos que são, por outro lado, a grande maioria. Eis como se apresenta este quadro, por unidade da Federação:

(17) *Ibidem*, p. 68.

Quadro C

Número de brasileiros natos que utilizam o alemão
como língua principal no lar: 1940

| <i>Estado</i> | <i>Número</i> | <i>Estado</i> | <i>Número</i> |
|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Acre | 4 | Paraná | 11.111 |
| Amazonas | 17 | Pernambuco | 265 |
| Bahia | 268 | Piauí | 5 |
| Ceará | 25 | Rio de Janeiro | 7.249 |
| Espírito Santo | 24.659 | R. G. Norte | 18 |
| Goiás | 172 | R. G. Sul | 393.934 |
| Maranhão | 2 | S. Catarina | 176.762 |
| Mato Grosso | 284 | São Paulo | 26.565 |
| Minas Gerais | 2.818 | Sergipe | 12 |
| Pará | 45 | Alagoas | 9 |
| Paraíba | 31 | | |
| Total | | | 644.255 |

Fonte: IBGE, Recenseamento, 1940.

A utilização da língua do país de acolhida é um dos primeiros passos em direção à assimilação do imigrante. Enquanto isso, o uso da língua de origem como língua principal indica que existem condições materiais e psicológicas que fazem do português uma língua que se possa dispensar. Por outro lado, se nós considerarmos a proporção elevada dos membros da colônia germânica que não utilizam o português no lar (mais de 70%), devemos concluir pelo fraco grau de assimilação desta colônia. Os casamentos, os cultos religiosos e sobretudo a escolarização devem se fazer no interior da colônia germânica, para que se conserve um tal monolitismo cultural. O mapa n.º 7, elaborado com dados fornecidos do quadro VII, dá uma idéia da distribuição geográfica das colônias germânicas mal assimiladas.

Devemos notar ainda que existe, nas regiões de colonização alemã, um grande número de associações beneficentes, culturais, esportivas e religiosas que cumprem um papel importante na manutenção da língua e da cultura germânica¹⁸.

Finalmente, a importância da imprensa em língua alemã deve ser salientada. Desde 1852, com *Der Kolonist*, editado em Porto Alegre por um luso-brasileiro, desejando fazer campanha política junto aos teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, aparece uma imprensa específica nas regiões

(18) ROCHE, J., *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969. 2 v., 806 p.

Mapa B
Localização das colônias alemãs pouco assimiladas



de forte concentração alemã. No início, estritamente urbana, a imprensa alemã vai rapidamente ser disseminada no interior do país. Um jornal como o *Deutsche Zeitung* conhece um aumento importante de sua tiragem¹⁹:

| | | | |
|------|---|--------|------------|
| 1882 | — | 3.750 | exemplares |
| 1891 | — | 6.000 | exemplares |
| 1903 | — | 11.000 | exemplares |
| 1910 | — | 17.000 | exemplares |
| 1915 | — | 20.000 | exemplares |
| 1928 | — | 55.000 | exemplares |

(19) Ibidem, p. 663.

b) As relações comerciais

A busca de novos mercados comerciais e a diversificação da produção brasileira, com o aumento sensível das exportações de algodão, preparam um terreno favorável para a expansão comercial germano-brasileira. Os dirigentes dos dois países se dão conta da complementaridade de suas economias, pois o Brasil aspira a entrar na era industrial e a Alemanha pode fornecer-lhe sua experiência técnica e seu capital, ao passo que o Rio de Janeiro oferece, em troca, as matérias-primas de que a economia alemã necessita.

No momento em que as relações comerciais se intensificam entre o Rio de Janeiro e Berlim, esta última, pobre em certas matérias-primas e em “produtos coloniais”, faz de sua obtenção uma das finalidades principais de sua política comercial²⁰.

A busca das matérias-primas e dos “produtos coloniais” por Berlim, em 1934, é uma política que deve ser desenvolvida em todos os sentidos. Mas, a atitude alemã em face do Brasil é paradoxal, pois até 1934, o Departamento da Economia da Wilhemstrasse só se interessa pelo café brasileiro. É espantoso, de resto, que Karl Ritter — diretor deste departamento²¹ — não capte de imediato todas as potencialidades do comércio germano-brasileiro. No entanto, a partir de janeiro de 1935, Ritter muda de opinião. Em um *memorandum* sobre o futuro das relações comerciais entre os dois países, encara sob um ângulo mais favorável a colaboração alemã para o desenvolvimento do “país sul-americano que tem o futuro mais promissor”²².

(20) Ver a circular n.º 13, de 18 de junho de 1934, dirigida por Ulrich, conselheiro do diretor do departamento da Economia da Wilhemstrasse (Ministério das Relações Exteriores da Alemanha), a todas as missões diplomáticas alemãs no exterior. DGFP, v. III, pp. 26-36.

(21) O departamento da Economia da Wilhelmstrasse é o antigo “Sonderreferat W”, que se ocupa das negociações econômicas, da política comercial e das reparações. Cresceu consideravelmente depois de 1932. A denominação de “departamento” não é oficial, antes de 1936. Contudo, nós a utilizamos para facilitar a compreensão do texto.

(22) Karl Ritter é um diplomata da velha escola alemã, já no posto quando da ascensão do nacional-socialismo ao poder. Especialista em questões econômicas e sobretudo comerciais, Ritter desempenhará um papel muito importante nas relações germano-brasileiras. Será inclusive nomeado embaixador no Rio de Janeiro, em julho de 1937. Trata-se de um homem cujo lado prático na busca de resultados imediatos se sobrepõe às considerações diplomáticas. Não sendo membro do Partido, Ritter, por sua atitude intransigente e agressiva, é, todavia, um fiel defensor dos princípios nazistas. Veremos, a seguir, que é graças à sua atuação no Brasil que as relações germano-brasileiras, florescentes até fins de 1937, adquirem então um andamento inesperado. Para as diretrizes comerciais de Ritter referentes ao Brasil, no início do nosso período, ver DGFP, v. III, doc. n.º 30 de 23/6/34, pp. 74-5.

Ritter é durante muitos anos (1924-1937) o responsável pelas questões comerciais na Wilhemstrasse. Por isso, toma parte importante na nova política econômica e comercial que o III Reich põe em prática. Jean FREYMOND em tese defendida junto ao I.U.H.E.I., sobre *Le IIIème Reich et la réorganisation économique de l'Europe, 1940-1942; origines et projets*

Nesse documento Ritter prevê que, se a Alemanha conceder uma assistência ao Brasil, ela poderá obter as matérias-primas de que tem necessidade²³.

As predisposições favoráveis ao desenvolvimento comercial germano-brasileiro devidas, em grande parte, à estrutura econômica dos dois países e à vontade dos dois governos, recebem, em setembro de 1934, uma formidável aceleração. Novos princípios regerão a política comercial alemã. Trata-se da adoção por Berlim do “Novo Plano” e do conceito dos “grandes espaços econômicos”: ou seja, a formação, sob direção alemã, de uma esfera de influência econômica na qual as regras das trocas são ditadas por Berlim. Conhecida também sob o nome de “Plano Schacht”, por causa do nome de seu criador²⁴, a filosofia comercial da Alemanha hitlerista assume um caminho diametralmente oposto à política de liberdade comercial defendida, em especial, pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha. Berlim se propõe, por uma série de medidas constrangedoras, a exercer um controle total do Estado sobre o comércio exterior. Essas medidas são múltiplas. Entre elas figuram a obrigação para os importadores alemães de obter um certificado de divisas para poder comprar no estrangeiro, e os contratos-*clearing*²⁵; o Estado também concede subvenções aos exportadores. Além do mais, um sistema compensatório, com os marcos “aski”^{25-a}, ou seja, os marcos bloqueados, é instituído e servirá de modelo quase exclusivo nas relações comerciais germano-brasileiras. O objetivo visado pela Alemanha,

(tese n.º 246, Genebra, 1973, 302 p.) concede uma importância excepcional à ação de Ritter dentro da Wilhelmstrasse. O autor menciona que, depois de sua volta do Brasil, em 1938, Ritter redige um projeto “que constitui a concepção mais elaborada de uma reorganização econômica da Europa que jamais saiu dos escritórios do ministério das Relações Exteriores”. Cf. p. 107.

(23) Ver U. S. *National Archives, frame K 226287, roll 4465, microcopy T-120*. Por outro lado, Von Neurath, em uma circular enviada às missões diplomáticas alemãs no exterior, a 30 de julho de 1936, confirma o interesse alemão pelas matérias-primas e declara, inclusive, que esse interesse é prioritário na política econômica do país. Ver DGFP, v. V, doc. 485, pp. 842-43.

A ampliação da zona de influência econômica da Alemanha depois de 1934, visa sobretudo à “criação de vínculos preferenciais com os Estados do sudeste europeu, depois com os da América Latina”. FREYMOND, J., *op. cit.*, pp. 105-6.

(24) Hjalmar Schacht, presidente da Reichsbank de 1933 a 1939, torna-se ao mesmo tempo ministro da Economia, de 1934 a 1937. Será a seguir ministro sem pasta até 1943. Personalidade toda-poderosa dentro do III Reich, é a ele que cabe na verdade a concepção da nova política econômica e comercial alemã. Sobre a vida e a obra de Schacht consulte-se PETERSON, E. N., *Hjalmar Schacht for and against Hitler: a political-economic study of Germany, 1923-1945*, Boston, Christopher Publishing House, 1954, 416 p.

(25) Os acordos “clearing” são acordos comerciais entre dois países nos quais um pelo menos pratica um controle de câmbio estrito”.

(25-a) A denominação *aski* deriva de “*Auslander Soderkonto fur Inlandszahlungen*”, o que significa “conta especial do estrangeiro para pagamentos internos”.

com a introdução do sistema do marco “aski”, é fazer com que as importações alemãs sejam perfeitamente equilibradas por suas exportações. Assim, quando um país vende um produto à Alemanha, esta não lhe paga em divisas conversíveis, mas em marcos bloqueados, donde a obrigação, para o país vendedor, de comprar produtos alemães para poder entrar em suas contas. Toda importação alemã implica, portanto, uma exportação de igual valor. O mais grave nesse sistema é que a compensação importação-exportação buscada pela Alemanha não se faz globalmente, mas país por país. Evidentemente, esse princípio, em sua forma absoluta, é inaplicável. Assim, quando um país detentor de marcos “aski”, depois de uma operação de exportação, não quer comprar na Alemanha, a única possibilidade que lhe resta é vender seus “aski” a um outro país que quer importar produtos alemães. Esse controle absoluto do Estado sobre o comércio exterior alemão tem tudo para interferir seriamente na organização do comércio mundial, sobretudo se esses métodos se propagam²⁶.

As disposições constrangedoras do Novo Plano e o aumento das exportações brasileiras para a Alemanha têm como consequência primeira o aumento inelutável das compras brasileiras na Alemanha, a partir de 1935.

Depois da crise diplomática, que condiciona as relações entre os dois países durante a década de 20, o Rio de Janeiro assina com Berlim, em 1931, um acordo comercial, retomando a fórmula consagrada pela política comercial do Governo Provisório, ou seja, a concessão mútua e incondicional da cláusula da nação mais favorecida²⁷. A introdução do Novo Plano e a denúncia brasileira de todos os acordos comerciais assinados durante os anos 1930-1932, fazem com que os dois governos pensem, a partir de 1934, na conclusão de um novo acordo comercial. Depois de muitas hesitações o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que aceita, na prática, os princípios comerciais introduzidos pelo Novo Plano, acolhe sem entusiasmo a possibilidade de codificar essa situação de fato. Os dois países assinam finalmente, em junho de 1936, um novo acordo comercial.

(26) Ver os princípios fundamentais do Novo Plano in DGFP, v. III, circular nº 207, pp. 409-11. Para um estudo detalhado do Plano Schacht e de suas consequências sobre o comércio internacional em geral, e sobre o da América Latina em especial, consulte-se a excelente obra de LONG, O., *Les États-Unis et la Grande Bretagne devant le Troisième Reich: 1934-1939*, sobretudo as páginas 138-58 (tese nº 49, I.U.H.E.I., Genebra, 1943. 302 p.). Para a política econômica e comercial do III Reich, bem como suas repercussões sobre o comércio internacional, ver em especial: BONNELL, A. T., *German Control over international economic relations: 1930-1940*, Urbana, The University of Illinois Press, 1940. 167 p., KLEIN, B. H., *Germany's Economic Preparation for War*, Cambridge, Harvard University Press, 1959. 272 p., e SWEEZY, M. Y., *The Structure of the Nazi Economy*, Cambridge, Harvard University Press, 1941. 255 p. Para uma análise marxista da economia alemã sob o nazismo ver BETTELHEIM, C., *L'économie allemande sous le nazisme*, Paris, Ed. Maspéro, 1971. 2 v. 346 p., bem como a obra mais teórica e comparativa de GUÉRIN, D., *Fascisme...*, *op. cit.*

(27) RAPR, 1931, v. I, Anexo A, pp. 81-5.

A formalização das relações comerciais germano-brasileiras satisfaz inteiramente a Berlim, pois o Brasil aceita o princípio compensatório imposto pelo Novo Plano. Por outro lado, ao contrário das disposições previstas pelos outros acordos comerciais assinados durante o mesmo período, o Brasil aceita a introdução do sistema de quotas: compromete-se a fornecer à Alemanha, entre outros produtos, 60 000 toneladas de algodão e 96 000 toneladas de café. O Itamarati estabelece apenas uma condição: que esses produtos não se tornem objeto de uma reexportação sem autorização prévia²⁸.

O acordo comercial germano-brasileiro de junho de 1936 é “provisório”, ou seja, sua validade é limitada a um ano — renovável — e, paralelamente, desenvolvem-se negociações com vistas à assinatura de um acordo definitivo. Desse modo, quando o acordo de 1936 chega ao fim em junho de 1937, os dois governos intensificam as negociações. Estas são muito difíceis, pois as pressões dos Estados Unidos contra a renovação do acordo são extremamente fortes, e o Brasil só prolongará o tratado por três meses. O Departamento de Estado marca mais um ponto quando consegue convencer o Itamarati a introduzir, no novo acordo germano-brasileiro, uma cláusula que interdita a entrada, no Brasil, dos produtos alemães que foram objeto de um subsídio à exportação²⁹.

A inquietação de Washington diante da aproximação comercial germano-brasileira começa a manifestar-se em novembro de 1934, quando o Departamento de Estado percebe que a Alemanha está em vias de superar em volume a posição norte-americana no comércio exterior do Brasil³⁰. Washington decide acelerar as negociações comerciais com o Rio de Janeiro, assumidas com base nos novos princípios comerciais enunciados a 12 de junho de 1934. Conhecidos como Programa Hull, visam à manutenção do liberalismo no comércio internacional pela conclusão de tratados comer-

(28) Para o texto integral do acordo consulte-se RAPR, 1938, p. 291. Notemos que mesmo o transporte dos produtos brasileiros para a Alemanha será pago em marcos bloqueados. Cf. DDA, 5, doc. E 482865/6/7 de 28 de maio de 1936.

(29) A recondução do acordo germano-brasileiro se faz em setembro de 1937. As suas principais disposições são: o Brasil limita a um máximo de 66 000 toneladas de café as exportações desse produto durante os doze meses seguintes (outubro de 1937-setembro de 1938), que deverão ser pagas em “Verrechnungsmarks”. No que diz respeito ao algodão, o Rio de Janeiro se compromete a fornecer um total de 62 000 toneladas métricas, que também deverão ser pagas da mesma maneira. Outros produtos fazem parte do acordo, como o tabaco, a carne congelada, laranja, banana, etc. Uma disposição importante do acordo prevê que a Alemanha não pode conceder subsídios à exportação dos produtos destinados ao Brasil, a fim de que a concorrência dos produtos estrangeiros no mercado brasileiro se faça “sobre uma base justa”. Cf. a nota enviada em 30 de setembro de 1937 pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil ao encarregado de negócios da Alemanha no Rio de Janeiro, Levetzow, in DDA, 8, doc. WVIII b S. A. 3331/37.

(30) FRUS, 1934, pp. 555-6 e s.

ciais bilaterais, com base na cláusula incondicional da nação mais favorecida e das vantagens eqüitativas e recíprocas³¹. As negociações brasileiro-americanas aceleram-se e, a 2 de fevereiro de 1935, um acordo respeitando os princípios do Programa Hull é assinado entre os dois países. Esse documento estipula, entre outros aspectos, a diminuição substancial dos direitos aduaneiros que atingiam até então as exportações brasileiras; em contrapartida, o Brasil compromete-se a reduzir e a estabilizar as imposições aduaneiras sobre as exportações norte-americanas³².

É evidente que a pressa dos Estados Unidos em assinar um novo acordo comercial com o Rio de Janeiro se explica pelo aumento espetacular das trocas germano-brasileiras. Mas Washington vai mais longe. Quando, em 1935, as negociações entre o Itamarati e a Wilhemstrasse têm início, o Departamento de Estado se interessa vivamente por seu desenvolvimento. Faz ver ao Itamarati que a política comercial da Alemanha, com os marcos *aski* e as subvenções concedidas à exportação “entram a política comercial liberal” desenvolvida pelo Programa Hull³³. Berlim, por sua vez, está consciente das pressões exercidas pelos Estados Unidos, com a finalidade de entrar sua abertura comercial na América Latina. Os ardis de Washington tornaram-se “claramente perceptíveis quando das negociações comerciais com vários estados sul-americanos e, em particular, quando das negociações com o Brasil”³⁴. A Wilhemstrasse observa que os Estados sul-americanos resistem às pressões de Washington, mas aconselha, no entanto, suas representações diplomáticas na América Latina a permanecer vigilantes e a seguir de perto a evolução dos fatos³⁵.

(31) Sobre o Programa Hull e a política dos acordos comerciais dos Estados Unidos com a América Latina ver HULL, C., *Memoirs*, pp. 366-77, *op. cit.*, TRUEBLOOD, H. J., “Trade Rivalries in Latin America”, in *Foreign Policy Reports*, de 15/9/1937, pp. 154-64; POPPER, D. H., “Progress of American Tariff Bargaining”, in *Foreign Policy Reports*, 22/5/1935, pp. 58-68, e BIDWELL, P. W., “Latin America, Germany and the Hull Programm”, in *Foreign Affairs*; janeiro de 1939, v. 17, n.º 2, pp. 374-90.

(32) Para o texto do acordo ver RAPR, 1938, v. I, p. 296, bem como FRUS, 1934, v. IV, p. 544, telegrama n.º 61 de 20 de junho de 1934 de Hull a Gibson.

(33) FRUS, 1936, v. V, pp. 247-69.

(34) Circular confidencial do departamento da Economia da Wilhemstrasse, assinado por Ritter, n.º W. I Gen. 5703 de 17 de agosto de 1936, in DGFP, v. V, pp. 901-12. Por outro lado, a imprensa alemã também protesta contra “a utilização injustificada” da cláusula da nação mais favorecida pelos Estados Unidos, que só visa a “cercear a legítima expansão comercial do III Reich com o Brasil”, in *Wochenblatt der Frankfurter Zeitung* de 25 de julho de 1937.

(35) *Ibidem*, p. 910. Observemos, por outro lado, que em uma comunicação entre Ritter e o novo embaixador alemão no Brasil, Schmidt-Elskop, em 6 de agosto de 1936, Ritter participa seu descontentamento em relação ao recente acordo comercial concluído com o Brasil. Ele considera que esse acordo “contém medidas discriminatórias contra a Alemanha!” [sic] Essa atitude é característica da personalidade de Ritter, que jamais se contenta com as vantagens conquistadas e sempre tenta maximizar seus ganhos. Ver DGFP, v. V, doc. confidencial n.º 1046, pp. 882-5.

A despeito das dificuldades encontradas quando das negociações comerciais germano-brasileiras, as trocas entre os dois países desenvolvem-se de modo extraordinário depois da subida de Hitler ao poder. Tomemos como exemplo a progressão das trocas entre o Brasil e a Alemanha de 1933 a 1937, considerando o valor anual total das importações e exportações brasileiras.

Quadro II
Evolução do comércio brasileiro com a Alemanha: 1933-1937

| <i>Ano</i> | <i>Exportação</i> | <i>Importação</i> |
|------------|-------------------|-------------------|
| 1933 | 228 920 | 262 887 |
| 1934 | 453 579 | 350 763 |
| 1935 | 679 504 | 799 732 |
| 1936 | 645 639 | 1 002 597 |
| 1937 | 871 741 | 1 270 348 |

Fonte: MRE, *Boletim* n.º 11, junho 1940, p. 17.
(em milhares de cruzeiros, nova denominação da moeda brasileira)

Se considerarmos que o valor das trocas relativas ao ano de 1933 é representado pelo número 100, vemos que o crescimento do comércio germano-brasileiro atinge um nível digno de nota, em um período relativamente curto.

Quadro III
Crescimento do comércio germano-brasileiro: 1933-1937

| | | |
|------|---|--------|
| 1933 | = | 100 |
| 1934 | = | 163.55 |
| 1935 | = | 300.77 |
| 1936 | = | 335.14 |
| 1937 | = | 435.55 |

O Brasil, por sua vez, ocupa um lugar cada vez mais importante no comércio exterior alemão, como confirma o quadro a seguir:

Quadro IV
A posição do Brasil no comércio exterior alemão: 1932-1938

| | <i>Importações</i> | | <i>Exportações</i> | |
|------|---------------------------------|----------------------|---------------------------------|----------------------|
| | <i>em milhões de Reichsmark</i> | <i>em % do total</i> | <i>em milhões de Reichsmark</i> | <i>em % do total</i> |
| 1932 | 81 | 1,7 | 48 | 0,8 |
| 1933 | 69 | 1,6 | 77 | 1,6 |
| 1934 | 77 | 1,7 | 75 | 1,8 |
| 1935 | 177 | 4,3 | 119 | 2,8 |
| 1936 | 131 | 3,1 | 133 | 2,8 |
| 1937 | 186 | 3,4 | 177 | 3,0 |
| 1938 | 214 | 3,9 | 161 | 3,1 |

Fonte: Sociedade das Nações. Statistiques du commerce international, 1933-1939.

Observe-se, uma vez mais, o formidável impulso experimentado pela produção algodoeira brasileira, a partir de 1933, o que não deixará de influenciar as exportações desse produto. O principal beneficiário dessa nova tendência da economia brasileira é, sem dúvida, a Alemanha. A evolução do valor das exportações algodoeiras brasileiras durante o período 1933-1936 se apresenta da seguinte maneira³⁶:

Quadro V
Evolução do valor das exportações algodoeiras brasileiras:
1933-1936 (em milhares de cruzeiros)

| | |
|------|-----------|
| 1933 | — 32 782 |
| 1934 | — 456 198 |
| 1935 | — 647 993 |
| 1936 | — 930 281 |

Fonte: Conselho Federal Brasileiro do Comércio Exterior, Boletim, março de 1944.

(36) O aumento das exportações algodoeiras brasileiras não pode favorecer o comércio brasileiro com os Estados Unidos pois este país é também um grande exportador do produto. Por outro lado, o baixo preço do algodão brasileiro bem como a diminuição sensível das vendas americanas para a Alemanha a partir de 1936 favorecem as vendas brasileiras ao III Reich. Observemos que o comércio nipo-brasileiro também vai beneficiar-se com o aumento da produção algodoeira no Brasil, pois é a venda do algodão que domina amplamente as relações comerciais entre os dois países. Assim, o valor das exportações brasileiras para Tóquio

Essa rápida progressão da produção algodoeira brasileira deve-se em grande parte à crescente demanda da Alemanha, pois os Estados Unidos, primeiro fornecedor desse produto a Berlim, diminuem suas exportações para o III Reich a partir de 1934. O quadro reproduzido a seguir mostra que o Brasil, progressivamente, substitui os Estados Unidos:

Quadro VI
 Quadro comparativo das importações algodoeiras alemãs
 dos Estados Unidos e do Brasil: 1929-1938

| | Imp. Totais (1) | | Imp. dos EUA (2) | | Imp. do Brasil (3) | |
|------|-----------------|---------|------------------|-------------|--------------------|-------------|
| | Toneladas | Índices | Toneladas | em % de (1) | Toneladas | em % de (1) |
| 1929 | 476.802 | 100 | 336.165 | 70,5 | 726 | 0,2 |
| 1930 | 433.128 | 91 | 296.131 | 68,4 | 3.888 | 0,9 |
| 1931 | 379.809 | 80 | 256.594 | 67,6 | 2.524 | 0,7 |
| 1932 | 424.724 | 89 | 317.371 | 74,7 | 237 | — |
| 1933 | 473.333 | 99 | 341.232 | 72,1 | 56 | — |
| 1934 | 399.455 | 84 | 220.172 | 55,1 | 8.299 | 2,1 |
| 1935 | 397.439 | 83 | 106.226 | 26,7 | 82.788 | 20,8 |
| 1936 | 325.025 | 68 | 116.854 | 36,0 | 38.116 | 11,7 |
| 1937 | 349.648 | 73 | 118.850 | 34,0 | 70.093 | 20,0 |
| 1938 | 352.780 | 74 | 84.981 | 24,1 | 103.386 | 29,3 |

Fonte: Herausgegeben Vom Statistischen Reichsamt, Monatliche Nachweise Über der auswärtigen Handel Deutschlands, Berlim, 1929-1938.³⁷

Vejamos finalmente qual a divisão do comércio exterior brasileiro entre seus dois parceiros mais importantes — a Alemanha e os Estados Unidos:

passa de 105 202 libras-ouro em 1934 para 1 683 333 libras-ouro em 1936. A balança comercial entre os dois países é totalmente favorável ao Brasil, que não compra nada do Japão. Ver MRE, *Boletim*, n.º 23, junho de 1939, p. 20.

(37) Cf. *Institut für Konjunktur-forschung "Halbjahresberichte zur Wirtschaftslage"*, HEFT I, Neue Folge, 1937/38, p. 56, citado por TRUEBLOOD, H. J., "Trade Rivalries in Latin America", p. 159. Os mesmos dados são citados por LONG, O., *Les États-Unis et la Grande Bretagne devant le Troisième Reich: 1934-1939*. Mas O. LONG retira seus dados de *Monatliche Nachweise über den auswärtigen Handel Deutschlands Statistischen Reichsamt (Berlim)*.

Quadro VII

Divisão do comércio exterior do Brasil entre os EUA e a Alemanha
(em % calculados com base em números absolutos de libras-ouro)

| | Importação de: | | Exportação para: | |
|------|----------------|------|------------------|------|
| | U.S.A. | D. | U.S.A. | D. |
| 1933 | 21.2 | 12.0 | 46.7 | 8.1 |
| 1934 | 23.7 | 14.0 | 39.5 | 13.2 |
| 1935 | 23.4 | 20.4 | 39.4 | 16.5 |
| 1936 | 22.1 | 23.5 | 38.9 | 13.2 |
| 1937 | 23.0 | 23.9 | 36.2 | 17.1 |
| 1938 | 24.2 | 25.0 | 34.3 | 19.1 |

Fonte: Sociedade das Nações, *Statistiques du Commerce international*, 1934-1939.

Se os Estados Unidos conservam um lugar considerável no comércio exterior e, mais especialmente, nas exportações brasileiras, observa-se que, quanto às importações, a Alemanha os ultrapassam a partir de 1936. Contudo, isso não implica um enfraquecimento da posição norte-americana, que permanece estável. O avanço alemão faz-se, portanto, em detrimento de outros fornecedores tradicionais do Brasil, em especial a Inglaterra e a Itália³⁸.

Além das importantes relações comerciais germano-brasileiras, os dois países empenham-se, em 1936, em negociações com vistas a uma cooperação econômica em grande escala. A extensão desses projetos é impressionante. Prevê-se sobretudo a construção de um porto marítimo moderno e de um arsenal naval no Rio de Janeiro, de um complexo siderúrgico, de uma fábrica de armas leves e do desenvolvimento de um programa ferroviário³⁹.

A importância do programa de cooperação faz com que os interesses em jogo sejam numerosos. Assim, as negociações germano-brasileiras durarão vários anos, em razão dos problemas de financiamento que implica um

(38) M. R. E., *Boletim*, n.º 23, junho de 1939, p. 19.

(39) Ver o relatório confidencial sobre as relações comerciais e as perspectivas econômicas futuras germano-brasileiras do embaixador alemão no Rio de Janeiro, Schmidt-Elskop de 6 de agosto de 1936 (doc. W VIIIb S.A. 795, in DGFP, v. V, pp. 882-5). Para uma análise mais detalhada da posição alemã diante das potencialidades brasileiras, ver WIRTH, J. D., "A German view of Brazilian Trade and Development, 1935", in *The Hispanic American Historical Review*, maio/1967. Do mesmo autor, temos o importante trabalho *A política do desenvolvimento na era de Vargas*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973. 216 p.

projeto tão ambicioso e da oposição de certos meios brasileiros pró-americanos.

Contudo, as possibilidades alemãs de conquistar esse enorme mercado são inegáveis. O interesse manifestado, por exemplo, por Wilhelm Beutner, representante no Brasil de vários grandes monopólios alemães, tais como Krupp, Siemens, Continental Rubber e Bremen Cotton Exchange, demonstra a atenção dirigida por Berlim ao mercado brasileiro. Outro indício dessas novas preocupações é a substituição de Schmidt-Elskop, representante diplomático da Alemanha, um ano somente após sua chegada ao Rio de Janeiro. Com efeito, é o todo-poderoso diretor do Departamento da Economia da Wilhemstrasse — no cargo desde 1924 — Karl Ritter, que é nomeado. Essa escolha é significativa do estado de espírito que reina em Berlim. Uma nova era se abre nas relações germano-brasileiras e, por paradoxal que isso possa parecer, Ritter, técnico de comércio, vai ocupar-se quase exclusivamente de questões políticas e ideológicas⁴⁰. Desse modo, ele vira

(40) No processo de Nüremberg, os defensores de Karl Ritter, tentando inocentá-lo, propõem a tese de que ele não era um nazista convicto; como prova disso apresentam seu envio como embaixador ao Brasil, pois, para os advogados, o posto do Rio de Janeiro significa uma marginalização. HARMS-BALTZER, K., em sua obra *Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutschbrasilianischen Beziehungen 1930-1938*, parece aceitar a argumentação dos advogados de Ritter (ver páginas 44 e 168). Nós, ao contrário, pensamos que a única razão da sua escolha para a embaixada no Rio de Janeiro é a referente às capacidades e aos conhecimentos econômicos de Ritter dentro da perspectiva das potencialidades oferecidas pela cooperação econômica entre os dois países. Por outro lado, vemos a seguir que, se Ritter não é membro do Partido Nazista, isso não impede que ele desenvolva no Brasil uma diplomacia agressiva, não se afastando em nada dos princípios do nacional-socialismo. Quando Moniz de Aragão, embaixador do Brasil em Berlim, informa o Itamarati da mudança de embaixador, ele declara que a designação desse "eminente especialista para exercer a direção da Embaixada alemã no Rio de Janeiro, demonstra o desejo de que está animado o governo do Reich, e especialmente o Führer, de intensificar as relações comerciais com o Brasil". Depois de ter exaltado os méritos de Ritter, que inclusive foi cogitado para ocupar o posto de embaixador em Londres, Moniz de Aragão declara que Ritter se esforçará para resolver os problemas comerciais e econômicos que ainda existem entre o Rio de Janeiro e Berlim. Ver AB, doc. nº 921.1(81)942, de 22 de julho de 1937.

No trabalho citado anteriormente, Jean Freymond confirma nosso ponto de vista a respeito da sua nomeação para o cargo de embaixador no Brasil, quando escreve que "Ritter teria tido a ambição de continuar a trabalhar para o estabelecimento, com a América Latina, de vínculos semelhantes aos criados com o sudeste europeu" (*op. cit.*, p. 106). O autor baseia-se em uma declaração verbal que lhe foi feita por Gustav Schlotterer, funcionário do *Reichswirtschaftsministerium* e responsável pelo *Abteilung Vorbereitung und Ordnung*, em abril de 1968. Essa interpretação também se encontra subjacente na tese de Antoine Fleury, *La politique allemande au Moyen-Orient, 1919-1939*, tese nº 275, I.U.H.E.I., Genebra, 1977, 432 p., quando ele afirma que os responsáveis pelo comércio exterior alemão julgam que "os dois únicos países de onde o Reich pode obter matérias-primas indispensáveis por meio de *clearing* são o Irã e o Brasil". *Op. cit.*, p. 248. Dentro dessa perspectiva, é inteiramente plausível a partir daí que a nomeação de Ritter obedeça apenas a um desejo de aumentar ainda mais as trocas germano-brasileiras.

uma página das relações entre os dois países, que serão, a partir desse momento, caracterizadas pela ausência de preocupações econômicas e comerciais, até então dominantes. As questões políticas, ideológicas e culturais ocuparão doravante o primeiro plano da cena.

c) A luta anticomunista germano-brasileira

O dia 25 de novembro de 1935 é importante para o futuro das relações germano-brasileiras. Nessa data se constitui o Eixo Berlim-Tóquio; no Brasil, a Aliança Nacional Libertadora procura tomar alguns quartéis no Nordeste e no Rio de Janeiro. Enquanto o Eixo Berlim-Tóquio intensifica sua luta anticomunista, o segundo governo varguista aproveita a ocasião que lhe fornece o ataque suicida dos comunistas para desencadear uma grande operação repressora. Vargas dirige-se, então, naturalmente, para o regime que manifesta a mais profunda aversão pelo comunismo, o da Alemanha hitlerista. Trata-se do início da cooperação anticomunista entre o Rio de Janeiro e Berlim.

Depois da fracassada quartelada comunista de novembro de 1935, começam os contatos entre a legação alemã no Rio de Janeiro e a política brasileira. Esta última está estabelecida na Capital Federal, sob a direção do Chefe de polícia do Rio de Janeiro, Filinto Müller. A colaboração que então tem início implica um certo número de riscos, e a legação alemã está consciente deles⁴¹. Ela não quer que seus responsáveis estejam em contato direto com a polícia política brasileira. A melhor solução encontrada pela legação é designar um intermediário de confiança: Robert Lehr, cidadão alemão e representante da firma Zeiss, no Brasil. A legação alemã apresenta Lehr a Berlim como sendo um homem de confiança, que pode “desempenhar honesta e confidencialmente a missão prevista”⁴².

Em 1936, os dois países elevam suas respectivas legações ao nível de embaixada e o primeiro embaixador designado pelo Rio de Janeiro para servir em Berlim é José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão. Ele dirige os primeiros passos da colaboração anticomunista entre os dois países, e se esforçará para estreitar ainda mais os vínculos entre a Gestapo e a polícia política brasileira⁴³.

(41) De fato, o conselheiro Dittler da Legação Alemã no Rio de Janeiro vê um perigo na colaboração com a polícia política brasileira, pois desconfia de que certos meios governamentais brasileiros se opõem a isso e teme, conseqüentemente, que essa questão seja levada a público. Cf. doc. ultra-secreto Streng Geheim, N° J. Nr. 138/36, de 30 de janeiro de 1936, DDA, dossiê n. 10.

(42) Ibidem.

(43) Cf. AB, doc. reservado de 11 de janeiro de 1937, n° 6 111, bem como os documentos secretos de 3 de fevereiro de 1937, n° 02165, e de 13 de agosto de 1937, n° 104.

O primeiro sucesso da cooperação anticomunista é a expulsão, para a Alemanha, de Erna Kruger, aliás Olga Benário, companheira de Luís Carlos Prestes, o líder comunista preso desde 1936. Erna Kruger, cidadã alemã, nascida em Munique a 12 de março de 1908, emigra para o Brasil e, depois de ter tomado parte nos acontecimentos de novembro de 1935, é presa. O governo brasileiro decide então expulsá-la para a Alemanha. O ato de expulsão, assinado por Vargas em 27 de agosto de 1936, significa a morte para Erna Kruger. Ela declara que está legitimamente casada com Prestes, o que lhe dá nacionalidade brasileira e a protege de uma expulsão⁴⁴. Além do mais, ela se encontra prestes a ter filho, o que legalmente deveria protegê-la de qualquer medida de expulsão ou de extradição. Contudo, a caça aos comunistas não se preocupa com considerações jurídicas ou morais. Assim, depois de ter expulsado Erna Kruger, as autoridades brasileiras expulsam Elise Ewert, esposa do antigo deputado do Reichstag, Arthur Ewert⁴⁵.

Essas expulsões são o resultado de uma ação de comum acordo entre as polícias dos dois países. No Brasil, é Filinto Müller que mais incentiva a colaboração com a Gestapo. Depois das expulsões, ele pede ao embaixador alemão um estreitamento dos vínculos entre as duas polícias. Filinto Müller chega a considerar necessária a presença constante e exclusiva de um SS no Rio de Janeiro⁴⁶.

A Gestapo acolhe favoravelmente sua iniciativa e propõe um plano de cooperação em grande escala entre as duas polícias⁴⁷. Este plano compreende, entre outras medidas, a formalização das relações, com a assinatura de acordo tendo como objetivo “a troca de experiências comuns concernentes à luta contra o comunismo, o anarquismo e todas as doutrinas contrárias ao

(44) Parece que Prestes e Kruger eram efetivamente casados, mas não queriam revelar o nome da autoridade que os tinha casado para não comprometê-la. (Ver o sumário de Moniz de Aragão enviado ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mário de Pimentel Brandão, em 4 de agosto de 1937. Doc. n.º III92, AB).

(45) Quando de sua chegada à Alemanha, as duas mulheres foram presas e Erna Kruger dá à luz na prisão. A criança é entregue à irmã de Prestes, ao passo que a mãe será fuzilada em 4 de março de 1942 no campo de concentração de Ravensbruck. Em agosto de 1937, Filinto Müller expulsa para a Alemanha uma outra mulher — Ana Gertrude Lambrecht — perseguida por atividade antinazista. Sobre essa questão e outras expulsões e prisões feitas pela polícia política brasileira durante o período Vargas, consulte-se o impressionante testemunho, embora parcial, de NASSER, D., *Falta Alguém em Nuremberg: torturas da Polícia de Filinto, op. cit.*, sobretudo as páginas 107-18.

(46) Ver relatório secreto de Schmidt-Elskop à Wilhemstrasse de 3 de setembro de 1936, doc. DDA, 10, Pol. V 3390 36.

(47) Ver o documento secreto da *Geheime Staatspolizei* enviado a Bulow-Schwante, chefe do protocolo da Wilhemstrasse, em 23 de dezembro de 1936. (DDA, 10, doc. n.º 2877/36 g — II J.) Em sua obra sobre política externa alemã de 1933 a 1938, JACOBSEN, A.-A., *Nationalsozialistische Aussenpolitik, 1933-1938*, menciona também a “visita” de Miranda Correia à Alemanha para pôr em andamento a luta anticomunista (p. 830).



Arthur EWERT (1890-1959).



Olga Benario, esposa de Luis Carlos Prestes — 1937.

Estado”. Além do mais, esse acordo deve facilitar “a colocação à disposição de informações e medidas de execução”⁴⁸.

Para acelerar as negociações e para estudar “a organização do serviço de contra-espionagem da Alemanha, bem como os meios empregados pelo Exército alemão para combater a propaganda e a infiltração comunista em suas fileiras”⁴⁹, Filinto Müller envia a Berlim, em março de 1937, o capitão Affonso Henrique de Miranda Correia, chefe do Departamento Especial de Segurança Política e Social do Rio de Janeiro.

A embaixada alemã no Rio de Janeiro exulta com o anúncio da visita de Miranda Correia a Berlim, sobretudo porque ele “levará uma parte de seus arquivos... a fim de fazer um controle estrito dos imigrantes alemães”⁵⁰. Lehr, por sua vez, pensa que a viagem de Miranda Correia é muito interessante para a Alemanha, pois “ele está muito a par da política interna, tem ligações com as forças policiais de toda a América Latina e pode ser muito útil na troca de informações e no combate à infiltração judaica no Brasil”⁵¹.

Miranda Correia chega em Berlim em fins de março de 1937. É calorosamente recebido pela Gestapo, pela Wilhemstrasse e pelo Partido. A visita a instalações secretas, Escola de Polícia, fichários dos serviços de contra-espionagem, bem como laboratórios para a fabricação de documentos falsos⁵², mostra-lhe a importância concedida por Berlim à cooperação policial com o Rio de Janeiro. O sucesso da visita de Miranda Correia dá novas perspectivas à cooperação germano-brasileira, “permitindo, assim, o estabelecimento tão desejado de uma base propícia a um perfeito entendimento futuro entre as nossas duas organizações policiais”⁵³.

Isto satisfaz a Moniz de Aragão, pois ele vê realizado “o plano de ação que há tempo venho propondo, de acordo com a polícia alemã.”⁵⁴

A atividade anticomunista da embaixada brasileira em Berlim não se resume à cooperação com a Gestapo; ela acompanha também de muito perto o trabalho do Bureau Anti-Komintern de Berlim, desde sua fundação. O envio de publicações anticomunistas, bem como de informações confi-

(48) Cf. a carta de apresentação de Miranda Correia pela embaixada brasileira em Berlim enviada à Wilhemstrasse — DDA, 10, doc. secreto n° 295219, de 18 de março de 1937.

(49) Doc. secreto enviado por Schmidt-Elskop à Wilhemstrasse em 10 de dezembro de 1936, doc. n° Pol. V 6359, DDA, dossiê n° 10.

(50) Ver relatório de Lehr in DDA, dossiê n° 10, doc. secreto de 22 de fevereiro de 1937, n° Aus. Amt 83-60A (g) 22/2.

(51) Ver o relatório de Moniz de Aragão a Pimentel Brandão sobre os resultados da missão Miranda Correia. AB, doc. reservado n° 161 de 15 de abril de 1937.

(52) Ver a carta de agradecimentos enviada por Moniz de Aragão a von Neurath em 10 de maio de 1937. DDA, dossiê n° 10, doc. 83-60A 10/5.

(53) AB, doc. reservado n° 161 de 15 de abril de 1937.

(54) Ver AB, doc. reservado de 11 de janeiro de 1937, n° 6III, bem como os documentos secretos de 3 de fevereiro de 1937, n° 02165, e de 13 de agosto de 1937, n° 104.



João Alberto e Filinto Müller.

denciais sobre as atividades comunistas internacionais, representa o essencial desses contatos. Contudo, em maio de 1937, Moniz de Aragão sugere a Pimentel Brandão⁵⁵ uma contribuição financeira para o funcionamento do Bureau. Essa contribuição serviria para compensar “os serviços que o Bureau vem prestando, tanto em sua fase anterior como na atual do Anti-Komintern, onde tantos brasileiros constantemente vêm colher ensinamentos sobre a ação subversiva do comunismo e os meios de combatê-la”⁵⁶.

Os vínculos, cada vez mais estreitos, entre a polícia dos dois países, bem como aqueles mantidos pelo Rio de Janeiro com o Bureau Anti-Komintern, vão resultar na proposta, de início alemã e a seguir italiana, de acolher formalmente o Brasil no Eixo Berlim-Roma-Tóquio. Os meses que se seguem serão decisivos.

(55) Ministro brasileiro das Relações Exteriores interinamente.

(56) Moniz de Aragão propõe a cifra de 150 libras esterlinas por ano. AB, relatório secreto da embaixada do Brasil em Berlim a Pimentel Brandão, doc. n.º 06413, de 13 de maio de 1937. Nenhum documento que apresentasse a continuidade dada a essa questão foi encontrado nos arquivos diplomáticos brasileiros. É provável que, tendo em vista o esfriamento de suas relações com o Eixo nos meses que seguem e sua não-adesão ao Pacto Anti-Komintern, a resposta do Rio de Janeiro seja negativa.

d) A influência nazi-germânica no Brasil

Um fator muito importante nas relações germano-brasileiras e nas relações externas do Brasil é a presença de uma importante minoria originária dos países do Eixo. Entre essas três minorias, é a minoria alemã que, por seu número, sua organização e sobretudo em virtude da vontade manifestada pelas autoridades alemãs em controlar e dirigir a colônia constitui um perigo para a independência da política brasileira⁵⁷.

Vejamus que formas adquirem no Brasil as atividades alemãs, e em breve nazistas, bem como a situação em que se encontra, em 1937, a colônia alemã instalada no país.

A ideologia racista e ultranacionalista de Hitler não deixa ninguém indiferente na Europa. Mas é sobretudo nos países que têm uma minoria alemã que as reivindicações hitleristas semeiam a confusão e, em breve, o temor. O Novo Mundo, separado da efervescência européia por um oceano, não reage além das medidas às loucuras hitleristas. O próprio Brasil, que, pelo grande número de imigrantes alemães tem todas as razões para ficar temeroso, só se ocupa das questões comerciais e do perigo comunista. Todavia, em julho de 1936, o Itamarati envia instruções à embaixada brasileira em Berlim, ordenando uma providência junto a Wilhemstrasse, para pôr fim às “constantes dificuldades que se tem suscitado em matéria de nacionalidade, com indivíduos que, brasileiros natos, são, ao mesmo tempo, considerados alemães, pelas leis desse país”⁵⁸. A posição da Alemanha, em relação aos alemães que residem no exterior, é bastante clara, pois uma lei de 21 de maio de 1935 obriga todo cidadão alemão, qualquer que seja o país onde esteja estabelecido, a cumprir suas obrigações militares na Alemanha⁵⁹. Além do mais, segundo a legislação alemã de 1913, é a origem do indivíduo que determina sua nacionalidade⁶⁰. Conseqüentemente, o problema não se resume apenas os 89 038 cidadãos do Reich que vivem no Brasil⁶¹,

(57) A bibliografia relativa à infiltração nazista na América do Sul em geral e no Brasil em particular é muito ampla. Divide-se, grosso modo, em duas espécies de trabalhos. Primeiramente, os que são publicados “a quente” antes e durante a Segunda Guerra Mundial e, em segundo lugar, os que surgem depois de 1945 e que, ainda que chegando às mesmas conclusões, são mais matizados. No que se refere ao Brasil, essas conclusões são claras e resumem-se à constatação de que o nazismo é extremamente ativo no país e que, a partir de 1933, constitui um perigo para a unidade e a independência nacionais.

(58) Comunicação de José Carlos de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores, à embaixada brasileira em Berlim, AB, doc. NP/52 de 31 de julho de 1936.

(59) Ver o doc. reservado n.º 167 enviado por Moniz de Aragão ao ministro das Relações Exteriores interino do Brasil, Pimentel Brandão, em 24 de abril de 1937 (AB).

(60) Essa lei alemã data de 22 de julho de 1913 e é conhecida como *Reichs-und Staatsangehörigkeitsgesetz*. Ver sobretudo o parágrafo 25 da referida lei.

(61) Esse dado é relativo ao ano de 1940, pois não temos estatísticas para 1936. O número total de estrangeiros no Brasil é de 1 283 833 e a cifra relativa ao número de alemães inclui também os cidadãos de Dantzig. IBGE, *Recenseamento Demográfico, 1940*, p. 14.



Desfile da Juventude Hitlerista — Praça da Alfândega, Porto Alegre.

mas também o conjunto da colônia alemã e de seus descendentes. Ora, esta, em sua grande maioria, já adquiriu a nacionalidade brasileira, seja de nascimento, seja por naturalização⁶².

O Brasil propõe a Berlim a conclusão de um acordo diplomático para resolver, no prazo mais curto possível, essa delicada questão. Em primeiro lugar, trata-se de regulamentar a questão das obrigações militares para os indivíduos que, mesmo possuindo a nacionalidade brasileira, são obrigados a cumprir, segundo a legislação alemã, o serviço militar na Alemanha; em seguida, de reduzir ao mínimo os casos de dupla nacionalidade. Para a questão do serviço militar, que é, de longe, a mais importante, o Itamarati propõe que o lugar de residência seja determinante.

Longos meses decorrem sem que a Wilhemstrasse responda à pergunta brasileira. Apesar da insistência de Moniz de Aragão, a resposta só chega em 29 de abril de 1937. Como era de se esperar, a resposta é negativa. A Alemanha está de acordo em resolver as questões de nacionalidade entre os dois países, mas não pode aceitar o lugar de residência como sendo determinante, pois “isso importaria a desistência unilateral pelo Reich dos seus

(62) Segundo a legislação brasileira, todo indivíduo que nasce no território nacional, se não faz um ato positivo contrário, adquire automaticamente a nacionalidade brasileira.

súditos em favor do Brasil”⁶³. Para não parecer muito pouco construtiva, a Wilhemstrasse propõe ao Itamarati um projeto de acordo, cujo artigo primeiro estabelece que “mesmo depois de ter sido feito o serviço militar em um dos Estados contratantes, essa obrigação continua em vigor no outro Estado”.⁶⁴ Como se vê, em vez de procurar resolver a questão, Berlim só se preocupa em complicá-la ainda mais. Nessas condições, nenhuma solução para os problemas de nacionalidade é encontrada, e as “constantes dificuldades” oriundas das questões de nacionalidade entre os dois países apenas se agravarão⁶⁵.

A questão dos brasileiros de origem alemã não dá lugar apenas a um debate jurídico, entre duas doutrinas fundamentalmente opostas; ela demonstra também a preocupação brasileira em se prevenir contra qualquer aspiração nacional da minoria alemã; ela prova, além do mais, que Berlim escolheu uma maneira forte para desenvolver sua ação ideológica no Brasil.

O nazismo entrou em ação no Brasil antes mesmo da subida de Hitler ao poder, pois desde 1929, sob a direção dos novos imigrados austríacos e alemães, surgem os primeiros núcleos hitleristas, que têm como tarefa a propagação das idéias nacional-socialistas na colônia alemã⁶⁶. Depois da vitória nazista na Alemanha, esses núcleos são integrados à Organização do Exterior (AO: Auslandorganisation) do partido nacional-socialista (NSDAP), e se tornam então bem estruturados e numerosos⁶⁷. Em fins de 1934, o NSDAP envia ao Brasil, Hans von Cossel, que se estabelece em São Paulo e se torna o representante-chefe do NSDAP no país. A partir de então, Berlim, que colocou em ação um impressionante sistema de infiltração e de propaganda junto aos “alemães do estrangeiro”, aumentará sensi-

(63) Ver a resposta da Wilhemstrasse in AB, doc. R 3431 Ang. 1, de 29 de abril de 1937.

(64) Moniz de Aragão observa ao Itamarati que a atitude alemã não é devida ao acaso, mas maduramente refletida. O projeto alemão não faz menção à questão dos brasileiros de origem alemã, pois Berlim quer deixar essa questão em suspenso. Com efeito, a legislação alemã e sobretudo a do III Reich quer preservar por todos os meios os vínculos que ainda unem os imigrados alemães à pátria de origem. Ver AB, doc. n.º 212, de 25 de maio de 1937.

(65) Ver a recusa brasileira às propostas alemãs. AB, doc. 07318 de 19 de junho de 1937.

(66) É essencialmente no Estado de Santa Catarina que esses grupos se constituem. Seu sucesso é relativo, pois os imigrantes são pouco sensíveis e o apoio de Berlim deixa a desejar. Ver a esse respeito o relatório do chefe do Departamento da Ordem Política e Social do Estado de Santa Catarina, LARA RIBAS, A., *O Nazismo em Santa Catarina, op. cit.*

(67) É assim que dos quatro núcleos hitleristas existentes no Brasil em 1932 passa-se a 87 seções vinculadas à AO em 1937. Ver MOTTA, L. P., e BARBOZA, H. J., *El nazismo en el Brasil*, p. 58. Esse relatório, publicado em 1938 em Buenos Aires, é o primeiro grito de alarme sério sobre a “nazificação” do sul do país.

Segundo estatísticas da AO apresentadas por A.-A. JACOBSEN, na obra citada anteriormente, a progressão dos membros da seção brasileira da NSDAP passa de 348, em 1º de janeiro de 1933, para 2903 em 1937, *op. cit.*, p. 550.

velmente suas atividades, que se tornam então ostensivamente subversivas e antibrasileiras⁶⁸.

A criação de uma imprensa pró-nazista é uma das principais preocupações da embaixada e dos consulados alemães. Além da fundação de novos jornais em língua alemã, como o *Deutsche Zeitung* e o *Deutsche Morgen*, em São Paulo, e o *Neue Deutsche Zeitung*, em Porto Alegre, a embaixada tem um Fundo para Imprensa anual de 10 000 RM, que serve, por um sistema de subvenções, para exercer pressões sobre a imprensa brasileira⁶⁹.

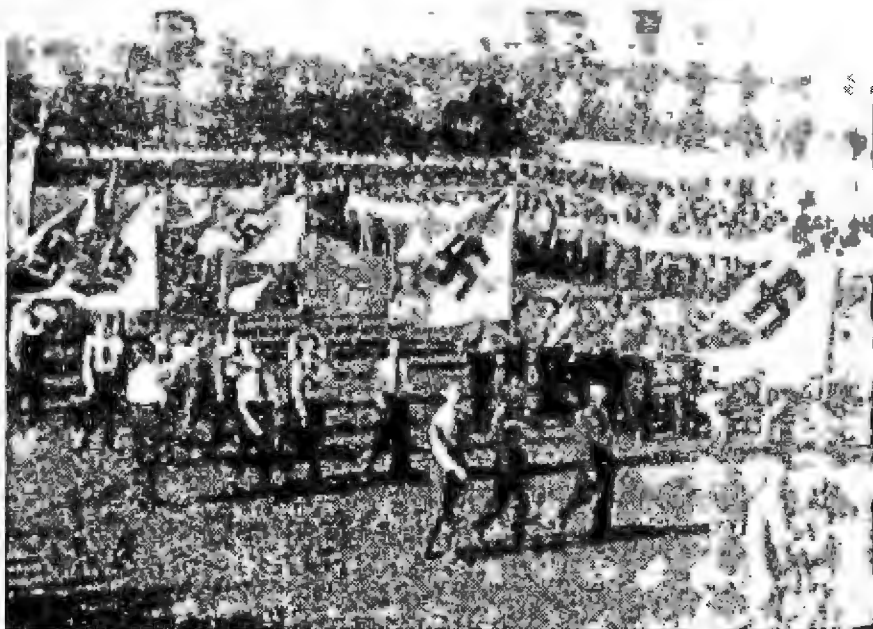
Nas regiões de forte densidade alemã, jornais nesta língua circulam tradicionalmente. O nazismo pode dominar alguns deles, mas existem ainda jornais abertamente hostis a Hitler, como o *Deutsches Volkblatt*, de Porto Alegre, que desenvolve uma campanha antinazista e pró-brasileira. A embaixada e os consulados procuram calar esse tipo de imprensa, através de campanhas de difamação⁷⁰.

É preciso observar que as autoridades governamentais brasileiras, em especial federais, não estão a par das atividades nazistas durante os anos

(68) Os meios de infiltração e de propaganda do nazismo na América Latina são consideráveis. Temos a Liga Pan-germânica (*Alldeutscher Verband*) que tem como tarefa principal a formação de grupos locais simpatizantes do nazismo. O *Volksbund für das Deutschtum im Ausland* (VDA) coloca em circulação três periódicos de propaganda na América do Sul (o *Volksdeutsche*, o *Deutsche Welt* e o *Deutsche Arbeit*). O *Deutsches Nachrichtenbüro* (DNB) e a *Transocean* (TO), agências de imprensa nazistas, têm escritórios no Brasil. A seguir, temos o *Deutsches Ausland-Institut* (DAI) e o *Ibero-amerikanisches Forschungsinstitut* de Hamburgo, que têm como tarefa manter o contato com o imigrante através da publicação de trabalhos e de livros de propaganda. O *Volksdeutsch Mittelstelle* (VOMI), criado em 1933 por Rudolf Hess, é o organismo que dirige e coordena as atividades alemãs no estrangeiro. Da VOMI dependem a AO, a *Amt der auslandpresse* e o *Aussenpolitisches Amt* (APA), sendo este último, por suas atividades e competências, paralelo ao serviço diplomático alemão. Enfim, citemos ainda o *Reichministerium für Volksaufklärung und Propaganda* (PROMI) e o *Korrespondenz und Artikel Nachrichtendienst* (KAN). Sobre a organização nazista ver em especial DEHILLOTTE, P., *Gestapo*, sobretudo as páginas 157-69, *op. cit.* ("La Gestapo en Amérique du Sud", FERNANDEZ ARTUCIO, H., *The Nazi Underground in South America*, *op. cit.*, FRYE, A., *Nazi Germany and the American Hemisphere, 1933-1941*, *op. cit.*, pp. 15-31 ("The Vehicles of Nazi Penetration"). No que se refere ao Brasil, ver MOTTA, L. P., e BARBOZA, M. J., *El nazismo en el Brasil*, *op. cit.*, HILTON, S., *Sudstica sobre o Brasil*, *op. cit.*, e o interessante artigo de HELL, H., "Das 'sudbrasilianische Neudeutschland'. Der annexionistische Grundzug der wilhelminischen und nazistischen Brasilienpolitik (1895 bis 1938)", in *Der deutsche Faschismus in Lateinamerika, 1933-1943*, *op. cit.*, pp. 103-24.

(69) Ver o relatório de Schmidt-Elskop à Wilhemstrasse, DDA, 4, doc. n.º E 486216, de 3 de março de 1937.

(70) Ver o relatório do oficial do exército brasileiro e do chefe da polícia política do Estado do Rio Grande do Sul sobre as atividades nazistas no extremo sul do país. SILVA PY, A., *A Quinta Coluna no Brasil*. Esse relato, publicado em 1942, é extremamente rico em informações sobre a organização e as atividades nazistas nesse Estado e reproduz entre outros um número impressionante de documentos apreendidos nas investigações entre os simpatizantes nazistas e nas associações pró-alemães.

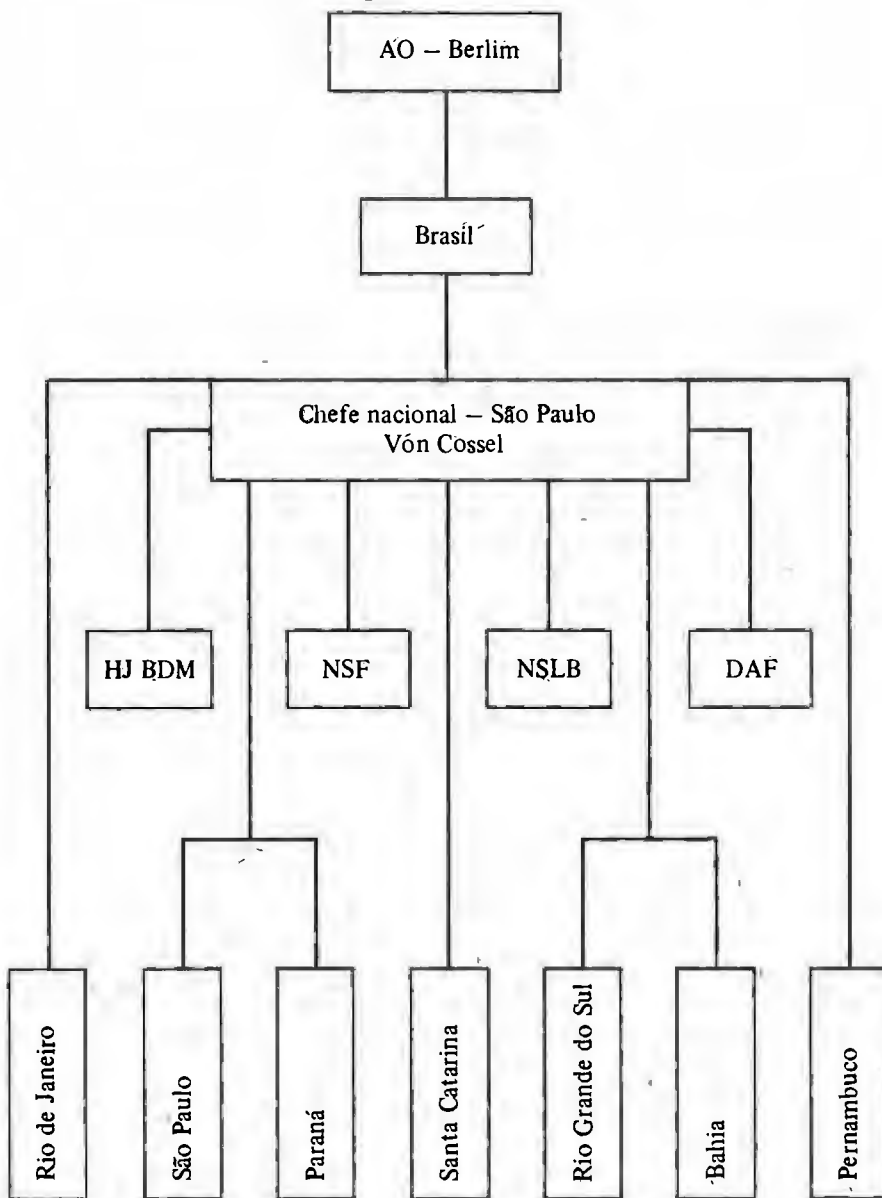


Comemorações nazistas de primeiro de maio de 1937. Campo do Renner, Porto Alegre.

1933-1937. Algumas vozes ouvem-se aqui e ali — as dos responsáveis policiais, nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, por exemplo, assim como a do secretário de Educação e Cultura, Coelho de Sousa, nesse último estado — mas nenhuma política visando à interrupção das atividades nazistas é perceptível. Tanto mais que os meios econômicos e comerciais brasileiros estão muito interessados pelas perspectivas das relações entre os dois países, e têm tendência a minimizar a influência nazista.

Em 1942, à luz dos documentos encontrados pela polícia brasileira, em suas investigações, pôde-se reconstituir o esquema organizacional do NSDAP no Brasil. Ele se apresenta segundo o quadro VIII a seguir:

Quadro VIII
Estrutura do NSDAP no Brasil durante o período 1933-1938



Fonte: Delegacia da Ordem Política e Social de Santa Catarina (Capitão Antônio de Lara Ribas), *O Nazismo em Santa Catarina* (esquema organizado por João Kuehne), pp. 15 e ss.

As quatro organizações que dependem diretamente de Von Cossel, são organismos estruturados em escala nacional. O HJBDM é a Organização da Juventude Germano-Brasileira, o NSF é a Associação de Trabalho das Mulheres Nacional-Socialistas, o NSLB é a Associação dos Professores Nacional-Socialistas e o DAF é a Frente Alemã do Trabalho.

Entre os estados mais importantes nas preocupações nazistas encontram-se o Estado de Santa Catarina, onde as atividades são dirigidas por Otto Schinke, e o do Rio Grande do Sul, dirigido por Ernst Dorsch. Cada um desses estados tem seções nas cidades e vilarejos onde o elemento alemão tenha alguma importância.

As atividades do NSDAP são extremamente variadas e numerosas, no Brasil. Às atividades “mais inocentes”, como a organização dos lazeres, do esporte, das sociedades de beneficência, acrescentam-se outras, francamente subversivas, como o boicote aos alemães reticentes, o treino militar, as saudações hitleristas e os juramentos de fidelidade ao III Reich. Todas as atividades do NSDAP visam a um único objetivo: a identificação total dos alemães no exterior com as diretrizes de Berlim e o agrupamento dos brasileiros de origem alemã e dos cidadãos alemães que vivem no Brasil e sua adesão à doutrina nacional-socialista⁷¹.

O NSDAP teve, junto à colônia alemã, uma acolhida favorável? Se nos basearmos unicamente no número de seções locais que surgiram no sul do país, entre 1932 e 1937 (83 seções), responderemos afirmativamente. Tanto mais que o número de membros do NSDAP aumenta progressivamente para atingir cerca de 3 000 no início de 1937. Em compensação, os relatórios feitos na época pelos órgãos de segurança brasileiros fornecem, com frequência, informações fantasiosas a respeito do número de nazistas no país. Assim, chega-se a falar em 41 000 ativistas em meados de 1936!⁷² Esse cálculo é exagerado. No entanto, a propaganda nazista obterá seus fru-

(71) Entre estes, citem-se a “Liga dos Cantores”, a “Liga das Sociedades Alemãs” e a “Federação 25 de Julho” (em memória de 25 de julho de 1824, dia da chegada do primeiro colono alemão ao Brasil). Por outro lado, certas organizações dependem diretamente de Berlim, como a Gestapo e a “Espionagem Militar”. A maioria de nossas informações mencionadas acima são tiradas do relato do chefe da Ordem Política e Social do Estado de Santa Catarina, LARA RIBAS, A., *O Nazismo em Santa Catarina*. Esses e outros esquemas, revelando em detalhe a organização nazista, tanto em escala regional quanto nacional, foram elaborados por KUEHNE, J., chefe da Seção de Ordem Política e Social do Estado de Santa Catarina.

(72) A cifra é citada por LARA RIBAS, A., *O Nazismo...*, p. 27, com base em uma “Folha de Comunicação” secreta da NSDAP no Brasil, n.º 38, de maio/junho de 1936. Ou esse documento é falso, ou a seção brasileira da NSDAP quer aumentar seus efetivos para provar o sucesso de sua ação no Brasil. De qualquer modo, isso nos leva a manejar com precaução os dados que nos são fornecidos pelas autoridades policiais brasileiras. Essa observação é válida também para os dossiês elaborados por Aurélio da Silva Py, que tem a desagradável tendência a confundir atividades germânicas e atividades nazistas. É verdade que o nazismo aproveita as organizações alemãs para desenvolver sua ação subversiva, mas também não é menos verdade que existe um grande número de atividades estritamente alemãs e apolíticas.

tos, o que não deixará de inquietar — mas somente a partir de 1938 — as autoridades brasileiras.

A influência alemã se faz sentir também no domínio estratégico das comunicações aéreas. As linhas aéreas brasileiras encontram-se, a partir de 1927 — quando da fundação do Sindicato Condor e da Cia. VARIG (filial da Condor) — sob o controle parcial da Lufthansa⁷³. Quando, em 1934, brasileiros de origem alemã criam, em São Paulo, a Companhia VASP, subvencionada pelos Estados de São Paulo e Goiás, torna-se evidente que esse meio de transporte, de extrema importância em um país tão vasto quanto o Brasil, interessa muito a Berlim. Contudo, será preciso esperar o ano de 1941 para que o governo brasileiro, sob a pressão dos Estados Unidos, tome medidas para conter esse domínio crescente das companhias de aviação alemãs.

A Alemanha tem maioria de ações nessas diferentes companhias e nelas exerce uma dominação total, já que a direção, o pessoal de navegação, o financiamento e a maioria do equipamento são alemães. As concessões que a VASP e a VARIG obtiveram do governo brasileiro cobrem uma parte importante do território e ligam as cidades do litoral às regiões do oeste. Mas, a concessão mais importante é a do Sindicato Condor, que tem 5 000 km de linhas aéreas. Entre estas, salienta-se a que segue a costa atlântica, indo de Natal até Buenos Aires, fazendo escala nas cidades mais importantes do país⁷⁴. Se tomarmos o conjunto das rotas aéreas dominadas pelas

São as denominadas “tradicionalistas” pelo secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul e um dos principais responsáveis pela nacionalização do ensino nesse estado a partir de fins de 1937. Cf. COELHO DE SOUZA, J., *Denúncia*, Porto Alegre, Ed. Thurmann, s/d, pp. 17-8. Ver do mesmo autor *Caminhada*, Porto Alegre, Ed. Sulina, 1969, 447 p.

Os dados fornecidos por LARA RIDAS contrastam violentamente com os fornecidos por MAGNUS, A. W., *Die neue Phase der Monroe-Doktrin angesichts der Bedrohung Lateinamerikas durch die totalitären Staaten, (1933-1944)*, dissertação da Universidade Livre de Berlim, 1956, p. 64, que enumera apenas 7 602 membros da AO em toda a América Latina, sendo 2 903 no Brasil. Isso em 1937. Ainda uma vez constatamos a confusão entre “membros” e “simpatizantes”, tal como no caso do efetivo integralista.

(73) O Brasil não é o único país que interessa às companhias de aviação alemãs, pois temos no Peru uma filial da Lufthansa, no Equador a Sociedade Equatoriana dos Transportes Aéreos (SEDTA), na Bolívia, o Lloyd Aéreo Boliviano, e na Colômbia, a Sociedade Colombo-Alemã dos Transportes Aéreos (SCADTA). Sobre a importância das linhas aéreas dominadas pelas companhias alemãs na América Latina e as reações que essa situação provoca ao norte do Rio Grande, ver: BEALS, C., “Totalitarian Inroads in Latin America”, in *Foreign Affairs*, outubro de 1938, v. 17, n.º 1, pp. 78-89; HALL, M., e PECK, W., “Wings for the Trojan Horse”, in *Foreign Affairs*, janeiro de 1941, v. 19, n.º 2, pp. 347-69; e Mc CULLOCH, J. I. B., “Elimination of Axis Airlines in the Americas”, in *Foreign Policy Reports*, fevereiro de 1942, p. 296. Observemos por fim que a Itália encontra-se também presente no céu brasileiro com a Cia. LATT, que tem algumas concessões internas e sobretudo uma ligação com Roma.

(74) Essa concessão é importante, porque permite aos aviões vigiar a costa brasileira e quando eclode a guerra na Europa os aviões da Condor utilizam o rádio para assinalar a

companhias de aviação alemãs, veremos que elas cobrem três quartos do território sul-americano, o que permite à Alemanha ter um controle quase absoluto sobre os meios de comunicação e de transporte nessa parte do mundo.

Entre todas as formas de penetração do nazismo na América Latina, a educação ocupa uma posição especial nas preocupações de Berlim⁷⁵. Em toda parte onde, na América Ibérica, existe uma colônia alemã — seja no afastado interior, seja nas grandes cidades do litoral — a cultura e a língua alemãs são difundidas por pequenas escolas rurais ou por grandes estabelecimentos de ensino urbanos. Como o sistema escolar brasileiro permaneceu extremamente arcaico, em virtude da falta de instalações, de professores e de meios financeiros, é às comunidades locais que cabe, de fato, a organização escolar. Assim, desde sua chegada, os imigrantes alemães instalam uma pequena escola, com um professor escolhido no local e que ensina em sua língua materna. Quando o nazismo chega ao poder e começa a colocar em execução seu sonhos da Grande Alemanha, encontra no Brasil uma situação bastante vantajosa, pois, na época o número de escolas alemãs é de cerca de 1 260, com um total de mais de 50 000 alunos⁷⁶.

O ensino é dado em alemão e, algumas vezes, a aprendizagem da língua portuguesa é incluída nos programas. Mas isso é mais uma exceção do que a regra. Além dos hinos patrióticos alemães, tradicionalmente cantados nesses estabelecimentos, encontramos, em certas escolas, a partir de 1933, o estandarte nazista, assim como uma grande fotografia de Hitler na parede.

Os governos brasileiros — tanto os dos estados quanto o governo federal — não têm praticamente qualquer controle sobre os estabelecimentos escolares alemães, e estes podem, com toda liberdade, elaborar seu programa de estudos, construir suas instalações, autofinanciar-se através de cotizações mensais e de contribuições públicas e privadas, oriundas da Alemanha. Essa situação absurda torna-se insustentável quando Hitler quer utilizar as escolas alemães no Brasil não somente para promover a cultura e o espírito nacional, mas também para fazer com que o imigrante aceite a ideologia nazista. Então, a reação brasileira será drástica, e o trabalho paciente de várias gerações de imigrantes para poder guardar sua identidade cultural e uma certa ligação com a civilização alemã, estará perdido para sempre⁷⁷.

posição das construções bélicas e de transporte que se encontram nessas regiões (cf. o incidente do *Graf Spee* ao largo do Uruguai, em dezembro de 1939).

(75) O III Reich tem um orçamento de 4 000 000 RM em 1937 para as escolas alemãs da América Latina e prevê uma participação de 3 000 000 RM anuais a seguir; ver FRYE, A., *Nazi Germany and the American Hemisphere: 1933-1941*, p. 68.

(76) *Ibidem*.

(77) Quando o Ministério da Guerra brasileiro envia ao III Exército, estabelecido em Porto Alegre, em fins de 1937, um novo comandante, na pessoa do general Manuel de Cer-

Resta-nos ver ainda, no quadro da influência nazista no Brasil, quais são as relações mantidas pelo regime hitlerista com a Ação Integralista Brasileira. Contrariamente ao que pensa a embaixada italiana no Rio de Janeiro, durante os anos 1935-1936⁷⁸, os diplomatas alemães que trabalham no Brasil têm uma atitude extremamente reservada em relação à AIB.

A questão de saber se é preciso identificar o movimento nacional-socialista no Brasil com o integralismo é várias vezes evocada, nos relatórios consulares e diplomáticos enviados a Berlim pelos representantes alemães no Brasil. Suas conclusões, mesmo que matizadas, são invariavelmente negativas. Por exemplo, quando o cônsul alemão em Florianópolis faz considerações sobre a tática a adotar em relação à AIB, ele declara que é “extremamente lamentável que elementos alemães, e mesmo nacional-socialistas, que pertencem às fileiras do movimento integralista em Santa Catarina, dediquem-se a fazer, com muito zelo, a propaganda integralista nos municípios habitados por alemães...”⁷⁹. O cônsul alemão em Florianópolis — Dittmar — vai mais longe em suas considerações e não hesita em afirmar “que um alemão que usa a camisa verde será, com o tempo, o coveiro de seu próprio germanismo...”^{79-a}. Note-se que essa última frase é colocada em destaque pela Wilhemstrasse.

A principal razão para esta atitude de desconfiança dos responsáveis alemães no Brasil, apesar de uma inegável aproximação ideológica e tática entre o integralismo e o nazismo, deve-se ao fato de que o integralismo prega “um povo e uma língua”, o que deixa prever dificuldades para a minoria alemã, no caso do integralismo chegar ao poder^{79-b}.

Se a hierarquia nazista, tanto no Brasil quanto em Berlim, encontra-se indecisa e desconfiada em relação ao integralismo, a base do movimento, ao contrário, identifica-se plenamente com a AIB e participa ativamente ao lado

queira Daltro Filho, este percebe a gravidade da situação em que se encontra o ensino primário no Estado do Rio Grande do Sul. Daltro Filho não hesita em considerar as escolas italianas e principalmente as alemãs como o problema mais espinhoso e urgente que deve ser enfrentado pelo governo do estado. Ver o relatório de Daltro Filho a Gaspar Dutra, ministro da Guerra, AGV, doc. n.º 1937.11.03./3 XXVIII — 2b, de 3 de novembro de 1937. Para um estudo mais detalhado da questão do ensino alemão no sul do país, ver a tese não publicada de DALBEY, R., *The German Private Schools of Southern Brazil during the Vargas Years, 1930-1945*, op. cit.

(78) O principal pretexto invocado pela embaixada italiana no Rio de Janeiro, quando aconselha Roma a se aproximar do movimento integralista, é que a “enfeudação” progressiva do integralismo ao hitlerismo é responsável por uma iniciativa para “neutralizar a ação alemã”, cf. AI, n.º 16, doc. n.º 976/361, expedido pelo embaixador Cantalupo a Roma, em 8 de julho de 1935, bem como o doc. AI, n.º 16, doc. n.º 431, enviado pelo conselheiro Menzinger a Roma, em 12 de outubro de 1936.

(79) DDA, Pol. ABT III, in Adten “Nationalsozialismus, Fachismus und Ahutiche”, doc. n.º 1545/35, de 20 de novembro de 1935, pp. 12-3.

(79-a) Ibidem, p. 16.

(79-b) Relatório do conselheiro Levetzow enviado a Berlim, em 1.º de dezembro de 1937, in DDA, n.º 1, doc. n.º 1655 5/37 AD.

desta, nas eleições municipais de 1936, que resultam em uma verdadeira inundação integralista no Estado de Santa Catarina. Suas vitórias, nessas eleições, são particularmente claras nas comunidades de forte densidade alemã⁸⁰.

Em suma, tudo leva a crer que as relações de cúpula entre a AIB e a Alemanha nazista são apenas episódicas e marcadas por uma grande desconfiança recíproca⁸¹. Seja como for, excetuando a questão das eleições municipais de Santa Catarina, a documentação existente fornece somente indicações extremamente vagas e não conclusivas a respeito de um eventual complô nazi-integralista, que poderia colocar em perigo a independência nacional durante os anos 1935-37⁸². Em compensação, os vínculos que começam a surgir entre a AIB e a Itália adquirem uma tal amplitude, nesse momento, que julgamos necessário consagrar-lhes um capítulo especial.

Por fim, sublinhemos uma das características mais dignas de nota da política nazista no Brasil. Trata-se da confusão permanente entre as atividades do NSDAP e as da Wilhemstrasse, entre as atividades políticas e subversivas e as de caráter diplomático e consular, entre o ilegal e o oficial. No início de 1937, quando Bohle, responsável pela AO, assume também a direção das operações diplomáticas, pode-se considerar que doravante é ao NSDAP que cabe a tarefa de “proteger” os alemães instalados no exterior, bem como representar o Estado alemão. Nessas condições, os representantes do Partido no exterior deveriam beneficiar-se da mesma situação jurídica que os diplomatas, o que não deixaria de provocar “desagradáveis incidentes diplomáticos”⁸³. Ora, quando do quinto Congresso da AO em Stuttgart, 1937, Bohle é desaprovado e é novamente à Wilhemstrasse que cabe o direito de representar o Estado alemão e defender seus cidadãos no estrangeiro. No caso do Brasil, a disputa entre o NSDAP e a Wilhemstrasse é sobretudo acadêmica, pois, na realidade, existe uma justaposição marcante entre as atividades da seção brasileira do NSDAP e as dos representantes consulares e diplomáticos. Essa situação provocará, nos meses seguintes, graves incidentes entre Berlim e o Rio de Janeiro.

(80) Relatório da polícia política do Estado de Santa Catarina preparado por KUEHNE, J., “O integralismo nazi-fascista em Santa Catarina”, in *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*, op. cit., pp. 109-20, onde o autor coloca em evidência — através de documentos secretos — a coalisão entre a AIB e a Alemanha.

(81) Os dirigentes da AIB sentem-se mais próximos, tanto do ponto de vista ideológico quanto cultural, da Itália. Nas comunicações oficiais entre Plínio Salgado, de um lado, e Mussolini e Ciano, de outro, as cartas contêm invariavelmente uma formulação mágica e significativa: a “latinitá”, que enfatiza a solidariedade e o espírito latino, cf. AI, n.º 16, doc. s/n de 25 de fevereiro de 1937, e doc. s/n de 28 de outubro de 1937.

(82) A seguir, Berlim vai mudar de tática no início de 1938 e apoiará então a tentativa de golpe integralista de maio de 1938.

(83) Cf. o telegrama expedido por Moniz de Aragão a Pimentel Brandão em 3 de setembro de 1937, in AB, doc. n.º 371.

CAPÍTULO III

A ITÁLIA ENTRE A TRADIÇÃO E A SUBVERSÃO

a) A contribuição italiana à formação humana brasileira

A imigração italiana vinda para o Brasil, durante o período 1820-1927, é da ordem de 1 502 958 de pessoas, ou seja, 32.6 por cento do total das entradas.

As mesmas dificuldades que existiram para a avaliação da colônia germânica, instalada no Brasil, nós encontramos para a avaliação da colônia italiana. Na falta de fontes oficiais, é necessário lançar mão das estimativas particulares. Estas são menos numerosas do que as que tratam da colônia alemã, mas no entanto, chegam a conclusões relativamente unânimes ao considerar que existem em torno de três milhões de pessoas de origem italiana, em 1940, instaladas no Brasil⁸⁴. Em face do número de italianos que entraram no Brasil durante o século XIX e início do século XX, esta estimativa é bastante plausível.

Quando as autoridades brasileiras realizam o recenseamento de 1920, chegam à conclusão de que existem 558 405 cidadãos de nacionalidade italiana instalados no Brasil. Este número é considerável se compararmos com o número de cidadãos de nacionalidade alemã (52 870) ou com o número total de estrangeiros residentes no Brasil, naquele momento (1 565 961). Ou seja, mais de um terço dos estrangeiros estabelecidos no Brasil, em 1920, são de nacionalidade italiana⁸⁵. Em razão da política brasileira de naturalização, este número vai diminuir sensivelmente com o decorrer do tempo, e isto apesar da contínua entrada de imigrantes italianos. Assim, em 1940 o número de italianos instalados no Brasil chega a 285 110 pessoas. A porcentagem da Alemanha e da Itália no total dos estrangeiros vivendo no Brasil nessa data é de 6.93% e 22.20% respectivamente. Os outros países de imigração importante são: Portugal (27.6%), Espanha (11.52%) e Japão (10.96%)⁸⁶.

(84) Ver sobretudo DALBEY, R., *op. cit.*, p. 27.

(85) IBGE. *Recenseamento*, 1920, v. IV, p. 317.

(86) IBGE. *Recenseamento*, 1940, pp. 1-14.

A imigração italiana em direção ao Brasil no século XX é sensivelmente mais importante que a alemã. Os dados estatísticos, tanto oficiais como particulares, variam, mas chega-se à conclusão de que existe uma participação italiana de 30 a 34 por cento no total de entradas, no período de 1890-1930, enquanto a alemã não representa mais que 4 a 6 por cento⁸⁷.

Quando de uma publicação oficial do Ministério italiano das Relações Exteriores, em 1927⁸⁸, as autoridades italianas contestam vigorosamente os resultados do recenseamento brasileiro de 1920. Para Roma, “as autoridades consulares [italianas no Brasil] podem avaliar em 1 839 579, os italianos residentes no Brasil”⁸⁹. Não é a diferença de datas da publicação desses dados que pode explicar a grande diferença entre estas duas estimativas. Trata-se antes de mais nada de divergências de critérios de avaliação. Com efeito, responde aos interesses da Itália aumentar o número de seus cidadãos estabelecidos no exterior. Notamos que diferenças sensíveis encontram-se também, no que diz respeito às fontes italianas, em relação aos outros países de acolhida. Os serviços estatísticos dos Estados Unidos, por exemplo, avaliam em 1 610 113 os italianos ali residentes, enquanto a Itália declara que existem 3 706 116 pessoas. O mesmo acontece com a Argentina: em 1924, o número de italianos residentes na Argentina chega a 1 019 803 indivíduos, para as autoridades argentinas, enquanto os responsáveis italianos estimam este número em 1 771 378 pessoas⁹⁰.

A chegada ao poder do fascismo na Itália e a diminuição sensível da imigração que Mussolini impõe, a partir de 1924, estão ligadas às reivindicações, até o presente momento unicamente quantitativas, dos responsáveis italianos⁹¹. Mas, para o futuro, o importante será saber se a Itália pensa em praticar uma política de proteção radical com relação aos seus cidadãos, e aos que ela considera possuidores da nacionalidade italiana, estabelecidos no exterior, ou se, ao contrário, ela se contentará unicamente em praticar uma política de entendimento com os países de acolhida.

Para a administração brasileira, a distribuição dos *cidadãos italianos* no território brasileiro em 1920 e em 1940, é a seguinte:

(87) LAMBERT, J., *Os dois...*, *op. cit.*, pp. 63-6.

(88) Itália. Ministero degli Affari Esteri. *Censimento degli Italiani all'estero alla meta dell'anno 1927*, Roma, Ed. Libreria dello Stato, 1928. 711 p.

(89) *Ibidem*, p. 416.

(90) *Ibidem*, p. 380.

(91) Para um breve histórico da política de emigração sob o regime fascista, ver CANTALUPO, R., *Racconti Politici dell'altra Pace*, Instituto per gli Studi di Politica Internazionale, Milão, 1940, sobretudo as páginas 306-12.

Quadro D
Localização dos cidadãos italianos no Brasil

| <i>Estados da Federação</i> | <i>1920</i> | <i>1940</i> |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Acre | 56 | 19 |
| Alagoas | 134 | 39 |
| Amazonas | 726 | 342 |
| Bahia | 1 448 | 868 |
| Ceará | 105 | 202 |
| Espírito Santo | 12 553 | 4 285 |
| Goiás | 268 | 237 |
| Maranhão | 108 | 66 |
| Mato Grosso | 810 | 516 |
| Minas Gerais | 42 943 | 13 741 |
| Pará | 1 114 | 566 |
| Paraíba | 207 | 85 |
| Paraná | 9 046 | 6 776 |
| Pernambuco | 756 | 550 |
| Piauí | 37 | 16 |
| Rio de Janeiro | 31 929 | 21 046 |
| Rio Grande do Norte | 91 | 36 |
| Rio Grande do Sul | 49 136 | 18 685 |
| Santa Catarina | 8 062 | 3 928 |
| São Paulo | 398 798 | 213 091 |
| Sergipe | 79 | 16 |
| Total | 558 405 | 285 110 |

Fonte: IBGE, Recenseamento, 1920, 1940.

Para as autoridades italianas, o número e a distribuição de cidadãos italianos residentes no Brasil se apresenta de modo muito diferente, pois a Itália considera como seus cidadãos uma parte dos imigrantes nascidos no Brasil.

Segundo as autoridades italianas, a repartição se apresenta da seguinte maneira: (estes dados foram preparados por diferentes consulados italianos no Brasil).

Quadro E
Localização dos cidadãos italianos no Brasil
segundo as autoridades italianas: 1927

| <i>Região consular</i> | <i>Número de inscritos</i> |
|------------------------|----------------------------|
| São Paulo | 1 202 500 |
| Rio Grande do Sul | 300 000 |
| Rio de Janeiro | 116 000 |
| Minas Gerais | 113 421 |
| Santa Catarina | 70 000 |
| Paraná | 32 131 |
| Pernambuco | 5 527 |
| Total | 1 839 579 |

Fonte: Itália. Ministero degli Affari Estui. *Censimento...*, *op. cit.*, pp. 464-65.

A colônia italiana concentra-se inteiramente no sul e um pouco também no leste do país, particularmente no sul de Minas e Rio de Janeiro.

São Paulo, em particular sua capital, é o grande centro de acolhida. O mapa n.º 8 dá uma boa visão de como se distribui a colonização italiana.

Tal como a colônia alemã, a dos italianos é igualmente organizada. Em 1927, a colônia italiana possui 310 escolas em todo o Brasil, sendo a grande maioria no Estado de São Paulo. Entre estas escolas, 302 trabalham unicamente com o ensino primário, e as outras com o ensino secundário. O número total de alunos é de 16 923 e o ensino da língua italiana é previsto em certos programas⁹².

A colônia é organizada igualmente em associações de assistência e solidariedade (em número de 145), em associações educacionais para a “propaganda e a divulgação da cultura italiana” (em número de 19), e, finalmente, em associações diversas (recreativas, econômicas, esportivas). O número total destas associações é de 250, em todo o Brasil⁹³.

Existe também uma série de publicações que se dirigem exclusivamente à colônia italiana. Elas são em número de 31; quatro cotidianos, duas que são publicadas em cada três dias, quinze semanais, duas bimensais, sete mensais e uma publicação irregular. Entre estas publicações, dezoito são feitas em São Paulo, sete no Rio de Janeiro e as outras nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais⁹⁴.

(92) Itália. Ministero degli Affari Esteri, *Censimento...*, *op. cit.*, p. 417.

(93) *Ibidem*.

(94) *Ibidem*.

Mapa C

A localização da imigração italiana no Brasil



Apesar do interesse destas publicações, elas não nos permitem medir o grau de assimilação dos imigrantes italianos. As escolas, as associações e mesmo a existência de uma imprensa específica são manifestações que encontramos igualmente entre a colônia germânica. Seria arriscado fundamentar algumas conclusões baseando-se unicamente nestas indicações. É necessário, por conseguinte, lançar mão de dados fornecidos pelo recenseamento geral de 1940, no que diz respeito à utilização da língua portuguesa nos lares de imigração italiana. O resultado é o seguinte: num total de 1 624 263 brasileiros natos, com mais de cinco anos, que não utilizam o português como língua principal do lar, 458 093 são de origem italiana. A imigração italiana é mais recente que a alemã e, em números absolutos, ela é

mais importante. Pode-se então, desde já, concluir que há melhor integração do imigrante italiano do que do alemão⁹⁵. Isso não impede que exista um grande número de brasileiros de origem italiana que podem ser considerados como mal assimilados. Qual é a sua distribuição no território nacional? Será São Paulo o centro mais importante da colônia italiana mal assimilada? O quadro X e o mapa n.º 9, reproduzidos mais adiante, fornecem uma resposta a estas interrogações.

Quadro F
Número de brasileiros natos que utilizam o italiano
como língua principal no lar: 1940

| <i>Estado</i> | <i>Número</i> | <i>Estado</i> | <i>Número</i> |
|----------------|---------------|----------------|----------------|
| Acre | — | Paraná | 4 658 |
| Alagoas | — | Pernambuco | 150 |
| Amazonas | 56 | Piauí | 2 |
| Bahia | 88 | Rio de Janeiro | 2 393 |
| Ceará | 99 | R. G. Norte | 1 |
| Espírito Santo | 11 814 | R. G. Sul | 295 995 |
| Goiás | 41 | S. Catarina | 95 602 |
| Maranhão | 11 | São Paulo | 45 755 |
| Mato Grosso | 57 | Sergipe | — |
| Minas Gerais | 1 293 | Paraíba | 8 |
| Pará | 70 | | |
| Total | | | 458 093 |

Fonte: IBGE, *Recenseamento*, 1940.

O elemento mais interessante deste quadro e do mapa D é o grande número de brasileiros de origem italiana estabelecidos no extremo sul do país — Santa Catarina e Rio Grande do Sul — que não utilizam o português como língua principal no lar. E isto verifica-se apesar da enorme concentração italiana na região de São Paulo. Por conseguinte, não é a concentração das colônias que facilita a não-assimilação, mas antes de tudo, o seu isolamento.

(95) O número de brasileiros de origem japonesa (natos e naturalizados) que não utilizam o português como língua principal no lar chega a 178 007 indivíduos. Por conseguinte, a imigração nipônica é a terceira numericamente que não utiliza a língua portuguesa no lar, cf. IBGE, *Recenseamento*, 1940, p. 13.

Mapa D

Localização das colônias italianas pouco assimiladas



Com efeito, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o imigrante italiano é antes de mais nada um agricultor isolado no campo. Apesar da forte densidade em São Paulo, o contato com o luso-brasileiro é mais fácil no meio urbano, e a necessidade de aprender o português para o exercício de uma profissão no comércio ou na indústria, explica o número relativamente pouco importante de brasileiros de origem italiana que utilizam o português como língua principal no lar, neste grande centro de acolhida.

Levando-se em consideração o total dos brasileiros natos que não utilizam a língua portuguesa no lar, em 1940, ou seja, 1 624 263 indivíduos, 1 102 348 são de origem alemã (644 255 pessoas) ou de origem italiana (458 093 pessoas). Isso representa 68 por cento do total dos mal assimilados. Se nós adicionarmos os 178 007 membros da colônia japonesa que estão

nas mesmas condições, a porcentagem de brasileiros natos originários destes três países que são mal integrados chega em torno de 80 por cento do conjunto.

Este problema, que certos autores chamam “quisto no organismo nacional”⁹⁶, concentra-se nos dois estados do extremo sul: Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com efeito, estes dois estados apresentam 962 293 cidadãos de nacionalidade brasileira de origem alemã ou italiana, num total de 1 102 348 pessoas que não utilizam o português como língua principal no lar. Isto é o equivalente a 87.3 por cento do conjunto. Por conseguinte, quando uma política de assimilação — sobretudo nas escolas — será colocada em aplicação pelas autoridades brasileiras, ela dará atenção muito particular a esta região do país.

b) A diplomacia tradicional

Historicamente as relações ítalo-brasileiras são extremamente corretas e amigáveis. Os motivos de satisfação e de *entente* são mais numerosos e duradouros que os litígios. Por exemplo, no plano comercial as trocas ítalo-brasileiras apresentam uma notável constância. Sem febre repentina, porém sem perspectiva de diminuição, pois o comércio recíproco entre os dois países não ultrapassa dois por cento de seu comércio total⁹⁷. Considerando-se o período 1934-1938, assim se apresenta o valor das importações brasileiras provenientes da Itália. A título de comparação, citemos a posição da Alemanha e a dos Estados Unidos nas importações brasileiras, durante esse período:

Quadro IX
Valor das importações brasileiras por país: 1934-1938

| <i>pais</i> | 1934 | 1935 | 1936 | 1937 | 1938 |
|-------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Alemanha | 3 569 309 | 5 608 220 | 7 065 065 | 9 697 139 | 8 975 651 |
| EUA | 6 027 001 | 6 406 277 | 6 651 129 | 9 336 999 | 8 694 768 |
| Itália | 884 091 | 684 401 | 531 210 | 603 585 | 645 932 |

Obs.: Valor em libras-ouro.

Fonte: M.R.E., *Boletim*, nº 23, junho de 1939, p. 19.

(96) AZEVEDO, F. de, *Cultura Brasileira*, 2ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1944. p. 23.

(97) M. R. E., *Boletim*, fevereiro de 1945, p. 204, bem como U. S. Department of Commerce, International Reference Service, *Effects of the War on Brazil's Foreign Trade*, nº 4, v. II, maio de 1945, p. 4.

No que diz respeito às exportações brasileiras durante o mesmo período, a posição ocupada pela Itália é pouco importante. Esse país encontra-se em décimo primeiro lugar, entre os países importadores de produtos brasileiros, inclusive depois da Suécia e da Dinamarca⁹⁸.

A Itália fornece, tradicionalmente, ao Brasil, bens de equipamento e material militar, ao passo que o Brasil exporta matérias-primas, principalmente café. Para tentar melhorar seu comércio recíproco, Roma e Rio de Janeiro decidem concluir um acordo comercial, em 1936. Esse acordo não terá conseqüências maiores, e os fluxos de troca permanecem estáveis. O



O embaixador italiano, Roberto Cantalupo.

(98) M. R. E., *Boletim*, n° 23, junho de 1939, p. 20.

que não impede que o acordo seja bastante significativo da luta renhida, desenvolvida durante a década de 30, entre o dirigismo e intervencionismo do Estado, e o liberalismo nas relações comerciais internacionais. O acordo ítalo-brasileiro foi feito à imagem daquele que o Rio de Janeiro fez com Berlim; ambos baseiam-se no princípio compensatório. Durante as negociações entre os dois países, diversas dificuldades “técnicas” surgiram, e foi graças à intervenção pessoal de Getúlio Vargas que o acordo pôde ser concluído⁹⁹. O embaixador italiano no Rio de Janeiro, Roberto Cantalupo¹⁰⁰, observa então que a Itália não deve apresentar o acordo “como um fato novo, mas antes de tudo normal” nas relações entre os dois países, pois o Brasil não quer avivar ainda mais o mau humor do Departamento de Estado, em relação à maneira como desenvolve sua política comercial.¹⁰¹ Segundo as disposições desse acordo, o fornecimento de matérias-primas brasileiras deve ser compensado pelo fornecimento de produtos industriais italianos e, em particular, por alguns submarinos fabricados em La Spezia para a Marinha de Guerra do Brasil¹⁰².

No plano cultural, existe uma grande identidade entre Roma e Rio de Janeiro. Além da latinidade comum, as características nacionais são bastante próximas, sob vários aspectos, constatando-se a existência de uma compreensão que vai até mesmo à cumplicidade. A imagem que os dois povos fazem, um do outro, é marcada pela simpatia e compreensão. Animados por esses sentimentos, os dois governos encontram invariavelmente um terreno de *entente*, em seus raros litígios. Assim, quando o Brasil tem de tomar sanções contra a Itália, seguindo as recomendações da SDN, a respeito da questão etíope, o Rio de Janeiro procura desviar-se do controle da organização de Genebra e continua a manter o mesmo comércio com Roma¹⁰³.

A questão fundamental das relações ítalo-brasileiras, até 1935, é a presença de uma importante colônia italiana estabelecida no Brasil. Já tivemos oportunidade de sublinhar as características principais dessa colonização. No momento, trata-se de apreender a política italiana em relação a sua colônia, em especial a partir de 1922, quando Mussolini tomar o poder em Roma.

O Brasil nunca praticou uma política de assimilação forçada em relação às diferentes nacionalidades estabelecidas em seu solo. Esse *laissez-faire* do Rio de Janeiro acarreta resultados contraditórios. A colônia alemã con-

(99) AI, dossiê nº 10, tél. nº 7361, P. R., de 14 de agosto de 1936.

(100) Roberto Cantalupo é um antigo jornalista simpatizante do fascismo que entra para a carreira diplomática quando da tomada do poder por Mussolini. Permanecerá à frente da missão italiana no Brasil até 1937, quando é nomeado embaixador junto ao governo franquista.

(101) AI, dossiê nº 10, tél. nº 7361, P. R., de 14 de agosto de 1936.

(102) Ibidem.

(103) AI, dossiê nº 11, doc. nº 213907/28, de 26 de abril de 1937.

serva suas características nacionais e culturais, ao passo que a italiana é assimilada mais facilmente. Isso se deve a três razões principais: a primeira é a localização da colônia italiana — reunida sobretudo em São Paulo e nos centros urbanos —, o que facilita o contato com a população brasileira. A segunda razão é a atitude natural do imigrante italiano, que é mais propenso à assimilação, em função das facilidades lingüísticas e culturais. O terceiro e último motivo está ligado à compreensão, demonstrada pelas autoridades italianas, em relação à sua colônia. Ao contrário da política oficial das autoridades alemãs, as italianas não praticam uma política antibrasileira. Em Roma, e isso mesmo depois da subida de Mussolini ao poder, a questão cultural é abordada de maneira conciliadora, ao passo que a atitude de Berlim é intransigente. A preocupação em manter vivas a cultura e a língua italianas entre os imigrados existe, mas, ao contrário da Alemanha, a Itália até 1935 utiliza apenas meios legais para defender os vínculos entre os imigrantes e a península. A existência das “casas de Itália”, para os contatos sócio-culturais, não se presta a ações antibrasileiras. O mesmo ocorre quanto à propaganda ideológica, pois se a Itália não renuncia, depois de 1922, à divulgação dos benefícios da doutrina fascista, só utiliza os meios tradicionais, como as conferências, a atribuição de bolsas de estudos a jovens brasileiros, viagens de estudos subvencionadas e a propagação das realizações fascistas através de publicações oficiais.

Outro exemplo das boas relações italo-brasileiras é a solução encontrada, em junho de 1929, para a grave questão do cumprimento do serviço militar por cidadãos considerados brasileiros, pelas leis do Brasil, e italianos, segundo Roma. Nessa questão, a Itália deixa de considerar a origem como critério principal, e aceita que o lugar de residência determine o local onde as pessoas de dupla nacionalidade irão cumprir suas obrigações militares¹⁰⁴.

O mapa D mostra que — com exceção do Estado do Rio Grande do Sul — a colônia italiana encontra-se em um processo avançado de integração. Se a isso acrescentam-se as boas disposições dos dois governos, que não radicalizam sua atitude, pode-se supor que as relações italo-brasileiras e, em particular, a situação da colônia italiana, não terão maiores dificuldades no futuro. Ora, desde 1922, vozes discordantes começam a ser ouvidas na Itália, exigindo uma “melhor proteção” para os italianos no estrangeiro. Em primeiro lugar, Mussolini impõe uma diminuição sensível da emigração, a partir de 1924. Em seguida, o Duce declara que “cada país deve seguir com atenção o destino de seus filhos que levam sua força de trabalho para além das fronteiras da Pátria”¹⁰⁵. Por fim, certas publicações oficiais

(104) Cf. o acordo italo-brasileiro assinado em 6 de junho de 1929 e transcrito pelo *Giornale Militare Ufficiale* do Ministério da Guerra italiano, circular n° 335, de 7 de junho de 1929.

(105) Citado por CANTALUPO, R., *Racconti...*, op. cit., pp. 306-7.

italianas deixam aparecer críticas — sobretudo quanto aos dados estatísticos dos países de acolhida — relativas ao número de entradas de italianos nos diferentes países. Os números anunciados por Roma em 1927, por exemplo, quanto ao total de italianos estabelecidos no Brasil (1 839 579 indivíduos), contrastam bastante com os dados brasileiros (558 405 em 1920).

Essa mudança de atitude é bastante significativa do dilema em que se encontram as autoridades italianas, quando querem lançar-se em uma política colonial justificada pela necessidade dos “espaços vitais” para seu excedente de mão-de-obra. Uma política de abertura das fronteiras, favorecendo a emigração dos italianos para o outro lado do Atlântico, é incompatível com uma política colonial; com efeito, quando as colônias — sobretudo a Etiópia — são adquiridas, os candidatos à colonização se apresentam em número insuficiente.

Em suma, pode-se dizer que a Itália não tem política migratória claramente definida, em torno dos anos 1935-1936. Em face da colônia instalada no Brasil, as autoridades italianas têm uma atitude ambígua; ora felicita-se a boa integração dos imigrantes, ora os sonhos de uma “melhor proteção” passam para primeiro plano. Roma, então, agirá segundo as circunstâncias, sem querer no entanto colocar sua colônia em uma posição antibrasileira.

Durante 1935, o Palácio Chigi — sede do Ministério Italiano dos Negócios Exteriores — recebe, de sua embaixada no Rio de Janeiro, alguns relatórios sobre um movimento político brasileiro que apresenta várias semelhanças ideológicas com o fascismo; trata-se do início dos contatos entre a Ação Integralista Brasileira e a Itália.

Tendo em vista as excelentes relações governamentais entre Roma e o Rio de Janeiro, nenhuma seqüência é dada aos relatórios da embaixada italiana¹⁰⁶. Essa indiferença não será constante, pois em breve Roma muito se interessará pela AIB, e tanto a questão da “proteção” da colônia, quanto as relações com o Brasil oficial, serão relegadas a um plano secundário. Com efeito, a Itália segue, doravante, o exemplo alemão, e inaugura uma diplomacia paralela no Brasil.

c) A diplomacia subversiva

A partir de 1935, a embaixada italiana no Rio de Janeiro, que, até então, exerce uma atividade diplomática normal, e mesmo calorosa, em relação ao Brasil, muda de atitude e começa a atrair a atenção do Palácio Chigi para a importância crescente do movimento brasileiro que tem mais características políticas do fascismo: a AIB. Durante esse ano, os relatórios políticos transmitidos pela embaixada italiana do Rio de Janeiro tornam-se,

(106) AI, dossiê n.º 16, relatório n.º 976/361, de 8 de julho de 1935.

no correr dos meses, cada vez mais concretos, quanto a uma eventual aproximação com a AIB e surge então a possibilidade de uma diplomacia italiana paralela, no Brasil.

Quais são as razões invocadas por Roberto Cantalupo, em sua tentativa de aproximação com o integralismo? Em julho de 1935, há apenas uma razão: “a sujeição progressiva do movimento integralista ao hitlerismo germânico”¹⁰⁷. Apesar da “submissão integralista às orientações de Berlim”, a AIB não deixa de desenvolver-se, e torna-se assim um partido importante. As observações de Roberto Cantalupo, por mais pertinentes que sejam, não conseguem convencer os dirigentes italianos e nenhuma seqüência é dada às recomendações da embaixada do Rio de Janeiro.

O desinteresse manifestado por Roma, quanto a uma eventual aproximação com a AIB, inscreve-se na evolução global da política externa italiana durante a década de 30. Em 1935, a Itália enfrenta a questão etíope e as reticências manifestadas por certos países europeus — em especial a França e a Grã-Bretanha — a respeito das iniciativas italianas na África. No início do ano, Laval dá a Mussolini a garantia de que a França não entrará a política italiana na Etiópia, o que também é confirmado pela Grã-Bretanha, em abril de 1935, com a formação da Frente de Stresa. A atitude franco-britânica visa obter o apoio italiano contra qualquer tentativa alemã de recolocar em questão os tratados que garantem a paz e o *status quo* territorial na Europa.

Quando os primeiros relatórios políticos chegam a Roma e aconselham uma aproximação com a AIB, a Itália faz parte da Frente de Stresa, que é antes de tudo antigermânica. É dentro desse contexto que se deve compreender a insistência com a qual Cantalupo aponta “a submissão integralista” ao hitlerismo, pois, de fato, a AIB não tem contatos estreitos com Berlim. As acusações de Cantalupo não se apóiam em nada de concreto, com exceção das indicações fornecidas por jornais anti-integralistas do Rio de Janeiro, tais como *A Manhã* e o *Diário Carioca*¹⁰⁸.

Alguns meses depois, no outono de 1935, a Grã-Bretanha volta-se contra as iniciativas italianas na Etiópia. Os protestos britânicos e as proteções da SDN não são suficientes para fazer fracassar o imperialismo italiano, e Roma ocupa então a Etiópia. A única consequência importante da oposição britânica é a denúncia italiana dos compromissos estabelecidos em Stresa. Estamos então em fins de 1935, e a ruptura da Frente de Stresa marca a mudança de orientação da política externa fascista. Doravante, a Itália relega as questões européias a segundo plano, e deixa até a espinhosa questão austríaca nas mãos de Hitler. Essa reviravolta da política externa italiana é o fato marcante do fim de 1935 e do início de 1936.

(107) Ibidem.

(108) Ibidem.

Até então a diplomacia italiana tinha resistido à fascistização que se opera no conjunto do Estado e da sociedade italianos. O Palácio Chigi desenvolve ainda uma política tradicional, em que o Partido Fascio não desempenha papel preponderante. As coisas correrão de modo diferente a partir de junho de 1936. Em 9 de junho deste ano o Palácio Chigi tem um novo responsável, na pessoa de Galeazzo Ciano, que substitui Dino Grandi.

Galeazzo Ciano é filho de um eminente político e militar italiano — Constanzo Ciano¹⁰⁹ — e pode contar com a proteção do próprio Mussolini, pois Ciano casou-se com Edda, filha do ditador. Jovem e ambicioso, Ciano faz uma carreira fulgurante na diplomacia italiana. Depois de ter atuado na Argentina e na China, é nomeado subsecretário dos Negócios Exteriores e ministro da Imprensa e da Propaganda. Ele é o representante típico da nova geração, levada ao poder pelo fascismo.

Quando assume a direção do Ministério dos Negócios Exteriores, começa então o que alguns autores chamaram de “Fascitização do Palazzo Chigi”¹¹⁰.

(109) Constanzo Ciano (1876-1939) é um oficial da Marinha que se distingue durante a Primeira Guerra Mundial. Condecorado por várias vezes, participa da ocupação de Fiume. Torna-se subsecretário da Marinha no primeiro gabinete de Mussolini (1922-1924) e a seguir presidente da Câmara dos Deputados em 1934.

(110) Cf. GILBERT, F., “Ciano and his Ambassadors”, in *The Diplomats, 1919-1939*, Princeton University Press, New York, 1971, v. II, p. 514. Gilbert faz uma excelente análise da personalidade de Ciano, apresentado como “um filho da senhora fortuna”, em relação ao qual a antiga geração de diplomatas, como Grandi, nutre um profundo desprezo. Grandi chega ao ponto de declarar que a inteligência de Ciano é semelhante à de um mosquito! (ibidem, p. 515). Essas histórias não seriam interessantes se não fossem reveladoras das rivalidades entre as pessoas, dos ciúmes e sobretudo de um fosso que separará a política externa italiana em antes e depois de junho de 1936. Para boas análises sobre a política externa italiana e os princípios que a regerão sob Ciano, ver em especial: CASSELS, A., *Mussolini's Early Diplomacy*, Princeton University Press, 1970. 425 p., DIGGINS, J. P., *L'America, Mussolini e il Fascismo*, Bari, Ed. Laterza, 1972. 690 p., DONOSTI, M., *Mussolini e l'Europa: la politica estera fascista*, Roma, Ed. Leonardo, 1945. 287 p., MISSIROLI, M., *La politica estera di Mussolini*, Milão, Ed. Istituto per gli studi di politica internazionale, 1939. 191 p., SALVATORELLI, L., e MIRA, G., *Storia d'Italia nel periodo fascista*, Verona, Ed. Einaudi e Mondadori, 1972. 2 v. 1 220 p., bem como o clássico SALVEMINI, G., *Mussolini diplomatico*, Bari, Ed. Laterza, 1952. 535 p. Para um testemunho interessante ver GUARIGLIA, R., *Ricordi...*, op. cit. As relações italo-alemãs são analisadas por WIESKEMANN, E., *L'Axe Rome-Berlin: histoire des relations entre Hitler et Mussolini* (1934-1945), Paris, Ed. Payot, 1950. 408 p. e do mesmo autor a breve mas interessante pesquisa sobre o *Fascism in Italy: its Development and Influence*, Londres, Ed. Macmillan, 1969. 141 p. Renzo DE FELICE faz uma breve análise das características principais da política externa mussoliniana in “Alcune osservazioni sulla politica estera mussoliniana”, *L'Italia fra Tedeschi e Alleati*, Bolonha, Ed. Mulino, 1973. pp. 57-74. Para uma atualização do estado das pesquisas históricas sobre a política externa fascista, ver PETERSEN, J., “La politica estera del fascismo come problema storiografico”, in *L'Italia fra... op. cit.*, pp. 11-56. Infelizmente todas essas obras não se ocupam da política fascista em relação à América Latina em geral e ao Brasil em particular. Isso se deve sobretudo à impossibilidade de utilizar os arquivos diplomáticos italianos.

Quando o encarregado de negócios italianos no Rio de Janeiro, Menzinger, relata, em setembro de 1936, “o enorme sucesso” alcançado pela AIB nas eleições municipais brasileiras e, em particular, nas regiões onde o elemento alemão é importante (sobretudo no Estado de Santa Catarina), é a Ciano que ele se dirige. Menzinger vê excelentes perspectivas de futuro para a AIB e — em benefício da causa — aumenta o número de inscritos no movimento, indicando mais de um milhão. Isso é importante, pois, levando-se em conta essa indicação, o integralismo certamente será o vencedor da eleição presidencial de 1938¹¹¹.

Todas essas razões fazem com que, a partir de setembro de 1936, o Palácio Chigi se interesse pelas informações fornecidas por Menzinger e por Cantalupo, sobre a AIB. Esse interesse é tão intenso que o próprio Ciano assume a questão.

É preciso dizer que, desde sua chegada ao Palácio Chigi, Ciano assume sozinho, com alguns colaboradores próximos, todas as decisões importantes da política externa. Esse círculo restrito, conhecido pelo nome de “Gabinetto”, é dirigido pelo homem de confiança de Ciano, Filippo Anfuso. Uma das funções mais importantes do “Gabinetto” é cercear a ação dos diplomatas profissionais, em benefício dos jovens diplomatas fascistas¹¹². De resto, Ciano sempre conservou vínculos estreitos com o Brasil. Enquanto trabalha na Argentina, em fins da década de 20, aproveita todas as ocasiões surgidas para ir ao Brasil¹¹³, onde faz numerosas amizades¹¹⁴. Se a

(111) AI, dossiê nº 16, tel. nº 2154/691, de 21 de setembro de 1936. Menzinger supervaloriza o efetivo integralista. Já tivemos oportunidade de referir as dificuldades encontradas para avaliar o número de inscritos integralistas. Observemos que em 1934 nos desfiles nas grandes cidades, os integralistas não reúnem mais que três a quatro mil manifestantes. É então evidente que a cifra proposta por Menzinger é falsa e que um número aproximativo de 200 000 simpatizantes para o conjunto do Brasil em 1938, que citamos anteriormente, é o número máximo.

(112) Cf. GILBERT, F., “Ciano and his Ambassadors”, in *The Diplomats, 1919-1939*, *op. cit.*, pp. 518-9, v. I.

(113) Assim, por exemplo, quando se comemora o cinquentenário da imigração italiana para o Brasil, em dezembro de 1928, Galeazzo Ciano vai a Porto Alegre com uma delegação de autoridades italianas para assistir às solenidades. Nessa ocasião, encontra-se com João Neves da Fontoura — na época vice-presidente do Estado do Rio Grande do Sul — que fica favoravelmente impressionado com esse diplomata “jovem, belo, brilhante”. João Neves da Fontoura e o jovem Galeazzo ligam-se então “pelos laços de uma afetuosa camaradagem”. Cf. NEVES DA FONTOURA, J., *Memórias*, *op. cit.*, v. I, p. 356.

(114) Não deve haver engano quanto aos sentimentos de Ciano em relação aos latino-americanos. Se de maneira geral ele qualifica os imigrantes de “escória da humanidade” tem considerações bastante particulares para com a Argentina e seus habitantes. A questão que se coloca, depois das declarações de Ciano, é a de saber quais são seus sentimentos em relação a seus próprios compatriotas que tiveram de emigrar? Aliás, se tomarmos em conta apenas as declarações de Ciano, seremos levados a pensar que o interesse que ele manifesta pela AIB corresponde apenas a um simples capricho. Ora, Ciano levará muito a sério as possibilidades de

todas essas razões for acrescentada a importância da colônia italiana estabelecida no Brasil, será possível compreender melhor a mudança da política italiana para uma diplomacia paralela e subversiva no Brasil.

Em 10 de outubro de 1936, Ciano envia uma comunicação a Menzinger a fim de melhor conhecer as características do movimento integralista. Essa comunicação é muito reservada (“riservatissimo”) e deixa transparecer o desconhecimento italiano do movimento integralista, pois Ciano fala de um certo “Plínio Sandago (sic), chefe e fundador do integralismo, que teve suas primeiras idéias quando de uma visita à Itália em 1930, quando veio estudar as realizações fascistas”¹¹⁵.

Ciano enumera os cinco pontos aos quais a embaixada italiana do Rio de Janeiro deve responder:

- “1. Quais são hoje as características do movimento e quais as suas ligações com o nazismo?
- “2. Qual é sua força política atual em relação aos outros partidos?
- “3. Qual é seu impacto junto das massas, da classe média, nos meios militares, e quais são suas ligações com os círculos governamentais? [Ele acrescentou, à mão, “qual é a atitude dos italianos e dos italo-brasileiros a seu respeito?”]
- “4. Quais são as ligações com os meios monárquicos e com a família Bragança?
- “5. Se for conveniente apoiá-lo, determinar com que meios”¹¹⁶.

O interesse suscitado em Roma por seus relatórios políticos satisfaz Menzinger. Suas conclusões são então claras e entusiastas. É preciso apoiar o integralismo, e isso, por duas razões principais: de início, “por causa do caráter fascista e antisubversivo do movimento” e, em seguida, apoiando-o, a Itália “poderia neutralizar a ação alemã e evitar que o integralismo fosse definitivamente submetido ao hitlerismo... pois devemos considerar o perigo que pode representar, para o conjunto de nossa situação no Brasil, a eventual subida ao poder de um integralismo hitlerista”¹¹⁷.

aproximação com a AIB; basta constatar todas as precauções que toma antes de concluir o que quer que seja de concreto com seus responsáveis, para que percebamos que a questão tem uma certa importância para o jovem diplomata.

(115) AI, dossiê n° 16, telegrama de Ciano a Menzinger, de 10 de outubro de 1936, doc. n° 4483/229.

(116) AI, dossiê n° 16, doc. n° 4483/229, de 10 de outubro de 1936.

(117) AI, dossiê n° 16, doc. n° 431, de 12 de outubro de 1936. Alguns dias depois, Menzinger envia um outro relatório mais detalhado, no qual retoma suas idéias principais. Acrescenta que no Brasil “não existe ambiente monárquico” e afasta a possibilidade de integrar a família Bragança no seio da AIB (AI, dossiê n° 16, relatório “riservatissimo” n° 2286/752, de 19 de outubro de 1936). Por outro lado, um documento preparado por responsáveis do palácio Chigi e dirigido a Ciano enfatiza a importância de não “tentar introduzir, com muita

Os meios preconizados por Menzinger são três: conceder subvenções à AIB e a seus membros mais eminentes, fazer propaganda fascista no seio da AIB e, por fim, manter contatos frequentes com Plínio Salgado e seus colaboradores mais próximos¹¹⁸.

O entusiasmo da embaixada italiana do Rio de Janeiro é, de certo modo, temperado por alguns relatórios enviados pelos consulados de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, nos quais a importância política e o número de inscritos na AIB contrastam violentamente com as conclusões de Menzinger¹¹⁹. Ao mesmo tempo que decidia a questão em favor da tese sustentada pela embaixada, Ciano decide, em janeiro de 1937, enviar um emissário especial, na pessoa de Pier Filippo Gomez, a fim de fazer investigações sobre o integralismo.

As conclusões da viagem de Gomez são fôrmais, e concordam com as de Menzinger: o integralismo é um movimento politicamente muito importante e que, no correr dos anos, torna-se peça-chave da política brasileira. A ação nazista no seio do movimento é sensível, sendo preciso cerceá-la. No que diz respeito aos aspectos ideológicos, Gomez considera a AIB como uma “autêntica e legítima filha do fascismo”, sua orientação é justa (“anti-supercapitalismo e anticomunismo”) e a organização tem uma boa disciplina, seus chefes são “honestos e incorruptíveis”, o movimento é “antiracista mas, assim mesmo, anti-semita”. Mas, seus métodos de combate são menos agressivos do que na Itália, em virtude da vida e do clima do país” [sic]¹²⁰.

Tendo em vista a insistência com que todos os relatórios políticos tentam convencer Roma a agir, para cercear “a infiltração hitlerista” — no momento em que tem início a colaboração efetiva entre Roma e Berlim, no princípio de 1936 —, Ciano impacienta-se e ordena à embaixada italiana, no Rio de Janeiro, que se abstenha de “dar a impressão de que existe um antagonismo entre os dois movimentos [fascismo e nazismo], sobretudo em um tal momento, em que os dois governos colaboram efetivamente”. Por outro lado, segundo Ciano, “as questões referentes ao fascismo e ao nazismo são bem mais complexas que aquelas que dizem respeito ao ângulo

evidência, a massa eleitoral italiana nas fileiras do integralismo”, pois isso não deixaria o “desconfiado nacionalismo sul-americano” indiferente (AI, dossiê n° 15, doc. s/n, de 16 de outubro de 1936).

(118) AI, dossiê n° 16, doc. n° 431, de 12 de outubro de 1936.

(119) Relatório preparado pelo Ministério das Relações Exteriores para Ciano sobre as divergências entre a embaixada e os consulados italianos no Brasil quanto à sua apreciação da importância numérica dos adeptos da AIB. AI, dossiê n° 16, doc. s/n, de 18 de novembro de 1936.

(120) AI, dossiê n° 16, doc. s/n, de 9 de janeiro de 1937. Essa carta é enviada por Gomez a Emanuele Grazzi, responsável pelo setor da América Latina no palácio Chigi e membro do “Gabinetto”.

restrito da propaganda ideológica nos países sul-americanos”¹²¹. A partir desse momento, “a ameaça nazista” sobre o movimento integralista deixa de ser, para os representantes italianos no Rio de Janeiro, o elemento primordial de sua argumentação. Isso não impede que Berlim e Roma jamais tenham uma política comum em relação ao Brasil, com cada um dos dois países defendendo seus próprios interesses nacionais.

No próprio integralismo, reina, no início de 1937, uma certa confusão na direção do partido, pois, se o respeito à divisa “Hierarquia e Obediência” é facilmente expressa no exterior, as coisas ocorrem de modo bem diferente no interior do partido, onde a luta pelos postos-chave é intensa. Salgado é reconhecido como o “chefe nacional” da AIB, mas seu domínio é tão frágil, que ele desconfia de vários de seus colaboradores mais próximos. Um destes, J. S. da Fonseca Hermes^{121-a}, apresenta-se em janeiro de 1937, em Roma, portador “de uma mensagem confidencial e verbal de Salgado ao Duce”. Essa mensagem não é tão confidencial como parecia, pois, quando de sua passagem por Paris, Fonseca Hermes pôs-se em contato com a embaixada italiana na capital francesa e revelou a finalidade de sua missão. Segundo Fonseca Hermes, os integralistas querem, em primeiro lugar, assegurar “o apoio fascista para sua ação no Brasil” e, em seguida, encontrar “conselho e apoio com vistas à extensão do integralismo a todos os países da América do Sul”. Para isso, a contribuição financeira da Itália é fixada, pelos integralistas, na soma impressionante de cinco milhões de liras! Em contrapartida, o integralismo, uma vez no poder, estará pronto a fazer concessões à Itália, dentro dos limites consentidos pela “honra nacional”¹²².

Mas, o objetivo principal da missão Fonseca Hermes é o de colocar a Itália a par e pedir sua ajuda para a preparação de um *putsch* integralista, previsto para setembro de 1937¹²³. Estamos diante de uma situação nova e de uma atitude contraditória, por parte do movimento de extrema-direita. Até então, o integralismo pedia à Itália apenas uma ajuda financeira para a preparação da eleição presidencial de 1938, uma eleição na qual seu “milhão de inscritos” garantia a vitória, afirmava ele. Ora, agora, trata-se de um *putsch*, o que quer dizer que, ou o integralismo tem perfeito conhecimento de sua relativa fraqueza eleitoral, ou quer simplesmente adiantar-se à ação de outros eventuais putschistas.

(121) AI, dossiê nº 16, tel. muito reservado, de 27 de janeiro de 1937, doc. nº 308R/23.

(121-a) João Severiano da Fonseca Hermes é membro da “Câmara dos Quarenta” da AIB e ocupa um cargo de “ministro plenipotenciário no Itamarati”. É amigo pessoal de Cantalupo.

(122) Relatório do embaixador italiano em Paris, Lequio, sobre seu encontro com Fonseca Hermes. AI, dossiê nº 16, doc. nº 0381, de 26 de dezembro de 1936.

(123) Ibidem.

Para a Itália, são difíceis de definir os termos em que deve concretizar-se a colaboração com o integralismo. Roma chegará ao ponto de sustentar financeiramente um movimento revolucionário no Brasil? Qual será sua atitude nesta hora em face do Brasil oficial? É então que Ciano se torna um pouco prudente e decide conceder à AIB apenas uma subvenção mensal de 50.000 libras¹²⁴. Mesmo que essa subvenção esteja longe da soma astronômica pedida por Fonseca Hermes, o fato é que a Itália, que anteriormente via, em sua aproximação com a AIB, apenas uma questão de propaganda ideológica, decide apoiá-la materialmente. Ciano está consciente das futuras implicações possíveis de sua decisão. Para ele, trata-se agora de ser extremamente prudente, pois qualquer passo em falso no delicado jogo de uma diplomacia paralela levaria à ruptura com o Brasil oficial, e à não-assistência à numerosa colônia italiana. Por essa razão, ordena que os pagamentos mensais à AIB sejam feitos indiretamente, e que a embaixada italiana no Rio abstenha-se de qualquer contato desse tipo com a AIB¹²⁵.

Seguindo as instruções de Ciano, o novo embaixador italiano no Rio de Janeiro — Vincenzo Lojacono¹²⁶ — imagina que a melhor solução, a fim de afastar qualquer possibilidade de comprometer a embaixada, seria a de designar um representante oficial do Partido Fascista Italiano, no Brasil, para que ele mantenha um contato estreito e permanente com a AIB. Por outro lado, a AIB deveria designar um de seus homens de confiança para representá-la em Roma.

Como representante do fascismo no Brasil, a embaixada propõe Pier Filippo Gomez. Mas Ciano não está satisfeito com a missão Gomez, pois este, em vez de se limitar a observar a AIB, ultrapassou suas diretrizes e entrou em contato estreito com os principais dirigentes da AIB¹²⁷. Ciano decide então nomear, em agosto de 1937, Amadore di Giacomo — ex-cônsul

(124) Tel. de Ciano à embaixada italiana no Rio de Janeiro, de 13 de janeiro de 1937. AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 444/10. Depois de seu encontro com Fonseca, Ciano decide conceder essa subvenção, que aliás pode ser retirada a qualquer momento e por decisão unilateral da Itália.

(125) *Ibidem*. Em uma comunicação de 24 de janeiro (AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 202439), Ciano informa a embaixada italiana no Rio de Janeiro que a casa de câmbio Marchese Nicastro é o intermediário para a remessa das contribuições pecuniárias italianas à AIB. Sobre a ajuda financeira dada pela Itália ao integralismo, ver também CIANO, G., *Journal Politique*, 1937-1938, pp. 59-60.

(126) Vincenzo Lojacono é um diplomata de carreira, mas ao contrário da maioria dos membros da “velha escola” diplomática italiana, isto é, anteriores ao advento do fascismo, que resiste até 1936 à “fascistização” da política externa, tem simpatias decididas pelo fascismo. Além do mais, tem a confiança de Mussolini, que o nomeia responsável pelas questões albanianas e croatas durante a década de 20. Cf. GUARIGLIA, R., *Ricordi, 1922-1946*, pp. 54 e 74, *op. cit.*

(127) Tel. de Ciano à embaixada do Rio de Janeiro, dossiê n.º 16, doc. n.º 308R/23, de 27 de janeiro de 1937.

italiano da cidade de Juiz de Fora, — como representante fascista oficial no Brasil¹²⁸.

Em seu desejo de se aproximar a todo preço da AIB, a Itália desenvolve uma política externa paralela, à imagem daquela desenvolvida pela Alemanha nazista, pois os dois partidos, o NSDAP e o FASCIO, têm doravante representantes oficiais no Brasil.

Se a nomeação de um representante do partido fascista no Brasil foi facilitada por sua organização hierarquizada, o mesmo não ocorre com a AIB. À hesitação de uma direção dividida, acrescenta-se o oportunismo de alguns membros, como o diplomata Latour e Luiz Sparano, que apresentaram-se a Ciano como os legítimos representantes da AIB em Roma¹²⁹. Salgado, posto a par por Lojacono das atitudes de Latour e Sparano, desaprova-os¹³⁰. Portanto, é completa a confusão dentro da AIB, e, o que é ainda mais grave para Salgado, sua autoridade é cada vez mais contestada: no próprio Brasil, ele corre o risco de ser superado pelos elementos mais radicais, como Gustavo Barroso e Miguel Reale¹³¹.

Diante dessa situação quase incontrolável, Salgado decide então colocar sob sua direção pessoal todas as relações da AIB com a Itália, tanto no Rio de Janeiro quanto em Roma. Afasta-se então a possibilidade de nomear um representante da AIB em Roma. Os contatos devem ser feitos diretamente por Salgado, seja com Di Giacomo, seja com Lojacono. Essa decisão do chefe nacional da AIB explica-se pelo fato de Salgado perceber que qualquer passo em falso o “condenaria para sempre... e destruiria a missão da embaixada junto ao governo brasileiro... [pois] ela subvenciona um partido revolucionário interno”¹³².

Alguns dias mais tarde, Salgado, que é o candidato da AIB à eleição presidencial de 1938, participa a Lojacono suas preocupações financeiras para levar a bom termo sua campanha eleitoral, e a Itália decide conceder-

(128) É Emanuele Grazzi que aconselha a Ciano nomear Giacomo para o cargo de representante do Fascio no Brasil. AI, dossiê n° 16, doc. n° 138, de 31 de agosto de 1937.

(129) Luiz Sparano, homem de negócios brasileiro ligado ao Itamarati e que vive em Roma, envia uma carta, em 26 de junho de 1937, a Ciano, na qual faz, em nome da AIB, algumas propostas, a serem colocadas em aplicação quando a AIB estiver no poder. Entre estas, Sparano coloca em evidência “uma cooperação econômica em larga escala” e “a assinatura de um pacto corporativo internacional Brasil-Itália”. AI, dossiê n° 16, doc. s/n.

(130) Relatório de Lojacono a Ciano, de 10 de julho de 1937. AI, dossiê n° 16, doc. n° 3697.

(131) Segundo uma comunicação de Menzinger, de 19 de outubro de 1936 (AI, dossiê n° 16, doc. n° 2286/752), Miguel Reale (“Michele Reale”, segundo os italianos), cidadão brasileiro de origem italiana e membro influente da AIB, representa o melhor meio para a Itália penetrar no movimento integralista.

(132) Confere a declaração de Salgado a Lojacono. AI, dossiê n° 16, doc. n° 3697, de 10 de julho de 1937.

lhe, em agosto de 1937, uma subvenção especial de 579 contos¹³³, que são retirados do cofre do mais importante consulado italiano no Brasil, o de São Paulo¹³⁴.

A colaboração Salgado-Itália deve acentuar-se ainda à medida que a eleição presidencial se aproxima. O próprio Ciano declara que está disposto a conceder uma ajuda financeira ainda mais substancial para a conclusão da campanha, e que essa ajuda poderá ser mesmo “bastante ampla”¹³⁵. Mas Salgado, depois de ter-se assegurado da contribuição financeira de Roma, quer dar um passo a mais, e vai ao encontro da atitude de Fonseca em dezembro de 1936, quando este pedira a participação da Itália na preparação de um *putsch* integralista. O que ele quer agora são armas. Salgado fez sua primeira *demarche* nesse sentido em setembro de 1937, junto ao chefe da Missão da Marinha Brasileira em Spezia — o Comandante Cochrane —, para que este transportasse, quando da próxima viagem dos três submarinos encomendados à Itália, algumas caixas contendo “estatuetas artísticas”¹³⁶. O tipo de mercadorias a serem transportadas é definido em outubro, quando Lojacono pede a Ciano mil revólveres belgas ou tchecos — a fim de evitar misturar armas italianas na questão — para satisfazer o pedido dos integralistas¹³⁷. É então que Ciano, desconfiado pela desorganização na direção da AIB, dá-se conta de que uma entrega de armas aos integralistas o implicaria direta e gravemente em um futuro *putsch* integralista. Ele recua e recusa¹³⁸.

Essa decisão também se explica pelo caráter cada vez mais pessimista dos relatórios políticos de Lojacono a respeito da AIB e, mais especialmente, de seu chefe nacional, Salgado. Desde o início de setembro de 1937, Lojacono expõe “certas dúvidas” a respeito do integralismo e de seu chefe nacional. Lojacono pensa que é impossível conceber o fascismo sem “um conteúdo heróico e, sobretudo, sem um herói”. Salgado, “pensador profundo, consciência mística, não tem a envergadura do Condottiere”. Nem a aparência, nem a “coragem física”. Salgado pode ter um “heroísmo pas-

(133) Essa soma equivale a 4 368 libras esterlinas, segundo o câmbio de 1936.

(134) Tel. n.º 1373/134 de Ciano a Lojacono, de 4 de agosto de 1937. AI, dossiê n.º 16.

(135) Tel. n.º 17795/192 de Ciano a Lojacono, de 11 de novembro de 1937. AI, dossiê n.º 16.

(136) O comandante Cochrane é um fervoroso simpatizante da AIB e uma cópia da carta que lhe é enviada por Salgado se encontra nos arquivos diplomáticos italianos. AI, dossiê n.º 16, doc. s/n, de setembro de 1937.

(137) Tel. n.º 181/182 de Lojacono a Ciano, de 13 de outubro de 1937 (AI, dossiê n.º 16). A 29 do mesmo mês, Lojacono torna-se mais insistente, pois “Vargas vai acumulando os poderes e certamente caminha para uma ditadura pessoal”. Para se opor a isso, “Gustavo Barroso, da AIB, está organizando milícias armadas e tem urgente necessidade das armas da Itália”. AI, dossiê n.º 11, doc. n.º 2745/767.

(138) Tel. n.º 17780/189, de 10 de novembro de 1937, de Ciano a Lojacono (AI, dossiê n.º 16).

sivo, mas não tem o heroísmo ativo daquele que sai das trincheiras para o assalto”. Portanto, para Lojacono, “as grandes causas necessitam de grandes heróis”, e o integralismo não os tem. Então, quando olha para o cume da pirâmide integralista, para aí encontrar o homem forte, descobre de repente “por um curioso fenômeno de superposição óptica, a figura de Getúlio Vargas em lugar da de Plínio Salgado”¹³⁹.

O fascismo brasileiro começa então a não ter mais sentido histórico aos olhos da Itália, pois falta-lhe o essencial, isto é, o espírito de combate. Nessa mesma ordem de idéias, Lojacono manifesta algumas reservas a respeito de eventuais vantagens que a Itália poderia obter, com a subida da AIB ao poder, e participa a Roma a apreensão dos numerosos fascistas brasileiros, que pensam que o integralismo é o fim da “italianeta”, pois Salgado é “ultranacionalista e, uma vez no poder, não respeitaria os direitos dos elementos italianos, alemães ou poloneses”¹⁴⁰.

Em consequência, não somente Lojacono começa a inquietar-se com a política futura do integralismo, bem como com a personalidade de Salgado, mas esboça também a idéia de uma aproximação com Vargas, isto é, com o Brasil oficial. Todavia, a embaixada italiana permanece, durante os meses de setembro e outubro de 1937, em reserva, e não toma qualquer medida concreta para aproximar-se de Vargas¹⁴¹.

As meias voltas e as hesitações de sua embaixada, no Rio de Janeiro, inclinam Ciano a ser prudente e a não se envolver muito no *imbroglio* brasileiro. Assim, o envio de armas aos integralistas é recusado, mas isso não impede que ele ofereça ainda seu apoio financeiro à AIB, para que ela realize sua campanha eleitoral. Infelizmente, para ele e seus amigos integralistas, essa ajuda financeira substancial chega muito tarde, pois Vargas, ultrapassando todas as veleidades putschistas ou democráticas dos diferentes partidos e homens políticos, suspende o Congresso e proclama uma nova Constituição, que lhe permitirá permanecer ainda por sete anos à frente do Estado.

(139) Relatório nº 2270/641, de 10 de setembro de 1937. AI, dossiê nº 16.

(140) Relatório nº 11RRR, de 27 de setembro de 1937. AI, dossiê nº 15.

(141) Uma atitude contraditória marcada por múltiplas hesitações é a característica da conduta da embaixada italiana durante o segundo semestre de 1937. É assim que Lojacono declara, em 27 de setembro, que continua a apoiar o integralismo, pois, este “deve ser visto como é e não como deveria ser e pelo que é, deve ser apoiado” (doc. 11RRR, AI, dossiê nº 15). Por outro lado, o sonho de Lojacono é fazer com que Vargas se alie abertamente à doutrina integralista. Esse expediente é, em virtude da força política de Vargas, o único que poderia, segundo Lojacono, levar a AIB ao poder. Tendo em vista a impossibilidade diante da qual Lojacono se encontra de desenvolver esse expediente junto a Vargas, ele em breve se dirige a Salgado para que este tome a iniciativa da aproximação.

CAPÍTULO IV

OS ESTADOS UNIDOS PERANTE A NOVA SITUAÇÃO

O governo norte-americano tem várias razões para inquietar-se com a situação internacional, durante o período 1933-1937. A ascensão inelutável dos regimes fortes e ditatoriais na Europa, a política comercial protecionista da Alemanha, assim como a propaganda nazi-fascista, são fatos que podem colocar em perigo o liberalismo econômico e a democracia política do mundo ocidental. Então, é naturalmente a seus vizinhos mais próximos que a nova administração democrata norte-americana, de F. D. Roosevelt se dirige em primeiro lugar. Em consequência, antes de analisar as difíceis relações entre o Rio de Janeiro e Washington durante esse período, vejamos rapidamente a evolução do movimento pan-americano e o fracasso das iniciativas norte-americanas para dotar o pan-americanismo de instrumentos mais fortes.

a) O fracasso do pan-americanismo coercitivo

A primeira medida tomada pela administração Roosevelt é o anúncio da política de “boa vizinhança”, que deve apagar as más lembranças das intervenções veladas ou violentas de Washington nas questões internas dos Estados ao sul do Rio Grande.

Essa iniciativa tem uma boa acolhida na América Ibérica, e os Estados Unidos podem esperar uma cooperação concreta dos estados americanos, quando for o momento de travar a luta contra o nazi-fascismo.

É sobre esse pano de fundo, sobretudo otimista quanto à *entente* no Novo Mundo, que os Estados Unidos decidem convocar uma conferência continental, em 1936, com vistas à “consolidação da paz” no hemisfério. Essa conferência extraordinária não espera a oitava conferência pan-americana prevista para Lima, em 1938. É preciso que ela se reúna imediatamente, e a cidade escolhida é Buenos Aires.

Quando o Brasil recebe o convite de Roosevelt, manifesta que “essa generosa idéia encontrou a simpatia de parte do Governo e do povo brasi-

leiro”¹⁴², pois o Rio de Janeiro está convencido de seu “destino continental”¹⁴³.

O objetivo almejado pelos Estados Unidos na conferência de Buenos Aires é, segundo o próprio Roosevelt, “determinar como a paz pode ser mantida entre as Repúblicas americanas”¹⁴⁴. Para Washington, a ameaça à paz continental pode concretizar-se de duas maneiras: de um lado, em razão de um conflito entre os Estados do hemisfério e, de outro lado, em razão da ingerência estrangeira no continente americano.

Existe uma unanimidade no que diz respeito à manutenção da paz continental, mas divergências surgem quando se trata de determinar quais são os meios a serem utilizados para se chegar a ela. A proposta dos Estados Unidos implica em uma *obrigação* de consulta entre os Estados americanos, quando do surgimento de um conflito inter-americano ou de qualquer ameaça estrangeira no continente¹⁴⁵. O Departamento de Estado esforça-se, então, para fazer com que seja aceita a institucionalização das reuniões “extraordinárias dos ministros dos Negócios Estrangeiros” do continente, que devem reunir-se, em qualquer momento e diante da simples convocação de um dos membros, a fim de estudar as medidas a serem tomadas com vistas a salvaguardar a paz continental.

Na conferência de Buenos Aires surge um fato novo e capital, pois vai durar até 1944: a oposição argentina a qualquer medida coercitiva dentro do quadro pan-americano. A atitude argentina é importante não somente porque Buenos Aires impede assim o funcionamento do pan-americanismo, que baseia-se na regra da unanimidade, mas também porque a Argentina não modificará em nada sua posição quando das próximas conferências. Ver-se-á então que nesses momentos críticos para a coesão do Novo Mundo, o Brasil aplicará uma diplomacia de mediação e de compromisso a fim de que medidas unânimes possam ser adotadas.

A atitude argentina é ditada por sua “diplomacia universalista”, que traduz a vontade de colocar em pé de igualdade as relações pan-americanas e as mantidas com a Europa.

(142) Declaração de Getúlio Vargas em resposta ao convite de Roosevelt in R APR, 1936, v. I, p. 23.

(143) VARGAS, G., *NPB*, v. III, pp. 66-70.

(144) Declaração de F. D. Roosevelt citada por The Inter-American Institute of International Legal Studies, *The Inter-American System*, *op. cit.*, p. XXXVI.

(145) A preocupação dos Estados Unidos face aos perigos extracontinentais é, de fato, a verdadeira razão da convocação da Conferência extraordinária de Buenos Aires. No plano continental, não existe nesse momento qualquer problema maior que possa prejudicar a paz do hemisfério. Em compensação, as relações internacionais passam por um período extremamente difícil, caracterizado pela agressão japonesa na China, a da Itália na Etiópia, pela guerra civil na Espanha, pelo rearmamento alemão e enfim, *last but not least*, pela influência crescente do nazifascismo no Novo Mundo.

Diante das propostas de Washington, a atitude argentina é negativa e intransigente. Em Buenos Aires, a presidência da conferência de 1936 coube à Argentina — o Estado de acolhida, conforme a tradição; o fato de a Argentina em 1936 ainda ser membro da SDN, mostra que os dirigentes de Buenos Aires têm em alta consideração sua diplomacia universalista, e que não querem conceder ao pan-americanismo — que pode tornar-se um instrumento de dominação dos Estados Unidos — qualquer função coercitiva.

De fato, a política praticada pela diplomacia argentina na conferência de Buenos Aires de 1936 é o reflexo fiel do conjunto de suas relações exteriores, caracterizados primeiramente por importantes relações comerciais e financeiras com a Europa e, em particular, com a Grã-Bretanha; pela existência, em seguida, de uma especial simpatia pelos regimes fortes europeus por parte das Forças Armadas argentinas, e, por fim, pelo temor de ver o conjunto do Novo Mundo sob a dominação do imperialismo norte-americano¹⁴⁶.

O impasse criado na conferência pela oposição argentina incita o Brasil a propor que, em caso de litígio entre os países americanos ou de perigo extra-continental, possam ter lugar consultas entre os membros do movimento, mas guardando um caráter facultativo. Em outros termos, a proposta do Itamarati mantém a idéia básica expressa pelo Departamento de Estado, mas retirando dela o caráter coercitivo, já que se torna uma simples recomendação. A Argentina não tem razão alguma para opor-se, e o conjunto da conferência adota a proposta do Itamarati. Em compensação, o segundo projeto norte-americano — a institucionalização de reuniões urgentes e extraordinárias dos ministros dos Negócios Estrangeiros, em caso de crise continental ou extra-continental — é rejeitada, sendo preciso esperar a Conferência de Lima, em 1938, para vê-lo adotado — com reservas — pelos Estados americanos¹⁴⁷.

Na impossibilidade de fazer com que sejam aceitas medidas imperativas em escala continental, o Departamento de Estado agirá de maneira indi-

(146) Para mais informações sobre a posição argentina na Conferência de Buenos Aires de 1936 e nas que se seguirão, ver em especial CONIL PAZ, A., e FERRARI, G., *Política Exterior Argentina, 1930-1962*, Buenos Aires, Ed. Huemul, 1964, sobretudo as páginas 35-63, nas quais os autores analisam a política de vaivém praticada por Buenos Aires entre, de um lado, o conceito universalista e, de outro, a América e as preocupações pan-americanas.

(147) A respeito da Conferência de Buenos Aires e os primórdios da *entente* diplomática brasileiro-americana no plano das relações continentais, ver BARROS, J. de, *A Política Exterior do Brasil, op. cit.*, pp. 235 e s., a obra não publicada de GIFFIN, D., *The Normal Years...*, *op. cit.*, pp. 49 e s., MCCANN, F. D., *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*, Princeton University Press, 1973, pp. 106 e s., PEPIN, E., *Le Panaméricanisme*, Paris, Ed. A. Clin, 1938, pp. 57-60, FRIEDLANDER, S., *Le rôle du facteur américain dans la politique étrangère et militaire de l'Allemagne, septembre 1939-décembre 1941*, I.U.H.E.I., Genebra, 1963, p. 37, e o artigo de FENWICK, C. G., "The Buenos Aires Conference: 1936" in *Foreign Policy Reports*, julho de 1937, pp. 90-9.

vidual, junto a cada República americana, a fim de “consolidar” a paz continental. Em relação ao Brasil, essas *demarches* são de duas ordens: trata-se, de um lado, de projetos de cooperação militar e, de outro lado, de pressões para que o Rio de Janeiro não estabeleça ligações comerciais muito importantes com Berlim.

b) As dificuldades da cooperação militar com o Brasil

A cooperação militar americano-brasileira tem início após a Primeira Guerra Mundial, com a primeira missão de instrução naval norte-americana enviada ao Brasil, em 1922. Após o fracasso do grande programa naval brasileiro de 1924, essa cooperação prossegue sem grande entusiasmo.

As missões militares norte-americanas, tanto do exército quanto da marinha, renovam regularmente os acordos de cooperação, mas isso sem grande convicção, pois a importância numérica da missão e as tarefas que lhe são atribuídas permanecem visivelmente as mesmas, a despeito das crescentes necessidades militares e dos planos de modernização elaborados nas três armas brasileiras¹⁴⁸.

A apatia em que se encontra a cooperação militar entre os dois países culmina com a fracassada locação em 1937, de seis contratorpedeiros norte-americanos à Marinha de Guerra do Brasil, em uma situação de crise aberta entre Washington e Rio de Janeiro. Para que seja percebida a importância da questão para o Brasil, sublinhamos a insistência com a qual a Marinha de Guerra do Brasil procura modernizar-se. Em primeiro lugar, houve o programa naval de 1924; em seguida, as tentativas de compra de navios de guerra norte-americanos em 1931, em 1936 e por fim, em 1937, a questão da locação dos seis contratorpedeiros (destróieres) para treino e vigilância costeira.

Essas negociações secretas tiveram início em 1935 e o Itamarati, assim como o Departamento de Estado, encontram uma fórmula — a da locação — suscetível de contornar os obstáculos colocados ao armamento naval

(148) Em 25 de junho de 1932, foi assinado um acordo visando o envio de uma pequena missão naval norte-americana (três membros) ao Brasil. Esse acordo é renovado em 1936 e sua expiração é prevista para 1940. Departamento de Estado US, *Press Releases*, 25 de junho de 1932, p. 597, bem como FRUS, 1936, p. 298. Para o texto integral do acordo ver *Executive Agreement Series*, n.º 94, ou stat. 1403. Por seu lado, o Exército brasileiro recebe também o concurso de uma missão militar norte-americana similar à missão naval (três membros), que tem como objetivo a cooperação com o Estado Maior e a instrução das bases de artilharia costeira. Esse primeiro acordo, assinado em 10 de maio de 1934, está previsto para dois anos e será renovado pelo tratado de 12 de novembro de 1936. FRUS, 1934, pp. 623-32, bem como 1936, p. 298. Para o texto integral do acordo, ver *Executive Agreement Series*, n.º 98, ou 50, stat. 1457.

pelos tratados de Washington e de Londres. Quando a questão chega ao Congresso norte-americano para ser aprovada, todo o segredo mantido durante mais de dois anos desaparece e assiste-se então a protestos generalizados na América Latina, principalmente na Argentina, cujo ministro dos Assuntos Estrangeiros — Saavedra Lamas — não hesita em afirmar que a locação vai “desencadear uma corrida aos armamentos na América Latina e a destruição do pan-americanismo”¹⁴⁹.

Perante às vozes discordantes do Congresso norte-americano e aos protestos argentinos, o Itamarati tenta minimizar a importância do acordo aos olhos da opinião pública americana e dos governos latino-americanos; declara que “se trata de uma meia dúzia de contratorpedeiros para treinamento dos marinheiros brasileiros” e que a campanha contra a locação é “insensata”¹⁵⁰. Não é essa a opinião da Grã-Bretanha, que, opondo-se ao acordo, considera a questão como um “precedente perturbador”¹⁵¹.

Oswaldo Aranha, embaixador brasileiro em Washington e principal defensor do acordo nos Estados Unidos da América, leva o Departamento de Estado a adotar uma atitude mais intransigente face às reticências manifestadas pelo Congresso¹⁵². Seus esforços são vãos e as duas partes renunciavam a concluir o acordo, publicando, nesse sentido, uma declaração conjunta, a 19 de agosto de 1937. A questão no entanto não está definitivamente encerrada, pois o Congresso norte-americano, a fim de resguardar-se, não retira o projeto de acordo de seus debates, mas adia *sine die* sua decisão. Getúlio Vargas, tendo perfeito conhecimento do enorme esforço dispendido por Aranha, declara-se, apesar de tudo, “muito satisfeito” com o desfecho da questão¹⁵³. De fato, o fracasso causa uma profunda decepção no governo brasileiro e, em particular, entre os militares, o que incitará o Rio de Janeiro a buscar parceiros mais compreensivos para modernizar seu exército, mesmo que estes se encontrem em Berlim ou em Roma.

Alguns dias apenas após o fracasso definitivo da locação dos contratorpedeiros, o Conselho de Segurança do Brasil, isto é, o órgão supremo da segurança nacional, concede à *Panamerican Airways* uma concessão para a exploração aérea entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, via Assunção. Poderia parecer paradoxal que a companhia norte-americana receber essa concessão justamente no momento em que as relações militares e mesmo econô-

(149) Carta enviada por Saavedra Lamas a Getúlio Vargas, em 17 de agosto de 1937, AGV, doc. n.º 1937.08.17/3 — XXVII — 10.

(150) Comunicado do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 14 de agosto de 1937, in DDA, n.º 5, doc. Pol. IX 850.

(151) Comunicação de Oswaldo Aranha ao Itamarati, de 13 de agosto de 1937. AB, doc. da embaixada brasileira em Washington, n.º 2188.

(152) AOA, doc. n.º 37.08.14/3, de 14 de agosto de 1937.

(153) AGV, doc. n.º 1937.08.21 XXVII-17c, de 21 de agosto de 1937.

micas entre os dois países encontram-se em declínio. Para melhor compreender essa decisão, deve-se levar em conta o fato de que essa concessão é apenas o corolário das vantagens concedidas à Alemanha e à Itália. Por outro lado, o Conselho Nacional de Segurança aprovou-a apenas por seis votos contra cinco, e durante os debates tanto o Itamarati, pelo voto do ministro Macedo Soares, quanto os representantes das três Armas, em particular do comandante do primeiro regimento de aviação, Eduardo Gomes, se opõem violentamente à concessão. Nessa ocasião, Eduardo Gomes envia uma carta a Osvaldo Aranha, carta que, pela dureza do tom e pela importância do autor, faz ressaltar o sentimento antiamericano existente em uma importante parcela das Forças Armadas brasileiras. A carta é expedida em 20 de setembro de 1937. Eis o essencial:

“... o caso escabroso [a concessão à Panam]... onde a venalidade e a ausência de patriotismo dos homens que a Revolução inocentemente elevou a posições de responsabilidade e que hoje traem tão miseravelmente o Brasil. E eles só se salvam pela inteligência com que revogam nossas leis e entregam a Pátria ao estrangeiro...”¹⁵⁴.

A oposição de Eduardo Gomes é tanto mais violenta na medida em que as condições em que a concessão foi feita são extremamente vantajosas para a Panam, pois a concessão é “ilimitada no tempo, sem reciprocidade e comporta numerosas escalas, acarretando assim prejuízos para as companhias nacionais”¹⁵⁵.

Para além da preocupação com o equilíbrio entre as concessões concedidas, de um lado, à Alemanha e à Itália e, de outro, aos Estados Unidos, o acordo com a Panam mostra a influência pessoal cada vez mais marcante de Osvaldo Aranha. No futuro, ele desempenhará papel essencial na política externa do Rio de Janeiro. Essa atitude pró-americana do embaixador brasileiro em Washington não impedirá o fracasso das pressões que os Estados Unidos em breve exercerão sobre o Brasil para que este limite seu comércio com Berlim.

c) As pressões comerciais norte-americanas

Em 1932, chega ao Rio de Janeiro um novo representante diplomático dos Estados Unidos, Hugh Gibson. Diplomata de carreira, foi designado anteriormente para vários postos na Europa, sendo o Brasil seu primeiro contato com a América do Sul. Qual o estado de espírito que o anima quan-

(154) AOA, doc. n.º 37.09.20, de 20 de setembro de 1937.

(155) *Ibidem*.

do desembarca no Rio de Janeiro? Diplomata de longa experiência, vê com ceticismo sua missão no Brasil. Está convencido de que não se comprazerá com ela. Depois de alguns meses, muda de opinião e acha os brasileiros “agradáveis” e sobretudo “amigáveis”, o que contrasta com suas experiências anteriores. Isso não impede que o caráter amigável dos brasileiros seja “quase difícil de suportar” e que demonstre que “esse estranho povo realmente parece gostar de nós...”¹⁵⁶.

A apreciação de Gibson está de acordo com o caráter nacional brasileiro e nisso as observações do representante norte-americano são pertinentes. Em compensação, Gibson vê na atitude brasileira um tratamento especial em relação aos Estados Unidos — que evidentemente não existe.

A conclusão de Gibson é a de que os brasileiros são “aliados dedicados e firmes”¹⁵⁷. Isso é um erro, pois, em seguida, quando realizam difíceis negociações — sobretudo econômicas —, em que os interesses de Washington e os do Rio de Janeiro não convergem, Gibson tem dificuldades para compreender a posição brasileira.

Se os Estados Unidos têm no Rio de Janeiro um representante experimentado, o Brasil, em compensação, tem desde 1934 um político e não um diplomata em Washington. Trata-se de Osvaldo Aranha, que deixa o Brasil depois da questão da sucessão em Minas Gerais.

Na política interna brasileira, a posição de Aranha é marcada pela fraqueza, e ele prefere deixar o país a ser relegado a um cargo secundário. Osvaldo Aranha é ambicioso, e que melhor trampolim para voltar ao país em uma situação de força do que desenvolver uma diplomacia ativa em Washington? Aranha conhece muito bem os dossiês, já que foi ministro da Economia depois da Revolução de outubro de 1930. Todavia, a razão principal da intensa atividade da embaixada brasileira em Washington, sob a direção de Aranha, é a surpresa extremamente positiva que para ele constitui a “descoberta” dos Estados Unidos. Em cartas enviadas a amigos e, em particular, a Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha esboça um quadro grandioso dos Estados Unidos, um país que às vezes tem má fama no Brasil, como de resto nos outros países do continente americano. O ardente e inteligente representante brasileiro fala com frequência das “obras colossais”, de “um fervedouro de atividade”, na majestade que excede a imaginação mais audaciosa¹⁵⁸. Nada mais natural do que procurar estabelecer relações privilegiadas com o norte do Rio Grande. É nesse estado de espírito, de entusiasmo e de cooperação, que Osvaldo Aranha desenvolverá sua ação durante os quatro anos — até dezembro de 1937 — em que permanecerá à frente da embaixada brasileira em Washington.

(156) Citado por HILTON, S., *O Brasil e as Grandes Potências...*, op. cit., p. 95.

(157) *Ibidem*.

(158) AOA, doc. n.º 34.11.02, de 2 de novembro de 1934.

Ao espírito positivo e cooperador de Osvaldo Aranha, acrescenta-se a firme vontade dos Estados Unidos de estabelecer ligações econômicas e comerciais privilegiadas com o Brasil. Essa política norte-americana inscreve-se em um quadro mais amplo — em escala mundial — de luta contra o protecionismo, depois da crise econômica de 1929. Essa política, conhecida como Programa Hull, baseia-se, como já mencionamos, na concessão mútua e incondicional da cláusula da nação mais favorecida.

O Programa Hull, em virtude do liberalismo que caracteriza seus princípios fundamentais, vai contra a política comercial italiana e alemã, que impõe um dirigismo através do sistema *clearing*. Nesse sentido, o Programa Hull — também conhecido pela denominação oficial de *Reciprocal Trade Agreement Act* — tem na América Ibérica um objetivo bem determinado: cercear o aumento progressivo do comércio desses países com a Alemanha. Quais são os resultados dessa política no Brasil? São poucos. O único verdadeiro sucesso norte-americano é obter a inclusão nos acordos comerciais feitos entre, de um lado, o Brasil e, de outro, a Itália e a Alemanha, de uma cláusula onde se proíbe a entrada no Brasil e de produtos que foram objeto de subsídios do Estado para a exportação. Em compensação, a assinatura de novos acordos comerciais entre o Rio de Janeiro, Berlim e Roma continuam. Já tivemos oportunidade de enfatizar a importância dos acordos comerciais feitos entre o Brasil e a Alemanha durante esse período. Observe-se também que o Brasil assina um acordo comercial com Roma, nos mesmos termos dos que foram estabelecidos com Berlim, e isso apesar das pressões exercidas por Washington¹⁵⁹.

É verdade que no plano das relações comerciais, os Estados Unidos puderam resguardar, bem ou mal, sua importante posição no comércio externo brasileiro, posição que ocupam desde fins do século XIX. Em compensação, se analisarmos o período mais restrito de 1933 a 1938, percebemos que a posição norte-americana sofreu alguns abalos. Reportando-se ao quadro n.º XI, reproduzido anteriormente, constata-se que as exportações norte-americanas para o Brasil passam de 21,2% do total das importações brasileiras em 1933 para somente 24,2% em 1938, e isso apesar do Programa Hull. Ainda mais dignos de nota são os resultados das exportações brasileiras para os Estados Unidos, as quais passam, durante o mesmo período, de 46,7% do total das exportações brasileiras para 34,3%. Conseqüentemente, o Programa Hull não consegue aumentar as exportações brasileiras para os Estados Unidos, e essas exportações chegam mesmo a diminuir.

O maior fracasso da política econômica norte-americana no Brasil — e ao contrário, o mais formidável sucesso do Novo Plano alemão — é o sensível desenvolvimento do comércio germano-brasileiro, durante o período 1934-1938. Nas importações totais do Brasil, a Alemanha ocupa, em 1933,

(159) Cf. FRUS, 1936, v. V, pp. 273 e ss.

12,0% do seu valor, para ocupar, em 1938, 25,0%, ultrapassando assim a posição dos Estados Unidos. O fenômeno é menos marcante, mas da mesma forma excepcional, no que diz respeito ao valor das exportações brasileiras para a Alemanha, que passam de 8,1% a 19,1% durante esse período (cf. quadro XI reproduzido anteriormente).

Resta ainda um campo no qual os Estados Unidos podem desempenhar um papel primordial: o plano de desenvolvimento econômico do país. Com efeito, desde que Osvaldo Aranha se encontra em Washington, tenta atrair a atenção das autoridades norte-americanas para o plano de modernização e de equipamentos industriais brasileiros e, em especial, para a construção de um complexo siderúrgico. Ora, será preciso esperar até 28 de outubro de 1937 para que o Import-Export Bank pela voz de seu presidente — Lee Pierson — declare a Aranha que é possível que sua instituição participe do financiamento do projeto siderúrgico brasileiro¹⁶⁰. Assim, apesar de alguns pequenos acordos feitos em junho de 1937 pelo ministro da Economia do Brasil — Sousa Costa — com as autoridades norte-americanas¹⁶¹, os mais importantes projetos brasileiros de cooperação econômica com os Estados Unidos são colocados de lado e não recebem a acolhida que o Rio de Janeiro esperava.

Quando se faz o balanço da posição norte-americana no Novo Mundo em geral, e no Brasil em particular, durante a década de 30, constata-se que ela é feita de reserva e de fraqueza. Depois do fracasso da conferência de Buenos Aires, que poderia vir a “consolidar a paz” no hemisfério, assiste-se ao fiasco da cooperação militar entre o Rio de Janeiro e Washington. No plano comercial, os Estados Unidos não conseguem cercar a influência crescente da Alemanha e mesmo os projetos de desenvolvimento econômico estabelecidos pelo Brasil, para serem executados a médio prazo, não recebem qualquer apoio concreto por parte de Washington. Essa situação de crise e de desconfiança — no que diz respeito aos militares brasileiros — entre o Rio de Janeiro e Washington agrava-se ao longo do segundo semestre de 1937, quando a imprensa norte-americana denuncia os ardis nazistas e integralistas que põem em perigo a independência do Brasil. Evidentemente, a implantação de um regime corporativista no Brasil, a partir de novembro de 1937, faz com que os Estados Unidos se inquietem ainda mais com a situação interna brasileira nos meses seguintes.

(160) AGV, doc. n.º 1937.10.28/3 XXVII-80, de 28 de outubro de 1937.

(161) Por ocasião da viagem de Sousa Costa aos Estados Unidos em junho de 1937, alguns acordos menores são assinados. O mais importante é o que prevê um empréstimo de 60 milhões de dólares para a criação de um Banco Central de Reserva no Brasil. O *New York Times* de 16 de julho de 1937 percebe muito bem as razões profundas que levaram Washington a conceder o empréstimo, pois o Brasil se compromete, em contrapartida, a defender o acordo comercial americano-brasileiro contra a concorrência estrangeira dos “produtos que se beneficiam de subsídios diretos à exportação”.

AVALIAÇÃO GERAL

Tendo chegado ao limiar de uma etapa decisiva da política interna e externa brasileira, torna-se necessário elaborar um breve balanço da situação brasileira do momento, tanto mais que os acontecimentos do período seguinte condicionarão inteiramente a evolução da política interna do país e de suas relações internacionais, ao longo da Segunda Guerra Mundial.

No plano interno, o acontecimento principal que monopoliza todas as atenções e as forças políticas, é a campanha eleitoral para designar o novo presidente da República, em substituição a Getúlio Vargas. Os três candidatos principais são: Armando Sales de Oliveira, representante da oposição e do Estado de São Paulo, Plínio Salgado, chefe da AIB e José Américo de Almeida, candidato “oficial”¹⁶², isto é, do governo federal. Tendo em vista que, segundo a Constituição de 1934, Getúlio Vargas não pode pretender a renovação de seu mandato, os meios oficiais federais concordam com a escolha de um nome que represente o governo que está em vias de deixar o poder.

Paralelamente à campanha eleitoral, desenvolve-se uma onda anticomunista orquestrada pelo regime varguista e pela AIB, cujos objetivos não são apreendidos de imediato pelos diferentes partidos políticos empenhados na campanha eleitoral. O resultado imediato desse movimento é o acordo tácito que se depreende do conjunto dos partidos e grupos de interesses, sobre a existência de um perigo iminente de uma sublevação comunista, colocando em perigo a realização da eleição presidencial e mesmo a independência do país. Essa situação cria, de maneira artificial, como teremos oportunidade de ver posteriormente, um clima de caos e de confusão política. Nessas condições, tudo se torna possível na evolução política nacional, inclusive a suspensão da campanha eleitoral e os golpes de força.

No que diz respeito ao programa de desenvolvimento econômico do país, nenhuma decisão importante foi ainda tomada. Estão suspensas as possibilidades de cooperação com o estrangeiro para realizar a implantação de um complexo siderúrgico e tanto os Estados Unidos quanto a Alemanha fizeram apenas vagas promessas. A situação é semelhante no que concerne à modernização do equipamento militar brasileiro. A política externa brasileira durante os períodos seguintes será em parte condicionada à solução dessas duas questões fundamentais.

De maneira geral, a política externa varguista caracteriza-se, durante o período 1934-1937, por uma incontestável supremacia das preocupações internacionais do país em relação à Europa, em detrimento do pan-americanismo, que a tinha dominado durante os quatro primeiros anos do Gover-

(162) A designação de um candidato dito “oficial” lembra estranhamente os métodos eleitorais da Primeira República.

no Provisório. Essa reviravolta não seria considerada como fenômeno marcante caso se desenvolvesse de maneira regular e não discriminatória. Mas não é isto o que acontece, pois os objetivos internacionais do país cedem um amplo espaço às relações com os regimes totalitários italiano e alemão: luta anticomunista, aumento espetacular das relações comerciais, projetos de cooperação econômica em larga escala, liberdade de ação quase completa para o NSDAP e o Partido Fascista Italiano no Brasil e domínio das companhias alemãs e italianas sobre as comunicações aéreas do país.

A isso acrescentam-se os vínculos que estabelecem-se entre Roma e a AIB e que constituem, em virtude do caráter totalitário e subversivo do integralismo brasileiro, um perigo considerável para a defesa da democracia no país.

Diante dessa situação, a posição dos partidos políticos democratas, preocupados em preservar o pan-americanismo brasileiro e o liberalismo econômico, é bastante enfraquecida. Os próprios Estados Unidos encontram-se em uma posição de espera defensiva. Sua supremacia no comércio externo do país é comprometida pela formidável progressão do comércio germano-brasileiro e mesmo a cooperação militar, outrora tão promissora, entre os dois países é colocada em xeque pela oposição argentina e pelo Congresso norte-americano. Ela não chega a se concretizar através de tratados com o Rio de Janeiro.

O interesse relativamente fraco do Brasil pelos Estados Unidos é confirmado pelos resultados negativos das múltiplas *demarches* do Departamento de Estado, para se opor à aproximação brasileira com as potências totalitárias. Tanto as pressões para impedir a assinatura dos tratados comerciais germano-brasileiros e italo-brasileiros, quanto as pressões para diminuir a progressão constante das trocas fracassam. Conseqüentemente, o que alguns autores chamam de “a fase nova da Doutrina Monroe”¹⁶³ encontra dificuldades efetivas em sua aplicação.

No início do mês de novembro de 1937, a situação política interna e as opções de política externa do Brasil predisõem o país a uma radicalização ideológica. O desejo de Vargas de se manter no poder, os estreitos vínculos estabelecidos pelo governo e a AIB com Roma e Berlim, a liberdade de que usufruem essas duas capitais em suas atividades no Brasil, o caráter totalitário da AIB e, por fim, a quase inexistência de qualquer oposição de esquerda ou liberal, deixam o campo livre para todos os empreendimentos totalitários e fascistas no país. Essa radicalização ideológica é confirmada pelo tipo de luta política que se desenrola no Brasil. Com efeito, se no passado os conflitos políticos encontravam sua fonte na rivalidade entre pessoas e nas

(163) Cf. MAGNUS, A. W., *Die neue Phase der Monroe-Doktrin angesichts der Bedrohung Lateinamerikas durch die totalitaren Staaten, (1933-1944)*, dissertação da Universidade Livre de Berlim, 1956.

querelas regionais, hoje, em compensação, o combate é antes de tudo ideológico, e a esquerda, por sua ação armada de novembro de 1935, marca uma ruptura na tradição política brasileira. Em breve será a vez da extrema-direita e, mais particularmente, da AIB utilizar a força.

Quando, a 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas fecha o Congresso, suspende a campanha eleitoral, promulga uma nova Constituição de caráter abertamente fascista e corporativista, que lhe permite continuar à frente do Estado, o que se previa ocorrer: pela nova ideologia do Estado e pelo oportunismo de seu chefe, o Brasil oscila para um regime que lembra, sob vários aspectos, os regimes totalitários europeus.

LIVRO SEGUNDO

A ascensão dos perigos e o progressivo envolvimento brasileiro: novembro de 1937-agosto de 1942

Parte 1 — O tempo das crises (novembro de 1937-agosto de 1939)

Parte 2 — Da neutralidade à tentação totalitária
(setembro de 1939-junho de 1940)

Parte 3 — Do sonho alemão à realidade americana
(julho de 1940-dezembro de 1941)

Parte 4 — O tempo das decisões: o alinhamento brasileiro
(janeiro-agosto de 1942)

PARTE 1

O TEMPO DAS CRISES (NOVEMBRO DE 1937-AGOSTO DE 1939)

O período que se inicia com o golpe de estado de Getúlio Vargas, em novembro de 1937, é fundamental para a compreensão da posição do Brasil em face à Alemanha e à Itália, às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Esse período crucial da política interna e externa brasileira se divide, tanto do ponto de vista cronológico quanto do temático, em duas fases distintas: a primeira, de novembro de 1937 a outubro de 1938, é marcada por acontecimentos capitais como o estabelecimento de um regime corporativista no Brasil, a ruptura ítalo-integralista, a campanha de nacionalização desenvolvida no sul do Brasil, as reações que essa campanha desencadeia em Berlim e em Roma, a tentativa de *putsch* integralista em maio de 1938 e suas conseqüências, bem como certas graves questões que colocam em causa a ação das embaixadas italiana e alemã no Brasil, e provocam, por fim, uma ruptura entre o Rio de Janeiro e as capitais do Eixo. A partir desse momento, a posição alemã, e também a italiana tornam-se de expectativa e de fraqueza no Brasil.

A segunda fase caracteriza-se pela transição, pela lenta retomada do diálogo brasileiro-americano, concretizado pela participação brasileira na Conferência de Lima e pelo esboço de um plano de ampla cooperação econômica entre Washington e Rio de Janeiro. No fim dessa fase começa a delinear-se um degelo entre o Brasil e a Alemanha. Isso não impede que Berlim e Roma não venham a recuperar a influência, tanto política quanto econômica, que exerciam no Brasil em fins de 1937 e inícios de 1938.

O presente período marca, portanto, sob vários aspectos, uma reviravolta e uma ruptura nas relações internacionais brasileiras. Reviravolta porque doravante são os Estados Unidos que assumirão uma posição cada vez mais importante na política do Rio de Janeiro, em detrimento da Alemanha e da Itália. Mas também ruptura, em virtude da natureza da diplomacia que, de subversiva e secreta, se torna então tradicional e aberta.

CAPÍTULO I O ESTADO NOVO

a) O advento

A Constituição adotada de má vontade por Getúlio Vargas, em 1934, impede-o em 1938 de disputar mais uma vez a Presidência da República. Assim, os candidatos mais importantes, à parte Luís Carlos Prestes, do PCB, e Plínio Salgado, da AIB, são José Américo de Almeida — o candidato do governo federal — e Armando Sales de Oliveira, representante do Estado de São Paulo. Quando a campanha eleitoral tem início em 1937, pode-se pensar que os primeiros meses do ano seguinte porão um termo — talvez provisório — na brilhante carreira de Getúlio Vargas. Com efeito, tudo leva a crer que ele se retirará da vida política, já que não toma qualquer medida para preparar seu futuro posterior à eleição presidencial.

Se é difícil encarar uma retirada definitiva da vida política nacional para Getúlio Vargas, vê-se com dificuldade como o presidente poderá contemporizar, tal como fizera quando da revolução de outubro de 1930, já que em 1937 tudo está preparado, com seu apoio, para uma solução legal para a sucessão. Conseqüentemente, é preciso que Getúlio Vargas aja, caso queira renovar, ainda uma vez, seu mandato presidencial.

É difícil determinar o momento preciso em que Getúlio Vargas decide permanecer no Palácio Guanabara. Não se trata de uma decisão repentina, mas de um lento processo de maturação, durante o qual Vargas sonda os apoios com os quais pode contar para um golpe de força, bem como as eventuais oposições que poderão se manifestar. Sem dúvida, a ambição política desempenha um papel determinante, mas outros fatores o levam a tentar manter-se à frente da nação. Entre estes, o beneplácito das Forças Armadas, o apoio de certos políticos desejosos de ver um regime forte no Brasil, e também a relativa neutralidade da AIB, pois Plínio Salgado, contactado por emissários do governo, recebe em várias ocasiões, durante o segundo semestre de 1937, a oferta do cargo de ministro da Educação Nacional no gabinete varguista¹.

(1) Cf. SALGADO, P., *O Integralismo...*, *op. cit.*, que menciona por várias vezes o oferecimento feito por Getúlio Vargas. Isso é confirmado pelas declarações de Plínio Salgado aos

O próprio Osvaldo Aranha, liberal convicto², deixa entender a Vargas, em junho de 1937, que um golpe de força não seria a pior das soluções para os problemas criados pela sucessão presidencial³. Em nenhum momento Osvaldo Aranha convida abertamente Vargas a tentar um *putsch*. Em compensação, as conclusões a que o embaixador brasileiro em Washington chega, quando analisa a evolução da política interna brasileira, são invariavelmente as mesmas, a saber, que nenhum dos candidatos à Presidência da República é bastante representativo. Por exemplo, em relação a José Américo de Almeida, que deve receber, a princípio, o apoio do governo federal, já que foi escolhido pelo próprio Vargas, Osvaldo Aranha não esconde sua decepção; declara-se mesmo “chocado e aturdido” pelas declarações públicas de José Américo⁴.

Por que esse descontentamento de Aranha em relação a José Américo? Devido à sua equivocada campanha eleitoral, que toma cada vez mais

responsáveis diplomáticos italianos no Rio de Janeiro. Cf. AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 3092/832, de 7 de dezembro de 1937.

(2) Esse democrata convicto não está isento de ambigüidade e de oportunismo. Assim, é impossível delimitar, na documentação existente as relações que Osvaldo Aranha mantém com a AIB e Plínio Salgado. Já Héglio TRINDADE, in *Integralismo...*, *op. cit.*, faz essa pergunta sem poder respondê-la (p. 88, nota n.º 23). Segundo Osvaldo Gudolle Aranha, seu pai “admirava” Plínio Salgado porque “era sensível à inteligência e Salgado é um homem inteligente” (entrevista pessoal de julho de 1978, no Rio de Janeiro). Um tio de Osvaldo Aranha, Alfredo Egydio de Sousa Aranha, advogado e banqueiro do Estado de São Paulo, nutre uma profunda admiração por Salgado. Ele financia sua viagem à Europa em 1930, bem como a criação do jornal integralista *A Razão*, em 1931 (in TRINDADE, H., *Integralismo, op. cit.*, p. 88). Por ocasião da Revolução de 1930, Alfredo Egydio de Sousa Aranha declara a seu sobrinho Osvaldo, que ocupa então o cargo de ministro da Justiça do Governo Provisório, que Plínio Salgado é o homem que pode ser o doutrinário da revolução, in SILVA, H., *Os Tenentes no Poder*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966, p. 76.

Por várias vezes a documentação diplomática enviada a Roma pela embaixada italiana do Rio de Janeiro menciona as “simpatias” de Osvaldo Aranha pela AIB e quando esta envia um representante à Europa, em dezembro de 1936, João Severiano da Fonseca Hermes, este declara ao embaixador italiano em Paris que Osvaldo Aranha “aderiu” à AIB. Cf. AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 12/503 R, de 26 de dezembro de 1936.

Tendo em vista a ausência de documentação comprobatória, é impossível tirar conclusões definitivas sobre as relações entre Osvaldo Aranha e a AIB. Todavia, a documentação disponível sobre esse período nos ensina algo de certo: a *ação efetiva* de Osvaldo Aranha durante os anos 1937-1938 será, como teremos ocasião de constatar, fundamentalmente anti-integralista.

(3) Carta enviada por Aranha a Vargas em 2 de junho de 1937 (AGV 1937.06.02/1 XXVI-52). Vargas, por sua vez, responde que está de acordo com sua análise, mas abstém-se de qualquer tomada de posição aberta diante de um eventual golpe, já que Vargas declara que coloca “o futuro nas mãos de Deus” (AGV, doc. n.º 1937.09.03/2 XXVII-30, de 3 de setembro de 1937).

(4) Carta de Aranha a Vargas, de 24 de agosto de 1937, in AGV, doc. n.º 1937.08.24-XXVII-20.

iniciativas sem consultar o palácio Guanabara. José Américo apresenta-se como um candidato populista e inclusive, durante um comício em Belo Horizonte, centro bancário importante, declara que para levar a efeito as reformas previstas em seu programa governamental, sabe exatamente onde encontrar o dinheiro necessário. A alusão é por demais explícita para não ser compreendida, e os meios financeiros brasileiros temem, a partir desse momento, uma nacionalização dos bancos⁵.

Outros políticos e amigos pessoais de Getúlio Vargas incentivam um golpe de força. Alguns, como Osvaldo Aranha, não têm projeto político preciso para o futuro, mas outros, em particular Luís Sparano, rico comerciante brasileiro instalado em Roma, onde tem as melhores relações com a embaixada brasileira e com as autoridades italianas, convida por várias vezes Getúlio Vargas “a varrer a canalha”, a afastar o espectro do comunismo e a se aproximar dos modelos português, italiano e alemão⁶.

Diante desses incentivos, velados ou abertos, Getúlio Vargas decide entrar em ação, pois também está descontente com a atitude de José Américo⁷, tanto mais claramente sentida na medida em que existe uma “indiferença popular” em relação aos candidatos. Getúlio Vargas vê-se obrigado a afastar J. Américo, pois este último começa a fazer abertamente “oposição ao governo federal”⁸.

A 18 de setembro de 1937, Getúlio Vargas entra em contato com Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e propõe um *putsch*⁹. Recebe então o apoio das Forças Armadas e a partir desse momento o caminho encontra-se livre para a realização do golpe. Falta apenas determinar um plano para que sua permanência à frente da nação apareça como uma necessidade nacional, e não simplesmente como a vontade de um só homem.

O primeiro ato do golpe de Estado já foi representado, pois Getúlio Vargas retira progressivamente, durante o segundo semestre de 1937, o apoio do governo federal a José Américo. A partir de então, Vargas tem as mãos livres e prepara-se para passar à fase seguinte do plano de *putsch*. Esta compreende o surgimento de alguns fatores que possam prejudicar a ordem pública e que introduzam no país um clima de insegurança e de instabilidade política. O objetivo é claro; apresentar-se como um salvador; tendo

(5) No que diz respeito ao desenvolvimento da campanha eleitoral, consultar em especial BELLO, J. M., *História...*, *op. cit.*, pp. 314-5, e CARONE, E., *O Estado...*, *op. cit.*, pp. 253 e s.

(6) Luiz Sparano, além do mais, declara a Vargas que é inútil prosseguir a campanha eleitoral, pois se Vargas pudesse ser candidato nas eleições de 1938 “ $\frac{1}{8}$ do povo o escolheria. Então por que não fazer o golpe?” Carta de 23 de julho de 1937 in AGV, doc. n° 37.07.23 XXVI-87.

(7) Vargas a Aranha, carta de 3 de setembro de 1937 in AGV, doc. n° 1937.09.03/2 XXVII-30.

(8) Vargas a Aranha, carta de 8 de novembro de 1937 in AGV, doc. n° 1937.11.08/1, 10.

(9) TRINDADE, H., *Integralismo...*, *op. cit.*, p. 311.

em vista “a situação excepcional” do país, que poderá tomar, no exercício de suas funções, as medidas consideradas indispensáveis para preservar a paz interna.

Como fazer para que uma instabilidade política fictícia seja crível ante a opinião pública brasileira? Getúlio Vargas e os militares e políticos que o ajudam a preparar o *putsch*, elaboram dois meios para criar artificialmente um clima de instabilidade política no país; trata-se, antes de tudo, de intervir nos assuntos políticos de alguns estados da Federação e em especial nos do Rio Grande do Sul. Assim, a 18 de outubro, o presidente do estado gaúcho, Flores da Cunha, tem de renunciar a suas funções e parte para o exílio em Montevidéu. A seguir, nomeia-se o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, interventor naquele estado. Em seguida, procura-se utilizar ao máximo o espantinho comunista, que se torna então o catalisador e o argumento principal do governo federal para justificar medidas excepcionais.

O movimento comunista praticamente inexistente no Brasil, depois da repressão que se abateu sobre ele após o fracasso da revolta armada de novembro de 1935¹⁰. Desde essa época o país vive em “estado de guerra”: todas as garantias constitucionais são suspensas e o Congresso reconhece a existência de uma situação política instável e perigosa no país. É do interesse do governo federal prolongar o mais possível o “estado de guerra”, o que lhe permite governar por decreto e tomar medidas repressivas sem passar pela aprovação do Legislativo. Até junho de 1937, o “estado de guerra” é invariavelmente renovado. Quando o governo apresenta, nesse momento, um projeto ao Congresso para prorrogar o “estado de guerra”, uma maioria coloca-se contra a proposta. Isso contraria os projetos putschistas de Getúlio Vargas. Surge então o “plano Cohen”.

O caso ilustra bem a fabricação de todas as peças de um documento, de acordo com as necessidades de uma causa. Esse curto documento, denominado sem razão precisa¹¹ Plano Cohen, foi publicado a 29 de setembro de 1937: as rádios brasileiras o anunciam imediatamente como um plano preparado pelo *Komintern* visando à tomada do poder, pelos comunistas, através de uma ação violenta: greves, massacres, incêndios de igrejas, etc.

Quem é o autor do plano Cohen? Na época o plano foi atribuído ao movimento comunista, mas atualmente o mistério desapareceu, pois o autor não era outro senão o capitão do exército e simpatizante integralista, Olímpio Mourão Filho, que o redige a fim de comprometer os comunistas e fazer com que o governo se aproxime ainda mais das teses integralistas.

(10) Cf. Parte 3, capítulo II, parágrafo c, alínea 2.

(11) Nenhum dos que se envolveram nessa questão pôde explicar a escolha desse nome. Trata-se provavelmente de uma alusão clara a uma pretensa conspiração mundial do “judaísmo e do bolchevismo internacionais”, segundo o ambiente dominante nos meios fascistas da época.

Embora o governo saiba perfeitamente que esse documento é falso, nenhum de seus membros o revela ao Congresso quando do debate parlamentar sobre a questão¹². Ao contrário, Vargas e o chefe do Estado-Maior do Exército, Góis Monteiro, já tendo tramado o plano putschista, vêem no surgimento do plano Cohen a oportunidade desejada para mostrar a iminência do perigo comunista, e a necessidade imperiosa de prolongar o “estado de guerra”.

Por ocasião dos debates, poucas vezes levantaram-se para colocar em dúvida a autenticidade do plano Cohen, e isso é espantoso, pois os principais dirigentes comunistas estão ou no exílio ou na prisão. Portanto, é pouco provável que o movimento comunista, assim decapitado e sofrendo ainda as conseqüências de novembro de 1935, possa imaginar o sucesso de uma segunda ação armada¹³. No Congresso, uma das raras vezes que

(12) Sobre o plano Cohen consulte-se em especial: BELLO, J. M., *História...*, op. cit., pp. 314-6, CARONE, E., *Revoluções...*, op. cit., pp. 165-7, COSTA, C., *Pequena...*, op. cit., pp. 106-7, RODRIGUES, J. H., *Teoria...*, op. cit., pp. 339-40, e SKIDMORE, T., *Brasil...*, op. cit., pp. 48-9.

(13) É impossível saber quais os sentimentos dos comunistas brasileiros às vésperas do golpe varguista. De fato, os principais dirigentes se encontram presos e é impossível atualmente consultar os arquivos do PCB. Em compensação, existe um volumoso e interessante testemunho em forma de romance do escritor Jorge Amado, então comunista e stalinista. Trata-se de uma trilogia publicada sob o título geral de *Subterrâneos da Liberdade*, dividida em três títulos: *Os ásperos tempos*, *Agonia da noite* e *A luz no túnel*, 25ª ed. São Paulo, Martins, 1973. 948 p. Jorge Amado quer ser o porta-voz “da dramática luta do povo brasileiro durante o Estado Novo contra a ditadura e pela democracia” (cf. apresentação da obra). Depois de ter obtido um estrondoso sucesso comercial no Brasil, a obra foi traduzida para a maioria dos países comunistas, o que faz desse romance o verdadeiro porta-voz oficioso da atitude do PCB às vésperas e durante o Estado Novo. Levando em conta a teoria do romance de Lukács, os *Subterrâneos da Liberdade* têm um triplo aspecto histórico. Em primeiro lugar, a obra surge nas condições histórico-sociológicas precisas, a saber, as experimentadas pelo Brasil da década de 30. A seguir, o segundo aspecto histórico do romance é fornecido pela trama dos eventos tratada por Jorge Amado, a qual muitas vezes escapa ao autor. De fato, o leitor freqüentemente tem a impressão de estar diante de um relato histórico, mais do que de um romance propriamente dito, onde o sonho, a imaginação e a criação deveriam, *a priori*, ter precedência. Para ilustrar essa afirmação, observemos que Jorge Amado manipula tanto responsáveis e simpatizantes comunistas, que são, evidentemente, imaginários, quanto personagens históricos reais, como Getúlio Vargas, Plínio Salgado e Filinto Müller. Por fim, o terceiro aspecto mais interessante da historicidade do romance de Jorge Amado é a visão comunista que ele transmite. A visão geral e o ambiente do romance é profundamente stalinista, não faltando o “velho traidor trotskista” na pessoa de Saquila, os debates entre a arte proletária, defendida pelos heróis positivos, e a arte de vanguarda ou moderna, produzida por uma “burguesia apodrecida”, bem como a quase-adoração que os ‘bons’ comunistas têm pelo Partido. Como este é infalível, não admite iniciativas pessoais. A disciplina e o respeito hierárquico constituem regra. Os alvos preferidos dos heróis positivos são antes de tudo o integralismo, a polícia política do Estado Novo, o imperialismo norte-americano, o grande capital brasileiro, representado por um banqueiro, e finalmente o nazismo. Os heróis positivos denunciam a “aliança” mantida por Salgado com a Itália e a Alemanha e o caráter fascista do Estado Novo. Para

manifesta alguma incredulidade em relação à autenticidade do documento é a do deputado Otávio Mangabeira¹⁴, ao passo que a maioria dos deputados não discute o assunto. Essa situação é extremamente favorável ao governo, que se apressa novamente a apresentar seu projeto de prorrogação do “estado de guerra”, recusado em junho, esperando assim tirar imediatamente proveito da nova conjuntura.

Quando o projeto governamental é colocado em votação, não há qualquer dificuldade para que seja aprovado por 138 votos contra 52. Com essa decisão, os parlamentares prolongam por três meses a situação excepcional vivida pelo Brasil há bastante tempo. Desse modo, admitem a “autenticidade” do plano Cohen, está aberto o caminho para a aplicação dos desejos varguistas.

Dentro do próprio governo, somente o ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, opõe-se à utilização do plano Cohen e dos preparativos de *putsch*. Então, no início de novembro de 1937, Macedo Soares demite-se de suas funções. É esta a única nota discordante.

Qual é a atitude da AIB e em especial de Plínio Salgado quanto aos preparativos de *putsch*? Ela é muito calorosa, pois a atitude de Getúlio Vargas em relação ao integralismo, durante o ano de 1937, deixa supor um futuro radioso para o fascismo brasileiro.

Com efeito, a repressão desenvolvida contra o movimento comunista prossegue, ao passo que o integralismo tem uma completa liberdade de ação. Em seguida, quando se trata de convencer o Congresso da “iminença do perigo comunista”, o governo varguista apela para um documento preparado por um simpatizante integralista. Enfim, quando o ministro da Justiça, Macedo Soares, apresenta sua demissão, Getúlio Vargas nomeia Francisco Campos para esse cargo. Francisco Campos é um simpatizante dos regimes totalitários e sua aversão pela democracia parlamentar é tamanha que ele prepara, desde 1935, um projeto de Constituição do tipo corporativista para substituir a Constituição adotada em

combatê-lo, a única força capaz é o PCB (v. I, p. 246). O relato de Jorge Amado segue a cronologia dos acontecimentos durante o EN, mas informa muito pouco sobre as verdadeiras bases populares do PCB. É evidente que este quer ser assimilado pelo povo brasileiro e constitui, como um dos personagens declara, “a cabeça do proletariado”. Isso não impede que se possa perceber, em várias oportunidades, uma certa impaciência manifestada pelos heróis positivos diante dos limites da representatividade popular do PCB.

(14) O deputado Otávio Mangabeira, em sua intervenção no debate sobre o plano Cohen e o prolongamento do “estado de guerra”, indaga se “A Câmara sabe o que esta medida significa, o que esta medida exprime, o que esta medida representa? Pergunta-se: está a Câmara devidamente informada dos fatos que a justificam? Que satisfação dará ao país, votando, imediatamente, como se pretende, medida de tal gravidade, sem ao menos ter salvo as aparências, nem ao menos ter dado a impressão de que examinou devidamente as peças ou os documentos que lhe foram apresentados, sem mesmo, sequer, os ter lido?” Declaração reproduzida in *Jornal do Brasil*, de 19 de agosto de 1976, p. 4.

1934. Tudo leva a crer que agora, ao assumir o ministério da Justiça, Campos aproveitará a oportunidade para colocar o país no campo dos regimes totalitários, tanto mais que o próprio Vargas declara que a “Constituição atual não é um instrumento adequado para lutar contra a infiltração comunista e é urgente reformulá-la”¹⁵.

Na manhã de 10 de novembro de 1937, forças policiais cercam a Câmara dos Deputados e o Senado. Getúlio Vargas pode então avaliar o impacto do plano Cohen, pretensamente putschista, sobre os membros das duas assembleias, pois, em vez de assistir a protestos e atos de resistência — já que os policiais fecham as duas câmaras — estas manifestam um sentimento de indiferença e de alívio; há mesmo oitenta deputados para declarar seu pleno acordo com as medidas do governo!

Getúlio Vargas tem, decididamente, muitas dificuldades para se adaptar às regras democráticas e ao princípio da alternância no poder. Com efeito, depois de ter prolongado o mais possível seu Governo Provisório (1930-1934), suporta apenas por três anos as obrigações impostas pela existência de uma Carta Fundamental. Se, quando da revolução de outubro de 1930, as rivalidades desempenham um papel preponderante, no momento



Posse do Ministro da Justiça, Francisco Campos — 9.11.1937.

(15) AGV, doc. n° 37.11.08/1, 10.

somente a ambição de Getúlio Vargas explica o golpe de força. Outra diferença fundamental entre 1930 e 1937: uma ausência de preocupação e de justificativa ideológica para a primeira, e uma ampla posição concedida a essas considerações quando da segunda. A esse respeito, observe-se que Getúlio Vargas é levado constantemente a confundir o objetivo do *putsch* de novembro de 1937 (manter o poder) e os meios para chegar a ele (luta anticomunista, intervenção nos estados da Federação, plano Cohen, etc.). Essa confusão é tal que o novo regime decide jogar a carta ideológica até o fim, e instaura um regime corporativista no país. Os brasileiros recebem do presidente e de seu ministro da justiça, Francisco Campos, uma nova Constituição que lembra a obra de Oliveira Salazar em Portugal, já que os putschistas querem que se acredite no advento de um Estado Novo no Brasil.

b) As características

É evidente que o principal objetivo do *putsch* de 10 de novembro de 1937 é o prolongamento do mandato presidencial de Getúlio Vargas. Mas este, quando de sua “proclamação à Nação” pronunciada no momento do golpe¹⁶ se arroga o título de “salvador” e se estende longamente sobre os motivos que o levaram a interromper a campanha eleitoral e a suspender a Constituição. Vargas declara notadamente que: “O Homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo perante a sua consciência e a consciência dos cidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional”¹⁷.

Quais são, segundo Vargas, as circunstâncias que exigem para o Brasil uma decisão tão excepcional? Antes de tudo, a situação política, caracterizada pela “pobreza e desorganização”, e ele dá como exemplo a sucessão presidencial, que se tornou uma irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse das forças vivas da Nação”¹⁸. Nessas circunstâncias, “o sufrágio universal passa a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais”. Assim, não há espanto ao se constatar que Vargas considera que “tanto os velhos partidos políticos

(16) Cf. a “Proclamação ao Povo Brasileiro” de 10 de novembro de 1937, in VARGAS, G., *NPB*, v. V, “O Estado Novo”, pp. 19-32.

(17) *Ibidem*, p. 19.

(18) *Ibidem*, p. 21.

como os novos, em que os velhos se transformam sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos”¹⁹. Essas considerações sobre os partidos políticos brasileiros são carregadas de intenções: em breve todos os partidos do país serão proibidos.

O segundo fator que obriga Getúlio Vargas a tomar uma medida de força e que também coloca em perigo a unidade do país é o “caudilhismo regional”. A esse respeito, um dos “objetivos principais do novo regime é o reforço do poder central”, o do próprio Vargas, em detrimento das prerrogativas dos estados da Federação. Estes assistem a um gesto simbólico, mas significativo, logo após o *putsch*, já que o presidente, em seu desejo centralizador, manda queimar todas as suas bandeiras.

Enfim, Getúlio Vargas constata que, “colocada entre as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias, sistematicamente agressivas, a Nação não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa”²⁰. Ele decide proclamar uma nova constituição que instaura no país “um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho”²¹.

Fica claro nessas “circunstâncias excepcionais”, que a manutenção do poder Legislativo seria, aos olhos de Vargas, “obra de espírito acomodático e displicente, mais interessado pelas acomodações da clientela política do que pelo sentimento das responsabilidades assumidas”²². Desse modo, ele não tem qualquer pesar quando exclui o Legislativo da nova organização do Estado, pois considera esse “aparelho inadequado e dispendioso”²³. As atribuições que até então cabiam ao Legislativo, serão assumidas pelo Executivo.

Quais são, em resumo, as principais características da nova Constituição brasileira? São cinco: a primeira é sua não-aplicação... Com efeito, a nova Carta Fundamental deve ser aprovada por referendo, mas este jamais será organizado e Getúlio Vargas contenta-se em governar por decreto. A não realização do referendo faz do Estado Novo não somente um regime “forte”, como ele desejava, mas também personalizado. Pois, e esta é a segunda característica importante da nova Constituição, ela concentra o

(19) *Ibidem*, p. 20. Para uma análise mais detalhada da ideologia do EN, ver em especial LOEWENSTEIN, K., *Brazil under Vargas, op. cit.*, sobretudo as páginas 121-48.

(20) VARGAS, G., *NPB*, v. V, p. 23.

(21) *Ibidem*, p. 28.

(22) *Ibidem*, p. 25.

(23) *Ibidem*, p. 25.

poder entre as mãos do Estado, personificado por um chefe carismático. Por exemplo, o artigo 9 estipula que o Executivo tem o direito de nomear os governadores dos estados da Federação. Até o presente a autoridade suprema destes últimos era designada pelo título pomposo de presidente. Agora são apenas governadores e, além do mais, devem submeter-se inteiramente ao poder central. Trata-se, portanto, do retorno da política dos interventores, aplicada durante o Governo Provisório, de 1930 a 1934.

O terceiro traço importante da nova Constituição é a submissão completa do Legislativo ao Executivo. Este último, por exemplo, pode dissolver o Legislativo. Como a Constituição jamais é aprovada, o Estado Novo não assiste, nem a nível dos estados nem da Federação, a qualquer debate parlamentar e todas as decisões são tomadas soberanamente pelo Executivo²⁴.

A criação de um Conselho da Economia Nacional, encarregado, entre outras tarefas, de “promover a organização corporativa da economia nacional” (art. 61, al. a) é a quarta característica principal da nova Constituição. Por decisão presidencial ou por via de plebiscito, o Conselho pode ter competência legislativa. Seus membros são representantes dos diferentes ramos da economia nacional e há uma igualdade numérica entre empregadores e empregados. A idéia corporativista não se encontra apenas na organização e nos objetivos do Conselho da Economia Nacional, mas também a nível concreto da produção, pois esta última “será organizada em corporações, e estas, como entidades representativas das forças e do trabalho nacional, colocadas sob a assistência e a proteção do Estado...” (art. 140).

Quinto e último aspecto importante: a idéia de proteção que o Estado deve conceder à organização sindical. Certamente o direito de associação sindical é reconhecido, mas, para ser “representativo”, é preciso que a organização sindical, seus dirigentes e sua ação sejam reconhecidos pelo Estado. Esse reconhecimento passa, evidentemente, por um controle da ação sindical pelo Estado. Note-se que outros decretos sindicais serão promulgados durante o Estado Novo, e que eles ainda permanecem em vigor. Nessa mesma ordem de idéias, o trabalho é considerado como um “dever social” (art. 136) e, conseqüentemente, o direito de greve não é reconhecido (art. 139)²⁵.

(24) Caso a Constituição fosse aprovada por referendo, o papel do Legislativo seria secundário, pois, segundo o art. 73, é ao Executivo e, em particular, a seu Chefe que cabe o direito de dirigir “a política legislativa de interesse nacional”. Sendo ainda o Executivo que determinará qual é a “política legislativa de interesse nacional”.

(25) É na legislação social e do trabalho que o EN dá provas de maior ousadia e algumas de suas decisões, como a que introduz um salário-mínimo obrigatório diferenciado, a fim de atender às particularidades do desenvolvimento econômico das regiões e da defasagem exist-

Pode-se considerar a nova Constituição brasileira como sendo, segundo declara Francisco Campos, o “remédio *nacional* contra as moléstias que assolavam o país”?²⁶ Nada é menos certo do que isso. A começar pela denominação do novo regime, que toma emprestado o nome da organização do estado português, dirigido por Oliveira Salazar. A seguir, se se compara a organização corporativista italiana e sua “Carta del Lavoro”, várias semelhanças, especialmente no que diz respeito à organização sindical e à idéia do “Estado protetor”, serão encontradas. Segundo a embaixada italiana no Rio de Janeiro, “toda a legislação do EN brasileiro — mesmo que os dirigentes não o confessem — é inspirada pela legislação fascista; as últimas leis sociais... foram redigidas de acordo com material fornecido pela embaixada...”²⁷.

É significativo notar que os juristas do EN busquem suas fontes, quando da redação dos artigos em honra do EN, na literatura corporativista italiana e portuguesa²⁸. Contudo, Getúlio Vargas defende-se de ter desejado imitar o que quer que seja, pois, diz ele, “se as reformas introduzidas pelo EN na vida da nação coincidem com certas legislações estrangeiras, isso não quer dizer que eu tenha desejado adaptar o Estado brasileiro a algum modelo, mas que nossas necessidades populares são análogas às experimentadas por outros países”²⁹.

O estabelecimento de um regime corporativista no Brasil deve ser analisado em relação ao ambiente ideológico que caracteriza a década de 30. Contudo, repitamos, essa análise restringe-se unicamente aos meios de governo, pois a preocupação fundamental de Getúlio Vargas, em novembro de 1937, é manter-se no poder. Conseqüentemente, o paralelo que deve ser feito entre o EN brasileiro e os diferentes fascismos europeus não deve excluir o oportunismo político daqueles que organizaram o *putsch* de novembro de 1937, e, em particular, o do próprio Getúlio Vargas.

tente entre a cidade e o campo, é um dos elementos fundamentais da legislação trabalhista brasileira contemporânea. A lei do salário-mínimo é aprovada pelo decreto nº 399, de 30 de abril de 1938.

(26) Declaração de Francisco Campos citado por CARONE, E., *O Estado...*, *op. cit.*, p. 255.

(27) Relatório do encarregado de negócios, Humberto Grazi, ao ministro da Cultura Popular da Itália, AI, dossiê nº 24, doc. nº 0032, de 3 de janeiro de 1940.

(28) Cf. CARVALHO, M. C., *Evolução do Estado Brasileiro*, Rio de Janeiro, Ed. A. Coelho Branco, 1941, sobretudo as páginas 30-84, bem como as diferentes publicações do MTIC, nas quais é impressionante o lugar ocupado pelo estudo do corporativismo italiano e português.

(29) In *Corriere della Sera*, de 23 de dezembro de 1938.

c) Esboço de comparação entre o EN brasileiro e os fascismos europeus

A Europa assiste, no período situado entre as duas guerras mundiais, ao nascimento e ao desenvolvimento de uma ideologia nova que visa organizar a sociedade e o Estado em bases dirigistas e, em breve, totalitárias. Os “movimentos fascistas” que então surgem, beneficiam-se da fraqueza do liberalismo (crise econômica, ineficácia do parlamentarismo), assim como da ausência de “projeto nacional”, para desenvolver idéias favorecidas por sua simplicidade.

A principal característica dos “movimentos fascistas” é sua diversidade. A esse respeito não se trata de modo algum de comparar a situação do EN com todos os fascismos europeus, mas apenas depreender os traços fundamentais que unem ou diferenciam o regime instaurado por Getúlio Vargas, em novembro de 1937, e aqueles experimentados por alguns países europeus durante o período situado entre as duas guerras mundiais.

A Constituição do EN e os decretos-leis adotados pelo EN durante o período que vai de 1937 a 1945 se inspiram profundamente nas experiências “fascistas” realizadas na Europa. O mimetismo de que dão mostras Francisco Campos e Getúlio Vargas é digno de nota, pois, ao contrário do salazarismo, do fascismo e do nazismo, que sofrem uma evolução doutrinária, a Constituição do EN é o resultado de uma compilação e do trabalho de um único homem, Francisco Campos, que recorre em larga escala às experiências italianas e portuguesas³⁰.

A posição do EN em face da organização dos partidos políticos constitui o contraste mais flagrante entre, de um lado, o Brasil varguista e, de outro, a Alemanha hitlerista, a Itália fascista e o Portugal salazarista. Ao passo que esses três últimos regimes baseiam-se na existência de um partido único — Nacional-socialista na Alemanha, Fascio na Itália e União Nacional em Portugal —, o EN proíbe qualquer forma de organização de partidos políticos. É este um elemento complementar do caráter pessoal do *putsch* de novembro de 1937. Para justificar sua decisão, Getúlio Vargas invoca a não-representatividade dos diferentes partidos políticos e a vã agitação pela qual os partidos, segundo Vargas, são os únicos responsáveis³¹.

Constituem dilema para o poder os movimentos políticos de extrema-direita que não participam diretamente do sistema de tipo fascista, introduzido nos diferentes países durante o período situado entre as duas guerras mundiais. Frequentemente são aliados, mas em outros momentos adversá-

(30) Francisco Campos em seu estudo mais conhecido, *O Estado Nacional*, 3. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1941. 257 p., fornece precisões sobre “a estrutura e o conteúdo ideológico” do EN.

(31) VARGAS, G., *NPB*, v. V, “O Estado Novo”, p. 20.

rios em potencial. Como o poder pode então definir-se em relação à extrema-direita não governamental? A situação em que se encontram, de um lado, Portugal e, de outro, a Alemanha e a Itália, é sensivelmente diferente. Nesses dois últimos países, o nazismo e o fascismo constituem a força governamental onde a extrema-direita deve submergir. Em compensação, a situação em Portugal é bastante diferente e, sob vários aspectos, assemelha-se à do Brasil.

Como o Brasil, Portugal é dominado pelo catolicismo e, desde a queda da monarquia e a instauração da Primeira República (1910), a agitação política e a luta contra a Igreja assolam o país³².

Em Portugal, o clericalismo de Salazar, seu sentido conservador, bem como sua origem e sua formação (já que ele mesmo se declara “pobre e filho de pobre”)³³ fazem do Estado Novo português um regime afastado do fascismo italiano ou do nazismo alemão. A resistência, que aí foi oposta, segundo palavras de Salazar, a uma vaga ascendente “que ameaça cada vez mais perigosamente o mundo”, não assumiu o caráter de brutalidade e de eficácia, isto é, “de inovação e de pretensão a um valor universal que ela tinha em país fascista”³⁴.

À semelhança do Brasil, Portugal experimenta uma ascensão do fascismo entre 1930 e 1940. A partir de 1932 surge em Lisboa um movimento baseado no “integralismo lusitano” do início da Primeira República³⁵, que copia claramente a ideologia e a organização fascista. Esse movimento é organizado como partido político, sob a denominação de Sindicalismo Nacional. Dirigido por Francisco Rolão Preto, a nova orga-

(32) Durará até 1926, quando o general Gomes da Costa consegue uma marcha militar sobre Lisboa e toma o poder. Querelas internas fazem com que o general Gomes da Costa seja substituído pouco depois pelo general Carmona à frente do governo. Como a situação política se torna calma, os novos dirigentes portugueses passam então a tratar dos graves problemas financeiros do país. Para isso, convocam um jovem e desconhecido professor da Universidade de Coimbra, Antônio de Oliveira Salazar. Este ocupa, então, o cargo de ministro das Finanças, mas algumas semanas depois é obrigado a deixar o governo em virtude das reticências levantadas pelo seu plano de reconstrução econômica e financeira. A partir de 1928 as oposições à política econômica defendida por Salazar desaparecem e o governo passa então a aplicar suas idéias. Os resultados obtidos por Salazar são tão importantes que, em 1932, ele se torna presidente do Conselho; começa assim a “era salazarista”. No ano seguinte, em março de 1933, ele faz com que se adote uma nova Constituição corporativista, instaurando no país o “Estado Novo”.

(33) Citado por NOLTE, E., *Les mouvements fascistes; l'Europe de 1919 à 1945*, Paris, Ed. Calmann-Lévy, 1969, p. 338. Para um esboço do pensamento político de Salazar, ver PLANCARD D'ASSAC, J., *Dictionnaire politique de Salazar*, 2. ed. Lisboa, Ed. S. N. I., 1964, 261 p.

(34) NOLTE, E., *Les mouvements...*, *op. cit.*, p. 339.

(35) O “integralismo lusitano” do início da Primeira República é obra sobretudo de Antônio Sardinha e caracteriza-se por seu caráter monárquico. Consultar em especial PROENÇA, R., *Acerca do integralismo lusitano*, Lisboa, Ed. Seara Nova, 1964, 106 p.

nização faz uso de camisas azuis, com uma braçadeira na qual figura a cruz vermelha de Santo André (a Cruz de Malta). As manifestações de rua, organizadas segundo o modelo fascista, são relatadas pelo jornal do movimento, *A Revolução*: “aparecimento do chefe no meio de uma ala de mãos erguidas, viagens de propaganda através da província, ênfase nas doenças sociais” dão a impressão de que o jornal *A Revolução* refere-se antes à realidade italiana do que à de Portugal.

Que atitude Salazar adota em relação ao fascismo português? Ela é ambígua; e já que, ao mesmo tempo que é um aliado objetivo, o Sindicalismo Nacional é um adversário em potencial, Salazar opta, em uma segunda etapa, pela repressão. Esta se exerce contra a organização independente e paramilitar do Sindicalismo Nacional. Em compensação, o poder retoma certas idéias-chave do fascismo de Rolão Preto. Essa maneira de proceder torna difícil uma reação radical dos fascistas, que pouco a pouco se integram ao Estado Novo português³⁶.

No momento do estabelecimento do regime corporativista no Brasil, a situação de Getúlio Vargas em relação à AIB é semelhante à de Salazar em relação ao Sindicalismo Nacional. A AIB constitui em certos momentos — substituição do ministro da Justiça, plano Cohen — uma tropa auxiliar do regime, mas pode constituir um perigo. Até o momento do *putsch* de novembro de 1937, a AIB permanece antes de tudo como um apoio ao EN. Tudo mudará a partir do momento em que Vargas executa seu plano sem levar em conta as aspirações da AIB e, sobretudo, as ambições de Plínio Salgado. Surge então uma crise aberta entre a AIB e o EN.

O grande capital e a tendência conservadora, dois dos principais alvos dos movimentos fascistas na Europa, são apenas roçados pelo EN brasileiro. Nesse sentido, a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, decidida logo após o *putsch* varguista, não obedece a uma escolha ideológica, mas apenas à impossibilidade em que se encontra o Rio de Janeiro de honrar seus compromissos internacionais. Do mesmo modo, o EN não aplica qualquer reforma sócio-econômica. Em compensação, o novo regime torna mais explícito seu projeto nacional. Os dois grandes pontos desse programa são a retomada, mas com mais insistência, dos sonhos de 1930: a implantação de um complexo siderúrgico e a modernização do equipamento militar³⁷. O novo regime procurará atingir esses dois objetivos, indispensáveis à modernização e ao início do processo de substituição das importações.

O terceiro grande aspecto do projeto nacional do EN vai ao encontro dos sonhos de grandeza nacional dos fascismos europeus. A dimensão

(36) Sobre as relações e conflitos entre o EN salazarista e o Nacional-Sindicalismo, ver MEDINA, J., *Salazar e os fascistas; Salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a história dum conflito, 1932-1935*, Lisboa, Ed. Livraria Bertrand, 1979.

(37) VARGAS, G., *NPB*, v. V, *op. cit.*, pp. 28-9.

nacionalista assume todo seu peso. Getúlio Vargas sempre proclama a necessidade da “coesão nacional”³⁸ na defesa do “poder soberano da Nação, representada, permanentemente, no culto sagrado do pavilhão, diante do qual os jovens brasileiros prestam solene juramento de servir e honrar a Pátria, mesmo com sacrifício da própria vida”³⁹.

Essa “coesão nacional” não pode tolerar a existência de núcleos mal integrados. Torna-se então evidente que o objetivo de criar uma nação, uma cultura e uma língua originais vai de encontro às liberdades de que se beneficiam as colônias estabelecidas no Brasil. A situação destas últimas vai degradar-se rapidamente durante os meses de novembro e dezembro de 1937, o que não deixará de provocar reações em seus respectivos países de origem.

Enquanto se esforça para mostrar uma fachada ideológica que faltava à revolução de outubro de 1930, o novo regime varguista, ao mesmo tempo que propõe um esboço de projeto nacional, caracteriza-se antes de tudo pela continuidade dos homens. Os antigos ministros, que ocupam os cargos-chave do governo, continuam a exercer suas funções, como se nada tivesse ocorrido. Odilon Braga afasta-se do ministério da Agricultura e José Carlos de Macedo Soares do da Justiça, mas a equipe governamental é pouco modificada; Fernando Costa, na Agricultura; Mendonça Lima, nos Transportes; e Francisco Campos, na Justiça.

O novo gabinete varguista deixa clara sua simpatia pelos regimes fortes. Incontestavelmente, o denominador comum que se depreende da equipe governamental é a nítida predominância de elementos considerados de direita. Esses elementos, que formam o núcleo mais duro do regime, ocupam os ministérios mais importantes: Eurico Gaspar Dutra, o da Guerra; Waldemar Falcão, o do Trabalho; Filinto Müller, o da Polícia Política; Francisco Campos, o da Justiça; e Góis Monteiro, como chefe do Estado-Maior do Exército. A outra tendência dentro do governo é liberal, mas sua importância é muito relativa, pois, no momento da formação do novo governo, seu único representante é o ministro da Economia, Arthur de Sousa Costa, que não tem peso político nem influência no processo de tomada de decisão dentro do governo, comparáveis ao peso e à influência dos membros simpatizantes dos regimes fortes. O poder permanece quase que nas mesmas mãos.

De início, o programa governamental do EN não se singulariza nem pela novidade de seu conteúdo, nem pela elaboração de seus objetivos. Contudo, alguns princípios gerais que deverão guiar a ação governamental tornar-se-ão, em virtude de circunstâncias internas (ingerência cada vez maior das autoridades do país de origem junto às colônias estabelecidas no

(38) *Ibidem*, p. 123.

(39) *Ibidem*, p. 116.



Oswaldo Aranha, Góis Monteiro e Gaspar Dutra.

Brasil) e internacionais (início da guerra na Europa), um verdadeiro programa nacional.

Fiel à tradição brasileira, de que os governos se sucedam ou se eternizem levando mais em conta as pessoas que os programas, o novo regime varguista concede pouca importância aos objetivos governamentais de política externa. De qualquer modo, a política externa do Estado Novo não poderá, em virtude das circunstâncias internacionais, escolher livremente seus objetivos. Estes lhe serão impostos pela evolução dos acontecimentos que o mundo se prepara para viver. A curto prazo, a primeira preocupação de Getúlio Vargas é dominar completamente a situação interna, já que surgem vozes descontentes, assim como apaziguar os temores que se manifestam ao norte do Rio Grande: Washington julga compreender que o *putsch* de Vargas não é unicamente um episódio a mais na longa série de golpes de força ocorrida na América Ibérica, e deplora os motivos e as colorações ideológicas reveladas pelo ditador brasileiro, quando do advento do Estado Novo.

d) As reações à implantação do Estado Novo

1. AS REAÇÕES NO BRASIL

À imagem de seus representantes, o povo brasileiro demonstra uma total indiferença em relação aos acontecimentos. O fechamento das duas Câmaras, a suspensão das eleições, o exílio de Armando Sales de Oliveira, a adoção de uma nova Constituição, o prolongamento do mandato de Getúlio Vargas, nada disso parece interessar ao povo, e somente alguns intelectuais e liberais reagem ao golpe, mas suas vozes são logo abafadas pelo barulho das botas e pela propaganda. Esta atinge mesmo certos objetivos, pois logo depois do *putsch* uma campanha de intoxicação através da imprensa e manifestações públicas que têm tudo, menos a espontaneidade, permitem ao novo regime justificar sua ação, invocando uma certa legitimidade popular. Getúlio Vargas pronuncia, com frequência, discursos em praça pública em honra do novo regime e o ditador empreende, algumas semanas depois, uma viagem pelas principais regiões do país; essas visitas culminam invariavelmente em manifestações de apoio ao EN.

Quando ele declara, às vésperas do *putsch*, que existe uma “indiferença popular”⁴⁰ em relação aos candidatos à presidência da República, apenas segue seu plano para desacreditar os diferentes candidatos. Em compensação, a ausência de reação do candidato populista, José Américo de Almeida, e do candidato do Estado de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, tendem a lhe dar razão. Não ocorre qualquer reação digna de nota dos partidários dos dois candidatos. Essa ausência de tomada de posição radical ao mesmo tempo que mostra a fraqueza dos trunfos e das bases dos dois candidatos, encontra-se na linha da história revolucionária brasileira, que se caracteriza pela ausência de participação popular nos principais momentos da história.

Até às vésperas do *putsch*, a AIB e seus principais dirigentes podem estar otimistas no que diz respeito ao papel que o integralismo irá desempenhar no futuro. Mas a atitude integralista muda radicalmente, pois Getúlio Vargas, em sua mensagem à Nação de 10 de novembro, em momento algum menciona o papel que será dado à AIB. O integralismo adota então uma atitude de oposição calculada. Trata-se de uma atitude ambígua, explicada por dois fatores contraditórios: de um lado, Vargas recorrera por várias vezes à AIB (elaboração do plano Cohen, nomeação de Francisco Campos, oferecimento do cargo de ministro da Educação do novo governo a Plínio Salgado, aproveitamento de várias idéias integralistas pela

(40) Vargas a Aranha, carta de 8 de novembro de 1937, in AGV, doc. n.º 1937.11.08/1, 10.

Constituição do EN) e, de outro lado, ele limita a colaboração integralista ao novo regime. De resto, a opção que a AIB tem em mãos, quanto à sua atitude em relação ao poder, torna-se ainda mais difícil, pois ela está certa de não estar em condições de vencer as eleições presidenciais; se for preciso escolher entre os dois novos candidatos e o eventual prolongamento do mandato presidencial, a AIB ficará certamente, com a última hipótese, em virtude de suas afinidades ideológicas com o EN.

Plínio Salgado está consciente das dificuldades de uma opção política radical. Decide então temporizar. Abstém-se de ataques violentos ao EN e contenta-se em organizar manifestações, comícios e desfiles públicos, demonstrações que lembram que a AIB é uma força com a qual o poder deverá contar.

A política de meias-medidas colocada em prática pela AIB não produz seus frutos. Ao contrário, é o EN que se radicaliza e em dezembro, pelo decreto-lei nº 37, o novo regime proíbe a atividade de todos os partidos políticos no país. Essa medida é não-discriminatória e se aplica a todos os grupos políticos existentes. De fato, porém, ela visa antes de tudo à AIB, e o decreto-lei estipula, em seus considerandos, que seu objetivo é o de instituir “um regime de paz social e de ação política construtiva”.

Em seu artigo 2, o decreto-lei nº 37 mostra seu caráter antiintegralista, quando proíbe expressamente todo “uso de uniformes, bandeiras, distintivos e símbolos dos partidos políticos ou de suas organizações auxiliares”⁴¹.

Tendo em vista a impossibilidade de os integralistas se sublevarem, com alguma chance de sucesso, contra a nova ordem varguista, a AIB tem obrigatoriamente de compor. Isso, porém, não significa que os “camisas verdes” renunciem à luta. Esta no entanto tem de se revestir de um aspecto particular, exposto por Plínio Salgado em *O Jornal* de 4 de dezembro de 1937: “Acatamos a lei. A Ação Integralista Brasileira tinha dois aspectos: um político, outro de sociedade civil para fins culturais e beneficentes. Como partido político, está extinto. Como sociedade de fins culturais e beneficentes, terá de se transformar, mudando de denominação... Quanto à obra que os Integralistas têm a realizar no país continuará a ser, nos domínios espirituais a mesma de sempre: formar corações, formar consciências cristãs, combater os vícios da sociedade moderna, criar o culto das virtudes. Fora de todos os quadros pela força de sua doutrina, o Integralismo tem qualquer coisa de religioso, no profundo sentimento espiritualista e de amor à Pátria e isso não é proibido por lei”.

Impulsionada por seus elementos mais radicais, como Gustavo Barroso, a AIB encontrará, posteriormente, uma outra forma de luta contra a ordem varguista. Ela será sangüinolenta e terá como palco os jardins do palácio Guanabara, sede do governo federal, em maio de 1938.

(41) MTIC, *Boletim*, nº 41, janeiro de 1938, pp. 39-41.

Há uma reação que, por sua violência e pela importância política do personagem, merece um esclarecimento especial: a do embaixador brasileiro em Washington, Osvaldo Aranha. O apelo velado a um golpe varguista, lançado por Aranha em junho de 1937⁴², é substituído, em novembro, quando o *putsch* se torna bem-sucedido, por um sentimento de temor e de repulsa diante dos acontecimentos. Essa mudança é conseqüência da entrada de Francisco Campos no governo e da importância que esse personagem adquire dentro da equipe dirigente. A nova Constituição “sem norma e sem regra... concebida por um anormal”⁴³ ultrapassa de longe as idéias mais sombrias que ele poderia conceber sobre o novo regime. Resta-lhe apenas demitir-se de suas funções. Assim, em uma carta patética enviada a Vargas a 12 de novembro, Aranha manifesta suas intenções: “(...) não me é possível continuar a representar o Brasil, neste país, por forma eficiente, porque nem seu Governo, nem seu povo poderão, como anteriormente, acreditar nas minhas informações e afirmações. ‘Pode-se enganar a poucos por muito tempo e a muitos por pouco tempo, mas é absolutamente impossível enganar, sempre a todos.’ Nesta situação que me foi criada, neste país (EUA), pelos últimos acontecimentos, a minha permanência não só seria inútil como parece, será prejudicial aos interesses do Brasil. A situação aqui está a exigir, neste momento, um homem novo, identificado com a nova situação e que, por não se ter empenhado perante o Governo, a opinião e a imprensa norte-americana na defesa do regime anterior, possa, com autoridade e com liberdade, desempenhar as funções de Embaixador (...)”⁴⁴.

Vargas responde imediatamente à carta de demissão de Aranha e não aceita o pedido, porque considera sua presença em Washington “indispensável” para poder defender os interesses do país e explicar ao governo e à opinião pública norte-americana o verdadeiro caráter do novo regime. Em conclusão à sua carta, Vargas faz uma chantagem afetiva e o censura por abandoná-lo justamente no momento em que tem tanta necessidade da “assistência do amigo”⁴⁵.

Aranha permanece impassível e declara que não pode aceitar a nova Constituição, que é a própria negação do Brasil, pois procura impor, “na imensidão de seu território e na bondade de nosso povo, um regime incompatível com nossas tradições e nossos sentimentos...” A única esperança que nutre nesse momento “repousa no fato de que, quando tiver passado a

(42) Cf. a carta enviada por Aranha a Vargas em 2 de junho de 1937, in AGV, 1937.06.02 I XXVI-52.

(43) Comunicação entre Osvaldo Aranha e seu irmão Luís Aranha, de 16 de novembro de 1937, in AGV, doc. s/n.

(44) Carta confidencial de Aranha a Vargas, de 12 de novembro de 1937, AB, doc. n.º 188.

(45) AOA, doc. n.º 37.11.17/2, de 17 de novembro de 1937.

hora crítica e tiver chegado a de reflexão, tua inteligência e tuas virtudes [as de Vargas] excepcionais... fornecerão os meios de corrigir e de evitar os males” que espreitam o país⁴⁶.

Apesar de sua atitude rígida, Aranha tenta, de qualquer forma, apaziguar os temores norte-americanos, minimizando as mudanças ocorridas no Rio de Janeiro. Mas logo percebe que a única saída que se lhe oferece é sua volta ao Brasil, a fim de fazer uma análise *in loco* e melhor captar a nova situação política. Comunica a Vargas sua decisão de retornar imediatamente; ele ficaria “feliz de te falar [a Vargas], mas isso é impossível, só me restará afastar-me e viver calmamente em uma fazenda”⁴⁷.

É inegável que Aranha minimiza sua importância política, pois, quando desembarca, em fins de dezembro, no Rio de Janeiro, uma grande delegação de simpatizantes, estimada em mais de mil pessoas — sobretudo representantes políticos — o espera no cais⁴⁸. Getúlio Vargas tem, a partir de então, maiores razões para procurar sua simpatia política, já que, além de suas relações privilegiadas com os Estados Unidos⁴⁹, ele usufrui de uma inegável base política no próprio Brasil.

Diante da insistência de Vargas para que adira ao EN e participe da consolidação de um regime que não deixa qualquer esperança de mudança, Aranha decide dar seu apoio ao novo governo. Mas isso sob certas condições, das quais as mais importantes são: a abertura de negociações imediatas sobre os juros da dívida externa, cujo pagamento foi suspenso; o controle do comércio, a fim de colocar em pé de igualdade a circulação das mercadorias compensadas e aquelas que não o são; o respeito à Constituição, quando ela for aprovada por via referendária; a elaboração de um plano de desenvolvimento dos recursos nacionais com a ajuda externa; o estreitamento dos vínculos com os Estados Unidos; e por fim, a de ser nomeado ministro das Relações Exteriores⁵⁰.

(46) AOA, doc. n.º 37.11.24/1, de 24 de novembro de 1937.

(47) *Ibidem*.

(48) Não é apenas o número de participantes na recepção a Osvaldo Aranha no porto do Rio de Janeiro que é significativo. O mais importante é que na comissão de recepção encontram-se “ministros de Estado, altas autoridades militares, representantes de classe”. Cf. *Correio do Povo*, de 21 de dezembro de 1937. As “relações privilegiadas” mantidas por Osvaldo Aranha nos Estados Unidos não se resumem apenas às relações com o governo norte-americano e com as autoridades privadas e públicas naquele país, mas também com a opinião pública e os meios de informação. Assim, em um concurso prezado pelos norte-americanos, destinado a determinar quais foram as sete personalidades de maior destaque em 1937, há seis norte-americanos e... o embaixador Aranha. Este fica inclusive em segundo lugar, depois do prefeito de Nova Iorque, Fiorello La Guardia! (Cf. *Correio do Povo*, 18 de janeiro de 1938). Sobre as inúmeras amizades desenvolvidas por Osvaldo Aranha nos Estados Unidos durante sua estada de três anos em Washington, ver também MCCANN, F., *The Brazilian...*, *op. cit.*, pp. 59 e s.

(50) A posição de Aranha é particularmente clara no que se refere ao reembolso das dívidas brasileiras nos Estados Unidos. Ele não hesita em defender abertamente a posição do

Não é preciso dizer que a última exigência de Aranha é, de longe, a mais importante, pois ela lhe permitiria agir diretamente sobre os acontecimentos e equilibrar um pouco a tendência totalitária dentro do governo. Assim, quando Vargas lhe propõe a pasta das Relações Exteriores⁵¹, sem com isso prometer satisfazer imediatamente as outras exigências, aceita a oferta. A partir de então fica claro entre os dois homens que cada um deles se ocupará exclusivamente de uma única face da política brasileira: a externa cabe a Aranha e a interna a Vargas.

A entrada de Osvaldo Aranha no governo se fará em março de 1938; além da importância intrínseca do acontecimento, é preciso observar o modo como o novo ministro é investido de suas funções. Sua liberdade será total, já que encontra-se em posição de força, e ele a utilizará então para aplicar uma política externa caracterizada, de um lado, por uma aversão profunda em relação à Itália e, principalmente, em relação à Alemanha e, de outro lado, por uma substancial aproximação com os Estados Unidos.

Esse duplo sucesso, tanto o de Vargas, que ao mesmo tempo que elimina uma temível oposição, consegue desarmar um pouco as apreensões norte-americanas, quanto o de Aranha, que por sua vez entra em posição de força no governo, condicionará toda a política externa brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Getúlio Vargas não duvida que, concedendo o

governo norte-americano e, com isso, vai de encontro à posição oficial brasileira. Getúlio Vargas quer que essa questão seja resolvida e que o Brasil pague suas dívidas, mas temporiza, invocando a impossibilidade material do país para honrar de imediato suas promessas. Aranha, em compensação, apóia a posição de Washington e inclusive declara, em uma entrevista quando de sua chegada ao Rio de Janeiro, que “não há erro maior que sonhar pagamento de dívidas. Não pagar é perder o crédito, afastar capitais, e relegar a confiança, base de todas as atividades humanas e internacionais”. Cf. declarações publicadas pelo *Correio do Povo* de 24 de dezembro de 1937. Ver também o diário *A Nota*, do Rio de Janeiro, de 28 de dezembro de 1937, bem como *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, da mesma data.

(51) Getúlio Vargas declara a Góis Monteiro que concede a pasta das Relações Exteriores a Aranha porque assim pode desfazer “certas prevenções” [alusão à desconfiância de Washington] e vencer “as últimas resistências que ele [Aranha] está oferecendo”, in COUTINHO, L., *O General Góes depõe, op. cit.*, p. 337. Durante os três meses que se passam entre a chegada de Aranha ao Rio de Janeiro, em fins de dezembro, e sua nomeação para dirigir o Itamarati (início de março de 1938), desenvolve-se um jogo muito apertado entre ele e Vargas. Ninguém é colocado a par das combinações e das intenções dos dois atores. A imprensa ousa apenas fazer algumas especulações sobre o futuro político de Aranha e as possibilidades de que ele colabore com o EN. Essas especulações não contribuem em nada para esclarecer a situação, enquanto Getúlio Vargas mantém um silêncio completo, Osvaldo Aranha desmente formalmente qualquer possibilidade de colaboração com o EN. Assim, a 24 de dezembro de 1937, ele declara ao *Correio do Povo* que não foi convidado e que nunca houve a oferta de um alto cargo no novo regime. Ainda no início de fevereiro de 1938, nenhuma decisão tinha sido tomada. E o jornal *A Tarde*, do Rio de Janeiro, chega a anunciar em 5 de fevereiro, que Osvaldo Aranha tinha decidido não voltar a Washington e abandonar a vida política, já que doravante se consagrará a atividades privadas, dirigindo uma companhia de seguros.

Itamarati a Aranha, este ocupará, em virtude dos acontecimentos internacionais, o ministério mais importante de seu governo.

As reações da imprensa brasileira à nomeação de Aranha para o Itamarati, a 10 de março de 1983, pondo fim ao que ela chama então de o “caso Osvaldo Aranha”, são, de maneira geral, positivas e às vezes até mesmo entusiastas (cf. *A Noite*, de 9 de março, bem como o *Correio do Povo*, de 15 e 16 do mesmo mês). Tendo em vista a extensão da “crise” entre Vargas e Aranha, bem como as relações pessoais que os unem, a imprensa brasileira vê em sua nomeação apenas o epílogo de uma questão pessoal (cf. *Tribuna* de Santos, de 9 de março), e não capta a importância política dessa nomeação, que constitui, de fato, uma vitória pessoal de Aranha, mas também — e sobretudo — a vitória de uma política externa que será daí para a frente inteiramente voltada ao pan-americanismo e ao reforço dos vínculos com os Estados Unidos. Desde seu discurso de posse, Osvaldo Aranha deixa claro qual vai ser a política do Itamarati. Esse discurso é, de resto, muito significativo do seu estado de espírito e de sua “pequena ponta” de má consciência, em virtude do apoio que ele dá ao regime corporativista do EN. Aranha começa o discurso dirigindo-se não ao povo brasileiro, mas “aos seus (meus) amigos dos Estados Unidos”! (cf. *Correio do Povo* de 25 de março de 1938). Isso não passa despercebido, e a imprensa brasileira resume o discurso de Aranha como uma “expressiva saudação aos Estados Unidos” (*Correio do Povo*, *ibidem*). É o mínimo que se pode dizer⁵²!

(52) Em sua obra *The Brazilian...*, *op. cit.*, Frank McCANN Jr. exprime a mesma opinião sobre a importância da nomeação de Osvaldo Aranha para o futuro da política externa brasileira, quando declara que “Aranha’s attitude towards the Estado Novo would determine his political future, which was crucial also for the future of Brazil, and until it was settled Brazilian relations with the United States were in a state of latent crisis. Aranha symbolized Brazilian democracy and close ties with the United States; without his influence both would be in danger...” (pp. 64-5).

Já Luciano Martins in *Pouvoir...*, *op. cit.*, apenas menciona, de passagem, a nomeação de Aranha: “... Tandis qu’Aranha, maintenant ministre des Affaires Etrangères de l’Estado Novo, s’efforçait de tisser les liens des relations économiques entre le Brésil et les États-Unis, d’autres membres du gouvernement faisaient la même chose avec l’Allemagne...” (p. 203). Martins vê na nomeação de Aranha apenas uma possibilidade de estreitamento dos laços econômicos com Washington e não percebe a importância política do fato. De maneira geral, a tese de Martins — apesar de alguns aspectos brilhantes — tende a separar o político do econômico, fazendo também abstração de qualquer análise das relações pessoais.

Tudo se resume então, segundo Martins, ao interesse material dos diferentes grupos e classes dos países em questão. Esse tipo de análise, estritamente materialista, é, incontestavelmente, muito tentador, já que coerente. Todavia, dá conta da complexidade do real?

2. AS REAÇÕES NO EXTERIOR

O Itamarati, em sua circular nº 1166, de 12 de novembro de 1932, enviada às missões diplomáticas sediadas no Rio de Janeiro, exclui o problema do reconhecimento do novo governo, pois a “mudança de regime constitucional não comporta absolutamente reconhecimento por governos estrangeiros da nova situação política do Brasil, cujo advento é negócio puramente interno...”⁵³.

Tendo obtido bons resultados seu expediente, pois os governos estrangeiros não criaram o problema do reconhecimento jurídico do novo regime, este terá muito mais dificuldades para se fazer aceitar de fato, pois inúmeras vezes se levantam, sobretudo em Washington, para denunciar o golpe varguista.

A interrupção do processo democrático brasileiro, iniciada em 1934, com a introdução da primeira Constituição varguista, é intensamente sentida nos Estados Unidos. Isso por duas razões principais: de um lado, o *putsch* de novembro de 1937 prejudica o desenvolvimento democrático da sucessão presidencial; de outro — e esta é a razão fundamental —, a coloração política que os putschistas proclamam e o estabelecimento de um regime de tipo corporativista no Novo Mundo os inquietam. A partir de então, os ataques da imprensa norte-americana se tornam extremamente violentos, tanto em relação a Vargas, quanto em relação ao EN.

O *Washington Post*, por exemplo, considera que Vargas se torna “um ditador virtual” que pensa em “ficar indefinidamente” à frente do Estado⁵⁴. Os principais jornais norte-americanos, em suas análises, ressaltam o “caráter fascista”⁵⁵ do novo regime e a organização corporativista pregada pelo EN. A partir daí, não é de espantar que os órgãos de imprensa façam um paralelo entre a nova situação política brasileira e a organização dos Estados fascistas na Europa, em particular Portugal e Itália. Por outro lado, os jornais norte-americanos indagam sobre uma eventual participação da AIB no *putsch* e também sobre o papel que pôde ter sido desempenhado pela embaixada alemã na preparação do golpe.

(53) RAPR, 1937, v. 11, Anexo C, p. 310.

(54) *The Washington Post* de 11 de novembro de 1937.

(55) A violenta reação anti-EN, que nasce na imprensa norte-americana logo após o golpe varguista, é explicada pelo fato que, já há alguns meses, a imprensa dos Estados Unidos se inquieta com o recrudescimento das atividades da AIB, da NSDAP e do Fascio no Brasil. Por exemplo, no mesmo dia do golpe, aparece em *The New York Herald Tribune* um artigo intitulado “Fascism in Brazil” no qual o autor denuncia o perigo que ameaça a democracia, em virtude das atividades nazi-fascistas no Novo Mundo. Ver também o importante artigo publicado em 11 de novembro em *The New York Times*, no qual se pode ler que o Brasil tornou-se um Estado corporativista e que essa situação não poderia deixar Washington indiferente.

No Departamento de Estado, as reações também são extremamente negativas. Para Cordell Hull, há necessidade de determinar imediatamente, antes de qualquer outra tomada de posição, qual é a natureza do novo regime, isto é, se não se trata apenas de um *pronunciamiento* que faria parte de uma “tendência bastante difundida na América Latina” ou se, ao contrário, o *putsch* foi inspirado pelos ditadores europeus, em particular pelo Eixo Roma-Berlim⁵⁶. Quando Hull faz essa pergunta ao novo embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Jefferson Caffery⁵⁷, ele de fato já está convencido de que a AIB e o Eixo desempenharam um papel não negligenciável nos acontecimentos⁵⁸. Essa idéia não é estranha à grande campanha da imprensa norte-americana contra o EN, que atinge seu auge. O Departamento de Estado não prevê no momento, apesar dessa situação crítica, qualquer medida concreta para demonstrar seu descontentamento. Cordell Hull espera as explicações de Caffery e do governo brasileiro.

Aranha, ainda em seu cargo em Washington durante o mês de novembro, esforça-se para minimizar o alcance dos acontecimentos e para reafirmar “a amizade do Brasil aos Estados Unidos”⁵⁹. Ele aumenta o número de entrevistas à imprensa e as visitas às universidades para tentar apaziguar os espíritos. Contudo, trata-se de uma tarefa quase impossível, principalmente porque ele mesmo não está convencido daquilo que proclama. Então, dando provavelmente seqüência a um pedido de Aranha, para quem a campanha da imprensa norte-americana apenas consolida a posição interna de Vargas, e torna ainda mais críticas as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, Sumner Welles reúne uma “conferência secreta... com os jornalistas, procurando orientá-los no sentido de atenuar os seus noticiários e comentários”⁶⁰. Esse expediente inédito do Departamento de Estado demonstra o desejo do governo norte-americano de não dramatizar a situação, tanto mais que Vargas afirma sempre e, isso sem medo de ser parado-

(56) Telegrama de Cordell Hull a Jefferson Caffery, de 12 de novembro de 1937, in FRUS, 1937, v. V, doc. n.º 74, pp. 313-4.

(57) Jefferson Caffery substitui Gibson no correr do segundo semestre de 1937. Segundo o testemunho de Álvaro Teixeira Soares, à época assistente de Osvaldo Aranha, Caffery é um verdadeiro “gentleman”, que dá mostras de “tenacidade e argúcia”. Isso não impede que Teixeira Soares diga que Caffery, no início de sua missão, “tratava o Brasil como uma República bananeira, mas depois ele mudou. E muito.” (Cf. declarações de Teixeira Soares em julho de 1978 no Rio de Janeiro.) Depois de seu cargo no Brasil, Caffery torna-se, em 1944, embaixador em Paris.

(58) Aliás, os comentários elogiosos que os acontecimentos brasileiro provocam na imprensa italo-alemã fortalecem as suspeitas de Cordell Hull. Cf. *The New York Times* de 11 de novembro de 1937.

(59) AB, doc. n.º 188, de 12 de novembro de 1937.

(60) *Ibidem*.

xal e contraditório, que o fortalecimento do poder executivo tem como objetivo “consolidar o regime democrático vigente”⁶¹.

A respeito de alguma influência externa nos preparativos do golpe e na nova ideologia do regime, Vargas é formal: desmente qualquer relação com a Alemanha, a Itália ou Japão, bem como com o movimento AIB⁶². Nessa mesma ordem de idéias, o Itamarati torna pública, a 17 de novembro de 1937, uma Circular às Missões Diplomáticas, sediadas no Rio de Janeiro, sobre a “nova organização política” do país:

“A transformação política por que acaba de passar o Brasil em nada altera a sua tradicional política internacional. Continuamos fiéis como sempre aos ideais democráticos, pacifistas e pan-americanistas, para a realização dos quais estamos agora com meios de ação mais fortes, rápidos e decisivos. A nossa carta política não obedece aos ditames de nenhuma ideologia exótica. Ela consagra a realidade brasileira e se ajusta às nossas necessidades dentro do mundo moderno. Não nos seduziram conselhos, inspirações ou sugestões, que nunca existiram nem o nosso patriotismo admitiria, de qualquer líder de grande fama mundial. Não cogitamos tampouco por nós mesmos de imitar exemplos de fora. Dentro da agitação da humanidade contemporânea tiramos no momento oportuno a lição prática e realista da experiência histórica sinceramente compreendida e aceita de meio século de regime republicano. É a clara visão do presente, sem repúdio do passado e com a preocupação constante do futuro”⁶³.

Apesar das declarações do Itamarati, dos desmentidos de Getúlio Vargas⁶⁴ e das explicações de Aranha, permanece uma certa desconfiança dos Estados Unidos em relação ao novo regime⁶⁵, pois a vontade de apaziguar Washington é algumas vezes comprometida pela atitude de certos membros do governo brasileiro, que declaram abertamente que “a partir de agora o Brasil faz parte da lista dos países corporativistas e fascistas”⁶⁶. Por

(61) RAPR, 1937, v. I, p. 11.

(62) Declaração de Vargas a Caffery in FRUS, 1937, v. V, doc. n.º 160, de 13 de novembro de 1937, pp. 314-5.

(63) RAPR, 1937, v. II, Anexo C, p. 310.

(64) Tendo levado a bom termo seu golpe e sentindo-se suficientemente forte para afastar abertamente os integralistas da vida política nacional, Vargas reage de maneira radical às acusações feitas por Washington a propósito da “coloração integralista” do EN. Em uma frase que ficou famosa, Vargas declara, em dezembro de 1937, que os integralistas não passam de palhaços do circo político (ver também McCANN, F., *The Brazilian...*, op. cit., p. 54). Essa atitude de desprezo para com os integralistas mostra bem que Vargas pretende personalizar ainda mais o golpe de novembro de 1937.

(65) Em sua preocupação de apaziguar os temores dos Estados Unidos, o Brasil dá primazia às informações relativas à nova situação política ao embaixador Caffery, cf. FRUS, 1937, v. V, pp. 312-3.

(66) Declaração de Francisco Campos ao jornal brasileiro *Correio da Manhã* e reproduzida pelo *New York Times* de 29 de novembro de 1937. Osvaldo Aranha coloca-se contra

outro lado, paralelamente ao anúncio da nova Constituição, Vargas decide suspender o pagamento dos juros da dívida externa brasileira. O pagamento anual feito pelo Brasil está em relação direta com a evolução de sua balança comercial e as justificativas para a suspensão desse pagamento não são de modo algum políticas. A evolução da balança comercial é tão desfavorável, em 1937, que o país se encontra na impossibilidade material de honrar seus compromissos. O quadro reproduzido abaixo é significativo a esse respeito:

Quadro X
Exportações, importações e pagamentos da dívida externa, 1928-1938
(em mil libras-ouro)

| <i>Ano</i> | <i>Exportações</i> | <i>Importações</i> | <i>Balança</i> | <i>Pagamento da dívida</i> |
|------------|--------------------|--------------------|----------------|----------------------------|
| 1928 | 97.426 | 90.668 | + 6.758 | 16.135 |
| 1929 | 94.831 | 86.653 | + 8.178 | 17.390 |
| 1930 | 65.745 | 53.618 | + 12.127 | 19.883 |
| 1931 | 49.543 | 28.735 | + 20.788 | 17.689 |
| 1932 | 36.629 | 21.744 | + 14.885 | 6.682 |
| 1933 | 35.790 | 28.131 | + 7.659 | 6.449 |
| 1934 | 35.239 | 25.467 | + 9.772 | 7.108 |
| 1935 | 33.011 | 27.431 | + 5.580 | 7.494 |
| 1936 | 39.069 | 30.065 | + 9.004 | 8.012 |
| 1937 | 42.529 | 40.607 | + 1.922 | 9.900 |
| 1938 | 36.337 | 35.834 | + 523 | suspenso |

Fonte: ARANHA, O., "O problema da dívida externa", doc. n.º 10, março de 1939, AOA.

A ruptura que se verifica no equilíbrio da balança comercial brasileira em 1937 explica, portanto, a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Essa decisão interessa aos Estados Unidos, que são, com a Grã-Bretanha, os principais investidores no Brasil. Ao mesmo tempo que suspende o pagamento dos juros da dívida, Getúlio Vargas convida os credores para discussões, a fim de encontrar uma solução para a questão⁶⁷. Apesar

esta declaração, que ameaça comprometer seu paciente trabalho de apaziguamento em Washington e comunica a Vargas seu descontentamento. Este então ordena a Aranha para explorar as declarações de Francisco Campos "na interpretação que mais favoreça o Brasil". Cf. AGV, docs. n.ºs 37.11.29/2 — 66a e 37.11.30/1.

(67) O Brasil, tendo poucas divisas, encontra na suspensão do pagamento dos juros da dívida externa o único meio de limitar a saída de divisas do país. Sobre essa questão ver RAPR, 1937, v. II, Anexo C, pp. 309-10, AB, tel. de Vargas a Aranha de 20 de novembro de 1937, doc. n.º 3422, bem como DDA, dossiê 5, doc. n.º W VIIIb, S. A. 3910/37, de 12 de novembro de 1937. Para as reações norte-americanas ver FRUS, 1937, v. V, pp. 330-81.

dessa boa vontade brasileira, será preciso esperar vários meses para que as negociações tenham início.

Além da importância das relações comerciais e financeiras entre Washington e o Rio de Janeiro, o interesse norte-americano explica-se essencialmente pelo perigo que representa para o conjunto do Novo Mundo a ascensão ao poder, no Brasil, de um regime corporativista e simpatizante do Eixo. Até o momento as mudanças de regimes na América Ibérica devem ser vistas, antes de tudo, como querelas de facções ou manifestações de ambições pessoais. Pela primeira vez no continente um chefe de Estado — Getúlio Vargas — apresenta uma mudança de regime político sob um aspecto exclusivamente ideológico. É verdade, como já sublinhamos, que se trata antes de tudo de uma fachada para justificar suas ambições pessoais, o que não impede que o exercício de Vargas seja bem-sucedido, já que os Estados Unidos levam algumas semanas para acalmar sua atitude reprovadora em relação ao EN.

É somente em fim de novembro que Aranha observa que a imprensa norte-americana começa a dar uma imagem menos ruim do Estado Novo⁶⁸. Parece então que os esforços desenvolvidos começam a dar frutos. A crise aberta entre o novo regime e o movimento integralista influi nessa situação, pois a ruptura entre Vargas e Salgado prova a Washington a independência do novo regime em relação à AIB. Não é surpreendente, portanto, que a imprensa norte-americana e o Departamento de Estado façam eco das aspirações de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, expostas por Vargas. Assim, o *New York Times* de 19 de dezembro de 1937, declara que “o perigo pertence ao passado” e que Vargas está inteiramente disposto, bem como “cada cidadão brasileiro, a contar com a ajuda dos Estados Unidos para a construção do país”.

A certeza absoluta de que o Brasil fará tudo para preservar a amizade e os vínculos que o unem aos Estados Unidos é adquirida em março de 1938, quando Aranha se torna ministro das Relações Exteriores. Nesse momento, não podemos mais duvidar, apesar do caráter fascista do novo regime brasileiro, de que as duas capitais estejam dispostas a cooperar, como no passado. Nesse sentido, a carta pessoal enviada por Aranha a seu “grande amigo”, Sumner Welles, é significativa, pois ele não explica apenas sua entrada no governo, faz também considerações sobre o futuro das relações brasileiro-norte-americanas e sobre a “verdadeira” natureza do novo regime. Nesta carta⁶⁹, depois de ter declarado que não volta a Washington, já que “por motivos óbvios” sua presença no Brasil tornou-se necessária, Aranha manifesta sua “fidelidade à política tradicional do Brasil, sua ligação aos ideais de ‘boa vizinhança’” e seu amor pela causa da

(68) AGV, doc. n.º 1937.11.30/3 XXVIII-68, de 30 de novembro de 1937.

(69) AGV, doc. n.º 1938.03.05/3 XXIX-23, de 5 de março de 1938.

paz, princípios que “sempre uniram nossos dois países”. Na tentativa de justificar o novo regime brasileiro, Aranha declara que “a democracia não é um governo, uma lei ou uma Constituição: é uma prática (...) O Brasil sempre foi democrático, quer no Império, quer na República, porque seu povo, desde a Independência, não compreendeu nem poderá compreender outra forma de viver. O atual governo foi imposto pelas circunstâncias e constitui, dentro do abalo criado pelo golpe militar-comunista de 1935 e da anarquia política conseqüente, ameaçadora de uma guerra civil de classes e de facções, não só a solução mais pacífica, como a mais popular... O presidente Vargas fez tudo para favorecer a solução eleitoral, encontrando, infelizmente, óbices irremovíveis na obstinação agressiva e perturbadora das facções políticas regionais, dos seus chefes e candidatos. O povo, conforme pude verificar, optou, por forma quase plebiscitária [sic] pela solução atual...”

Para Aranha, o governo, nas mãos de Getúlio, “é um instrumento do povo e do bem público..., pois a vida de Vargas é nobre exemplo de tolerância no exercício do poder. A recondução de Vargas a suas funções foi, portanto, um imperativo para o conjunto do país. É assim que a situação brasileira deve ser compreendida pelos amigos do Brasil”.

A nova Carta Fundamental do Estado brasileiro contém “alguns exageros”, mas, segundo Aranha, “o tempo, o povo e o próprio governo se encarregarão de emendá-la e ajustá-la”. Assim sendo, ele convida Welles a ter “confiança na nova ordem de coisas criada no Brasil... que será, como no passado, o mais fiel dos irmãos da União Americana”.

Como explicar essa mudança de atitude de Osvaldo Aranha? Vários fatores são por ele levados em conta; primeiro, seu oportunismo; depois, a irreversibilidade da nova situação, pois Getúlio Vargas está bem instalado no poder; e, enfim, a fraqueza em que se encontra a linha democrata, dentro do governo varguista. A esse respeito, Osvaldo Aranha irá contrabalançar as simpatias pró-Eixo dos vários membros influentes do EN. O fato essencial que deve ser verificado é a existência, a partir do momento em que o antigo embaixador brasileiro em Washington se torna ministro das Relações Exteriores, de um desejo profundo e sincero, por parte da diplomacia brasileira, de se entender com o Departamento de Estado. Veremos adiante que esse desejo implica o fim do duplo jogo diplomático do Itamarati, pois, a partir da entrada de Aranha, as relações do Rio de Janeiro com Roma e Berlim entrarão em crise profunda.

A evolução da política interna brasileira, em fins de 1937, dá por várias vezes uma grande satisfação ao Eixo. Em primeiro lugar, ocorre a demissão de José Carlos de Macedo Soares do Ministério da Justiça. A seguir, o Ministério da Justiça é ocupado por Francisco Campos, fundador da organização de caráter fascista Legião 3 de Outubro e grande admirador e especialista do nacional-fascismo. Na Alemanha, Francisco Campos é conhecido como “o inimigo declarado do comunismo e da democracia

liberal”⁷⁰. Quando Roma e Berlim constatarem a importância adquirida por Francisco Campos dentro do governo, com a adoção da “sua” Constituição, têm a certeza de haver encontrado um aliado importante na América do Sul⁷¹. Tanto mais que, além da entrada de Francisco Campos para o governo, tudo leva a crer que o *putsch*, que está sendo preparado no Rio de Janeiro, usufruirá do apoio integralista, cujos representantes entrarão com toda força no novo governo.

A Alemanha e a Itália desempenharam algum papel no golpe varguista? Sabemos que a redação da nova Constituição foi amplamente inspirada pelas experiências fascistas na Itália e em Portugal, mas parece em todo caso — se aceitarmos a documentação disponível — que a Itália não teve participação ativa nos acontecimentos de novembro de 1937⁷². Em compensação, a atitude da Alemanha provoca maiores controvérsias. A partir do mês de março de 1937, a embaixada alemã no Rio de Janeiro faz análises tão precisas da situação política atual brasileira e de seu desenvolvimento futuro que somos tentados a acreditar que o embaixador, Schmidt-Elскоп, está a par dos preparativos do *putsch*. Já a 4 de março de 1937, por exemplo, Schmidt-Elскоп envia um relatório sobre o futuro político brasileiro onde constata que “Vargas quer provavelmente permanecer no poder”, pois “joga cascas de bananas aos pés de seus adversários. De que maneira tentará ele atingir seu objetivo? Trata-se ainda de uma incógnita. Mas uma solução seria a encenação de um *putsch* comunista, e seu esmagamento, para obter a prorrogação do mandato em virtude das perturbações”⁷³. Vê-se assim que o embaixador sabia em março o que aconteceria em novembro. Alguns meses mais tarde, no quadro da colaboração policial germano-brasileira, a polícia secreta alemã informa ao embaixador brasileiro em Berlim que “o momento político presente [início de agosto de 1937], caracterizado pela sucessão presidencial, é propício a um aumento das atividades comunistas e, portanto, eventualmente ao começo imediato de uma tentativa revolucionária”⁷⁴. Por outro lado, segundo as informações

(70) Cf. a análise do conselheiro da embaixada alemã do Rio de Janeiro, Levatzow, in DDA, doc. n.º Pol. IX 1265, de 11 de novembro de 1937, dossiê n.º 1.

(71) Para a Alemanha ver *ibidem* e para a Itália ver o estudo sobre a “situação política, econômica e militar do Brasil durante o ano de 1937” feito pelos serviços diplomáticos italianos (AI, dossiê n.º 16, doc. sem data e sem número) onde Francisco Campos é designado como sendo alguém que tem “sentimentos fascistas de longa data” (p. 4).

(72) BEALS, C., in “Totalitarian Inroads in Latin America” expressa opinião contrária, mas baseia-se apenas em uma declaração do presidente da Academia Italiana (Luigi Federzoni), segundo a qual “a Organização Fascista Italiana, a imprensa italiana e os italianos do Brasil” contribuíram para o sucesso do golpe de Vargas de novembro de 1937 (cf. p. 82).

(73) Relatório de Schmidt-Elскоп enviado à Wilhemstrasse em 4 de março de 1937. DDA, dossiê n.º 5, doc. n.º Pol. IX 222.

(74) Telegrama confidencial enviado pelo embaixador brasileiro em Berlim, Moniz de Aragão, ao Itamarati. AB, doc. n.º 100, de 10 de agosto de 1937.

transmitidas pelos agentes nazistas no Brasil, no caso de ocorrer uma revolta comunista “os revoltados teriam grandes chances de sucesso”⁷⁵. Diante disso, a polícia secreta alemã recomenda a maior atenção ao governo Vargas⁷⁶.

Três observações merecem ser feitas a propósito das questões precedentes: primeiro, constata-se a excelente informação de que usufruem os diplomatas e agentes secretos nazistas no Brasil; em seguida, as indicações alemãs são a prova de que existe uma colaboração estreita entre o Rio de Janeiro e Berlim, e de que os alemães atuam nos acontecimentos de novembro de 1937; por fim, constata-se que Getúlio Vargas procura e encontra informações sobre seu próprio país junto a uma potência estrangeira. A esse respeito, a posição brasileira é de fraqueza e o Rio de Janeiro sofre, muito mais do que faz, sua política externa. A seguir esse fenômeno se tornará ainda mais acentuado.

Roma e Berlim não tomam uma atitude comum em relação à política interna brasileira, pois, ao passo que a Alemanha não hesita em incentivar Getúlio Vargas a realizar um *putsch*, a Itália mantém uma certa distância e prefere financiar a campanha eleitoral de Plínio Salgado. A conjunção das políticas italianas e alemãs deve verificar-se quando Vargas realiza seu golpe, com a ajuda integralista. Ora, se os integralistas concedem seu apoio tácito às manobras de Vargas, é evidente que esperam uma contrapartida. É então que o ditador, dando provas de astúcia política, ignora a AIB, no momento de sua proclamação à Nação em 10 de novembro. Fica em silêncio sob a existência da AIB, sua participação nos acontecimentos e o futuro que o EN lhe reserva. Isso é uma surpresa completa. Todos esperavam que ele, tendo desposado a causa defendida pelo integralismo com a adoção da Constituição preparada por Francisco Campos, convidasse seus principais dirigentes e, em especial, Plínio Salgado para fazerem parte de seu governo. Nada disso ocorreu e a vitória da AIB, tão esperada pela Itália e também por Berlim, não se confirma, pois novembro de 1937 é antes de tudo a vitória de um homem: Getúlio Vargas.

A situação da Alemanha e da Itália perante o EN, logo após sua instauração, é um pouco incômoda. As autoridades governamentais dos dois países adotam uma atitude que mistura reserva e satisfação, ao passo que sua imprensa saúda com grande alarde a implantação de um regime corporativista no Brasil.

A primeira reação da Wilhemstrasse é constatar com espanto a ausência de referências ao integralismo na nova equipe dirigente⁷⁷. Mas isso não impede que a diplomacia alemã esteja cheia de admiração por Vargas e por

(75) Ibidem.

(76) Ibidem.

(77) DDA, dossiê nº 1, doc. nº E 518337, de 11 de novembro de 1937.

seu senso político, pois “esse pequeno homem de sorriso eterno possui a grande arte de adaptar-se com a maior das mestrias às situações do momento e explorá-las...” Além do mais, acrescenta o embaixador alemão, “ele não tem muitos escrúpulos”⁷⁸. Então, já que o mais importante está realizado, isto é, a implantação de um regime autoritário no Brasil, a diplomacia alemã acolhe com “satisfação o advento do novo regime e deposita nele grandes esperanças”⁷⁹.

A diplomacia italiana, em compensação, continua a fazer seu duplo jogo. Ao embaixador brasileiro em Roma, Ciano declara, logo após o golpe, “toda sua simpatia pela ação de Vargas” e promete “o apoio dos italianos do Brasil ao EN”⁸⁰. Mas na realidade o afastamento dos integralistas do seu governo choca profundamente o palácio Chigi. Com efeito, a diplomacia italiana, depois de ter constatado que a vitória do EN é antes de tudo uma vitória pessoal de Vargas⁸¹, tira imediatamente conclusões não desprovidas de bom senso político: ela constata que “o integralismo venceu, mas os integralistas não triunfaram”⁸².

A reação mitigada, expressa tanto pela Wilhemstrasse quanto pelo palácio Chigi, em virtude da ausência dos integralistas do novo governo, não é absolutamente levada em consideração pela imprensa dos dois países, a qual recebe de maneira extremamente positiva o *putsch* varguista. Durante toda uma semana, a imprensa alemã acolhe com entusiasmo as mudanças verificadas no Brasil e vê com satisfação uma primeira brecha no sistema democrático e liberal americano⁸³. Por seu lado, a satisfação expressa pela imprensa italiana é tão profunda e digna de nota que chega a ser incômoda para o governo brasileiro. Este pede então a Roma para pôr

(78) DDA, dossiê nº 1, doc. nº E 518336, de 11 de novembro de 1937.

(79) Declaração de von Mackensen a Moniz de Aragão in AB, doc. nº 482, de 18 de novembro de 1937.

(80) Declaração de Ciano ao embaixador brasileiro em Roma, a 12 de novembro de 1937, in CIANO, G., *Journal...*, op. cit., p. 62. Em 20 de novembro, Ciano encontra novamente o embaixador Guerra Duval e este lhe declara que Vargas está procurando uma fórmula brasileira para seu regime. Ciano então responde que “é preciso que ele a encontre, pois de outro modo seu movimento não durará muito tempo. O segredo das ditaduras — e sua vantagem em relação aos outros regimes — reside justamente no fato de ter uma fórmula nacional. A Itália e a Alemanha encontraram-na: a Alemanha, no racismo, e a Itália, em seu imperialismo romano”. (Ibidem, p. 67.)

(81) Relatório de Lojacono a Ciano, de 10 de novembro de 1937. AI, dossiê nº 16, doc. nº 395/196.

(82) Relatório de Lojacono a Ciano, de 12 de novembro de 1937. AI, dossiê nº 16, doc. nº 397/198.

(83) Eis alguns exemplos do entusiasmo da imprensa alemã: o *Berliner Lokal-Anzeiger* de 13 de novembro, o *Völkischer Beobachter* de 11 e 16 de novembro, o *Duisburger General-Anzeiger* de 12 de novembro, o *Leipziger Tageszeitung* da mesma data, o *Pommersche Zeitung* de 11 de novembro, o *Charlottenburger Zeitung* de 12 de novembro, e, por fim, o *Frankfurter Zeitung* da mesma data.

fim a elogios muito exagerados e não perturbar ainda mais as difíceis relações entre o Brasil e os Estados Unidos⁸⁴.

O primeiro fracasso grave do Eixo ítalo-alemão no Brasil é a questão da adesão brasileira ao pacto anti-Komintern.

A Itália adere ao pacto anti-Komintern a 6 de novembro de 1937. Imediatamente Ciano pensa em ampliar o pacto tripartite para outras potências, mas não a todas, pois “não convém pedir a adesão dos pequenos Estados ao que deve permanecer como um pacto de gigantes”⁸⁵. O que não impede que três países interessem ao responsável pelo palácio Chigi: “a Espanha, que deve representar o prolongamento do Eixo na costa atlântica; o Brasil, para sacudir todo o sistema democrático sul-americano; e a Polô-

(84) Relatório de Lojacono a Ciano, de 7 de dezembro de 1937. AI, dossiê nº 16, doc. nº 3092/832. A imprensa europeia em geral está dividida em suas análises sobre as origens e as características do EN. A esse respeito a atitude da imprensa de Genebra é significativa. Nessa importante cidade de contatos internacionais, sede da SDN, o golpe varguista de novembro de 1937 é visto de maneira contraditória pelos principais órgãos da imprensa; o jornal *La Suisse* faz uma nítida distinção entre o EN, de um lado, e a Itália de Mussolini e o Portugal de Salazar, de outro. No Brasil, “parece que os dirigentes do movimento desejam fazer a tentativa de um regime autoritário temperado por uma duração limitada do mandato presidencial”. É com uma certa simpatia que *La Suisse* recebe o golpe varguista: “o Brasil não é o primeiro a constatar a impotência do parlamentarismo para tirar o país de um impasse econômico” (cf. *La Suisse* de 12 de novembro de 1937). Já o *Journal de Genève* destaca a situação de perturbações experimentada pelo Brasil para explicar o golpe, estabelecendo uma analogia “flagrante com a tentativa do Soviete de Olten, que pôs a Suíça em perigo em novembro de 1918”. Nessas circunstâncias, “a inquietação que se manifesta em Washington por ver-se o Brasil comprometer a obra pan-americana de Buenos Aires [conferência pan-americana de 1936], abandonando a democracia e se unindo ao bloco ítalo-alemão parece bastante exagerada”. Finalmente, *La Tribune de Genève* discorda por completo dos outros dois jornais. De fato, para esse jornal, não há dúvida possível, pois a “doutrina vermelha, no Brasil, ainda não tem penetração suficiente para inspirar *justos e salutareos temores* [grifo nosso]; sua ação de dissolução não tem poder em um território mais vasto que os Estados Unidos e onde os meios de comunicação ainda são elementares. Assim, é sobretudo um espantelho que o senhor Vargas agita e que lhe permite manter as aparências da legalidade”. Essa pertinente análise conclui com a indagação: “Em que se transformará o Brasil depois da comoção desses últimos dias? A resposta é dada pelos próprios fatos: mais uma ditadura. Contudo, de encontro às nações autoritárias da Europa, que buscam uma dinâmica fictícia e ruínosa em uma ideologia qualquer, a ditadura brasileira permanecerá republicana por definição” (cf. *La Tribune de Genève*, de 13 de novembro de 1937).

Observemos, além do mais, que esses três artigos se encontram nos arquivos diplomáticos italianos, onde o da *La Tribune de Genève* é qualificado de “quase bolchevizonte” (sic). AI, dossiê nº 16, doc. nº 5463/1769, de 13 de novembro de 1937.

(85) CIANO, G., *Journal...*, *op. cit.*, pp. 59-60. Sobre os expedientes ítalo-alemães visando à adesão da Polônia e do Brasil ao Pacto anti-Komintern, ver o depoimento do embaixador polonês em Berlim, LIPSKI, J., *Diplomat in Berlin, 1933-1939*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1968. p. 316. Consulte-se também o artigo de SCHALLOCK, W., “Lateinamerika und die Rundfunkpropaganda der Nazis in Theorie und Praxis”, in *Der deutsche faschismus...*, *op. cit.*, p. 161.

nia, trincheira anti-russa. É preciso trabalhar de imediato o Brasil...’’⁸⁶. E Ciano não perde tempo; a partir de 8 de novembro, convoca o embaixador Guerra Duval e o põe, a par de seus projetos. Este não se empenha além das medidas e informa o Itamarati⁸⁷.

Quando a natureza do novo regime brasileiro é conhecida, a 11 de novembro, Ciano se apressa a confirmar o convite ao Brasil, pois “ele tem seu lugar no sistema de Estados defensores da ordem e da civilização’’⁸⁸.

A iniciativa italiana é seguida, a 19 de novembro, pela da Alemanha, que, segundo uma recomendação do Referat Deutschland⁸⁹, deve esforçar-se para “provocar a adesão do Brasil e de outros países da América do Sul ao pacto germano-italo-japonês na luta contra o bolchevismo’’⁹⁰. Para a Alemanha, deve-se procurar a adesão do Brasil, da Argentina e do Chile (ABC). Conseqüentemente, ao contrário da Itália, que deseja que o pacto permaneça “um pacto de gigantes”, a Alemanha está interessada também na adesão chilena e argentina. Pois, é nesses três países da América do Sul que se encontra uma importante colônia alemã.

Qual é a reação das autoridades governamentais brasileiras às iniciativas italo-alemãs? A embaixada alemã no Rio de Janeiro constata, já a 16 de novembro que o Brasil “se absterá de participar do pacto tripartite, pois não quer deteriorar ainda mais suas relações com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha” e prefere continuar a “combater o comunismo no interior de suas fronteiras’’⁹¹. A análise da embaixada alemã é justa, pois, a partir de 13 de novembro, Moniz de Aragão declara ao embaixador italiano em Berlim que, tendo em vista sua situação interior e as pressões exteriores — exercidas sobretudo pelos Estados Unidos da América —, o Brasil não “poderá aderir ao Pacto anti-Komintern antes de algum tempo’’⁹². Na realidade, essa adesão jamais ocorrerá, pois se manifestaram oposições muito fortes, entre as quais a de Osvaldo Aranha, que ameaça renunciar a seu cargo caso o governo aderisse ao pacto⁹³.

(86) CIANO, G., *Journal...*, *op. cit.*, p. 60.

(87) Relatório reservado de 8 de novembro de 1937 enviado por Guerra Duval ao Itamarati, AB, doc. n.º 458.

(88) Declaração de Ciano a Guerra Duval in AI, dossiê n.º 15, doc. n.º 1881 R/195, de 12 de novembro de 1937.

(89) O *Referat Deutschland* é o órgão de ligação entre as Relações Exteriores e outros Departamentos governamentais, bem como organismos do partido. Sua atividade envolvia as questões de política racial, anti-komintern e antibolchevique. Nessa época, estava sob a direção do chefe do protocolo, Bulow-Schwante. Cf. ASW, *Amérique Latine*, cap. IX, doc. n.º 438, p. 45.

(90) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 438, p. 45.

(91) DGFP, v. V, Series D, doc. n.º 6939/E 518366-68.

(92) AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 5579/1890, de 13 de novembro de 1937.

(93) Observemos que, para além das ameaças de Osvaldo Aranha, é preciso considerar as pressões exercidas por Washington sobre o EN. Ver também LIPSKI, J., *Diplomat...*, *op. cit.*, p. 316, e JACOBSEN, A.-A., *Nationalsozialistische...*, *op. cit.*, p. 558 e nota 173.

É plausível que vários membros do governo Vargas, em particular os responsáveis militares e os partidários da tendência totalitária, sintam-se tentados pelo convite ítalo-alemão, na medida em que o grande, mas fraco, Brasil faria parte de uma associação com grandes potências, o que não deixaria de dar um certo prestígio ao Estado Novo. Nada disso ocorre e o governo varguista decide, em virtude das oposições que se manifestam nos planos interno e internacional, limitar a propaganda ideológica do novo regime.

CAPÍTULO II

O ROMPIMENTO COM O EIXO (NOVEMBRO DE 1937-OUTUBRO DE 1938)

a) Introdução

O período que se inicia com o *putsch* varguista de novembro de 1937 é fundamental para a compreensão das relações entre o Brasil, a Alemanha, a Itália e os Estados Unidos, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Trata-se de uma fase rica em peripécias, devidas em grande parte à diplomacia secreta e paralela desenvolvida pelos diferentes atores. A documentação utilizada, em sua maioria inédita, dá um esclarecimento sobre a intensa atividade italo-alemã no Brasil durante os primeiros meses do ano de 1938. Em compensação, essa documentação é falha em muitos pontos sobre as reações brasileiras frente às iniciativas alemãs e italianas. A natureza secreta dos contatos, e a diplomacia oral praticada pelo Rio de Janeiro, explicam em parte essa lacuna. O que não impede que a razão mais importante da relativa pobreza da documentação brasileira se deve ao fato de que o Brasil antes sofre, do que desenvolve, uma política externa.

A esperança que o golpe de novembro de 1937 fez nascer em Roma e em Berlim logo foi desfeita. Antes de tudo, ocorre a não participação de elementos integralistas no novo governo e, a seguir, há a recusa do Rio de Janeiro em qualquer tentativa de fazer do Brasil o quarto signatário do pacto anti-Komintern. Trata-se agora, para as duas capitais, de tirar as conclusões que se impõem e rever sua tática e suas alianças no Brasil. Segundo essa ótica, a situação de Berlim é mais confortável, pois a Alemanha não está ligada à AIB por qualquer compromisso e pode, assim, aproximar-se livremente de Vargas. A diplomacia do III Reich demonstra, logo após o golpe, uma espantosa capacidade de adaptação. Para ela, não há que lastimar o lamentável destino do integralismo. A AIB é perdedora e, mesmo levando em consideração que uma vitória integralista em novembro teria sido o presságio de melhores relações germano-brasileiras, a Alemanha, no entanto, decide colaborar com o EN.

Berlim está consciente da fragilidade de seus vínculos com o Brasil, o que implica concessões e compromissos; mas a diplomacia alemã espera

que, quando da nomeação de um novo ministro das Relações Exteriores do EN, ela poderá consolidar sua posição no Rio de Janeiro⁹⁴.

A posição da diplomacia italiana no Brasil é desconfortável logo depois do *putsch* varguista. Os vínculos estabelecidos nos últimos meses com os integralistas, comprometem o futuro das atividades italianas no Brasil. Que fazer? Manter o contato com a AIB, correndo o risco de desagradar Vargas ou, ao contrário, romper com a AIB e aproximar-se dos vencedores de novembro de 1937?

O balanço que os responsáveis do palácio Chigi se apressam a fazer de suas relações com a AIB é negativo. Como consequência, Roma começa, progressivamente, a rever as relações especiais que ela mantém com o Integralismo e esboça, a exemplo de Berlim, uma aproximação com o EN.

b) A crise ítalo-integralista

Depois da fase ascendente experimentada pelas relações ítalo-integralistas, ao longo do ano de 1937, surge uma crise no momento do *putsch* que provocará em breve a ruptura entre o movimento de tipo fascista brasileiro e Roma. Os primeiros sintomas dessa crise já são perceptíveis em outubro de 1937, quando a diplomacia italiana questiona a personalidade de Plínio Salgado e pergunta se não seria finalmente preferível apoiar o Brasil oficial, isto é, Vargas. Quando este realiza seu golpe e adota uma Constituição de inspiração fascista, colocando assim o Brasil no campo dos países totalitários, a Itália decide apoiá-lo⁹⁵.

A primeira idéia que ocorre ao espírito da diplomacia italiana é fazer com que Vargas abrace publicamente a causa integralista, fazendo da AIB o partido governamental, pois o novo regime “não pode apoiar-se unicamente no Exército e tem necessidade de um grande partido civil”⁹⁶. Mas Vargas não entende as coisas desse modo e, quando faz sua proclamação à Nação, no dia 10 de novembro, em momento algum faz referência à AIB.

(94) A embaixada alemã no Rio de Janeiro exprime o desejo de que o ministro das Relações Exteriores do Brasil seja definitivamente designado (o ministro atual, Pimentel Brandão, é interino) para poder então consolidar sua posição. Ela não tem dúvidas de que o próximo ministro, que assumirá em 15 de março de 1938, será um pró-americano declarado. DDA, n.º 1, doc. n.º 16555/37 de 1.º de dezembro de 1937. Em seu desejo de aproximação, a Alemanha não hesita em apoiar as medidas ditatoriais do governo Vargas, mesmo quando estas atingem diretamente a AIB. Assim, quando o EN proíbe todos os partidos políticos, em dezembro de 1937, medida que visa antes de tudo à AIB, a embaixada alemã aprova a medida varguista. DDA, n.º 1, doc. n.º Pol. IX 1401, de 7 de dezembro de 1937.

(95) Lojacono declara que “é preciso apoiar e defender o novo regime contra as forças internas e externas que querem afastá-lo de seus objetivos fascistas”. AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 397/198, de 12 de novembro de 1937.

(96) Ibidem.

Essa atitude desencadeia uma crise entre o novo regime, de inspiração fascista-integralista, e o movimento que lhe forneceu sua ideologia.

Dentro dessas condições não é mais possível, para a diplomacia italiana, continuar a fazer seu duplo jogo. Agora trata-se de escolher, pois tanto a AIB quanto Vargas estão inarredáveis em suas posições.

Depois de alguns dias de hesitação, durante os quais Lojacono declara que “os integralistas não disseram sua última palavra”⁹⁷, a diplomacia italiana condena a AIB. Assim, a 25 de novembro, Lojacono declara a Ciano:

“A atitude integralista a 10 de novembro foi deplorável. Enquanto o Exército ocupava a Câmara dos Deputados, não se viu uma única camisa verde [membros da AIB com uniforme] sair às ruas da capital para festejar a vitória de seu movimento. Seu silêncio e sua ausência fizeram crer que os integralistas não participaram da criação do novo regime”⁹⁸.

De resto, Lojacono mantém contato com os principais responsáveis da AIB, e o tema principal de seus debates gira em torno da colaboração com o novo regime. Lojacono é de opinião que essa declaração deve tornar-se efetiva o mais cedo possível: “(...) não é possível lutar contra a nova ordem que é o ideal integralista, nem contra Vargas, em quem repousa a renovação do Brasil. Assim, a única solução que resta (e que de resto está conforme à realidade) é a de declarar que a doutrina do novo Estado Forte marca o triunfo das concepções da AIB e que o grande movimento da juventude integralista traz seu apoio a Vargas. É somente assim que o movimento [AIB] poderá assegurar seu caminho, ainda que não entre de imediato no Governo”⁹⁹.

Apesar das invectivas italianas, a AIB permanece em suas posições e organiza durante o mês de novembro manifestações de rua paralelas às organizadas pelo novo regime. Essa situação só pode tornar ainda mais tensas as relações entre a AIB e Vargas. Lojacono observa então que a “situação dos integralistas, em vez de melhorar, tornou-se ainda mais grave”¹⁰⁰.

A ruptura entre Vargas e a AIB é consumada com a interdição de todos os partidos políticos decretada em novembro de 1937. Essa interdição que atinge, de resto, a seção nacional do NSDAP, é um golpe fatal contra as aspirações da AIB, que se vê obrigada a desaparecer ou a passar para a clandestinidade. Nessa ocasião, Plínio Salgado consulta Lojacono. Este vê que a única possibilidade que resta para a AIB é o acordo, e incentiva Salgado a aceitar o ministério da Educação, “cargo de manobra para a

(97) AI, dossiê n° 16, doc. n° 2897/797.

(98) AI, dossiê n° 16, tel. n° 205.

(99) Ibidem.

(100) AI, dossiê n° 16, doc. n° 209, de 30 de novembro de 1937.

criação da nova alma brasileira”¹⁰¹. Mas este recusa e declara que há, dentro da AIB, certas personalidades, como Gustavo Barroso, prontas a “passar à oposição armada ao regime varguista”¹⁰². No momento a AIB conserva, segundo Lojacono, sua atitude “de heroísmo passivo” e seu chefe nacional adquire uma aparência de “apóstolo” das causas perdidas, mais do que a de um “chefe heróico”¹⁰³.

Tendo em vista o pouco caso que os integralistas fazem dos conselhos recebidos da embaixada italiana, Ciano pergunta a Lojacono, em 8 de janeiro, se não é desejável “suspender a subvenção financeira” concedida até o momento à AIB¹⁰⁴. Este não tem um momento de hesitação e informa a Roma que “nas condições atuais nossa subvenção deve ser suspensa”¹⁰⁵. A cooperação italo-integralista acaba, portanto, no início de 1938, de uma maneira pouco satisfatória para as duas partes.

Dentro da AIB, assistimos a uma radicalização das posições, e a luta armada contra Vargas torna-se progressivamente o objetivo fundamental dos perdedores de novembro. Trata-se agora de se preparar militarmente e desencadear um revolta armada antivarguista. Esta ocorrerá em maio de 1938 e seu fracasso significará o fim de todo o movimento do tipo fascista organizado no Brasil, bem como a morte ou o exílio dos principais dirigentes da AIB.

Para a Itália, importa agora manter um contato informal e não comprometedor com o integralismo e aproximar-se de Vargas. Isso lhe será útil, pois o novo regime lança, em dezembro de 1937, uma campanha nacionalista que não poupará os interesses italianos e alemães no Brasil.

c) O despertar do nacionalismo brasileiro

Quando o Rio de Janeiro tenta, em julho de 1936, convencer Berlim da necessidade de um acordo quanto à questão das competências nacionais,

(101) AI, dossiê nº 16, doc. nº 3092/832, de 7 de dezembro de 1937.

(102) Ibidem.

(103) Ibidem.

(104) AI, dossiê nº 16, doc. nº 287/4, de 8 de janeiro de 1938.

(105) AI, dossiê nº 16, doc. nº 6, de 8 de janeiro de 1938. Apresenta-se aqui oportunidade para sublinhar um fato pouco conhecido pela historiografia brasileira. Trata-se da decisão formal da “Câmara dos Quarenta” — órgão supremo da AIB — de colaborar com o Estado Novo por intermédio de seu representante mais prestigioso, a saber, Plínio Salgado. Conseqüentemente, apesar de sua dissolução enquanto movimento político, a AIB ainda tem a possibilidade de se reunir clandestinamente. Por ocasião dessa importante reunião, ela decide colaborar com o EN e espera que Plínio Salgado seja designado para ocupar “uma função” no governo Vargas (cf. *O Jornal* de 28 de janeiro de 1938). Os conselhos dados pela embaixada italiana produzem finalmente seus frutos. Todavia, para os integralistas já é muito tarde, pois Getúlio Vargas doravante sente-se suficientemente forte para poder dispensar a incômoda AIB. Ver também o *Correio do Povo* de 29 de janeiro de 1938.

relativas aos indivíduos considerados como alemães pela legislação alemã e como brasileiros segundo as leis brasileiras, há uma recusa por parte das autoridades do III Reich. Como consequência, chega-se ao nascimento do Estado Novo sem que qualquer medida legal seja tomada para limitar a crescente atuação nazista sobre os brasileiros de origem alemã do sul do país.

A questão criada pelas minorias torna-se, no fim de 1937, um problema-chave para o novo governo, apesar de não ser sequer mencionado no programa governamental. A orientação nacionalista assumida pelo governo Vargas a respeito das minorias é, conseqüentemente, resultado devido menos ao chefe de Estado que a alguns de seus ministros e pelos responsáveis regionais pelo Departamento da Ordem Política e Social, do Exército, além dos responsáveis pelos governos dos estados da Federação. Estes mencionam, em vários documentos, a importância da questão para a unidade e a independência nacional, e propõem como solução a assimilação forçada das minorias, bem como a interrupção das atividades de organizações políticas estrangeiras em solo brasileiro¹⁰⁶.

Nesse sentido, a primeira medida tomada, que no entanto em sua origem não visava as organizações estrangeiras, é a proibição dos partidos políticos em dezembro de 1937¹⁰⁷.

A chegada de Osvaldo Aranha ao ministério das Relações Exteriores, em março de 1938, reforça a tendência nacionalista e antitotalitária do novo governo. A partir desse momento, várias medidas legais são adotadas

(106) Entre esses documentos, há o relatório do comandante do Terceiro Exército (Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), general Manuel Cerqueira Daltro Filho, enviado ao ministro da Guerra, Gaspar Dutra, em 3 de novembro de 1937 (AGV, doc. n.º 1937.11.03/3 XXXVIII-2b), bem como os relatórios redigidos pelo DOPS e tomados públicos em 1943: KUHENE, J., *Colonização alemã no Brasil* e do mesmo autor, *O Integralismo nazi-fascista em Santa Catarina*, LARA RIBAS, A., *O Nazismo em Santa Catarina*, e SILVA PY, A., *A 5ª Coluna no Brasil*, *op. cit.*

Um dos responsáveis mais importantes pelas medidas nacionalistas, a nível local, no sul do país, é o secretário da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, J. P. Coelho de Sousa. Ele trabalha em conjunto com o comandante do III Exército e desenvolve uma campanha contra a infiltração nazista nos meios teuto-brasileiros. Coelho de Souza deixou várias publicações onde trata dos problemas ligados à imigração alemã no sul do país. Entre estas, assinalemos a importância de *Caminhada*, reeditado pela Livraria Sulina (Porto Alegre, 1969) e principalmente *Denúncia*, onde o autor retoma uma conferência pronunciada em novembro de 1941 na Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro: Foi publicada por Thurmann em Porto Alegre, em 1942, e trata mais especificamente do "nazismo nas escolas do Rio Grande do Sul". Ver também *Conflito de culturas*, *op. cit.*

(107) Para a escalada das medidas nacionalistas, ver os jornais da época, em particular o *Correio do Povo* em 21 de dezembro de 1937 ("interdição das atividades nazistas no Estado do Rio Grande do Sul"), de 29 de janeiro de 1938 (fechamento de um "centro nazista" de Petrópolis que preparava um golpe, em ligação com elementos integralistas) e de 22 de março de 1938 (dissolução das "sociedades políticas alemãs" no Brasil).

visando à assimilação imediata das minorias estrangeiras e principalmente dos descendentes germânicos. Entre essas medidas, as mais importantes são os seguintes: pelo Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, fica proibido aos estrangeiros exercer atividades políticas¹⁰⁸. Eles “não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país” (art. I).

O artigo segundo, do Decreto-lei 383 proíbe especialmente aos estrangeiros:

1. “Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre seus compatriotas, das idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem”.
4. “Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer que seja o número de participantes...”
5. “Manter jornais, revistas ou outras publicações, estampa, artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas, fazer conferências, discursos, alocações...”

O artigo 3 reconhece aos estrangeiros o direito de se reunirem com “fins culturais, beneficentes ou de assistência”, bem como para comemorar as “datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica”. Mas essas associações não podem de modo algum “receber subvenções, contribuições ou auxílios de governos estrangeiros” (alínea 1, do artigo três).

Finalmente, o artigo 5 proíbe aos brasileiros “natos ou naturalizados, e ainda que sejam filhos de estrangeiros”, de fazer parte das organizações criadas em virtude do artigo 3.

A 4 de maio, o governo Vargas, pelo decreto-lei nº 406, reforça ainda mais as disposições anti-estrangeiras, regulamentando sua entrada no Brasil¹⁰⁹.

No caso de ocorrer no Brasil uma tentativa de alteração da ordem social e política com a ajuda do estrangeiro, as penas de que são passíveis, assim como seus cúmplices brasileiros, são muito duras¹¹⁰. Esses últimos incorrem na pena capital se tentam “submeter o território da Nação, ou parte dele à soberania de Estado estrangeiro” (art. 2, al. 1) ou se atentam, “com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional contra a unidade da Nação, procurando desmembrar o terri-

(108) O texto integral do decreto-lei encontra-se in *Diário Oficial* de 19 de abril de 1938, pp. 7357-9.

(109) *Diário Oficial*, de 6 de maio de 1938, pp. 8494-7.

(110) MTIC, *Boletim*, julho de 1938, nº 47, pp. 100-10.

tório sujeito à sua soberania (art. 2, al. 2) ou, enfim, se atentam “contra a vida, a incolumidade ou a liberdade do presidente da República” (art. 2, al. 9). Segue-se uma longa lista das penas sofridas pelos acusados. Se são estrangeiros, sua situação é ainda mais grave (art. 18).

Prosseguindo em seu impulso, o governo Vargas adota, em agosto de 1938, medidas restritivas para limitar a entrada de estrangeiros no país¹¹¹. O elemento mais importante nesse novo decreto-lei é que ele introduz, pela primeira vez, na legislação de imigração brasileira, um estrito sistema de quota. A quota é calculada país por país, e representa 2% do número de imigrados de cada país que entram no Brasil entre 1884 e 1933¹¹². Esse sistema tende a favorecer os países de imigração recente, como o Japão e a Itália, em detrimento daqueles que forneceram, durante o século XIX, o maior número de imigrantes, como a Alemanha. A última medida capital anti-estrangeira tem como objetivo o estabelecimento de um conjunto de leis destinadas a tornar possível a assimilação do estrangeiro; trata-se da nacionalização do ensino.

O que é digno de nota quanto ao decreto adotado em novembro de 1938¹¹³, é que ele chega muito tarde. As medidas práticas de nacionalização do ensino primário — como o caráter obrigatório da utilização da língua portuguesa, o fato de que o corpo docente deve ser brasileiro, a suspensão das subvenções concedidas pelo estrangeiro, etc. — já foram colocadas em aplicação muito antes de o decreto 868 ter sido adotado.

No caso do Estado do Rio Grande do Sul — e a mesma situação prevalece em outro centro importante de imigração, o Estado de Santa Catarina —, constata-se que o governo central vem apenas ratificar uma situação de fato. O Estado do Rio Grande do Sul é então governado pelo coronel Cordeiro de Farias, que, de acordo com Coelho de Souza, toma uma série de medidas visando a limitar a influência nazista nas escolas particulares e públicas do estado e, de uma maneira mais geral, a utilização do alemão nos estabelecimentos escolares. O Estado do Rio Grande do Sul conta, em 1940, com cerca de 615 000 teuto-brasileiros, portanto, mais da metade do total dos descendentes alemães estabelecidos no Brasil. Se de um lado ocupam, grosso modo, $\frac{1}{3}$ das terras do estado, de outro representam apenas 20% de sua população¹¹⁴.

(111) Decreto-lei nº 639, de 20 de agosto de 1938, in *Diário Oficial*, de 22 de agosto de 1938, pp. 16 791-896.

(112) Para o quadro completo da quota ver *ibidem*, p. 16 896.

(113) O art. 2, al. b, determina o objetivo primeiro desse decreto-lei, a saber, “a nacionalização integral do ensino primário em todos os núcleos de população de origem estrangeira”, in *Diário Oficial* de 21 de novembro de 1938.

(114) Esses dados são extralidos do estudo extremamente detalhado e interessante sobre a colonização alemã no Estado do Rio Grande do Sul, feito por ROCHE, J., *A colonização...*, *op. cit.*, p. 175.

O conjunto da colônia de origem alemã foi conquistada pelas idéias nacionais-socialistas e representam um perigo imediato e grave para a unidade e a independência do Brasil? Aqui é preciso fazer uma distinção muito nítida entre as atitudes dentro da colônia alemã, podendo recorrer-se quanto a esse aspecto à análise de Coelho de Souza. De modo geral, constata-se a existência de três grupos distintos dentro da colônia alemã: primeiro, um grupo que deseja a incorporação imediata à nacionalidade brasileira. Sua vontade de assimilação é tal que ele já ignora a língua de origem. Um segundo grupo é formado pelos “tradicionalistas”, que representam a maioria da colônia. Mantêm vivos a língua, as artes e os hábitos germânicos. São católicos e protestantes em sua totalidade, e as idéias nacionais-socialistas não conseguiram atraí-los. Independentemente de qualquer ideal político, mantêm suas tradições unicamente “por motivos de ordem espiritual”¹¹⁵. Enfim, o terceiro grupo, o mais restrito numericamente, e o mais ativo, mantém contatos estreitos com as autoridades diplomáticas e políticas alemãs no Brasil. Esse grupo aderiu às idéias nacionais-socialistas e, segundo Coelho de Souza, está organizado como “quinta coluna”. A liberdade dos emigrados nazistas é bastante grande, pois eles se permitem tomar medidas de represália contra os teuto-brasileiros que não seguem o seu ideal¹¹⁶.

Nessas circunstâncias, é natural que as autoridades locais — as que se defrontam quotidianamente com a liberdade absoluta dos “tradicionalistas”, mas também com a ação dos grupos manipulados pelo nazismo — tomem as primeiras medidas para fazer frente a essas atividades antibrasileiras¹¹⁷. Oficialmente, essas medidas devem aplicar-se a todas as minorias

(115) COELHO DE SOUZA, J. P., *Denúncia, op. cit.*, p. 18.

(116) *Ibidem*, p. 46.

(117) Além da prática através da qual o nacional-socialismo tenta tornar cada vez mais marcante sua influência junto aos alemães residentes no Brasil e junto à grande massa dos brasileiros de origem alemã, existe também uma tentativa de explicação ideológica da posição da Alemanha diante do sentimento nacional brasileiro. Esse esforço, que visa a fazer com que o Brasil aceite a ingerência de Berlim nas questões internas brasileiras, é realizado pelo “Círculo Teuto-Brasileiro do Trabalho”, fundado em 1935 por um grupo de teuto-brasileiros. Os membros do círculo viajam freqüentemente à Alemanha e um de seus diretores — Karl-Henrich Hunsche — cidadão brasileiro, publica, em 1938, em Stuttgart (Verlag von W. Kohlhammer) um livro significativo a esse respeito com o título *Der brasilianische Integralismus* (“O Integralismo brasileiro”), *op. cit.*, onde o autor não somente apresenta o movimento integralista ao público alemão, mas também faz a apologia da “doutrina do Teuto-brasilianismo”. Ao mesmo tempo o autor passa no crivo o conceito de “brasilidade”. Para Hunsche, trata-se de esvaziar de seu sentido o conceito de brasilidade e assim as “minorias” estabelecidas no Brasil — em particular a minoria germânica — poderão reivindicar uma cultura própria, uma língua própria e talvez — quem sabe —, ainda que o autor não o diga expressamente, um Estado próprio. O mais ridículo na obra de Hunsche é que ele contradiz a doutrina integralista — e seu livro só foi escrito com esse objetivo! — pois a doutrina integralista sobre a nacionalidade é contrária a qualquer concessão no que diz respeito à brasilidade. Hunsche assimila o conceito

estrangeiras. Compreende-se que essa política, que atinge os interesses italianos e alemães, não tenha deixado esses dois países indiferentes. Mas se a reação italiana é discreta e circunstancial, Berlim em compensação adotará uma atitude de intransigência que provocará uma grave crise germano-brasileira nos meses seguintes.

d) A campanha nacionalista e a reação de Berlim

O interventor no Estado do Rio Grande do Sul, até janeiro de 1938, general Daltro Filho, está convencido que, tendo em vista a situação dos alemães e de seus descendentes no sul do país, esse problema exige uma solução muito rápida. É preciso, segundo ele, eliminar imediatamente as escolas primárias que dão aulas livremente em língua alemã¹¹⁸. Assim, a partir de dezembro de 1937, medidas antialemãs são tomadas nos estados

de brasilidade ao de "italianita", que, segundo ele, pode traduzir-se pela expressão alemã "Volkstum". Ora, segundo o autor, o "Volkstum" implica a existência de uma etnia e esta só existe pela realidade de um povo. O Brasil é uma terra de imigração por excelência, o que prova, segundo Hunsche, a impossibilidade da existência de um sentimento nacional no país. O autor só reconhece a existência de uma população no Brasil, o que difere sensivelmente do sentido atribuído à expressão "povo" na Europa. Sem querer entrar nesse tipo de discussão, observemos apenas a existência de um anteparo ideológico que deve justificar as atuações nazistas no sul do país. É significativo a esse respeito que o autor não seja designado, na apresentação da obra, como sendo brasileiro originário, mas apenas pela designação "aus Sudbrasilien", como se existisse — a exemplo da Coréia do Sul atual — um "Brasil do Sul" na época! Ver também os comentários de COELHO DE SOUZA, J. P., in *Conflito de culturas* (pp. 21 e s.) e do mesmo autor, *Denúncia* (pp. 59-66), onde o antigo secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Sul retoma, de maneira crítica, as idéias expostas por Hunsche. Observe-mos, por fim, que a obra de Hunsche jamais foi publicada no Brasil.

(118) AGV, doc. n.º 1937.11.03/3 XXVIII — 2 b, de 3 de novembro de 1937. O general Daltro Filho é uma das figuras de maior destaque do regime varguista. Revolucionário da primeira hora, ele comanda um destacamento na Revolução de 30 e recebe então sua patente de general. Na revolta de São Paulo, em 1932, é a ele que cabe o encargo de "pacificar" a vida desse estado enquanto interventor do governo central. Depois de ter comandado várias regiões militares do país, ele assume o III Exército, onde começa a aplicar, de acordo com as autoridades políticas, administrativas e policiais regionais, medidas nacionalistas durante o ano de 1937. Em outubro desse mesmo ano, é nomeado por Getúlio Vargas interventor no Estado do Rio Grande do Sul. Tem então carta branca para desenvolver a política nacionalista no Estado da Federação onde esses problemas se apresentam com mais intensidade. O general Daltro Filho não permanecerá muito tempo nesse posto, pois morre em janeiro de 1938, vítima de uma doença. Seu sucessor é designado em março de 1938. Trata-se de um outro ilustre representante do regime, o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, que vai seguir o caminho traçado por Daltro Filho, no que diz respeito à campanha nacionalista, no Estado do Rio Grande do Sul. Para maiores detalhes sobre a biografia política desses dois personagens, ver *Correio do Povo* de 20 e 22 de janeiro, bem como de 10 de março de 1938.

do Paraná e de Santa Catarina, onde a autoridade militar impõe algumas condições para permitir o funcionamento normal das escolas¹¹⁹.

Sob a conduta do coronel Cordeiro de Farias, substituto de Daltro Filho no Estado do Rio Grande do Sul, e das autoridades policiais do Departamento da Ordem Política e Social (DOPS) nos dois outros estados, a ação nacionalista continua, no início do ano de 1938, no sul do país. A próxima etapa é a que consiste em entravar a ação da seção brasileira do NSDAP.

A atitude brasileira é ditada unicamente por razões de política interna, ou as tensões internacionais, em particular na Europa, desempenham um papel na política nacionalista do Rio de Janeiro?

A campanha nacionalista desenvolvida pelas autoridades governamentais brasileiras inscreve-se no contexto da expansão alemã e da formação do Grande Reich. Já em 5 de novembro de 1937, em uma conferência secreta com seus colaboradores, Hitler reclama o direito ao “espaço vital”. Fica claro que este, primeiramente, só poderá ser ampliado em detrimento dos vizinhos da Alemanha que abrigam uma população germânica. Trata-se do caso da Áustria e da Tchecoslováquia. A 13 de março de 1938, Berlim “une” (“Anschluss”) a Áustria ao III Reich e a 30 de setembro do mesmo ano anexa a região dos Sudetos, em detrimento da Tchecoslováquia.

Nessas circunstâncias, as autoridades brasileiras não podem mostrar-se indiferentes, e a coloração nacionalista do EN leva-o a relativizar seu caráter ideológico. O dogmatismo oficial revela-se apenas o resultado curioso do mimetismo de uns, e do oportunismo de outros. A realidade profunda da vida política nacional triunfou e os aspectos ideológicos do EN surgem como aquilo que sempre foram: o anteparo para a ambição de um homem de poder.

A embaixada alemã no Rio de Janeiro, e as autoridades governamentais em Berlim, reagem à campanha nacionalista brasileira de maneira extremamente vigorosa. Progressivamente, os responsáveis pela Wilhemstrasse e em particular o embaixador Karl Ritter, chegarão a abandonar os usos e a linguagem diplomáticos para empregar termos cada vez mais duros.

A partir do momento em que se procura prejudicar a ação do NSDAP, a embaixada alemã, através de Ritter, levanta-se com vigor em dezembro de 1937 contra “a agressão que sofrem as organizações alemãs”¹²⁰.

Esses protestos alemães marcam o início de uma longa série de queixas expressas, ora por Ritter ao Itamarati, ora pela Wilhemstrasse a Moniz de

(119) Cf. as medidas brasileiras relatadas pela embaixada alemã in DDA, nº 1, doc. nº E 518365, de 7 de dezembro de 1937.

(120) Ibidem, doc. nº 128, de 22 de dezembro de 1937.



Osvaldo Cordeiro de Farias Interventor no Rio Grande do Sul.

Aragão, a respeito das perseguições de que são objeto o elemento alemão no sul do país¹²¹.

Apesar das advertências e dos protestos da Alemanha, a campanha antigermânica continua nos três estados do sul. Ritter relata à Wilhemstrasse, no início de fevereiro de 1938, que as autoridades do Estado do Paraná previram penas de prisão para aqueles que fazem parte de associações que recebem subsídios do estrangeiro, enquanto os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul proibem dar nomes não brasileiros a locais e a escolas¹²².

Diante dessa situação, Ritter pede a Vargas que mande interromper a campanha antialema. O presidente lhe responde que a embaixada alemã deve dirigir-se primeiramente aos órgãos policiais, ao Estado-Maior do Exército e ao Ministério das Relações Exteriores, que são as instituições responsáveis pelos acontecimentos¹²³. Contudo, diante da insistência com que Ritter pede uma audiência, Vargas decide recebê-lo, no dia 25 de fevereiro de 1938.

(121) FRIEDLANDER, S., em sua tese *Le rôle...*, *op. cit.*, pp. 36-7, constata também que o fim do ano de 1937 representa a "derrota da Auslands-Organisation no Brasil".

(122) DDA, nº 1, doc. nº Pol. IX 248, de 9 de fevereiro de 1938.

(123) DDA, nº 1, doc. nº E 518429/30, de 21 de fevereiro de 1938.

A atitude amigável manifestada por Vargas na audiência leva Ritter ao otimismo¹²⁴. “O Partido é a Alemanha” afirma o representante diplomático do Reich, e “todos os ataques que lhe são dirigidos são ataques à própria Alemanha. É preciso que cessem os ataques contra o Partido, pois seus membros são todos cidadãos do III Reich e receberam ordem de não se imiscuírem na política interna brasileira”. Vargas responde que não pode “autorizar o NSDAP, depois de ter dissolvido todos os partidos políticos brasileiros [Decreto-lei de 2 de dezembro de 1937], pois não se pode dar aos estrangeiros o que se recusa a seus nacionais”. O diplomata alemão então parte para a chantagem: condiciona as relações econômicas e comerciais entre os dois países a uma solução positiva da questão do NSDAP. Vargas protesta: “não se deve comprometer uma grande questão com um pequeno problema”. Ritter aproveita o argumento: se Vargas “considera a questão do Partido pouco importante, então não vejo por que o senhor não cede. Pois as relações políticas são fundamentais para a Alemanha. Em compensação, a realização de negócios — mesmo tão consideráveis — não tem qualquer importância ao lado da questão do Partido”. O presidente brasileiro recua em sua posição inicial e declara que “a autorização do partido não está colocada em questão, mas somente a forma que ela tomará”. Ritter vai mais longe e propõe a abertura de negociações para resolver os três problemas que preocupam a embaixada alemã, a saber: 1) a situação dos cidadãos do Reich e dos membros do Partido; 2) a situação dos “germano-brasileiros”; e 3) a questão das escolas alemãs. Vargas dá seu assentimento às conversações e Ritter consegue inclusive obter a promessa de que serão silenciadas as vozes antialemãs e “injuriosas em relação à personalidade do Führer” que aparecem regularmente na imprensa brasileira¹²⁵.

Depois da audiência, Ritter se interroga sobre a franqueza de Vargas e chega à conclusão de que o Rio queria acabar com a campanha antialemã nos três estados do sul, mas não tem os meios para isso, tendo em vista a autonomia das autoridades militares e policiais locais. No entanto, ainda subsiste uma esperança, segundo Ritter, pois Osvaldo Aranha assumirá a direção do Ministério das Relações Exteriores e “prometeu sua ajuda pessoal” a Ritter [sic]¹²⁶.

(124) Para o relatório integral de Ritter a respeito de seu encontro com Vargas, ver DDA, n.º 1, doc. n.º Pol. IX 341, de 3 de março de 1938.

(125) Já há alguns meses, alguns jornais antitotalitários, como o *Diário Carioca*, do Rio de Janeiro, atacam abertamente a Alemanha e sua política européia. Ritter não compreende por que o governo brasileiro não intervém, pois tem meios, a começar pelo DIP, que se ocupa da censura à imprensa. Ver DDA, n.º 4, doc. n.º E 054424/5, e Pol. IX 450, de 21 de março de 1938, bem como o dossiê n.º 4, doc. n.º Pol. IX 451, de 24 de março do mesmo ano. Os arquivos diplomáticos do Itamarati contém também um grande número de documentos relativos às providências alemãs, para que fossem tomadas medidas contra a imprensa brasileira.

(126) DDA, n.º 1, doc. n.º Pol. IX 377, de 10 de março de 1938.

As promessas de negociação feitas por Vargas ficam sem efeito, e o fato de Osvaldo Aranha assumir o Itamarati não tempera em nada a política nacionalista do governo. Ao contrário, pois a sua chegada reforça os sentimentos nacionalistas, e o fechamento das seções do NSDAP prosseguem.

O que mais parece atingir Ritter na campanha antialemã é a atitude dos brasileiros de origem alemã. O diplomata constata, e lamenta, que, “se se chegasse a um ponto crítico em que os alemães do Brasil se encontrassem diante da alternativa cultura brasileira-cultura alemã, eles escolheriam o Brasil. Nossa tarefa, se quisermos salvar o trabalho dessas últimas décadas, é evitar essa situação”¹²⁷. A análise de Ritter vai ao encontro da do secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Coelho de Souza. Quanto a esse ponto fundamental — a atitude dos próprios teuto-brasileiros — o diplomata demonstra perspicácia e distingue por sua vez uma minoria muito atuante, adepta das idéias nacionais-socialistas, e uma grande maioria de teuto-brasileiros — seja “tradicionalistas”, seja integrados — que se recusam a se tornar adeptos.

A posição da grande maioria dos brasileiros de origem alemã deixa a diplomacia do III Reich em uma situação delicada. Com efeito, Berlim deve tentar maximizar seu poder de negociação com as autoridades brasileiras, evitando ao mesmo tempo levar muito longe suas reivindicações, pois isso significaria uma ruptura com o Rio de Janeiro e a perda de todas as vantagens adquiridas no passado. De acordo com a boa lógica, os diplomatas alemães deverão, portanto, forçosamente, negociar, compor. Ora, Berlim recupera, durante esse primeiro semestre de 1938, todo seu antigo prestígio na Europa, em especial na região danubiana e balcânica, onde as idéias nacionais-socialistas aliadas a uma penetração econômica, fazem da Alemanha o Estado mais influente da região. Como fazer para que uma diplomacia já naturalmente pouco inclinada às concessões possa aceitar a idéia de que é preciso compor com um país fraco e marginal como o Brasil?

A Alemanha jamais poderá sair do dilema em que se encontra em relação ao Brasil. Ao mesmo tempo que estão conscientes da necessidade de negociar, os responsáveis diplomáticos do III Reich se comportam de uma maneira imperialista e agressiva. Isso compromete o conjunto da política alemã em relação à América do Sul e em particular aos países do ABC, que contam com uma grande colônia alemã.

Em fins de março de 1938, Ritter, tendo perdido todas as suas ilusões quanto à inocência das autoridades federais e, em particular, de Vargas, envia um longo relatório a Berlim, onde faz um balanço da situação¹²⁸.

(127) DDA, n.º 1, doc. n.º Pol. IX 341, de 3 de março de 1938.

(128) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 441, pp. 50-3. *

Nesse relatório, ele explica com grande dificuldade as “(...) razões que levaram o governo brasileiro a desenvolver, nos dois meses que acabam de transcorrer, uma campanha contra o elemento alemão no Brasil, tanto no que diz respeito aos cidadãos alemães e suas organizações quanto aos cidadãos brasileiros de origem alemã. Não falo dos artigos que aparecem constantemente em uma parte da imprensa brasileira, artigos odiosos contra o regime atual da Alemanha, que provêm sobretudo de judeus, de emigrados, de eclesiásticos católicos exaltados, de alemães mantidos à margem e irritados, e recentemente também de austríacos. A acolhida que lhes é dada em certos jornais brasileiros prova simplesmente a venalidade desses jornais... Gostaria sobretudo de falar aqui do fato de que o próprio governo federal, bem como vários governos estaduais, não somente permitem ou toleram que uma campanha da imprensa seja dirigida contra a NSDAP, contra certos membros do Partido, contra as escolas alemãs, etc., mas também que eles a aprovam. Depois de várias conversas que tive com o presidente, os ministros interessados, os militares e os chefes da polícia, adquiri agora a convicção de que essas coisas não ocorrem fortuitamente, nem, de algum modo, em consequência da incapacidade do governo ou da administração. A questão alemã constitui, ao contrário, o tema de discussões constantes e aprofundadas com os governadores-gerais e secretários de Estado dos três estados do sul... O presidente Vargas, embora sua posição seja atualmente combatida e mesmo bastante diminuída [alusão à oposição feita pela ex-AIB], é ainda bastante forte para impedir a luta contra o elemento alemão, caso ele o queira seriamente. E se ele não faz isso, quais são então suas razões?”

Depois de ter excluído a existência de uma “antipatia pessoal contra a Alemanha e os alemães”, Ritter chega à conclusão de que a negligência do presidente explica-se pelo fato de “que ele está obcecado pela idéia de eliminar as diferenças étnicas que existem na população brasileira e criar uma raça brasileira homogênea, com uma única língua e uma única cultura”.

Outros fatores são mencionados por Ritter para explicar a campanha antialemã; entre estes, ressaltam-se “a grande dependência política [do presidente] em relação aos Estados Unidos. Enquanto os Estados Unidos no ano anterior combateram a Alemanha principalmente no plano econômico e comercial, agora deslocaram e ampliaram seu campo de ação, e no momento sua oposição à Alemanha se manifesta sobretudo no plano político”.

Em seu longo relatório, Ritter aborda a questão da rivalidade argentino-brasileira para constatar que Buenos Aires tem uma situação militar muito vantajosa em relação ao Rio de Janeiro. Aproveitando essa ocasião, Ritter insere uma análise estratégica da situação brasileira, como se fosse previsível a curto prazo uma guerra argentino-brasileira. Ora, as relações argentino-brasileiras são, nesse momento, corretas e mesmo bastante boas,

não existindo qualquer ponto de atrito capaz de provocar uma crise e menos ainda uma guerra entre os dois países. Então por que o embaixador Ritter menciona com tantos detalhes “a inexistência de uma ligação ferroviária” entre o centro industrial do país e os três estados do sul? Por que Ritter julga importante observar que somente os Estados Unidos seriam capazes de restabelecer a ligação entre estes estados do Sul, “com sua forte população de origem alemã”, e o resto do país, no caso de um ataque argentino? A única explicação plausível — que a seguir será confirmada — é que Ritter já tem um plano de desmembramento do Brasil. Trata-se de uma questão extremamente grave que já foi levantada pelo embaixador alemão no início de março de 1938, quando ele exprime a opinião de Fritz Plugge, cidadão alemão, membro do NSDAP, residente no Brasil, que aconselha Berlim a “separar os três estados do sul do resto do Brasil”¹²⁹. É verdade que Ritter expressa nesse momento uma opinião contrária, mas a partir de então a idéia do desmembramento desenvolveu-se.

À guisa de conclusão para seu relatório, Ritter afirma “que em todo caso é certo que, a despeito de certas simpatias pessoais pelo elemento alemão por parte do presidente, de alguns militares e ministros influentes, estes se opõem a tudo o que é alemão, como a qualquer atividade alemã. Considero também que esse estado de espírito não é apenas temporário, mas que devemos considerá-lo permanente. Estou portanto muito cético quanto ao resultado de meus esforços atuais para eliminar a disputa relativa à interdição da NSDAP nos estados do sul”.

A análise do embaixador alemão sobre o processo de decisão brasileiro é, grosso modo, exata. Os relatórios sobre as atividades nazistas nos três estados do sul, preparados pelo Exército e pelo Departamento de Ordem Política e Social, fizeram com que o governo brasileiro decidisse agir para cercear a ação da NSDAP. O governo federal pensa que poderá pôr um termo às atividades nazistas ao apelar para a legislação repressora dos estados, sem ter de implicar o governo central na questão. Se isso se mostrar possível, Vargas poderá explicar ao embaixador alemão que as decisões tomadas são da competência exclusiva dos estados da Federação e que o governo central não tem nem os meios, nem a autoridade, de imiscuir-se nas questões de polícia local. Esse prazo permite ao governo central, além do mais, preparar, para o caso de a situação exigir, uma legislação federal em matéria de atividades políticas dos estrangeiros¹³⁰.

A insistência com que Ritter aborda a questão alemã frustra os planos do governo federal e Aranha declara, em uma carta pessoal a Vargas, de 29 de março de 1938, que os esforços para acalmar a fúria nazista não serão

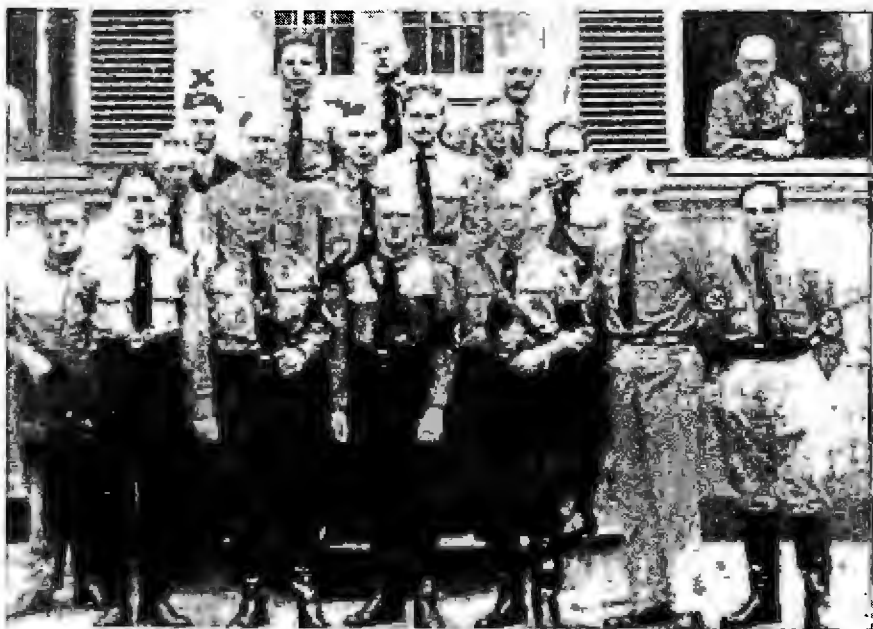
(129) DDA, nº 1, doc. nº Pol. IX 341, de 3 de março de 1938.

(130) AGV, doc. nº 1938.03.29/2 XXIX-40a, de 29 de março de 1938.

suficientes para evitar, dentro de pouco tempo, a solução definitiva do problema¹³¹.

O que ele chama de “a solução definitiva do problema” é a última carta do governo Vargas para fazer com que a embaixada alemã compreenda, de uma vez por todas, que ele se opõe de modo absoluto às atividades da NSDAP no Brasil: as autoridades federais podem promulgar um decreto-lei presidencial que retoma os princípios repressores aplicados pelos três estados do sul. A adoção desse decreto-lei significaria o fim da temporização do governo central e uma defrontação aberta com a embaixada alemã.

Antes que essa importante decisão seja tomada, Aranha julgou de bom alvitre conceder uma audiência ao embaixador Ritter. Essa audiência teve lugar a 27 de março, nos arredores do Rio de Janeiro¹³². Ritter começa por levantar-se contra o tratamento “inadmissível” que os alemães recebem por parte das autoridades brasileiras e qualifica de objetivos “existenciais” do Estado alemão “a proteção das minorias alemãs e a manutenção de um partido organizado nos países estrangeiros”. Aranha aproveita a



Oficiais nazistas em frente a “Casa da Alemanha”. Assinalado Ernst DORSCH, chefe do NSDAP no Rio Grande do Sul.

(131) Ibidem.

(132) AGV, doc. n° 1938.03.29/2 XXIX-41, de 29 de março de 1938.

ocasião que se lhe oferece para mostrar que “entre homens cultos, deve-se compreender um problema e procurar sua solução” fora de qualquer outra consideração. Para o Brasil, como para “qualquer país, é impossível dar ao mesmo tempo garantias e direitos aos representantes diplomáticos e aos representantes dos partidos políticos estrangeiros. Esse fato... só poderia agravar as relações entre os países, pois se concederia um tratamento igual a dois representantes paralelos, um diplomático e outro unicamente do partido”. Prosseguindo seu raciocínio, lembra que Von Cossel acaba de fazer uma declaração a um jornal brasileiro, segundo a qual ele reconhecia ser o “presidente do partido nazista no Brasil”. Ao mesmo tempo, Von Cossel é, segundo os serviços diplomáticos alemães, o adido cultural da embaixada. Essa confusão no espírito e na prática alemã é o exemplo mesmo dos problemas que essa situação cria para o Brasil. Aranha observa a Ritter que o Itamarati não tomou, em virtude de sua boa vontade, qualquer medida contra Von Cossel, e essa situação absurda pode, portanto, continuar. Ritter admite que a diplomacia do III Reich pode “ressentir-se dessa falha”: alguns diplomatas, com efeito, não são membros do partido e fazem parte do antigo pessoal da Wilhemstrasse. É este aliás o caso de Ritter, que não entrou para o partido — como explica Moniz de Aragão — no início da campanha nazista, e cuja entrada tardia não será bem vista pela nova geração que se prepara para ocupar os cargos de responsabilidade¹³³.

Em seguida, Ritter minimiza o papel de Von Cossel, que “controla apenas 3 000 cidadãos do Reich no Brasil”, isto é, os membros do partido, “ao passo que a embaixada tem a responsabilidade da proteção de mais de 100 000 pessoas”.

Para Aranha, o importante é que a embaixada mantenha uma certa distância em relação aos acontecimentos e que não reaja de maneira emocional quando surgirem problemas referentes aos alemães no Brasil. Deve-se observar que, em momento algum da audiência, Ritter evoca o milhão de brasileiros de origem alemã, o que provoca em Aranha um sentimento positivo. O responsável pelo Itamarati promete então a Ritter que “será encontrada pelo Brasil uma solução para as aspirações alemãs, e isso de maneira conciliadora, sem a presença de qualquer espécie de pressão”. Essa solução não poderia demorar, pois o governo brasileiro prepara nesse momento uma legislação que permite resolver de uma vez por todas a questão alemã. Diante de tanta boa vontade, o embaixador alemão se declara inteiramente satisfeito com a audiência e com as explicações fornecidas por Aranha e se coloca à disposição das autoridades brasileiras para “dar sua opinião” sobre a legislação em curso de elaboração, pois está “convencido da sinceridade e da boa vontade do Brasil”¹³⁴.

(133) *Ibidem.*

(134) *Ibidem.*

A aparência de acordo que se depreende da audiência Aranha-Ritter não tem continuidade, pois prossegue a prisão dos responsáveis pelo NSDAP no Brasil¹³⁵ e as reclamações alemãs se tornam progressivamente mais firmes e menos cortes¹³⁶.

Quando o decreto-lei n.º 383 é tornado público, em 18 de abril de 1938, com a proibição rigorosa e definitiva de qualquer atividade política de estrangeiros no Brasil — o que significa o fechamento de todas as seções da NSDAP no conjunto do país e não somente nos três estados do sul, como vinha ocorrendo até então — Ritter se julga enganado por Aranha e Vargas. Levanta-se então contra essa última decisão, que é dirigida contra todos os estrangeiros, mas Ritter sabe perfeitamente “que ela é dirigida em primeiro lugar à NSDAP”¹³⁷. As primeiras medidas de represália imaginadas por Ritter são o desencadeamento de uma campanha da imprensa antibrasileira na Alemanha e o afastamento da vida social de Berlim do embaixador brasileiro Moniz de Aragão¹³⁸.

Passado o momento da primeira reação violenta, Ritter tem de refletir sobre a atitude a adotar diante da radicalização brasileira. Pede então uma audiência com Aranha, para declarar-lhe que o “decreto significa o fim das relações amigáveis germano-brasileiras”¹³⁹. Aranha explica então o objetivo principal do decreto, que é impedir “a existência de uma organização alemã estruturada”, e afirma ainda que “o governo brasileiro tem provas de que existe uma organização hierárquica, com uma central e seções nazistas regionais, e que a atividade da NSDAP escapa inclusive ao controle de Ritter”¹⁴⁰.

A firmeza da posição brasileira convence Ritter de que não se pode resistir ao decreto-lei 383, pois os infratores correm o risco de consequências penais, como a expulsão; além do mais, isso apenas perturbaria ainda mais as relações entre os dois países¹⁴¹. Todavia, teme que a decisão brasileira repercuta e que a NSDAP seja proibida em outros países da América do Sul¹⁴². Ora, como se poderá “sustentar as idéias nacionais-socialistas no

(135) No início de abril são presos os dois principais responsáveis do NSDAP no Estado de Santa Catarina (Otto Schinke) e no do Rio Grande do Sul (Ernst Dorsch), AB, doc. n.º 500,3(81) e doc. n.º 7(81).(42)15.

(136) AB, doc. n.º 5012.

(137) DDA, n.º 4, doc. n.º Pol. IX 593, de 21 de abril de 1938.

(138) Ibidem.

(139) DDA, n.º 4, doc. n.º E 054442-8, de 23 de abril de 1938. A idéia de ruptura entre os dois países é fortalecida pela carta extremamente firme e beirando a impolidez enviada por Ritter a Osvaldo Aranha, em 10 de maio, cf. AB, doc. n.º 500,3(81).

(140) Ibidem.

(141) DDA, n.º 4, doc. n.º Pol. IX 667, de 28 de abril de 1938.

(142) De fato, segundo o embaixador alemão em Santiago do Chile, Schoen, o Chile, bem como o México, correm o risco de seguir o exemplo brasileiro. ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º Pol. IX 490, de 7 de maio de 1938.

Brasil sem o apoio do partido?” Ele não está em condições de responder, mas aconselha à Wilhemstrasse não tomar decisão a longo prazo, pois “é impossível prever a evolução política do Brasil nos seis próximos meses”¹⁴³.

Ritter não quer tomar uma posição radical, que poderia então significar o fim de todas as esperanças nazistas no Brasil. Por outro lado, porém, não pode ficar indiferente ao decreto 383. Passa então em revista as possibilidades de represálias que lhe são oferecidas. Em primeiro lugar, medidas semelhantes contra os brasileiros que se encontram na Alemanha? Impossível, tendo em vista seu pequeno número e a “indiferença do governo brasileiro em relação a eles”. Em seguida, medidas restritivas no plano comercial? “É verdade que o Brasil seria provavelmente mais atingido que a Alemanha, mas os Estados Unidos estariam prontos a ressarcir o Brasil”. Por fim, chamar o embaixador e não indicar ninguém para o cargo até que o partido seja novamente autorizado? “Impossível, pois, nos tempos de crise, o embaixador deve permanecer em seu posto. Esta é a opinião unânime dos membros da embaixada e do NSDAP no Brasil”¹⁴⁴. Restam então, para a Alemanha, duas medidas possíveis: “modificar sensivelmente a atitude da imprensa alemã em relação ao Brasil e tratar com frieza o embaixador brasileiro em Berlim”. Ritter sabe perfeitamente que essas duas contramedidas são inteiramente desproporcionais em relação às tomadas pelo Rio de Janeiro; são, no entanto, as únicas que ele pode aconselhar nesse momento¹⁴⁵.

A deterioração das relações políticas germano-brasileiras não constitui o único aspecto da crise entre os dois países, mesmo que as relações comerciais continuem normalmente e que o Brasil realize uma importante compra de material militar na fábrica Krupp, em março de 1939¹⁴⁶, isso não impede que o futuro das relações comerciais esteja intimamente ligado aos problemas políticos. Desse modo, a 25 de abril de 1938, o Banco do Brasil adota algumas medidas restritivas, como o controle estrito dos produtos comprados na Alemanha, a fim de assegurar-se de que essas compras não adquiram uma importância desmesurada¹⁴⁷. Como essa decisão só atinge as importações provenientes da Alemanha, Berlim se julga prejudicada em seus interesses e protesta junto a Aranha, invocando a cláusula da nação

(143) DDA, n.º 4, doc. n.º Pol. IX 667, de 28 de abril de 1938.

(144) Ibidem.

(145) Ibidem. A campanha de imprensa antibrasileira, que deve ser desencadeada na Alemanha, já apresenta sinais precursores, como o artigo, muito crítico para com a nacionalização do ensino primário no Estado de Santa Catarina, publicado em 22 de abril pelo *Berliner Borsen-Zeitung*.

(146) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 441, de 30 de março de 1938, pp. 52-3, bem como AGV, doc. n.º 1938.03.29/2 XXIX-41.

(147) AB, doc. n.º 821.2(42), de 28 de abril de 1938.

mais favorecida¹⁴⁸. É evidente que a medida tomada pelo Banco do Brasil é uma medida discriminatória e que vai de encontro ao acordo comercial germano-brasileiro de outubro de 1936. Em sua resposta, Aranha limita-se a declarar que o decreto adotado pelo Banco do Brasil visa unicamente a um melhor funcionamento interno do próprio e que não há motivos para inquietar-se¹⁴⁹. Mas, as relações comerciais entre os dois países entram em uma fase decrescente que dificilmente será interrompida¹⁵⁰.

A tormenta que abala as relações germano-brasileiras tem alguma influência sobre a política brasileira em relação à Itália? Roma se solidariza com o aliado nazista ou, ao contrário, segue uma linha independente no Brasil?

É espantoso, quando se consultam os arquivos diplomáticos alemães, constatar a enorme quantidade de material existente sobre a questão nacional brasileira, ao passo que o palácio Chigi só ocasionalmente se expressa sobre a questão. Pois, no fim das contas, as diferentes medidas anti-estrangeiras tomadas no Brasil não são discriminatórias e, tendo em vista a importância da imigração italiana no país, Roma tem motivos para inquietar-se tanto quanto Berlim com a sorte dos italianos do Brasil e de seus descendentes. Mas, com exceção de uma audiência logo depois da adoção do decreto-lei 383¹⁵¹, Ciano jamais expressou uma inquietação semelhante à havida em Berlim. As razões da indiferença italiana são múltiplas. Em primeiro lugar, a Itália decide, em dezembro de 1937 apoiar o governo Vargas e largar seus aliados integralistas. Conseqüentemente, a passividade italiana em relação à política nacionalista do Rio de Janeiro é conseqüência de uma opção tática: Ciano não quer comprometer as boas relações com o novo governo Vargas. Em segundo lugar, as medidas tomadas no Brasil não são discriminatórias, mas, como enfatiza o embaixador brasileiro em Roma, Guerra Duval, “elas farão distinções em favor dos italianos, quando forem aplicadas”¹⁵².

Com efeito, a atitude da polícia brasileira e das autoridades militares, em sua repressão da atividade dos estrangeiros nos três estados do sul, é implacável em relação aos alemães, ao passo que os italianos — bem menos organizados — quase não são atingidos pela vaga nacionalista.

Enfim, podemos perceber uma certa reprovação por parte da Itália e, em particular, de Ciano, face às ações dos elementos nazistas no Brasil.

(148) Ibidem.

(149) AB, doc. n° SE/821.2(42) (00), de 13 de maio de 1938.

(150) Há que assinalar que, quando a crise entre os dois países entra em uma fase de não-retorno, em agosto-setembro de 1938, o Brasil decide suspender suas compras de marcos “aski” (marcos bloqueados), o que significa o fim do comércio compensado entre os dois países.

(151) AB, doc. n° 24, de 19 de abril de 1938.

(152) Ibidem, bem como CIANO, G., *Journal...*, op. cit., p. 176.

Ciano declara, em abril de 1938, que “esses alemães exageram mesmo e não somente na Europa. Tive hoje uma audiência com o embaixador do Brasil, para lhe recomendar a sorte de nossos estabelecimentos em seu país. Prepara-se no Rio de Janeiro uma lei contra os estrangeiros e isso em consequência dos erros da colônia alemã de Santa Catarina. Recebi, quanto ao que nos diz respeito, amplas garantias. Mas os alemães têm realmente necessidade física de exasperar toda a humanidade até que a tenham reunida contra eles? Que eles sejam prudentes, isso ainda poderia acontecer e, dessa vez as sanções seriam bem mais pesadas que as de 1919”¹⁵³.

O tratamento favorável de que se beneficiam os italianos no Brasil não passa despercebido a Ritter, que constata que os dois países estão juridicamente em pé de igualdade, mas que na prática os italianos são tratados com maiores atenções¹⁵⁴. Por essa razão, aliás, a embaixada italiana no Rio de Janeiro não se incomoda com a campanha nacionalista brasileira¹⁵⁵. Ritter, então, propõe à Wilhemstrasse um expediente junto a Ciano com vistas a um entendimento entre as embaixadas italianas e alemãs na América Latina, a fim “de cercear a influência dos Estados Unidos”¹⁵⁶. Ele vê nesse entendimento vantagens incontestáveis para a Alemanha, pois “a Itália é amada aqui por sua latinidade e, tendo em vista seu comércio insignificante com a América Latina, ela não desperta receio nos Estados Unidos”¹⁵⁷.

A Wilhemstrasse segue a sugestão de Ritter e, durante a viagem que Hitler efetua, em maio de 1938, a Roma, o ministro Aschmann e o próprio Weizsacker mantêm contatos com “personalidades do ministério italiano das Relações Exteriores, sobre a cooperação germano-italiana (sugerida pelo embaixador Ritter) que seria necessário estabelecer diante do governo brasileiro, em virtude da perturbação inquietante que o tratamento infligido aos nacionais alemães e italianos causa a nossas relações com esse país. Os altos funcionários italianos declaram a Aschmann que a Itália se arrumou secretamente com o governo brasileiro”. Enquanto Weizsacker constata que “não existe entre os italianos uma simpatia particular pela sugestão de uma ação comum”, pois, segundo o diretor do departamentos dos Assuntos

(153) CIANO, G., *Journal...*, *op. cit.*, p. 172.

(154) DDA, n° 4, doc. n° Pol. IX 629, de 27 de abril de 1938.

(155) Apesar de algumas vozes discordantes, como a do ex-embaixador italiano no Brasil, Roberto Cantalupo, o Rio de Janeiro e Roma souberam logo encontrar um terreno de *entente* a respeito da proteção dos originários italianos residentes no Brasil. No que se refere aos brasileiros de origem italiana, Roma jamais expressa oficialmente um desejo de considerá-los juridicamente como sendo cidadãos italianos. Além do mais, mesmo os indivíduos que têm nacionalidade italiana, mas que nasceram ou residem no Brasil, são dispensados de cumprir suas obrigações militares na Itália e podem cumpri-las no Brasil. Cf. o acordo italo-brasileiro de 6 de junho de 1929, in Ministerio della Guerra, *Giornale militare ufficiale*, circular n° 335, de 7 de junho de 1929.

(156) DDA, n° 4, doc. n° Pol. IX 629, de 27 de abril de 1938.

(157) *Ibidem*.

Europeus e Mediterrâneos no ministério italiano das Relações Exteriores, Gino Buti, as “organizações fascistas no Brasil eram perfeitamente incolores e não tinham qualquer caráter político”¹⁵⁸.

Conseqüentemente, o eixo Roma-Berlim apresenta-se completamente dividido em face da situação brasileira. Enquanto a Alemanha encontra-se em posição de fraqueza em relação ao Rio de Janeiro, a Itália mantém uma certa distância e usufrui, assim, de uma situação mais confortável. Mas se os acontecimentos que se seguirão confirmam as más relações germano-brasileiras, chegando mesmo a provocar uma ruptura entre os dois países, as relações italo-brasileiras também entrarão em crise.

e) A tentativa de golpe integralista e suas conseqüências

A Ação Integralista Brasileira, afastada da vida política nacional em dezembro de 1937, não se conforma com esta situação. Depois de um período de vários meses, caracterizado por múltiplos expedientes para tentar convencer Getúlio Vargas a reconsiderar a proibição da AIB¹⁵⁹, seus dirigentes, cansados de esperar, desfecham, na noite de 10 para 11 de maio de 1938, um ataque contra o palácio Guanabara, residência de Getúlio Vargas.

Depois do golpe comunista fracassado de novembro de 1935, agora é a vez da extrema-direita utilizar os mesmos métodos putschistas, a fim de mudar o curso da história. A violência das duas extremas e a semelhança de seus métodos constituem exceção na história das “revoluções” brasileiras. Estas são caracterizadas pelo sentido do compromisso e pelo retraimento dos fracos diante dos mais fortes; tradição dentro da qual constituem exceção essas duas revoltas. O povo, por sua vez, permanece à margem dos acontecimentos e sua única reação é, como no passado, um olhar de estupefação e admiração para esses homens que ousam colocar a idéia à frente da vida.

O estudo do desenvolvimento do ataque integralista contra o palácio Guanabara é, à primeira vista, de um interesse marginal dentro da óptica de nossas preocupações. Mas se o analisarmos de mais perto, veremos que a atitude dos agressores e dos diferentes membros do governo Vargas, duran-

(158) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 448, de 16 de maio de 1938, p. 64. Ver também DGFP, séries D, v. V, *Latin América*, doc. n.º 602, de 29 de abril de 1938, pp. 832-834. Weizsacker é o secretário de Estado na Wilhemstrasse, enquanto Gottfried Aschmann é o diretor do Departamento da Imprensa na Wilhemstrasse.

(159) Em 28 de janeiro de 1938, por exemplo, Plínio Salgado envia uma longa carta a Getúlio Vargas, na qual se queixa do tratamento dado à AIB e pede o fim dessas medidas. Cf. AGV, doc. n.º 1938.01.28/8 XXIX.

te as operações, revela aspirações até então reprimidas por uns e por outros. Daí o interesse em nos determos mais um pouco no assunto¹⁶⁰.

Existem certamente várias versões dos detalhes das operações da noite integralista, que, apesar de seu lado trágico, o humor do carioca chamou de “golpe do pijama”. Não está em nossos propósitos expor suas diferentes versões, mas antes, depreender os pontos em que elas chegam a um denominador comum. Os mais interessantes são: a revolta é organizada pela AIB e seus principais dirigentes, como Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso, dela participam. É comandada, no campo de luta, por Severo Fournier, cidadão brasileiro e membro da AIB. Os agressores, à parte seus principais chefes, não demonstram grande espírito de combate, pois, mesmo encontrando só alguns soldados no posto de guarda, eles marcam passo durante horas antes de determinar como fariam, depois de entrarem no jardins, para invadir o palácio presidencial. Por outro lado, as operações paralelas, visando prender os membros importante do governo, têm finais lamentáveis e, no momento do ataque ao Guanabara, praticamente todos os ministros importantes estão em liberdade. Mas, e isso constitui a lição essencial dos acontecimentos, mesmo sabendo que Vargas sofre um cerco em seu palácio, a maioria dos ministros, com exceção do da Guerra, Gaspar Dutra, não se apressam a prestar socorro aos sitiados. Deixemos a palavra a Alzira Vargas, filha de Getúlio, que se encontra ao lado de seu pai: “O fogo cerrado diminuirá um pouco. Aproveitei para ir de gatinhos até o telefone, tentar contato com o mundo exterior. O da Light estava mudo. Fora cortado antes do ataque começar. Tentei o aparelho oficial, para me comunicar com o chefe da Polícia [Filinto Müller]. Felizmente este funcionava... Filinto Müller atendeu logo e declarou que, assim que fora informado do ataque, havia mandado uma tropa de choque da Polícia Especial: já devia ter chegado”. Como os reforços não chegavam, Alzira Vargas chama novamente Filinto Müller e este “confirmou o prévio envio de tropas e espantou-se de que não houvessem chegado ao seu destino. Declarou que iria mandar reforço sob o comando do Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias...” O palácio de Vargas torna-se sua prisão e ninguém em seu interior pode imaginar como isso vai acabar. Alzira Vargas desespera-se e telefona uma terceira vez para Filinto Müller. Este “foi categórico. Todas as tropas de que dispunha já estavam nos arredores do palácio. Talvez tivessem até entrado. Não quis contradizê-lo sem ter a certeza. Outras pessoas haviam podido passar! Só não podia entender por que não apareciam...”

Outras tomadas de posição muito significativas são devidas a Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, que declara a Alzira que não pode fazer nada porque também está cercado em seu apartamento. O minis-

(160) SILVA, H., em sua obra *Terrorismo em Campo Verde*, *op. cit.*, trata desses acontecimentos com abundância de documentação e de depoimentos.

tro da Justiça, Francisco Campos, também lhe envia apenas “palavras de solidariedade admirativa e passiva”, quando é posto a par da situação¹⁶¹.

Sem entrar na querela sobre as razões que impedem uns e outros de prestar socorro a Vargas, é importante constatar que algumas dezenas de pessoas mal preparadas, que não sabem nem usar armas, e pouco decididas, possam, durante horas, manter o Chefe do Estado prisioneiro em seu Palácio e que a solidariedade, de que dão provas seus principais ministros, não seja, é o mínimo que se pode dizer, transbordante de entusiasmo.

Essa atitude só pode ser explicada pelo fato de que no caso de Vargas desaparecer, o círculo à sua volta, a começar pelos já citados, poderia legitimamente esperar realizar ambições pessoais¹⁶². Nada disso ocorre. E quando, finalmente, os reforços chegam, ao amanhecer do dia 11 de maio, Vargas, que lutou de revólver em punho no interior de seu palácio, demonstrando sangue frio e coragem, é o grande vencedor da derrota integralista.

Eliminando definitivamente os incômodos integralistas, que são presos ou exilados, o fracasso de 11 de maio concede ao EN uma certa legitimidade. Doravante, não se poderá mais fazer o paralelo entre integralismo e EN; Vargas dessa vez provou, sem recorrer à falsificação de documentos, como no caso do plano Cohen, que o extremismo espreita o país.

Os dias que seguem-se ao fracasso integralista vêm reforçar ainda mais o poder de Vargas, que se torna o pólo de convergência de todas as tendências fora da extrema-direita. Com efeito, os liberais, o patronato, os sindicatos e mesmo os comunistas — que aliás se encontram presos — demonstram sua simpatia pelo presidente e lhe enviam suas felicitações “por ter saído ileso da revolta e por atacar o integralismo”¹⁶³. Vargas aproveita a oportunidade para fazer uma viagem pelo país, com uma sucessão de manifestações e desfiles populares em honra do ditador.

(161) VARGAS, A., *Getúlio Vargas, meu Pai, op. cit.*, pp. 185-9.

(162) Outro fato paradoxal e até o momento inexplicável é o abandono quase total em que se encontra o palácio Guanabara. De fato, a guarda presidencial é muito pequena e isso apesar dos rumores cada vez mais insistentes sobre os preparativos de uma tentativa de golpe integralista. Sinais precursores dessa preparação são evidentes, pois já em meados de fevereiro elementos integralistas, em conjunto com alguns teuto-brasileiros, tentaram um golpe em Petrópolis (ver *Correio do Povo*, de 17 de fevereiro de 1938). Em março, é a vez da capital federal sofrer os contragolpes dos preparativos golpistas da ex-AIB.

Assim, o ministro da Justiça torna público em 17 de março um comunicado onde constata “a atuação de elementos que, interessados em perturbar o ritmo das atividades no país, tentavam uma conspiração com o intuito de alterar a ordem pública”, cf. *Correio da Noite*, de 17 de março de 1938, bem como *Correio do Povo* do dia seguinte. Apesar dessa situação, não se toma qualquer medida para reforçar a guarda nas imediações do palácio presidencial, nem dos principais prédios públicos e das residências dos dirigentes mais importantes.

(163) De fato, Luís Carlos Prestes, o chefe comunista do levante desastroso de novembro de 1935, está na prisão e, apesar disso, envia seus cumprimentos a Getúlio Vargas, o que constitui o apoio — tático, é verdade — do PCB ao EN, em sua luta contra o integralismo. Ver também CARONE, E., *O Estado...*, *op. cit.*, p. 271.

O projeto de união nacional, sonho acalentado por tantos governos, realiza-se enfim sob a direção de Vargas. Mesmo que essa união seja fictícia, pela primeira vez Vargas pode legitimamente sentir que sua dominação sobre o país não é contestada.

1. AS REAÇÕES NO EXTERIOR

O ataque ao palácio Guanabara pelos integralistas levanta a última suspeita que ainda pesava sobre o governo Vargas aos olhos de Washington. A partir de agora, o Departamento de Estado tem a certeza de que o integralismo e seus “camisas verdes” não poderão desempenhar qualquer papel na política interna brasileira. O embaixador brasileiro em Washington — Mário Pimentel Brandão — declara, logo depois do *putsch* fracassado, que as suspeitas dos Estados Unidos sobre o caráter fascista do governo Vargas eram infundadas e como prova disso ele dá o ataque dos fascistas brasileiros contra Vargas¹⁶⁴.

Por sua vez, a imprensa norte-americana, junto à qual Vargas e seu EN jamais tiveram boa acolhida, exprime dessa vez sua satisfação quanto ao desenvolvimento dos acontecimentos: “ditador Vargas”, “pró-Eixo”, “nazi-fascista”, são a partir de então expressões superadas e a imprensa dos Estados Unidos congratula-se pelo “regime forte” de Vargas ter podido debelar “o ataque fascista”. Com o ataque integralista, o regime perde sua classificação de “fascista” e é agora apenas um regime autoritário¹⁶⁵.

O *New York Times* de 14 de maio, acusa a Alemanha de ter ajudado o *putsch*. Veremos a seguir se essa asserção tem algum fundamento, ou se o objetivo do jornal norte-americano é simplesmente tornar ainda mais delicadas as relações germano-brasileiras. Nesse período já podemos constatar a aceitação definitiva, ao norte do rio Grande, do regime corporativista que se instalou, em novembro de 1937, no Brasil. Mas essa característica do regime brasileiro, sua organização corporativista, sua inspiração fascista, não parecem mais inquietar os Estados Unidos. A partir desse momento, basta ao EN decidir-se a lutar contra a influência nazista no Brasil para receber o apoio norte-americano.

Em seu relatório sobre os acontecimentos de 11 de maio, o embaixador italiano no Rio de Janeiro constata que Getúlio Vargas, no qual a Itália desde dezembro de 1937 depositara todas as suas esperanças, escapou por milagre a um massacre¹⁶⁶. Mas Lojacono, em vez de se rejubilar, deixa, ao

(164) Declaração in *The Washington Post*, de 12 de maio de 1938.

(165) *The Washington Post*, de 12 de maio de 1938, e *The New York Times*, de 14 de maio.

(166) AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 1263/331, de 16 de maio de 1938, 8 p.

contrário, transparecer um profundo amargor. Ele que era tão comedido em suas análises anteriores sobre a situação interna brasileira, deixa agora livre curso à sua imaginação e às suas aspirações mais profundas. O sentimento que se percebe, à leitura desse longo relatório, é de decepção e, ao mesmo tempo, de esperança no futuro do ideal fascista no Brasil.

Decepção, em primeiro lugar em virtude do fracasso do *putsch* integralista. O apoio que Lojacoço concede ao EN, desde sua ruptura com a AIB, obedece a um cálculo estritamente tático, pois, no fundo, para Lojacoço o fascismo só pode ser defendido no Brasil pelo integralismo. Decepção ainda em virtude do desenvolvimento do ataque e da atitude dos agressores ao palácio Guanabara: "... um grupo de cerca de cinquenta indivíduos, infelizmente recrutados / "assoldati" / entre negros e pessoas de infimo valor" (p. 4). Esperança, enfim, porque "essa derrota do integralismo significa seu renascimento, pois a morte do integralismo provinha de sua inação... O integralismo tem suas vítimas, que são seus heróis. Um grande clamor surge dos túmulos e das prisões. Desse clamor, surgirá o estado de incandescência que sempre previmos em nossos relatórios anteriores" (p. 7).

Segundo Lojacoço, o movimento integralista tem um grande apoio nacional e a Marinha, por exemplo, abriga centenas de simpatizantes. Assim, quando Vargas começou o inquérito logo depois do *putsch*, para descobrir as pessoas eventualmente implicadas na questão, ele seguiu um "fio condutor que não é mais um, e sim um verdadeiro emaranhado..." (p. 5).

Por fim, o embaixador italiano mostra a Roma que a posição da embaixada em relação a Vargas não é muito cômoda, pois o fascismo italiano é a fonte de inspiração ideológica dos revoltados. Mas observa, a título de comparação, que a Alemanha está em posição pior ainda, pois a imprensa brasileira emite suposições sobre uma eventual participação de Berlim no golpe e Vargas, em seu último discurso, falou "de uma ajuda externa". Se essa alusão é sem dúvida alguma dirigida à Alemanha, é preciso reconhecer que ele não esqueceu a Itália quando menciona a influência das ideologias exóticas na política interna brasileira. Para Lojacoço, trata-se agora de esperar para ver se "a legião de defesa da Pátria", que será estabelecida, será a organizada por Vargas e "paga por Washington" ou, ao contrário, a de "Plínio [Salgado] e inspirada por Roma" (p. 8).

A primeira explicação sobre os acontecimentos de 11 de maio, fornecida pelo embaixador alemão no Rio de Janeiro a seu ministério, manifesta "o amargor geral" que reina no Brasil depois da traição de Vargas à doutrina integralista, e a submissão do EN aos Estados Unidos¹⁶⁷. Ritter acon-

(167) DDA, dossiê nº 4, doc. nº E 518232/3, de 11 de maio de 1938.

selha à imprensa italiana, austríaca, húngara, polonesa e alemã a aproveitar essa “ocasião propícia para fazer pressão sobre Vargas” e chega inclusive a propor algumas manchetes para os jornais, como o *Diktat* sangüinolento no Brasil. “Terror policial”, “1 000 mortos”, “O povo se levanta”, etc.¹⁶⁸.

Logo a seguir, tendo tido tempo de redigir um longo relatório sobre o *putsch* fracassado, Ritter confirma suas declarações da véspera e escreve que “esses incidentes são uma nova confirmação da impopularidade do atual regime, desde que o chefe de Estado traiu seus compromissos com o partido integralista”¹⁶⁹. Como seu colega italiano, Ritter está descontente com o desfecho do caso:

“Pretende-se que o governo tivesse conhecimento dos preparativos da insurreição. Isso é muito duvidoso, pois não se compreenderia então que o palácio presidencial estivesse tão desguarnecido. Mas talvez o governo tivesse julgado que a revolta fosse para mais tarde. De qualquer modo, é forçoso constatar objetivamente que os preparativos para evitá-lo eram totalmente insuficientes.

Embora no palácio presidencial se encontrassem poucos defensores, estes puderam resistir contra forças superiores durante cerca de uma hora, até a chegada de reforços, o que só é possível em um país como o Brasil. O presidente federal distinguiu-se, como em ocasiões anteriores, por seu sangue frio. Aliás, os sucessos dos rebeldes foram de curta duração. Em especial, ao entrar nos apartamentos particulares de vários altos funcionários, não conseguiram prendê-los, o que é deveras surpreendente”.

Concluindo seu relatório, Ritter constata a impopularidade crescente do regime varguista e menciona — o que é muito importante — a existência de certos “rumores na cidade, segundo os quais são elementos alemães que organizaram a insurreição, em acordo com o partido integralista”, o que só pode acentuar o espírito antialemão que já existia anteriormente no Brasil. Os problemas experimentados pelas relações germano-brasileiras, há alguns meses, vão tornar-se agora ainda mais agudos, pois o Brasil, como constata Ritter, começa a suspeitar de uma participação estrangeira e, em particular, alemã, nos preparativos e no financiamento do golpe fracassado.

2. AS SUSPEITAS BRASILEIRAS E A ATITUDE ALEMÃ

Alguns dias depois do fracasso do *putsch*, começam a aparecer na imprensa brasileira algumas acusações contra a Alemanha e seus nacionais, que são suspeitos de terem participado dos acontecimentos. As acusações, a princípio, provêm unicamente da imprensa, e os elementos apresentados

(168) Ibidem.

(169) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 444, de 12 de maio de 1938, pp. 59-60.

contra a Alemanha são muito vagos. Por exemplo, a presença do carro de um cidadão alemão nos arredores do palácio presidencial, no momento do ataque integralista¹⁷⁰, ou ainda o fato de que Severo Fournier, o chefe da operação integralista no palácio Guanabara, é ao mesmo tempo representante de várias firmas alemãs no Brasil, etc.¹⁷¹.

A 13 de maio, o próprio Getúlio Vargas, em seu discurso sobre o ataque, menciona que este certamente recebeu uma ajuda do exterior: “A cupidez de alguns politiquinhos expulsos do poder... e a ambição de um grupo de fanáticos desvairados pela obsessão de impor ao país uma ideologia exótica, conluíram-se na trama de uma ignóbil empreitada, lançando mão de todos os recursos, sem olhar a sua origem, nem ter em vista que comprometiam, com o auxílio recebido de fora, a própria soberania do Brasil”¹⁷².

Esse discurso de Vargas é o ponto de partida para um aumento da campanha antialemã na imprensa do país¹⁷³. As suposições são múltiplas, mas as provas concretas não são encontradas. Ritter está convencido de “que o governo brasileiro não tem qualquer prova de uma participação de nacionais alemãs na preparação da insurreição. Se alguma coisa de tangível tivesse sido descoberta no decorrer das prisões, investigações e confiscos, que duram há semanas, o governo certamente se teria apressado a publicá-la e a teria utilizado contra nós”¹⁷⁴.

(170) Trata-se de Wilhelm Koenig, representante no Rio de Janeiro do escritório central da Reichsbahn e membro do NSDAP. Foi detectado e controlado por uma patrulha militar na noite de 10 para 11, nas proximidades do palácio presidencial. A isso se acrescenta o fato de que no dia seguinte ele vai do Rio de Janeiro para São Paulo, o que leva as autoridades policiais brasileiras a afirmarem que Koenig, depois do fracasso do golpe, “foge precipitadamente” do Rio de Janeiro. Em 13 de maio, Koenig é preso em São Paulo e, segundo as declarações de Ritter, é ameaçado de ser fuzilado. Depois de vários expedientes de Ritter, Koenig é libertado em 16 de maio. Cf. ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 445, de 13 de maio de 1938, pp. 61-2, doc. n.º 447, de 14 de maio de 1938, pp. 63-4, e doc. n.º 452, de 18 de maio de 1938, pp. 67-9. Ver também AB, doc. 500.1 e 1465, de 14 de maio de 1938.

De fato, Wilhelm Koenig não é outro senão Friedrich Kempster, um dos principais responsáveis pelo serviço de espionagem alemão na América do Sul. Cf. a obra de HILTON, S., *Suástica...*, *op. cit.*, sobretudo as páginas 64-80. Hoje, Kempster mora em Hamburgo e trabalha, entre outros, como tradutor juramentado junto ao consulado brasileiro dessa cidade! Cf. *Jornal do Brasil*, de 17 de junho de 1978.

(171) DDA, n.º 4, doc. n.º Pol. IX 747, de 17 de maio de 1938. Em junho de 1966, von Cossel declarou a JACOBSEN, H.-A., *op. cit.*, p. 559 e nota n.º 181, que “Vargas sabia muito bem que nós, alemães, nada tínhamos a ver com o golpe integralista”. A verificação de diversos indícios nos permite duvidar dessas declarações e arrependimentos.

(172) VARGAS, G., discurso pronunciado em 13 de maio de 1938, em agradecimento à grande manifestação popular de apoio à sua pessoa, in *NPB*, v. V, pp. 211-3.

(173) Cf. os jornais *A Pátria* e *O Radical*, de 15 de maio de 1938, e *O Globo* do dia seguinte.

(174) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 450, de 18 de maio de 1938, pp. 65-6.



Severo Fournier.

Ritter vê com clareza, pois o Brasil tem apenas indicações sobre uma eventual participação alemã. Mas esses indícios, se não chegam a provar o que quer que seja, são por eles mesmos elementos inquietadores e só podem tornar ainda mais desagradáveis as relações entre os dois países. Por essa razão, quando Ritter pede a Aranha que faça cessar a campanha da imprensa contra a Alemanha¹⁷⁵, o responsável pelo Itamarati responde que “não vê por que ele deveria impedir as reações” da imprensa brasileira,

(175) AB, doc. n° 500.3/81, de 16 de maio de 1938.

pois, na própria Alemanha, segundo os relatórios de Moniz de Aragão, a imprensa também não é branda em relação a Vargas e seu regime¹⁷⁶.

Apesar de sua má posição no Brasil, a diplomacia alemã não se retrai. Ritter e Weizsacker continuam seus expedientes para que seja revogado o decreto-lei 383, pois isso é “essencial para que as relações germano-brasileiras retornem à antiga atmosfera de cordialidade”¹⁷⁷. O Itamarati, agastado com tanta presunção, replica vivamente à Wilhemstrasse e declara que



Carlos Martins e Oswaldo Aranha — Washington 1939.

(176) AB, doc. n.º 47.21450, de 16 de maio de 1938. Ver também AB, doc. n.º NP/58 500.1, de 17 de maio de 1938.

(177) AB, doc. confidencial n.º 1510, de 17 de maio de 1938.

semelhante pretensão é inadmissível, pois não podemos absolutamente reconhecer a governo algum o direito de, ao lado de sua representação diplomática e consular, manter em território brasileiro órgãos da sua administração incumbidos de qualquer atividade de natureza política”. Para o Itamarati, satisfazer às exigências alemãs equivaleria a “permitir a existência de um Estado estrangeiro dentro do Estado nacional”¹⁷⁸.

Diante da reação de Aranha, a Alemanha mostra finalmente os primeiros sinais de cansaço e de renúncia, e Ritter se pergunta “em que se transformou afinal o belo posto do Rio de Janeiro?”¹⁷⁹.

A Wilhemstrasse, por sua vez, começa a indagar sobre a ação pessoal de Ritter no Rio de Janeiro. Depois de ter constatado, primeiramente, que a Alemanha não dispõe “de meios de pressão eficazes” para fazer o Brasil dobrar-se, e de ter concedido “sua inteira aprovação” aos expedientes de Ritter¹⁸⁰. Wezsacker informa a este último que “o senhor ministro das Relações Exteriores do Reich pede que o senhor lhe dirija pessoalmente um outro telegrama, exprimindo sua opinião sem reservas, indicando se os fatos reprovados e as medidas tomadas não seriam de algum modo justificados por inépcias e erros cometidos por alemães de origem ou outros elementos alemães. O ministro do Reich tem a intenção de intervir energeticamente em favor dos que são injustamente perseguidos e de agir mesmo de encontro a reprovações que não têm fundamento; mas ele quer estar absolutamente seguro do terreno sobre o qual avança e apoiar-se somente em fatos precisos. Como as relações germano-brasileiras, que muito nos preocupam, estão diretamente em jogo, o ministro do Reich não desejaria, ao iniciar uma ação enérgica, dar de encontro com objeções brasileiras e fatos que ele talvez ainda não conheça”¹⁸¹.

A resposta de Ritter, como era de se supor, é negativa, pois ele não tem “conhecimento de inépcias ou de erros cometidos por nacionais ou grupamentos alemães que justificariam as reprovações que agora me são dirigidas e as medidas que são tomadas em ligação com o *putsch*”¹⁸². Como complemento de informação, Ritter coloca Berlim a par de um fato que ele acaba de tomar conhecimento: Severo Fournier efetivamente comprou armas e munições por intermédio das firmas alemãs que ele representa no Brasil. Isso, evidentemente, “sem que a embaixada fosse colocada a par”¹⁸³.

Diante dessas informações contraditórias, reina em Berlim um clima de incerteza quanto à posição a ser adotada em relação ao Brasil. Todavia, a

(178) AB, doc. n.º NP/58.500.1, de 17 de maio de 1938.

(179) DDA, dossiê n.º 2, doc. n.º Pol. IX 835, de 17 de maio de 1938.

(180) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 446, de 14 de maio de 1938, pp. 62-3.

(181) Ibidem, doc. n.º 449, de 16 de maio de 1938, p. 65.

(182) Ibidem, doc. n.º 450, de 18 de maio de 1938, pp. 65-6.

(183) DDA, dossiê n.º 4, doc. n.º Pol. IX 774, de 18 de maio de 1938.

Wilhemstrasse apóia o novo expediente de Ritter para pôr um fim na alteração, expediente que consistia em obrigar o governo brasileiro a tornar pública uma declaração na qual reconheceria que a Alemanha não estava envolvida no *putsch*¹⁸⁴. Ritter dessa vez é satisfeito, e um comunicado do Departamento de Imprensa e Propaganda do governo brasileiro é tornado público, a 21 de maio, e no dia seguinte republicado pela imprensa nacional. Nesse comunicado, o DIP reconhece que a Alemanha não pode ser colocada em questão a propósito do caso integralista, pois não existem provas concretas de qualquer participação alemã. Ritter exprime sua satisfação e considera encerrado “um capítulo dramático e perigoso das relações germano-brasileiras”¹⁸⁵.

Berlim não demora a tirar uma lição dessa crise, e o secretário de Estado e chefe da AO, Bohle, comunica a todas as missões alemãs na América Latina as novas diretrizes com vistas à manutenção da AO¹⁸⁶.

“Primeiro — Supressão de toda atividade visível e concentração das forças na doutrinação.

Segundo — Separação dos Volksdeutsch; exclusão dos Volksdeutsch e das pessoas de dupla nacionalidade do partido, da Frente de Trabalho e de suas formações; separação dos Reichsdeutsch (nacionais alemães) das organizações Volksdeutsch com objetivos políticos.

Terceiro — Preparação de organizações para os nacionais alemães sob a direção do partido...”

Ritter por sua vez propõe à Wilhemstrasse que se dediquem agora a desenvolver as relações econômicas entre os dois países, tentando ao mesmo tempo “esclarecer certos mal-entendidos referentes ao elemento alemão no Brasil”¹⁸⁷.

Mas, no mesmo dia que Ritter faz essas declarações de intenção a Berlim, ele provoca um incidente diplomático com Aranha. Deixemos a palavra a Ritter:

“No correr de minha última visita ao ministro das Relações Exteriores brasileiro, a 21 de maio, ocorreu o pequeno incidente que se segue.

Por ocasião da presença no Rio de Janeiro do ministro das Relações Exteriores do Chile [José Ramon Gutierrez], o ministro das Relações Exteriores me convidara, assim como aos outros membros da embaixada, para um baile no dia 24 de maio. Quando visitei o ministro, expressei-lhe meus agradecimentos por esse convite, dizendo que em circunstâncias normais a embaixada teria tido prazer em aceitá-lo, mas que eu considerava pouco digno, da parte dos membros da embaixada, dançar em um baile do minis-

(184) Ibidem, doc. n.º Pol. IX 775, de 20 de maio de 1938.

(185) Ibidem, doc. n.º Pol. IX 800, de 21 de maio de 1938.

(186) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 451, de 18 de maio de 1938, pp. 66-7.

(187) DDA, dossiê n.º 4, doc. n.º Pol. IX 800, de 21 de maio de 1938.

tro das Relações Exteriores ao mesmo tempo que nacionais alemães seriam presos sob a suspeita totalmente infundada de terem participado de alguma maneira de um atentado contra a vida do presidente do Brasil e de um *putsch* contra o governo brasileiro.

Alguns comentários foram trocados em seguida à minha declaração e o ministro das Relações Exteriores me disse, finalmente, que nesse caso cabia a ele dar ao embaixador do Brasil em Berlim a instrução para também não mais aceitar qualquer convite do governo alemão.

Respondi-lhe que isso era inútil, pois o embaixador do Brasil em Berlim não receberá de modo algum qualquer convite do governo alemão, enquanto a NSDAP estiver proibida aqui. O ministro pareceu desconcertado e bastante irritado com minha afirmação.

Em virtude desse incidente, peço que se atente estritamente para que o embaixador do Brasil em Berlim e seus colaboradores não recebam convites do governo do Reich por enquanto”¹⁸⁸.

O incorrigível embaixador Ritter, apesar da situação delicada em que se encontra sua missão no Brasil e das reticências já expressas por Berlim a respeito de algumas de suas iniciativas, não teme reincidir e comprometer assim o início de apaziguamento que se podia esperar. Aliás, quando se toma conhecimento da importância que o Itamarati concede ao estrito respeito dos costumes diplomáticos, e da importância que os brasileiros dão às relações pessoais e à amizade, pode-se medir toda a extensão e as prováveis conseqüências da afronta do petulante Ritter.

A reação de Aranha não demora. Ele ordena a Moniz de Aragão, no próprio dia do incidente, que se abstenha de “aceitar qualquer convite” da parte do governo alemão, mas que mantenha, apesar de tudo, uma “atitude discreta” em relação ao incidente Ritter¹⁸⁹. O ministro, portanto, quer um pouco de trégua para poder refletir sobre a decisão a tomar com relação a Ritter. A 28 de maio, quando se comunica novamente com Moniz de Aragão, ele informa a este que “as atitudes do Embaixador Alemão aqui, e o tom impertinente que esse agente diplomático adotou como norma invariável nas comunicações que nos dirige, fazem-nos acreditar que sua situação é insustentável neste posto, porque a absoluta falta de tato, o desconhecimento completo das provas de direito internacional e o propositado desprezo pelas mais elementares regras de cortesia de que dá provas, estão pondo em perigo a continuação das relações amistosas entre o Brasil e a

(188) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 454, de 25 de maio de 1938, pp. 74-5. Segundo uma declaração posterior de Osvaldo Aranha sobre esse incidente, coube a ele a última palavra, quando respondeu a Ritter: “Neste caso, queira aceitar o último convite que lhe dirijo, que é o de se retirar imediatamente do meu gabinete”, cf. SILVA, H., *Terrorismo...*, *op. cit.*, p. 272.

(189) AB, doc. n.º 1463, de 21 de maio de 1938.

Alemanha. O governo do Brasil não está disposto a transigir. Estamos, porém, persuadidos de que outro fosse aqui o representante do Reich, os pequenos incidentes malevolamente exagerados e explorados pelo Sr. Karl Ritter, teriam tido solução satisfatória e rápida e não teriam repercussão na imprensa dos dois países, envenenando a opinião pública, como está, infelizmente sucedendo. Confiamos à sua reconhecida habilidade fazer sentir a esse governo esta situação, criada pelo seu Embaixador, e nossa convicção de que outro agente diplomático de carreira, com conhecimento das normas usuais, poderia colaborar conosco para a manutenção da excelência de relações que o governo do Brasil tanto se empenha por conservar”¹⁹⁰.

A decisão de Aranha foi tomada, pois o responsável pelo Itamarati quer pôr um termo às atitudes de Ritter. Entrementes, observemos que ele não declara Ritter *persona non grata*, mas pede apenas a seu embaixador em Berlim que ele atue junto à Wilhemstrasse, a fim de que esta substitua seu representante no Brasil. Conseqüentemente, julga ainda que as divergências entre os dois países não constituem problemas de fundo intransponíveis, mas que se trata apenas de uma questão pessoal.

Ritter, de seu lado, sente que “não gostam mais dele no Itamarati”¹⁹¹, pois é considerado “muito autoritário e muito duro”¹⁹². Todavia, ele não se incomoda, pois julga que “se gostam menos de mim, respeitam-me mais”¹⁹³. Por outro lado, Ritter está persuadido de que Aranha “não abandonou sua luta contra a Alemanha. Aqui consideram-no como um pequeno Talleyrand, em virtude da falta de escrúpulos que ele demonstra, de sua grande inteligência, de sua astúcia e de sua ambição. Certamente ele retomará seu combate contra nós com outros meios”¹⁹⁴.

Essa crise, que não está perto de ser solucionada, atrai a atenção de Ribbentrop, quando ele é posto a par do último expediente brasileiro, que visa à substituição de Ritter. Ele então garante a Ritter seu “apoio e sua proteção”¹⁹⁵, diante da tentativa brasileira, mas também deixa claro que não está satisfeito com as últimas iniciativas de Ritter no Brasil e, em especial, com o boicote mundano ao embaixador Moniz de Aragão¹⁹⁶. Ao mesmo tempo, portanto, que formula certas reservas quanto à ação de Ritter, a Wilhemstrasse não está inteiramente decidida a substituí-lo. Ora, Moniz de Aragão comunica a Aranha, a 2 de junho de 1938, que o Governo

(190) AB, doc. secreto n° 54-71453, de 18 de maio de 1938.

(191) DDA, dossiê n° 2, doc. n° Pol. IX 952, de 28 de maio de 1938.

(192) Em francês no texto original.

(193) DDA, dossiê n° 2, doc. n° Pol. IX 952, de 28 de maio de 1938.

(194) Ibidem.

(195) DDA, dossiê n° 6, doc. secreto n° 114, de 31 de maio de 1938.

(196) DDA, dossiê n° 6, doc. n° Pol. IX 887, de 9 de junho de 1938.

(da Alemanha) vai chamar o embaixador deste país aí, sob o pretexto de tomar parte no Congresso do Partido Nacional Socialista, mas realmente para vir informar sobre os recentes acontecimentos... Já se cogita do seu substituto”¹⁹⁷.

Essa última “confidência” de Moniz de Aragão satisfaz Aranha, pois a viagem de Ritter está efetivamente marcada para o mês de agosto. Entretanto, Ritter continua seu trabalho no Rio de Janeiro, mas — seguindo as recomendações da Wilhemstrasse — ele passa a utilizar uma linguagem diplomática em suas comunicações com o Itamarati. No Brasil, não passa despercebida a mudança de atitude de Ritter¹⁹⁸. Contudo, as boas maneiras agora demonstradas pela embaixada alemã não impedem as prisões de cidadãos alemães e de brasileiros de origem alemã, suspeitos de terem participado do golpe. As prisões continuam e vários responsáveis pelas seções regionais da NSDAP, assim como simpatizantes, encontram-se presos¹⁹⁹.

Em meados de junho de 1938, a embaixada alemã no Rio de Janeiro considera que todos os incidentes com o Brasil estão encerrados, mas que todavia restam dois importantes pontos de atrito: a interdição da NSDAP e o nacionalismo cultural. Nessas condições, é preciso que Berlim saiba que “a NSDAP não pode ser substituída por organizações ‘inofensivas’ enquanto os dirigentes atuais permanecerem no poder. Qualquer tentativa de substituição seria imediatamente conhecida e implicaria em contramedidas e tensões. Portanto, há apenas duas soluções: uma mudança de regime no Brasil ou uma *entente* aberta com o Rio de Janeiro”²⁰⁰.

Mesmo que não o declare, Ritter sabe perfeitamente que nem uma nem outra dessas duas hipóteses são viáveis nas condições atuais, pois o regime varguista consolidou-se justamente em torno do nacionalismo e da luta contra a influência alemã. Ritter está consciente de que apesar de suas colocações intransigentes, procurará usar de astúcia na prática. Vê-se isso quando o Círculo da Juventude Germano-brasileira é proibido, em virtude do Decreto-lei 383, pois é considerado pelas autoridades brasileiras como uma organização estrangeira hitlerista, de caráter político. A embaixada alemã quer contornar esse obstáculo jurídico e faz com que ele seja incorporado à Federação 25 de Julho²⁰¹, que tem, em compensação, a situação de

(197) AB, doc. secreto n.º 73, de 2 de junho de 1938.

(198) AB, doc. n.º 1591, de 6 de junho de 1938.

(199) Os arquivos diplomáticos do Itamarati contêm um número impressionante de queixas da embaixada alemã referentes à repressão. A resposta da diplomacia brasileira é invariavelmente a mesma, isto é, que esses indivíduos foram presos no correr de uma investigação policial e que esta segue seu curso normal.

(200) DDA, dossiê n.º 2, doc. n.º Pol. IX 1076, de 15 de junho de 1938. (Grifo nosso.)

(201) A Federação 25 de Julho tinha recebido esse nome em lembrança da chegada ao Brasil do primeiro colono alemão, em 25 de julho de 1824. Foi criada em 1935 e juridicamente é considerada como uma organização apolítica, pois seus membros e dirigentes são brasileiros

organização brasileira, autorizada portanto pela lei²⁰². Essa substituição de uma organização subversiva por outra, que é legalmente “inofensiva”, segundo a expressão de Ritter, durará apenas alguns dias, pois, no correr de suas inúmeras investigações, a polícia brasileira descobre, enfim, documentos bastante comprometedores para a embaixada. Trata-se do caso da Federação 25 de Julho.

3. A QUESTÃO DA FEDERAÇÃO 25 DE JULHO

O cidadão brasileiro de origem alemã, Colin Kopp, secretário geral da Federação 25 de Julho, é preso em 25 de junho de 1938. Ele é “um dos mais íntimos colaboradores de Von Cossel²⁰³ e de outros eminentes membros do partido para as questões relacionadas com o Deutschtum (...) Ele morreu sábado na prisão. Pretende-se que se trata de um suicídio, mas existe uma forte suposição segundo a qual se trataria de um assassinato policial. Como Kopp é Volksdeutscher e tem a nacionalidade brasileira, qualquer pedido de informação formulado por mim seria certamente qualificado pelo governo brasileiro de ingerência nas questões internas do país e rejeitado por ele”²⁰⁴.

Dois dias depois, Ritter, tendo tido tempo de melhor se informar sobre o caso Kopp, envia um longo relatório a Berlim. Depois de ter colocado em dúvida a versão oficial²⁰⁵, Ritter põe Berlim a par das atividades de Kopp. Este tinha sido “(...) nomeado secretário da Federação 25 de Julho quando de sua fundação em 1935. Como o presidente da Federação já era muito idoso, é Kopp que, na verdade, dirigia, com uma certa independência, os negócios da associação. Esta tem como objetivo, como os senhores sabem, favorecer o Deutschtum, bem como as relações culturais com a Alemanha²⁰⁶. Embora tenha um caráter estritamente apolítico, Kopp natu-

de origem alemã, os que o III Reich chama *Volksdeutsche*, em oposição aos *Reichsdeutsche*. Quando o “Círculo da Juventude Germano-Brasileira” é incorporado à “Federação” em junho de 1938, esta muda seus estatutos e torna-se, por seus membros dirigentes e seus objetivos, uma organização eminentemente política.

(202) DDA, dossiê n° 2, doc. n° Pol. IX 1076, de 15 de junho de 1938.

(203) Hans von Cossel, representante nacional do NSDAP e então em viagem à Alemanha. Sobre a questão Kopp ver também JACOBSEN, H.-A., *op. cit.*, p. 561.

(204) ASW, *Amérique Latine*, doc. n° 456 enviado por Ritter a Wilhemstrasse, p. 78.

(205) ASW, *Amérique Latine*, doc. n° 457, pp. 79-82. O certificado médico que acompanha o relatório de Ritter não conclua nem a favor nem contra a tese do suicídio de Kopp. Ritter, com a permissão de um médico do necrotério do Rio de Janeiro e sem o conhecimento da polícia, tinha podido examinar o cadáver de Kopp.

(206) Nota à margem, do punho de Freytag: “O sr. Kundt me disse que a Federação tinha também como objetivo fazer com que os germano-brasileiros penetrassem na vida política do Brasil”. (Kundt é um funcionário do departamento de Política Cultural). ASW, *Amérique Latine*, doc. n° 457, p. 79.

ralmente manteve estreitas relações com nacionais alemães, e também com a embaixada e o partido²⁰⁷. Suas relações pessoais com os funcionários que, na embaixada e no partido, se ocupam das questões culturais e de imprensa, eram particularmente constantes. A partir do momento que tomei conhecimento do incidente, procurei, interrogando as pessoas que, segundo eu sabia, tinham tido relações com ele, determinar qual era a natureza dessas relações. O representante do D.N.B. [Deutsches Nachrichtenburo, agência da imprensa nazista], Horn, com o qual Kopp também tivera contatos pessoais, declarou que, mais ou menos oito dias antes de sua prisão, Kopp recebera um aviso. Ele disse a Horn que havia retirado do escritório da Federação e colocado em segurança dois grandes pacotes de documentos. Não posso entrar nos detalhes de sua declaração, o que nos levaria muito longe, mas eles deixam supor que esses dois pacotes de documento caíram em mãos da polícia. Ninguém sabe o que eles contêm. Horn, porém, disse que Kopp lhe havia mostrado recentemente dois documentos. *Um era o plano de um novo e próximo putsch integralista [sic], que devia eclodir nos estados do sul*²⁰⁸. O outro, era o projeto de um plano de trabalho secreto para o Círculo da Juventude Germano-brasileiro, que deve ser reorganizado. Esse projeto teria sido elaborado por Kopp com a ajuda do instrutor Neubert²⁰⁹, antigo chefe do Círculo de Juventude germano-brasileiro. No correr de sua exposição, Neubert começou por silenciar sobre a existência desse projeto. Foi somente quando lhe falei dele, de acordo com a declaração feita por Horn, que ele reconheceu, com hesitação, a existência desse documento e que em seguida o mostrou, confirmando que havia dado uma cópia a Kopp. Envio-o em anexo. Outras constatações, sobre as quais seria demasiado estender-me, infelizmente tornam quase certo que esse documento se encontra entre as mãos da polícia brasileira. Sua leitura não deixa qualquer dúvida sobre o fato de que a embaixada está gravemente comprometida”²¹⁰.

O documento a que Ritter fez referência encontra-se nos arquivos diplomáticos da Wilhemstrasse, em Bonn, sob o nome de “Acordo não-oficial sobre as relações entre as formações do B.D.J. (círculo de juventude germano-brasileiro) e a Federação 25 de Julho”²¹¹. Esse documento trata da incorporação do B.D.J. à Federação, sob a direção de Kopp e de Neubert.

(207) (Grifo nosso.)

(208) (Grifo nosso.) Observemos que, em fins de junho de 1938, Gustavo Barroso entra em contato com Barwich, da TO, e sonda as possibilidades de obter armas para a preparação de um segundo golpe. Barwich declara que ele responde a Barroso de “maneira evasiva”. Cf. JACOBSEN, H.-A., *op. cit.*, p. 561.

(209) Hans Neubert é um cidadão do Reich e é o segundo dirigente da “Federação 25 de Julho”.

(210) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 457, de 29 de junho de 1938, pp. 79-80.

(211) DDA, dossiê n.º 3, doc. n.º D 525753/3, sem data.

Embora somente cidadãos brasileiros pudessem ser membros de direito, os nacionais alemães podem tornar-se membros associados, com as mesmas prerrogativas. “O princípio reconhecido, dizia o documento, é que os germano-brasileiros e os alemães devem ajudar-se, pois partilham um destino comum”. Aliás, o documento sublinha que, mesmo que a presença de um cidadão do Reich na direção da Federação “seja impossível oficialmente, haverá sempre um Reichsdeutscher para assegurar a ligação entre o elemento germano-brasileiro e o elemento alemão do Reich na direção da Federação”.

Uma das principais tarefas da direção da Federação consiste em “manter um contato permanente com a embaixada”. O papel do embaixador da Alemanha no Rio de Janeiro é também claramente definido, já que ele é o depositário de um exemplar do acordo e é a ele que a Federação e a B.D.J. deverão recorrer em caso de litígio.

Diante de um documento tão inoportuno, a primeira reação de Ritter é declarar que de modo algum está a par da questão: “Não tenho necessidade de dizer que esse projeto foi estabelecido sem que eu tivesse conhecimento dele, sem que meus colaboradores tenham sido consultados e, naturalmente, sem minha autorização. Neubert usurpou o nome do embaixador e a situação da embaixada com uma leviandade incompreensível”²¹². Essa reação é inteiramente natural, pois Ritter por várias vezes informou a Berlim que a campanha antialemã no Brasil não era de modo algum devida a atitudes mal-intencionadas dos nacionais alemães e da própria embaixada. Agora surgia um documento provando a ação subversiva da embaixada, e a única saída que se apresenta a Ritter para salvar a face é declarar que não estava a par.

A afirmativa de Ritter é pouco plausível, pois é difícil imaginar como ele pode ser “árbitro nos casos litigiosos” sem conhecer a existência de relações entre a B.D.J. e a Federação. Por outro lado, em uma comunicação expedida no dia 15 de junho à Wilhemstrasse, Ritter dava conta do acordo feito entre os dois movimentos; torna-se então difícil admitir sua inocência no caso.

A primeira informação transmitida por Horn a Ritter, segundo a qual Kopp estava de “posse de um plano de *putsch* integralista que devia explodir proximamente nos estados do sul”, surge agora aos olhos de Ritter como inteiramente verdadeira, já que a informação a respeito do acordo B.D.J.—Federação tem fundamento. Novamente Ritter proclama sua inocência junto à Wilhemstrasse²¹³. É-nos difícil aceitar a argumentação de Ritter, pois percebemos, há alguns meses, alguns indícios que nos levam a crer não somente que a embaixada estivesse a par da eventualidade de um

(212) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 457, de 29 de junho de 1938, p. 80.

(213) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 457, p. 81.

novo *putsch* “integralista”, mas também que a tentativa de golpe nos estados do sul é o objetivo principal da ação subversiva nazista durante o primeiro semestre de 1938, no Brasil.

Em primeiro lugar, o plano de golpe nos estados do sul não é crível, porque o fracasso de maio custou muito caro e o movimento encontra-se em uma crise profunda, já que a maioria de seus membros mais eminentes está na prisão ou no exílio. Por outro lado se, apesar disso, o integralismo tem novas veleidades putschistas, é incompreensível que tenha como objetivo apenas os estados do sul, isto é, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e que deixe de lado estados importantes como São Paulo e Rio de Janeiro, continuação geográfica lógica daqueles três estados e onde, além do mais, o movimento integralista tem maior ressonância. Ao contrário, é inteiramente plausível que o “plano de um *putsch* integralista” seja na verdade um plano de *putsch* nazista, pois visa ao desmembramento dos três estados brasileiros onde se concentram a totalidade dos elementos brasileiros de origem alemã e os nacionais alemães.

Em seguida, as considerações estratégicas e militares de um eventual ataque “argentino” aos três estados do sul do Brasil, bem como as aspirações de certos indivíduos de “separar os três estados do sul do resto do Brasil”²¹⁵, são pelo menos significativas do estado de espírito em que se encontra o embaixador alemão no Rio de Janeiro.

Finalmente, Ritter menciona várias vezes que “a instabilidade interna deixa prever um futuro menos amargo para a Alemanha”²¹⁶ e aconselha à Wilhemstrasse não tomar medidas a longo prazo, pois “é impossível prever a evolução nos próximos seis meses”²¹⁷.

Embora todas essas indicações não passem de indícios que provam os ardis da embaixada alemã, temos certeza da existência de um plano de desmembramento do Brasil, preparado por organizações estreitamente ligadas à ação da embaixada. Nesse sentido, ao mesmo tempo que consideramos que a existência do plano não é um “equivoco” de um funcionário subalterno, mas obra das mais altas instâncias alemãs no Brasil, constatamos que, diante da intransigência das autoridades brasileiras quanto à questão alemã, o nazismo não hesita em recorrer a medidas extremas como o projeto de criação de um Estado alemão na América do Sul.

O documento referente ao acordo B.D.J.—Federação 25 de Julho cai nas mãos da polícia brasileira por ocasião da prisão de Kopp; Ritter teme então que o segundo documento, relativo ao plano de um *putsch* “integralista” nos estados do sul, “também se encontre nas mãos da polícia”²¹⁸.

(215) Ibidem.

(216) DDA, dossiê n.º 4, doc. n.º Pol. IX 667, de 28 de abril de 1938.

(217) Ibidem.

(218) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 457, p. 81.

Esse temor é “reforçado pelo fato de vários dirigentes da Federação 25 de Julho terem sido presos no Sul”²¹⁹.

É nesse momento que Ritter se indaga sobre “que conseqüências imediatas resultarão desses fatos, para a embaixada e para as relações germano-brasileiras, no caso de nossas apreensões terem fundamento?”²²⁰. Segundo ele, é impossível prevê-las, e recomenda a Berlim discricção e prudência nesse caso, sobretudo em relação à imprensa alemã, que não deve mencioná-lo²²¹.

Agora que a polícia brasileira pôde, finalmente, conseguir uma documentação extremamente comprometedora para a Alemanha e seus representantes diplomáticos e políticos no Brasil, estamos em condições de esperar uma reação violenta e imediata das autoridades, na medida em que não se trata mais unicamente da propaganda ideológica, mas de uma questão que põe em perigo a independência e a integridade territorial do país. Qual não é nossa surpresa ao constatar a ausência de qualquer reação por parte do governo brasileiro. Nem a polícia, nem o Itamarati, nem a Presidência da República fazem menção à importante descoberta. É-nos difícil compreender o porquê desse silêncio e não podemos fazer mais que levantar certas hipóteses capazes de explicarem a atitude brasileira. A primeira consiste em crer mais nas afirmações de Köpp que nas de Ritter. Isto quer dizer que Köpp, antes de ser preso, pôde colocar em local seguro ou destruir os documentos da Federação e assim, os temores de Ritter não teriam fundamento, já que a polícia brasileira não pôde apoderar-se dos documentos²²².

A segunda hipótese plausível é que os documentos da Federação caíram efetivamente em mãos da polícia, mas esta, por uma razão ou outra, não julgou conveniente informar o governo²²³. Por fim, a terceira hipótese, a menos crível, é a de que o governo brasileiro está a par da existência desses documentos, mas prefere não envenenar ainda mais as relações germano-brasileiras, já bastante tensas.

De qualquer modo, o fato é que a política do Itamarati em nada foi influenciada por esses documentos secretos e, quando se consultam os arquivos diplomáticos brasileiros, não se encontra qualquer traço deles.

(219) Ibidem.

(220) Ibidem.

(221) Ibidem.

(222) Foi-nos impossível consultar os arquivos da polícia brasileira, com exceção dos relatórios mencionados na bibliografia e que foram publicados. Aliás, nos arquivos diplomáticos, nos particulares de Aranha e de Vargas, bem como nas obras publicadas até o momento sobre a história brasileira durante esse período, jamais se tratou da Federação 25 de Julho e de documentos secretos.

(223) Levantamos essa hipótese, porque o chefe da polícia da cidade do Rio de Janeiro, que cuidou da questão Köpp, é Filinto Müller, que não esconde suas simpatias pelos regimes fortes e, em particular, por Berlim. Aliás, é ele o principal animador da cooperação anticomunista entre os dois países.

Contudo, isso não impede que as relações germano-brasileiras continuem problemáticas, o que, segundo Aranha, deve ser resolvido com a próxima partida de Ritter para a Alemanha.

4. A RUPTURA COM BERLIM

Estando seguro da próxima partida do embaixador, Aranha comunica, em 14 de julho de 1938, a Moniz de Aragão que o Brasil está disposto a “entrar em amplo e franco entendimento com esse Governo sobre todas as questões de interesse mútuo, e a firmar com o mesmo, um acordo comercial”²²⁴. O Brasil, segundo ele, não tomou ainda essa iniciativa porque a presença do atual embaixador alemão no Brasil torna impossível qualquer *entente*. Conseqüentemente, a substituição de Ritter é uma “condição preliminar” indispensável para preparar um clima favorável às futuras negociações brasileiro-alemãs²²⁵.

Quando a embaixada alemã no Rio de Janeiro anuncia ao Itamarati que o embaixador Ritter passará uma temporada na Alemanha, em julho²²⁶, Aranha tem toda razão para ficar satisfeito, pois as informações transmitidas por Moniz de Aragão a respeito dessa próxima viagem, que serviria de pretexto para sua substituição, parecem realizar-se. A maneira como se efetua a substituição de Ritter, sem que o Brasil tome uma atitude oficial, retirando seu *agreement*, satisfaz plenamente a Aranha, pois este não quer piorar ainda mais as relações com a Alemanha e a compreensão que esta manifesta o leva a ser otimista quanto ao futuro das relações entre os dois países.

(224) AB, doc. n.º 69-52000, de 14 de julho de 1938.

(225) Acreditamos que as razões expostas por Aranha para que o embaixador alemão no Brasil seja substituído são sinceras. Em compensação, BANDEIRA, M., em sua obra *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, pp. 265-6, levanta a hipótese de que Aranha provoca o incidente com Ritter para que as relações germano-brasileiras entrem em crise e para que as negociações travadas com Krupp para a instalação de um complexo siderúrgico no Brasil não sejam bem sucedidas. Não acreditamos nessa hipótese. Em primeiro lugar, porque as relações brasileiro-alemãs já estão em crise e, depois, vimos, nos documentos diplomáticos dos dois países, que é o próprio Ritter quem provoca o incidente. Ao mesmo tempo em que reconhecemos que em um dado momento (julho de 1938), como Ritter mudou de atitude, Aranha não tem — *a priori* — as mesmas razões que alguns meses antes para declará-lo *persona non grata*, constatamos que Aranha decide fazer com que Ritter volte para a Alemanha logo após o incidente; ele não abandonará seu objetivo, apesar da mudança de atitude de Ritter. A seguir, se aceitamos a interpretação de Bandeira, devemos considerar que Aranha dá mostras de um maquiavelismo decidido, pouco compatível com sua personalidade. Por fim, caso Aranha quisesse “expulsar a Alemanha do Brasil”, ele deveria justamente manter Ritter no Rio de Janeiro, pois a atitude deste último é a fonte primeira da “incompreensão” germano-brasileira. Isso, para um homem politicamente tão esclarecido quanto Aranha, seria um erro pouco plausível.

(226) AB, doc. n.º P/110 921.1 (81) (42), de 29 de julho de 1938.

Nessas condições, é enorme a surpresa de Aranha a 29 de agosto. Com efeito, Moniz de Aragão foi informado “confidencialmente, por pessoa de confiança, que tivera entrevista com Ritter, depois de sua chegada aqui, que ele lhe declarou que não desejava pessoalmente voltar para o Brasil, apesar da boa recordação que diz guardar. Ritter acrescentou, (entretanto) que o próprio Governo alemão quer seu regresso ao Brasil, mas ele espera que sua permanência aí seja de curta duração...”²²⁷. A duração dessa última estada no Brasil não ultrapassará o mês de abril de 1939, quando o Reich chamará seu embaixador²²⁸.

Para Aranha, a notícia do próximo retorno de Ritter ao Brasil — ele parte em 20 de setembro de Berlim para Gênova — é muito desagradável, pois ele preparou, há alguns meses, os cenários para que o ato final da peça Ritter seja representado sem empecilhos e sem haver o risco de ferir susceptibilidades. Agora, todos os cálculos, previsões e preparações da diplomacia brasileira fracassam lamentavelmente, já que a Wilhemstrasse não deu ouvidos às discretas providências de Moniz de Aragão. Aranha se impacienta e comunica a ele seu descontentamento, acusando-o de “imprevisão”²²⁹. E o responsável pelo Itamarati ordena a seu representante em Berlim para tomar uma atitude oficial junto à Wilhemstrasse e pedir a “substituição” de Ritter. Essa hostilidade aberta não é do gosto de Aranha, já que a medida adotada pelo Itamarati é “desagradável, contrária aos nossos hábitos e de resultados maus para as relações entre os dois países”²³⁰. Conseqüentemente, trata-se de uma medida extrema que ele teria gostado de evitar, mas, nas condições presentes, não há outra solução para fazer com que Berlim compreenda a resolução brasileira.

Seguindo as instruções recebidas, Moniz de Aragão se dirige à Wilhemstrasse, que declara não poder aceitar o pedido brasileiro “de uma simples substituição” do embaixador Ritter²³¹. A última tentativa brasileira, feita de maneira conciliadora, fracassa. Restam então ao Itamarati apenas duas possibilidades: recuar diante da ruptura ou ir em frente apesar das conseqüências que isso pode ter para as relações entre os dois países.

A Wilhemstrasse quer encurralar o Itamarati e declara a Moniz de Aragão, no dia seguinte, que a única medida que o Brasil pode tomar para impedir o retorno de Ritter é declará-lo *persona non grata*²³². O Itamarati

(227) AB, doc. secreto nº 90, de 29 de agosto de 1938.

(228) AB, doc. secreto nº 101, de 20 de setembro de 1938.

(229) AB, doc. secreto nº 83-32203, de 20 de setembro de 1938.

(230) *Ibidem*. Por outro lado, é preciso levar em conta que, nesse momento, estamos em plena crise germano-tchecoslovaca a respeito das reivindicações alemãs relativas aos Sudetos. O Itamarati não quer, em momento algum, imiscuir-se nas questões européias e o retorno de Ritter pode ser interpretado como uma condenação brasileira da política alemã na Europa. Isso explica as queixas que Aranha exprime diante da intransigência alemã.

(231) AB, doc. secreto nº 102, de 21 de setembro de 1938.

(232) AB, doc. secreto nº 459, de 21 de setembro de 1938.

decide então apresentar uma nota verbal à Wilhemstrasse, na qual formaliza seu pedido de que Ritter não volte ao Rio de Janeiro²³³. Assim, Moniz de Aragão a 30 de setembro se encontra novamente com o subsecretário da Wilhemstrasse, Woermann, e lhe entrega esta nota, segundo a qual o Itamarati considera impossível que Ritter seja mantido em seu posto, pois *il s'est incompatibilisé [sic] avec le gouvernement brésilien*²³⁴.

Ritter, por sua vez, posto a par das providências brasileiras, não toma seu navio em Gênova e volta à capital do Reich²³⁵. Pode-se julgar então que o caso está encerrado e que a Wilhemstrasse irá designar um novo representante para o Brasil²³⁶. Contudo, não se pode deixar de render-se à evidência de que ninguém pode opor-se impunemente ao colosso nazista. A 3 de outubro, Moniz de Aragão comunica a Aranha que foi posto a par da preparação, na Wilhemstrasse, de uma medida de represália. Esta não demora, apesar do pouco crédito que Aranha lhe dá²³⁷, e a 5 de outubro, através de uma nota extremamente seca do encarregado de negócios alemão no Rio de Janeiro, von Levetzow, segundo a qual o “Governo do Reich tomou conhecimento com espanto de que o Governo do Brasil julga impossível que o embaixador alemão Karl Ritter continue sua missão”, e a Alemanha leva a crise a um grau até então jamais alcançado, pedindo a revocação imediata do embaixador brasileiro em Berlim²³⁸. Aranha, tomado de surpresa pela decisão alemã, pede a Moniz de Aragão para responder que o pedido alemão é inútil, pois o Governo brasileiro “já o havia chamado para dar-lhe um posto de grande responsabilidade”²³⁹. Aranha usa a mesma linguagem na resposta à nota de von Levetzow²⁴⁰.

Portanto, a partir de outubro de 1938, os dois países não têm encarregados de negócios defendendo seus interesses. A crise germano-brasileira, iniciada em dezembro de 1937, atinge seu ponto culminante. Mesmo que jamais se tenha aventado a hipótese de ruptura das relações diplomáticas, não se vê, a curto prazo, esboçar-se solução para o conflito, pois, à atitude firme do Brasil sobre as questões importantes, como a substituição de Ritter e a proibição da NSDAP, acrescenta-se a intransigência de Berlim, que prefere adotar uma diplomacia de força e não de moderação e *entente*.

(233) AB, doc. secreto nº 85-51224, de 22 de setembro de 1938.

(234) Em francês no texto. ASW, *Amérique Latine*, doc. nº 461, de 30 de setembro de 1938.

(235) AB, doc. secreto nº 111, de 30 de setembro de 1938.

(236) AB, doc. secreto nº 93-71333, de 1º de outubro de 1938.

(237) AB, doc. nº 93-21884, de 3 de outubro de 1938.

(238) AB, doc. nº 921.1 (81) (42) de 5 de outubro de 1938. Weizsacker envia uma nota semelhante a Moniz de Aragão. ASW, *Amérique Latine*, doc. nº 462, de 3 de outubro.

(239) AB, doc. nº 95-41844, de 5 de outubro de 1938.

(240) AB, doc. nº 921.1 (81) (42) G/141, de 6 de outubro de 1938.



Goering, Hitler e Ciano após a assinatura do “Pacto de Aço”.

Outra consequência direta do fracasso integralista de maio de 1938, é o caso Fournier, que implica pela primeira vez o embaixador italiano no Rio de Janeiro.

Até o presente, as condenações do governo Vargas foram dirigidas exclusivamente à diplomacia alemã, ao passo que a Itália, “inspiradora” dos revoltados, não foi objeto de qualquer atitude por parte do Rio de Janeiro. Mas, em 25 de junho de 1938, o cidadão brasileiro e ex-capitão do Exército, Severo Fournier, perseguido pela polícia em virtude de sua importante participação no ataque ao palácio Guanabara, obtém asilo na embaixada italiana²⁴¹. Sem ter consultado o palácio Chigi, Lojacono decide

(241) Depois do golpe integralista, a polícia política brasileira vigia as embaixadas capazes de serem escolhidas como local de refúgio pelos revoltosos. A embaixada italiana é, conseqüentemente, objeto de uma estrita vigilância e foi preciso que Fournier contasse com a ajuda de dois oficiais do exército brasileiro para que estes tornassem possível sua entrada nos jardins da embaixada, onde alguns funcionários o esperavam. Um dos dois oficiais uniformizados que conduziram Fournier em um veículo até o interior da embaixada não é outro senão Manuel Aranha, irmão de Osvaldo Aranha, o ministro das Relações Exteriores. Esse fato dá uma dimensão complementar à questão Fournier, e Aranha imediatamente apresenta sua demissão a Vargas (AOA, doc. 1938.06.26); Vargas, porém, não a aceita, pois considera o

aceitar o pedido de Fournier e lhe concede asilo político²⁴². A reação brasileira é intensa, pois, segundo o Itamarati, Fournier não é perseguido por delitos políticos, mas por sua participação no “ataque criminoso visando a assassinar o Chefe de Estado e sua família” e, conseqüentemente, só pode ser considerado como um criminoso de direito comum²⁴³.

A diplomacia brasileira se esforça para convencer a Itália a não formalizar o ato de concessão de asilo político, mas os resultados obtidos junto de Lojacono são praticamente nulos: o embaixador italiano está decidido a proteger Fournier²⁴⁴. Em compensação, a atividade do embaixador brasileiro em Roma, Guerra Duval, é coroada de sucesso e Ciano convida Lojacono, em 27 de junho, a adiar sua decisão e esperar para ver qual é a melhor solução para o caso²⁴⁵. Ciano percebe que é difícil julgar a situação a partir de Roma; ele deixa então “Lojacono sair do apuro. Mas não tenho muita confiança em suas capacidades e temo que ele já esteja mais comprometido do que seria desejável”²⁴⁶.

As suposições de Ciano quanto à atitude e às capacidades de seu embaixador no Brasil têm fundamento, pois o embaixador está em contato com os integralistas. É-nos impossível dizer, em virtude da ausência de qualquer documentação — sem dúvida destruída — da embaixada italiana, qual é o estado das relações entre Lojacono e os mais importantes membros do movimento integralista, depois de janeiro de 1938. Todavia, alguns fatos nos levam a crer que, durante os primeiros meses de 1938, Lojacono continua a manter boas relações com a ex-AIB, e isso apesar das diretrizes contrárias de Ciano. Parece que, sem a conivência da embaixada italiana, teria sido impossível para Fournier introduzir-se tão facilmente em suas dependências²⁴⁷. Por outro lado, Lojacono organiza a fuga para o estrangeiro dos chefes mais visados da revolta integralista, como Miguel Reale, que parte clandestinamente, em 2 de julho de 1938, no navio italiano *Augustus* com destino a Gênova, sob a falsa identidade de Giovanni Sbraglia, cidadão italiano. Os papéis falsos de Reale e a organização de sua viagem foram providenciados pela embaixada italiana, e Lojacono pede à polícia do porto

gesto de Manuel Aranha como uma cabeçada de um jovem oficial, sem grande ressonância política (AOA, doc. n.º 1938.07.01/1). Por outro lado, o chefe do Estado Maior, Góis Monteiro, dá seu apoio a Aranha e pede que ele não abandone suas funções. Isso não impede que a posição de Aranha dentro do governo fique um pouco abalada, o que só serve para contentar o ministro da Guerra, Gaspar Dutra, que vê com satisfação a situação delicada de Aranha nessa questão.

(242) AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 8743 P. R., de 26 de junho de 1938.

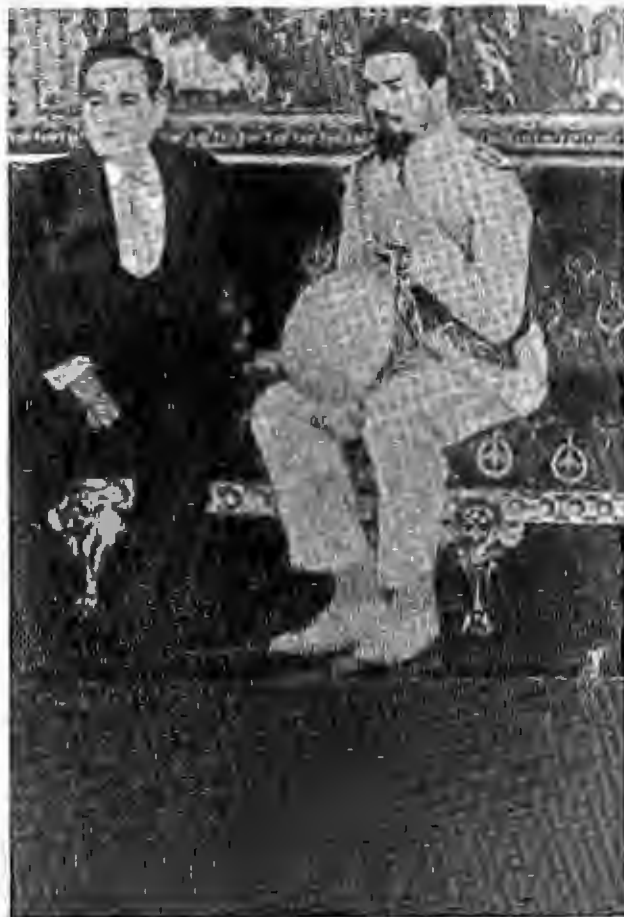
(243) AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 259, de 27 de junho de 1938. . .

(244) AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 8743 P. R., de 26 de junho de 1938.

(245) AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 9161/PR, de 27 de junho de 1938.

(246) CIANO, G., *Journal Politique, 1937, 1938*, p. 209.

(247) AB, doc. n.º 44-30225 e 30400, de 8 de junho de 1938.



Getúlio Vargas com Italo Balbo, comandante da "cruzada Biseo", Rio de Janeiro 1938.

de Gênova para não criar dificuldades a Reale quando de sua chegada em solo italiano²⁴⁸.

Quando Lojacono tem de explicar as razões que o levaram a conceder asilo político a Fournier, ele afirma que sua decisão é uma demonstração da "ajuda moral que o fascismo deve conceder ao integralismo" e que a coletividade italiana no Brasil não poderia compreender a adoção de uma outra atitude pela embaixada, pois "as pessoas implicadas no *putsch* são passíveis

(248) AI, dossiê n.º 15, doc. n.º 9073 P. R., de 2 de julho de 1938.

de serem fuziladas” e isso não é compatível com “as idéias que difundimos através do mundo”²⁴⁹.

Ciano não tem a mesma opinião e está consciente da importância dada pelo governo brasileiro à questão: ele não quer provocar uma crise aberta com o Rio de Janeiro por uma questão de asilo. Para ele, portanto, a coisa não vale a pena, e ele comunica a Lojacono que, “considerando o longo período que decorreu entre o ataque integralista e a apresentação do capitão à embaixada, sou de opinião que o asilo não deve (repeto, não deve) ser concedido”²⁵⁰. Por outro lado, Ciano julga oportuno que “essa decisão seja tomada o quanto antes para evitar eventuais polêmicas que poderiam diminuir nossa liberdade de ação”²⁵¹.

A decisão de Ciano não parece perturbar excessivamente a Lojacono, que declara que, se ele entrega Fournier à polícia brasileira, “nossa posição diante do integralismo e dos italianos do Brasil sofreria um golpe fatal”²⁵². Segue-se uma troca de comunicações entre Ciano e seu embaixador no Brasil: o primeiro repete suas diretrizes, ao passo que o segundo tenta justificar o motivo de sua desobediência às diretrizes de Roma. A situação é bastante engraçada, e podemos legitimamente indagar da falta de autoridade do ministro das Relações Exteriores italiano sobre seu embaixador²⁵³.

As pressões sofridas por Lojacono, tanto por parte de Ciano quanto por parte do Itamarati, em especial de Aranha, têm como efeito que o embaixador italiano tente encontrar o mais rapidamente possível uma solução para o caso Fournier, ao mesmo tempo que permanece com suas posições. Propõe a Roma que se organize uma “fuga autorizada” de Fournier da embaixada. Essa “fuga” deveria ser realizada com a cumplicidade das autoridades brasileiras, o que permitiria, tanto ao Itamarati quanto à Itália, salvar as aparências no caso²⁵⁴. É espantoso que Lojacono insista tanto nessa questão e assim enfureça a diplomacia brasileira, pois, para o Rio de Janeiro, nunca se levou em consideração a possibilidade de uma “fuga autorizada” e o objetivo perseguido pelo Itamarati permanece o mesmo, ou seja, a prisão de Fournier.

Ciano então decide acabar de uma vez por todas com o caso, pois a atitude de Lojacono é interpretada no Brasil como um “ato não amigável” por parte da Itália²⁵⁵. Ciano declara: “A questão começa a se complicar de maneira inquietadora... Apesar dos protestos de certos meios em favor de

(249) AI, dossiê nº 16, doc. nº 8869 P. R., de 28 de junho de 1938.

(250) AI, dossiê nº 16, doc. nº 587R/135, de 28 de junho de 1938.

(251) Ibidem.

(252) AI, dossiê nº 16, doc. nº 3451/R, de 29 de junho de 1938.

(253) AI, dossiê nº 16, documentos nºs 597R/137 de 29 de junho, 602R/139 de 2 de julho, 603R/140 da mesma data e, por fim, doc. nº 3505/R de 3 de julho de 1938.

(254) AI, dossiê nº 16, doc. nº 3505R, de 3 de julho de 1938.

(255) AI, dossiê nº 16, doc. secreto nº 614R/142, de 7 de julho de 1938.

Fournier, que serão levantados por nossa decisão... é preciso levar em conta a realidade e evitar que um fato de caráter pessoal possa prejudicar a cordialidade das relações mantidas com o Brasil oficial, que é no fim das contas o que importa... e isso de acordo com as autoridades locais, que até o momento deram prova de muita moderação na busca de uma solução para o caso Fournier, que começa a adquirir uma proporção não merecida e que pode estar na origem de graves e injustificadas complicações”²⁵⁶.

Entretantes, Lojacono havia declarado a Aranha que ele não entregaria Fournier à Justiça brasileira, pois isso oconstituiria um “ato contrário à sua honra”²⁵⁷. Conseqüentemente, encontra-se em uma situação pouco cômoda, pois, de um lado, endurece sua posição diante das autoridades brasileiras e, de outro, seu próprio governo o desautoriza. Quanto ao Itamarati, pressiona Roma para encontrar rapidamente uma solução para a questão: Aranha declara que não pode de modo algum conformar-se com a atitude da Itália e que o Governo brasileiro está decidido “a repelir uma articulação promovida pela Embaixada italiana, que atenta contra a soberania do Brasil e importa em insólita intervenção na sua vida normal”²⁵⁸.

Enfim, depois de ter recebido a garantia de que Severo Fournier não incorre na pena capital²⁵⁹, Lojacono decide, a contragosto, devolvê-lo às autoridades brasileiras. A maneira de se entregá-lo foi decidida por Lojacono, que chamou o pai de Fournier e outras personalidades da colônia italiana para o acompanharem em sua saída da embaixada. Ele foi imediatamente colocado em uma prisão militar, como havia exigido Lojacono, e não em uma prisão da polícia²⁶⁰. Contraída ou agravada, quando de sua prisão, a tuberculose mata Fournier um ano após a anistia política de abril de 1945.

A conseqüência principal do caso Fournier para as relações italo-brasileiras é que ele fez do embaixador Lojacono um personagem muito mal visto pelo Itamarati, que decide pôr um termo em sua missão no Brasil. Como no caso de Ritter, Aranha toma atitudes informais junto a Ciano para que este substitua seu embaixador no Brasil. Ao contrário de Berlim, Roma é sensível ao “passo amigo” do Rio de Janeiro e decide substituir Lojacono²⁶¹. Evitou-se assim uma crise mais profunda.

(256) Ibidem.

(257) AB, doc. n.º 47-61830, de 1.º de julho de 1938.

(258) AB, doc. n.º 49-21320, de 4 de julho de 1938.

(259) AB, doc. n.º 50-21500, de 4 de julho de 1938.

(260) AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 3558R, de 7 de julho de 1938.

(261) AOA, doc. n.º 38.11.04/2, de 4 de novembro de 1938.

f) As conseqüências da crise germano-brasileira

Logo depois da chamada recíproca de embaixadores, o Brasil e a Alemanha não sabem onde a crise poderá levá-los. As duas chancelarias se interrogam para saber que atitude adotar no futuro e para prever quais medidas a outra parte é capaz de tomar, à guisa de represálias. Nesse sentido, a situação do Brasil é muito mais confortável do que a da Alemanha, pois o Rio de Janeiro está consciente de que o agredido é ele e de que não deve alterar em nada sua posição²⁶².

A Alemanha, em compensação, não sabe que posição adotar diante da vigorosa reação brasileira. Várias soluções são então aventadas e todas tendem a tornar ainda mais inflexível a política do Reich. Imagina-se antes de tudo que, se a Alemanha toma medidas econômicas, como a interrupção das compras de algodão, o Brasil poderia modificar sua posição antialemã. Todavia, essa hipótese é logo deixada de lado, pois Berlim percebe que tem necessidade das matérias-primas brasileiras e que as perspectivas de assinatura de um novo acordo comercial seriam destruídas. Por outro lado, eventuais represálias econômicas “só poderiam agradar aos Estados Unidos”²⁶³, imediatamente disposto a substituírem os fornecedores alemães.

A única solução que então resta, aos olhos da Alemanha, é continuar a insistir no plano político e com as armas que a diplomacia dispõe. Assim, pede-se em primeiro lugar um desmentido oficial do Itamarati, declarando que a chamada forçada de Karl Ritter não está ligada aos acontecimentos de maio de 1938²⁶⁴. Como o Itamarati não ouve o pedido alemão, Berlim decide renunciar a essa exigência²⁶⁵. Envia então uma nota ao Itamarati onde os argumentos tradicionais do embaixador Ritter são retomados: a saber, que o elemento alemão sofre com as medidas nacionalistas brasileiras, que a proibição da NSDAP é injusta, que a chamada forçada de Ritter é ainda uma medida na linha antialemã e, por fim, que Ritter, por sua posição, apenas representou a opinião pública e o Estado alemão²⁶⁶. Além do mais, a nota da Wilhelmstrasse deixa aberta a possibilidade de que as “relações normais” entre os dois países possam ser reatadas em um futuro próximo²⁶⁷.

(262) O próprio Getúlio Vargas declara, no primeiro aniversário da instauração do EN, que o Brasil deve ficar vigilante na “defesa da nossa bandeira, do nosso idioma, das nossas tradições... Não toleraremos, entretanto, qualquer gesto que se traduza em diminuição da nossa soberania”. VARGAS, G., *NPB*, v. VI, pp. 74-5.

(263) DDA, dossiê nº 3, doc. nº Pol. IX 10 (12), de 6 de janeiro de 1939.

(264) DDA, dossiê nº 6, doc. nº Pol. I 2408, de 18 de outubro de 1938.

(265) DDA, dossiê nº 6, doc. nº 198, de 22 de outubro de 1938. É o próprio Ribbentrop que declara que um desmentido brasileiro é inútil, pois não poderá melhorar em nada as relações entre os dois países.

(266) DDA, dossiê nº 3, doc. nº 2077/38, de 4 de janeiro de 1939.

(267) *Ibidem*.

No Itamarati, causa espanto a insistência com que Berlim volta a uma questão que, para a diplomacia brasileira, já está encerrada. O Rio de Janeiro responde à nota alemã repetindo também seus argumentos tradicionais, a saber: que foi Ritter, com sua atitude pessoal, que levou as relações germano-brasileiras ao estado em que se encontram atualmente. Mas, muito mais do que Berlim, o Itamarati enfatiza a importância de uma retomada das relações normais entre os dois países²⁶⁸.

Periodicamente chega a Berlim relatórios do encarregado de negócios no Rio de Janeiro sobre a aplicação das novas medidas antialemãs no Brasil. Nessas condições, é fácil compreender a confusão da diplomacia germânica, dividida entre a radicalização e a moderação. Como a Alemanha não tem possibilidade de tomar medidas práticas de pressão contra o Brasil, os diplomatas alemães chegam a imaginar situações absurdas, como a saída de 5 000 agricultores alemães do sul do Brasil²⁶⁹. Sem contar todas as dificuldades práticas de um empreendimento desse tipo, o III Reich teria grandes dificuldades para convencer os colonos alemães a abandonarem uma situação material satisfatória no Brasil e lançarem-se a uma aventura, tanto mais aleatória na medida em que reina na Europa um profundo clima de incerteza.

Finalmente, depois de muitas hesitações, o encarregado de negócios alemão, von Levetzow, faz chegar, em 2 de janeiro de 1939, ao príncipe von Bismarck, da Wilhemstrasse, um relatório no qual, pela primeira vez, a diplomacia alemã procura compreender os erros cometidos nesses últimos anos no Brasil. O representante alemão vai mais longe e esboça mesmo um estudo sobre a psicologia brasileira²⁷⁰:

“... Devo antes de tudo tornar claro que o Brasil e o governo brasileiro não podem ser avaliados segundo as normas que se aplicam aos Estados e aos governos europeus. É certo que, de um lado, a intriga e, de outro, a “amizade” desempenham aqui um papel muito maior do que na Europa. Todo brasileiro, como de resto todo estrangeiro, que quer ter sucesso nos negócios no Brasil procura fazer “amigos” para que estes sirvam a seus interesses. Quem não tem “amigos” perde sua influência e não chega a conseguir nada. Um ministro brasileiro estará, por exemplo, inclinado a satisfazer um diplomata estrangeiro que lhe agrada, mesmo que agindo assim ele não esteja servindo estritamente aos interesses do seu país. Contudo, de outro lado, será indiferente para ele negligenciar os interesses políticos de seu país ou os interesses econômicos de certos meios comerciais brasileiros, se com isso ele paralisa os esforços de um diplomata de quem ele não gosta.

(268) AB, doc. confidencial n.º NP/20/921.1 (42) (81), de 25 de janeiro de 1939.

(269) DDA, dossiê n.º 3, doc. n.º Pol. IX 10, de 28 de dezembro de 1938.

(270) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 466, de 2 de janeiro de 1939, pp. 106-10.

Posso perfeitamente imaginar, por exemplo, que em nosso caso ministros brasileiros criem de vários modos obstáculos para a exportação do algodão para a Alemanha, mesmo com o risco de prejudicar os interesses dos produtores brasileiros, a partir do momento em que se trata de causar dissabores a uma missão diplomática ou a um governo alemão que não lhes agrada... Compreendendo essa situação, esforcei-me para criar com o ministério das Relações Exteriores um ambiente que torne possível a discussão mesmo de questões desagradáveis”.

Depois dessas considerações, que não são totalmente desprovidas de fundamento e mostram que os diplomatas lotados no Brasil tiveram interesse em se dedicar um pouco ao estudo do caráter nacional, von Levetzow pede a Bismarck que ele diga claramente o que a Alemanha quer: se está de acordo com o método empregado pela embaixada ou se recusa a moderação e quer fazer “durar o conflito”. No que diz respeito a von Levetzow, sua posição é clara:

“Já disse que não acredito que seja possível obter através da continuação do conflito, na medida que não se toma em relação ao Brasil medidas verdadeiramente sérias, qualquer vantagem para os Reichsdeutsch ou para os Volksdeutsche. O mesmo ocorre no que se refere ao importante comércio alemão no Brasil, do qual depende a maioria dos alemães que vivem aqui. E somos, no fim das contas, responsáveis por sua existência”²⁷¹.

Bismarck só responderá à interrogação de von Levetzow em março de 1939, quando as relações entre os dois países já chegaram a um sensível apaziguamento. Ele apóia sem restrições as novas medidas do encarregado de negócios²⁷².

É inevitável que a crise política atravessada pelas relações germano-brasileiras repercuta nas relações econômicas e comerciais entre os dois países. E isso apesar da preocupação manifestada, em diversas oportunidades, por Berlim, de não afetar as relações comerciais com o Brasil por causa de problemas políticos²⁷³.

A primeira medida importante tomada pelo Brasil a ter incidência direta nas relações econômicas entre os dois países é não mais aceitar o pagamento das exportações brasileiras em marcos compensados. Essa medida é tomada em 24 de junho de 1938, ou seja, em um momento em que

(271) Ibidem.

(272) ASW, *Amérique Latine*, doc. n° 468, de 10 de março de 1939, pp. 111-2.

(273) DDA, dossiê n° 3, doc. n° Pol. IX 1888, de 31 de outubro de 1938. De fato, as relações comerciais praticamente não são afetadas pela crise das relações diplomáticas e, por exemplo, as quotas de importação de algodão brasileiro são fixadas em 1938, para a Alemanha, em 72 000 toneladas, mas as importações elevam-se de fato a 103 000 toneladas. O Brasil ocupa então 30% das importações algodoeiras totais da Alemanha. In *Monatliche Nachweise über den auswärtigen Handel Deutschlands*, herausgegeben vom Statistischen Reichsamt, Berlin, 1938.

a crise política entre os dois países está em seu ponto de quase ruptura. Por outro lado, a decisão brasileira é unilateral e viola as disposições do tratado comercial em vigor entre os dois países desde 1936.

Todavia, é evidente que o Brasil não pode invocar considerações políticas para justificar sua decisão. O Banco do Brasil, que é o órgão de controle das exportações e importações do país, justifica sua decisão com o fato de que o Brasil tem “na Alemanha um crédito comercial de cerca de 30 milhões de marcos”; o Brasil não deve ter “um crédito excessivo em marcos compensados, pois isso nos obrigaria a fazer grandes compras de mercadorias alemãs e, por outro lado, ele [o Reichsmark] pode sofrer uma desvalorização”, o que só poderia prejudicar os interesses brasileiros²⁷⁴. Essas alegações não são convincentes aos olhos da Alemanha. Com efeito, ela não nega que o Brasil tenha um grande crédito em marcos compensados, mas por que, então, em vez de interromper unicamente a compra dos marcos bloqueados na Alemanha, o Banco do Brasil interrompe também a venda dos marcos bloqueados aos importadores brasileiros desejosos de fazer compras na Alemanha²⁷⁵? A observação alemã é pertinente e vemos, então, que a decisão brasileira é mais política do que técnica, pois a questão para o Brasil, na verdade, é diminuir o grande comércio com a Alemanha²⁷⁶.

A decisão brasileira é inaplicável em sua forma absoluta, pois o Brasil não está em condições de suprimir, do dia para a noite, toda a relação comercial com a Alemanha. Esta, por sua vez, faz todo o possível para tornar inoperantes as medidas brasileiras. Berlim propõe, em outubro de 1938, a conclusão de um novo acordo comercial tendo por base o assinado em junho de 1936 e com praticamente os mesmos fornecimentos de produtos brasileiros. E, o Brasil, curiosamente, aceita a proposta alemã.

A aquiescência brasileira à assinatura de um novo tratado comercial com a Alemanha torna caducas as disposições tomadas, em junho, pelo Banco do Brasil: a Alemanha continuará a pagar as exportações brasileiras com marcos bloqueados²⁷⁷. A única explicação possível para essa volta atrás nos é dada pelo fato de que o Brasil tem grandes dificuldades para escoar seu algodão, que aliás é de muito má qualidade, e do qual a Alemanha é o principal comprador.

(274) AB, doc. n.º 67-61534, de 24 de junho de 1938.

(275) Tendo em vista que o comércio exterior brasileiro, a exemplo do da Alemanha, está completamente sob controle estatal, o Banco do Brasil é o órgão depositário dos marcos bloqueados, dos quais tem necessidade para pagar a mercadoria à Alemanha. Se o Banco do Brasil também interrompe a venda dos marcos bloqueados que possui, isso significa que deseja interromper completamente o comércio com a Alemanha e que dá pouca importância à recuperação dos bens do país na Alemanha.

(276) Memorando enviado pela embaixada alemã ao Itamarati em 14 de setembro de 1939. AB, doc. n.º 821.2 (42) (81).

(277) AB, doc. n.º EC/174/830 (42) (81), de 1.º de dezembro de 1938.

Vendo que pode tirar partido da situação do comércio exterior brasileiro, a Alemanha propõe ao Rio de Janeiro aumentar a quota anual do algodão de 60 000 para 80 000 toneladas, em virtude da “incorporação dos novos territórios ao Reich”²⁷⁸. O Brasil aceita o pedido alemão, mas somente de um aumento de 12 000 toneladas, passando então o algodão anualmente entregue pelo Rio de Janeiro ao Reich a atingir 72 000 toneladas.

Para continuar seu comércio com a Alemanha, o Brasil persiste, no entanto, a exigir que as trocas estejam constantemente em equilíbrio, ou seja, em períodos que jamais ultrapassam seis meses, as compras brasileiras no Reich atingem em valor o montante dos fornecimentos do Brasil à Alemanha²⁸⁰.

As conseqüências da crise diplomática atravessada pelas relações germano-brasileiras não se fazem sentir de maneira duradoura nas relações econômicas e comerciais entre os dois países. Nesse sentido, pode-se dizer que as medidas restritivas do Banco do Brasil são tomadas em um momento de crise profunda e servem principalmente para alinhar os trunfos que a diplomacia brasileira possui em sua luta contra a influência nazista no país. A Alemanha tem, portanto, de compreender que uma interrupção nas vendas de algodão brasileiro é certamente uma medida difícil, mas que o Rio de Janeiro está disposto a tomar, a despeito dos protestos que ela poderia levantar. Com efeito, a suspensão dessas vendas à Alemanha levanta intensos protestos por parte dos plantadores e comerciantes brasileiros. Estes, estabelecidos sobretudo em São Paulo e no Nordeste, reprovam o governo por não demonstrar grande interesse no desenvolvimento econômico das regiões produtoras de algodão²⁸¹.

O exame das relações comerciais no ano de 1938 demonstra a pouca influência que a crise política tem no domínio econômico: a Alemanha mantém praticamente a mesma posição no comércio exterior do Brasil, já que está à frente dos fornecedores desse país, com 25% do valor total das

(278) DGFP, *Latin América*, doc. n.º W VIII b 3025, de 4 de outubro de 1938.

(279) RAPR, 1938, p. 291, bem como AB, doc. n.º EC/194/811 (42) (81), de 31 de dezembro de 1938.

(280) *Ibidem*.

(281) Essa crítica tem tanto mais ressonância na medida em que a região nordestina é extremamente pobre e tradicionalmente abandonada pelo poder central. Agora que essa região descobre a vocação para a cultura do algodão, que representa um trunfo para seu desenvolvimento, os grandes comerciantes da região não aceitam de boa vontade as medidas governamentais. Enfim, mencionemos ainda que, se os elementos democratas, como Aranha, têm influência preponderante quando se trata de decisões de caráter político, a coisa ocorre de maneira inteiramente diferente quando se trata de problemas econômicos, nos quais a diversidade de interesses e de pressões torna muito difícil a tomada de decisões radicais.

importações, e fica em segundo lugar no quadro das exportações brasileiras, com 19,1% do total²⁸².

Dentro de uma perspectiva mais geral, a Alemanha hitlerista não demora a tirar uma conclusão do fracasso de sua política na América Latina, especialmente no Brasil. A Wilhemstrasse organiza a 28 e 29 de julho de 1938, em Montevideu, uma reunião dos embaixadores alemães junto aos três Estados do ABC (Argentina, Brasil e Chile), com a participação do encarregado de negócios no Uruguai, Langmann²⁸³. Essa reunião é convocada em virtude da “atitude atualmente hostil aos estrangeiros e particularmente aos alemães constatada na maioria dos países sul-americanos”²⁸⁴. Depois de ter enfatizado que esse fenômeno não é transitório, mas, ao contrário, “a política alemã deve tê-lo em conta por muito tempo, talvez anos”, os diplomatas alemães se questionam sobre os objetivos que a Alemanha deve visar na América do Sul.

“Quer ela se confinar aos problemas econômicos e culturais? Ou deseja ela ir além e perseguir uma política de poder combatendo a partir da América do Sul, no terreno político, a América do Norte?”

Na América do Sul, e especialmente no Brasil, prevalece a opinião de que a Alemanha segue aí seus próprios intentos de política de poder; é essa também a opinião dos meios políticos influentes. Estes julgam indispensável que a Alemanha repudie claramente tais intenções (segundo Plugge) e que se limite a ter em vista objetivos econômicos e culturais. Se a política alemã se restringir assim ao domínio econômico e cultural, perspectivas de sucesso se oferecerão a ela, sobretudo no domínio econômico.

As declarações reiteradas dos estadistas dirigentes não deixam qualquer dúvida a esse respeito”²⁸⁵.

Nessas condições, a reunião emite algumas recomendações que deverão guiar no futuro as atividades alemãs na América do Sul. Essas recomendações são elaboradas segundo as principais preocupações alemãs nestas relações. Citaremos apenas os pontos mais importantes:

Política comercial: “recomenda-se concluir com os países sul-americanos tratados de comércio que se estendam por vários anos ou pelo menos — em caso de menor duração — que se renovem automaticamente se não forem rescindidos”²⁸⁶.

(282) JOBIM, J., *O Brasil na economia mundial, op. cit.*, p. 236.

(283) Além do embaixador Ritter, participam dessa reunião von Thermann (embaixador na Argentina) e von Schoen (embaixador no Chile).

(284) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 458, de 2 de agosto de 1938, pp. 82-9.

(285) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 458, de 2 de agosto de 1938, p. 83.

(286) *Ibidem*, p. 84.

Germanismo: “Uma separação orgânica do elemento reichsdeutsch e do elemento volksdeutsche é necessária. Os Volksdeutsche devem em princípio dirigir-se a si mesmos... Todas as instruções anteriores em contradição com essas ordens, relativas ao uso da saudação alemã, ao uso das insígnias e do uniforme do partido, ao hasteamento da bandeira, etc. devem ser consideradas como anuladas por essas novas ordens, em especial nas escolas. O treinamento nos grupos de Juventude está em oposição absoluta com as regras sobre as quais se baseia a política da população nos Estados sul-americanos. É a solução argentina (escoteiros argentinos misturados a grupos alemães, ingleses e italianos) que melhor corresponde à situação, mas ela nem sempre se adapta aos outros países.

A Frente do Trabalho e a Organização Feminina devem tornar-se, se isto já não tiver ocorrido, completamente apolíticas, pois dessa maneira poderão provavelmente manter-se, mesmo no caso de o partido ser proibido.

Imediatamente depois que ocorreram no Brasil os incidentes de que se tem conhecimento, os brasileiros se levantaram vivamente contra a existência em todo o país de uma organização rígida do partido, independente das missões diplomáticas do Reich. Nas épocas críticas como a que vivemos atualmente na América do Sul, a responsabilidade decisiva de representante do Reich deve em todo caso ser salvaguardada.

Escolas, associações, etc.: As escolas volksdeutsche devem ser reorganizadas de tal modo que sejam capazes de subsistir financeiramente por elas mesmas, recorrendo em larga escala ao elemento volksdeutsch. Será preciso aceitar o fechamento das pequenas escolas.

A julgar pelas experiências no Brasil, parece desejável, por medida de precaução, coordenar os estatutos das associações alemães sociais, culturais, esportivas e caritativas. A direção das associações volksdeutsch deve ser composta unicamente de Volksdeutsche.

O material de propaganda referente sobretudo às questões de política racial e religiosa enviado da Alemanha para a América do Sul em geral não está adaptado às peculiaridades sul-americanas... É recomendável, portanto, que o departamento de cultura política das Relações Exteriores faça, em cooperação com o departamento cultural da AO, listas do único material de propaganda autorizado.

A difusão na América do Sul de brochuras políticas (também anti-comunistas) não deve, até nova ordem, ser efetuada pelas missões diplomáticas do Reich ou pelas organizações do partido. Esse material de propaganda (anti-Komintern) deveria, ao contrário, e na medida do possível, ser expedido a partir de outros países (Suíça) às pessoas interessadas, com exclusão dos nacionais alemães. O envio para o

Brasil de material de propaganda em línguas estrangeiras deve ser interrompido atualmente por completo.

Imprensa: A opinião pública, nos Estados sul-americanos é insuficientemente influenciada pela imprensa local, sobretudo se se tem em mente o período crítico em que nos encontramos.

A partir do momento que a Alemanha deseja cercar eficazmente a importante atividade de outros países, especialmente dos Estados Unidos da América, é preciso que empregue muito mais dinheiro. A única técnica conveniente consiste em exercer uma influência financeira preponderante sobre um grande diário. Uma pressão por meio da concessão ou da retirada de publicidade não é suficiente.

Adidos militares: Em virtude da grande importância política do exército no Brasil e no Chile, é muito desejável que adidos militares sejam enviados ao Rio de Janeiro e Santiago.

Dupla nacionalidade: Nem sempre está esclarecida. Parece que não há qualquer possibilidade de regular essa questão contratualmente. Seria preciso pelo menos tentar harmonizar a jurisprudência alemã com o *jus loci*, especialmente no que diz respeito ao serviço militar, às questões de passaporte, de inscrição e de estatuto civil²⁸⁷

Analisando-se em detalhe o conjunto dessas proposições dos embaixadores alemães nos países mais importantes da América do Sul, observa-se que a posição alemã está em grande recuo em relação aos anos anteriores. Toda uma série de pontos — até então considerados como fundamentais (escolas, ação política, serviço militar dos que têm dupla nacionalidade, etc.) nas aspirações da NSDAP e da Wilhemstrasse para sua ação na América do Sul e, em especial, no Brasil — é agora praticamente abandonada por Berlim. O recuo é muito sensível e doravante a diplomacia alemã vai tentar aplicar uma diplomacia mais tradicional. Um exemplo disso é a nítida separação entre os representantes políticos (NSDAP) e os diplomáticos (Wilhemstrasse), e a predominância destes últimos.

É evidente que essa nova atitude alemã não é adotada de boa vontade, mas imposta pelos acontecimentos. Trata-se de uma mudança substancial na filosofia da política externa do III Reich em relação à América do Sul, sobretudo na medida em que o partido nacional socialista alemão assume, quase simultaneamente, diretrizes semelhantes às adotadas pela Wilhemstrasse²⁸⁸.

(287) Ibidem, pp. 85-9.

(288) Em uma nota preparada por Schomaker (chefe da seção jurídica da AO) para Bohle (chefe da AO) sobre a “reorganização da atividade do partido na América do Sul”,

Apesar das novas disposições dos representantes nazistas no Brasil e do início de um apaziguamento da crise germano-brasileira, assistimos, no fim de 1938, a uma renovação das relações inter-americanas e em especial brasileiro-americanas. Vemos aqui os sinais precursores de uma intensa colaboração brasileira com o mundo americano, sobretudo com os Estados Unidos. A parte alguns clarões de esperança que surgem episodicamente nas relações germano-brasileiras, a posição alemã prosseguirá fraca no Brasil e os erros cometidos continuarão a ser pagos de modo muito caro.

g) Avaliação

O período que se encerra em outubro de 1938, constitui um momento de mudança da posição brasileira tanto em relação aos Estados Unidos quanto em relação à Alemanha e à Itália.

Antes de tudo, essa mudança modifica os métodos de ação diplomática. A política externa tinha o caráter muito secreto exigido pela diplomacia paralela da subversão. Ela adquire agora uma aparência tradicional. Será mais aberta e poderá ser apreendida pelos múltiplos atores.

Tendo sido resolvidas as questões políticas e de nacionalidade, o EN se volta para seu programa governamental de novembro de 1937, no qual importância capital é concedida às questões de cooperação econômica — o complexo siderúrgico — e aos fornecimentos militares.

Realiza-se enfim a mudança, em virtude da posição que ocuparão nas prioridades brasileiras os Estados Unidos, a Alemanha e a Itália. Enquanto Washington praticava até então uma política defensiva, tendo como finalidade única cercear a influência do Eixo, os Estados Unidos, levados pelo Rio de Janeiro, vão mudar de atitude e se tornarão progressivamente muito atuantes e influentes. Em compensação, a posição do Eixo, tão importante há alguns meses, irá declinar tanto mais rapidamente na medida em que a guerra na Europa afastará o Brasil do Velho Mundo.

Essa completa alteração das posições dos diferentes países e a mudança da natureza de suas respectivas relações refletem-se na documentação disponível. As fontes diplomáticas se tornam clássicas e mais bem exploradas pela historiografia, ao passo que se observa a ausência de fontes policiais e de documentos referentes a uma eventual diplomacia secreta. As relações brasileiro-americanas durante o período que se inicia já foram

Berlim retoma as idéias principais da conferência de embaixadores, isto é, que doravante “é preciso proceder com prudência e que é necessário separar os Reichsdeutsche dos Volksdeutsche”. Essa separação deve verificar-se em todos os órgãos vinculados à Alemanha hitlerista, tais como o partido, a Frente do Trabalho, as organizações de sociedades, nas diversas associações, bem como nos organismos que se ocupam das escolas. Cf. ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 460, de 8 de agosto de 1938, pp. 90-4.

objeto de algumas pesquisas²⁸⁹; por isso optamos por nos referir a elas apenas brevemente, enfatizando os aspectos mais originais e desconhecidos da posição brasileira em face do Eixo e dos Estados Unidos.

(289) Especialmente GIFFIN, D., *The Normal years: Brazilian-American Relations 1930-1939*, *op. cit.*, MCCANN Jr., F. D., *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*, *op. cit.*, MARTINS, L., *Pouvoir et développement économique; formation et évolution des structures politiques au Brésil*, *op. cit.*, e, por fim, BANDEIRA, M., *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, *op. cit.*

CAPÍTULO III

A ESPERA (NOVEMBRO DE 1938-AGOSTO DE 1939)

a) A aproximação brasileiro-americana

Aos temores suscitados em Washington pela implantação de um regime corporativista no Brasil, sucedeu a partir de maio de 1938 um certo apaziguamento nas relações brasileiro-americanas. Isso se deve, por um lado, ao desaparecimento da AIB da vida política nacional e, por outro, à crise das relações entre o Rio de Janeiro e Berlim.

O fato de Osvaldo Aranha assumir o Itamarati reforça a posição dos Estados Unidos: o novo responsável pela diplomacia brasileira tem como objetivo fundamental de sua ação o aumento das relações — em todos os níveis — com Washington. Conseqüentemente, as relações brasileiro-americanas que se anunciavam muito mal, logo após a implantação do EN, sofrem uma mudança notável depois dos primeiros seis meses de governo totalitário. Nessas condições, quais são as mudanças realizadas pelo Brasil e pelos Estados Unidos em suas relações.

Durante todo o ano de 1938, a política externa do Brasil relativa aos Estados Unidos é caracterizada pela espera e pela preparação de um programa em larga escala. O único problema que hipoteca as relações entre os dois países é a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. A partir do momento que grande parte desses juros deveria ser paga a cidadãos norte-americanos, é natural que o Departamento de Estado pressione as autoridades brasileiras para entrarem em negociações a fim de encontrar uma solução para o problema²⁹⁰. Além desse assunto, o Rio de

(290) Durante todo o ano de 1938 ocorrem contatos entre o Departamento de Estado e o Itamarati, a fim de se resolver essa questão, mas sem sucesso. Cf. FRUS, 1938, v. V, pp. 373-81. Os numerosos credores norte-americanos organizaram-se em uma associação chamada "Foreign Bondholders Protective Council Inc.", a fim de melhor exercerem sua pressão sobre o Departamento de Estado. Para se ter uma idéia do estado de espírito dos membros dessa associação, citemos uma passagem de uma carta enviada por J. T. S. Brown Jr., em 26 de julho de 1939, ao subchefe da Divisão das Repúblicas Americanas do Departamento de Estado — E. O. Briggs — para protestar contra a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Nessa carta, Brown Jr. declara em especial que ele "espera que nosso país não vá deixar uma raça mestiça de espanhóis [sic], de índios e de negros... nos cuspir no rosto". Cf. Arquivos do Departamento de Estado, doc. n.º DS 832.51/1535.

Janeiro, empenha-se em assegurar ao Departamento de Estado a evolução política interna brasileira e o verdadeiro caráter do EN. As esperanças brasileiras em relação aos Estados Unidos são, portanto, muito limitadas durante o ano de 1938, e será preciso esperar o ano seguinte para que sejam conhecidas as novas intenções da diplomacia do Rio de Janeiro.

Ao contrário do Itamarati, o Departamento de Estado persegue um determinado número de objetivos importantes em suas relações com o Brasil. A evolução da política interna brasileira é, evidentemente, seguida com atenção; enfatizamos a questão da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa brasileira, mas os Estados Unidos têm como preocupação maior a luta contra a influência nazista no Brasil, como demonstram, ao longo de 1938, as comunicações entre o representante diplomático norte-americano no Rio de Janeiro — Jefferson Caffery — e o Departamento de Estado²⁹¹.

Se até fins de 1937 a rivalidade americano-alemã no Brasil se exprimia essencialmente no terreno econômico e comercial, a partir de março de 1938 os Estados Unidos preocupam-se também com questões de ordem ideológica e política²⁹². Quando se leva em consideração a documentação diplomática²⁹³ existente, a atitude de Washington adquire um duplo aspecto; sobre a influência política e ideológica dos regimes totalitários europeus e, mais particularmente, a questão da nacionalização na região sul do Brasil, a diplomacia norte-americana procura antes de tudo obter informações através de expedientes informais e privados, sem que se possa concluir por uma ingerência ou por pressões abertas sobre os dirigentes brasileiros²⁹⁴. É bastante provável que Osvaldo Aranha, que aliás é amigo pessoal de Jefferson Caffery, encontre com frequência este último e o ponha a par da evolução da política interna brasileira e da campanha de nacionalização²⁹⁵.

Em seguida, quando se trata das questões econômicas e comerciais, a atitude de Washington é mais nítida e radical. Ela demonstra claramente a

(291) FRUS, 1938, v. V, pp. 330-72, 382-96 e 408-19.

(292) É também em 1938 que Roosevelt estabelece um comitê interdepartamental “encarregado de acompanhar com atenção a evolução da situação na parte sul do hemisfério e de velar para que a política do Eixo seja obstruída com eficácia”, FRIEDLANDER, S., *Le rôle...*, *op. cit.*, p. 37.

(293) FRUS, 1938, v. V, pp. 330-72.

(294) Nos arquivos diplomáticos brasileiros, não existe vestígio das pressões que Washington teria exercido sobre o Rio de Janeiro, a fim de dificultar a influência alemã. Em compensação, os arquivos diplomáticos norte-americanos têm documentos que demonstram o interesse dos Estados Unidos por essa questão. Esses documentos são trocados entre Caffery e o Departamento de Estado e não entre as autoridades brasileiras e as norte-americanas. Conseqüentemente, esses documentos revelam o interesse suscitado em Washington pela evolução da campanha nacionalista no Brasil, mas não permitem afirmar que pressões foram exercidas oficialmente para combater a Alemanha nos planos político e ideológico.

(295) Cf. as declarações de Caffery in FRUS, 1938, v. V, pp. 405-7.



O embaixador americano Jefferson Caffery e Osvaldo Aranha.

preocupação de Washington em cercear o avanço do comércio germano-brasileiro. O Departamento de Estado toma algumas providências junto ao Itamarati para denunciar os métodos comerciais alemães²⁹⁶. Essas pressões norte-americanas dão alguns frutos, como a interrupção da compra e da venda *clearing*, decretada pelo Banco do Brasil em 1938. Mas a ação norte-americana até fins de 1938 visa muito mais a destruir os vínculos comerciais germano-brasileiros do que a estabelecer relações comerciais novas entre Washington e o Rio de Janeiro. Assim, os dois países não chegam a com-

(296) *Ibidem*, pp. 397-404.

pletar imediatamente seu acôrdo comercial de 1938²⁹⁷ e contentam-se em estabelecer uma comissão mista encarregada de promover as relações comerciais recíprocas²⁹⁸.

Para concluir, pode-se dizer que a aproximação brasileiro-americana que se realiza durante o ano de 1938 deve-se antes de tudo à crise das relações entre o Rio de Janeiro e Berlim. Isso quer dizer que os acontecimentos brasileiro-americanos “positivos” não são mais numerosos do que no passado, mas, em um mundo dividido entre democracia e totalitarismo, fica nítida a ruptura entre uma diplomacia “universalista” e conquistadora e a diplomacia pan-americana, que concede prioridade aos interesses do Novo Mundo; toda ação que enfraquece a posição dos países totalitários reforça, *a contrario*, a corrente americanista e democrata.

No momento, Washington e a corrente americanista no Brasil cuidam de explorar a nova situação das relações brasileiro-americanas a fim de aproximar ainda mais os dois países e eliminar definitivamente o perigo totalitário. A primeira ocasião que se apresenta é a Oitava Conferência Pan-americana que deve abrir-se imediatamente em Lima.

b) O Brasil na Conferência de Lima

Depois do fracasso de sua proposição de “consolidação da paz continental” apresentada em Buenos Aires em 1936²⁹⁹, os Estados Unidos não renunciam a suas iniciativas, que visam a uma maior coesão continental. A Oitava Conferência Pan-americana, prevista para dezembro de 1938, em Lima, constitui ocasião ideal para voltar à carga.

Concretamente, as proposições do Departamento de Estado são as seguintes:

- reafirmação do princípio de solidariedade continental, o que significa a adoção da regra da segurança coletiva;
- defesa continental contra as ameaças externas;
- reunião não-protocolar e urgente dos ministros das Relações Exteriores quando uma situação, continental ou extra-continental, o exigir;

(297) *Ibidem*.

(298) É preciso observar que a exemplo dos tratados de assistência militar assinados anteriormente entre os dois países, que prevêem, entre outras disposições, o envio de uma missão militar norte-americana ao Brasil, Washington e o Rio de Janeiro concluem em 12 de novembro de 1938 um novo acordo militar para uma missão do exército de terra norte-americano no Brasil. Para o texto do acordo, ver *Department of State, Executive Agreement Series*, n.º 135, bem como *RAPR, 1938*, p. 68.

(299) Cf. as páginas 282-4.

- não-reconhecimento das aquisições territoriais realizadas através de coerção ou força;
- rejeição do conceito de minoria étnica, lingüística ou religiosa.

Desse programa muito ambicioso se depreende um objetivo maior que é, segundo o próprio Cordell Hull, “combater a penetração do Eixo na América Latina”³⁰⁰, pois, em caso de guerra na Europa, é preciso prever quais são as medidas capazes de “defender o mundo ocidental do perigo representado pelo Eixo”³⁰¹.

A exemplo da Conferência de Buenos Aires (1936), a de Lima não se apresenta sob os melhores auspícios. Isso se deve essencialmente à oposição argentina. Com efeito, a diplomacia platina se opõe novamente às tentativas de tornar mais coercitivas as disposições pan-americanas. Para compreender as razões que levam a Argentina a se opor tão firmemente ao desenvolvimento da solidariedade continental, há que recorrer a algumas considerações.

Entre estas, citem-se quatro: a presença na Argentina de uma minoria ítalo-alemã muito influente; a orientação do comércio exterior argentino — carne, lã, trigo —, voltado essencialmente para a Europa; a crença muito difundida na Argentina de que os europeus são parceiros mais seguros, pois sua política externa não é, como a dos Estados Unidos, condicionada pelos prazos eleitorais e por um Congresso todo-poderoso; enfim, existe no exército argentino uma profunda admiração pela organização militar da Alemanha³⁰².

Convencida da atitude a adotar, a Argentina tentará por todos os meios sabotar a Conferência de Lima. Em primeiro lugar, Buenos Aires tenta atrair para seu lado alguns países. Aranha é procurado pelo ministro das Relações Exteriores argentino, José Maria Cantilo, para que o Rio de Janeiro adira à posição argentina³⁰³. A diplomacia brasileira responde negativamente.

A atitude de Cantilo persuade Aranha de que Buenos Aires está decidida a sabotar a Conferência de Lima, e o responsável pela diplomacia brasileira mantém um contato estreito com Cordell Hull e com Caffery a fim de estabelecer uma tática para frustrar os planos argentinos³⁰⁴.

Como não conseguiu obter a adesão de outros Estados à sua tese, a Argentina propõe adiar a conferência para outra ocasião³⁰⁵. Essa segunda

(300) HULL, C., *Memoirs, op. cit.*, p. 601.

(301) *Ibidem*.

(302) Cf. FRUS, 1938, v. V, p. 47, doc. nº 710.H/49.

(303) Cf. as declarações feitas por Aranha a Hull, in HULL, C., *Memoirs, op. cit.*, p. 604.

(304) HULL, C., *Memoirs, op. cit.*, p. 604, e FRUS, 1938, v. V, pp. 1-27.

(305) HULL, C., *Memoirs, op. cit.*, pp. 601 e s.

iniciativa também não tem mais sucesso do que sua oposição à tomada de medidas coletivas e a conferência é declarada aberta a 9 de dezembro de 1938 na capital peruana. Isso já é um sucesso para o movimento pan-americano, mas resta, sem dúvida alguma, um longo caminho a percorrer para que as proposições dos Estados Unidos sejam aceitas pela assembléia.

A delegação brasileira é dirigida pelo ex-ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco, pois Osvaldo Aranha não quer afastar-se do Rio de Janeiro, devido à situação interna brasileira. A Argentina, em compensação, delega apenas um alto funcionário diplomático, enquanto o ministro Cantilo se encontra “incomunicável na região dos lagos chilenos”³⁰⁶. Essa má vontade argentina faz com que Cordell Hull diga que está “diante dos dez dias mais difíceis” de sua carreira diplomática³⁰⁷.

A posição irredutível da Argentina impede a tomada de decisão por unanimidade e todos os países presentes em Lima sabem que a conferência tende ao fracasso se não se encontrar um meio para contornar o obstáculo. Osvaldo Aranha, que no Rio de Janeiro mantém-se em contato estreito com a embaixada dos Estados Unidos durante os preparativos da conferência³⁰⁸, decide então servir de intermediário, a fim de poder reunir o conjunto dos países em torno das proposições que mais se aproximam das expressas pelos Estados Unidos.

Afrânio de Melo Franco preside a primeira comissão, encarregada de estudar as questões relativas à paz continental; é por proposta sua que se vai, como ocorreu em Buenos Aires em 1936, abandonar qualquer idéia de coerção nas medidas adotadas pela conferência. Suprime-se qualquer menção a “tratados” ou “convenções” a serem concluídos sobre esse assunto, e as decisões serão apenas simples “resoluções”.

A proposta brasileira permite desbloquear a conferência, e as negociações que então se iniciam consagrarão, grosso modo, as proposições norte-americanas. Com efeito, o documento final, conhecido como Declaração de Lima, é, apesar de seu caráter não-obrigatório, o “documento mais importante da história das relações interamericanas”³⁰⁹. Nesse

(306) *Ibidem*, p. 605. A má vontade argentina é evidente e CONIL PAZ, A., e FERRARI, G., falam também em sua obra *Política...*, *op. cit.*, da “atitude displicente” da diplomacia platina em Lima (p. 57). Para esta última, portanto, a Conferência de Lima é apenas uma ocasião para realizar “um cruzeiro no Pacífico”, sem qualquer preocupação de colaboração positiva. Por outro lado, assinalemos que o responsável pelas relações exteriores da Argentina nesse momento é José Maria Cantilo, que até há pouco foi embaixador de seu país em Roma, de onde voltou impressionado pelas realizações dos regimes totalitários europeus. Portanto, não é de espantar que Cantilo defenda “os laços latino-americanos com a Europa” e nós acrescentamos “com uma certa Europa”.

(307) HULL, C., *Memoirs*, *op. cit.*, p. 605.

(308) FRUS, 1938, v. V, p. 6, tel. n.º 710.H/48, de 18 de março de 1938.

(309) In Inter-American Institute of International Legal Studies, *The Inter-American System*, *op. cit.*, pp. XXVII e XXVIII.

documento, os governos dos Estados americanos reafirmam a solidariedade continental e se propõem a “colaborar entre si para defender os princípios sobre os quais se baseia essa solidariedade”³¹⁰. O princípio mais importante da declaração é o que consagra a não-intervenção estrangeira nas questões continentais. A esse respeito, a Declaração de Lima sublinha que, no caso de haver uma intervenção extra-continental nas questões americanas ou ainda no caso de a paz ou a integridade territorial de um dos Estados americanos ser ameaçada, os outros Estados deverão, de comum acordo, entrarem em entendimento³¹¹. A conferência prevê a convocação de reuniões extraordinárias, a nível dos ministros das Relações Exteriores, sempre que a paz continental for ameaçada. Qualquer país signatário da Declaração de Lima é juiz para decidir da necessidade da convocação de uma conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores. Em compensação, os países signatários são apenas *convidados a participar*, mas não existe qualquer obrigação de sua parte. Essa limitação é imposta pela Argentina.

Outros pontos importantes da Declaração de Lima devem ser também relacionados com a situação internacional e a ascensão dos perigos na Europa. Seguindo, nesse aspecto, as proposições do Departamento de Estado, a conferência de Lima adota alguns princípios que visam essencialmente as atividades do Eixo no continente americano. É este o caso quando a conferência debate questões ideológicas e de organização do Estado e recomenda a rejeição de qualquer intervenção extra-continental, já que é “indispensável que as Nações da América defendam a integridade ideológica de suas instituições contra as tentativas ou atividades externas que possam ameaçar sua estabilidade”³¹². O mesmo ocorre quando a conferência trata do problema das minorias e constata que, na América, “não há condições que permitam a existência de minorias étnicas, lingüísticas ou religiosas” e que conseqüentemente “os estrangeiros não podem invocar coletivamente a condição de minoria”³¹³. Enfim, o Eixo ainda é visado quando a Declaração de Lima afirma que os Estados americanos têm inteira liberdade para tomar as medidas que julgam necessárias a fim de cercar — e mesmo de interditar — as atividades políticas dos estrangeiros³¹⁴.

O movimento pan-americano sai reforçado da Conferência de Lima, pois, segundo sua declaração comum, qualquer país está doravante em condições de convocar uma reunião extraordinária, quando as circunstâncias continentais ou extra-continentais o exigirem. Aliás, os princípios de solidariedade pan-americana e de rejeição de qualquer intervenção extra-conti-

(310) *Ibidem*.

(311) In *RAPR, 1938*, pp. 186-211.

(312) *Ibidem*, cap. LXXII, p. 211.

(313) *Ibidem*, cap. XXVII, pp. 186-7.

(314) *Ibidem*, cap. XXVIII, p. 187.

mental nos negócios do Novo Mundo são aí consagrados. Eis um ponto capital, pois em breve, sob a cobertura dessa declaração, os Estados americanos se reunirão periodicamente para analisar a situação criada pela guerra na Europa.

Apesar desse balanço positivo, permanece um certo mal-estar dentro do movimento pan-americano, em virtude da reticência de alguns países e, particularmente da Argentina, à idéia de uma maior integração continental. O fato de as decisões tomadas em Lima não passarem de recomendações e a oposição manifestada por Buenos Aires, antes e durante os trabalhos da conferência, lançam uma dúvida sobre os resultados obtidos: nenhuma medida obrigatória sela a união continental e os países americanos conservam, em suma, toda sua liberdade de ação.

Finalmente, tudo dependerá da evolução da situação internacional e de sua interpretação no Novo Mundo. A esse respeito, a Conferência de Lima abriu a porta para a adoção de uma atitude comum, mas nada deixa prever que as conferências pan-americanas do futuro poderão garantir a aplicação, para todos, das medidas que venham a adotar³¹⁵.

O Brasil, que pôde desbloquear os trabalhos, considera fundamentais as medidas tomadas em Lima. O Itamarati dá então a impressão de que vai respeitar ao pé da letra as decisões de Lima e até mesmo que lamenta seu caráter não-obrigatório. No Rio de Janeiro, Osvaldo Aranha mostra-se inteiramente disposto a seguir por completo as proposições norte-americanas, tanto mais que no próprio Brasil alguns princípios consagrados em Lima já foram colocados em prática.

O apoio “sem restrição” que Aranha dá às iniciativas norte-americanas³¹⁶ satisfaz inteiramente Washington, e Cordell Hull, logo de seu retorno aos Estados Unidos, convoca o embaixador brasileiro em Washington para felicitar os delegados brasileiros pela perfeita “colaboração em Lima”³¹⁷.

Osvaldo Aranha não se contenta em cooperar com Washington por uma melhor *entente* continental. Ele decide que é tempo agora de se dedicar a questões bilaterais e, mais especialmente, às que se referem à cooperação

(315) O diário *Le Temps* de 24 de dezembro de 1938 vê corretamente quando constata que “prevalece o próprio princípio do agrupamento mais estreito de todos os Estados das duas [sic] Américas, com vistas à prática de uma política de independência e de segurança continental” e que essa política se inspira sobretudo na “preocupação de defender a ordem democrática contra os empreendimentos das potências totalitárias e os efeitos da propaganda nacional-socialista e fascista no vasto domínio das duas Américas”.

(316) Declaração de Osvaldo Aranha reproduzida por LOBO, H., *O Pan-Americanismo e o Brasil*, *op. cit.*, p. 138. O apoio de Aranha é tanto menos restritivo às decisões tomadas em Lima na medida em que essa conferência retoma alguns princípios da política interna e externa brasileira como o não-reconhecimento da existência e dos direitos especiais das minorias, bem como a proibição de os estrangeiros exercerem qualquer atividade política.

· (317) AB, doc. n.º 8, de 16 de janeiro de 1939.

econômica entre os dois países. O responsável pela diplomacia brasileira resolve empreender uma viagem a Washington, para estabelecer as formas e as modalidades da futura cooperação brasileiro-americana. Esta é a “missão Aranha”.

c) A missão Aranha nos Estados Unidos

A 9 de janeiro de 1939, Getúlio Vargas recebe de Roosevelt um telegrama no qual o presidente dos Estados Unidos constata o surgimento “nesses últimos meses de várias questões de grande importância para nossos governos”. E para resolvê-las Roosevelt julga que “seria particularmente agradável que essas questões possam ser discutidas em conferências diretas entre altos funcionários de nossos respectivos governos...” Para isso, o presidente norte-americano “convida o distinto ministro das Relações Exteriores, dr. Osvaldo Aranha, a ir a Washington”³¹⁸. O presidente brasileiro não demora a responder ao convite de Roosevelt, e a 13 do mesmo mês, em uma mensagem enviada ao governo americano, Vargas constata “com prazer” seu desejo de dar continuidade à tradição de cooperação com o Brasil³¹⁹. Tendo recebido favoravelmente a iniciativa norte-americana, Getúlio Vargas declara que está disposto a buscar, em conjunto, a solução dos problemas que existem entre os dois países, mesmo que esses problemas dependam apenas de questões internas brasileiras³²⁰. Para concretizar o desejo de cooperação recíproca entre Washington e Rio de Janeiro, Getúlio Vargas concorda com a viagem de Osvaldo Aranha. Ele apenas pede ao Departamento de Estado que envie ao Itamarati a lista das questões a que os Estados Unidos dão mais importância para as próximas negociações³²¹.

Dentro do governo brasileiro, Getúlio Vargas é um dos que têm maior reserva em relação aos Estados Unidos, e temos motivos para nos espantar com os termos empregados em sua mensagem a Roosevelt. Vargas dá inteira liberdade ao Departamento de Estado para proceder a uma seleção dos problemas a serem discutidos, enquanto de mesmo não fornece *a priori*, qualquer sugestão de ordem-do-dia para as próximas conversações brasileiro-americanas. Mas a novidade é que ele se diga pronto a discutir qualquer questão, mesmo que ela seja da competência exclusiva da política interna brasileira. Essas disposições inesperadas dão uma primeira idéia da vontade brasileira de cooperar em larga escala com Washington. A missão Aranha adquire então dimensões imprevistas.

(318) RAPR, 1938, p. 85.

(319) Ibidem.

(320) Ibidem.

(321) Ibidem.



Oswaldo Aranha e Cordell Hull — Washington, 1939.

Os Estados Unidos dividem as questões a serem tratadas com Aranha em dois grandes grupos; as primeiras dizem respeito ao Departamento de Estado, sendo portanto essencialmente políticas; as segundas deverão ser abordadas com o Tesouro³²². O primeiro grupo de questões compreende os seguintes pontos:

1. elaboração de um plano de cooperação entre os dois governos a propósito das questões referentes à defesa nacional do Brasil;
2. desenvolvimento dos recursos e do comércio brasileiro (assistência de técnicos norte-americanos para a valorização agrícola, estudo sobre o desenvolvimento do tráfego fluvial no Brasil e aumento da produção de borracha, de manganês e de madeira);
3. diversos (controle da navegação aérea, programas de rádio, refugiados, etc.).

As questões que deverão ser tratadas com o Tesouro norte-americano são as que se referem exclusivamente às relações comerciais e financeiras:

(322) Comunicação enviada por Caffery a Aranha, em 9 de fevereiro de 1939, in AOA, doc. nº 39.02.09.

1. modalidade de financiamento de um programa de desenvolvimento econômico em larga escala no Brasil;
2. tratamento que deve ser concedido ao capital norte-americano investido no Brasil;
3. questões relativas ao controle de câmbio no Brasil;
4. a dívida externa brasileira e a suspensão do pagamento dos juros;
5. medidas a serem tomadas a fim de se poder criar um Banco Central no Brasil.

Oswaldo Aranha, por seu lado, retoma os pontos principais do programa apresentado quando de sua designação como ministro das Relações Exteriores; um plano de discussão estranhamente parecido com o proposto pelos Estados Unidos. As questões a que se Aranha dá mais importância são as seguintes:

1. abertura de negociações com vistas a resolver o problema criado pela suspensão do pagamento dos juros da dívida externa brasileira;
2. controle de câmbio a fim de colocar em pé de igualdade a circulação compensada e a não-compensada;
3. elaboração de um plano de desenvolvimento dos recursos nacionais com o concurso dos Estados Unidos;
4. fornecimentos militares norte-americanos;
5. criação de um Banco Central no Brasil.

A semelhança das preocupações entre Washington e Rio de Janeiro nas negociações que vão ter início mostram que Oswaldo Aranha está em contato permanente com as autoridades governamentais norte-americanas, para preparar sua viagem. Nessas condições, não é de espantar a acolhida calorosa que o responsável pelo Itamarati recebe quando de sua chegada, no início de fevereiro, à capital norte-americana³²³.

Na realidade, a missão Aranha corresponde às aspirações das duas partes. De um lado, os Estados Unidos consideram um eventual sucesso das conversações como um meio eficaz e imediato de cercear a influência alemã no comércio exterior brasileiro e, de outro lado, elas permitirão resolver as questões financeiras entre os dois países, pois os credores norte-americanos pressionam cada vez mais o Departamento de Estado e o Tesouro para que

(323) A missão Aranha é formada por Luis Lopes, Marcos de Souza Dantas, do Banco do Brasil, e pelos diplomatas João Carlos Muniz e Sérgio Lima e Silva. Será recebida pelos mais altos dignatários norte-americanos e pelo próprio Roosevelt. Terá, além do mais, contatos com os meios de negócios, religiosos, culturais e sindicais, dando assim uma peculiar ressonância à visita.

seja encontrada uma solução rápida para seus bens retidos no Brasil. Para o grupo de ministros pró-americanos do Rio de Janeiro e especialmente para Aranha, o sucesso das negociações representa uma ocasião única para aumentar sua influência dentro da equipe governamental e, ao mesmo tempo, frear as relações comerciais germano-brasileiras.

Nessas condições, as negociações se desenvolvem em um clima de perfeita compreensão e os resultados não se fazem esperar. A rapidez com que acordos substanciais são assinados fazem da missão Aranha um empreendimento relativamente bem-sucedido. Sem associar-se ao entusiasmo que se percebe à leitura dos jornais dos dois países, é preciso observar que a missão Aranha permite resolver alguns litígios. Nesse sentido, a viagem é um sucesso. Seus resultados mais importantes e imediatos são os seguintes³²⁴:

1. obtenção de um crédito de 19 200 000 dólares do Banco Export-Import, a fim de desbloquear os bens norte-americanos retidos;
2. obtenção de um crédito de 50 000 000 dólares do Tesouro norte-americano a fim de constituir um fundo de reserva indispensável à criação de um Banco Central;
3. promessa de um crédito de 50 000 000 dólares do Banco Export-Import para facilitar a implantação de uma indústria de base no país. Essa promessa de crédito deve tornar-se efetiva em curto prazo e será reembolsada em um prazo de 5 a 10 anos, a uma taxa de juro que não ultrapassa 5% ao ano;
4. promessa por parte do governo norte-americano de facilitar e incentivar a constituição de empresas conjuntas brasileiro-americanas, com capital dos dois países, a fim de desenvolver a produção de matérias-primas, bem como a exploração e a comercialização da indústria extrativa brasileira.

É possível que outras promessas tenham sido feitas pelas autoridades norte-americanas a Aranha, mas quando este apresenta os resultados de sua missão não se refere a elas. Do mesmo modo, os documentos diplomáticos dos dois países não fazem menção a outros acordos, mesmo que tácitos.

Esses acordos, assinados em março de 1939, devem sobretudo resolver os problemas mais urgentes no quadro, seja da política interna brasileira,

(324) Cf. RAPR, 1939, pp. 15-6. Sobre a missão Aranha ver em especial DULLES, J. W. F., *Getúlio...*, op. cit., pp. 213 e s., LONG, O., *Les États-Unis...*, op. cit., pp. 112-3, SILVA, H., 1939: *Véspera de Guerra*, op. cit., pp. 130-43, o artigo de TRUEBLOOD, H. J., "Progress of Pan-American Cooperation" in *Foreign Policy Reports*, de 15 de janeiro de 1940, p. 298, e MOURA, G., *Autonomia na Dependência*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980, pp. 115-32.

seja das relações bilaterais. Todavia, e aí está a fraqueza fundamental da missão Aranha, os problemas mais importantes do Brasil — ajuda ao início de uma política de industrialização do país, bem como a questão dos fornecimentos militares — são apenas esboçados³²⁵. Os dois acordos importantes que são imediatamente concluídos referem-se essencialmente aos litígios bilaterais, ao passo que os Estados Unidos fazem apenas uma promessa de cooperação para estabelecer um grande plano de desenvolvimento econômico.

No plano político, os resultados também são modestos. Se Washington pode adquirir a certeza da fidelidade brasileira, e em particular, a de Aranha, aos princípios de solidariedade pan-americana, os dois governos têm, contudo, uma interpretação um pouco diferente da situação internacional e dos perigos que ela oferece ao Novo Mundo. Os Estados Unidos crêem — ou fingem crer — que a guerra será inevitável e que é preciso prevenir-se militar e economicamente contra ela, ao passo que o Brasil vê na situação internacional uma ameaça para a paz do mundo, mas não considera que a América esteja ameaçada. Osvaldo Aranha julga impossível uma articulação dos países totalitários no Novo Mundo e declara que um pan-americanismo objetivo e realista, baseado na cooperação continental, pode afastar da América os males que ameaçam outros povos³²⁶. Conseqüentemente, ele quer colaborar com Washington tanto no plano bilateral quanto no plano do pan-americanismo, mas ao mesmo tempo deseja manter uma certa liberdade de ação em relação a seu poderoso parceiro.

A missão Aranha representa menos um alinhamento do Rio de Janeiro com a política de Washington do que uma retomada do diálogo entre os dois países. Os Estados Unidos reconhecem no Brasil, antes de tudo, a qualidade de parceiro comercial digno de mais interesse. Reafirmam em seguida a vontade, várias vezes expressa por Washington, de afastar a influência econômica e política do Eixo sobre a América Latina. Sob esses dois aspectos, os resultados práticos das conversações de Washington demonstram o grande potencial de uma futura cooperação econômica entre os dois países. Enfim, o espinhoso problema da cooperação militar — fornecimentos de material norte-americano e a questão da implantação de um complexo siderúrgico no país, parecem, a partir de então, problemas passíveis finalmente de serem superados de maneira satisfatória para o Brasil.

(325) É verdade que algumas visitas militares do mais alto escalão, como a do general Marshall ao Brasil e a de Góis Monteiro aos Estados Unidos, são programadas durante o primeiro semestre de 1939. Contudo, trata-se apenas de uma tomada de contato que, de resto, não leva a qualquer resultado prático importante. Cf. AB, doc. n° 89, de 10 de março de 1939, bem como o doc. n° 90, de 13 do mesmo mês.

(326) Relatório de Aranha para Vargas sobre os encontros que teve com Cordell Hull, in AOA, doc. n° 39.03.27, de 27 de março de 1939.

Conclui-se que, mesmo que os resultados da missão não sejam importantes a curto prazo, a viagem do responsável pelo Itamarati restabelece as relações privilegiadas, um pouco desgastadas nesses últimos tempos, entre os dois países. É evidente que o trabalho maior ainda está por fazer, mas Aranha mostra nessa ocasião que é o homem indicado para restaurar o clima de confiança indispensável a uma futura cooperação econômica e militar entre Washington e o Rio de Janeiro. O desejo por ele expresso de manter uma certa distância das análises feitas por Washington a respeito da situação internacional pode ser interpretado como uma astúcia suplementar do brilhante diplomata brasileiro, que espera um momento de crise profunda nas relações internacionais que possa atingir a América, para então oferecer uma cooperação sem limites com Washington, na medida em que o governo americano possa satisfazer as exigências brasileiras. Entre estas, a implantação de um complexo siderúrgico — é preciso ainda lembrá-lo — ocupa posição de destaque. Esse objetivo foi o dos revolucionários de 1930; foi defendido por Vargas posteriormente; torna-se no momento, inclusive aos olhos de Aranha, a condição primordial do desenvolvimento econômico do país, e por isso mesmo o objetivo imediato de sua própria política externa. Se os Estados Unidos, nesse primeiro semestre de 1939, não julgam necessário responder positivamente a esta questão, depois



Osvaldo Aranha com Roosevelt e Cordell Hull assinando um acordo comercial — Washington 1939.

do início da guerra na Europa mudam de opinião na medida sobretudo que, depois da crise nas relações germano-brasileiras, esboça-se um degelo do lado de Berlim.

d) O degelo germano-brasileiro

Em novembro de 1938, alguns dias somente após que o caso Ritter esteja definitivamente resolvido, Osvaldo Aranha mostra-se muito preocupado com suas repercussões na Europa e, mais particularmente, na Itália. Trata-se, para o responsável pela diplomacia brasileira, de justificar junto aos dirigentes italianos as medidas tomadas contra Ritter. Isso porque, a Itália demonstrou muito mais compreensão para com a atitude brasileira no caso Lojacono, do que a Alemanha no caso Ritter. Em 16 de novembro de 1938, Osvaldo Aranha envia diretrizes a Luis Sparano, nesse momento adido comercial à embaixada brasileira em Roma, e amigo próximo de Ciano, para informar o responsável pelo palácio Chigi sobre o lado secreto do caso Ritter. Em sua nota, retoma a argumentação habitual a respeito da ausência de tato diplomático de Ritter; ele declara, além do mais, que era impossível permitir a Ritter voltar depois do Congresso de Nuremberg, pois essa volta, bem como a de outros elementos, faz parte, segundo Aranha, de um plano de ação contra o Brasil³²⁷. Este expediente junto a Ciano é inabitual e mostra a importância concedida pelo diplomata brasileiro à manutenção das relações amigáveis com a Itália.

Galeazzo Ciano recebe muito bem as explicações de Aranha, mas declara não saber o que fazer para apaziguar o incidente, “a não ser no colocarmos como mediadores”³²⁸. Além do mais, Ciano dá razão ao governo brasileiro nesse caso, pois “a propaganda que os alemães fazem junto de seus emigrados é de natureza a inquietar seriamente, e por motivos justos, o Governo do Rio”³²⁹.

(327) AOA, doc. n.º 38.11.16/1, de 16 de novembro de 1938. Osvaldo Aranha não menciona quais são as “provas seguras” que ele tem, mas faz apenas processo da ação da Alemanha no Brasil. Assim, o responsável pelo Itamarati faz uma distinção, dentro da colônia alemã, entre, de um lado, os “alemães antigos” e, de outro, os “novos”. Os primeiros estão integrados, ao passo que os outros querem mudar a situação da colônia. Os “novos alemães” decidiram organizar “aqui seu partido, não para alimentar a tradição e a fidelidade racial, mas apenas para obrigar os alemães antigos e seus descendentes a obedecerem ao credo nazista, sob pena de martirizar seus parentes e de apreenderem seus bens na Alemanha”. Essa situação é insustentável para as autoridades brasileiras que devem “proteger custe o que custar” os “alemães antigos”.

(328) CIANO, G., *Journal...*, *op. cit.*, p. 316.

(329) *Ibidem*.

Com intenção de mediação, Ciano recebe em Roma o embaixador alemão, von Mackensen, que vem manter “um discurso relativo às más relações existentes entre a Alemanha e o Brasil”³³⁰. Sem que Ciano tenha tempo de propor um apaziguamento, von Mackensen se adianta e esforça-se por “estabelecer um paralelo entre a retirada de Lojacono e a retirada forçada de seu embaixador”³³¹. Na realidade, prossegue Ciano, a Alemanha não “quer que enviemos Sola” (substituto de Lojacono)³³².

Diante do andamento tomado pela conversa, Ciano se encontra um pouco desamparado e declara-se pronto “a examinar as propostas e as razões de Ribbentrop”³³³, observando ao mesmo tempo que “o Brasil ainda não tinha tomado contra nós qualquer medida que justifique um gesto desses”³³⁴. Além disso a “importância enorme de nossos interesses econômicos e políticos no Brasil, bem como a atitude amigável observada por esse país para conosco na época das sanções”³³⁵ fazem de uma radicalização como essa das posições uma decisão injusta e que pode ter pesadas consequências. Nota-se que a Alemanha e a Itália apresentam-se, uma vez mais, divididas no que se refere à atitude a adotar em relação ao Brasil. Isso não facilita a tarefa mediadora de Ciano.

Depois da saída de Moniz de Aragão de Berlim, o Brasil tem apenas um encarregado de negócios na capital do III Reich. Trata-se de Themistocles da Graça Aranha, que se encontra de maneira informal com Freytag, em fins de fevereiro de 1939. Nesse encontro, o diplomata brasileiro aproveita a ocasião para desarmar um pouco os espíritos e, segundo Freytag, Graça Aranha declara “quanto o governo brasileiro deseja o retorno ao normal das relações diplomáticas”³³⁶. Graça Aranha apresenta alguns fatos que demonstram a boa vontade de Getúlio Vargas em relação à Alemanha. O encarregado de negócios brasileiro cita a próxima vinda à Alemanha do filho de Getúlio, que vem estudar durante seis meses na Universidade de Berlim, assim como a aceitação por Góis Monteiro do convite para ir à Alemanha no próximo outono a fim de assistir às manobras do exército alemão³³⁷.

(330) *Ibidem*, p. 313.

(331) *Ibidem*.

(332) Ugo Sola é o diplomata que o palácio Chigi tem em mente para substituir Lojacono no Brasil.

(333) CIANO, G., *Journal...*, *op. cit.*, p. 313.

(334) *Ibidem*.

(335) *Ibidem*. Ciano certamente alude às sanções econômicas impostas à Itália pela SDN na ocasião da questão etíope.

(336) ASW, *Amérique Latine*, doc. n° 467, de 27 de fevereiro de 1939, pp. 110-1.

(337) Já há vários meses está em vista uma viagem de Góis Monteiro à Alemanha a fim de assistir às manobras militares previstas para o outono de 1938. A crise dos Sudetos adia a viagem do chefe do Estado Maior do Exército brasileiro para o ano seguinte. É portanto em

Esses indícios acabam por convencer Freytag de que é preciso restabelecer as relações normais com o Brasil, pois “chegou o momento de considerar encerrados os incidentes do ano passado e considerar uma nova troca de embaixadores”³³⁸. Todavia, prossegue ele, “como foi o governo brasileiro que pediu, a seu tempo, a retirada de nosso embaixador, a iniciativa deveria vir dele”³³⁹. Apesar dessa rigidez suplementar, Freytag declara que a Alemanha poderia “facilitar o primeiro passo do Brasil comunicando-lhe, seja pelo encarregado de negócios do Brasil em Berlim, seja pelo senhor von Levetzow, seja mesmo pelo conde Ciano, que se ofereceu como mediador, que estamos dispostos a considerar a questão do envio de um embaixador ao Rio, quando o governo brasileiro tiver obtido nosso *agreement* para o envio de um embaixador a Berlim”³⁴⁰.

Todas as questões práticas deverão ser resolvidas sem grande dificuldade, e o que merece atenção é o desejo de Berlim de ter um embaixador no Rio de Janeiro “dispondo de mais força de persuasão do que um encarregado de negócios”³⁴¹ para poder dedicar-se às questões “ainda pendentes entre o Brasil e a Alemanha, como as medidas brasileiras de nacionalização, a retomada das atividades da Auslandorganisation e o desenvolvimento de nossas relações comerciais”³⁴².

No início de março de 1939, quando Bismarck envia uma resposta ao longo relatório redigido por von Levetzow em 2 de janeiro de 1939, ele retoma, *grosso modo*, a argumentação de Freytag a respeito de um próximo restabelecimento de relações normais com o Brasil. Também para Bismarck há que estabelecer o *modus procedendi*, mas ele está muito inclinado a aceitar a oferta de mediação de Ciano, deixando ao mesmo tempo “os brasileiros tomarem a primeira medida oficial”³⁴³.

É espantoso que, depois do fracasso de sua política na América do Sul em geral e no Brasil em particular e depois dos *mea culpa* quando da conferência dos embaixadores em Montevidéu, a Wilhemstrasse continue ainda a nutrir ilusões quanto às possibilidades de uma política agressiva. Assim, se a diplomacia está apressada a enviar um novo embaixador ao Brasil, ela nem por isso renuncia a seus antigos métodos, já que tanto Freytag quanto Bismarck estabelecem como objetivos prioritários do novo representante

1939 que Góis Monteiro poderá ir à Alemanha. Não se conta, porém, com o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, que anula, dessa vez definitivamente, sua visita. Tendo em vista a não realização dessa viagem, Góis Monteiro receberá, como prêmio de consolação, uma condecoração de guerra alemã, que doravante ocupará, quando de cerimônias importantes, posição de destaque no peito do orgulhoso e polemista militar brasileiro.

(338) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 467, de 27 de fevereiro de 1939, pp. 110-1.

(339) *Ibidem*.

(340) *Ibidem*.

(341) *Ibidem*.

(342) *Ibidem*.

diplomático alemão, a discussão de problemas como a retomada da atividade da AO, as questões escolares e os referentes às pessoas de dupla nacionalidade³⁴⁴.

Ao mesmo tempo que afirma que o Brasil está disposto a trocar embaixadores “o mais cedo possível”, o Itamarati não quer tomar decisão antes do retorno de Aranha de sua viagem aos Estados Unidos³⁴⁵. Todavia, o ministério das Relações Exteriores brasileiro envia diretrizes a seu encarregado de negócios em Berlim para que ele aceite “as sugestões do Reich no sentido de serem completamente normalizadas as relações entre os dois países e providas de chefes as respectivas representações diplomáticas”³⁴⁶.

O encarregado de negócios alemão no Brasil informa imediatamente Berlim da boa acolhida dada pelo Itamarati às propostas alemãs e, em meados de março de 1939, von Levetzow previne a Wilhemstrasse de que a mediação de Ciano não é mais necessária: basta dizer ao ministro das Relações Exteriores brasileiro que a Alemanha está disposta a aceitar uma iniciativa brasileira em Berlim, para concretizar o envio de embaixadores³⁴⁷.

Por uma troca de notas diplomáticas em 1º de junho de 1939, os dois países designam seus novos embaixadores. O Brasil será representado em Berlim por Cyro de Freitas Valle — diplomata de carreira que tem toda a confiança de Aranha. A Wilhemstrasse designa Curt Prüfer, antigo ministro na Albânia e, nesse momento, titular de um posto de direção na Wilhemstrasse³⁴⁸.

Quando o novo embaixador brasileiro em Berlim chega à capital do III Reich, ele está de posse de diretrizes bastante estritas da parte do Itamarati. De um lado, Cyro de Freitas Valle teve de fazer uma viagem aos estados do sul do Brasil, a fim de melhor compreender a obra de nacionalização que se realiza nessa região do país — isso para melhor defender a posição brasileira na Alemanha; de outro lado, antes de partir, recebe por escrito, longas instruções da parte de Aranha sobre o modo como deverá conduzir sua ação na Alemanha. A preocupação maior da missão de Cyro de Freitas Valle será manter uma certa “cordialidade nas relações com a Alemanha”³⁴⁹. Aranha lhe declara que o Brasil quer intensificar suas

(343) ASW, *Amérique Latine* doc. n.º 468, de 10 de março de 1939, pp. 111-2.

(344) *Ibidem*, doc. n.º 467, de 27 de fevereiro de 1939, pp. 110-1.

(345) AB, doc. n.º 14-31240, de 8 de março de 1939.

(346) AB, doc. n.º 920 (42) (81), de 17 de março de 1939.

(347) ASW, *Amérique Latine*, doc. s/n, de 18 de março de 1939, p. 112.

(348) Os dois governos comprometem-se formalmente a não fornecer “qualquer nota” relativa às conversações com vistas a normalizar as relações. Esse compromisso será válido para sempre, pois as negociações jamais deverão ser divulgadas, para não “afetar o prestígio” dos dois países. Cf. AB, doc. confidencial n.º 33, de 20 de maio de 1939.

(349) Doravante os novos embaixadores brasileiros que forem designados para as capitais mais importantes, terão de fazer uma viagem pelas regiões brasileiras que mais inte-



Cyro de Freitas Valle.

relações com aquele país e nesse sentido, não se deve perder ocasião para demonstrar a boa vontade brasileira.

No que diz respeito à situação política européia, Osvaldo Aranha pretende fazer com que o Brasil mantenha uma estrita neutralidade, e para isso pede a Freitas Valle de se abster de “opinar sobre os novos regimes ou princípios de direito público”³⁵⁰, pois o Brasil quer permanecer afastado

ressam ao país para onde se destinarem. Essa decisão do Itamarati é de ordem geral, mas seu verdadeiro objetivo é o de familiarizar os embaixadores brasileiros na Europa com as questões levantadas pelas colônias estrangeiras estabelecidas no sul do país. Cf. AB, doc. n.º 39-41720, de 28 de junho de 1939.

(350) *Ibidem*, pp. 1-2.

dos problemas que ocupam e dividem a Europa. Depreende-se, portanto, que se uma guerra viesse a envolver os países europeus, o Brasil manteria estrita neutralidade³⁵¹.

Finalmente, no que diz respeito às relações germano-brasileiras e mais particularmente à questão das medidas nacionalistas, repete seus antigos argumentos: o objetivo visado é a melhor integração do estrangeiro estabelecido no Brasil, para que ele tome parte na “comunhão nacional”. Nesse sentido, “não é propósito do governo brasileiro criar-lhes [aos estrangeiros e imigrantes] qualquer sorte de dificuldades para a vida honesta e produtora que desejam ter...”³⁵². O princípio fundamental que deve guiar a ação de Freitas Valle é o de minimizar o alcance das medidas nacionalistas, mas, desde que surja um problema mais grave, deve pedir conselho ao Rio de Janeiro³⁵³.

Ao contrário do Itamarati, a Wilhemstrasse não dá a seu representante diretrizes estritas. Ela não define claramente quais serão os objetivos no Brasil. É verdade que reina uma certa confusão entre o Partido e a Wilhemstrasse para definir as competências de cada um. A conferência de junho de 1939, que reuniu os diplomatas do III Reich e os representantes da AO na América Latina, termina sem que uma linha clara seja adotada³⁵⁴. Aliás, as diretrizes de Berlim são quase sempre contraditórias. Na conferência de embaixadores de Montevideú, a Alemanha escolhe a flexibilidade a fim de não comprometer o conjunto da obra alemã na América Latina. Alguns meses depois, Berlim decide pedir ao Rio de Janeiro a retomada de conversações sobre as leis nacionalistas e sobre a atividade da NSDAP. Enfim, quando ocorre a troca de diplomatas entre os dois países, a oposição surgida entre a AO e a Wilhemstrasse torna difícil a aplicação de uma política coerente. Portanto, é sem uma linha de ação definida e sem objetivos precisos que Curt Prüfer vai iniciar sua missão, em uma fase crítica das relações internacionais, pois a Segunda Guerra Mundial acaba de explodir na Europa³⁵⁵.

AVALIAÇÃO GERAL

A evolução das políticas interna e externa brasileira a partir de novembro de 1937 é, à primeira vista, desconcertante. Com efeito, Getúlio Vargas,

(351) *Ibidem*, p. 6.

(352) *Ibidem*, p. 3.

(353) *Ibidem*, pp. 5-6.

(354) DGFP, Séries D, v. VII, doc. n° 103, de 17 de agosto de 1939, pp. 111-2, bem como FRIEDLANDER, S., *Le rôle...*, *op. cit.*, p. 38.

(355) Em virtude do desencadeamento das hostilidades na Europa, o embaixador Curt Prüfer só chegará ao Rio de Janeiro em outubro de 1939.

depois de ter abolido a Constituição de 1934, instaura um regime ditatorial e impõe ao país uma nova Constituição, de inspiração corporativista. Ao mesmo tempo, vários membros importantes do governo do EN nutrem simpatias, abertas ou veladas, pelos sistemas políticos vigentes na Itália, em Portugal e na Alemanha. Esses fatores, aliados às estreitas relações mantidas pelo Rio de Janeiro com Roma e Berlim durante a década de 30, fazem crer que o regime político brasileiro, o Estado Novo, represente o primeiro país abertamente pró-Eixo no Novo Mundo. Bastante significativas, sob esse aspecto, são as reações internacionais aos acontecimentos de novembro de 1937: temores em Washington, satisfação em Berlim e Roma.

O desespero e a esperança manifestados pelos países com os quais o Brasil tem contatos mais seguidos em breve mudam de campo: as chancelarias pouco levaram em conta o sentimento nacional brasileiro, bem como a futura ação anti-Eixo do novo ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Assim, foram suficientes alguns meses para que os papéis se invertessem e o Eixo se encontrasse em posição de fraqueza, ao passo que Washington podia de novo ter esperanças de conservar o Brasil no campo dos países antitotalitários.

O Brasil antes de tudo sofreu conseqüências, na medida em que pouco fez em termos de política externa durante o período que se encerra em agosto de 1939. Mesmo a campanha nacionalista — motor das relações exteriores do Rio de Janeiro logo após o *putsch* de novembro de 1937 — é devida mais às atitudes alemãs e às decisões das autoridades locais dos estados do Sul, que a uma política maduramente refletida e com objetivos precisos. Isso não impede que o grupo democrático dentro do governo brasileiro, bem como o Itamarati, possam se considerar satisfeitos com os resultados obtidos durante esses dois últimos anos; afastamento gradual da Alemanha, esfriamento das relações com a Itália e aproximação dos Estados Unidos.

A política seguida pela Wilhemstrasse e pela seção brasileira do NSDAP, caracterizada pela agressividade, subversão e ausência de tato diplomático, desempenha um papel importante na mudança de situação durante o primeiro semestre de 1938. A Alemanha levará vários meses para compreender os erros cometidos e tirar a lição do fracasso de sua política na América Latina em geral, e no Brasil em particular. Já a Itália adota uma atitude muito mais flexível: essa maneira de agir é bem recebida pelos responsáveis brasileiros, que buscam invariavelmente um terreno de *entende* com Roma.

Os Estados Unidos, por sua vez, podem estar otimistas quanto ao futuro. Washington, com grandes preocupações logo depois do golpe de novembro de 1937, pode, no momento, contar com o apoio de círculos cada vez mais numerosos e influentes no Brasil. A atitude brasileira na Conferência de Lima, e a missão Aranha nos Estados Unidos, atestam a boa vontade

manifestada pelo Rio de Janeiro. Isso não impede que ainda haja um longo caminho a ser percorrido para satisfazer as exigências brasileiras. A esse respeito, as negociações econômicas e militares que têm início com a missão Aranha, serão decisivas para as relações entre os dois países.

No plano político, não parece que a oposição ao fortalecimento das relações com Washington possa colocar em questão a ação de Osvaldo Aranha, mas tudo dependerá do sucesso da cooperação econômica e militar. A modernização do exército brasileiro e a industrialização do país são objetivos absolutos que não encontram qualquer oposição no Brasil. Esse consenso nacional em torno desses dois pontos; e em particular do segundo, fazem deles objetivos prioritários do governo Vargas depois de agosto de 1939. Os resultados limitados obtidos pela missão Aranha quanto a esses pontos são de mau augúrio para a cooperação entre o Rio de Janeiro e Washington. Isso é grave, pois o Brasil está decidido a obter, custe o que custar, uma ajuda estrangeira a fim de realizar seus projetos, e não seria de espantar que os contatos empreendidos com Krupp, em 1937, fossem retomados em caso de fracasso.

O desencadeamento das hostilidades na Europa vai favorecer os intentos brasileiros e o Itamarati, assim como Getúlio Vargas, poderá então melhor atuar entre Berlim e Washington — através das companhias Krupp e US Steel — e aumentar assim seu poder de negociação.



Convênio Cultural Brasil-Japão assinado em 23.9.1940.

PARTE 2

DA NEUTRALIDADE À TENTATIVA TOTALITÁRIA **(SETEMBRO DE 1939 — JUNHO DE 1940)**

A política externa brasileira deve levar em conta, a partir de setembro de 1939, um dado fundamental: o início das hostilidades na Europa. As prorrogações, as moderações e as especulações sobre o futuro das relações internacionais pertencem doravante ao passado. Agora será preciso agir. Será preciso optar.

O que Osvaldo Aranha dava a entender, quando enviou as diretrizes ao novo embaixador brasileiro em Berlim, tornar-se-á realidade, pois o Brasil opta — à margem do resto do Novo Mundo — por permanecer neutro. A fim de que essa posição seja crível, o Rio de Janeiro decide participar da Conferência do Panamá, encarregada de promulgar as regras fundamentais da neutralidade do Continente. Até o presente, a diplomacia brasileira demonstrou uma grande ingenuidade e não tentou de maneira sistemática explorar as querelas e as rivalidades internacionais, a fim de atingir os objetivos de sua política nacional de desenvolvimento. Assim, a questão do fornecimento de um complexo siderúrgico, assim como a referente à modernização militar do país foram apenas tocadas de leve por ocasião dos contatos entre, de um lado, o Rio de Janeiro e, de outro, Washington e Berlim. Ora, a partir do início do conflito mundial, o Brasil se encontra em condições de praticar uma política que vise a aumentar seu fraco poder de negociação.

Essa nova orientação será obra não somente dos serviços diplomáticos brasileiros e, em particular, de Osvaldo Aranha, mas guiará também a ação do próprio Vargas. Toda a política externa do país se movimentará, até agosto de 1942, dentro de um quadro definido, cujos principais objetivos são os de dotar o país de um equipamento militar moderno e de um complexo siderúrgico.

CAPÍTULO I A NEUTRALIDADE

a) A Conferência do Panamá

Quando a guerra eclode na Europa, o movimento pan-americano decide convocar uma reunião extraordinária dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas americanas. A partir de 1938, a Conferência de Lima previu, com efeito, que qualquer de seus membros tem possibilidade de pedir uma reunião extraordinária se a situação continental ou internacional o exige. É evidente que o desencadeamento das hostilidades na Europa, em setembro de 1939, corresponde às condições estabelecidas em 1938, e Roosevelt convida seus parceiros continentais para se reunirem o mais breve possível no Panamá.

A maioria dos países se faz representar por seus ministros das Relações Exteriores, ao passo que o Brasil envia seu embaixador em Washington, Carlos Martins Pereira de Souza, como chefe da delegação. Osvaldo Aranha justifica sua ausência em virtude das “circunstâncias excepcionais” que exigem sua presença constante no Rio de Janeiro¹. Não se trata, portanto, de uma desaprovação do Itamarati, mas apenas da vontade expressa por Aranha de acompanhar a evolução da situação política interna, tendo vista aos acontecimentos internacionais.

Quais são as reações de Roma e principalmente de Berlim diante dos preparativos da Conferência do Panamá? A diplomacia alemã vê na urgência da convocação o desejo, claramente expresso pelos Estados Unidos, de

(1) À parte sua viagem em fevereiro-março de 1939 aos Estados Unidos, Osvaldo Aranha raramente saiu do Brasil desde que se tornou o responsável pelo Itamarati. Está ausente da Conferência de Lima de 1938 e renuncia também a fazer a viagem ao Panamá. Isso se explica pela instabilidade política na cena internacional, que tem repercussões no governo Vargas, dilacerado entre uma tendência simpatizante da Alemanha e uma fração liberal, liderada precisamente por Aranha. A isso acrescenta-se o oportunismo de que dão mostras certos ministros de Vargas, os quais poderiam tentar afastar Aranha do governo caso ele se ausentasse do país; o responsável pelo Itamarati prefere então sair o menos possível do Rio de Janeiro. Ver também AB, doc. n° 141-21630, de 11 de setembro de 1939, onde Osvaldo Aranha enfatiza que, nas circunstâncias do momento, sua presença no Rio de Janeiro é indispensável.

“promover o programa das conferências precedentes”². Esse programa tem por finalidade, segundo a Wilhemstrasse, “unir a América do Sul à do Norte por um pacto de defesa militar e coordenar a política dos países ibero-americanos com a da América do Norte, diante do conflito europeu”³. Tendo em vista a “arregimentação”⁴ dos países ibero-americanos por parte dos Estados Unidos — a conferência é uma prova suplementar disso — resta a Berlim apenas uma atitude: tentar levar a reunião ao fracasso. Todavia, a Alemanha tem poucos meios para isso: Berlim tenta apenas exercer pressões sobre os participantes ibero-americanos, a fim de que “não abandonem sua neutralidade”, apesar das invectivas do imperialismo norte-americano”⁵.

O interesse da Wilhemstrasse não se manifesta com a mesma insistência em relação ao conjunto dos participantes da Conferência do Panamá. Consideram como países-chave os do ABC (Argentina, Brasil e Chile), e é neles que é preciso concentrar os esforços. Berlim entrevê chances para que seus expedientes obtenham resultados na Argentina⁶, mas a diplomacia alemã não sabe como fazer para agir junto a Santiago e ao Rio de Janeiro. Freytag, então, imagina que uma ação conjunta italo-hispano-alemã poderá ter mais sucesso⁷. A Espanha deverá agir junto aos dirigentes chilenos, ao passo que o palácio Chigi se ocupará da diplomacia brasileira.

Seguindo a análise alemã, a Itália se convence de que os Estados Unidos vão exercer pressões sobre os Estados americanos, por ocasião da reunião do Panamá, a fim de que estes “adotem uma atitude de neutralidade favorável à democracia”⁸, e Ciano aceita pressionar o Rio de Janeiro. O embaixador italiano nesta cidade, Ugo Sola, recebe instruções precisas a esse respeito⁹. Ciano considera que por “razões de oportunidade”¹⁰ a diplomacia italiana não deve associar estreitamente seus expedientes aos efetuados pela Wilhemstrasse, mas que é preciso “uma ação paralela”¹¹, mesmo que os objetivos perseguidos pelas duas chancelarias sejam análogos, a saber, a defesa da interpretação dos direitos e deveres dos neutros, que consistem, “contrariamente às teses anglo-saxãs, na continuação regular das relações com os países beligerantes”¹². Além do mais, o responsável pela di-

(2) DGFP, v. VIII, memorando preparado por Freytag, responsável pela divisão política na Wilhemstrasse, 17 de setembro de 1939, pp. 86-8.

(3) Ibidem, p. 87.

(4) Ibidem, p. 87.

(5) Ibidem, p. 87.

(6) Ibidem, p. 87.

(7) Ibidem, p. 87.

(8) DDI, série 9, v. I, doc. n.º 360, de 21 de setembro de 1939.

(9) Ibidem.

(10) Ibidem.

(11) Ibidem.

(12) Ibidem.

plomacia fascista observa que a tese argentina, defendendo o livre comércio com todos os países, ainda que beligerantes, é a que deve ser seguida pela Conferência do Panamá, pois a “neutralidade não deve privar as nações americanas do livre exercício do comércio com os países em conflito”¹³.

A providência italiana deve parecer independente, mas fazer-se em acordo, e Sola deverá manter contato estreito com Prüfer, embaixador alemão no Rio de Janeiro¹⁴. Seguindo então as instruções recebidas do palácio Chigi, Sola encontra-se, às vésperas da abertura da conferência, com o ministro Osvaldo Aranha. O diplomata italiano manifesta, nessa ocasião, os temores italianos em relação à Conferência do Panamá e suas eventuais conseqüências sobre a política externa brasileira¹⁵. Sola recebe garantias de que a diplomacia brasileira “seguirá uma linha de segurança e de dignidade... e mesmo, se isso se fizer necessário, nós [o Brasil] não hesitaremos em levantar a voz”¹⁶.

A primeira reunião extraordinária dos ministros das Relações Exteriores do continente americano abre-se a 23 de setembro de 1939 e dura apenas uma semana, lapso de tempo extremamente curto, em comparação aos resultados obtidos. Essa grande utilização do tempo disponível é explicada pela existência de um consenso prévio sobre a ordem do dia e sobre os efeitos que as decisões tomadas devem ter sobre a política externa de cada Estado participante.

Ao contrário das reuniões pan-americanas anteriores, a Conferência do Panamá elabora com facilidade sua ordem do dia. Ela se constitui de três pontos principais: antes de tudo, as questões relativas à aplicação da neutralidade do Novo Mundo; a seguir, a proteção da paz no hemisfério ocidental; e por fim a cooperação econômica continental, para fazer face aos inevitáveis desarranjos da economia mundial em conseqüência do início das hostilidades na Europa¹⁷.

O principal obstáculo nas conferências pan-americanas anteriores, ou seja, o caráter obrigatório e automático das decisões, é desta vez imediatamente afastado, pois a conferência decide que fará apenas recomendações, cabendo aos próprios Estados julgar de sua aplicabilidade e dos meios a uti-

(13) Ibidem.

(14) Ibidem.

(15) Ibidem, doc. n.º 399, de 23 de setembro de 1939, p. 242.

(16) Ibidem. Apesar das declarações tranquilizadoras de Osvaldo Aranha, Sola não se convence de sua franqueza e julga que o Brasil está “sob a bota dos Estados Unidos e que no fim das contas é de Washington que vem a última palavra”. Ibidem.

(17) Sobre a Conferência do Panamá, ver em especial DUGGAN, L., *The Americas...*, *op. cit.*, pp. 82-3, bem como os artigos de DULLES, A. W., “Cash and Carry Neutrality”, in *Foreign Affairs*, v. 18, n.º 2, janeiro de 1940, pp. 179-95, e o de WHITAKER, A. P., “A half-century of inter-american relations, 1889-1940”, in *Inter-American Affairs*, 1941, sobretudo as páginas 29-37.

lizar para colocá-las em prática. Essa decisão é capital, pois permite contornar a oposição argentina, que se prepara novamente para manifestar-se, como ocorreu na Conferência de Lima, em 1938¹⁸.

Qual é a posição do Rio de Janeiro em relação à Conferência do Panamá? O Brasil se encontra, às vésperas de sua abertura, em uma situação embaraçosa. No início de setembro de 1939 alguns princípios que regerão a aplicação da neutralidade, já são enunciados pelo Itamarati. Entre estes se encontra a resolução de conservar uma neutralidade absoluta: o Rio de Janeiro julga indispensável manter sua liberdade de comunicações e sobretudo continuar suas relações comerciais com o conjunto dos países, inclusive os beligerantes. Ora, a Inglaterra pretende exercer controle sobre as comunicações internacionais e sobre o comércio utilizando a via marítima. Essa decisão visa isolar a Alemanha, ainda que dos países neutros. Essa interpretação parece ser aceita — pelo menos tacitamente — por Washington, que se propõe a fazer com que seja aprovada pelo conjunto dos países americanos quando da Conferência do Panamá.

Por razões evidentes, a Alemanha defende a liberdade do comércio internacional, apoiada, no Novo Mundo, pela Argentina cujos dirigentes dão a entender, às vésperas da conferência, que têm intenção de continuar com suas relações internacionais como no passado. A posição brasileira, exibida também às vésperas da conferência, vai ao encontro, portanto, da interpretação alemã do direito e dos deveres dos neutros. A diplomacia brasileira se encontra, nesse momento, à margem da corrente pan-americana, na linha de Buenos Aires e Berlim, o que é surpreendente, levando em conta a evolução recente da política do Itamarati.

Que farão os responsáveis diplomáticos brasileiros para irem ao encontro da posição majoritária, dentro do movimento pan-americano? Antes de tudo, o Itamarati dará a impressão de esquecer a gravidade dessa questão, e esperará os resultados concretos da Conferência do Panamá para definir as medidas de aplicação de sua neutralidade. Em seguida, o Rio de Janeiro vai ao encontro das proposições dos outros participantes quanto à necessidade de estabelecer um programa continental de cooperação econômica e à criação, para esse fim, de um Comitê Financeiro e Econômico Interamericano. Enfim, a delegação brasileira considera indispensável que o continente americano preserve sua liberdade de comunicação e de navegação. Esse último ponto é duplamente importante: de um lado, é aceito pela

(18) De fato, quando a delegação argentina, em viagem ao Panamá, faz uma escala em Lima, um de seus membros declara peremptoriamente que a Argentina “defenderá o mesmo ponto de vista que defendeu em 1938, em Lima”, ou seja, que “se oporá frontalmente às eventuais pressões exercidas pelos Estados Unidos”, sobretudo no que diz respeito à liberdade de comércio com os beligerantes. (Essa declaração é extraída de um telegrama enviado pelo embaixador italiano no Peru, Garbaccio, a Ciano, in DDI, série 9, v. I, doc. n.º 384, de 22 de setembro de 1939, p. 232.)

conferência e, de outro, significa uma mudança importante da interpretação do direito e dos deveres dos neutros pelo Rio de Janeiro: ficando em silêncio sobre a necessidade de uma completa liberdade das relações e contentando-se em exigir o respeito às relações no continente americano, a diplomacia brasileira dá um passo importante em direção à interpretação anglo-saxônica dos direitos e deveres dos neutros. Isso não impedirá que alguns meses mais tarde surjam conflitos anglo-brasileiros, quando a marinha britânica desejará inspecionar todo navio brasileiro que cruze o Atlântico, a fim de confiscar eventuais mercadorias destinadas à Alemanha ou dela enviadas¹⁹.

A Conferência do Panamá faz três declarações importantes: a primeira é uma Declaração Geral de Neutralidade, na qual os países americanos recorrem às decisões tomadas em Lima e justificam sua neutralidade coletiva “tendo em vista a similitude de suas instituições”²⁰. Segue-se uma série de disposições relativas à aplicação da neutralidade e do direito dos neutros, bem como dos deveres dos beligerantes²¹. A segunda declaração fundamental é uma interpretação da neutralidade. Ela é conhecida como sendo a Declaração do Panamá, e visa tornar efetiva a neutralidade e a paz do continente americano, instituindo uma “zona de segurança continental” marítima no Atlântico. Essa zona de segurança deve estender-se ao longo da costa atlântica desde a fronteira americano-canadense — mais precisamente ao largo da cidade de Halifax — até ao sul do cabo Horn; nenhum ato de beligerância pode ocorrer ao longo das costas americanas do Atlântico. Essa zona de paz — com 300 milhas de largura — permite, além do mais, que os países americanos mantenham, como no passado, sua navegação marítima, sem medo de serem envolvidos nas operações de guerra²². A fim de vigiar o respeito à neutralidade americana e estudar as medidas necessárias à sua aplicação, foi instituído um Comitê Interamericano de Neutralidade, que terá como sede a cidade do Rio de Janeiro e que será presidido pelo brasileiro Afrânio de Melo Franco. A terceira declaração de princípios importante é conhecida como Declaração Conjunta de Solidariedade Continental. Não se trata de um pacto militar ou de um tratado que dita as normas de segurança coletiva continental, como suspeita Freytag, às vésperas do início da Conferência do Panamá. Na verdade, trata-se apenas de uma

(19) Cf. nota 83, p. 621.

(20) BARROS, J., *A política...*, *op. cit.*, p. 295.

(21) O texto integral das três declarações principais assinadas no Panamá se encontra in BARROS, J., *A política...*, *op. cit.*, pp. 295-323. Observe-se que na época o mar territorial onde o Estado ribeirinho tinha o direito de exercer sua plena soberania não ultrapassa três milhas. Esse limite é considerado como sendo insuficiente pela Conferência do Panamá para afastar os riscos que os navios de guerra dos beligerantes poderiam trazer à navegação comercial dos neutros.

(22) BARROS, J., *A política...*, *op. cit.*, pp. 312 e s.

Mapa nº 2
Os limites da "zona de segurança" americana



declaração de princípios, com três pontos, na qual os Estados americanos colocam em evidência sua interdependência diante da paz e fazem uma promessa mútua de utilizarem todos os meios "materiais e espirituais" a fim de conservar e consolidar a paz no Novo Mundo²³.

(23) *Ibidem*, pp. 315-6.

A decisão de caráter econômico mais importante tomada pela Conferência do Panamá é a criação de um Comitê Financeiro e Econômico Interamericano, com sede em Washington. Seu objetivo principal é a diminuição dos efeitos da guerra sobre a vida econômica interamericana²⁴. É com base nessa decisão que será criado, em maio de 1940, um Banco Interamericano, com capital de 100.000 dólares. Ele deverá facilitar os investimentos mútuos, ajudar na estabilização das moedas e aumentar o comércio internacional, em particular no hemisfério ocidental²⁵.

Por fim, a Conferência do Panamá decide reunir-se novamente — sem demora — no caso em que algumas das regiões geográficas da América, sujeitas à jurisdição de qualquer Estado não-americano “tivesse que mudar de soberania”²⁶. Essa situação hipotética, imaginada pela Conferência do Panamá, criaria um “perigo para a segurança do continente americano”²⁷. Essa proposição, feita pelo Departamento de Estado, é plena de bom senso e de imaginação, pois prevê vitórias militares futuras da Alemanha. Esta não tem colônias na América, ao contrário da França e da Inglaterra. Assim, a “mudança de soberania” prevista por essa proposta só pode ocorrer em detrimento de Paris e de Londres e em benefício de Berlim. Ainda que essa proposta seja bastante vaga em seus termos, isso não impede que ela vise exclusivamente à Alemanha²⁸.

As reações dos beligerantes às decisões tomadas no Panamá são variáveis, mas todas negativas, salvo no que se refere à declaração de neutralidade do Novo Mundo, que é bem recebida. Em compensação, a principal medida prática tomada no Panamá, a saber, a instauração de uma “zona de segurança continental”, que terá influência direta nas operações militares no Atlântico, provoca intensas reações na Europa. A França e a Inglaterra consideram essa medida unilateral, já que nem Paris nem Londres foram consultadas. Aliás, essas duas capitais consideram um golpe nos direitos nos beligerantes o fato de se restringir o teatro de operações no Atlântico, neutralizando uma parte das águas internacionais para além do limite de 3 milhas que, na época, define as águas territoriais.

A situação objetiva dos beligerantes diante da “zona de segurança” é, no entanto, bastante diferente. A Inglaterra e a França, têm colônias na América e a Conferência do Panamá não tem, portanto, possibilidade de

(24) A respeito da criação do Comitê Financeiro e Econômico Interamericano, ver DUGGAN, L., *The Americas...*, *op. cit.*, pp. 82 e ss.

(25) Para o estatuto integral do Banco Interamericano ver RAPR, 1940, pp. 98-107, FRUS, 1940, v. V, pp. 346-52, bem como o artigo de VILLASENOR, E., “The Inter-American Bank: Prospects and dangers”, in *Foreign Affairs*, v. 20, n.º 1, outubro de 1941, pp. 165-74.

(26) BARROS, J., *A política...*, *op. cit.*, p. 314.

(27) *Ibidem*, pp. 314-5.

(28) Sobre o desenvolvimento e os resultados da Conferência do Panamá, ver também a versão de Washington in FRUS, v. V, pp. 1-226.

impor aos navios de guerra franceses e ingleses que permaneçam afastados da “zona”: Paris e Londres poderiam retorquir que fazem apenas escalas nos portos de seu próprio território nacional.

Compreende-se assim que tanto a França como a Inglaterra, ao mesmo tempo que protestam contra a introdução de uma “zona de segurança”, não o façam com grande convicção, pois sua situação concreta é bem mais vantajosa que a da Alemanha, que não tem território no Novo Mundo²⁹.

Em virtude dessa desvantagem relativa, a reação alemã à criação de uma “zona de segurança” no Atlântico é extremamente negativa. Segundo inconveniente: a zona permite à marinha de guerra inglesa concentrar-se em uma superfície menos extensa e, conseqüentemente, mais fácil de supervisionar; enfim, as possessões coloniais francesas e inglesas podem servir de base de refúgio e ataque, ao passo que a marinha de guerra alemã não poderá penetrar nessas regiões. Por essas razões a Alemanha não pode admitir respeitar a “zona”, a não ser que a França e a Inglaterra renunciem a utilizar suas colônias americanas³⁰.

No entanto, ao mesmo tempo que considerá-se em desvantagem com a implantação da “zona de segurança”, Berlim não quer dar a impressão de que não respeitará as decisões tomadas no Panamá³¹. O diretor do Departamento Político na Wilhemstrasse, Woermann, é de opinião que se deve responder de maneira “evasiva e não comprometedor” à proposta americana³². O tratamento dilatatório que Berlim pensa em dar a essa questão permitiria evitar “a propaganda hostil à Alemanha e a aplicação da decisão americana”³³.

As considerações alemãs sobre a “zona de segurança continental” americana datam do início de novembro de 1939 e, nesse momento, nenhum incidente militar ainda viera prejudicar as decisões do Panamá. Essa calma poderá durar? Quais são, em caso contrário, as medidas práticas de vigilância previstas pela conferência? Para dizer a verdade, nenhuma. Com efeito, os países participantes não consideraram necessário estabelecer um sistema de vigilância efetiva da “zona” por meio de um comando naval unificado

(29) Segundo Winston S. Churchill, a Inglaterra desejava contribuir “para manter a guerra fora das águas americanas” e ele acrescenta que “até um certo ponto era mesmo para nossa vantagem”. CHURCHILL, W. S., *Mémoires sur la deuxième guerre mondiale: L'orage approche, 3 septembre 1939-10 mai 1940*, Genebra, Ed. La Palatine, 1948, p. 124.

(30) Essa declaração do embaixador alemão no Rio de Janeiro só é transmitida ao Itamarati em dezembro de 1940. Isso prova o desejo de temporização da Wilhemstrasse diante dos problemas levantados pela criação da “zona de segurança”. In AB, doc. n.º 17062, de 28 de dezembro de 1940.

(31) DGFP, v. VIII, doc. n.º 306, de 27 de outubro de 1939, pp. 347-8.

(32) Memorando preparado por Freytag e datado de 11 de novembro de 1939, in DGFP, v. VIII, p. 348.

(33) Ibidem.

dos países marítimos, dispondo de unidades de transporte e de bases no litoral. Finalmente, o respeito da “zona de segurança” é deixado entregue à boa vontade dos beligerantes. A esse respeito, os Estados Unidos são o único país capaz de exercer uma vigilância ao longo de seu litoral e no mar das Caraíbas. O resto do litoral, a América do Sul em particular, está abandonado, por falta de meios. O Brasil encontra-se em uma situação singular, pois tem, sozinho, 7 400 km de costas no Atlântico e a Marinha de Guerra brasileira é praticamente inexistente. Nessas condições, é impossível evitar os incidentes envolvendo navios dos países beligerantes dentro da “zona de segurança”.

A partir de dezembro de 1939 tem início uma série de atos de guerra dentro da “zona de segurança”. O mais grave tem como protagonista o encouraçado-de-bolso alemão *Almirante Graf Spee*, dirigido pelo comandante Langsdorff; depois de ter afundado vários navios mercantes ingleses e franceses no Atlântico Sul, seja dentro da “zona de segurança”, seja fora desta, o navio tem de ser posto a pique ao largo de Montevidéu, para não cair nas mãos dos navios de guerra ingleses *Ajax* e *Achilles*³⁴.

Cabe ao presidente da República do Panamá — Boyd — na qualidade de depositário da declaração do Panamá, protestar junto à França, à Inglaterra e à Alemanha, em virtude das violações da “zona de segurança”. O presidente Boyd sublinha, em sua carta, que o caso do *Graf Spee* não é isolado e que a marinha de guerra inglesa tem o hábito de afundar navios mer-

(34) Um dos três encouraçados-de-bolso que a Alemanha possui opera no Atlântico Sul. Chama-se *Admiral Graf Spee* e persegue nessa região os navios mercantes franceses e ingleses. No início de dezembro de 1939, o *Graf Spee* já se incumbiu da destruição de nove cargueiros ingleses, num total de 50 000 toneladas. No momento em que o *Graf Spee* se prepara para atacar o cargueiro francês *Formose*, ao largo de Montevidéu — no interior das águas da “zona de segurança” —, ele é alcançado por unidades da marinha de guerra inglesa. Tem início então um combate entre o *Graf Spee* e os navios ingleses *Exeter*, *Ajax* e *Achilles*. Enquanto o *Exeter* é fortemente atingido, os canhões do *Graf Spee* são colocados fora de uso. Ele então decide escapar aos navios ingleses e se refugia no porto de Montevidéu. As autoridades uruguaias, seguindo as leis internacionais, permitem que o *Graf Spee* permaneça por 72 horas no porto e a seguir o obrigam a sair. Sem ter podido reparar seus canhões, o *Graf Spee* está à mercê dos navios de guerra ingleses que o esperam fora do porto. Então o comandante Langsdorff, tendo recebido autorização do próprio Hitler, decide afundar o *Graf Spee*. Se, para a Conferência do Panamá, a questão do *Graf Spee* representa um sério alerta a respeito das dificuldades que o Novo Mundo encontrará para fazer com que a “zona de segurança” seja respeitada, essa questão representa também um fracasso para a marinha de guerra alemã. Em compensação, é imensa a alegria dos responsáveis ingleses por ocasião desse primeiro sucesso de sua marinha de guerra. Algumas semanas depois, os marinheiros ingleses que participaram dos combates ao largo de Montevidéu são recebidos como heróis em Londres, sendo organizados desfiles populares em sua honra. Para a irritada reação de Hitler diante do desenvolvimento dos combates e da destruição do *Graf Spee*, ver SHIRER, W. L., *Le Troisième Reich*, op. cit., v. II, pp. 96-7. Ver também os detalhes da operação desenvolvida pela marinha de guerra inglesa in CHURCHILL, W. S., *Mémoires...*, op. cit., pp. 119-39.

cantes alemães, “como ocorreu recentemente com o *Dusseldorf*, o *Ussukuma* e tantos outros”³⁵.

O incidente do *Graf Spee* dá lugar a uma longa série de trocas de notas entre os países implicados e o governo do Panamá. Desse diálogo de surdos anglo-alemão, por intermédio de Augusto Boyd, sobressai que nenhum dos dois países está disposto a respeitar a “zona de segurança”. Berlim retoma os argumentos mencionados acima, ao passo que Londres não pode respeitar a “zona de segurança” na medida que esta serve de refúgio aos navios alemães, quando estes são perseguidos pela marinha de guerra inglesa³⁶.

Entrementes, um outro navio alemão, mas dessa vez transportando unicamente mercadorias, o *Wakama*, também tem de se por a pique dentro da “zona de segurança”, ao largo da costa brasileira, a fim de escapar, a 12 de fevereiro de 1940, da marinha de guerra inglesa. Apesar dos protestos do governo brasileiro junto ao presidente Boyd e das providências, infrutíferas, que este empreende junto aos beligerantes, o Novo Mundo está convencido de que o sonho da Conferência do Paraná, que consiste em impor um princípio pacifista aos beligerantes, jamais poderá realizar-se. Assim, fracassa a primeira tentativa prática dos países americanos para preservar seu continente da guerra que grassa na Europa³⁷.

A Conferência do Panamá não se pronuncia sobre o direito dos neutros de conservar sua liberdade de comércio com o conjunto dos países, inclusive os beligerantes, pois é mais fácil obter unanimidade para questões

(35) In RAPR, 1940, pp. 85-6.

(36) Cf. RAPR, 1940, pp. 86-93. Ver também CHURCHILL, W. S., *Mémoires...*, *op. cit.*, p. 124. Para Churchill, a situação da “zona de segurança” está doravante clara, pois, para Londres teria sido “muito difícil aceitar que apenas alguns neutros, dispendo apenas de pequenas forças, assegurassem sua vigilância; mas, se a marinha dos Estados Unidos devia se encarregar dela, não deveríamos sentir qualquer inquietação. Quanto maior for o número de navios americanos a cruzar as costas da América do Sul, mais estaremos satisfeitos, pois o navio de curso alemão que perseguíamos preferiria então deixar as águas americanas pela rota comercial da África do Sul, onde estaríamos prontos para recebê-lo”. Mas, continua Churchill, “se um navio de curso de superfície operasse a partir de zona americana de segurança ou aí buscasse refúgio, esperaríamos ser protegidos, ou autorizados a nos proteger contra os erros que ele pudesse cometer”. *Op. cit.*, p. 124.

(37) A impotência manifestada pelo governo do Panamá diante das violações da “zona de segurança” leva o Comitê Interamericano de Neutralidade a empreender consultas durante todo o ano de 1940 junto às Repúblicas americanas, a fim de estabelecer uma posição comum e propor então aos beligerantes a assinatura de uma convenção. Cf. FRUS, 1940, v. V, pp. 257-340. Os Estados Unidos, por sua vez, estão convencidos da aplicação das medidas adotadas no Panamá e se esforçam para vigiar pelo menos suas águas vizinhas, bem como o mar das Caraíbas. Para isso, o Departamento de Estado pede, sem grande sucesso, uma participação ativa dos países da América Central. FRUS, 1939, v. V, pp. 48-9. Ver também FRIEDLANDER, S., *Le rôle...*, *op. cit.*, pp. 66-7, bem como a tese não publicada apresentada à Universidade de Hamburgo em 1953 por ROHWE, J., *Das deutsch-amerikanische Verhältnis: 1937-1941*, pp. 90 e s.

gerais do que para as referentes a aspectos precisos, envolvendo desafios imediatos. Conseqüentemente, cabe aos próprios países americanos determinar como interpretar e aplicar a neutralidade do Novo Mundo.

Todavia, é preciso ressaltar que, apesar dessas incertezas, o continente americano atinge seu objetivo fundamental na Conferência do Panamá: conservar uma atitude comum de neutralidade diante da guerra. Trata-se de um sucesso tanto mais incontestável na medida em que os próprios beligerantes parecem, em geral, relativamente satisfeitos com esta atitude. De fato, a Alemanha sempre defendeu o princípio de neutralidade do Novo Mundo, ao passo que a França e a Inglaterra interpretam sua aplicação como lhes sendo favorável. Convém, a partir daí, analisar brevemente como o Brasil colocará em prática os princípios estabelecidos no Panamá.

b) A neutralidade brasileira

Quando a guerra tem início na Europa, um sentimento de impotência domina os dirigentes brasileiros. Que fazer para tentar deter o cataclisma que atinge os povos da Europa? Qual poderia ser a contribuição brasileira para atenuar os efeitos nefastos dessa guerra que se anuncia mortífera e devastadora? Os políticos brasileiros, inclinados aos compromissos e aos acordos, fazem essas perguntas e sua resposta é invariavelmente a mesma; o Brasil não está em condições de atuar como mediador no conflito europeu, tal como pôde fazer no passado, quando conflitos localizados surgiram no Novo Mundo. Onde os esforços dos Estados Unidos fracassaram, o Brasil não poderá, e ele está consciente disso, desempenhar papel algum. Resta ao Rio de Janeiro apenas sublinhar sua neutralidade e esperar que o “espetáculo de ruínas e desgraças que atingem os povos em luta”³⁸ não tenha longa duração.

Aplicando o protocolo secreto germano-soviético de 23 de agosto de 1939, o exército alemão, a 1º de setembro, invade a Polônia, sem declaração de guerra. Logo a seguir, uma tentativa de mediação de Mussolini fracassa e a Inglaterra e a França enviam, a 3 de setembro, um ultimato a Hitler: retirar suas tropas da Polônia ou entrar em guerra contra os dois

(38) Declaração de Getúlio Vargas de 20 de outubro de 1939 diante da Associação Brasileira de Imprensa, in VARGAS, G., *NPB*, v. VII, p. 25. Vargas está convencido da impossibilidade de uma ação mediadora por parte do Rio de Janeiro; “Entristece-nos o espetáculo das ruínas e desgraças que se abatem sobre os povos em luta. Não está em nós, porém, remediá-las, e pareceria demasiada ingenuidade, passível de suspeição interesseira e lucrativa, querer apurar culpas e aferir responsabilidades relativamente a acontecimentos complexos, cujas origens só com o decorrer do tempo poderão ser examinadas com isenção e justiça...” Ibidem, *op. cit.*

países. Berlim rejeita o ultimato. Enquanto os Estados Unidos e o Japão declaram sua neutralidade, a Itália decide-se pela não-beligerância.

A partir de 2 de setembro, quando a guerra não pode mais ser evitada, Getúlio Vargas anuncia oficialmente que o Brasil fica afastado do conflito. Vargas se arranja de uma maneira pelo menos original para justificar sua opção pela neutralidade. Ele invoca a própria Constituição do EN, que, lembremos, não fora ainda legalizada, já que o poder não organizou o referendo constitucional indispensável à sua legalização. A Constituição de novembro de 1937 prevê que o Brasil permaneceria neutro “em caso de guerra entre potências estrangeiras não-americanas”³⁹. Se a declaração de neutralidade é um ato essencialmente político, por que então o governo Vargas apela para uma legitimidade constitucional — que de resto ele não tem — para justificar a posição do país? O argumento mostra a que ponto Vargas preocupa-se em apresentar a imagem de um regime legal; mas essa atitude principalmente libera o EN da obrigação de tomar uma medida política que deveria ser, eventualmente, justificada no futuro. Vargas quer conservar uma liberdade máxima de ação, tanto mais que o resultado da guerra se anuncia incerto. Três decretos presidenciais são então publicados, fazendo cada um menção à neutralidade brasileira diante do conflito que envolve, de um lado, a Alemanha e, de outro, à Polônia, a França e a Inglaterra.

Os principais aspectos das regras da neutralidade brasileira são os seguintes:

“Art. 1º — O Governo do Brasil abster-se-á de qualquer ato que, direta ou indiretamente, facilite, auxilie ou hostilize a ação dos beligerantes. Não permitirá, também, que os nacionais ou estrangeiros, residentes no país, pratiquem ato algum que possa ser considerado incompatível com os deveres de neutralidades do Brasil.

Art. 2º — No território do Brasil, compreendendo as águas interiores e as territoriais, com seus respectivos fundos fluviais, lacustre e marinho, e o espaço aéreo correspondente, não será tolerado ato algum dos beligerantes que possa ser tido como ofensivo da neutralidade brasileira.

Art. 3º — Não constitui infração da neutralidade a simples passagem por águas territoriais brasileiras de navio de guerra e presas dos beligerantes.

.....
Art. 8º — É absolutamente interdito aos beligerantes fazerem do litoral e das águas territoriais brasileiras bases de operações navais contra os adversários. É igualmente vedado aos beligerantes receber nos por-

(39) Cf. o decreto-lei presidencial n.º 1561, de 2 de setembro de 1939.

tos do Brasil gêneros vindos diretamente para eles em navios de qualquer nacionalidade.

.....
Art. 18º — Os navios beligerantes admitidos em portos, baías ou ancoradouros brasileiros, permanecerão nos portos que lhes foram designados pelas autoridades locais, em perfeita tranqüilidade e completa paz com todos os demais navios que ali estiverem, ainda que sejam de guerra, de outra potência beligerante.

.....
Art. 23º — Todo ato de hostilidade, inclusive a captura e o exercício de direito de visita, praticada por navio ou aeronave beligerante, em águas territoriais brasileiras ou no espaço aéreo correspondente, constitui violação da neutralidade brasileira e ofende a soberania da nação. O Governo Federal pedirá ao governo beligerante, a que pertencer ao navio ou a aeronave, além da satisfação pela ofensa recebida, as providências tendentes à anulação dos efeitos do abuso praticado ou a reparação do dano causado.

.....
Art. 27º — As aeronaves militares dos beligerantes não terão autorização para voar sobre território brasileiro. As que penetrarem em zona sob a jurisdição brasileira serão, depois de conveniente intimação, obrigados a pousar em terra ou no mar. Os aparelhos serão retidos e desarmados: as tripulações serão internadas.

Art. 28º — As aeronaves não-militares, dos beligerantes, só poderão voar sobre o território e águas brasileiras, mediante permissão das autoridades competentes⁴⁰.

Quais são as reações dos beligerantes diante da declaração de neutralidade brasileira? Enquanto a Inglaterra e a França contentam-se em “tomar nota” da decisão do Rio de Janeiro, a Alemanha, em compensação, exprime sua “satisfação”⁴¹.

As intenções anunciadas serão suficientes para preservar o Brasil das operações de guerra? Certamente não, na medida em que disposições como, por exemplo, o art. 23, vão de encontro ao combate desenvolvido pela Inglaterra e pela França para isolar a Alemanha. Assim, incidentes como o do *Wakama* são inevitáveis. A França faz com que desembarquem no porto do Havre quatorze passageiros de nacionalidade alemã que querem ir para o Brasil no navio de transporte de bandeira brasileira *Cuiabá*. Apesar dos

(40) Decreto-lei presidencial nº 1561, de 2 de setembro de 1939, publicado no *Diário Oficial* do dia seguinte.

(41) Segundo nota verbal da embaixada alemã de 8 de setembro de 1939, in AB, doc. nº 16733.

protestos do Rio de Janeiro, Paris não dá qualquer seqüência à reclamação e o Brasil decide então renunciar a ela.

Outros incidentes têm como teatro o porto do Rio de Janeiro. A 13 de setembro de 1939, os torpedeiros ingleses *Hotspur* e *Havock* fazem uma longa estadia nesse porto brasileiro. Essa violação da neutralidade brasileira não chama a atenção da embaixada alemã no Rio de Janeiro, mas, quando o fato se repete, a 28 de setembro do mesmo ano, com a estadia prolongada do cruzado inglês *Shrosphire* e do navio auxiliar *Olynthus*, a embaixada do III Reich envia uma nota de protesto ao Itamarati. Este contemporiza em sua resposta, a fim de dar aos navios ingleses tempo de abandonarem o Rio de Janeiro. Quando o *Shropshire* e o *Olynthus* encontram-se fora das águas territoriais brasileiras, o Itamarati responde ao protesto alemão, indicando que ele não tem mais objeto, pois os navios incriminados já deixaram o Brasil...⁴².

O Itamarati tem ocasião de observar, em pouco tempo, que a aplicação das regras de neutralidade estabelecidas pelo governo não se fará sem dificuldades e que será preciso estar extremamente vigilante — apesar dos poucos meios materiais de que dispõe o país e da extensão da zona a ser vigiada — para não ser objeto das críticas de um ou de outro dos beligerantes, o que não deixaria de provocar represálias e o não-respeito da neutralidade do país.

Progressivamente, a neutralidade brasileira vai tender para uma aplicação pró-anglo-francesa em detrimento da Alemanha. Isso se deve em parte à ação do Itamarati e, em particular, de Osvaldo Aranha, mas, sobretudo, à predominância quase absoluta da marinha de guerra inglesa no Atlântico sul⁴³ e ao controle que Londres exerce sobre as comunicações — sobretudo comerciais — com a Alemanha.

c) As conseqüências

O abandono pelo Itamarati da idéia de liberdade total das comunicações e das relações comerciais passa despercebido a Berlim, e a embaixada alemã no Rio de Janeiro contenta-se em constatar a posição de neutralidade do Brasil. A atitude alemã é paradoxal pois, às vésperas do início da Conferência do Panamá, Berlim tinha reafirmado em várias ocasiões a necessidade de conservar uma liberdade total das relações com o Rio de Janeiro. Por quê Berlim então não protesta desde o resultado da Conferência do

(42) AB, doc. n.º Pol. 12 n. 1a, de 30 de dezembro de 1939.

(43) Em meados de dezembro de 1939, a Inglaterra considera o Atlântico Sul como estando “mais ou menos limpo”, pois sobre essas águas resta apenas o navio auxiliar do *Graf Spee*, o *Altmark*. Cf. CHURCHILL, W. S., *Mémoires, op. cit.*, p. 135.

Panamá? Há apenas duas explicações possíveis; de um lado, a esperança a que o silêncio brasileiro dá origem: Berlim julga que o Rio de Janeiro vai compartilhar a interpretação argentina das regras da neutralidade e continuará, mesmo sem uma declaração formal, a ter relações comerciais com a Alemanha. Por outro lado, o Brasil deve receber uma certa quantidade de material militar encomendado à Krupp. A partir de então, Berlim pode, a qualquer momento, colocar em questão esses fornecimentos e invocar a nova situação criada pelo desencadeamento da guerra na Europa para suspendê-los. Apesar dessas precauções, a Wilhemstrasse comete um grave erro ao não dar suficiente atenção à mudança de atitude do Itamarati, pois os resultados não se fazem esperar.

Imediatamente depois do início das hostilidades na Europa, o Banco do Brasil suspende as compras de marcos bloqueados. Essa medida — lógica aos olhos dos brasileiros, já que a Alemanha, na medida em que está em guerra, não poderá cumprir seus compromissos comerciais e financeiros — é considerada por Berlim como sendo uma decisão inspirada por Londres, pois, segundo Curt Prüfer, “alguns personagens bem colocados no Banco do Brasil recebem gratificação inglesas”⁴⁴. De qualquer modo, essa decisão tem como consequência imediata a diminuição das exportações brasileiras para a Alemanha, e pensando nas dificuldades encontradas pelos navios mercantes alemães ou aqueles que se dirigem para a Alemanha para atravessar o bloqueio imposto pela Inglaterra no Atlântico, pode-se medir melhor o impacto dessas duas medidas sobre o comércio germano-brasileiro.

Segundo dados estatísticos precisos fornecidos pelo próprio Banco do Brasil, referentes a dois semestres, o primeiro antes da guerra e o segundo relativo aos seis primeiros meses de 1940, constata-se que as relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha encontram-se em queda acentuada. Em compensação, o comércio entre o Rio de Janeiro e Washington aumenta sensivelmente. Vejamos, em detalhe, o comércio exterior brasileiro com seus principais parceiros.

A indicação mais digna de nota desse quadro é a grande diminuição dos fornecimentos alemães, que passam de um sólido segundo lugar para uma posição insignificante, e isso em um espaço de tempo muito curto. Em compensação, os Estados Unidos, que já ocupavam o primeiro lugar entre os fornecedores do Brasil, duplicam o valor de suas exportações, substituindo assim os fornecimentos alemães. Além do mais, as medidas restritivas tomadas pelo Banco do Brasil afetam apenas a Alemanha, pois, tanto a Itália quanto o Japão, não somente conservam seu nível de fornecimento anterior, mas chegam mesmo a aumentá-lo. O caso do Japão é especial, pois esse país sempre teve uma balança comercial muito desfavorável em

(44) Comunicação de Prüfer à Wilhemstrasse in DDA, dossiê nº 6, doc. nº 436, de 21 de novembro de 1939.

Quadro XI

Evolução do valor das importações brasileiras por país: 1939-1940

| | primeiro semestre | | variação |
|----------------|-------------------|-----------|-----------|
| | 1939 | 1940 | |
| Estados Unidos | 678.000 | 1.352.000 | + 674.000 |
| Alemanha | 585.000 | 80.000 | — 505.000 |
| Inglaterra | 230.000 | 264.000 | + 54.000 |
| Argentina | 212.000 | 264.000 | + 52.000 |
| França | 78.000 | 73.000 | — 5.000 |
| Itália | 43.000 | 53.000 | + 10.000 |
| Japão | 30.000 | 63.000 | + 33.000 |

(Esses dados são calculados em contos de réis)

Fonte: Banco do Brasil, Seção de Estatísticas e Estudos Econômicos, in MTIC, *Boletim*, nº 90, fevereiro de 1942, pp. 166-7.

relação ao Brasil e o aumento de seus fornecimentos pode ser interpretado como um desejo, por parte do Rio de Janeiro, de não deixar acumular-se um crédito muito grande diante de Tóquio.

Em um plano mais geral, a guerra na Europa e as medidas restritivas tomadas pelo Rio de Janeiro em seu comércio com a Alemanha chegam a modificar as fontes de abastecimento do Brasil. O Velho Continente, outrora em pé de igualdade com o Novo Mundo, cedeu seu lugar. A Europa, que fornecia, em 1939, 52% do total das importações brasileiras, fornece no ano seguinte apenas 26%. Em compensação, o continente americano passa de 44% em 1939 para 69% no ano seguinte⁴⁵.

Embora sofrendo algumas ligeiras modificações, o quadro relativo às exportações brasileiras para seus principais parceiros é semelhante ao das importações.

Esse quadro merece várias observações. Constata-se, em primeiro lugar, a diminuição das exportações brasileiras para a Alemanha⁴⁶. Em segundo lugar, ao contrário do que ocorre com as importações, não são os Estados Unidos que substituem a Alemanha, e sim a Inglaterra, que praticamente dobra o valor de suas importações provenientes do Brasil. Isso se

(45) Esses cálculos foram feitos por nós com base nos dados extraídos dos quadros XI e XII.

(46) O algodão e o café são os principais produtos responsáveis pela queda das exportações brasileiras para Berlim. Com efeito, as exportações de café passam de 47 400 toneladas em 1939 para apenas 3 780 no ano seguinte, ao passo que o valor das exportações algodoeiras descem de 119 600 “contos de réis” para 13 400 durante o mesmo período.

Quadro XII
Evolução do valor das exportações brasileiras por país: 1939-1940

| | <i>primeiro semestre</i> | | <i>variação</i> |
|------------|--------------------------|-------------|-----------------|
| | <i>1939</i> | <i>1940</i> | |
| EUA | 868.000 | 932.000 | + 64.000 |
| Alemanha | 420.000 | 104.000 | — 316.000 |
| Inglaterra | 278.000 | 540.000 | + 262.000 |
| Argentina | 102.000 | 153.000 | + 51.000 |
| França | 158.000 | 210.000 | + 52.000 |
| Itália | 65.000 | 108.000 | + 43.000 |
| Japão | 190.000 | 101.000 | — 89.000 |

(Esses dados são calculados em contos de réis)

Fonte: Banco do Brasil, Seção de Estatísticas e Estudos econômicos, in MTIC, Boletim, nº 90, fevereiro de 1942, pp. 166-7.

explica, de um lado, pela dominação exercida por Londres sobre as comunicações marítimas no Atlântico e, de outro, pelo desejo inglês de constituir estoques tendo em vista a continuação da guerra⁴⁷. Em terceiro lugar, esse quadro reflete uma diminuição sensível das vendas brasileiras ao Japão. Essa queda mostra menos um desejo expresso por parte do Rio de Janeiro do que as condições do mercado internacional do algodão. Esse produto constitui a quase totalidade das exportações brasileiras para Tóquio e, durante os anos 1939-1941, os Estados Unidos, que suspenderam seus fornecimentos de algodão para a Alemanha, fazem um esforço considerável para aumentar suas vendas para outros países, em especial para o Japão⁴⁸.

Finalmente, notemos o aumento sensível das exportações brasileiras para a Itália. Enquanto o comércio italo-brasileiro é tradicionalmente estável, o valor das exportações brasileiras, durante esse curto período, quase dobrou. Há que se dizer, a esse respeito, que o bloqueio marítimo inglês não tem qualquer influência sobre o comércio italiano com o Brasil; por outro lado, esse aumento significa que a Itália serve de país de trânsito e que os produtos brasileiros têm, finalmente, a Alemanha como fim de sua viagem. É o que se chama de “venda indireta”. Mas, no fim nas contas, esta não

(47) Já em fins de 1939, Prüfer constata que a Inglaterra “compra muito no Brasil” e que parte considerável é destinada à formação de estoques. Cf. DDA, dossiê nº 6, doc. nº 436, de 21 de novembro de 1939.

(48) É preciso observar que os Estados Unidos continuarão a comerciar com o Japão — sobretudo fornecendo-lhe algodão — até às vésperas do ataque a Pearl Harbor.

representa um valor importante e não consegue conter a queda dos fornecimentos brasileiros à Alemanha no limiar das hostilidades.

Ocupada pela guerra na Europa, a Alemanha não parece dar grande importância a seu comércio com o Brasil. Berlim aliás tem apenas um trunfo para tentar alterar o fenômeno: a ameaça de suspensão dos fornecimentos de material de guerra Krupp. Em outubro de 1939 o embaixador Prufer pensa em utilizar essa arma⁴⁹. Contudo, os protestos e os argumentos de Vargas são tão convincentes, que Berlim hesita. Quando o presidente brasileiro é informado das intenções alemãs, convoca Prufer para adverti-lo da gravidade de uma tal medida para o futuro das relações entre os dois países. Prufer receia que uma eventual suspensão dos fornecimentos de material de guerra enfraqueça a posição de Vargas, bem como a de Gaspar Dutra, ministro da Guerra, que sempre defenderam a encomenda feita à Krupp e o comércio em geral com a Alemanha⁵⁰. A outra consequência previsível dessa medida seria levar o Brasil ainda mais em direção a Washington, já que é certo que o Rio de Janeiro tentaria obter nos Estados Unidos as armas que a Alemanha não lhe poderia fornecer.

Getúlio Vargas dá grande importância ao fornecimento alemão e sobretudo às relações com Berlim, pois, segundo Prufer, o ditador brasileiro chega a concordar que sejam enviados “apenas alguns canhões”, o que permitiria, sempre segundo Prufer, “salvar as aparências”. Ele enfatiza “o procedimento incomum de Vargas, o que mostra bem que a interrupção total dos fornecimentos seria um pesado golpe para ele mesmo e para sua política de neutralidade”⁵¹, e aconselha finalmente a Wilhemstrasse a continuar o fornecimento⁵².

Em Berlim, Woermann concorda com o prosseguimento dos fornecimentos e decide pressionar as “autoridades militares” alemãs que desejam, segundo Woermann, aponderar-se das armas destinadas ao Brasil⁵³.

Por que Getúlio Vargas e Gaspar Dutra desejam tanto continuar recebendo o material de guerra Krupp? O motivo é duplo: de um lado, seu prestígio pessoal está em jogo nessa questão, pois uma suspensão dos fornecimentos de material militar alemão enfraqueceria sua posição política dentro do EN; de outro lado, as armas que ainda devem ser entregues são indispensáveis para a utilização das que já foram entregues⁵⁴.

Em junho de 1940, o ministro da Guerra brasileiro, Gaspar Dutra, encontra-se finalmente em condições de anunciar a Getúlio Vargas que as

(49) DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 279, de 9 de outubro de 1939.

(50) Ibidem, doc. n.º 245, de 26 de março de 1940.

(51) Ibidem.

(52) Ibidem.

(53) Ibidem, doc. n.º 157110, de 27 de março de 1940.

(54) Comunicação de Cyro de Freitas Vale a Woermann in DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 157110, de 27 de março de 1940.



Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Góis Monteiro.

armas destinadas ao Brasil estão no porto de Gênova, à espera de serem embarcadas⁵⁵. Pode-se julgar então que essa questão esteja resolvida, mas ainda há um obstáculo: o bloqueio marítimo inglês. Uma pequena crise entre o Rio de Janeiro e Londres retardará por alguns meses a chegada do material de guerra Krupp ao Brasil⁵⁶.

A posição alemã no Brasil logo após o início da guerra na Europa é fraca, o que é bem demonstrado pela questão do fornecimento do material Krupp. O único objetivo de Berlim na América Latina em geral, e no Brasil em particular, depois de setembro de 1939, é preservar a neutralidade dessa região. É por isso que as interpretações antialemãs das regras brasileiras de neutralidade não podem ser objeto de represálias por parte de Berlim. Pela primeira vez desde que Hitler tomou o poder em 1933, a diplomacia alemã adota uma política de moderação e de acordo no Brasil⁵⁷.

(55) AGV, doc. nº 1940.06.10 XXXIII-91, de 10 de junho de 1940. Trata-se de 40 tubos de canhão antiaéreo 88 mm, 11 800 tiros de canhão antiaéreo c/56, de 20 baterias de canhão 75 c/35 e, enfim, 28 veículos militares pesados.

(56) Cf. nota 83, p. 285.

(57) A fraqueza alemã no Brasil se torna evidente com uma outra questão, menos importante é verdade, mas que ilustra bastante fielmente a retirada alemã no Brasil. Assim,

O único campo de ação para a embaixada alemã, que vê dia a dia estreitar-se a margem de suas atividades, é o da propaganda. Contudo, esta não é mais concebida, como no passado, com objetivos independentes da realidade brasileira e em função apenas dos princípios ideológicos nazistas. Trata-se agora de uma ação defensiva, destinada a contrabalançar a influência dos Estados Unidos no Brasil. Mesmo aí a diplomacia alemã não se considera mais em condições de obter resultados convincentes e o diretor do Departamento Político da Wilhemstrasse, Woermann, envia instruções a seu embaixador em Madri (Stohrer) para que este “tome medidas junto ao ministério das Relações Exteriores [franquista] a fim de estudar as medidas que a Espanha poderia tomar na América Latina para limitar a influência norte-americana”⁵⁸. A Espanha, por sua vez, responde positivamente a esse expediente e reconhece a “comunidade de nossos interesses [germano-espanhóis] nessa região”⁵⁹. Todavia, o Brasil permanecerá fora do campo de ação ibérico, pois Madri limitará seus esforços à América hispânica e, mais particularmente, à Argentina⁶⁰.

A partir de então, resta à diplomacia alemã apenas manter boas relações pessoais com os dirigentes brasileiros mais receptivos. Entre estes, Pruffer considera o chefe das Forças Armadas, Góis Monteiro, como sendo o apoio mais seguro da política alemã, na medida em que se trata de um homem influente: “a amizade de Góis Monteiro é muito importante para a manutenção da neutralidade brasileira”⁶¹. Pruffer então propõe à Wilhemstrasse que seja concedida ao chefe das Forças Armadas brasileiras uma medalha qualquer de mérito alemã⁶². Isso ocorre alguns meses mais tarde.

Para além do anedótico, esse fato mostra perfeitamente a posição alemã de retração e fraqueza. Para a Alemanha já passou o tempo da subversão e da arrogância no Brasil, restando a Berlim adotar uma atitude defensiva e oportunista, para a qual a Alemanha até então não estava de modo algum preparada.

quando eclode a guerra na Europa, encontram-se nos portos brasileiros 26 navios mercantes (82 no conjunto da América Latina) com bandeira alemã. O Brasil decide então comprar esses navios a “preços razoáveis” (FRUS, 1939, v. V, doc. n° 862852/11, p. 54). Contudo, para atingir seu objetivo, é preciso que o Rio de Janeiro torne impossível a saída dos navios alemães dos portos brasileiros. A primeira medida tomada é recusar o reabastecimento dos navios. Pruffer nota as intenções brasileiras, mas em vez de protestar contra essas atitudes e recusar a venda, o embaixador alemão se declara disposto a iniciar negociações para a venda dos navios se alguns deles puderem voltar para a Alemanha. Cf. DDA, dossiê n° 6, doc. n° 247, de 2 de outubro de 1939.

(58) DGFP, v. VIII, doc. n° 265, de 17 de outubro de 1939, p. 304.

(59) *Ibidem*, doc. n° 136/73925, de 19 de outubro de 1939, p. 305.

(60) *Ibidem*.

(61) DDA, dossiê n° 6, doc. n° 594, de 21 de dezembro de 1939.

(62) *Ibidem*.

A Itália não se preocupa muito com as questões comerciais, já que mantém uma posição estável — embora menor — no comércio externo brasileiro⁶³. Contudo, as relações políticas têm um andamento não tão bom: pelo conselheiro da embaixada, Umberto Grazzi, o palácio Chigi é informado do “avanço considerável adquirido pela propaganda norte-americana, inglesa e francesa no Brasil, em relação à propaganda ítalo-alemã”⁶⁴. A única explicação que a embaixada italiana no Rio de Janeiro aventa, a fim de compreender o porquê dessa situação, é que a “propaganda ítalo-alemã se dirige aos nacionais ítalo-germânicos, bem como a seus descendentes, ao passo que a da democracia é dirigida sem discriminação à opinião pública em geral”⁶⁵.

Que fazer então para diminuir os efeitos dessa situação? Resta, dentro da boa lógica, apenas empreender uma campanha contra a propaganda democrática. A embaixada faz, nesse sentido, algumas propostas ao ministro da Cultura Popular em Roma, entre as quais eis as mais importantes:

1. organização de cursos de língua e cultura italianas para cerca de duas mil pessoas no Instituto de Alta Cultura Ítalo-Brasileiro;
2. organização de conferências científicas e práticas tendo como temas principais as “questões hidráulicas, a luta contra a malária, as conquistas do corporativismo”;
3. financiamento da viagem de brasileiros eminentes à Itália;
4. aumentar o fornecimento de filmes documentários⁶⁶.

As medidas propostas demonstram, por sua moderação, a situação delicada em que se encontra a embaixada italiana no Brasil. Essa apreciação é ainda reforçada por algumas idéias fantasiosas expostas por alguns diplomatas italianos no Brasil. Mencionemos, por exemplo, o plano do responsável pelo consulado italiano de São Paulo, Colpi, que propõe “um repatriamento coletivo dos imigrantes italianos do Brasil”⁶⁷. A embaixada italiana no Rio de Janeiro considera essa medida inaplicável⁶⁸, mas apesar de tudo,

(63) O que não impede que, durante os anos 1938-1939, a Itália se esforce para vender ao Brasil armas — sobretudo submarinos — e isso sem sucesso, pois Roma, fornecendo equipamentos militares, poderá equilibrar sua balança comercial, muito deficitária, em relação ao Brasil. Osvaldo Aranha e o ministro da Economia brasileira, Sousa Dantas, opõem-se ao sistema compensatório proposto por Roma e preferem que a Itália pague suas compras ao Brasil com divisas convertíveis. Cf. AI, dossiê nº 24, doc. nº 1126/299, de 8 de maio de 1940. A partir do momento que a Itália entra na guerra, são suspensas quaisquer negociações para eventuais fornecimentos de equipamento militar ao Brasil.

(64) AI, dossiê nº 24, doc. nº 9147, de 3 de janeiro de 1940.

(65) *Ibidem*.

(66) *Ibidem*.

(67) *Ibidem*.

(68) *Ibidem*.

nos consulados italianos de todo o país, são colocadas listas à disposição dos imigrantes italianos e de seus descendentes. Está previsto que o governo pague inteiramente os custos de repatriamento. Apesar disso, é completo o fracasso da mascarada: por exemplo, no consulado de Porto Alegre, responsável por uma região onde o elemento italiano ultrapassa várias centenas de milhares, há apenas 28 inscritos, felizes por poderem fazer uma viagem gratuita a Roma⁶⁹!

A adoção de medidas dessa natureza, onde a aberração e o cômico andam juntos, mostra bem que, a exemplo de seus colegas alemães, os diplomatas italianos encontram sérias dificuldades para cumprirem sua missão no Brasil⁷⁰, na medida sobretudo que o palácio Chigi parece desinteressar-se um pouco por suas relações com o Rio de Janeiro. O governo varguista volta-se então para os Estados Unidos, a fim de estabelecer um programa de cooperação econômica em larga escala. Nessas condições, a posição de retração do Eixo enfraquece a tendência totalitária dentro do EN e o governo varguista por uma vez se encontrará unido diante do gigante norte-americano.

(69) Ibidem, doc. n.º 277/58, de 23 de janeiro de 1940.

(70) No que se refere ao Japão, esse país não ocupa posição importante nas preocupações brasileiras de política externa. Há apenas dois aspectos dignos de nota: de um lado, o comércio, pelo qual o Brasil fornece algodão ao Japão e recebe divisas convertíveis; de outro, há a política brasileira de imigração. Ela não constitui grande problema, pois cada país de emigração tem uma quota e o Japão não escapa à regra. Quando a política nacionalista brasileira é aplicada em 1938, Tóquio formula algumas reservas (AB, doc. n.º SP/27/558.1 (56), de 21 de novembro de 1938), mas isso sem grande convicção, pois o Japão está consciente de que não pode exigir um tratamento especial, tendo em vista a irredutibilidade brasileira e o número pouco considerável dos imigrantes nipônicos estabelecidos no Brasil. Por outro lado, apesar da aversão ao comunismo partilhada pelos dois regimes, não há qualquer contato dessa natureza entre o Rio de Janeiro e Tóquio. As relações nipo-brasileiras não têm grandes atritos, assim como não têm importantes realizações em perspectiva. Notemos, apesar de tudo, que o Japão toma uma atitude diplomática com vistas a influenciar a neutralidade brasileira. Com efeito, em 28 de janeiro de 1940, o palácio Chigi e o embaixador japonês em Roma se dirigem à Santa Sé para que esta aconselhe o Cardeal do Rio de Janeiro a incentivar o Brasil “a não romper relações diplomáticas com o Eixo” (AI, dossiê n.º 27, doc. s/n, de 28 de janeiro de 1940). Não há vestígio nem nos arquivos diplomáticos italianos, nem nos do Brasil, dos resultados dessa insólita *démarche*.

CAPÍTULO II

AS NEGOCIAÇÕES BRASILEIRO-AMERICANAS

A análise das negociações brasileiro-americanas apresentam várias dificuldades. Entre estas, vejamos as mais importantes. De início, a ausência de plano detalhado, com objetivos e negociadores claramente definidos e designados por parte do Brasil. Isso acarreta uma série de vaivéns, de repetições inúteis e de atitudes às vezes contraditórias por parte dos representantes brasileiros. A seguir, o momento da negociação — caracterizado por uma crise internacional profunda e pelo início de uma guerra que em breve se tornará mundial — faz com que certos aspectos sejam mantidos em segredo ainda hoje. A atitude dos dois países é definida pela evolução dos acontecimentos internacionais, sendo seu poder de barganha limitado por essas circunstâncias. Daí resulta que os negociadores adotem uma atitude cambiante e oportunista, o que torna difícil a análise de suas intenções reais.

Por fim, os objetos das negociações são múltiplos: fornecimentos de equipamentos militares, plano de cooperação econômica em larga escala e projetos de defesa continental. As conversações têm lugar simultaneamente, de modo que a abordagem de apenas um aspecto das negociações torna impossível a apreensão das relações entre Washington e o Rio de Janeiro logo após o início das hostilidades na Europa. Uma análise global das relações brasileiro-americanas é indispensável; trata-se do objetivo do presente capítulo, ainda que essa tentativa de estudo deixe alguns aspectos na penumbra.

a) O alcance

1. OS FORNECIMENTOS MILITARES

A partir de outubro de 1930, quando Getúlio Vargas toma o poder, ele se mostra imediatamente preocupado com o estado de desuso do equipa-

mento militar do país. O primeiro governo Vargas empreende então esforços para dotar o país de um mínimo de equipamento militar moderno⁷¹.

Vargas dá grande importância a sua política de armamento por duas razões primordiais. De um lado, a antigüidade e a insuficiência do equipamento militar disponível — a maioria das armas de que o país dispõe data da Primeira Guerra Mundial, o Brasil não tem defesa costeira, aérea ou naval, o desenvolvimento de sua marinha de guerra ainda é embrionário e a arma da aviação ainda não existe⁷². Por outro lado, Getúlio Vargas tem todas as razões para satisfazer as Forças Armadas, pois a estabilidade de seu governo e mesmo do regime imposto em novembro de 1937 dependem delas.

Quais são os objetivos concretos visados pelo Rio de Janeiro nas negociações para o fornecimento de equipamento militar norte-americano? No início das negociações esses objetivos são muito difusos, em virtude da amplitude das necessidades das Forças Armadas. Assim, quando o chefe do Estado-Maior, Góis Monteiro, visita os Estados Unidos em junho de 1939, o único ponto claramente definido pelos negociadores é o do fornecimento de um “sistema defensivo antiaéreo”⁷³. O local desse “sistema” é um dado essencial para um país de tão vastas dimensões, já que uma defesa total é impensável nesta situação — a questão não é abordada assim como não são observados os problemas de infra-estrutura, ou seja, a preparação do terreno e treinamento para o manejo dessas novas armas. A seguir, no decorrer das negociações, a posição brasileira se tornará mais precisa.

Quando da missão Aranha nos Estados Unidos, em fevereiro-março de 1939, nenhuma decisão relativa a um plano de cooperação militar entre o Rio de Janeiro e Washington pôde ser tomada. Enquanto as conversações são um fracasso para o representante do Itamarati, constituem, porém, um inegável sucesso para Washington, pois a posição dos Estados Unidos quanto a um eventual armamento brasileiro — e latino-americano em geral — é muito ambígua e desconfortável. Washington se divide em duas atitudes possíveis mas contraditórias. A primeira é conservar a América Latina fora de qualquer corrida armamentista. As vantagens de uma política desse tipo são evidentes, mas os inconvenientes também o são, pois é incompreensível para os países ao sul do Rio Grande que os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que pregam a necessidade de uma defesa comum do continente, recusem conceder aos países latino-americanos os meios técnicos e financeiros para essa política. A segunda possibilidade que se oferece aos Estados

(71) A falha no fornecimento dos contratorpedeiros pelos US em 1936 e 1937 é o episódio mais importante dessa política.

(72) Para um estudo sobre o estado do equipamento militar brasileiro, ver em especial MAGALHÃES, Cel. J. B., *A Evolução militar do Brasil*, op. cit., sobretudo as páginas 327 e s.

(73) AOA, doc. n.º 39.06.16, de 16 de junho de 1939.

Unidos é a de continuar sua política isolacionista, mas eles correm então o risco de ver os países latino-americanos se dirigirem a outros fornecedores, em especial ao Eixo, para obter as armas que Washington não quer lhes entregar.

A posição dos Estados Unidos é ainda mais delicada quando se pensa na atitude reticente expressa invariavelmente pelo Congresso quando da cessão, venda ou empréstimo de equipamento militar à América Latina. A política defendida pela Casa Branca consiste, em suma, em se esforçar para fornecer o menor equipamento militar possível à América Latina, a fim de não lançar o subcontinente em uma corrida armamentista, mantendo-o ao mesmo tempo afastado de qualquer influência do Eixo.

A América Latina, ao contrário, visa a maximizar seu poder de negociação e a obter a maior ajuda material possível, e ao mesmo tempo empenhar-se o menos possível no plano formal da defesa continental. Nessa perspectiva, a posição defendida pelo Rio de Janeiro torna-se muito particular — sobretudo no que diz respeito à sessão de bases militares para a defesa continental —, pois o Brasil exige um tratamento especial que vai muito além dos compromissos previstos pelas conferências pan-americanas e também além das intenções dos Estados Unidos.

Em junho de 1939, Washington parece ter resolvido o dilema de sua política armamentista, quando o Departamento de Estado propõe ao conjunto das Repúblicas Americanas um “programa geral de cooperação, em vista do fornecimento de material naval e militar para a defesa do continente”⁷⁴. Esse programa é discutido pelo Congresso e prevê unicamente a entrega de armas defensivas, tais como patrulhas para a vigilância costeira e sistemas defensivos compreendendo baterias antiaéreas, bem como as munições necessárias⁷⁵. Aliás, o Departamento de Estado se declara disposto a cooperar na construção de navios de guerra nos estaleiros dos países interessados⁷⁶.

Quando o Brasil é posto a par das intenções norte-americanas, responde favoravelmente através de Osvaldo Aranha, que considera a atual legislação, em discussão no Congresso, como “de interesse vital, particularmente para o Brasil, pois permitiria equipar os destróieres em construção atualmente nos estaleiros do país”⁷⁷.

Com tanta boa vontade de uma parte e de outra, esperam-se medidas concretas. A primeira ocasião que se apresenta é a viagem de Góis Monteiro

(74) FRUS, 1939, v. V, doc. n.º 810.24/31a, de 27 de junho de 1939, pp. 1-2.

(75) *Ibidem*.

(76) *Ibidem*.

(77) Declaração de Aranha ao embaixador norte-americano no Rio de Janeiro in FRUS, 1939, v. V, doc. n.º 810.24/33, de 28 de junho de 1939, p. 3. Com exceção da Argentina e do Uruguai, todos os países latino-americanos recebem favoravelmente as propostas norte-americanas. Cf. *ibidem*, pp. 2-14.

aos Estados Unidos, em junho de 1939. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras tem a firme intenção de negociar a aquisição de um “sistema defensivo antiaéreo” que se encaixa perfeitamente no quadro do projeto de legislação sobre a ajuda militar ao estrangeiro, então discutida pelo Congresso; de fato, nenhuma decisão é tomada, resultando a viagem de Góis Monteiro é um fracasso completo. Ele não consegue sequer obter uma promessa de acordo, com vistas a uma cooperação militar entre os dois países no futuro⁷⁸.

É o início da guerra na Europa, em setembro de 1939, que permitirá acelerar as conversações. Os acontecimentos internacionais colocarão em discussão, principalmente, novos aspectos complementares de fornecimento de equipamento militar. Entre estes, os dois mais importantes se referem a uma defesa continental comum e a uma cooperação econômica em larga escala entre as duas capitais.

2. O PROJETO DE DEFESA CONTINENTAL

A preocupação dos Estados Unidos de assegurar uma defesa continental comum é anunciada já em 1936 na Conferência de Buenos Aires. Nessa oportunidade, adota-se uma recomendação, segundo a qual qualquer atentado à soberania de um Estado do continente por um Estado extracontinental é considerado como atentado ao conjunto do Novo Mundo. Esse esboço de segurança coletiva continental é reforçado a seguir nas conferências de Lima e do Panamá. No momento, trata-se de determinar que medidas práticas devem ser tomadas para tornar digna de crédito a defesa comum do continente e dissuadir assim eventuais agressores.

Como se apresenta a situação militar em setembro de 1939, vista a partir do Novo Mundo? De uma maneira bastante simples, pois, se de início a guerra é unicamente européia, é preciso render-se à evidência de que, através das colônias pertencentes aos beligerantes, ela logo se torna mundial. Conseqüentemente, também diz respeito ao Novo Mundo. Mesmo que seja improvável uma implicação direta das colônias anglo-francesas na guerra, durante o segundo semestre de 1939, essa eventualidade preocupa os dirigentes do Novo Mundo. O fato mais grave, porém, é, sem dúvida alguma, a extensão provável da guerra em direção à África do Norte e, em particular, a sua parte ocidental, onde a França tem importantes colônias. No caso de essa hipótese tornar-se realidade, a América deve contar com a possibilidade de um envolvimento direto nesse conflito. Com efeito, com a escala de Dacar, os beligerantes podem facilmente atravessar o Atlântico e instalar-se na Região Nordeste do Brasil. Trata-se do caminho mais fácil, mais direto e

(78) AOA, doc. n.º 39.06.16, de 16 de junho de 1939.

mais vulnerável do Novo Mundo. Conseqüentemente, a importância estratégica do Brasil torna-se um dos dados fundamentais da defesa comum do continente.

Desde o início da guerra, os Estados Unidos reforçam sua presença militar no mar das Caraíbas, no qual as Antilhas constituem, por assim dizer, uma proteção segura. Bases militares são instaladas nessa região e, em particular, em torno do canal do Panamá, prolongando as instalações de defesa do território norte-americano. Conseqüentemente, até a altura da Venezuela, os Estados Unidos controlam o tráfego marítimo e aéreo. Esse controle é completado pelas bases aliadas na Guiana Inglesa e da Guiana Francesa. A seguir, tem início o território brasileiro, que avança para o leste até a ponta extrema de Natal, para retrair-se novamente em direção ao sul até a fronteira com o Uruguai.

A imensa extensão do litoral brasileiro — 7 400 km — não apresenta uma importância estratégica fundamental. A região mais sensível está no norte e no nordeste, em uma superfície de quase três milhões de quilômetros quadrados entre os Estados da Bahia e do Pará. O litoral dessa saliência nordestina tem 3 800 km de extensão. A região mais exposta dessa zona é o litoral compreendido entre a Bahia e o Maranhão e, mais particularmente, o dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. No interior dessa zona, os estrategistas militares norte-americanos e brasileiros definiram um triângulo compreendendo as cidades de Natal e Recife e o arquipélago de Fernando de Noronha⁷⁹.

A ausência de comunicação com o resto do país, a topografia propícia a um desembarque (praias de fácil acesso) e os pequenos batalhões do exército brasileiro sediados no triângulo incentivam um eventual agressor que desejasse estabelecer uma cabeça-de-ponte no Novo Continente⁸⁰.

O chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, o general George C. Marshall, visita o Brasil em maio de 1939 e, quando retorna a Washington a bordo do cruzador Nashville, faz-se acompanhar por Góis Monteiro, a fim de poder discutir os detalhes da defesa do Nordeste⁸¹. O

(79) O arquipélago de Fernando de Noronha se encontra a cerca de 380 km da costa brasileira, no caminho mais direto entre Natal e Dacar. É formado por uma ilha principal, que dá seu nome ao arquipélago, e por três ilhas secundárias: do Meio, da Rata e do Lucena. A ilha principal, rochosa, servirá de escala na rota para Dacar. Mede 11 km de comprimento por 8 de largura. Tendo em vista a importância dos bancos de peixes dessa zona do Atlântico, a ilha serve tradicionalmente para a pesca, mas a partir de 1738 e até 1942, Fernando de Noronha é utilizada como “colônia de correção”. Em 1942, o arquipélago se torna um Território da Federação brasileira, tendo caráter militar e dependendo diretamente do Ministério do Exército.

(80) Cf. LEITÃO DE CARVALHO, gen. E., *A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Ed. A Noite, 1952, p. 13.

(81) AB, doc. n.º 89, de 10/11 de maio de 1939.



. Lehmann Miller, George Marshall, Góis Monteiro e Carlos Martins.

general Marshall se esforça por convencer Góis Monteiro da necessidade imperiosa de reforçar as guarnições do Nordeste, bem como seu equipamento militar. Góis Monteiro não se opõe ao fornecimento de um equipamento moderno às guarnições do Nordeste, mas exclui a possibilidade de um aumento sensível do número de soldados nessa região. As conversações entre os dois homens não trazem nenhuma mudança digna de nota às respectivas posições e, quando Góis Monteiro volta ao Rio de Janeiro, envia uma carta ao general Marshall, na qual resume a posição brasileira. Para Góis Monteiro, é indispensável que a concentração dos meios militares brasileiros — em homens e equipamentos — continue a se fazer, como no passado, na Região Sul e, mais particularmente, na fronteira com a Argentina. É esta a tradicional reação dos estrategistas e militares brasileiros, que sempre pensaram que uma tentativa de ataque ao território nacional só pode vir do extremo sul do país, sobretudo, na medida em que o Nordeste, pobre e pouco urbanizado, não merece tantos esforços de defesa. Isso não impede que Góis Monteiro satisfaça parcialmente o general Marshall, quando propõe uma defesa limitada do Nordeste e a preparação do terreno para a implantação futura das bases militares⁸². Subentende-se que essa prepara-

(82) Carta do general Góis Monteiro ao general Marshall in AGV, doc. n.º 1939.08.08 XXXII-27, de 8 de agosto de 1939.

Mapa nº 3
A importância estratégica do Nordeste brasileiro



ção só pode ocorrer se os Estados Unidos concederem ajuda material ao Rio de Janeiro. Conseqüentemente, Góis Monteiro, ao mesmo tempo em que dá a impressão de querer cooperar com Washington, tem como objetivo essencial e imediato opor-se à Argentina. Considera secundários os problemas que seriam criados pelo eventual início de uma guerra na Europa. Essa guerra se tornará realidade em poucos dias e as duas capitais encetarão imediatamente conversações com vistas a uma melhor proteção do Nordeste.

Mapa nº 4
O arquipélago Fernando de Noronha



3. A COOPERAÇÃO ECONÔMICA

As relações econômicas brasileiro-americanas podem ser vistas sob três ângulos diferentes, logo após o início das hostilidades na Europa. O primeiro aspecto é a questão da suspensão do pagamento dos atrasados da dívida externa brasileira. Durante todo o ano de 1939 e inícios de 1940, as duas partes dão continuidade a seus contatos com vistas a determinar meios e modalidades que permitissem ao Rio de Janeiro honrar seus compromissos⁸³. Essa questão é tanto mais difícil de resolver na medida em que o Brasil não tem meios materiais — apesar de toda a boa vontade de alguns de seus dirigentes e em particular de Osvaldo Aranha — para continuar a reembolsar os juros da dívida externa suspensos em novembro de 1937. Por fim, depois de longas conversações e numerosos vaivéns, os dois países concluem um acordo em 25 de março de 1940 no qual definem as medidas que

(83) FRUS, 1939, v. V, pp. 357-402, bem como 1940, v. V, pp. 559-99.

permitirão ao Brasil liquidar os juros de sua dívida externa, bem como os atrasados comerciais acumulados durante esses últimos trinta meses⁸⁴.

O segundo aspecto de suas relações econômicas traz apenas satisfações às duas capitais. Trata-se da formidável progressão de suas relações comerciais entre 1939 e 1940 e, em particular, das importações brasileiras. Quando se consultam os quadros XI e XII constata-se, com efeito, a importância adquirida pelos Estados Unidos no comércio exterior brasileiro. Washington pode considerar-se duplamente satisfeita, pois, de um lado, o comércio germano-brasileiro durante o mesmo período experimenta uma diminuição sensível e, de outro lado, as relações comerciais anglo-brasileiras e, em particular, as exportações do Rio de Janeiro para Londres estão em constante progressão.

O terceiro aspecto das relações econômicas brasileiro-americanas é o mais importante aos olhos do Brasil. Trata-se de um plano de cooperação econômica em larga escala que deve ser estabelecido pelas duas capitais.

No Rio de Janeiro, o problema é pouco percebido durante o segundo semestre de 1939. É verdade que quando da visita de Osvaldo Aranha a Washington, no início de 1939, algumas decisões são tomadas, mas nenhuma se refere à elaboração imediata de um plano de cooperação econômica. Em compensação, existe uma idéia-chave em toda elaboração dos planos de desenvolvimento econômico preparados pelos dirigentes brasileiros; trata-se da questão siderúrgica. Não há que insistir na importância fundamental da questão siderúrgica, tanto para a industrialização do país quanto na elaboração de sua política externa durante os próximos meses. Getúlio Vargas faz dessa questão um ponto capital e constante em todos os seus programas governamentais e, segundo sua filha, confidente e mesmo algumas vezes emissária do presidente, Alzira Vargas, ele considera a questão siderúrgica como “a menina dos olhos”⁸⁵. No governo Vargas — dividido quanto a muitas questões —, a questão siderúrgica devolve à equipe governamental uma aparência de coesão.

Como os dirigentes brasileiros vêem, em termos concretos, a questão siderúrgica? Trata-se de implantar uma usina que possa produzir em um primeiro tempo 285 000 toneladas de aço por ano, cujo custo se elevaria a cerca de 100 milhões de dólares⁸⁶. Na medida em que o Brasil se encontra incapacitado para reembolsar os juros da dívida externa, como poderá obter um crédito de tal monta, já que se exclui a possibilidade de que o próprio país possa financiar o conjunto do projeto? Eis aí o problema fundamental com o qual se debatem os dirigentes brasileiros. Aliás, além do finan-

(84) FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 832.51/1795, de 25 de março de 1940, p. 599.

(85) VARGAS, A., *Getúlio Vargas, meu Pai, op. cit.*, p. 273.

(86) Memorando preparado por Cordell Hull para o Secretário do Tesouro, Morgenthau, in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 8326511/68a, de 24 de fevereiro de 1940, p. 603.

ciamento, é preciso obter também a assistência técnica estrangeira, indispensável para dar esse primeiro passo.

A dependência financeira e técnica brasileira coloca os dirigentes do EN diante de uma situação delicada: a questão siderúrgica depende exclusivamente do estrangeiro e o Brasil só tem meios de pressão extremamente limitados. Conseqüentemente, às vésperas do início da guerra na Europa, o Rio de Janeiro tem poucas esperanças de realizar o sonho dos revolucionários de 1930. Ora, tudo se alterará em setembro de 1939. Nesse momento, aproveitando as iniciativas norte-americanas com vistas a uma maior solidariedade continental através de um sistema de defesa, formal e militar, do Novo Mundo, o Brasil decide “tornar realidade a política de boa vizinhança”⁸⁷ e se dirige então aos Estados Unidos, a fim de obter a construção e o financiamento de seu projeto siderúrgico.

b) Desenvolvimento e dificuldades

A reação dos Estados Unidos aos pedidos brasileiros de assistência técnica e financeira para construir uma usina siderúrgica é negativa. Desde que o pedido se torna conhecido do Departamento de Estado, este entra em contato com a mais importante empresa siderúrgica dos Estados Unidos, a United Steel, para sondar as possibilidades de atender ao projeto brasileiro. Esses primeiros contatos são um fracasso completo. As razões invocadas pelo então embaixador brasileiro em Washington, para explicar a recusa da United Steel em entrar em conversações com o Rio de Janeiro revelam a ligação existente entre a questão siderúrgica e a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa brasileira⁸⁸. A United Steel só poderia se interessar pelo projeto brasileiro na medida em que o Rio de Janeiro resolvesse o problema dos credores norte-americanos.

As autoridades governamentais brasileiras, e, em particular, as mais próximas de Getúlio Vargas, contestam a interpretação feita pela United Steel sobre a questão dos juros da dívida externa⁸⁹. A insistência brasileira é tamanha que os responsáveis pela United Steel se vêem obrigados a dar as verdadeiras razões de seu desinteresse.

Ao contrário do que as autoridades brasileiras supunham, não são os problemas técnicos que levaram a US Steel a tomar essa decisão, mas sim-

(87) AB, doc. n.º 25, expedido pela embaixada brasileira em Washington ao Departamento de Estado, em 22 de janeiro de 1940.

(88) AB, doc. n.º 25, expedido pela embaixada brasileira em Washington, em 22 de janeiro de 1940.

(89) Getúlio Vargas protesta junto a Carlos Martins a respeito da interpretação feita pela US Steel, e sua filha, Alzira Vargas, serve de porta-voz de seu pai. Cf. AGV, doc. n.º 1940.01.13/2 XXXIII-12, de 13 de janeiro de 1940.

plesmente porque a grande companhia norte-americana não deseja estender-se fora dos Estados Unidos⁹⁰, pois sofreu uma grande expansão nesses últimos anos, que tornou precária sua situação financeira⁹¹. Vargas propõe então aos Estados Unidos um arranjo que exclui qualquer doação de capital norte-americano, mas prevê unicamente um crédito para a aquisição dos equipamentos para a usina siderúrgica⁹³. É impensável para os dirigentes brasileiros que o simples fato de que a US Steel não tenha previsto instalar-se no estrangeiro possa levar ao fracasso o projeto siderúrgico. Isso, sobretudo, na medida em que os planos já estão avançados, já que o sítio onde deverá ser implantado o complexo siderúrgico está escolhido: trata-se de Volta Redonda.

Para o embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, as negociações triangulares entre o Brasil, os Estados Unidos e a US Steel são difíceis e se encontram, em fins de fevereiro de 1940, em um momento crítico. Isso não impede, segundo Carlos Martins, que as conversações entre os responsáveis pelo governo norte-americano e os dirigentes da US Steel ainda não se tenham rompido, e assim é preciso que o Rio de Janeiro espere com paciência antes de pensar em outras soluções⁹⁴.

Em compensação, no Rio de Janeiro, a análise da situação é diferente. Os dirigentes brasileiros estão muito descontentes, tanto com a US Steel quanto com os dirigentes norte-americanos, incapazes de convencer a companhia norte-americana a concordar com os pedidos brasileiros. Esse ressentimento é tanto mais intenso à medida que a US Steel havia dado, em um primeiro tempo, um parecer favorável ao projeto brasileiro, mas a companhia norte-americana muda de opinião alguns dias depois⁹⁵.

Os meios de pressão brasileiros são, por assim dizer, inexistentes. Deve-se então renunciar ao projeto ou esperar a boa vontade norte-americana, como parece aconselhar Carlos Martins?

O governo do Rio de Janeiro já encontrou uma resposta para essa questão: em dezembro de 1939, quando são feitos os primeiros contatos com os Estados Unidos da América e estes não demonstram maiores entusiasmos, Vargas já preveniu Washington de sua intenção de recorrer a outras possibilidades caso as negociações fracassassem⁹⁶. O presidente vai bastante longe, pois declara, nessa ocasião, que a Krupp fez propostas

(90) Comunicação de Carlos Martins a Getúlio Vargas, in AGV, doc. n.º 1940.01.17 XXXIII-18b, de 17 de janeiro de 1940.

(91) Comunicação de Carlos Martins a Getúlio Vargas, in AGV, doc. n.º 1940.01.25/5 XXXIII-25, de 25 de janeiro de 1940.

(93) AGV, doc. n.º 1940.02.23/2 XXXII-39b, de 23 de fevereiro de 1940.

(94) AGV, doc. n.º 1940.02.27 XXXIII-41, de 27 de fevereiro de 1940.

(95) AGV, doc. n.º 1940.12.01/1-75, de 1.º de dezembro de 1939.

(96) *Ibidem*.

semelhantes às da US Steel⁹⁷. Agora, que as negociações estão completamente bloqueadas, Getúlio Vargas decide agitar novamente a possibilidade de recorrer a outros parceiros, na impossibilidade de se arranjar com os norte-americanos⁹⁸.

O *New York Times* de 1º de março de 1940 faz referência a um despacho proveniente do Rio de Janeiro a respeito das ofertas que a companhia alemã Krupp está disposta a fazer em substituição à US Steel.

A ameaça de recorrer à Krupp dá imediatamente seus frutos e Carlos Martins constata “a confusão e os temores” que o despacho do *NYT* suscitou nos meios governamentais norte-americanos⁹⁹. Estes se dirigem novamente à US Steel e, apesar de seus esforços, que são então reconhecidos pelo próprio Getúlio Vargas¹⁰⁰, não conseguem convencer os dirigentes da companhia siderúrgica a dar uma resposta positiva aos pedidos brasileiros. Essa situação é agravada pelo fato de que o Banco Export-Import (Eximbank) não está disposto a financiar o projeto.

A questão é grave para o futuro das relações brasileiro-americanas e os Estados Unidos estão conscientes disso, na medida em que a propaganda alemã se torna, aos olhos do embaixador Caffery, “cada dia mais organizada” no Brasil¹⁰¹, o que leva Washington a enviar alguns cruzadores leves para o Atlântico sul¹⁰², medida dispensável e inábil de uma diplomacia que deveria estar atenta e eficiente no subcontinente, tendo em vista o período crítico que tem início na Europa nesse fim do primeiro semestre de 1940.

(97) *Ibidem*.

(98) *Ibidem*. Segundo seu contemporâneo, amigo e rival João Neves da Fontoura, que até agora melhor pôde captar a personalidade complexa de Getúlio Vargas, este se sente extremamente à vontade nas negociações difíceis, como as que empreende com o governo norte-americano e a US Steel. Diremos mesmo que o *imbroglio*, tal como se apresenta no início de 1940, é apreciado pelo estadista brasileiro. De fato, ele pode então dar mostras de toda sua astúcia e com subentendidos e pressões encontra-se em condições de aumentar o fraco poder de negociação do Brasil. É nesse sentido que se deve compreender a possibilidade aventada por VARGAS de recorrer a “outros parceiros”. João Neves da Fontoura chama a atenção para esse traço do caráter de Vargas a propósito de outra questão. Deixemos a palavra a João Neves: “Possibilidades novas. Eis aí — sutil, quase imperceptível — uma outra definição de Vargas. Ele era assim, e assim prosseguiu durante vinte anos, sempre instável, jogando o lenço alternadamente a várias pessoas e grupos, buscando sempre ‘possibilidades novas’. Seu gosto consistia em pacificar-se com os adversários. Por isso, jamais os que o ajudaram a subir e o serviram lealmente, através de ásperas pelejas, poderiam considerar-se credores da sua fidelidade, ainda que não dessem motivo para perdê-la. Aliás, o estremecimento com um companheiro era a véspera de novo namoro para conquistá-lo”. FONTOURA, J. N. da, *Memórias, op. cit.*, v. II, p. 175.

(99) AGV, doc. n.º 1940.03.01 XXXIII-44, de 1º de março de 1940.

(100) Declaração de Vargas a Caffery in *FRUS, 1940*, v. V, doc. n.º 832.6511/105, de 22 de maio de 1940.

(101) Caffery ao Departamento de Estado in *FRUS, 1940*, v. V, doc. n.º 832.00N/117, de 27 de maio de 1940.

(102) AGV, doc. n.º 1940.05.23 XXXIII 85b, de 23 de maio de 1940.

As negociações brasileiro-americanas no plano militar visam dois objetivos de maior monta: de um lado, o fornecimento, pelos Estados Unidos de um equipamento que permita a modernização das Forças Armadas brasileiras e, de outro, a concretização do projeto norte-americano de defesa comum do continente. Quanto ao primeiro, não se observa qualquer evolução nas respectivas posições durante o período de setembro de 1939 a junho de 1940. Isso quer dizer que as propostas norte-americanas, tornadas públicas em junho de 1939, quanto ao “programa geral de cooperação com vistas ao fornecimento de material naval e militar para a defesa do continente”¹⁰³, não evoluem durante esse período, pois os Estados Unidos só admitem uma ajuda material ao Brasil dentro do quadro de um programa global para toda a América Latina. Mas, o Rio de Janeiro deseja um tratamento preferencial, pois a situação estratégica do país não permite, aos olhos dos militares brasileiros, que ele seja colocado em pé de igualdade com as pequenas repúblicas ibero-americanas. A argumentação dos militares brasileiros é compreensível e fundamentada, mas Washington hesita em conceder ao Brasil um tratamento especial, pois as lembranças das dificuldades passadas, devidas essencialmente à oposição argentina e chilena, ainda estão presentes no espírito de todos. Por essas razões, em fins do primeiro semestre de 1940, não há ainda qualquer solução em vista para as conversações.

O segundo objetivo maior das negociações militares visa à defesa comum do continente: também quanto a esse ponto não se toma qualquer decisão até junho de 1940.

A despeito do silêncio dos negociadores, pode-se notar que existe uma ligação entre o impasse nas discussões sobre o fornecimento de equipamento militar e o desenvolvimento das conversações sobre a defesa comum do continente. De qualquer modo, os negociadores brasileiros adotam a mesma atitude nos dois casos: segundo o Rio de Janeiro, a cooperação militar brasileiro-americana deve ocorrer em um plano estritamente bilateral e, nesse sentido, o Brasil está disposto a “cooperar cem por cento com os Estados Unidos nos planos de defesa militar e naval para rechaçar uma eventual agressão”¹⁰⁴. Conseqüentemente, o Brasil não está disposto a participar da elaboração de uma “defesa continental comum”¹⁰⁵, nos termos em que a entendem os Estados Unidos.

Por que o Brasil adota essa posição individualista? Segundo as fontes disponíveis, a oposição às propostas norte-americanas é devida às “autoridades militares” mais importantes do país¹⁰⁶. Nenhuma justificação suple-

(103) FRUS, 1939, v. V, doc. n.º 810.24/31, de 27 de junho de 1939, pp. 1-2.

(104) Declaração de Aranha a Caffery in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 810.20 Defense/58, 1/6, de 24 de maio de 1940, p. 43.

(105) Ibidem.

(106) Declaração de Aranha a Caffery in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 810.20 Defense/58 2/6, de 29 de maio de 1940, p. 44.

mentar é apresentada, mas é bastante fácil interpretar a posição dos responsáveis militares brasileiros. Com efeito, para o Brasil, o plano de defesa comum do continente implica várias incógnitas e uma certeza. Entre as incógnitas, ressaltamos o temor, mencionado mais acima, de beneficiar-se apenas com o mesmo montante de ajuda material que os pequenos Estados ibero-americanos: já que as vantagens não são dignas de nota, o Brasil não tem pressa em participar da defesa comum. Essa interpretação autorizaria a tese segundo a qual os responsáveis militares brasileiros colocam sua preocupação com o equilíbrio continental à frente do perigo que a guerra na Europa pode fazer o Novo Mundo correr.

A única certeza que o Exército brasileiro tem é a de que, no quadro de um plano de defesa coletiva do continente, o território brasileiro deverá servir de base para as forças pan-americanas. Isso é inadmissível para os militares brasileiros: como podem eles admitir que forças militares que não as brasileiras possam operar em bases que devem ser instaladas no Nordeste? Isso é mais grave mormente no caso da formação de uma defesa continental comum, pois tropas argentinas, seu mais importante rival, viriam a se instalar em solo nacional.

O Rio de Janeiro propõe então negociações exclusivamente bilaterais com Washington e, nesse quadro, o Brasil estaria disposto, segundo Góis Monteiro, a permitir aos Estados Unidos a utilização das “bases da região de Natal, inclusive a ilha de Fernando de Noronha”, em troca de uma ajuda militar substancial, mas que deveria ser determinada quando de negociações futuras¹⁰⁷. Essa declaração é feita por Góis Monteiro ao embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Caffery, no início de maio de 1940. É a primeira vez que um alto responsável militar brasileiro menciona a possibilidade de uma cessão de bases em território nacional. A atitude positiva de Góis Monteiro em relação à cooperação militar com os Estados Unidos é tanto mais importante na medida em que, até o presente momento, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras mostrou-se simpatizante do Eixo e, em particular, da Alemanha.

A reação de Washington à proposta de Góis Monteiro é equívoca. Com efeito, os Estados Unidos, de um lado, reconhecem, pelo próprio Sumner Welles, “a importância estratégica da ilha de Fernando de Noronha e da região de Natal”¹⁰⁸, mas não querem comprometer-se em um processo de negociação particular com o Brasil, que poderia ferir suscetibilidades das outras repúblicas americanas. Por outro lado, Washington concede uma importância estratégica ao Nordeste brasileiro, mas unicamente em um sentido negativo, a saber, que Washington não tem qualquer intenção de mili-

(107) Declaração de Góis Monteiro a Caffery in *FRUS, 1940*, v. V, doc. n.º 810.20 Defense/58 1/8, pp. 40-2.

(108) Comunicação do subsecretário Sumner Welles a Caffery, in *FRUS, 1940*, v. V, doc. n.º 810.20 Defense/143 2/4, de 8 de maio de 1940, pp. 40-2.

tarizar essas bases para uma utilização futura: sua finalidade é preservá-las de uma eventual utilização por “europeus que estejam operando a partir de suas bases no oeste da África a fim de transferir aviões, homens e munições para o hemisfério ocidental”¹⁰⁹. De resto, essas bases poderiam servir de ponto de apoio “para movimentos subversivos na América do Sul apoiados pela Europa ou por outros governos não-americanos”¹¹⁰. Essa hipótese só seria viável se a região de Natal e a ilha de Fernando de Noronha permanecessem no abandono militar em que se encontram. Então os Estados Unidos, através do Departamento de Estado (Sumner Welles) e do Exército norte-americano (general Marshall e almirante Stark, este na qualidade de chefe das operações navais), decidem acabar com a “vulnerabilidade” dessa região e propõem ao Rio de Janeiro uma ajuda militar, a fim de garantir a segurança da ilha de Fernando de Noronha e uma “possível extensão dessa ajuda às bases militares da região de Natal”¹¹¹.

A nova atitude dos Estados Unidos nem por isso elimina as dificuldades para uma melhor cooperação militar entre os dois países. Com efeito, Washington coloca como condição para o fornecimento de material de guerra para as bases do Nordeste duas exigências principais: a primeira é que o fornecimento do equipamento militar deve ser feito no quadro da disponibilidade do excedente de guerra dos Estados Unidos, ou seja, em pé de igualdade com as outras repúblicas do hemisfério ocidental. Isso contraria os desejos expressos pelo Rio de Janeiro, tanto mais que uma tal distribuição de equipamento militar pode representar o primeiro passo para uma defesa comum do continente¹¹². A segunda exigência de Washington cria ainda mais problemas, pois atinge a segurança brasileira imediata, tal como os meios políticos e militares no Rio de Janeiro a concebem. Os Estados Unidos da América querem que o Brasil transfira grandes contingentes do sul para a Região Nordeste. Então, ao mesmo tempo que declaram, através de Osvaldo Aranha, que “o conjunto do governo aprovou por unanimidade a necessidade de uma plena cooperação do Brasil com os Estados Unidos da América em todos os aspectos, militar, naval, aéreo e político, face à situação criada pela guerra na Europa”¹¹³, os responsáveis governamentais bra-

(109) *Ibidem.*

(110) *Ibidem.*

(111) *Ibidem.*

(112) Declaração de Aranha a Caffery in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 810.20 Defense/58 1/6, de 24 de maio de 1940, pp. 42-3.

(113) Declaração de Aranha relatada por Caffery depois de uma reunião especial do gabinete brasileiro, a fim de estudar a atitude a ser adotada diante da guerra na Europa e das negociações com os Estados Unidos, in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 810.20 Defense/58 5/6, de 7 de junho de 1940. Outro personagem importante do governo brasileiro, o ministro da Guerra, Gaspar Dutra, que, no passado, sempre manifestou uma certa reserva em relação aos Estados Unidos e uma simpatia apenas velada em relação à Alemanha, declara nesse momento que “a

sileiros declaram, mais uma vez, que uma colaboração exclusiva com os Estados Unidos não pode, de maneira alguma, colocar em questão a disposição atual das tropas no território nacional, o que significa que a concentração militar continuará, como no passado, a se situar no Sul e no extremo Sul do país¹¹⁴.

Em suma, o conjunto do programa de cooperação entre os Estados Unidos da América e o Brasil está comprometido no fim do primeiro semestre de 1940. Se as negociações não são interrompidas, não se percebe, porém, perspectiva para chegar-se a bom termo... Um fato externo vem então precipitar os contatos. Trata-se da derrota francesa de junho de 1940. Dora-vante, o perigo totalitário será encarado de maneira diferente, pois o impacto das vitórias alemãs será enorme em todo o mundo, inclusive no Brasil. As negociações entre o Rio de Janeiro e Washington serão então aceleradas.

posição expressa por Aranha é a do conjunto do Governo" (in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 810.20 Defense/163 1/8, de 10 de junho de 1940). Essa atitude é digna de nota, como também a adotada por Góis Monteiro. As únicas razões plausíveis para explicar essas mudanças repentinas estão ligadas à evolução da guerra na Europa e à impossibilidade em que o Brasil se encontra de continuar a receber material de guerra alemão. Por outro lado, a provável próxima entrada da Itália na guerra confirma a impressão dominante entre os militares brasileiros de que terão de se esforçar para se abastecerem nos Estados Unidos, pois o comércio com a Europa totalitária é a partir de então impossível.

(114) Sumner Welles cita, em 8 de maio de 1940, em uma carta enviada a Caffery, os pontos considerados capitais pelos militares brasileiros, expressos por Góis Monteiro ao general Marshall. Entre esses pontos, Góis Monteiro enfatiza a necessidade para o Rio de Janeiro de conservar "em virtude da posição geográfica do Brasil em relação aos países sul-americanos" a maior parte das "tropas no sul do país". Em compensação, Góis Monteiro está disposto "a manter as comunicações marítimas e garantir a integridade territorial da Região Nordeste", in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 810.20 Defense/58 1/8, pp. 40-2.

CAPÍTULO III

O IMPACTO DOS SUCESSOS MILITARES ALEMÃES

No início do mês de maio de 1940, as tropas alemãs invadem os Países Baixos preparando assim o terreno para a invasão da França. A guerra então assume suas verdadeiras dimensões e têm início as grandes operações militares.

A travessia do Meuse e a evacuação dos exércitos aliados do Norte deixam o campo livre para o avanço das tropas alemãs em fins de maio e início de junho. Poucos dias depois, Paris é declarada cidade aberta e as tropas nazistas entram na cidade em 14 de junho. A guerra-relâmpago alemã é um sucesso. A França está derrotada. A Inglaterra está na defensiva e a Itália vem associar-se à Alemanha, declarando guerra aos Aliados. Essas mudanças espetaculares que se operam nos campos de batalha europeus não deixam ninguém indiferente. Uns vêm nos sucessos alemães a prova da superioridade militar da sociedade nazista, ao passo que outros, maximalistas, anunciam uma nova era na história da humanidade.

a) O clima europeu

O fracasso do exército francês durante os meses de maio e junho de 1940 é recebido como um grande choque. Um artigo da época chega a falar de uma “nação de sonâmbulos”¹¹⁵. Como é possível que o exército vitorioso em 1918, apoiado agora por tropas inglesas, tenha sido destruído no espaço de seis semanas, e seus sobreviventes tenham sido obrigados a embarcar para a Inglaterra? Para isso, há várias razões de ordem estratégica e militar e outras referentes à psicologia coletiva. As primeiras foram avaliadas profundamente. Detenhamo-nos um pouco nas segundas.

A opinião pública francesa apreende mal os motivos que levaram a França a entrar em guerra com a Alemanha. Esse estado de espírito evoluira durante os primeiros meses da guerra. Esse período, chamado justamente *drôle de guerre*, em que a “degradação progressiva do conflito não incita

(115) Cf. o artigo de Edmond Taylor, “Democracy Demoralized: the French Collapse”, in *The Public Opinion Quarterly*, v. 4, 1940, Princeton University Press, pp. 630-50.

nem à ação nem ao otimismo”¹¹⁶, consome ainda mais o moral dos franceses. Esse cansaço pode ser constatado em toda parte. O pessimismo se instala entre os políticos e, quando Sumner Welles vai a Paris, o embaixador dos Estados Unidos, Murphy, retoma uma frase de Lebrun característica de seu estado de espírito: “Estávamos muito cansados”. E Murphy acrescenta: “Não víamos ninguém para substituir esses políticos cansados... eles estavam muito cansados, eis tudo”¹¹⁷.

A seguir, reflexo da atitude dos dirigentes, a própria opinião pública não sente que tenha a ver com essa guerra que vem perturbá-la em seus hábitos e em seu relativo conforto. A mobilização e as injustiças de tratamento que a acompanham não ajudam a dar uma substância à propaganda belicosa e prejudicam a indispensável coesão nacional. O mundo operário, ressentido com os fracassos de Léon Blum e da Frente Popular, não considera essa guerra como sendo sua, tanto mais que a atitude do Partido Comunista Francês é cambiante e não dá as respostas esperadas pelos trabalhadores.

Enfim, entre os militares, tanto na retaguarda quanto no front, a ausência de ação leva a crer que a guerra não ocorrerá. Eles se instalam então na desconfortável mas tranquilizadora *drôle de guerre*, esperando que em breve tudo seja consumado, quando os políticos de Paris tiverem resolvido suas querelas, permitindo assim a todos voltar para casa.

Nesse terreno cediço, o efeito da Blitzkrieg é enorme. O desespero dos dirigentes franceses se reflete perfeitamente no telegrama enviado em 14 de junho por Paul Reynaud a Roosevelt. Mesmo sabendo perfeitamente que a ajuda dos Estados Unidos não depende apenas do presidente, Reynaud afirma que “se o senhor não pode dar à França a certeza de que os Estados Unidos da América entrarão na guerra num espaço de tempo bastante curto, o destino do mundo vai mudar”¹¹⁸.

O desespero em breve dá lugar ao fatalismo. Assim, desde o dia 16 de junho, quando em Bordeaux o marechal Pétain se torna, legalmente, presidente do Conselho, a França inicia imediatamente contatos com a Alemanha e com a Itália com vistas à conclusão de um armistício. Este é concluído a 20 de junho e assinado na clareira de Rethondes, na floresta de Compiègne.

(116) MICHEL, H., *La drôle de guerre. De guerre lasse...*, Paris, Ed. Hachette, 1971, p. 192. Sobre o período setembro 1939-abril 1940 e a frente européia, ver também ROSSI-LANDI, G., *La drôle de guerre*, Paris, Ed. A. Colin, 1971, 248 p. No que se refere à opinião pública e o “moral” dos franceses durante esse período e durante a ocupação, ver em especial BAUDOT, M., *L'Opinion publique sous l'occupation: l'exemple d'un département français (1939-1945)*, Paris, Ed. P.U.F., 1960, 268 p.

(117) Citado por MICHEL, H., *La drôle...*, *op. cit.*, p. 192.

(118) REYNAUD, P., *La France a sauvé l'Europe*, Paris, Ed. Flammarion, 1947, v. II, p. 329. Existe uma nova edição dessas memórias publicada em 1951 sob o título *Au cœur de la mêlée, 1930-1945*, 2 v. 1077 p.

ne, no dia 22 do mesmo mês. Ele é o resultado natural do desenvolvimento da guerra e do estado de espírito dos franceses. Mesmo os responsáveis políticos não ousam ir de encontro ao armistício e o general-de-brigada, especialista em tanques, Charles de Gaulle, enfatiza, com amargura, em suas memórias, “que nenhum homem público levantou a voz para condenar o armistício”¹¹⁹.

A unidade nacional que parece surgir logo após o armistício é apenas aparente, pois o novo governo francês, o de Vichy, tendo à frente Pétain, procura desesperadamente bodes expiatórios para o fracasso militar de maio-junho. Naturalmente, é a Frente Popular, essa “monstruosa aliança do comunismo ligado a Moscou, do radicalismo maçônico e das finanças judaicas”, que é a responsável por ter “precipitado a França em uma guerra ideológica, depois de tê-la enfraquecido”¹²⁰. A partir daí, nada mais normal que a queda da III República e a instauração do Estado francês organizado segundo uma concepção totalitária difundida na época.

Apesar do apelo lançado por Charles de Gaulle a 18 de junho, para que a luta contra a ocupação alemã continue, o clima geral na França é de resignação e em breve de colaboração. Essa situação é muito clara e perfeitamente percebida no exterior. Assim, quando o encarregado de negócios dos Estados Unidos na França, Robert Murphy, vai a Washington durante o verão de 1940, o retraimento francês é considerado definitivo e Murphy “tem bastante dificuldade para despertar algum interesse pelos franceses” e mesmo “muitos norte-americanos se exprimem violentamente contra a França vencida”¹²¹.

O sucesso da “Blitzkrieg” durante os meses de maio-junho de 1940 ultrapassa as esperanças mais otimistas dos alemães. Ao contrário dos responsáveis militares que superestimam o poderio militar francês, Hitler não faz qualquer paralelo entre a Primeira Guerra Mundial e a atual. Para o Führer, o exército francês, apesar do apoio inglês, não pode opor-se a um avanço alemão para o oeste. Os fatos lhe dão total razão.

A lembrança da derrota de 1918 e do *Diktat* de Versailles que a ela se seguiu ainda está viva entre os dirigentes e a opinião pública alemã. Assim, quando Pétain propõe a Berlim iniciar conversações com vistas à conclusão de um armistício, Hitler imagina que a melhor revanche que se oferece à Alemanha é obrigar os responsáveis militares franceses a reconhecer sua derrota no mesmo local onde foi assinada a derrota alemã de 1918. Cuida-se

(119) DE GAULLE, C., *Mémoires*, v. I, “L’Appel”, Paris, Ed. Plon, p. 73.

(120) Declaração de Jean Bertholet retomada por PAXTON, R., *La France de Vichy, 1940-1944*, Paris, Ed. du Seuil, 1972, pp. 15-6. Sobre a história do governo de Vichy, ver em especial MICHEL, H., *Vichy, année 40*, Paris, Ed. R. Laffont, 1966, 451 p., e ARON, R., *Histoire de Vichy, 1940-1944*, Paris, Ed. Fayard, 1954, 766 p.

(121) Citado por DUROSELLE, J.-B., *La France et les États-Unis des origines à nos jours*, Paris, Ed. du Seuil, 1976, p. 160.

inclusive dos detalhes, pois o velho e empoeirado vagão-dormitório do marechal Foch é preparado para a ocasião.

O armistício com a França leva Hitler ao cume de sua carreira política. Tendo tido razão contra as reticências expressas algumas semanas antes pelos responsáveis militares, ele doravante tem possibilidade de ousar ainda mais, sem por isso encontrar oposição. A opinião pública, moldada por uma propaganda ativa e por vitórias militares estrondosas, identifica-se doravante de maneira maciça com o hitlerismo. Seu estado de espírito logo após a assinatura do armistício é marcado pela alegria e pelo alívio. Alegria, pois a derrota de 1918 foi vingada e a Alemanha pode então recuperar os territórios perdidos. Mas também alívio, pois ninguém ousa acreditar que a Inglaterra vá querer continuar sozinha a guerra contra o eixo Roma-Berlim. Prevê-se então o fim da guerra. Essa idéia também ocorre aos dirigentes alemães. Todavia não se conta com a resolução de Winston Churchill e do povo inglês, que decidem lutar até o fim e com toda a energia possível contra as pretensões italo-alemãs¹²².

Quando na aurora de 10 de maio de 1940 as tropas alemãs violam a neutralidade dos Países Baixos e de Luxemburgo e avançam para o oeste com espantosa facilidade, a Inglaterra está consciente de que acaba de começar uma fase decisiva da guerra. Churchill substitui então Chamberlain em 10 Downing Street e quando, três dias depois, se dirige à Câmara dos Comuns, ele o faz de uma maneira patética:

“(...) Direi à Câmara o que já disse aos homens que aceitaram participar do governo: nada tenho a oferecer além de sangue, sofrimento, lágrimas e suores. Defrontamo-nos com uma espécie das mais perigosas. Temos diante de nós numerosos e longos meses de luta e de sofrimento.

Os senhores me perguntam: qual é a sua política? Responderei: é fazer a guerra, no mar, na terra e no ar, fazê-la com toda nossa força e com toda a energia que Deus nos der; fazê-la contra uma monstruosa tirania, como o sombrio e lamentável catálogo dos crimes humanos não mostra pior. Eis nossa política.

Os senhores ainda me perguntam: qual é sua finalidade? Posso responder com apenas uma palavra: a vitória! A vitória a qualquer preço, por longo e duro que seja o caminho que leve a ela, pois, sem vitória, não há esperança para nós...¹²³

O discurso de Churchill é o reflexo da vontade de um homem e do estado de espírito de um povo. Mas o primeiro-ministro inglês tem razão

(122) Sobre a evolução da opinião pública alemã durante a guerra, ver em especial STEINERT, M. G., *Hitler's War and the Germans*, Athens, Ohio University Press, 1977, 383 p. Consulte-se do mesmo autor a imagem que a Alemanha tem dos principais beligerantes in *Relations Internationales*, “L'évolution des images nationales en Allemagne pendant la deuxième guerre mondiale”, 1974, n° 2, pp. 213-32.

(123) CHURCHILL, W., *Mémoires*, op. cit., v. II, p. 27.

quando prevê que o caminho que leva à vitória será “longo e duro”, pois nas semanas que se seguem assiste-se à derrota francesa e as tropas inglesas no continente têm de se retirar, de maneira pouco gloriosa, para o outro lado do canal da Mancha.

Apesar da união nacional em torno das intenções de Churchill, os acontecimentos militares do mês de maio deixam entrever o pior e quando Churchill vai a Paris a 22 de maio constata: o “cenário havia mudado”¹²⁴ e não pôde deixar de manifestar a Paul Reynaud “a impressão de confusão que o comando francês dá e da qual tínhamos confirmação de várias fontes”¹²⁵. Assim a 26 de maio, quando de uma breve cerimônia na abadia de Westminster, onde os dirigentes ingleses rezam pedindo “a intercessão divina”¹²⁶, Winston Churchill constata que mesmo que “o inglês não seja propenso a expor seus sentimentos”, isso não impede que “da estala que eu ocupava no coro, eu pudesse no entanto sentir a emoção contida, apaixonada e também o pavor dessa assembléia diante da idéia, não da morte, dos ferimentos ou das perdas materiais, mas da possível derrota e da ruína definitiva da Grã-Bretanha”¹²⁷.

Em alguns dias, a perspectiva inglesa tem de ser mudada, pois, brusca-mente, parece provável uma derrota.

A situação dos Aliados se degrada a tal ponto que, a 16 de junho, Pétain decide iniciar conversações com a Alemanha, com vistas a um armistício separado. Londres sabe então que, em breve, estará sozinha diante da gigantesca máquina de guerra alemã. Isto se torna uma certeza a 22 de junho. Encerrada a “batalha da França”, a Alemanha em breve vai lançar-se em uma “batalha da Inglaterra”, onde “toda a violência e todo o poder do inimigo vão desencadear-se nos próximos dias contra nós”, pois, segundo Churchill, “Hitler sabe que será necessário derrotar nossa ilha ou perder a guerra. Se conseguíssemos resistir a ele, toda a Europa poderá ficar livre e o mundo verá abrir-se diante de si vastos horizontes ensolarados. Mas se sucumbimos, então todo o mundo, inclusive os Estados Unidos, inclusive tudo o que conhecemos e amamos, cairá nos abismos de uma nova idade das trevas, tornada mais sinistra e talvez mais duradoura pelo auxílio de uma ciência pervertida”¹²⁸. Portanto, à Inglaterra e a Churchill resta apenas uma única possibilidade: a de combaterem, sozinhos, se preciso for, contra a potência alemã¹²⁹.

(124) Ibidem, p. 67.

(125) Ibidem.

(126) Ibidem, p. 71.

(127) Ibidem.

(128) Ibidem, pp. 237-8.

(129) Para um estudo sobre a participação inglesa na guerra, ver em especial CALDER, A., *The People's War, Britain 1939-45*, Londres, Ed. Jonathan Cape, 1969, 656 p.

As palavras de Churchill durante esses momentos trágicos foram desde então muitas vezes transcritas. Na época, seu sentido profundo atingiu intensamente seus concidadãos, que, apesar de sua solidão e da fraqueza de seu material de guerra, não desesperaram. Assiste-se então a uma formidável coesão nacional e a intensos preparativos de defesa. Isto não impede que a situação seja delicada e Churchill está consciente disto. Para ele, deve ser afastada uma terrível tentação: ceder ao oferecimento de Hitler para fazer a paz com a Inglaterra, caso em que esta renunciaria ao continente. O gabinete inglês é unânime na rejeição a essa possibilidade, mas o povo inglês não se cansará dessa guerra, tal como o povo francês?

A derrota francesa de junho de 1940 leva um novo beligerante à frente européia: a Itália. Para o oportunista Mussolini, a ocasião é muito propícia. É o que Churchill chama de “corrida aos despojos”¹³⁰ dos vencidos e, em particular, da França. Todavia em seu discurso de 10 de junho, Mussolini declara à massa que a entrada da Itália na guerra contra as duas potências ocidentais deve ser compreendida no sentido de uma luta “contra as democracias plutocráticas e reacionárias do Ocidente, que em todas as épocas impediram a marcha e a própria existência do povo italiano”¹³¹. O objetivo imediato da Itália, porém, é estender-se para além dos mares, pois “um povo de quarenta e cinco milhões de almas não pode ser verdadeiramente livre se não tem acesso aos oceanos”¹³².

É evidente que a escolha da Itália do momento para entrar na guerra, apesar das advertências de Londres¹³³ e dos prementes conselhos de Washington, é ditada pela derrota do exército francês e, quando Badoglio lembra a falta de preparo e de material militar, Mussolini declara que a guerra será de curta duração e que ele “só tem necessidade de alguns milhares de mortos para poder assentar-se à mesa da paz”¹³⁴.

A entrada da Itália na guerra é precedida de uma intensa preparação psicológica: a guerra é justa, pois defende as aspirações e as aquisições do fascismo. Assim, quando em junho de 1940 declara-se a guerra, nota-se uma certa satisfação, na medida em que, entre os objetivos de Mussolini, os referentes ao Mediterrâneo (Córsega) e ao continente (Savóia) são os mais bem aceitos pela opinião pública.

Quando as forças armadas italianas se declaram prontas para um assalto contra o sul da França, em meados de junho, Pétain pede o armistício. A atitude francesa desconcerta Mussolini, que decide, todavia, realizar

(130) CHURCHILL, W., *Mémoires, op. cit.*, v. II, pp. 124-43.

(131) Citado por SALVATORELLI, L., e MIRA, G., *Storia d'Italia nel periodo fascista*, Verona, Ed. Mondadori, 1972, v. II, p. 469.

(132) Ibidem.

(133) Cf. CHURCHILL, W., *Mémoires, op. cit.*, v. II, pp. 124-43.

(134) Citado por SALVATORELLI, L., e MIRA, G., *Storia...*, *op. cit.*, v. II, p. 469.

o ataque. Este dura apenas alguns dias e não obtém resultados importantes. Em 24 de junho o armistício entre os dois países já está assinado, renunciando a Itália a suas reivindicações continentais e mediterrâneas. Em compensação está livre o caminho para a África do Norte.

O armistício é recebido com satisfação pela opinião pública italiana, já que, com a ajuda da imprensa, ele é apresentado como uma vitória incontestada. De fato, porém, a desilusão é visível, pois os objetivos continentais e mediterrâneos não são atingidos. Por que declarar guerra à França e à Inglaterra se os frutos de uma eventual vitória se encontram na África do Norte? Essa incompreensão da opinião pública e a incoerência da política externa italiana não conseguem assegurar a união nacional diante da situação mundial. Essa defasagem entre dirigentes e dirigidos não resistirá por muito tempo às provas a que o país se submeterá nos próximos anos.

b) O clima americano

Nos Estados Unidos a derrota da França “abala literalmente”¹³⁵ todos os norte-americanos. Contudo não se trata, pelo menos não ainda, de fazer com que o país saia de seu isolacionismo. Nem a população nem o Congresso estão preparados para uma mudança desse tipo. A única perspectiva que então se oferece a Roosevelt é continuar a praticar uma interpretação da neutralidade favorável à Inglaterra.

Como evolui a opinião pública norte-americana em face do conflito europeu? Segundo sondagens de opinião efetuadas por Gallup durante o período da guerra¹³⁶, assiste-se a uma progressiva tomada de consciência do perigo. A evolução da opinião pública norte-americana é, a esse respeito, muito significativa. Com efeito, se em 1939 apenas 1,7% das pessoas interrogadas são favoráveis à entrada imediata dos Estados Unidos na guerra, essa proporção passa para 14% a 25 de junho de 1940, para atingir 26% a 9 de setembro de 1941. Isso reflete o aumento dos riscos que ameaçam os Estados Unidos: 38% das pessoas interrogadas consideram, em agosto de 1939, que os norte-americanos deverão entrar na guerra. Essa proporção passa para 65% em junho de 1940¹³⁷. Ainda que os norte-americanos se pronunciem de maneira maciça contra a entrada de seu país na guerra em junho

(135) DUROSELLE, J.-B., *La France...*; *op. cit.*, p. 158.

(136) As pesquisas de opinião começam a ser feitas por Gallup nos Estados Unidos, em 1935.

(137) CANTRIL, H., “America Faces the War: a Study in Public Opinion”, in *Public Opinion Quarterly*, setembro de 1940, pp. 387-407. Ver também CANTRIL, H., RUGG, D., e WILLIAMS, F., “America Faces the War: Shifts in Opinion”, in *Public Opinion Quarterly*, dezembro de 1940, pp. 651-6, bem como DUROSELLE, J.-B., *La France...*, *op. cit.*, p. 159.

de 1940 (somente 14%), eles estão conscientes de que seu país será obrigado a fazê-lo (65% das pessoas interrogadas). A opinião majoritária, portanto, permanece isolacionista, mas não exclui mais a perspectiva de participar diretamente do conflito.

O governo norte-americano não pode ignorar as reticências da opinião pública e a hostilidade do Congresso: logo após a derrota militar francesa de junho de 1940, o presidente norte-americano não pode dar uma resposta afirmativa aos pedidos desesperados de Paul Reynaud. Resta a Roosevelt apenas uma possibilidade: encorajar a resistência e prometer armas. Todavia, como fazer, já que, sob a direção de Pétain, a França assinou um armistício e, assim, tornou qualquer tentativa de resistência sem finalidade? Isso pelo fato de que o armistício não sofre qualquer ataque, com exceção do de um general-de-brigada pouco conhecido, Charles de Gaulle. Washington então mantém relações normais com Vichy¹³⁸.

Os Estados Unidos desconhecem, doravante, a França, sobretudo a “França Livre” do general de Gaulle. Em relação à França de Vichy, sua atitude é mais circunstanciada. De início, sem grande entusiasmo — Washington conserva apenas um encarregado de negócios na pessoa de Robert Murphy —, o governo Roosevelt decide nomear, algumas semanas mais tarde, um embaixador. Trata-se de um amigo pessoal de Roosevelt, o almirante Leahy, que tem como tarefa principal esforçar-se para contrabalançar o peso alemão, na medida em que, depois do ataque inglês contra Mers-el-Kebir (3-6 de julho de 1940), as relações entre o governo de Vichy e Londres estão completamente rompidas. O único Estado que pode influenciar um pouco o governo Vichy é, portanto, os Estados Unidos¹³⁹.

Enquanto o almirante Leahy se esforça para conter Vichy em suas concessões à Alemanha, Robert Murphy se torna cônsul geral na Argélia e tenta recrutar homens para a resistência. Essa dualidade da política norte-americana mostra perfeitamente as dificuldades sentidas pelos Estados Unidos para se adaptar à situação advinda da derrota francesa. A única certeza que os dirigentes norte-americanos têm, depois de junho de 1940, é que, diante do aumento dos perigos, é preciso reforçar a unidade do Novo Mundo. Contudo sua tarefa não é fácil, pois os ecos das vitórias militares alemãs na frente europeia despertam simpatias, em alguns dirigentes ibero-americanos, até então reprimidas pelas potências totalitárias.

(138) Ninguém nos Estados Unidos “colocou em questão a legitimidade do governo Pétain”, pois foi somente em 1943 que o “general de Gaulle ofereceu uma alternativa claramente definida para o governo de Vichy”. Ver MURPHY, R., *Un diplomate parmi les guerriers*, Paris, Ed. Robert Laffont, 1965, p. 72.

(139) Para um depoimento sobre a ação diplomática dos Estados Unidos na França durante a ocupação alemã, ver em especial LEAHY, W. D., *I Was There*, Nova Iorque, McGraw-Hill, 1950.

A grande intensificação das operações militares na Europa a partir de 10 de maio de 1940 perturba as relações interamericanas, pois os Estados ao sul do Rio Grande não sabem que atitude adotar diante da escalada do conflito. Depois de algumas hesitações, surgem duas propostas concretas para uma atitude comum do Novo Mundo. A primeira é feita pela Argentina. Esta, constatando que a neutralidade se tornou “uma ficção jurídica”, propõe às Repúblicas Americanas a adoção de uma posição de “não-beligerância”. O que é isso? Lembremos que a Itália se declara “não-beligerante” em setembro de 1939. Essa situação é antes de tudo política e não tem qualquer base legal no plano do direito da guerra¹⁴⁰. Para simplificar, digamos que a “não-beligerância” é um estágio intermediário entre a beligerância e a neutralidade. Se esta última implica que os países que se declaram neutros observem uma “atitude de imparcialidade que exclui a assistência e o socorro a um beligerante em detrimento de outro ou prejudicar um em benefício de outro”, a “não-beligerância” permite que o Estado tome posições contrárias às estabelecidas na carta das obrigações e deveres dos neutros. Conseqüentemente, o “não-beligerante” poderá ter uma atitude passiva — declaração de solidariedade com um dos beligerantes —, mas poderá também desenvolver uma política ativa — ajuda ou socorro — a um dos beligerantes, sem por isso ser considerado beligerante. Em suma, a “não-beligerância” permite ao Estado prestar ajuda e demonstrar sua simpatia a um dos beligerantes, beneficiando-se ao mesmo tempo da imunidade concedida aos neutros.

A adoção, por um país, da condição de “não-beligerante” é um primeiro passo para a implicação direta desse país no conflito. Todavia, em um primeiro tempo, trata-se apenas de dar uma base legal a uma política favorável à um dos beligerantes. No caso da Argentina, esse desejo de liberdade de ação é significativo, mas não nos indica em benefício de quem ele se efetivará. É necessário, portanto, levar adiante a análise da posição argentina.

Para Buenos Aires, a “não-beligerância” visa, no fim das contas, a cercar a ação da Alemanha e mesmo da Itália, na medida em que essa nova condição implica uma “vigilância coordenada” dos países americanos em relação ao Eixo¹⁴¹. A posição argentina causa espanto se se pensa nas hesitações e nas oposições que Buenos Aires sempre manifestou de encontro a qualquer tentativa que visasse a levar o movimento pan-americano a uma posição mais crítica, em relação aos regimes totalitários europeus. Contudo o desejo de “não-beligerância” argentino é facilmente explicável. Antes de

(140) Cf. OPPENHEIM, M. A., *International Law: a Treatise*, Londres, Ed. por H. Lauterpacht, Longmans, Green, 1952, v. II, pp. 654-5.

(141) É a expressão utilizada pela embaixada italiana no Rio de Janeiro a fim de explicar a Roma a natureza do projeto argentino. AI, dossiê n.º 24, doc. n.º 1170/310, de 15 de maio de 1940.

tudo, essa nova condição permitiria à Argentina fazer comércio sem restrições com os beligerantes e ultrapassar o bloqueio inglês. A seguir, Buenos Aires poderia melhor controlar as atividades da embaixada alemã, que concede há alguns meses subvenções a grandes jornais argentinos, como o *Pampero*, e que desenvolve em alguns meios uma ativa propaganda. Por fim, esse controle poderia também ser feito em relação às atividades dos eventuais quinta-colunas, pois existe um plano alemão de vinculação da Patagônia ao III Reich¹⁴². Em suma, a “não-beligerância” permite à Argentina subtrair-se às obrigações pan-americanas e desenvolver uma política independente em relação aos beligerantes.

O plano argentino de “não-beligerância” é fruto de um determinado momento político e posteriormente cairá no esquecimento. De um lado em virtude da oposição manifestada por vários países, entre os quais os Estados Unidos da América e o Brasil, e, de outro, em virtude das reações negativas que ele suscita na própria Argentina. Com efeito, o embaixador brasileiro em Buenos Aires, José de Paula Rodrigues Alves, que segue de muito perto a evolução da política interna Argentina e, mais particularmente, das relações entre a Argentina e a Alemanha, assinala, a 6 de junho de 1940, que o desejo do governo argentino de abandonar sua posição de neutralidade pela “não-beligerância”, expresso algumas semanas antes, é colocado em questão e o governo argentino é inclusive obrigado a voltar atrás “impressionado talvez pelas atividades dos que se mostram simpáticos à causa germânica”¹⁴³. Estes, prossegue Rodrigues Alves, “eram poucos no começo, agora são muitos, pela natural atração do êxito e dos sucessos das armas do III Reich”¹⁴⁴. Os mais importantes simpatizantes da Alemanha se encontram nas Forças Armadas e alguns generais não temem afirmar publicamente que, se é preciso escolher entre ‘o’ patrão inglês e ‘o’ patrão alemão, era preferível este último, por ser mais culto, mais disciplinado e possuir qualidades que faltam aos ingleses”¹⁴⁵.

A segunda proposta concreta para uma atitude comum do Novo Mundo em face da escalada do conflito na Europa é apresentada pelo Uruguai. Tem alcance bem limitado, pois Montevideú propõe apenas uma declaração comum de protesto contra a invasão pela Alemanha da Bélgica, dos Países Baixos e do Luxemburgo e a “violação da neutralidade desses países”. Conseqüentemente, essa proposta implica sobretudo uma reafirmação da condição de neutralidade do Novo Mundo, pois vai contra a ofensa aos direitos dos países neutros na Europa.

(142) Cf. tel. do embaixador alemão em Buenos Aires, Thermann, de 7 de maio de 1940, in ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 202, pp. 354-5.

(143) AB, doc. n.º 111/1940/3, de 6 de junho de 1940.

(144) *Ibidem*.

(145) *Ibidem*.

A proposta uruguaia parece ser ditada por Washington, o que leva Wiezsacker a dizer que ela tende a “ter uma acolhida mais favorável” que a proposta argentina¹⁴⁶. Para Berlim, a questão é desativar qualquer tentativa comum do movimento pan-americano que poderia prejudicar a neutralidade do Novo Mundo. Assim, a Wilhemstrasse leva a sério a proposta uruguaia, apesar de seu caráter “acadêmico”¹⁴⁷. A diplomacia alemã então leva ao conhecimento dos países americanos que uma tal tomada de posição é um “ato inamistoso para o qual a Alemanha não forneceu qualquer pretexto”, pois, segundo os responsáveis da Wilhemstrasse, a Alemanha apenas respondeu às intenções belicosas da Inglaterra e da França, cujos “exércitos tinham como objetivo a ocupação da região do Ruhr e, para isso, atravessavam a Bélgica e os Países Baixos com a cumplicidade desses dois países”¹⁴⁸.

O embaixador alemão em Washington, Thomsen, considera as explicações da Wilhemstrasse insuficientes para tranquilizar os Estados latino-americanos e aconselha a Wilhemstrasse, a fim “de tirar muita água do moinho da política do presidente [Roosevelt]”¹⁴⁹, enviar à América Latina uma declaração na qual a Alemanha “se comprometeria a sempre respeitar a soberania dos Estados da América Latina” e enfatizar que “não estamos interessados nas possessões britânicas ou francesas no hemisfério ocidental”¹⁵⁰.

As preocupações alemãs são inúteis, pois se a proposta uruguaia representa efetivamente “um novo sucesso dos esforços empreendidos pelos Estados Unidos para levar cada vez mais o continente americano em seu conjunto a seguir a política antialemã de Washington”¹⁵¹, não é alcançada a unanimidade necessária à adoção da iniciativa da República Oriental, pois ela entra em competição com a proposta argentina. Assim, nenhuma das duas é adotada. A única decisão tomada é a de convocar uma nova reunião extraordinária dos ministros das Relações Exteriores do continente, a fim de estudarem, tal como previsto na Conferência de Lima, a nova situação mundial e, mais particularmente, o futuro das colônias européias do Novo Mundo.

c) As repercussões no Brasil

O Brasil logo reafirma seu desejo de não se envolver no conflito europeu. Assim, quando Getúlio Vargas visita, em 10 de março de 1940, a cida-

(146) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 250, de 15 de maio de 1940, pp. 27-8.

(147) *Ibidem*.

(148) *Ibidem*, doc. n.º 255, de 16 de maio de 1940, pp. 36-7.

(149) *Ibidem*, doc. n.º 948, Pol. IX 785, de 16 de maio de 1940, pp. 30-1.

(150) *Ibidem*.

(151) *Ibidem*, doc. n.º 250, de 15 de maio de 1940, pp. 27-8.

de de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, importante centro de imigração alemã, declara em especial que o “Brasil não é inglês nem alemão. É um país soberano, que faz respeitar suas leis e defende seus interesses. O Brasil é brasileiro”¹⁵².

A intensificação do conflito na Europa dá a Getúlio Vargas oportunidade de exprimir-se sobre a nova etapa do conflito. Em um discurso pronunciado durante a visita ao Estado de Minas Gerais, a 12 de maio de 1940, o presidente confirma a posição de neutralidade do Brasil, que permanecerá afastado dos “acontecimentos que perturbam a vida de outros povos”¹⁵³.

Logo após a invasão da Bélgica, dos Países Baixos e do Luxemburgo, Osvaldo Aranha assegura, por seu lado, ao embaixador alemão que o Rio de Janeiro manterá sua neutralidade; o que leva Prüfer a dizer que o Brasil não está disposto a tomar “medidas ativas antialemãs”¹⁵⁴, mesmo que o Rio de Janeiro seja tentado por medidas coletivas em escala continental. Essa última questão é também abordada por Getúlio Vargas em seu discurso de Minas Gerais quando evoca a possibilidade de tomar medidas coletivas em escala continental, a fim de defender “nosso patrimônio moral” e a “civilização que estamos construindo tenaz e pacificamente, ao lado dos povos irmãos da América”¹⁵⁵. Contudo, concretamente, a política externa brasileira, nesse momento, não está decidida. O Brasil se associará a medidas coletivas em escala continental? Permitirá que suas bases militares do Nordeste sejam colocadas à disposição dos Estados americanos? Nenhuma resposta segura pôde ser dada durante o mês de maio de 1940. Essa situação de incerteza se reflete nos relatórios enviados a suas respectivas capitais pelos representantes diplomáticos a serviço no Rio de Janeiro. Com efeito, não somente os diplomatas estrangeiros a serviço no Brasil mudam de opinião de um dia para outro, mas fornecem, em um mesmo relatório, várias interpretações contraditórias. O conselheiro da embaixada italiana, Umberto Grazi, constata, em um primeiro momento, que o Brasil “desempenha no concerto pan-americano — e provavelmente desempenhará ainda sob a presidência de Vargas — um papel de elemento moderador”¹⁵⁶; ele afirma, em um segundo momento, sem medo de se contradizer, que o Rio de Janeiro “prefere manter-se antes na retaguarda que à frente das iniciativas comuns [continentais]”¹⁵⁷. Enfim, Grazi deixa entrever que essa situação poderia mudar radicalmente sob uma eventual “pressão dos Estados Unidos da América”¹⁵⁸.

(152) VARGAS, G., *NPB*, v. VII, p. 198.

(153) *Ibidem*, p. 304.

(154) DDA, dossiê n° 6, doc. n° 572, de 6 de junho de 1940.

(155) VARGAS, G., *NPB*, v. VII, p. 312.

(156) AI, dossiê n° 25, doc. n° 1202/321, de 20 de maio de 1940.

(157) *Ibidem*.

(158) *Ibidem*.

Em maio de 1940, há apenas um único fato certo na posição brasileira em relação ao Eixo: as boas relações mantidas com a Itália. Com efeito, ao contrário do que se passa com Berlim, as relações ítalo-brasileiras são cordiais e não ficou qualquer seqüela das crises de 1938. Assim, quando a Itália entra na guerra, no início de junho de 1940, o Brasil não faz qualquer declaração condenando a atitude de Roma e esta, por sua vez, pede ao Brasil para defender os interesses italianos em Londres, Paris e também no Canadá¹⁵⁹. O Brasil aceita o encargo, salvo no Canadá, pois o Rio de Janeiro tem apenas um Consulado Geral e “por razões práticas”¹⁶⁰ não pode ocupar-se dos interesses italianos em Montreal.

Quando a França é derrotada, a simpatia pelos regimes totalitários se reforça dentro da equipe governamental. Apesar da aparência de unidade de pontos de vista, depois de uma reunião urgente do governo no início de junho, fica claro que a equipe governamental está dividida em dois grupos: o primeiro liderado por Osvaldo Aranha se declara disposto a colaborar intensamente com os Estados Unidos na defesa do hemisfério ocidental, ao passo que o segundo, liderado por Gaspar Dutra e Góis Monteiro, enfatiza as condições extremamente vantajosas oferecidas pela Alemanha para o fornecimento de equipamentos militares¹⁶¹. Os sentimentos que dominam esse segundo grupo são bastante compreensíveis, pois, apesar do desejo do governo norte-americano de fornecer as armas encomendadas pelo Brasil, ele não pode fazê-lo em virtude das reticências da opinião pública, do Congresso e de alguns países do subcontinente. Em compensação, uma cooperação militar com a Alemanha seria muito mais fácil, pela própria natureza do regime hitlerista.

Getúlio Vargas, por sua vez, conserva o habitual mutismo. Em suas declarações públicas, dosa sabiamente suas propostas. Em particular, tranquiliza as duas tendências e, assim, coloca-se acima dos grupos. Sua política de temporização chega ao fim logo após a derrota francesa, quando o então ditador brasileiro decide tomar parte abertamente no grande debate militar e ideológico que divide o mundo.

d) Vargas alimenta o sonho alemão

A 11 de junho de 1940, dia nacional da Marinha de Guerra brasileira, Getúlio Vargas sobe a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, navio-chefe das

(159) DDI, v. IV, doc. n.º 685, de 1.º de junho de 1940, p. 524.

(160) Ibidem, p. 576.

(161) Comunicação de Caffery a Hull in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 81020 Defense/58 5/6, de 7 de junho de 1940, pp. 45-6. Observa-se que Gaspar Dutra faz jogo duplo, pois, se enfatiza as vantagens de uma cooperação militar com a Alemanha nas discussões dentro do gabinete, muda de atitude perante Caffery e se declara solidário da posição defendida por Osvaldo Aranha.



Getúlio Vargas discursando a bordo do *Minas Gerais* — 11.6.1940.

Forças Navais. Preside a cerimônia e pronuncia um discurso para essa ocasião. A presença de todos os responsáveis militares importantes do país e sobretudo o momento político mundial fazem com que a alocução de Getúlio Vargas seja esperada por todos. O general Góis Monteiro, chefe das Forças Armadas, está presente apesar de seu estado de saúde. Assim, quando o ministro da Marinha, o almirante Guilhem, convida os visitantes a percorrer o encouraçado, Góis Monteiro pede desculpas e não segue a comitiva. Getúlio Vargas aproveita então a ocasião para mostrar ao general uma cópia do discurso que ele vai pronunciar alguns instantes depois. Enquanto Vargas faz a visita ao encouraçado, Góis Monteiro examina o discurso e, quando Vargas retorna e pergunta sua opinião, Góis Monteiro responde que “seu discurso estava bem mas, tratando-se de uma oração a ser proferida por um Chefe de Estado, era preciso ter cautela com as explorações, pois naquele momento a França acabava de ser esmagada pela Alemanha e o que ele dizia no discurso poderia ser interpretado como uma aprovação ou regozijo pela vitória teutônica”¹⁶². Tanto mais, prossegue Góis Monteiro,

(162) As memórias de Góis Monteiro se apresentam em uma obra no estilo de perguntas-respostas, onde o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras durante o EN responde a COUTINHO, L., *O General Góes Depõe...*, *op. cit.*, pp. 365-8.

“que dois dias antes o presidente Roosevelt havia proferido um discurso em Washington em sentido oposto e, deste modo, o presidente Getúlio poderia ser interpretado ainda como uma resposta ao presidente dos Estados Unidos”¹⁶³. Diante das considerações de Góis Monteiro, o “presidente sorriu um pouco contrafeito e pediu-me para assinalar os pontos que, no meu entender, não deviam constar no seu discurso, como Chefe de Estado. Logo o fiz, tendo ele me pedido ainda recomendar ao general Pinto, Chefe do Gabinete Militar, e aos funcionários encarregados na publicidade do governo, a parte por mim censurada e que não deveria vir a público mas, obstinadamente o presidente acrescentou: ‘Na mesa, leio o discurso na íntegra, para ser ouvido pelos oficiais gerais das Forças Armadas. É necessário sacudir com força a árvore a fim de caírem as folhas secas...’ E assim foi lido o famoso discurso, mas com surpresa minha também todo ele publicado, sem censura, nas edições dos jornais do dia seguinte...”¹⁶⁴.

Quando se analisa as tomadas de posição favoráveis ao Eixo defendidas por Góis Monteiro em um passado recente, é difícil admitir que ele não estivesse envolvido na redação do discurso do dia 11 de junho. De qualquer maneira, ainda que Vargas seja o único responsável pelo discurso do *Minas Gerais*, é evidente que a escolha do momento e sobretudo de seus ouvintes não é devida ao acaso e os responsáveis militares mais importantes receberão muito bem uma alocação favorável aos países totalitários.

1. O DISCURSO DE 11 DE JUNHO

Depois de ter enfatizado a adesão do Brasil à solidariedade continental em torno “de ideais e aspirações, e no interesse comum da nossa defesa”¹⁶⁵ — a idéia já expressa no discurso de 12 de maio em Minas Gerais —, Getúlio Vargas se lança decididamente a uma análise da situação mundial e suas implicações para o Brasil:

“(...) Atravessamos, nós, a Humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social, ou política, e sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio. Não é, porém,

(163) *Ibidem*.

(164) *Ibidem*.

(165) Para o texto integral do discurso de Getúlio Vargas de 11 de junho, ver *NPB*, v. VII, pp. 331-5, publicado sob o título significativo de *No limiar de uma nova era*, *op. cit.* Sobre o discurso de 11 de junho e suas repercussões, consultar em especial DULLES, J. W. F., *Getúlio...*, *op. cit.*, pp. 222 e s., bem como GAMBINI, R., *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas*, *op. cit.*, pp. 129-34. E MOURA, G., *Autonomia na Dependência*, *op. cit.*, pp. 153-5.

como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era”¹⁶⁶.

Todavia essa nova etapa da Humanidade não será oferecida, mas conquistada por cada povo. Por essa razão, “(...) os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir rumo das suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis. A economia equilibrada não comporta mais o monopólio do conforto e dos benefícios da civilização por classes privilegiadas. A própria riqueza já não é, apenas, o provento de capitais sem energia criadora que os movimente; é trabalho construtor, erguendo monumentos imperecíveis, transformando os homens e as coisas, agigantando os objetivos da Humanidade, embora com sacrifício do indivíduo. Por isso mesmo, *o Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras*. A incompreensão dessas formas de convivência, a inadaptação às situações novas, acarretam aos pessimistas, cassetras agourentas de todos os tempos, o desânimo infundado que os leva a prognósticos sombrios e vaticínios derrotistas...”.

Depois de ter defendido a industrialização do país como meio de compensar a crise das relações econômicas internacionais, Getúlio Vargas observa que a industrialização é indispensável para a construção de uma nação forte, pois o período atual não permite fraquezas e somente “os povos endurecidos na luta e enrijados no sacrifício são capazes de afrontar tormentas e vencê-las”.

No que se refere às implicações políticas da nova situação mundial, Getúlio Vargas considera que: “a ordenação política não se faz, agora, à sombra do vago humanitarismo retórico que pretendia anular as fronteiras e criar uma sociedade internacional sem peculiaridades nem atritos, unida e fraterna, gozando a paz como um bem natural e não como uma conquista de cada dia. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da Terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberais imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. À democracia política substitue a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo e instituído para a defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas”.

Conseqüentemente, segundo Vargas, não há mais “lugar para regimes fundados em privilégios e distinções...”.

O próprio proletariado é considerado por Vargas como sendo um “elemento indispensável de colaboração social. A ordem criada pelas cir-

(166) VARGAS, G., *NPB*, v. VII, p. 331. Grifo nosso.

cunståncias novas que dirigem as nações é *incompatível com o individualismo*, pelo menos, quando este colida com o interesse coletivo. *Ela não admite direitos que se sobreponham aos deveres para com a Pátria*".

Tendo em vista a nova situação mundial, Getúlio Vargas se apresenta como um visionário, quando cria, em novembro de 1937, "um regime adequado às nossas necessidades, sem imitar outros nem filiar-se a qualquer das correntes doutrinárias e ideológicas existentes. É o regime da ordem e da paz brasileiras, de acordo com a índole e a tradição de nosso povo, capaz de impulsionar mais rapidamente o progresso geral e de garantir a segurança de todos...".

Depois dessas considerações extremamente interessantes, mas que são antes de tudo políticas, Getúlio Vargas assinala, em sua conclusão que "o aparelhamento completo das nossas Forças Armadas é uma necessidade que a nação inteira compreende e aplaude". Dentro desse espírito, "nenhum sacrifício será excessivo para tão alta e patriótica finalidade", segundo Vargas, "o empenho dos militares corre de par com a vontade do povo..."¹⁶⁷.

2. AS REAÇÕES

A escolha do momento, assim como a importância dos assuntos abordados por Getúlio Vargas em seu discurso de 11 de junho, devem necessariamente provocar reações. Contudo, tendo em vista as tomadas de posição radicais de Vargas, essas reações são profundas e mostram, tanto dentro das fronteiras brasileiras quanto no estrangeiro, o mal-estar, mas também a satisfação, a que dá origem uma tomada de posição dessa ordem.

No dia seguinte, o discurso de Getúlio Vargas ocupa as manchetes da imprensa brasileira. O presidente fica bastante impressionado com as repercussões de sua alocação. Pede então ao capitão Baptista para fazer um relatório sobre as reações suscitadas por seu discurso¹⁶⁸.

Todas as especulações sobre as intenções e os móveis de Vargas são permitidas e cada um, obedecendo a suas próprias concepções, explica o discurso de 11 de junho. Às vezes as interpretações se tornam ridículas, já que alguns simpatizantes integralistas dizem que Vargas em breve convocará Plínio Salgado para lhe confiar o cargo de primeiro-ministro¹⁶⁹!

O sentimento geral que se depreende das reações ao discurso de Vargas mostram que sua alocação divide a opinião pública e o mundo político brasileiro. Com efeito, se parece inteiramente justificável que os integralistas, expulsos da vida política nacional desde maio de 1938, possam ver o futuro

(167) *Ibidem*, p. 335.

(168) Cf. AGV, doc. n.º 40.06.13/2, de 13 de junho de 1940.

(169) *Ibidem*.

menos sombrio, é difícil admitir, como pretende o chefe de Polícia do Rio de Janeiro e importante personagem do regime, que o discurso de 11 de junho receba o apoio do “conjunto da Nação” e que mesmo os comunistas — que aliás se encontram seja no exílio seja na prisão — “estão arrebatados, já que o 11 de junho constitui um grande golpe na política de submissão ao imperialismo norte-americano”¹⁷⁰. De resto, é inteiramente evidente que não é para procurar o apoio do integralismo ou do comunismo que Vargas pronuncia seu discurso, pois essas duas forças têm pouca importância no tabuleiro político nacional. Entre a extrema-esquerda e a extrema-direita, toda uma gama de outras tendências políticas e, em particular, os liberais e os democratas, estão mergulhados em uma profunda confusão devido ao discurso de 11 de junho.

A *vox populi* apreende também o alcance do discurso de 11 de junho, conforme testemunha um documento dos arquivos particulares de Getúlio Vargas que reproduz uma quadra satírica para ser cantada, a qual dá o tom do impacto geral provocado por Vargas. Eis a quadra:

“A 11, a bordo do *Minas*
Houve um discurso turuna
O nosso chefe Getúlio
Entrou p’ra quinta coluna”¹⁷¹

A reação mais significativa, em virtude das características do personagem, do papel que desempenha dentro do governo e das relações de amizade que mantém com Getúlio Vargas, é a de Osvaldo Aranha. A partir do momento que este toma conhecimento do texto do discurso, pensa em pedir sua demissão caso Getúlio não mudasse de opinião e não publicasse uma declaração explicando “as verdadeiras razões” que o levaram a fazer o discurso de 11 de junho. Observemos que a ameaça de demissão é uma arma utilizada freqüentemente por Aranha. Com efeito, é a quinta vez desde 1934 que o ministro das Relações Exteriores ameaça demitir-se do governo. Cumpriu sua ameaça uma única vez. Isso foi em 1934 quando saiu do Brasil para ocupar o cargo de embaixador em Washington. Lembremos que em novembro de 1937 ele ameaça abandonar o posto em Washington para protestar contra a implantação do EN. Ele repete a atitude em junho de 1938, por ocasião da questão Fournier e, finalmente, em abril de 1940, quando se queixa a Vargas da perseguição que sofre por parte da polícia, que o segue por toda parte, que “sequer respeitou minha família, minha casa e minha vida”. Nessa última questão, Vargas toma medidas para que cessem as ações da polícia, mas sem sucesso. Aranha, de sua parte, não acusa nin-

(170) *Ibidem*.

(171) AGV, doc. n.º 1940; 06.28/2 XXXIII 106, de 28 de junho de 1940.

guém abertamente, mas deixa transparecer que as ordens são provenientes diretamente do chefe de polícia, da capital Federal, Filinto Müller¹⁷².

A tática da ameaça de demissão aplicada constantemente por Osvaldo Aranha é perigosa, pois pode ocorrer que Vargas a aceite, o que significaria “a perda do governo em proveito dos germanófilos”¹⁷³. Conseqüentemente, Aranha se arrisca e não pode permitir-se um passo em falso. Todavia, ainda uma vez, sua tática é bem-sucedida e Getúlio Vargas manda publicar através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no dia seguinte ao do seu discurso, um comunicado oficial no qual tenta justificar e explicar os propósitos da véspera.

“O discurso pronunciado pelo presidente Getúlio Vargas a 11 do corrente não traz qualquer modificação à política internacional do Brasil. Teve por objetivo, tão-somente, a vida interna do seu país e chamar atenção dos brasileiros para as transformações que se estão operando no mundo, justificando, assim, a necessidade de se fortalecer o Estado, econômica e militarmente. Procurou o presidente da República, além disso, alertar o espírito de seus patrícios prevenindo-os contra o desânimo e o pessimismo. Quanto aos ideais gerais sobre organização política, social e econômica, o que disse reitera apenas afirmações anteriores. Este discurso é um aviso, um chamado à realidade que só desconcerta os espíritos rotineiros, acostumados à papa-feita das comodidades de todo dia.”

Finalmente, o comunicado do DIP assinala que:

“a política externa do Brasil é de inteira solidariedade americana integral, na defesa comum do continente contra qualquer ataque vindo de fora, o nosso país, por sua vez, não intervém em conflitos europeus, mantendo estrita neutralidade.

As relações entre o Brasil e as outras nações da América, principalmente os Estados Unidos, nunca foram tão boas quanto agora.”¹⁷⁴.

Além do sucesso da atitude de Osvaldo Aranha, que mostra, ainda uma vez mais, sua força política e suas capacidades de persuasão junto a Vargas, o documento reproduzido acima mostra até que ponto os Estados Unidos da América ficaram impressionados com o discurso de 11 de junho. Com efeito, o comunicado do DIP dá margens a que se entenda — sobretudo em seus dois parágrafos finais — que ele visa, antes de tudo, tranquilizar Washington. Vejamos então quais são as reações no exterior, suscitadas pelo discurso de Vargas.

(172) AOA, doc. n.º 40.04.11, de 11 de abril de 1940.

(173) AGV, doc. n.º 40.06.13/2 93, de 13 de junho de 1940.

(174) AOA, doc. n.º 40.06.12/2, de 12 de junho de 1940.

Nas três capitais do Eixo, as reações positivas são unânimes e as interpretações mais ousadas são propostas para prever o futuro da cooperação com o Rio de Janeiro. Assim, Berlim recebe com entusiasmo a notícia do discurso de Vargas e o embaixador brasileiro na capital do III Reich relata a Vargas, a 13 de junho, os primeiros ecos:

“Na Alemanha a impressão [provocada pelo discurso] foi a melhor possível. A Rádio de Berlim, em seus comentários para a América Latina, declarou que o sr. Getúlio Vargas era o primeiro estadista americano que reconhecia e proclamava a fraqueza das Democracias e o vigor dos regimes Totalitários...”¹⁷⁵.

Fazendo eco a esses comentários, a imprensa escrita da Alemanha assinala que Vargas dá provas de ser “esclarecido e corajoso”. Vários trechos do discurso ocupam as manchetes de alguns jornais. Assim dizem as manchetes: “Precisamos compreender nossa época”, “O Brasil à frente dos povos novos”, ou ainda “Velhos sistemas e fórmulas preteridas abandonadas”¹⁷⁶. Até o escutado comentarista diplomático berlinense Karl Megerle consagra um dos seus artigos ao “presidente Getúlio Vargas” logo após o discurso. Megerle analisa no *Berliner Börsenzeitung* de 1º de julho os “conceitos emitidos no discurso do dia 11 de junho” e conclui que o “povo brasileiro pode orgulhar-se de um presidente que tem um julgamento seguro e independente na hora incerta que o mundo atravessa”¹⁷⁷.

A mesma impressão favorável se depreende das embaixadas alemãs nos outros países da América Latina e o embaixador brasileiro em Buenos Aires, por exemplo, recebe felicitações do embaixador alemão. Thermann, que declara em especial que “não é uma casualidade, que estas violentas palavras (de 11 de junho) tenham sido pronunciadas pelo homem que é chefe de uma das mais adiantadas nações do continente americano. Sobre a original terra do Brasil ergueu-se um Estado jovem e forte, cujos povoadores se tornaram livres de preconceitos...”¹⁷⁸.

No próprio Brasil, Prüfer, depois de ter experimentado uma profunda satisfação, quer imediatamente tirar partido do que ele julga ser uma nova atitude do Brasil em relação ao Eixo. A pressa de Prüfer é tanto mais justificada na medida em que ele constata que nesse momento são exercidas sobre Vargas pressões norte-americanas para que ele volte atrás em suas declarações, ao mesmo tempo em que Washington orquestra uma campanha de

(175) Carta de Freitas Valle, embaixador brasileiro em Berlim, dirigida a Vargas, in AGV, doc. n° 40.06.13/293, de 13 de junho de 1940.

(176) Carta de Freitas Valle ao Itamarati, in AB, doc. n° 183, de 12 de junho de 1940.

(177) Ibidem, AB, doc. n° 233, de 2 de julho de 1940.

(178) AGV, doc. n° 40.06.15/2 95b, de 15 de junho de 1940.

difamação¹⁷⁹. Então, às vésperas da segunda conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que se inicia em Havana, a Wilhemstrasse é persuadida da necessidade de um gesto em direção ao Novo Mundo antes da reunião de Havana. Assim, a partir de 18 de junho, o chefe do Alto Comando da Wehrmacht “proíbe todas as atividades [atos de sabotagem] nos Estados da América do Sul e nos Estados Unidos”¹⁸⁰. Portanto, é através de uma medida de alcance geral que a Alemanha julga atrair uma simpatia ativa ou pelo menos uma neutralidade dos países americanos logo depois da derrota francesa. Em compensação, a atitude extremamente surpreendente e positiva de Getúlio Vargas leva a Wilhemstrasse a preparar propostas concretas de cooperação com o Rio de Janeiro, tanto no plano econômico quanto no militar.

O discurso de Getúlio Vargas é também muito bem recebido em Roma e em Tóquio. Na capital japonesa, a agência de notícias Domei relata que o presidente Vargas “defende energicamente a ação dos ditadores europeus” e a agência conclui que o discurso de 11 de junho é um “revide” indireto à asserção do presidente Roosevelt em discurso na véspera¹⁸¹.

Em Roma, a interpretação do discurso de Vargas é dupla. De um lado, ele é uma vitória da doutrina totalitária no Novo Mundo e, de outro, significa a aprovação tácita da recente entrada da Itália na guerra. Os jornais da península fazem eco das impressões italianas e o próprio Mussolini envia uma carta pessoal ao ditador brasileiro, na qual declara em especial que “um discurso como esse é digno do estadista que vê a nova realidade histórica européia como ela é verdadeiramente e não como as democracias tentam mostrá-la”¹⁸².

Os Estados Unidos dão grande importância à declaração de 11 de junho. A partir do momento em que o conteúdo do discurso é tornado público, o Departamento de Estado começa a agir. Assim, no dia 12, o embaixador Caffery se encontra com Aranha e os responsáveis pelo Itamarati; ele exige a presença de Góis Monteiro e de Gaspar Dutra para ouvirem pessoalmente suas queixas. Caffery explica a seus interlocutores que o sentimento que prevalece nos Estados Unidos “não é o do ódio ou da repulsa, mas o da consternação, pois o Brasil é um país pelo qual os norte-americanos têm muita estima”¹⁸³.

(179) DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 607, de 16 de junho de 1940.

(180) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 476, de 18 de junho de 1940, p. 342.

(181) Carta do embaixador brasileiro em Tóquio, Castello Branco Clark, ao Itamarati in AB, doc. n.º 8, de 14 de junho de 1940.

(182) AGV, doc. n.º 1940.06.15/1 XXXIII-95a, de 15 de junho de 1940.

(183) Declaração de Góis Monteiro in СОУТИННО, L., *O General...*, op. cit., p. 368. Góis Monteiro enfatiza, entre outras coisas, que, durante, o encontro, “o general Dutra manteve-se silencioso e eu cada vez mais desajeitado”. *Ibidem*.



Mussolini esquiando perto de Roma.

Oswaldo Aranha, por sua vez, tem uma tarefa bastante difícil para cumprir. Deve vigiar no Brasil os impulsos de Vargas que podem, colocar em perigo toda sua política externa e as negociações em curso com os Estados Unidos, e tranqüilizá-los quanto às verdadeiras intenções de Vargas e do conjunto do governo brasileiro. Nesse sentido, o comunicado do DIP é um sucesso, pois representa na óptica das relações brasileiro-americanas — a interpretação menos pior do discurso de 11 de junho. Todos os diplomatas brasileiros que se beneficiam da confiança de Aranha trabalham para apaziguar os temores dos Estados Unidos. Nesse contexto, o embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, desempenha um papel especial e Aranha o leva a declarar ao Departamento de Estado que o Brasil perma-

nece solidário, apesar do discurso de 11 de junho, com o movimento pan-americano e aspira a manter relações privilegiadas com Washington¹⁸⁴.

Todavia todos os esforços da diplomacia brasileira são inúteis, pois antes mesmo de o Departamento de Estado receber uma cópia integral do famoso discurso, a imprensa norte-americana se apodera do assunto e, a partir de 12 de junho, os principais jornais dos Estados Unidos publicam manchetes sensacionalistas. Assim, o *The New York Times* publica nesse dia: “Vargas Backs the ‘Virile’; Predicts New World Order” e o mesmo jornal estabelece relações entre o discurso de Vargas e o de Roosevelt, quando sublinha “Attack on ‘Sterile Demagoguery of Political Democracy’ by Brazil’s President Seen as Divergence From Roosevelt”. O *New York Herald Tribune* do mesmo dia assinala que “Vargas Defends Force” e “Lauds Aim of ‘Vigorous Peoples’,” expondo assim o caráter fascista e totalitário da declaração presidencial¹⁸⁵.

O discurso de 11 de junho é uma total surpresa para os responsáveis políticos norte-americanos. Suas primeiras reações são marcadas pela “consternação” — ver a reação de Caffery reproduzida acima — e pelo “espanto”, pois é impensável que um discurso desse tipo possa ser pronunciado por um Chefe de Estado com o qual os Estados Unidos mantêm, segundo Cordell Hull, relações “de amizade e de compreensão no mais perfeito espírito de cooperação”, que se manifesta hoje mais forte que nunca¹⁸⁶.

Em um segundo tempo, em seqüência aos comentários da imprensa norte-americana e quando o Departamento de Estado pode analisar detalhadamente o discurso integral, a diplomacia norte-americana constata que as repercussões do discurso de 11 de junho não são exageradas. Essa situação é penosa sobretudo para o Departamento de Estado e em especial para Cordell Hull, pois este não pode deixar, como tantos outros fizeram, de traçar um paralelo entre o discurso de Vargas e o pronunciado a 10 de junho por Roosevelt em Charlottesville, no qual o presidente norte-americano ataca a Alemanha e a Itália e considera que “o espírito e as instituições norte-americanas estão ameaçados” por esses países¹⁸⁷ e se declara então pronto a apoiar os Aliados¹⁸⁸.

Foi necessário esperar o comunicado do DIP e sobretudo um telegrama especial de Vargas a Roosevelt para se estar em condições de entrever

(184) AB, doc. n.º 109-42020, de 12 de junho de 1940.

(185) FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 740001 European War 1939/3712, de 12 de junho de 1940, p. 618. Para outras reações americanas, ver em especial SILVA, H., 1939: *Véspera de Guerra*, op. cit., pp. 208-33.

(186) Ibidem.

(187) Ibidem, doc. n.º 7400011 European War 1939/3721, de 11 de junho de 1940, pp. 616-7.

(188) Tel. de Carlos Martins ao Itamarati, AB, doc. n.º 175, de 10 de junho de 1940.

um certo apaziguamento dos temores norte-americanos. Em seu telegrama, Vargas assinala que não faz parte de suas intenções contradizer as proposições de Roosevelt em Charlottesville e reafirma sua adesão à solidariedade pan-americana — retomando assim a idéia contida no comunicado do DIP¹⁸⁹.

Progressivamente, os esforços empreendidos por Osvaldo Aranha superam as reticências norte-americanas; em fins de junho, pode-se considerar 11 de junho como uma tempestade que se perdeu nas brumas. Roosevelt prepara uma mensagem a Vargas na qual deve reafirmar sua confiança nos ideais pan-americanos e convidar o Brasil a participar da segunda conferência extraordinária de consulta dos ministros das Relações Exteriores das Américas, que deve reunir-se proximamente em Havana, a fim de estudar os meios de “preservar a paz e a segurança no hemisfério e o bem-estar das Repúblicas Americanas”¹⁹⁰. Contra toda expectativa, Roosevelt não pode fazer com que sua mensagem chegue a Vargas, pois recebe, a 27 de junho, uma comunicação de Caffery, que o informa do conteúdo de um encontro que acaba de ter com Aranha. Com efeito, este sabe que Vargas tem intenção de proferir um novo discurso, a 29 de junho, na sede da Confederação dos Trabalhadores Marítimos, no qual deve retomar as idéias expressas em 11 de junho. Aranha avisa imediatamente Caffery, depois de ter tentado, sem sucesso, dissuadir Vargas.

3. O DISCURSO DE 29 DE JUNHO

Quando Osvaldo Aranha é posto a par de que Vargas se prepara para retomar publicamente os principais temas de 11 de junho, ele considera a questão extremamente grave. Que pode ele fazer para por um fim ao que chama de “insanidades”¹⁹¹ de Getúlio Vargas? Resta-lhe apenas tentar dissuadir o ditador, mas ele sabe que sua tarefa é difícil e, conseqüentemente, antes de se dirigir a Vargas, decide avisar Caffery.

Os dois diplomatas estão certos de que o segundo discurso de Vargas vai “causar uma péssima impressão nos Estados Unidos”¹⁹². De resto, no

(189) FRUS, 1940, v. V, de 13 de junho de 1940, p. 622.

(190) Ibidem, anexo do doc. n.º 7400011 European War 1939/4173a, de 25 de junho de 1940, pp. 624-5.

(191) Declaração de Aranha a Caffery in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 7400011 European War 1939/4260, de 28 de junho de 1940, p. 625.

(192) Declaração de Caffery in ibidem. Os Estados Unidos não devem mostrar publicamente sua desaprovação ao discurso de Vargas, pois uma atitude como essa poderia ser interpretada como ingerência nas questões internas brasileiras, na medida em que Vargas parece estar muito preocupado quanto a esse aspecto. Por outro lado, nesse exato momento, três navios de guerra da marinha americana — o *O'Brien*, o *Quincy* e o *Wichita* — estão em

momento crítico atravessado pelo conflito europeu, os temores do grupo democrata dentro do governo brasileiro são maiores que nunca.

Mesmo que duvide do sucesso de seu expediente, Aranha decide intervir. Assim, a 28 de junho, Aranha envia uma carta pessoal à Vargas declarando ter refletido muito à noite sobre a oportunidade e conveniência” de um discurso desse tipo e as “ponderações que eu mesmo fiz, ou melhor, que ouvi do meu travesseiro”¹⁹³. Osvaldo Aranha considera que Vargas cometeria um grave erro ao voltar às questões abordadas a 11 de junho, pois o incidente já está encerrado. Tanto mais que “(...) a situação universal é tão difícil que os próprios generais vitoriosos preferem sobre ela calar. Nada explicaria, assim, a renovação, de um debate público, mantido pelo Chefe da Nação, em torno de um assunto sobre o qual os outros guardam um silêncio prudente. Além do mais, Getúlio, nesta hora, toda discussão que aumente a polêmica e reacenda as divergências entre os brasileiros em torno da situação internacional não me parece aconselhável. Estamos vedando-a na imprensa e nada justificaria trazê-la para a tribuna governamental. Qualquer nova palavra tua sobre o assunto, por sábia e medida que seja, virá reavivar as dúvidas e as críticas ou os aplausos e as demonstrações surgidas em torno do teu discurso de 11 de junho, sem vantagens interna ou externamente que eu possa entrever. Ao contrário, da nossa posição neutra, sairemos para um exame público e individual, mais ou menos coibido, da opinião do nosso chefe, dando expansão a emoções e paixões que havíamos contido no seio da sociedade brasileira... Por ocasião do teu discurso pronunciado a bordo do *Minas Gerais* viste como as suas palavras foram interpretadas, ao sabor das emoções dispersas pelo mundo e inteiramente desvirtuadas do sentido que lhes quiseste dar, o que por si só bastaria para aconselhar a maior cautela nos pronunciamentos dos Governos, num ambiente internacional tão carregado de nervosismo”¹⁹⁴.

Apesar dos sábios conselhos de Aranha, Vargas decide pronunciar seu segundo discurso sobre a situação internacional. Ele o faz a 29 de junho, na ilha do Viana, no Rio de Janeiro, na sede da Confederação dos Trabalhadores Marítimos.

Depois de ter constatado com “grande satisfação” que seu auditório — que simboliza o conjunto dos trabalhadores brasileiros — tinha interpre-

visita ao Brasil. Torna-se, portanto, fácil traçar um paralelo entre as proposições do governo norte-americano e da imprensa desse país sobre a presença dos navios de guerra e as ameaças que daí decorrem para a independência brasileira. Uma interpretação desse tipo é tanto mais plausível à medida que circulam rumores nos meios diplomáticos do Rio de Janeiro de que os três navios de guerra norte-americanos visitariam o sul do Brasil “com o objetivo de trazer apoio ao governo porque havia perturbações ou ameaças alemãs no sul do Brasil”. Cf. AB, doc. n.º 107-71415, de 8 de junho de 1940.

(193) Carta enviada por Osvaldo Aranha, em 28 de junho de 1940, in AOA, doc. n.º 1940.06.28/4.

(194) *Ibidem*.

tado muito bem “as palavras de sinceridade e previsão patriótica que dirigiu à Nação no Dia da Marinha”¹⁹⁵, Vargas satisfaz, de alguma forma, os pedidos de Aranha, assinalando, de maneira solene, o desejo brasileiro “de colaboração pacífica e solidariedade com os povos irmãos do continente, cujos destinos se identificam com o nosso pelos vínculos de formação histórica e idênticas aspirações de progresso”¹⁹⁶.

A seguir, Vargas faz uma clara alusão às pressões que sofreu logo após o dia 11 de junho, a fim de que ele interpretasse de maneira diferente e mais flexível as rudes propostas que ele defendera nessa ocasião. Ele não retira o que declarou: “Foi bem claro, no pensamento e na forma, o meu discurso daquele dia memorável (11 de junho). E não é com o comentário falseado e a publicação tendenciosa de frases isoladas que se pode interpretá-lo. Não volto atrás, não me retrato de nenhum dos conceitos emitidos. Antes, só tenho motivos para reafirmá-los integralmente...”¹⁹⁷.

Vargas, portanto, não esquece as idéias emitidas a 11 de junho e inclusive torna-as mais precisas, quando ataca “as velhas raposas da política-gem... elementos nocivos entre os aproveitadores de todos os tempos, os preparadores de guerras, os sem pátria, prontos a tudo negociar. Muito deles, indesejáveis noutras partes, infiltrando-se clandestinamente no país, com prejuízo das atividades honestas dos nacionais, e abusando da nossa hospitalidade, fazendo-se instrumento das maquinacões e intrigas do finacismo cosmopolita, voraz e sem escrúpulos...”¹⁹⁸.

Pela primeira vez desde 1930, Getúlio Vargas toma posição pública, de maneira muito clara e precisa, em relação ao elemento judeu. Essa é uma dimensão nova do nacionalismo varguista, que poderá ser explorada a seguir.

Finalmente, como previsto, Getúlio Vargas retorna à sua adesão ao pan-americanismo. Contudo ele o faz com habilidade, já que, para ele, pan-americanismo não significa ingerência nas questões internas brasileiras.

“Habituaados a cultivar a paz como diretriz de convivência internacional, continuaremos fiéis ao ideal de fortalecer cada vez mais, a união dos povos americanos. Com eles estamos solidários para a defesa comum em face de ameaças ou intromissões estranhas, cumprindo, por isso mesmo, abstermo-nos de intervir em lutas travadas fora do Continente. E, essa união, essa solidariedade, para ser firme e duradoura, deve basear-se no mútuo respeito das soberanias nacionais e na liberdade de nos organizarmos, segundo os próprios interesses e necessidades. Assim entendemos a doutrina de Monroe e assim a praticamos. O nosso pan-americanismo nunca teve em

(195) VARGAS, G., *NPB*, v. VII, pp. 347-50.

(196) *Ibidem*.

(197) *Ibidem*.

(198) *Ibidem*.

vista a defesa de regimes políticos, por isso seria atentar contra o direito de cada povo de dirigir a sua vida interna e governar-se. Fomos um Império e somos, hoje, uma República, sem que a mudança de regime nos afastasse dessa política de cooperação [continental], que é uma tradição da nossa história...”¹⁹⁹.

Quando se traça um paralelo entre os dois discursos, o de 11 e o de 29 de junho, observa-se que, apesar das declarações prévias de Vargas, há uma mudança. No plano da forma, por um lado, já que o tom do discurso é mais moderado e, de outro lado, no plano do fundo, pois Vargas não volta a seus conceitos “de nova era” e dos “povos fortes”. Ele se contenta em assinalar que não mudou de opinião...

Em resumo, os três pontos fortes do discurso de 29 de junho são os seguintes:

Em primeiro lugar, um ataque contra o “cosmopolitismo financeiro” e os “sem pátria”. Em segundo lugar, a reafirmação do princípio de solidariedade pan-americana. O importante é saber até que ponto o Brasil defenderá os princípios pan-americanos! O Rio de Janeiro se contentará em participar das diferentes conferências e desempenhar um papel passivo, à maneira “universalista” da Argentina? Ou, ao contrário, tomará medidas coletivas eficazes, tais como colocar à disposição dos Estados Unidos as bases militares em território nacional e a militarização da Região Nordeste? Em terceiro lugar, a obstinação de Vargas com o assunto da “liberdade de organização política, social e econômica”. Esse último elemento parece mais significativo do que a declaração de princípio de solidariedade pan-americana. Ele reflete a existência de pressões para fazer com que o Brasil aceite uma forma de organização estatal mais conforme à idéia da democracia do hemisfério ocidental. Em todo caso, a liberdade de ação, que Vargas quer usufruir, mostra a seus interlocutores, em particular a Aranha e aos Estados Unidos, que não está disposto a aquiescer a todas as iniciativas tomadas pelo Itamarati.

4. UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO

Quais as razões que levaram Vargas a tomar uma posição tão clara ante a situação mundial, comprometendo, com suas proposições, o futuro político do Brasil? Tanto mais que essa atitude é contrária à sua natureza temporizadora e indecisa. A primeira explicação é a mais profunda. Desde a revolução vitoriosa de outubro de 1930, que leva Getúlio Vargas à Presidência da República, as simpatias políticas de Getúlio Vargas para com os regimes fortes se tornam evidentes. Com efeito, seu movimento revolucionário,

(199) *Ibidem*.

que tem como objetivo primário a “moralização” da vida política nacional e a implantação de uma verdadeira democracia no Brasil, sofre, sob a direção de Vargas, um impulso totalitário digno de nota: estabelecimento de um “Governo Provisório” que governa por decreto até 1934; controle da vida sindical; fortalecimento da polícia política; personalização do poder; repressão sanguinolenta contra os “constitucionalistas” de São Paulo em 1932. Depois de um curto período legalista (1934-1937), mas que lhe permite permanecer à frente do Estado, Getúlio Vargas impõe ao país, em novembro de 1937, uma organização política, social e econômica com base no modelo salazarista e mussoliniano. O menos que se pode dizer é que Getúlio Vargas é muito tentado pelo método forte. Até o presente, suas convicções totalitárias foram antes aplicadas que teorizadas. A esse respeito, a atitude de Osvaldo Aranha e dos Estados Unidos é pelo menos paradoxal, pois aceitam — pelo menos tacitamente — que Vargas exerça um poder ditatorial, mas se opõem a que ele declare publicamente suas simpatias...

A segunda explicação do discurso de junho está ligada à primeira: é o grande impacto das vitórias alemãs. O que Vargas sentia de maneira pouco explícita e fugaz em novembro de 1937, quando impõe ao país um regime corporativista, a saber, o declínio da democracia e o aparecimento dos “povos fortes”, é confirmado de maneira estrepitosa com a vitória alemã de junho de 1940. Nessas condições, como o ditador brasileiro pode calar-se, quando tudo o que ele previa e desejava profundamente acaba de se cumprir de maneira tão espetacular? No fim de junho, a guerra parece perdida para os Aliados e pode-se, a partir daí, compreender que o oportunismo de Vargas o leva a se aproximar dos Estados totalitários vitoriosos.

Finalmente, a terceira razão importante, que explica a atitude de Getúlio Vargas, é o bloqueio completo das negociações brasileiro-americanas, com vistas ao estabelecimento de um programa de cooperação econômica e de fornecimento de equipamento militar ao Brasil. Quando se passa em revista os meios de pressão colocados à disposição do Brasil para vencer as reticências norte-americanas, somos forçados a constatar que eles são muito reduzidos. Portanto, Getúlio Vargas aproveita a oportunidade que lhe oferece o conflito mundial para aumentar o poder de negociação do país, apelando então para os países “fortes”. A partir daí, restam apenas duas soluções para os Estados Unidos: responder favoravelmente aos pedidos brasileiros ou deixar a Alemanha e a Itália cooperarem para o desenvolvimento e o armamento do Brasil. A opção de Washington tem de ser feita imediatamente, pois as proposições de Getúlio Vargas dão resultado de imediato e Berlim se prepara para entrar em contato com o Rio de Janeiro.

AS PERSPECTIVAS FUTURAS

Contrastando com a confusão reinante nas relações internacionais logo após junho de 1940, a política externa brasileira se apresenta de maneira simples. A situação, com exceção de um aspecto, é muito semelhante à de fins de 1937, quando a adoção de um regime de tipo fascista coloca em oposição uma tendência liberal, voltada para os Estados Unidos, e uma tendência totalitária, que aspira a desenvolver os vínculos com a Alemanha.

Depois da crise atravessada pelas relações germano-brasileiras durante o ano de 1938 e os sobressaltos criados pelo início da guerra na Europa, a política externa brasileira chega a um certo equilíbrio em meados de 1940 e Berlim pode pensar novamente no desenvolvimento de suas relações com o Rio de Janeiro. O único inconveniente, mais importante, à retomada das relações — sobretudo econômicas — entre o Brasil e a Alemanha é o bloqueio marítimo sofrido pela Alemanha. Após o discurso de Vargas surge então para os dirigentes dos dois países a seguinte questão: como fazer para tornar efetivo o desejo de cooperação que parece depreender-se das posições do ditador brasileiro?

A posição dos Estados Unidos diante do Brasil é antes de tudo incômoda. Para afastar as tentações totalitárias de Vargas e fortalecer a tendência democrática dentro do governo brasileiro, os Estados Unidos têm de encontrar uma solução para as negociações econômicas e militares em curso. Trata-se do único meio de que dispõem nesse período de “desmoralização da democracia”²⁰⁰. Conseqüentemente, a partir do momento que a segunda conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores do continente, que deve realizar-se em Havana, termina seus trabalhos, Washington vai esforçar-se para desbloquear as negociações.

(200) Cf. TAYLOR, E., *Democracy Demoralized...*, *op. cit.*

PARTE 3
DO SONHO ALEMÃO À
REALIDADE AMERICANA
(JULHO DE 1940 — DEZEMBRO DE 1941)

Os dois discursos pronunciados por Getúlio Vargas no correr do mês de junho, assim como os contatos secretos que ele mantém com o embaixador Prüfer, provocam reações positivas em Berlim, que então julga possível uma reaproximação com o Rio de Janeiro. Essa eventual reaproximação significa, tanto para os brasileiros quanto para os alemães, um aumento das relações comerciais, com o Brasil fornecendo algodão, café e borracha, ao passo que a Alemanha fornecendo um complexo siderúrgico e um equipamento militar moderno.

O resultado dessas conversações depende fundamentalmente das possibilidades de desviar esse comércio do bloqueio marítimo sofrido pela Alemanha. Outro elemento que torna problemática uma cooperação econômica germânico-brasileira é a preocupação manifestada pelos Estados Unidos, após os discursos de Getúlio Vargas. Para Washington, a questão é tomar decisões imediatamente e o melhor meio de que os Estados Unidos dispõem para influenciar de maneira decisiva as opções de política externa brasileira é, sem dúvida alguma, as negociações econômico-militares em curso entre os dois países.

CAPÍTULO I

A TENTATIVA DE REAPROXIMAÇÃO GERMANO-BRASILEIRA

a) Os contatos secretos Vargas-Prüfer

Dois razões fundamentais levam a diplomacia alemã, e em particular Prüfer, a tentar uma reaproximação com o Brasil durante os meses de junho-julho de 1940. De um lado, a excelente impressão suscitada na Alemanha pelos discursos de Getúlio Vargas no mês de junho. De outro, a percepção cada vez mais evidente dos diplomatas a serviço no Rio de Janeiro de que existe a “retomada de uma ofensiva econômica intensa da América [no Brasil] dirigida contra a Alemanha”¹.

A partir daí, o embaixador Prüfer solicita da Wilhemstrasse autorização para apresentar algumas propostas de cooperação econômica concreta a Getúlio Vargas. Para Prüfer, as propostas alemãs devem basear-se nos três princípios seguintes: em primeiro lugar, a Alemanha deve declarar-se “disposta a comprar produtos brasileiros, especialmente café e algodão, *a partir do fim da guerra*”²; em segundo lugar, a Alemanha deve estar pronta — caso o Brasil lhe peça — para “assinar a partir de agora alguns contratos de compra”³; em terceiro lugar, a Alemanha está disposta “e em condições de executar um contrato para as aciarias dentro de um prazo de fornecimento normal” e Berlim se dispõe “a aceitar, como forma de pagamento, produtos brasileiros”⁴. O embaixador alemão não fala, portanto, de fornecimentos militares, mas, em compensação, a Alemanha se declara disposta a fornecer o complexo siderúrgico tão buscado pelo Rio de Janeiro e isso em condições muito vantajosas para o Brasil, pois Prüfer menciona a possibilidade de aceitar mercadorias em troca, o que permitiria ao Brasil não realizar empréstimos no estrangeiro.

(1) ASW, *Les années de guerre*, v. IX, Livro II, doc. n.º 463, de 18 de junho de 1940, pp. 321-3.

(2) (O grifo é nosso.)

(3) ASW, *Les années de guerre*, v. IX, Livro II, doc. n.º 463, de 18 de junho de 1940, pp. 321-2.

(4) *Ibidem*.

O chefe do Departamento da Economia na Wilhemstrasse, Wiehl, satisfaz inteiramente o pedido de Prüfer e o autoriza a declarar aos dirigentes brasileiros que a Alemanha está pronta “a comprar grandes quantidades de algodão, café e outros produtos brasileiros imediatamente após o fim da guerra”⁵. Em compensação, Wiehl opõe-se à assinatura imediata de grandes contratos de fornecimento de produtos brasileiros e essa maneira de proceder só será possível “para pequenas quantidades de algodão”⁶.

As propostas alemãs são acompanhadas de algumas condições, entre as quais a mais importante é de ordem política: uma cooperação econômica só é possível à medida que “nenhuma mudança substancial ocorra no estado atual de neutralidade do Brasil”⁷. Os responsáveis diplomáticos alemães consideram essa condição indispensável e pede-se a Prüfer para “ênfaticizá-la de maneira adequada”⁸.

O objetivo imediato perseguido pela Alemanha é “contrabalançar as influências inglesas e norte-americanas”⁹ sobre o Rio de Janeiro. Contudo a Alemanha quer evitar dar, segundo os responsáveis da Wilhemstrasse, “a impressão de que devemos correr atrás dos brasileiros por causa da inquietação que essas influências nos causam”¹⁰. Para a diplomacia alemã, a “continuação das relações comerciais com a Alemanha tem, aliás, pelo menos o mesmo interesse para o Brasil, de quem nem a Inglaterra nem os Estados Unidos comprarão as mercadorias que anteriormente nos eram vendidas, ao passo que poderíamos também obtê-las em outra parte, por exemplo, o algodão da Rússia”¹¹.

As propostas de aumento das relações econômicas e sobretudo comerciais feitas pela Alemanha ao Brasil respondem a uma diminuição sensível das relações comerciais entre os dois países. Com efeito, o início das hostilidades na Europa e o bloqueio marítimo sofrido pela Alemanha diminuem o ritmo do comércio germano-brasileiro, cuja evolução é a seguinte entre 1938 e 1941.

De uma posição preponderante no comércio exterior brasileiro em 1938, já que representava 25% do total das transações, a Alemanha passa a uma posição insignificante em 1941. Os dois produtos que constituem o essencial das exportações brasileiras para a Alemanha — café e algodão — sofrem uma diminuição considerável durante o período 1939-1941. Assim, as exportações algodoeiras brasileiras para a Alemanha passam de 65 218

(5) *Ibidem*, doc. n.º 491, de 19 de junho de 1940, p. 359.

(6) *Ibidem*.

(7) *Ibidem*.

(8) *Ibidem*.

(9) *Ibidem*.

(10) *Ibidem*.

(11) *Ibidem*. Em uma nota datilografada, à margem, pode-se ler que “o Ministério da Economia aprova essa declaração”.

Quadro XIII
Evolução das relações comerciais do Brasil com a Alemanha: 1938-1941

| | Quantidade (toneladas) | | Valor (Cr\$ 1.000) | |
|------|------------------------|------------|--------------------|------------|
| | Exportação | Importação | Exportação | Importação |
| 1938 | 723 073 | 1 085 877 | 971 516 | 1 298 356 |
| 1939 | 630 767 | 569 251 | 671 849 | 958 235 |
| 1940 | 34 245 | 4 933 | 112 079 | 92 095 |
| 1941 | 24 224 | 5 038 | 81 225 | 101 281 |

Fonte: MRE, *Boletim*, fevereiro de 1945, p. 202.

toneladas em 1939 para 3 132 em 1940 e para somente 2 072 no ano seguinte. Quanto ao café, a evolução é ainda mais sensível, já que as exportações brasileiras passam de algumas centenas de milhares de toneladas em 1939 para 63 188 em 1940 e para somente 124 toneladas no ano seguinte¹².

O Brasil recebe as propostas de cooperação econômica feitas pela Alemanha através de caminhos muito particulares. Com efeito, o embaixador Prüfer, conhecendo perfeitamente as simpatias dos responsáveis da diplomacia brasileira pela causa defendida pelos Aliados, decide não se dirigir ao ministério brasileiro das Relações Exteriores, mas diretamente a Getúlio Vargas. Conseqüentemente, todos esses contatos são desenvolvidos exclusivamente por Vargas, sem que Osvaldo Aranha seja informado a respeito. Assim, a 20 de junho de 1940, o ditador brasileiro pede a Prüfer para ir vê-lo “a título oficioso... em audiência confidencial, sem que o ministro das Relações Exteriores, Aranha, seja informado”¹³. Segundo o próprio Prüfer, “o presidente [Vargas] começou por dizer que lamentava muito a deterioração das relações econômicas com a Alemanha, conseqüência da guerra, pois via em sua continuação a salvação do Brasil”¹⁴. A partir do momento que o embaixador alemão pôs Vargas a par das últimas propostas de cooperação econômica provenientes de Berlim, Vargas “ficou visivelmente satisfeito com elas e pediu para transmitir seus agradecimentos a Berlim”¹⁵. Os dois decidem que “os especialistas discutirão detalhes”¹⁶ do projeto alemão, mas Vargas propõe então “examinar já agora a questão de saber se os

(12) Cf. MRE, *Boletim*, dezembro de 1941, pp. 1366 e 1369.

(13) ASW, *Les années de guerre*, v. IX, Livro II, doc. n.º 511, de 21 de junho de 1940.

(14) Ibidem.

(15) Ibidem.

(16) Ibidem.

dois países não poderiam fazer, mesmo durante a guerra, um acordo referente à aquisição mútua de mercadorias, cujas espécies e quantidades seriam especificadas”¹⁷. Prüfer não se compromete demais e garante apenas “transmitir essa proposta” a Berlim¹⁸.

Nesse mesmo encontro, segundo Prüfer, Vargas “ressalta sua firme intenção de manter a neutralidade e sua simpatia pessoal em relação aos Estados autoritários, lembrando ao mesmo tempo o discurso que ele recentemente pronunciara [Prüfer se refere ao discurso de 11 de junho]”. Em seguida, Vargas “exprimiou abertamente” o que Prüfer chama “sua aversão pela Inglaterra e pelo sistema democrático”¹⁹.

O último tema abordado por Vargas e Prüfer no encontro secreto de 20 de junho está ligado à situação “no Sul do Brasil dos Reichsdeutsche dos Volksdeutsche”²⁰. A se acreditar em Prüfer, o “presidente promete reprimir os abusos de poder dos funcionários locais”, pois a agitação contra “a quinta coluna resulta da propaganda mentirosa orquestrada particularmente por emigrados judeus” e Vargas “não tolerará”²¹.

O encontro secreto de 20 de junho permite a Prüfer constatar dois fatos importantes: de um lado, o impacto no Brasil e em especial sobre Getúlio Vargas das últimas vitórias militares alemãs e, de outro, a excelente acolhida reservada pelo ditador brasileiro às propostas de cooperação econômica em larga escala. Então, surpreso e sem saber ainda quais são as perspectivas e a extensão das negociações econômicas que se anunciam, o embaixador alemão pede instruções precisas a Berlim a respeito das intenções alemãs²².

O interesse manifestado por Getúlio Vargas pelas propostas alemãs satisfaz os diplomatas da Wilhemstrasse. Estes se apressam então a tornar concretas as intenções dos dois países. Cabe ao ex-embaixador alemão no Brasil — Karl Ritter — ocupar-se da supervisão geral na Wilhemstrasse das relações entre a Alemanha e a América Latina — tanto no plano econômico quanto no plano diplomático. Fica-lhe reservada a tarefa de estabelecer as modalidades e a extensão da nova cooperação econômica germano-brasileira. A escolha de Ritter não é casual, pois o orgulhoso e polemista diplomata alemão tem contas pessoais a acertar com alguns políticos brasileiros e, em particular, com Osvaldo Aranha, que o declarara *persona non grata* em 1938. Karl Ritter, portanto, está satisfeito e mesmo entusiasmado de poder dirigir-se diretamente a Vargas. O eventual sucesso de um programa de

(17) Ibidem.

(18) Ibidem.

(19) Ibidem.

(20) Ibidem.

(21) Ibidem.

(22) Ibidem.

cooperação econômica entre o Rio de Janeiro e Berlim representaria para Ritter uma revanche que lhe faria esquecer seus fracassos de 1938.

Quando se dirige pela primeira vez a Getúlio Vargas, em 27 de junho de 1940, Ritter não deixa de voltar a certos acontecimentos de 1938. Assim, anuncia as intenções mais amigáveis de Berlim, apesar das “decepções que no passado a Alemanha sofreu em virtude da atitude de alguns órgãos do governo brasileiro e, em especial, do Banco do Brasil”²³.

A despeito de todas as “injustiças” sofridas pelos alemães no Brasil em um passado ainda recente, Ritter declara que “o governo do Reich está disposto a colaborar com o desenvolvimento dos grandes recursos naturais do Brasil”²⁴. Está tanto mais disposto a isto na medida em que a Alemanha se tornou ultimamente a “Grande Alemanha”, já que sua população passou, segundo Ritter, de “65 milhões de consumidores e produtores para mais de 90 milhões”²⁵. Nessas condições, Berlim está disposta a iniciar “imediatamente negociações com o Brasil”²⁶ e Ritter assinala que os acordos, uma vez concluídos, não devem sofrer “interrupção”²⁷. Os responsáveis alemães não afastam a possibilidade de que as vendas de alguns produtos se façam ainda durante a guerra, mas a cooperação econômica em larga escala só poderá ter início após o fim das hostilidades²⁸.

Outros responsáveis diplomáticos da Wilhemstrasse concordam com as conclusões de Ritter a respeito do futuro brilhante da cooperação econômica germano-brasileira, pois “a grande expansão econômica que o Reich ia tomar, a formidável capacidade de compra de matérias-primas que a Alemanha terá”²⁹ logo após a guerra permitirá uma cooperação econômica muito grande com o Brasil.

O futuro da cooperação econômica germano-brasileira se apresenta sob excelentes auspícios, conjugando o desejo político da Alemanha com

(23) DGFP, v. X, série D, doc. n° 568, de 27 de junho de 1940, p. 41.

(24) Ibidem.

(25) Ibidem.

(26) Ibidem.

(27) Ibidem.

(28) Ibidem. Prüfer já assinalara, a 14 de junho (ASW, *Les années de guerre*, v. IX, Livro II, p. 321), que a Alemanha poderia “obter vantagens políticas e econômicas” se comprasse cerca de “40 a 50 000 toneladas de café do Brasil”, com o risco de deixar essa mercadoria “armazenada até o fim da guerra”.

(29) ASW, *Les années de guerre*, v. IX, Livro II, nota n° 1, de 24 de junho de 1940, assinada por Baumschule. Essa nota é enviada a todas as missões diplomáticas alemãs na América Latina, para que informem os diferentes ministérios das Relações Exteriores dos Estados junto aos quais estão creditadas. O Itamarati a recebe (AB, doc. n° 11 (42) (81), de 2 de junho de 1940) da embaixada alemã no Rio de Janeiro. Desconhecendo os contatos secretos entre Vargas e Prüfer, Aranha não leva em excessiva consideração a nota alemã e a vê apenas como um meio de pressão de Berlim para que o Brasil mantenha sua neutralidade. O responsável pelo Itamarati só perceberá seus erros de julgamento no início de agosto de 1940, quando é posto a par das negociações secretas.

as esperanças de Getúlio Vargas, que vê confirmar uma semana depois de seu discurso de 11 de junho as idéias expostas a bordo do *Minas Gerais*.

Até o início de julho de 1940, os contatos germano-brasileiros mencionam apenas a potencialidade da cooperação econômica entre os dois países, já que se trata invariavelmente de retomar as transações comerciais somente depois do término das hostilidades. Com efeito, tanto Berlim quanto o Rio de Janeiro estão conscientes da impossibilidade de dar andamento a seus grandes projetos de cooperação enquanto durar a guerra. Trata-se aí de uma questão fundamental para a compreensão da atitude de Getúlio Vargas, pois se é preciso esperar para ver a Alemanha honrar suas promessas de grandes compras de produtos brasileiros e sobretudo de fornecimento de equipamentos para o complexo siderúrgico, o Brasil perde uma grande parte de seu poder de negociação, o qual depende, assinalemos ainda uma vez, das rivalidades internacionais do momento. É precisamente enquanto dura a guerra que a margem das manobras brasileiras é mais ampla. Em outros termos, com o fim das hostilidades, Vargas perderá seu maior trunfo das negociações iniciadas tanto com Berlim quanto com Washington. Nesse sentido, as promessas fabulosas da Alemanha, como, por exemplo, a de elevar para 300 milhões de RM o valor anual de suas importações do Brasil³⁰ — a título de comparação, observe-se que o valor máximo anual das importações alemãs provenientes do Brasil e anteriores à guerra não ultrapassa 170 milhões de RM —, podem entusiasmar Vargas; o adiamento imposto pela guerra, no entanto, modera sua satisfação.

A respeito de uma eventual cooperação militar e mais particularmente do fornecimento de equipamento militar alemão ao Brasil, não é feito contato algum entre Vargas e Prüfer. Isso é compreensível, pois a vigilância exercida pela marinha de guerra britânica no Atlântico torna impossível qualquer encaminhamento de armas alemãs. Assim a encomenda feita pelo Brasil à Krupp em 1938 permanece vários meses guardada nos portos europeus e norte-americanos antes de chegar ao Rio de Janeiro.

O fato de a Alemanha se esforçar para entregar ao Brasil, apesar da guerra, o material militar encomendado em 1938 é bem acolhido pelos responsáveis militares brasileiros. O embaixador Prüfer está consciente da importância dos fornecimentos da Krupp para que a Alemanha vitoriosa conserve a simpatia que adquiriu dentro do Exército brasileiro. A cada vez que se apresenta um obstáculo, impedindo o encaminhamento do material da Krupp, Prüfer se esforça para convencer os responsáveis em Berlim da necessidade de dar seqüência ao fornecimento³¹.

(30) Doc. n.º 145 enviado por Wiehl a Prüfer em 10 de julho de 1940, in DGFP, v. X, pp. 177-8.

(31) Cf. DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 856, de 21 de agosto de 1940.

A simpatia dos militares brasileiros pela organização militar alemã provoca iniciativas pelo menos surpreendentes: Olavo Egydio de Sousa Aranha, por exemplo — primo de Osvaldo Aranha e um dos proprietários da firma “Monteiro e Aranha”, representante no Brasil de “Schroeder e Cia.” e desse modo responsável pela comercialização do café e do algodão brasileiros na Alemanha —, informa a Prüfer que Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, está muito interessado na aquisição do material militar alemão tomado pela Alemanha na invasão da França³². A proposta de Olavo Aranha não terá seqüência.

Antes de analisar os limites possíveis da futura cooperação germano-brasileira, bem como a atitude do Itamarati quando estiver a par dos contatos secretos de Vargas e Prüfer, vejamos como o movimento pan-americano recebe a derrota francesa e como vê a nova situação internacional.

b) A conferência de Havana

Em meados de junho, como as autoridades governamentais francesas estabelecidas em Bordeaux decidem iniciar conversações com a Alemanha, com vistas à conclusão de um armistício, o Departamento de Estado convida os ministros das Relações Exteriores de todas as Repúblicas Americanas para se reunirem na capital cubana³³.

Essa segunda reunião extraordinária deve analisar a nova situação internacional e examinar o destino das colônias francesas e holandesas do Novo Mundo.

O Departamento de Estado, em seu convite, expressa claramente sua posição diante de uma eventual transferência de soberania das colônias francesa e holandesa em benefício da Alemanha. Com efeito, Cordell Hull assinala que os Estados Unidos não reconhecem como “válida no hemisfério ocidental nenhuma transferência de soberania de um território controlado por uma potência européia para outra potência não americana”³⁴.

O Brasil não dá grande importância à Conferência de Havana. Certamente é preciso, aos olhos dos responsáveis políticos brasileiros, tomar me-

(32) DDA, dossiê n.º 9, doc. n.º 791, de 8 de agosto de 1940.

(33) Cf. as instruções enviadas em 17 de junho de 1940 por Cordell Hull aos chefes das missões diplomáticas dos Estados Unidos a serviço nas Repúblicas americanas in *FRUS, 1940*, v. V, doc. n.º 710. Consulta (2)/1, pp. 180-1.

(34) *Ibidem*. Ver também a comunicação do encarregado de negócios dos Estados Unidos em Berlim, Donald R. Heath, ao ministério das Relações Exteriores do III Reich, na qual o diplomata norte-americano retoma a mesma argumentação e a formulação empregadas por Cordell Hull, in *DGFP*, v. VIII, doc. n.º 474. Observemos também que a não-transferência das regiões americanas para uma potência não-americana é um corolário da doutrina de Monroe.

didadas comuns quanto ao que se refere ao destino das colônias francesas e holandesas do Novo Mundo, mas no fim das contas o desafio para o Rio de Janeiro é a realização de uma cooperação econômica e militar em grande escala. Uma decisão de tamanha importância não pode ser tomada por Washington em alguns dias. Essa situação é incômoda tanto para Washington quanto para a tendência democrática dentro do governo Vargas, que se sente muito enfraquecida depois dos discursos presidenciais do mês de junho. Isso é particularmente sentido por Aranha, que frequentemente tem a sensação — aliás legítima — de fazer uma política externa, enquanto Getúlio Vargas e alguns responsáveis militares fazem outra. Nessas circunstâncias, quais são as possibilidades oferecidas a Aranha para fortalecer sua posição dentro do governo Vargas? Esperando um hipotético desbloqueio das negociações com os Estados Unidos, resta apenas uma única oportunidade para os responsáveis do Itamarati fazer com que sejam esquecidos os dois discursos de Vargas e “demonstrar o fervoroso apoio [do Brasil] ao pan-americanismo e às relações amigáveis mantidas com os Estados Unidos e os outros países americanos”³⁵: fazer do Rio de Janeiro a sede da conferência que em princípio deve realizar-se em Havana.

Os Estados Unidos percebem a exatidão do cálculo de Aranha, mas por razões práticas — proximidade de Havana, bem como o envio já feito dos convites às Repúblicas Americanas —, renunciam a dar continuidade à proposta do responsável pelo Itamarati³⁶. A partir daí pode-se supor que Aranha vá curvar-se às decisões do Departamento de Estado, mas isso não ocorre e até as vésperas da abertura dos trabalhos ele se esforça para atingir seu objetivo³⁷. Por fim, convencido da impossibilidade de no último momento mudar o local da conferência, Aranha se declara, apesar de tudo, disposto a cooperar com o Departamento de Estado³⁸. A insistência demonstrada pelo responsável pela diplomacia brasileira no fim das contas não ocorre em vão, pois consegue de Washington a promessa de que a próxima conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores do continente deverá ser realizada no Rio de Janeiro³⁹. Por ora, a escolha de Havana tem outra consequência: a impossibilidade para Aranha de participar dos trabalhos. Tal como ocorreu em 1938, em Lima, e em 1939, no Panamá, o responsável pelo Itamarati renuncia a deixar o Rio de Janeiro, pois a situação internacional, assim como as últimas proposições de Getúlio

(35) Declaração de Osvaldo Aranha a Caffery in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 710. Consulta (2)/13, p. 183.

(36) Cf. FRUS, v. V, pp. 197-9.

(37) Ibidem.

(38) Ibidem, doc. n.º 710. Consulta (2)/64, p. 200.

(39) Ibidem, doc. n.º 710. Consulta (2)/13, p. 191.

Vargas, aconselham Aranha à prudência. Seu substituto à frente da delegação brasileira é Carlos Martins, embaixador em Washington⁴⁰.

A Conferência de Havana é uma das mais curtas da história do pan-americanismo, já que se inicia a 21 de julho e a 30 do mesmo mês os trabalhos estão encerrados. Os 21 Estados americanos estão representados e rapidamente alcança-se unanimidade quanto ao problema central dos debates, a saber, o destino das colônias francesas e holandesas. O único país a formular algumas reservas às propostas dos Estados Unidos é — como nas conferências anteriores — a Argentina⁴¹. Com efeito, esta julga que, por trás da “proteção” que Washington deseja tão generosamente conceder às possessões francesa e holandesa do Novo Mundo, encontra-se apenas um plano maquiavélico para fazer desses territórios futuras colônias dos Estados Unidos⁴². A organização de uma Comissão Interamericana para a Administração Territorial das Colônias e Possessões Européias na América, decidida pela conferência, afasta então qualquer oposição argentina, já que essa comissão será formada por 14 países americanos, o que significa que nenhum país poderá aproveitar-se da oportunidade para apossar-se de uma porção territorial — por menor que seja — das colônias francesa e holandesa do Novo Mundo⁴³.

O texto final da conferência, conhecida como Declaração de Havana, estabelece duas outras resoluções. A primeira é uma declaração de princípios, na qual o Novo Mundo reafirma a solidariedade continental diante dos últimos acontecimentos europeus. A segunda tem um alcance prático mais imediato, já que trata da criação de uma comissão econômica com

(40) A questão da escolha do local da segunda conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores dos Estados americanos provoca um certo atrito — durante um curto período de tempo — entre o responsável pelo Itamarati e o Departamento de Estado. Isso não escapa aos diplomatas alemães e, em um relatório político redigido por Weizsacker a respeito das perspectivas da Conferência de Havana, pode-se ler que o Brasil — bem como a Argentina — deram apenas um “apoio moderado” às propostas norte-americanas em Havana. A observação do diplomata alemão se verifica justa no que diz respeito a Buenos Aires, mas ele percebe mal a atitude brasileira durante os trabalhos da conferência, pois o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que não dá grande importância à conferência, nem por isso pratica uma política de obstrução das propostas do Departamento de Estado. Isso não impede que a Alemanha veja nas dificuldades presentes das relações brasileiro-americanas uma possibilidade de tirar partido dessa situação e de melhorar os contatos com o Rio de Janeiro. Cf. DGFP, v. X, série D, doc. n.º 316, de 8 de agosto de 1940, pp. 448-50.

(41) Cf. as conferências pan-americanas de 1936, 1938 e 1939.

(42) Sobre a importância do destino das colônias européias do Novo Mundo e as decisões tomadas em Havana, ver em especial DUGGAN, I., *The Americas...*, *op. cit.*, pp. 83 e s., e segundo ELLIOT, A. R., “European Colonies in Western Hemisphere”, in *Foreign Policy Reports*, de 15 de agosto de 1940, pp. 138-48.

(43) À parte os territórios sob domínio britânico, as principais colônias européias no Novo Mundo são a Groenlândia, as Guianas, as Antilhas francesas e sobretudo a Martinica e Guadalupe, para onde foi transferido o tesouro do Banco de França.

sede em Washington, encarregada de estudar as modalidades de fortalecimento da cooperação econômica e financeira entre os países americanos. Trata-se, concretamente, da ajuda econômica e financeira que os Estados Unidos estão dispostos a conceder aos países ao sul do Rio Grande⁴⁴.

Qual é a reação alemã diante das decisões tomadas em Havana e, em especial, quanto à oposição a qualquer transferência de soberania das colônias francesa e holandesa? É de satisfação e mesmo de indiferença. Satisfação, pois os países americanos, ao mesmo tempo que reafirmam sua solidariedade, estão decididos a manter a neutralidade, o que é essencial para Berlim. Mas também indiferença, pois a Alemanha não tem qualquer intenção — e isso ela declara desde 16 de maio de 1940 — de ocupar as colônias européias do Novo Mundo⁴⁵. Ribbentrop confirma essa posição a 1º de julho, prometendo que a Alemanha não intervirá nas questões americanas, mas com a condição de que, “segundo a doutrina Monroe”, as nações americanas “se abstenham por sua vez de intervir nas questões do continente europeu”⁴⁶.

A segunda conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores do Novo Mundo dá uma impressão positiva do pan-americanismo, pois este permite — enquanto em outras partes grassa a guerra — apresentar a América em paz e unida. Isso não impede que esse balanço positivo deva ser confirmado nos fatos, pois, como observa Cordell Hull, “as vitórias nazistas tiveram um impacto psicológico formidável [“tremendous”]⁴⁷ e os Estados Unidos devem esperar “uma intensificação da penetração política e econômica da Alemanha na América Latina”⁴⁸. Quanto ao Brasil, as observações de Cordell Hull são, como já frisamos, muito pertinentes. Seja como for, os projetos de cooperação germano-brasileiros encontram, por ora, dificuldades explícitas. Como vimos, a cooperação militar é muito entravada pelo bloqueio marítimo contra a Alemanha; o Itamarati, por sua vez, trabalha para conter qualquer reaproximação⁴⁹.

(44) Para o texto integral das resoluções adotadas em Havana, ver o “Report of Secretary of State of the United States of America on the Second Meeting of the Ministers of Foreign Affairs of America Republics, Held at Habana, Cuba, July 21-30, 1940”, publicado em Washington em 1941 pelo Government Printing Office.

(45) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 948, Pol. IX 785, de 16 de maio de 1940, pp. 30-1.

(46) Declaração de Ribbentrop feita a 1º de julho de 1940 e citada por HULL, C., *Memoirs*, *op. cit.*, p. 817.

(47) HULL, C., *Memoirs*, *op. cit.*, p. 813.

(48) *Ibidem*.

(49) Ao contrário do que enfatiza FRIENDLANDER, S., *Le rôle...*, *op. cit.*, p. 109, a Conferência de Havana não marca “o fim de toda influência efetiva do Reich sobre o continente americano”, mas antes uma etapa na luta desenvolvida entre Washington e Berlim, para alinhar com suas respectivas posições as Repúblicas ao sul do Rio Grande.

c) Os limites da reaproximação germano-brasileira e a ação do Itamarati

Enquanto Getúlio Vargas recebe mensagens secretas de Karl Ritter e tem encontros “oficiosos” com o embaixador Prüfer, tanto a polícia brasileira quanto o Itamarati desenvolvem no sul do país uma ação para cercar as atividades dos simpatizantes nazistas. Assim, a 19 de agosto de 1940, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil envia um documento secreto a seu embaixador em Berlim, Cyro de Freitas Valle, a respeito da propaganda nazista no sul do país, que utiliza “vários processos a fim de deturpar a nossa legislação, apesar da ativa vigilância por parte das autoridades brasileiras...”⁵⁰.

Quando o embaixador alemão no Rio de Janeiro expressa suas queixas a respeito das perseguições de que seriam objeto pessoas de origem alemã no sul do país — perseguições mencionadas por Prüfer a Vargas no encontro de 20 de junho —, o Itamarati considera essas queixas como “completamente infundadas, com exceção de pouquíssimas...”⁵¹.

Tanto a propaganda nazista no sul quanto a atividade da embaixada alemã no Rio de Janeiro despertam a desconfiança de Aranha; os responsáveis pelo Itamarati acreditam na existência “de um plano [alemão] de ir assim alterando os fatos, formando culpa contra nós, tal qual acontecera em relação a certos países europeus, para depois serem essas acusações utilizadas pelas autoridades do Reich em favor das reivindicações, procurando criar a questão das minorias no Brasil quiçá tentando ir além...”⁵². Esse documento reflete perfeitamente o clima de suspeita e de temor que as atividades alemãs suscitam entre os responsáveis diplomáticos brasileiros logo após a derrota francesa.

Qual é a reação da população de origem alemã diante dos conluios dos agentes nazistas? Para o Itamarati, em uma primeira fase, a população de origem alemã “afeta absoluta calma” e isto apesar das atividades e “insinuações dos mentores nazistas, entre os quais os próprios pastores evangélicos”⁵³. Em compensação, em um segundo tempo, ela “vai sendo, porém, seduzida pelas vitórias alemãs e, por medo ou mesmo por convicção, pelas insistentes instigações por parte das autoridades de Berlim, através de seus representantes diretos aqui e de agentes destes últimos, podendo disso tudo

(50) AB, doc. n.º 22-21706, de 19 de agosto de 1940. Sobre a dualidade da política externa brasileira, desenvolvida paralelamente por Vargas e pelo Itamarati, o embaixador italiano no Rio de Janeiro, Ugo Sola, constata, já em setembro de 1940, que ela torna difícil a aproximação e a percepção da atitude brasileira. Cf. DDI, v. V, doc. n.º 573, pp. 561-3.

(51) AB, doc. n.º 229-21706, de 19 de agosto de 1940.

(52) Ibidem.

(53) Ibidem.

advir uma perigosa situação para nós, apesar das reiteradas declarações de Reich de nada pretender no Brasil”⁵⁴.

As informações transmitidas pelo Itamarati, conjugadas com as previsões do embaixador Freitas Valle sobre uma vitória alemã, tornam a embaixada brasileira em Berlim muito pessimista quanto ao futuro das relações germano-brasileiras: se a vitória da Alemanha for definitiva na Europa, haverá certamente, prevê-se, uma “recrudescência de todos os problemas germano-brasileiros no sul do país”⁵⁵.

A polícia civil do Estado do Rio Grande do Sul redige, em fins de setembro de 1940, um relatório sobre “a organização nazista”⁵⁶ nesse estado. As conclusões do relatório estão de acordo com as do Itamarati, isto é, que existe efetivamente um perigo alemão nos estados do sul. Esse relatório é redigido para Getúlio Vargas e os policiais se esforçam, intencionalmente, para maximizar os riscos que o país corre. Enfatiza-se a “rapidez e um método surpreendentes [utilizado pelos alemães]” para levar a entrar nas fileiras do Partido Nacional — Socialista a quase totalidade dos alemães residentes no Brasil e seus descendentes...”⁵⁷. Depois das medidas nacionalistas tomadas pelo Brasil em fins de 1937 e durante o primeiro semestre de 1938, é difícil admitir essa reorganização dos simpatizantes nazistas. Em todo o caso, o relatório exagera quando menciona que “a quase totalidade dos alemães e de seus descendentes” tem simpatia pelas idéias nacional-socialistas.

Por que os responsáveis diplomáticos e policiais do sul do país exageraram o perigo nazista? Ciosos de eliminar qualquer possibilidade de domínio alemão no sul do país, buscam provocar uma reação forte das autoridades centrais no Rio de Janeiro, pois, e isso é muito importante, alguns membros do governo central não dão qualquer valor ao trabalho de repressão desenvolvido no sul. Com efeito, em um dos parágrafos do relatório da polícia do Estado do Rio Grande do Sul, os redatores fazem menção a uma “vasta conspiração que envolve especialmente o Rio Grande do Sul, o Uruguai, a Argentina e o Paraguai”⁵⁸. O relatório prossegue, acentuando o trabalho da polícia do Rio Grande do Sul, onde “correspondência comprometedora é apreendida e seus estafetas são identificados. Ligações perigosas são surpreendidas. São descobertos locais de reuniões”⁵⁹ e apesar disso “infelizmente parece que uma força superior trava, inutiliza, ou pelo menos, não

(54) *Ibidem*.

(55) AGV, doc. n.º 40.08.25/30, de agosto de 1940, bem como AOA, doc. n.º 40.08.25/1 da mesma data.

(56) AGV, doc. n.º 1940.09.27/1 XXXIV-45, de 27 de setembro de 1940, 8 p.

(57) *Ibidem*, p. 2.

(58) *Ibidem*.

(59) *Ibidem*.

avalia a importância do trabalho que se faz e a ser feito, a gravidade da situação...”⁶⁰.

Essa “força superior”, que, segundo a polícia do Rio Grande do Sul, “desestimula e desapóia” o que ela chama de “esforço patriótico”⁶¹ nos estados do sul do Brasil, em momento algum é mencionada expressamente; pode-se, no entanto, considerar que o relatório se refere aos adeptos da tendência totalitária dentro do governo Vargas.

Como encarar então a atitude do próprio Getúlio Vargas? Se nos referimos apenas aos discursos do mês de junho, bem como aos contatos secretos mantidos pelo ditador com Prüfer e Ritter, concluímos que o chefe de Estado brasileiro é o principal responsável pela falta de apoio do governo central à luta antinazista no sul. Tanto mais que, a 20 de junho, Vargas prometeu a Prüfer reprimir “os abusos de poder dos funcionários locais”⁶². Em compensação, quando analisamos a campanha de nacionalização brasileira de fins de 1937 e inícios de 1938 — da qual Vargas é um dos principais incentivadores — a idéia de um Vargas despreocupado em face do renascimento do nacional-socialismo no sul do país parece incongruente. O esforço desenvolvido pelo ditador para obter vantagens econômicas da Alemanha, bem como o impacto provocado no Brasil pelos sucessos militares do Reich, levam Vargas a minimizar a importância do perigo alemão. Contudo poderia muito bem tratar-se antes de uma concessão tática. A esse respeito, é significativo observar que em momento algum, durante as conversações secretas que teve com Prüfer, esteve em questão uma cooperação no plano político: solução das questões das “minorias” ou declarações comuns de intenções. Vargas se interessa exclusivamente pela cooperação econômica com a Alemanha e isso em um momento caracterizado pelo bloqueio completo das negociações entre o Rio de Janeiro e Washington. Ora, estas vão sofrer, nas semanas seguintes aos discursos presidenciais do mês de junho, uma mudança radical.

(60) *Ibidem*.

(61) *Ibidem*, p. 3.

(62) ASW, *Les années de guerre*, v. IX, Livro II, doc. n° 511, de 21 de junho de 1940.

CAPÍTULO II

OS ACORDOS BRASILEIRO-AMERICANOS

Durante o segundo semestre de 1940 e ao longo do ano de 1941, os Estados Unidos e o Brasil fortalecem seus vínculos, como jamais o haviam feito. O bom termo das negociações econômicas, estratégias, militares, bem como as vantagens políticas obtidas por Washington durante esse período, encontram-se na origem de uma mudança decisiva da posição brasileira em face da guerra européia e, mais particularmente, da Alemanha.

Os discursos de Vargas no mês de junho, as reações entusiastas que provocaram na Alemanha e na Itália, bem como as recentes propostas de Berlim, provocaram a aceleração das negociações brasileiro-americanas e sua rápida conclusão.

No início de agosto de 1940, o Itamarati é informado das recentes propostas de cooperação econômica em larga escala feitas pela Alemanha a Getúlio Vargas. A partir desse momento, a diplomacia brasileira e em especial Osvaldo Aranha vão atuar junto aos responsáveis norte-americanos para que estes dêem uma continuidade positiva aos pedidos brasileiros. Em 5 de agosto Aranha envia diretrizes precisas ao embaixador em Washington, Carlos Martins, para que ele ponha o governo norte-americano a par das iniciativas alemãs. Nesse documento Osvaldo Aranha assinala que “(...) essa redobrada atividade dos interesses comerciais alemães, contrastando com a apatia do comércio norte-americano em nossas praças, com a lentidão e rigidez dos seus métodos comerciais e com a timidez do financiamento feito pelo Export-Import Bank... [essa situação tende] a criar confiança na capacidade econômica da Alemanha em suas relações com o Brasil e acentuar a impressão muito generalizada de que, na concorrência entre os processos e métodos alemães e os norte-americanos, vencerão os primeiros...”⁶³.

A situação para Aranha é doravante clara, pois se Washington não quer perder sua situação — econômica e política — no Brasil em benefício de Berlim, é preciso “promovermos por todos os meios uma intensificação da cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, para a qual estamos dis-

(63) AB, doc. n.º 155-21500, de 5 de agosto de 1940.

postos a empregar todos os esforços mas para cujo êxito será necessário que os Estados Unidos provem por atos concretos que são capazes de compreender as necessidades da nossa economia, adaptando-se a elas...⁶⁴.

Para o responsável pela diplomacia brasileira, trata-se, portanto, antes de tudo, de conter os projetos de cooperação propostos pela Alemanha e, assim, desenvolver, os vínculos econômicos entre Washington e o Rio de Janeiro. As negociações que se reiniciam entre o Brasil e os Estados Unidos, dá lugar de destaque às questões econômicas, que serão as primeiras a ser resolvidas.

a) Os sucessos imediatos

1. A COOPERAÇÃO ECONÔMICA

As questões brasileiro-americanas que são objeto de acordos durante o período de julho de 1940 a dezembro de 1941, são em número de cinco: o fornecimento pelos Estados Unidos de um complexo siderúrgico, o pagamento das dívidas comerciais brasileiras, a regulamentação do mercado interamericano do café, o fornecimento de material estratégico e, por fim, acordos visando a uma melhor repartição dos mercados algodoeiros.

Entre as questões econômicas, a que ocupa posição mais importante nas preocupações brasileiras é, como assinalamos, a questão do complexo siderúrgico.

Oswaldo Aranha envia aos Estados Unidos, em fins de julho de 1940, uma comissão dirigida por Guilherme Guinle, homem de negócios influente no Brasil e amigo pessoal de Aranha; um responsável militar participa da comissão: o tenente-coronel Edmundo Macedo Soares e Silva, engenheiro militar formado na França e especialista em questões siderúrgicas. A delegação deve iniciar negociações que o responsável pelo Itamarati espera sejam definitivas⁶⁵.

Quando a delegação brasileira chega em Nova Iorque, em 5 de agosto de 1940, os responsáveis norte-americanos estão a par das propostas de cooperação econômica feitas ultimamente pela Alemanha, o que leva Sumner Welles a dizer que, caso as conversações germano-brasileiras com vistas à construção de um complexo siderúrgico no Brasil sejam bem-sucedidas, a “predominância alemã na vida econômica e militar brasileira estaria assegurada por vários anos”⁶⁶. Essa declaração de Sumner Welles reflete perfei-

(64) Ibidem.

(65) Guilherme Guinle é o presidente do Comitê Executivo Brasileiro para a Indústria Siderúrgica.

(66) Sumner Welles a Jesse Jones, in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 832.6511/136a, de 7 de agosto de 1940, pp. 609-10.

tamente o clima no qual têm início as negociações; sob a ameaça de um arranjo iminente entre o Rio de Janeiro e a Krupp⁶⁷, Aranha não deixa então de assinalar “a atividade excessiva” do embaixador Prüfer⁶⁸ para reatar os vínculos econômicos com o Rio de Janeiro.

O clima, dessa vez, contrasta com as dificuldades intransponíveis que caracterizaram negociações anteriores e os dois governos rapidamente encontram um terreno de *entente*. Com efeito, a 25 de setembro de 1940, Guilherme Guinle e o responsável pela Federal Loan Administration, Jesse Jones, assinaram um acordo que previa uma ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil para o estabelecimento de um complexo siderúrgico. O acordo prevê um investimento inicial de 45 milhões de dólares, dos quais 20 milhões seriam emprestados pelos Estados Unidos e garantidos pelo Banco do Brasil, ao passo que os 25 milhões de dólares restantes têm de ser assumidos pelo Estado brasileiro⁶⁹.

O acordo prevê, além do mais, a abertura de um escritório de estudos para a elaboração do projeto em “Pittsburgh ou em um outro centro importante” dos Estados Unidos, no qual engenheiros brasileiros e norte-americanos formariam uma equipe, constituindo assim o ponto de partida do ambicioso projeto⁷⁰.

A assinatura do acordo é recebida calorosamente pelos dirigentes brasileiros. A partir de 3 de outubro, Caffery é recebido por Vargas, que evoca “com entusiasmo a recente assinatura de acordo para a construção de uma usina siderúrgica no Brasil”⁷¹ e acrescenta que “recebeu telegramas de congratulações de todos os cantos do Brasil”⁷².

(67) Cf. as várias comunicações de Caffery ao Departamento de Estado, in FRUS, 1940, v. V, docs. n.º 832.6511/121, de 8 de julho de 1940 e 832.24/234, de 16 do mesmo mês, pp. 49-50. O tenente-coronel Edmundo Macedo Soares e Silva declarou-nos, em uma entrevista realizada no Rio de Janeiro em julho de 1978, que “nós nunca nos dirigimos à Alemanha para conseguir o complexo siderúrgico”. Essa reação mostra a que ponto Vargas mantinha em segredo os contatos com os alemães.

(68) AB, doc. n.º 155-21500, de 5 de agosto de 1940.

(69) Hull a Caffery in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 832.6511/154, de 24 de setembro de 1940, p. 611.

(70) *Ibidem*.

(71) FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 832.6511/164, de 4 de outubro de 1940, pp. 614-5. Em 6 de novembro de 1940, Vargas recebe no palácio do Catete uma delegação de trabalhadores da metalurgia que vêm agradecer ao ditador pela assinatura do recente acordo. Getúlio Vargas, nessa ocasião, declara que “o desenvolvimento da indústria do ferro dará uma nova estrutura econômica ao Brasil, in *NPB*, v. VIII, p. 135. Sublinhemos, com efeito, que, como um outro grande país que inicia seu desenvolvimento, a União Soviética, o Brasil coloca a questão siderúrgica no primeiro plano de suas preocupações. Para além de qualquer consideração ideológica, a transformação do ferro é a condição *sine qua non* para qualquer início de industrialização.

(72) Declaração de Vargas a Caffery, in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 832.6511/164, de 4 de outubro de 1940, pp. 614-5.

Oswaldo Aranha manifesta também uma intensa satisfação, assim como os dirigentes dos Estados Unidos, que se felicitam pela “cooperação estreita e prática entre os dois governos por seu benefício recíproco e pelo conjunto do Novo Mundo”⁷³.

O acordo de 25 de setembro de 1940 será a seguir fortalecido e o projeto, que de início foi avaliado em apenas cerca de 45 milhões de dólares, custará efetivamente centenas de milhões de dólares a mais⁷⁴.

Em seqüência à conclusão do acordo referente à siderurgia, serão também resolvidos outros pontos importantes em suspenso entre os dois países. Entre eles, cite-se o último pagamento feito pelo Brasil, de 900.000 dólares, efetuado em 4 de novembro de 1940 e acertando assim definitivamente as dívidas comerciais do Brasil para com os credores norte-americanos⁷⁵.

Em princípio, a questão do mercado interamericano do café deve ser regulamentada em escala multilateral, com, de um lado, os países produtores — essencialmente o Brasil, a Colômbia e os Estados da América Central — e, de outro lado, os Estados Unidos.

O objetivo dessas negociações é partilhar entre os países americanos produtores de café o mercado consumidor dos Estados Unidos. A posição que o Brasil representa faz com que as conversações entre Washington e o Rio de Janeiro sejam decisivas para a solução da partilha.

Em fins de novembro de 1940, um resultado positivo coroa as negociações americano-brasileiras para a criação de um organismo permanente, o Inter-American Coffee Marketing Agreement, encarregado de cuidar do respeito ao sistema de repartição do mercado consumidor dos Estados Unidos. Esse sistema atribui quotas a cada país produtor, que poderão ser vendidas no mercado norte-americano a preços determinados previamente. Ao Brasil cabe um total anual de 9 300 mil sacas de café (equivalente a 558 toneladas), ao passo que para a Colômbia e o conjunto da América Central a quota se eleva a 3 150 mil sacas e 1 550 sacas respectivamente. Esse acordo é muito importante para a economia brasileira, já que contribui para organizar o mercado consumidor mundial do café e evita assim para o Brasil ter de ressuscitar sua política de “valorização do café”, responsável pela des-

(73) FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 832.6511/169, de 1º de outubro de 1940, p. 614.

(74) Sobre a questão siderúrgica brasileira, ver em especial BASTOS, H., *A conquista siderúrgica do Brasil*, São Paulo, Martins, 1959; DULLES, J. W. F., *Getúlio Vargas: biografia política*, op. cit., pp. 213-44; HERRING, H., *Good Neighbors: Argentina, Brazil...*, op. cit., pp. 165 e s.; HILTON, S., *O Brasil e a crise...*, op. cit., pp. 177 e s.; STUART, G. H., *Latin America and the United States*, op. cit., pp. 439-40; WIRTH, J. D., *The politics...*, op. cit., pp. 71-129, e por fim a obra de MARTINS, L., *Pouvoir et développement économique...*, op. cit., sobretudo as páginas 202-32. Nessa última obra, o autor vê na atitude brasileira nessa questão um bom exemplo para a redação de um “ensaio de regateio internacional” (cf. pp. 225-32).

(75) Cf. FRUS, 1939, v. V, p. 402.

truição de uma grande parte da colheita brasileira durante a década de 1930⁷⁶.

A partir de fins de 1940, a evolução da guerra incita os Estados Unidos a se preocupar ainda mais com as importações de material estratégico proveniente dos países latino-americanos. Nesse sentido, em maio de 1941, têm início negociações entre o Rio de Janeiro e Washington, para que o Brasil entregue anualmente uma certa quantidade de material estratégico aos Estados Unidos.

Em 20 de maio de 1941, por uma declaração do Secretário de Estado, Cordell Hull, os americanos fixam o volume do preço das importações norte-americanas de material estratégico brasileiro. A quota anual estabelecida por Washington é a seguinte: 100 000 toneladas de bauxita, 6 000 toneladas de cromo, 1 600 toneladas de berilo, 600 toneladas de níquel, 300 000 quilates de diamantes industriais e 500 000 toneladas de manganês⁷⁷.

Nenhum acordo formal será assinado entre as duas capitais a respeito das matérias estratégicas brasileiras durante o ano de 1941 e o Brasil se contenta em continuar a exportar esses produtos para os Estados Unidos, sem levar em conta uma quota. De qualquer modo, as iniciativas tomadas pelo Departamento de Estado lhe dão finalmente um direito de controle sobre as exportações brasileiras de material estratégico. Quando a situação internacional se degrada ainda mais, durante os últimos meses de 1941, as duas capitais assinam — em março de 1942 — um acordo definitivo, que retoma grosso modo as propostas de Cordell Hull⁷⁸.

Entre os graves problemas provocados pela guerra na Europa referentes ao livre comércio dos neutros, há um que afeta particularmente o Brasil. Trata-se da impossibilidade diante da qual se encontra o Rio de Janeiro de continuar a exportar seu algodão para a Alemanha.

Às vésperas do início das hostilidades da Europa, a Alemanha importa do Brasil cerca de 70 000 toneladas de algodão por ano. A partir de setembro de 1939, a exportação desse produto para a Alemanha cai praticamente para zero. O impacto dessa situação sobre a agricultura algodoeira brasileira nascente é violento. O que fazer para substituir o antigo parceiro? Os dirigentes brasileiros não o sabem e é preciso esperar setembro de 1941 para entrever uma solução para o problema. Com efeito, os Estados Unidos, que fornecem tradicionalmente algodão ao Canadá e são mesmo seu principal fornecedor, vêem suas exportações cair durante o período 1940-1941⁷⁹: as exportações brasileiras pouco a pouco tomam seu lugar.

(76) Para o texto constitutivo da IACMA, ver o Boletim do Departamento de Estado de 30 de novembro de 1940, pp. 483-8, bem como FRUS, 1940, v. V, pp. 374-407.

(77) FRUS, 1940, v. VI, doc. n.º 325, de 20 de maio de 1941, pp. 542-3.

(78) Cf. FRUS, 1941, v. VI, pp. 149-70 e 538-50.

(79) Cf. Hull a Caffery in FRUS, 1941, v. III, doc. n.º 804, de 15 de setembro de 1941, pp. 136-8.

Para tentar reconquistar a posição no mercado canadense, os Estados Unidos decidem subvencionar suas exportações algodoeiras⁸⁰. O Brasil protesta e então têm início negociações entre o Rio de Janeiro e Washington, com vistas a uma partilha eqüitativa do mercado canadense. Essas negociações culminam em abril de 1942 na assinatura de um documento que satisfaz as duas partes⁸¹. Mesmo que só encontre seu epílogo em abril de 1942, esse episódio ilustra perfeitamente a boa vontade demonstrada pelos dois países em suas relações mútuas.

A rápida retomada das relações econômicas e das transações comerciais com os Estados Unidos leva Vargas a dizer, em 31 de dezembro de 1941, que os mercados europeus perdidos pelo Brasil em virtude da guerra foram compensados pelo desenvolvimento do comércio com a América⁸². Mas não são apenas vínculos econômicos, financeiros e comerciais que se desenvolvem entre Washington e o Rio de Janeiro. Com efeito, questões políticas⁸³, estratégicas e militares são também desbloqueadas. A esse respeito, a dominação ítalo-alemã das comunicações aéreas brasileiras é colocada em questão por Washington, e as duas capitais dão início a conversações que visam a afastar o Eixo dos céus brasileiros.

2. AS LINHAS AÉREAS DO EIXO

A Itália e a Alemanha ocupam uma posição bastante particular nas comunicações aéreas da América do Sul. Assim, além de cobrirem o conjunto das escalas da América do Sul com os serviços regulares da companhia alemã Lufthansa e da italiana LATI, os dois países têm também com-

(80) Ibidem, doc. n.º 1000, de 23 de outubro de 1941, p. 142.

(81) FRUS, 1942, v. V, p. 730. Ver também a parte seguinte.

(82) VARGAS, G., *NPB*, v. IX, p. 187.

(83) Um cargueiro brasileiro, o *Siqueira Campos*, que transporta material de guerra comprado pelo Brasil à Alemanha em 1938 (trata-se do material Krupp), é interpelado pela marinha de guerra inglesa ao largo de Portugal, em novembro de 1940. Surge então uma crise entre o Rio de Janeiro e Londres a respeito da liberação do cargueiro brasileiro. Apesar da rigidez do bloqueio inglês e da posição inquebrantável do gabinete, já que Sir Alexander Cadogan, o mais alto funcionário do Foreign Office, observa em seu *The Diaries, 1938-1945*, p. 336, que essa decisão é "a mais importante tomada na reunião de 21 de novembro de 1940" e que a aprovação da "inspeção dos navios brasileiros que transportavam produtos inimigos" foi obtida sem oposição: o Brasil, apesar de tudo, protesta contra a decisão de Londres. O Rio de Janeiro está decidido a chegar até mesmo a uma ruptura das relações diplomáticas e Vargas declara, em um discurso pronunciado em 31 de dezembro de 1940, que a decisão inglesa é uma violência contra nossos direitos (in *A República dos Estados Unidos do Brasil e o Exército Brasileiro*, Ed. Biblioteca do Exército, p. 15). Os Estados Unidos julgam conveniente intervir e conseguem liberar o cargueiro brasileiro, que, depois de transitar por Nova Iorque, chega ao Rio de Janeiro. Cf. FRUS, 1940, v. V, pp. 626-57, bem como RAPR, 1940, p. 18.

panhias filiais nos diferentes países da região. A Scadta (Sociedade Colombo-Alemana de Transportes Aéreos) opera na Colômbia, ao passo que a Sedta (Sociedad Ecuatoriana de Transportes Aéreos), também controlada pela Alemanha, opera no Equador.

Como se manifesta o controle alemão sobre essas companhias de navegação aérea? De múltiplas maneiras: antes de tudo, pelo monopólio que essas companhias exercem sobre um certo número de rotas aéreas, em relação às quais se beneficiam de uma concessão governamental. Em seguida, pelo fornecimento de equipamento — aviões, peças de reposição, equipamento de solo etc. Um terceiro meio de controle é a dependência dessas companhias em relação à matriz alemã. Enfim, o pessoal de navegação — pilotos, técnicos — é de nacionalidade alemã ou de ascendência alemã. Conseqüentemente, o controle das matrizes é praticamente absoluto, na medida em que a organização no solo dos países sul-americanos é muito deficiente.

No Brasil, três companhias de navegação aérea estão ligadas a interesses alemães. A Condor, filial da Lufthansa, assim como a Varig e a Vasp, com participação de capital, pessoal de navegação e material alemães. Além do mais, aviões pertencentes à Lufthansa e à LATI ligam São Paulo e Rio de Janeiro à Europa.

Até o início de 1940, nenhuma atenção especial foi dada pelas autoridades brasileiras às atividades dessas companhias de aviação. O primeiro sinal de preocupação é a recusa do Rio de Janeiro a concordar com um pedido feito pela Condor durante o primeiro semestre de 1940. Com efeito, essa companhia, que se beneficia de uma concessão de exploração da rota aérea ao longo do litoral brasileiro, desde o norte até Buenos Aires, pede que essa concessão seja estendida além da embocadura do rio Amazonas, para além inclusive do rio Oiapoque. Nenhuma cidade importante, nem a presença de um grande número de habitantes, nada justifica esse pedido. Salvo, bem entendido, considerações estratégicas. Com efeito, essa nova concessão permitia à Condor aproximar-se da Guiana Francesa, assim como das bases instaladas pelos Estados Unidos no norte da América do Sul e no mar das Antilhas. É evidente que o prolongamento dessa concessão permitiria também controlar mais facilmente os movimentos marítimos ao largo do litoral norte brasileiro, tal como já ocorre no centro e no sul: no caso de a guerra naval estender-se a essa região do Atlântico, a Condor poderia assim informar a Marinha de Guerra alemã da posição dos navios mercantes e de guerra dos Aliados⁸⁴.

Em fins de julho de 1940, o Departamento de Estado decide chamar a atenção do governo brasileiro para os efeitos das concessões concedidas à

(84) Cf. em especial HERRING, H., *Good Neighbors:...*, op. cit., p. 156.

Itália e sobretudo à Alemanha para a exploração das comunicações aéreas brasileiras. É o início dos contatos entre o Rio de Janeiro e Washington a fim de pôr em termo a essas concessões⁸⁵. Que busca o governo de Washington nessa questão? As diretrizes enviadas por Sumner Welles a Caffery são claras a esse respeito: trata-se, de um lado, de “proteger e desenvolver o serviço internacional [aéreo] dos Estados Unidos... e, de outro lado, de estudar a possibilidade de cooperar com os governos das Repúblicas Americanas, com vistas ao estabelecimento das companhias nacionais de aviação...”⁸⁶.

Sumner Welles informa Caffery das medidas tomadas por Washington a fim de controlar a Scadta e a Sedta⁸⁷ e assinala que “a situação da aviação brasileira, logicamente a mais importante da América do Sul, deve ser resolvida agora”⁸⁸. Para os Estados Unidos, apenas o fato de ter concedido linhas aéreas à Alemanha já representa um perigo incontestável para a independência brasileira. Todavia o que é ainda mais grave aos olhos do Departamento de Estado é que, tanto o material utilizado quanto o pessoal de navegação é alemão, o que torna mais difícil o controle de suas atividades. Essa observação norte-americana sobre o pessoal das companhias de aviação alemãs em operação no Brasil é inteiramente pertinente, se se leva em conta os relatórios feitos pela polícia brasileira sobre a infiltração nazista no país. De fato, um documento preparado em setembro de 1940 pela polícia do Estado do Rio Grande do Sul para Getúlio Vargas revela a ação “subversiva e antipatriótica” de alguns indivíduos que trabalham para as companhias de aviação Varig e Condor, sobretudo como agentes de ligação entre os espiões nazistas em atuação na América Latina⁸⁹.

O desejo de Washington de “nacionalizar” as companhias de transportes aéreos em operação no Brasil implica despesas consideráveis e cria sérios problemas técnicos — formação de um pessoal qualificado, substituição dos aparelhos — que o Brasil não pode enfrentar. Washington então propõe sua ajuda e a “nacionalização”, preconizada por Sumner Welles, tomará os ares de uma “americanização” dos transportes aéreos brasileiros, pois o Brasil não tem nem os meios financeiros, nem os meios técnicos e humanos para proceder ao estabelecimento de um serviço aéreo verdadeiramente nacional.

O Departamento de Estado entra em contato com as grandes companhias de aviação norte-americanas e em especial com a Pan American Airways, que tem uma filial no Brasil — a Panair do Brasil —, a fim de que

(85) FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 832.796/211, de 30 de julho de 1940, pp. 658-60.

(86) *Ibidem*, p. 658.

(87) *Ibidem*.

(88) *Ibidem*, p. 659.

(89) AGV, doc. n.º 1940.09.27/1 XXXIV-45, de 27 de setembro de 1940.

essas companhias aumentem seus investimentos no país. Assim, o responsável pela Divisão das Repúblicas Americanas no Departamento de Estado — Ellis O. Briggs — recebe em fins de agosto de 1940 o presidente da Pan American Airways (Panam) — Juan Trippe — e lhe pede que estenda suas atividades no Brasil⁹⁰. Trippe se declara disposto a fazer estudos nesse sentido.

A extensão eventual das atividades da Panam no Brasil só pode ocorrer em detrimento das companhias de aviação ligadas aos interesses alemães e vários episódios ilustram a luta a que se entregam a Alemanha e os Estados Unidos para dominar os transportes aéreos brasileiros. O primeiro episódio é vencido pela diplomacia norte-americana quando o embaixador Caffery se encontra em condições de anunciar a Cordell Hull, em outubro de 1940, que, com exceção de apenas um, todos os pilotos inscritos no Registro Aéreo Brasileiro são brasileiros natos. A partir desse momento, todos os “pilotos alemães que se naturalizaram brasileiros são eliminados do Sindicato Condor e da linha Rio de Janeiro-São Paulo da Vasp”⁹¹. A Varig, outra companhia ligada aos interesses alemães, tem até 1º de fevereiro de 1941 para tomar medidas análogas⁹².

É em um clima positivo entre o Rio de Janeiro e Washington que surge, em outubro de 1940, um primeiro litígio entre os dois países em sua luta comum contra a Alemanha. De fato, o órgão governamental brasileiro, o SNAPP (Serviço de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará) cede a um pedido do Sindicato Condor, para que este último explore uma linha aérea entre Tabatinga (Amazônia brasileira) e Iquitos (Peru), na fronteira brasileira. A partir do momento que a embaixada norte-americana no Rio de Janeiro é posta a par dessa concessão, põe-se em contato, através de Burdett, com o general Mendonça Lima, ministro brasileiro das Comunicações, para informá-lo da inquietação de Washington diante da penetração da Alemanha na Amazônia⁹³. Mendonça Lima declara então que o SNAPP não consultou o Rio de Janeiro antes de ceder a concessão ao Sindicato Condor, já que o Ministério das Comunicações não está a par da questão. O diretor do SNAPP, Bulcão Vianna, declara, por sua vez, que recebeu o assentimento explícito do “próprio presidente Vargas em sua última visita ao Estado do Pará”⁹⁴.

Submetido às pressões da embaixada norte-americana, Vargas nega ter sido informado da questão e ter dado seu apoio à concessão ao Sindicato Condor⁹⁵, suspendendo-a, então.

(90) FRUS, 1940, v. V, doc. n° 832.796/2221/2, de 21 de agosto de 1940, pp. 660-1.

(91) *Ibidem*, doc. n° 832.796/59, de 6 de outubro de 1940.

(92) *Ibidem*.

(93) FRUS, 1940, v. V, doc. n° 832.796/242, de 22 de outubro de 1940, p. 663.

(94) Comunicação de Caffery ao Departamento de Estado in FRUS, 1940, v. V, doc. n° 832.796/237, de 21 de outubro de 1940, p. 662.

(95) *Ibidem*, doc. n° 832.796/242, de 22 de outubro de 1940, p. 663.

Essas peripécias mostram que, além de uma certa fraqueza nas engrenagens do poder no Brasil, há de fato um certo desacordo entre os dirigentes brasileiros quanto a uma americanização excessiva das comunicações aéreas do país. Isso quer dizer que, além das dificuldades técnicas criadas pela ausência de infra-estrutura nacional⁹⁶, ocorre agora que alguns dirigentes do Rio de Janeiro não apreciam os métodos utilizados por Washington, para afastar a Alemanha dos céus sul-americanos. Em consequência, os Estados Unidos não poderão atingir facilmente seu objetivo. Assim, as ligações exploradas pelo Sindicato Condor entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, assim como as que se fazem entre Porto Alegre e Rio de Janeiro, não podem, apesar das pressões norte-americanas⁹⁷, ser transferidas de imediato para a Panair do Brasil.

O Departamento de Estado não desiste e os representantes diplomáticos norte-americanos no Rio de Janeiro multiplicam os expedientes e as promessas durante todo o primeiro semestre de 1941. No fim desse período, os sucessos de Washington já são dignos de nota, pois o Brasil decide não outorgar novas concessões às companhias ligadas aos interesses alemães. A consequência imediata e inevitável dessa decisão é que as novas rotas aéreas abertas no Brasil serão concedidas a companhias norte-americanas. Quando as autoridades brasileiras decidem aumentar o número de vôos entre Assunção e Rio de Janeiro, é à Panam que recorrem. Além do mais, são concedidas facilidades às companhias norte-americanas para a rota que margeia o norte da América do Sul até o Nordeste brasileiro. Essa rota leva a Dacar e todos os aeroportos em território brasileiro — como Amapá, Pará, Fortaleza, Recife, Maceió e Salvador — são construídos ou modernizados sob os cuidados dos Estados Unidos⁹⁸, que recebem também, através da Panam, a concessão da ligação entre o Brasil e a Guiana Holandesa⁹⁹, assim como a concessão das ligações entre Pará—Manaus—Porto Velho, na Amazônia, e Pará—Rio de Janeiro¹⁰⁰.

Com a garantia de obter todas as novas concessões aéreas no Brasil, o Departamento de Estado se esforça, a partir de novembro de 1941, para anular as concessões dadas anteriormente à Alemanha, assim como à Itália. De fato, a diplomacia norte-americana leva ao conhecimento de Getúlio Vargas que a LATI (Linhas Aéreas Transcontinentais Italianas) fornece aos submarinos italianos e alemães, em operação ao largo do Brasil, informa-

(96) Cf. FRUS, 1941, v. VI, pp. 514-27.

(97) Cf. a comunicação de Cordell Hull ao encarregado de negócios norte-americano no Brasil, Burdett, in FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 832.796/248, de 9 de novembro de 1940, p. 666.

(98) Cf. as preocupações expressas pelo embaixador alemão nos Estados Unidos, Thomsen, in DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 2560, de 3 de agosto de 1941.

(99) Ver em especial FRIEDLANDER, S., *Le rôle...*, op. cit., p. 255.

(100) DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 2560, de 3 de agosto de 1941.

ções sobre a localização dos navios mercantes dos Aliados e dos neutros e, segundo o Departamento de Estado, foi dessa maneira que o navio mercante português *Cauda* foi posto a pique¹⁰¹.

Os dirigentes brasileiros sabem perfeitamente que as companhias de aviação ligadas ao Eixo, que operam no Brasil, desenvolvem atividades subversivas. Isso é verdade sobretudo quanto à LATI. A partir de fins de agosto de 1940, por exemplo, a LATI é encarregada de transportar o correio entre o Rio de Janeiro e as missões diplomáticas e consulares brasileiras na Europa¹⁰². A partir do momento que Ciano concorda com esse transporte, no início de setembro de 1940¹⁰³, a polícia de segurança italiana começa a vigiar e a censurar a correspondência diplomática brasileira. É o início de uma questão inconcebível, pois a polícia de segurança italiana abre as malas diplomáticas, censura, fotocopia e altera o correio diplomático brasileiro. Roma chega a confiscar alguns documentos que julga importantes¹⁰⁴.

Trata-se de uma questão muito grave e pouco compatível com os costumes diplomáticos, na medida em que o Brasil e a Itália mantêm relações normais e mesmo amigáveis, já que o Brasil representa — desde junho de 1940 — os interesses italianos em Vichy e em Londres.

Apesar dos meios rudimentares utilizados pela censura italiana — que dá, de resto, a impressão de não se preocupar com as reações brasileiras —, o Rio de Janeiro só descobre e protesta contra os atos italianos em meados do ano de 1941¹⁰⁵. De fato, em julho de 1941, o Itamarati toma providências junto ao palácio Chigi para que esse comportamento tenha fim. A diplomacia italiana promete que tomará medidas para pôr termo às atividades da polícia de segurança italiana¹⁰⁶.

O palácio Chigi toma efetivamente providência junto ao Ministério do Interior, do qual depende a polícia de segurança, para que cesse a “censura” das malas diplomáticas brasileiras¹⁰⁷. Mas isso sem sucesso, pois o correio diplomático brasileiro continua a ser objeto de uma estreita vigilância. Pode-se mesmo indagar da sinceridade da providência do palácio Chigi, pois os arquivos diplomáticos italianos contêm um grande número de fotocópias dos documentos diplomáticos que circularam entre o Rio de Janeiro e as embaixadas brasileiras na Europa¹⁰⁸.

(101) AGV, doc. n.º 41.11.10/1 XXXVI-60, de 10 de novembro de 1941, bem como o doc. n.º 41.11.10/2 XXXVI-61 da mesma data.

(102) AI, dossiê n.º 26, doc. n.º 185, de 28 de agosto de 1940.

(103) AI, dossiê n.º 26, doc. n.º 22794/37, de 3 de setembro de 1940.

(104) AI, dossiê n.º 26, doc. n.º 22794/37, de 3 de setembro de 1940.

(105) Para os protestos brasileiros ver AI, dossiê n.º 26, doc. s/n, de 3 de julho de 1941.

(106) AI, dossiê n.º 26, doc. n.º 24/14863/29, de 8 de julho de 1941.

(107) *Ibidem*.

(108) AI, dossiê n.º 25, cartas s/n datadas de 17 de agosto, de 22 de outubro e de 3 de novembro de 1941. Segundo GILBERT, F., in *Ciano and his Ambassadors*, *op. cit.*, p. 523, a

Diante dessa situação, os dirigentes brasileiros estão cada vez mais inclinados a considerar com maus olhos o domínio de Berlim e de Roma sobre as comunicações aéreas do país. Conseqüentemente, o Rio de Janeiro se aproxima da posição de Washington e é nesse contexto que se inscrevem as medidas tomadas a favor da Panair do Brasil durante o segundo semestre de 1941. Logo a seguir à entrada dos Estados Unidos na guerra e à ruptura das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o Japão, a Alemanha e a Itália põem fim à influência do Eixo nas comunicações aéreas do Brasil.

b) Negociações difíceis: a cooperação militar

O outro grande setor em que os interesses brasileiros e norte-americanos encontram uma convergência durante o período entre julho de 1940 e dezembro de 1941 é o militar. Vários acordos serão assinados entre os dois países a partir de meados do ano de 1940, e isso apesar da oposição velada de uma parte das Forças Armadas brasileiras e do próprio governo, que se mostram reticentes quanto a uma reaproximação muito manifesta com Washington, sobretudo depois das grandes vitórias do exército alemão na Europa.

Assim como a cooperação econômica, a cooperação militar entre o Rio de Janeiro e Washington tem início logo após os discursos de Vargas em junho de 1940.

Lembremos, ainda uma vez, o obstáculo das negociações anteriores: para os Estados Unidos, qualquer cooperação militar com o Brasil só pode inscrever-se no quadro de uma cooperação global com o conjunto dos países americanos para “uma defesa coletiva do hemisfério”. Em compensação, o Brasil não tem intenção de colocar os contatos bilaterais entre os dois países em um quadro continental e multilateral. De um lado, o Brasil não quer estar na obrigação formal de prestar auxílio a todos os países americanos que se sentem em perigo e, de outro lado, as Forças Armadas brasileiras recusam a perspectiva de uma presença militar estrangeira, por exemplo, nas bases destinadas à defesa comum em território nacional. Em suma, porém, a exigência brasileira de uma cooperação estritamente bilateral com os Estados Unidos se explica pelo fato de os militares brasileiros considerarem que o tamanho e a localização de país dão ao Brasil uma posição privilegiada que deve traduzir-se por uma ajuda especial por parte de Washington.

A partir de junho de 1940, o Ministério da Guerra do Brasil estabelece uma lista de material militar de que as Forças Armadas têm necessidade

violação das malas diplomáticas transportadas pela Lati durante a guerra é uma prática freqüente dos serviços secretos italianos.

mais urgente¹⁰⁹. Trata-se sobretudo de material para a força aérea e para a defesa costeira. Washington concede sua concordância de princípio para o fornecimento desse material, mas é preciso determinar ainda o prazo da entrega, assim como a forma de pagamento¹¹⁰.

A resposta norte-americana ao pedido de equipamento por parte do Brasil é positiva: paralelamente, os Estados Unidos, no entanto, ainda uma vez — por intermédio do chefe da missão militar norte-americana no Rio de Janeiro, o tenente-coronel Lehman W. Miller —, coloca a questão da defesa comum do continente. A partir de então, torna-se evidente que, mesmo que Miller não o declare formalmente aos responsáveis militares brasileiros, os Estados Unidos condicionam o fornecimento de equipamento militar americano às possibilidades do Brasil de participar na defesa coletiva do continente. Ora, até o presente momento o Rio de Janeiro preocupa-se pouco com a defesa coletiva continental e, segundo Miller, apesar da “resposta favorável do seu governo às solicitações brasileiras de material indispensável para a defesa do Brasil... nenhuma medida prática foi adotada [pelo Brasil] para defender e rejeitar um ataque eventual contra o Brasil e o Continente...”¹¹¹. Miller decide então, enviar um documento detalhado ao Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras, no qual os militares americanos propõem uma série de medidas concretas objetivando a defesa conjunta do continente. Este documento “absolutamente secreto e urgente” contém os seguintes pontos:

A) Objetivos da cooperação brasileiro-americana

- “colocar em cheque as tentativas de países não-americanos, de seus cidadãos e simpatizantes, de atentar contra a ordem política brasileira e americana.
.....
- “garantir a proteção dos aeroportos, dos portos marítimos, dos sistemas de transportes e comunicação (...) e conceder uma atenção particular às seguintes zonas: Rio de Janeiro, São Salvador, Natal, Fortaleza, São Luís do Maranhão, Teresina, Recife e Belém do Pará.
.....
- “nós consideramos como sendo ameaças atuais prováveis contra a segurança das zonas mencionadas anteriormente os seguintes

(109) FRUS, 1940, v. V, doc. n.º 810.20 Defesa/1635/8a, de 2 de agosto de 1940.

(110) *Ibidem*.

(111) Documento enviado ao Estado-Maior das Forças Armadas brasileiras in AGV, doc. n.º 1940.09.20 XXXIV-40b, de 19 de setembro de 1940.

atos: pressão econômica ou política por parte da Alemanha, da Itália ou do Japão através de seus cidadãos armados residentes nestas zonas com o objetivo de instaurar regimes políticos dispostos a cooperar com estes países: a propaganda para influenciar a opinião pública, o suborno, ameaças ou promessas de benefícios futuros; a organização de rede de agentes secretos e sabotadores...”¹¹².

Os Estados Unidos dão especial importância à proteção das regiões Norte/Nordeste. Essa preocupação, expressa pelo documento de Miller de 19 de setembro de 1940, inscreve-se em uma política global visando a proteger a região mais sensível do hemisfério, a saber, as Caraíbas, as Antilhas e o norte da América do Sul. Nesse sentido, os Estados Unidos já obtiveram, pelo acordo assinado em 2 de setembro de 1940 com a Inglaterra, a cessão, sob forma de locação temporária, das bases aéreas ou navais na Terra Nova, nas Bermudas, nas Bahamas, nas Antilhas e na Guiana Britânica. Em troca, os Estados Unidos cedem à Inglaterra 50 destróieres antigos. Levando em conta estes dados, a proteção e a militarização do Norte e do Nordeste brasileiro tornaria possível uma defesa integrada de uma vasta região, que cobre todo o Atlântico Norte até a extremidade mais oriental da América do Sul.

Miller considera que a ausência de medidas preventivas por parte do Brasil é causa de grande preocupação e propõe então algumas iniciativas a fim de afastar qualquer risco de infiltração do Eixo no país. Eis algumas das medidas propostas:

- “a organização de um serviço secreto a fim de exercer uma efetiva vigilância sobre as atividades de todos os estrangeiros bem como dos simpatizantes dos regimes antiamericanos.....
.....”
- “possuir forças suficientemente armadas e bem distribuídas para proteger os pontos vitais em caso de ataque inimigo...”¹¹³

Essas medidas deverão ser tomadas imediatamente, a fim de prevenir os eventuais ataques de países não-americanos. Se, apesar destas medidas, o Brasil sofresse efetivamente um “ataque real, o governo norte-americano desejava que o governo brasileiro tomasse, até que as Forças Armadas dos Estados Unidos intervissem, as seguintes iniciativas”.

(112) *Ibidem*, p. 1.

(113) *Ibidem*, pp. 1-2.

- “informar, por meio das transmissões disponíveis mais rápidas, a origem, época, força, caráter do ataque, objetivos aparentes e progresso inicial do ataque, continuando a fornecer em tempo, as informações.
- “pedir, por meio das transmissões mais rápidas, o auxílio das outras nações americanas, incluindo os EEUU. Numa data prefixada e o mais cedo possível, anunciar ao mundo e em particular às outras nações americanas, que os EEUU prestarão auxílio ao Brasil e as razões disso.
- garantir que o governo atual se mantenha no poder e que continue exercendo sua autoridade...
- para o apoio das Forças Armadas dos EEUU ser mais eficaz, o Brasil deverá pôr à disposição daquelas forças, quando se tornar necessário, as seguintes facilidades:
 - Portos e Enseadas:* Rio de Janeiro, São Salvador, Maceió, Recife, Natal, Fortaleza, São Luís do Maranhão e Belém do Pará.
 - Aeroportos:* todos os aeroportos e instalações aeronáuticas, especialmente as seguintes: área do Rio de Janeiro, São Salvador, Maceió, Recife, área de Natal, Fortaleza, São Luís do Maranhão, Belém do Pará e a área do Amapá.
 - Estradas de Ferro e de Rodagem:* todas as estradas de ferro e de rodagem dentro das áreas dos portos citados [anteriormente]...”¹¹⁴.

No caso de um ataque contra outro país americano, o Brasil deverá permitir “a passagem através de seu território de forças dos EEUU, para ajudá-lo ou a qualquer outra nação...”¹¹⁵. Por fim, o Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos pede ao governo brasileiro para “mobilizar a opinião pública no sentido de facilitar o auxílio prestado pelos Estados Unidos e dissuadir qualquer ataque que por ventura possa ser feito pelo rádio ou pela imprensa sobre o “Imperialismo Yankee”, etc...”¹¹⁶.

Há uma enorme defasagem, em setembro de 1940, entre as propostas do Rio de Janeiro, que se resumem no fornecimento de equipamento militar norte-americano, e as de Washington, que implicam uma cooperação militar, a qual de resto toma o aspecto de uma verdade aliança.

A distância entre essas duas ópticas torna impossível a assinatura de acordos durante o ano de 1940. Essa situação começa a mudar no começo de 1941 e, por insistência dos responsáveis militares e diplomáticos norte-americanos, vários acordos de caráter militar são feitos entre os dois países.

(114) *Ibidem.*, p. 2.

(115) *Ibidem.*

(116) *Ibidem.*

O primeiro acordo é assinado em 17 de janeiro de 1941 e tem como objeto a instalação no Rio de Janeiro de duas missões militares norte-americanas — uma do exército e outra da aviação¹¹⁷. A partir desse momento, as Forças Armadas brasileiras dispõem da assistência das três armas dos Estados Unidos, pois desde a década de 20 há no Rio de Janeiro uma missão naval norte-americana.

Alguns meses depois, em abril de 1941, é concluído um novo acordo sobre as facilidades de que doravante se beneficiará a Marinha de Guerra dos Estados Unidos em suas operações no Atlântico¹¹⁸. De fato, a partir de 1941, as autoridades militares norte-americanas decidem aumentar o número de patrulhas ao longo da costa atlântica do continente americano e, para facilitar sua tarefa, o Brasil, pelo acordo de abril de 1941, abre às forças navais norte-americanas os portos do litoral norte e nordeste, para reparos, ancoragem e reabastecimento. Em troca, a Marinha de Guerra do Brasil recebe assistência da missão naval e Washington promete a entrega do material de guerra indispensável a sua modernização¹¹⁹.

O terceiro acordo militar brasileiro-americano atende a um pedido de fornecimento de armas por parte do Brasil. Os Estados Unidos concordam com o pedido brasileiro e um crédito de 12 milhões de dólares, concedido em fins de abril de 1941 pelo Banco Export-Import, permite ao Brasil adquirir, pela primeira vez, um importante equipamento militar nos Estados Unidos. Uma das principais razões invocadas por Caffery para apoiar o pedido de crédito por parte do Rio de Janeiro é que o fornecimento de equipamento militar norte-americano permitiria afastar a concorrência da Krupp do mercado brasileiro¹²⁰. A outra recomendação feita por Caffery a Washington é de que uma parte do material seja entregue imediatamente, por exemplo, “25 carros de assalto leves e médios, assim como 25 carros de reconhecimento”¹²¹.

Por que o embaixador norte-americano no Rio de Janeiro se mostra tão impaciente? Ele desconfia de uma certa insatisfação entre os militares brasileiros. De fato, as Forças Armadas brasileiras não utilizam o crédito concedido, que elas julgam muito insuficiente e nenhuma compra é feita nos Estados Unidos. Washington não sabe como contentar os exigentes militares brasileiros, pois o governo norte-americano deve levar em conta as reticências do Congresso. O Departamento de Estado e o Estado-Maior das Forças Armadas norte-americanas decidem então utilizar a “lei para a

(117) FRUS, 1941, v. VI, p. 551. Para o texto integral do acordo, ver Department of State Executive Agreements, Series nº 202 or 55 Stat. (pt. 2) 1225.

(118) AB, doc. nº NP/14/940 (00)-530(22), de 29 de janeiro de 1941.

(119) FRUS, 1941, v. VI, doc. nº 219, de 17 de abril de 1941, pp. 493-4.

(120) Ibidem, doc. nº 374, de 29 de abril de 1941, pp. 531-2.

(121) Ibidem.

ajuda e a defesa das democracias”, votada em janeiro de 1941, para propor ao Rio de Janeiro, em junho do mesmo ano, o início de novas negociações com vistas a satisfazer aos pedidos brasileiros.

Em junho de 1941, o Departamento de Estado prepara um acordo padrão para o *lend-lease* e, a 1º de outubro, os Estados Unidos e o Brasil assinam um acordo no qual os primeiros se comprometem a fornecer até 100 milhões de dólares de equipamento militar ao Brasil durante os três anos seguintes¹²². Essa impressionante soma responde ao pedido brasileiro formulado algumas semanas antes¹²³ e doravante os Estados Unidos contam com uma maleabilidade da posição brasileira na questão da presença norte-americana nas bases militares do Nordeste.

Essas esperanças são frustradas: o Brasil não modifica em nada sua posição. Ora, a importância do litoral brasileiro, e em particular, da extremidade estratégica do Nordeste, aumenta incessantemente com o desenvolvimento da guerra, pois segundo Cordell Hull, o controle do Atlântico é indispensável “para a Alemanha e seus aliados, se querem alcançar a vitória”¹²⁴.

Que meios restam a Washington para vencer as reticências brasileiras? Os Estados Unidos fazem várias tentativas. Antes de tudo, Caffery, que constata que “existe uma certa resistência por parte dos oficiais das três armas brasileiras a que militares norte-americanos venham proteger a base de Natal”¹²⁵, imagino uma solução para contornar esse obstáculo; trata-se de utilizar a fase de aprendizagem da manipulação das novas armas fornecidas pelos Estados Unidos ao Brasil, a fim de “instalar um centro de instrução perto de Natal”¹²⁶ e exercer assim uma vigilância sobre toda a Região Nordeste.

Não encontramos traço da reação de Washington diante da última proposição de Caffery, mas, finalmente, esse meio não é levado em conta, provavelmente porque os Estados Unidos têm necessidade de utilizar abertamente não apenas a base de Natal, mas também todas as outras bases do Norte e do Nordeste, que se encontram na rota aérea Estados Unidos — África do Norte. A esse respeito, o arquipélago de Fernando de Noronha ocupa posição especial e Washington insiste em negociar quanto a esse ponto¹²⁷.

(122) Para o texto integral do acordo, ver FRUS, 1941, v. VI, pp. 534-7.

(123) FRUS, 1941, v. VI, pp. 528-34.

(124) Comunicação de Cordell Hull a Caffery in FRUS, 1941, v. VI, doc. n.º 331, de 22 de maio de 1941, pp. 494-6.

(125) AGV, doc. n.º 1941-06.30 XXXV-78, de 30 de junho de 1941.

(126) Ibidem.

(127) Em 2 de julho de 1941, o próprio Roosevelt envia uma mensagem a Vargas na qual exprime a necessidade de acelerar a cooperação militar com o Brasil “a fim de impedir a

Em seguida, o governo dos Estados Unidos se esforça para chamar a atenção dos dirigentes brasileiros para “a iminência de uma agressão alemã contra o hemisfério ocidental”¹²⁸. Para enfrentar essa eventualidade, os Estados Unidos pensam, em julho de 1941, em ocupar militarmente as ilhas que se encontram no Atlântico, em particular, Açores, Canárias e Cabo Verde¹²⁹. A fim de tornar mais fácil e mais aceitável essa ocupação, Washington propõe ao Rio de Janeiro que forças militares brasileiras participem dessa ação, especialmente nas ilhas de domínio português — Açores e Cabo Verde —, pois as facilidades de língua, de cultura e a amizade luso-brasileira poderiam evitar dissabores para os Estados Unidos¹³⁰.

Em uma primeira fase, o Brasil hesita “em participar de uma ação militar preventiva”¹³¹ em Açores e Cabo Verde. Contudo, alguns dias mais tarde, em fins de julho de 1941, o Rio de Janeiro declina da proposição, já que o ministro da Guerra, Gaspar Dutra, é de opinião que as “medidas de proteção e de defesa devem restringir-se ao território nacional”¹³².

Enfim, um terceiro esforço é tentado no sentido de convencer o Brasil a se integrar mais na defesa continental: o Departamento de Estado propõe uma outra ação às Forças Armadas brasileiras. Trata-se, dessa vez, de ocupar os pontos importantes da rota Estados Unidos — África do Norte e em especial Trinidad e a Guiana Holandesa (Suriname). Gaspar Dutra novamente emite juízo desfavorável, pois uma ação armada brasileira fora das fronteiras nacionais levaria “inevitavelmente o país à guerra”¹³³, o que não apenas é contrário ao desejo dos dirigentes militares brasileiros, como também perigoso, tendo em vista que o Brasil está mal equipado militarmente.

Os esforços consentidos por Washington até o início do segundo semestre de 1941 para levar o Brasil a uma maior colaboração na defesa continental permanecem portanto sem qualquer efeito prático. Todavia, o Brasil aceita a criação de uma comissão militar conjunta brasileiro-americana em

ocupação alemã da África do Norte e da Islândia”, in AGV, doc. n° 1941-07.02, bem como FRUS, 1941, v. VI, doc. n° 525, de 10 de julho de 1941, pp. 504-6.

(128) Sumner Welles à Caffery in FRUS, 1941, v. VI, doc. n° 471, de 26 de junho de 1941, pp. 501-2.

(129) Sumner Welles a Caffery in FRUS, 1941, v. VI, doc. n° 525, de 10 de julho de 1941, pp. 504-6.

(130) Ibidem.

(131) Cf. FRIEDLANDER, S., *Le rôle...*, *op. cit.*, p. 234.

(132) AGV, doc. n° 41.07.19 V 35, n° 88, de 19 de julho de 1941. Ver outras reações dos militares brasileiros semelhantes à de Gaspar Dutra in SILVA, H., 1942: *Guerra no Continente*, *op. cit.*, pp. 129-41.

(133) AGV, doc. n° 41.07.19 V 35, n° 88, de 19 de julho de 1941. Deve-se observar que o Brasil muda de atitude no que diz respeito ao Suriname, pois, em novembro de 1941, o Rio de Janeiro concorda em participar da “proteção das minas de bauxita” que se encontram no Suriname, respondendo assim a um pedido feito pela Holanda através dos Estados Unidos, in AB, doc. n° 940.(00) 663.56 (86b), de 26 de novembro de 1941.

julho de 1941, a fim de estudar os meios para colocar em prática uma cooperação militar entre os dois países.

O documento-relativo à criação da comissão militar mista contém também alguns princípios estabelecidos pelos dois países. Em troca de um fornecimento de equipamento militar e dos técnicos, de que o Brasil tem necessidade para sua defesa, o Rio de Janeiro se compromete “a participar, com todas suas forças e meios disponíveis, da defesa comum do continente, bem como organizar a defesa de suas costas e ilhas adjacentes” e admite a “construção das bases navais e aéreas que poderão ser utilizadas pelos Estados Unidos”¹³⁴.

Não há que se enganar com essas promessas por parte do Brasil, pois nenhuma medida prática é tomada logo após essas declarações. Isso irrita os dirigentes norte-americanos, sobretudo na medida em que formalmente os dois países estão de acordo quanto à urgência das medidas que devem ser tomadas...

Pode-se explicar as tergiversações dos dirigentes brasileiros unicamente pela vontade de temporização de Getúlio Vargas e dos militares? Sem dúvida, esse fator desempenha seu papel, mas o momento internacional e em especial o início da guerra no leste europeu em junho de 1941, com o ataque alemão, contra a União Soviética, leva os dirigentes brasileiros a considerar o perigo alemão como estando doravante afastado; de modo que as medidas preconizadas pelos Estados Unidos em escala continental parecem exageradas diante dos riscos a que efetivamente estão submetidos o Novo Mundo em geral e o Brasil em particular.

O chefe da missão militar norte-americana no Rio de Janeiro, Lehman Miller, fica muito inquieto com a atitude aparentemente negligente dos responsáveis militares brasileiros durante o segundo semestre de 1941. Miller constata que nenhuma medida considerada urgente em julho de 1941 foi tomada pelo Brasil. Decide então dirigir-se, em fins de outubro de 1941, ao chefe do Estado-Maior brasileiro, Góis Monteiro. Em relatório enviado a Gaspar Dutra em 30 de outubro de 1941, Góis Monteiro relata o desenvolvimento do encontro com Miller. As queixas desse último são várias e prementes, já que ele constata que existe “desconfiança sobre os propósitos do Brasil nas questões da cooperação militar com os Estados Unidos”¹³⁵. Segundo Miller, existe inclusive, ao norte do Rio Grande, “suspeitas de que o Brasil não ficasse solidário com os Estados Unidos, no caso desse país entrar na guerra”¹³⁶. O responsável pela missão militar no Rio de Janeiro explica essa situação através de vários fatores: “tendência germanófila da

(134) Para o texto integral do acordo, ver *FRUS, 1941*, v. VI, doc. n.º 5062, de 25 de julho de 1941, pp. 506-9.

(135) AGV, doc. n.º 1941.10.30/1 XXXVI, de 30 de outubro de 1941, 3 p.

(136) *Ibidem*.

maioria da oficialidade do Exército, (oposição à) ocupação preventiva do Nordeste brasileiro por forças norte-americanas, protelação para a entrega da encomenda de armamento por esses motivos, enfim, uma série de alegações resultantes de informações enviadas do Brasil ao Estado-Maior norte-americano, confirmadas, a seu ver, pelo *impasse* nos trabalhos da comissão mista dos Estados-Maiores, cujas conclusões puseram à mostra a discórdância dos pontos de vista dos dois Estados-Maiores...”¹³⁷.

Góis Monteiro confirma a impossibilidade de aprofundar a cooperação militar entre os dois países, tendo em vista a “falta de confiança” recíproca¹³⁸ que caracteriza as relações militares brasileiro-americanas. A esse respeito, o desacordo fundamental entre as posições dos dois Estados-Maiores se cristaliza na cessão das bases militares do Nordeste brasileiro aos Estados Unidos. Diante da rigidez da posição brasileira, o Estado-Maior norte-americano consente em não ocupar as bases do Nordeste, mas exige, em troca, ficar livre para agir — sem autorização prévia do governo brasileiro — caso a Região Nordeste seja atacada por forças não-americanas. Isso é necessário, segundo Miller, pois qualquer demora seria proveitosa para o agressor¹³⁹. Ainda uma vez a resposta brasileira é negativa e Góis Monteiro afirma que as Forças Armadas brasileiras não podem admitir uma intervenção estrangeira, não consentida expressamente, que constituiria um atentado à “dignidade nacional”¹⁴⁰.

A questão é tão espinhosa e as perspectivas de acordo tão aleatórias que Miller informa então a Góis Monteiro que ele pedirá imediatamente sua demissão da comissão militar norte-americana no Brasil¹⁴¹. Cabe então a Caffery intervir e dirigir-se diretamente a Getúlio Vargas, para lamentar-se pelo *impasse* criado pelos responsáveis militares brasileiros e pela má vontade que demonstram, em especial Gaspar Dutra e Góis Monteiro, em suas relações com Miller e com a embaixada¹⁴². A atitude de Caffery é aparentemente coroada de sucesso, pois a partir de 13 de novembro de 1941, pode informar a Cordell Hull que Vargas dará “instruções ao Ministério da Guerra para que procure um terreno de *entente* com Miller”¹⁴³.

As afirmações de Getúlio Vargas a Caffery são sinceras ou o ditador brasileira continuará, como fez até então, a fazer o jogo da temporização? É tanto mais difícil responder a essa questão na medida em que Vargas con-

(137) *Ibidem*.

(138) *Ibidem*.

(139) *Ibidem*.

(140) *Ibidem*.

(141) *Ibidem*.

(142) AGV, doc. n.º 1941.11.09 XXXVI-59, de 9 de novembro de 1941, bem como FRUS, 1941, v. VI, doc. n.º 1127, de 10 de novembro de 1941, pp. 512-3.

(143) FRUS, 1941, v. VI, doc. n.º 1729, de 13 de novembro de 1941, p. 513.

firmou, por várias vezes, durante o ano de 1941, sua solidariedade aos Estados Unidos em caso de ataque por parte do Eixo.

c) A eventualidade da entrada dos Estados Unidos na guerra

Entre as questões levantadas por Miller, em seu encontro de 29 de outubro de 1941 com Góis Monteiro, um ponto ocupa posição especial nas preocupações da política externa do Brasil durante o ano de 1941. Trata-se da posição que o Brasil adotará em caso da entrada dos Estados Unidos na guerra. O Rio de Janeiro honrará os compromissos pan-americanos contraídos nas conferências de Lima, do Panamá e de Havana ou, ao contrário, conservará sua neutralidade?

A rápida chegada a bom termo das negociações brasileiro-americanas a respeito da cooperação econômica, bem como a luta contra a influência do Eixo nas linhas aéreas brasileiras, abrem boas perspectivas para uma solidariedade ativa com os Estados Unidos em caso de ataque extra-americano. No entanto, as dificuldades encontradas até novembro de 1941, no plano da cooperação militar entre os dois países, deixam subsistir uma dúvida.

As apreensões norte-americanas são tanto mais justificadas à medida que Vargas dá provas de um pacifismo arisco até fins de dezembro de 1940, quando convida Roosevelt a atuar junto à Inglaterra, à Alemanha e à Itália para que esses países ponham um fim à guerra. A resposta do presidente dos Estados Unidos é negativa, pois ele considera que uma “proposta de paz no momento equivaleria à aceitação de uma paz ditada [pela Alemanha]”¹⁴⁴. E Roosevelt previne Vargas de que o fato de um tratado de paz ser assinado nas condições atuais, só poderia tratar-se de uma “paz provisória — véspera de uma nova guerra — que implicaria então o próprio continente americano... já que a natureza mesma da ameaça [hitlerista] torna impossível a coexistência entre nazismo e democracia...”¹⁴⁵.

Depois de ter convencido Getúlio Vargas quanto à inutilidade de todo esforço de mediação, os Estados Unidos decidem obter uma resposta clara sobre a atitude do Brasil, caso a América do Norte venha a estar envolvida na guerra. Assim, em fins de maio de 1941, Caffery se encontra com Getúlio Vargas e o questiona: que faria o Brasil se a América do Norte entrasse na guerra? Vargas responde de maneira preempatória ao diplomata:

(144) AGV, doc. n.º 40.12.31/82, de 31 de dezembro de 1940.

(145) *Ibidem*. A iniciativa de Vargas é também comunicada aos responsáveis políticos alemães pela embaixada brasileira em Berlim. A Wilhemstrasse não dá grande importância à sugestão de Vargas e Ribbentrop responde somente em julho de 1941, declarando que qualquer tentativa de mediação por parte de Roosevelt “não é oportuna”. Cf. DGFP, v. XII, doc. n.º 613, de 11 de junho de 1941, p. 991.

“O senhor pode dizer ao presidente Roosevelt que estou inteiramente de acordo com sua análise da situação internacional e que o Brasil honrará as obrigações contraídas no Panamá e em Havana. Em outros termos, podem contar conosco!”¹⁴⁶.

A primeira ocasião para testar a sinceridade das proposições de Vargas se apresenta em junho de 1941, quando o presidente do Uruguai — Alfredo Baldomir — propõe ao conjunto das Repúblicas Americanas um projeto segundo o qual os países americanos, que entrassem na guerra, seriam tratados pelos outros como não-beligerantes¹⁴⁷. A acolhida reservada pelo conjunto do Novo Mundo e em particular pelo Brasil é entusiasta. Uns após os outros aprovam o projeto Baldomir e Osvaldo Aranha declara nessa ocasião que o Brasil “aceita e aplaude essa nobre iniciativa de governo do Uruguai, tão conforme às tradições de sua política de solidariedade continental”¹⁴⁸.

A aceitação unânime do projeto Baldomir é um passo suplementar em direção à constituição de um verdadeiro pacto de segurança coletiva em escala continental, no sentido das aspirações de Washington. Com efeito, a condição de não-beligerante concedido aos países americanos implicados no conflito apresenta várias vantagens para estes últimos. Em primeiro lugar, o comércio interamericano em nada é afetado. Em seguida, os países beligerantes da América podem beneficiar-se das facilidades concedidas aos neutros e, por fim, na guerra marítima, os navios dos países americanos beligerantes podem encontrar refúgio nos portos americanos, mediante simples notificação. Essas visitas são ilimitadas em número e duração¹⁴⁹.

Getúlio Vargas em várias oportunidades aproveita a ocasião para demonstrar uma atitude francamente pan-americana. Assim, em uma entrevista ao correspondente do jornal argentino *La Nación*, publicada em Buenos Aires a 26 de junho de 1941 e na imprensa brasileira no dia seguinte, Vargas declara que “sempre fomos partidários de uma política continental capaz de assegurar o trabalho pacífico das nações americanas”¹⁵⁰. “Para que a defesa de hemisfério seja eficiente”, prossegue Vargas, “é preciso que possa contar com a solidariedade de sentimentos e com a unanimidade de ação dos povos americanos”¹⁵¹.

(146) FRUS, 1941, v. VI, doc. n.º 544, de 28 de maio de 1941, p. 496.

(147) FRUS, 1941, v. VI, doc. n.º 740.00111 AR/1316, de 19 de junho de 1941, p. 19.

(148) Declaração de Osvaldo Aranha in RAPR, 1941, doc. s/n, de 1.º de julho de 1941, pp. 97-8.

(149) FRUS, 1941, v. VI, doc. n.º 740.00111 AR/1447, de 19 de setembro de 1941, pp. 30-1.

(150) VARGAS, G., *NPB*, v. VII, p. 280.

(151) *Ibidem*. O jornalista do diário argentino, Fernando Ortiz Echague, aproveita a oportunidade para tornar mais conhecida a personalidade de Getúlio Vargas. Este, que o jornalista e proprietário de uma cadeia de jornais no Brasil, Assis Chateaubriand, designa em

Na comemoração da data nacional brasileira, em 1941, Getúlio Vargas retoma o tema da solidariedade continental e confirma suas declarações públicas anteriores fazendo, pela primeira vez, alusão à possibilidade de uma participação brasileira no conflito europeu. De fato, depois de sublinhar que o Brasil sempre se esforçou para manter a neutralidade diante das “terríveis contingências da guerra”¹⁵², Getúlio Vargas declara que não se deve ter “ilusões otimistas” e que se deve estar preparado para as “piores eventualidades”¹⁵³. Para Vargas, essa preparação deve ser realizada no quadro dos acordos feitos com as nações continentais, pois “a preparação bélica dos povos americanos é defensiva e propriamente não pertence somente à Nação que a detém: pertence a todos e constitui o arsenal do Continente”¹⁵⁴. Finalmente, Vargas declara que “não está no espírito como não está na linha política da América agredir um povo ou violar o direito de outrem. Existe, entretanto, arraigado no coração de todas as praias do Atlântico às do Pacífico o sentimento da inviolabilidade do patrimônio continental. Qualquer agressão, venha de onde vier, há de encontrar-nos formando o bloco mais numeroso de nacionalidades que já constituem uma aliança defensiva”¹⁵⁵.

Em 10 de novembro de 1941, Getúlio Vargas se dirige aos militares brasileiros em um discurso pronunciado no Ministério da Guerra. A audiência é praticamente a mesma do discurso de 11 de junho de 1940 a bordo do *Minas Gerais*. Todavia, dessa vez, ela toma direção contrária a de suas afirmações desse discurso. De fato, Vargas retoma as concepções pan-americanas expressas nas semanas precedentes e declara que o Brasil não deixará de honrar seus compromissos continentais¹⁵⁶. Esse discurso tem excelente repercussão nos Estados Unidos e o presidente Roosevelt dirige, a 19 do mesmo mês, seus cumprimentos a Vargas “por esse hino de solidariedade continental...”¹⁵⁷.

uma feliz *boutade* como “revolucionário conservador”, impressiona o jornalista argentino “pela habilidade do presidente em adaptar as instituições políticas às circunstâncias, dentro do seu austero sentido do dever e do seu espírito de conciliação e de clemência, que convertem em colaborador leal o inimigo de ontem e, sobretudo, porque, em se falando com ele logo se vê que o presidente Vargas tem o dom do poder... O primeiro magistrado do Brasil é um homem sereno, afável e sorridente; um caráter jovial e comunicativo; um governante humano, que pensa com lucidez, fala com *donaire* e ri com gosto...” Nessas condições, Vargas não pode ser assimilado a um Duce, a um Führer ou a um Caudillo, pois é simplesmente Getúlio e como tal é “conhecido, pelo povo, nas ruas”.

(152) VARGAS, G., *NPB*, v. IX, pp. 115-8.

(153) *Ibidem*.

(154) *Ibidem*, p. 117.

(155) *Ibidem*. Sobre esse discurso e seu caráter pan-americanista, ver em especial a análise de SAMPAIO, N. V., *O pensamento político do Presidente Vargas, op. cit.*, sobretudo as páginas 510 e s.

(156) AGV, doc. n.º 1941.11.19 XXXVI-68, de 19 de novembro de 1941.

(157) *Ibidem*.

É flagrante o contraste entre as declarações públicas de solidariedade continental, feitas durante o ano de 1941 por Getúlio Vargas, e o impasse em que se encontram as negociações que visam a uma cooperação militar efetiva entre o Rio de Janeiro e Washington. É verdade que os acordos econômicos, bem como a luta comum contra a influência do Eixo nas comunicações aéreas brasileiras, são aspectos muito positivos da cooperação global entre os dois países, a partir de julho de 1940. Isso não impede que as declarações públicas de Vargas em favor de uma cooperação em escala continental contrariem a política efetiva desenvolvida pelo Brasil no plano militar, pelo menos no que diz respeito ao ponto capital da cessão das bases militares brasileiras às Forças Armadas dos Estados Unidos.

Antes de observarmos a atitude brasileira, a partir de 7 de dezembro de 1941, quando o Japão ataca Pearl Harbor, vejamos rapidamente a posição do Eixo diante da política desenvolvida pelo Brasil durante o ano de 1941.

CAPÍTULO III AS REAÇÕES DO EIXO

Como o Eixo avalia a evolução da política externa brasileira durante o ano de 1941?

Para o Eixo, a neutralidade brasileira durante o período julho de 1940 — dezembro de 1941 compõe-se de duas fases distintas. A primeira caracteriza-se pelo otimismo e se estende por um ano, até junho de 1941. De fato, todas as informações transmitidas pelos diplomatas alemães e italianos a serviço no Brasil resumem-se em uma conclusão unânime: o Brasil conservará sua neutralidade, mesmo que uma república americana seja envolvida no conflito. Esse sentimento é fortalecido pelas declarações tranquilizadoras dos principais responsáveis políticos brasileiros, como, por exemplo, Osvaldo Aranha, que declara a Prüfer, no início de outubro de 1940, que “mesmo a entrada dos Estados Unidos no conflito não compromete a neutralidade do Brasil”, já que, acrescenta Aranha “a participação norte-americana não ultrapassará o fornecimento de material [de guerra] à Grã-Bretanha”¹⁵⁸.

O embaixador alemão no Rio de Janeiro acredita na argumentação do responsável pelo Itamarati e, quando Prüfer tem de informar a Wilhelms-trasse a respeito da cessão eventual de bases militares brasileiras aos Estados Unidos, ele o faz de forma tranquilizadora e se contenta em fazer suas as palavras de Aranha: é impossível a cessão de quaisquer pontos de apoio militares do Nordeste aos Estados Unidos¹⁵⁹.

A diplomacia italiana também é tranquilizada durante o período julho de 1940 — junho de 1941 a respeito da manutenção da neutralidade brasileira, caso um país americano seja envolvido no conflito. Todavia o embaixador italiano no Rio de Janeiro, Ugo Sola, distingue duas correntes dentro do governo Vargas. Para Sola, caso os Estados Unidos sejam atacados, o responsável pela diplomacia brasileira “estaria pronto a declarar sua solida-

(158) Declaração de Osvaldo Aranha a Prüfer in DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 1059, de 10 de outubro de 1940.

(159) Declaração de Osvaldo Aranha a Prüfer in DGFP, v. XI, séries D, doc. n.º 361, de 20 de novembro de 1940, pp. 629-30.

riedade a Washington”¹⁶⁰, mas certamente teria a oposição do próprio Getúlio Vargas, que “exerceria toda sua influência a fim de afastar o Brasil da guerra, ainda que esta seja provocada por um ato ou por uma reação do Eixo”¹⁶¹.

Essa primeira fase, caracterizada pelo otimismo, atinge seu ponto alto no mês de junho de 1941, quando os diplomatas italianos e alemães a serviço no Brasil enviam ao palácio Chigi e à Wilhemstrasse relatórios políticos extremamente positivos sobre o futuro da neutralidade brasileira. Durante esses trinta dias, os diplomatas alemães, italianos e mesmo japoneses a serviço no Rio de Janeiro pensam que o Brasil manterá sua neutralidade *não importa o que ocorra*. A esse respeito, a atitude do embaixador japonês Itaro Ishii e a do italiano Sola são significativas: esses dois diplomatas encontram-se, em 20 de junho de 1941, com Getúlio Vargas e ficam impressionados com a segurança manifestada pelo ditador brasileiro, que declara, quando indagado sobre a atitude brasileira em caso de ataque do Eixo aos Estados Unidos, que “aquele que dá o primeiro golpe nem sempre é o agressor”¹⁶².

As declarações de Getúlio Vargas satisfazem inteiramente os diplomatas do Eixo e isso apesar de o Itamarati ter opinião diferente. De fato, Ishii está a par de que o Itamarati defende uma posição de neutralidade benevolente em relação aos Estados Unidos, caso estes entrassem no conflito¹⁶³. Em compensação, caso fossem vítimas de um ataque, o Itamarati é de opinião que o país deve imediatamente colocar-se a seu lado¹⁶⁴. Em suma, a posição do Ministério das Relações Exteriores importa pouco ao Eixo; é a atitude de Vargas que conta e este “quer manter o Brasil fora do conflito”¹⁶⁵. Esse sentimento de segurança dos diplomatas do Eixo em relação ao futuro das relações com o Brasil é corroborado, pois o Brasil “não toma conhecimento e não se pronuncia oficialmente”¹⁶⁶ quando a Alemanha invade a União Soviética.

Em uma segunda fase, de julho de 1941 até o ataque japonês de Pearl Harbor, o Eixo percebe a atitude brasileira de modo diferente: é a fase da dúvida, que pouco a pouco dá lugar ao pessimismo.

(160) Ugo Sola ao Ministério da Guerra italiano in AI, dossiê n° 25, doc. n° 002, de 4 de março de 1941.

(161) Ibidem. Osvaldo Aranha, por sua vez, encontra-se com Prúfer em 9 de maio de 1941 e lhe participa sua certeza da próxima entrada dos Estados Unidos na guerra; mas, reafirma, ainda uma vez, que o Brasil manterá sua posição de neutralidade. Cf. DDA, dossiê n° 6, doc. n° 757, de 9 de maio de 1941.

(162) Cf. AI, dossiê n° 25, relatório n° 01629/307, enviado por Ugo Sola ao palácio Chigi, em 20 de junho de 1941.

(163) Ibidem.

(164) Ibidem.

(165) Ibidem.

(166) SAMPAIO, M. V., *O Pensamento...*, op. cit., p. 149.

O primeiro episódio que deixa entrever o fim possível da neutralidade brasileira é a declaração de Getúlio Vargas ao jornal argentino *La Nación*, quando o ditador afirma que o Brasil saberá respeitar seus compromissos continentais¹⁶⁷.

No início de julho de 1941, um indício ainda mais sério se torna visível: o Brasil adere à proposta do Uruguai quanto à condição de não-beligerante atribuída aos países americanos que viessem a tomar parte no conflito. Trata-se do primeiro sinal concreto para o Eixo de que o Rio de Janeiro não permanecerá neutro no caso de envolvimento do Novo Mundo na guerra¹⁶⁸.

Para os diplomatas do Eixo, essa mudança de atitude por parte do Brasil explica-se essencialmente pelas “pressões exercidas por Washington sobre o Rio de Janeiro”¹⁶⁹. Prüfer, em particular, considera que a *entente* no terreno militar — construção de aeroportos, fornecimento de material — assim como a que se manifesta no plano econômico [“os Estados Unidos concederam condições muito vantajosas para uma participação no desenvolvimento brasileiro”]¹⁷⁰, permitiram que essas “pressões” norte-americanas culminassem no alinhamento brasileiro com a posição dos Estados Unidos em face da guerra.

A partir de meados de agosto de 1941, os relatórios políticos enviados do Brasil para os diplomatas do Eixo tornam-se cada vez mais pessimistas. Assim, para Prüfer, o Brasil “dobrou-se diante dos Estados Unidos”¹⁷¹, ao passo que Sola constata que a situação no Brasil “se torna cada vez mais carregada” e o diplomata italiano enumera todas as “concessões brasileiras feitas ultimamente aos Estados Unidos”¹⁷². Essa impressão é também partilhada pelos agentes secretos alemães em operação no Brasil, como, por exemplo, Firmen, que envia a Berlim um relatório em que constata, em fins de agosto de 1941, que mesmo “o Exército brasileiro está submetido aos Estados Unidos”¹⁷³.

A essas considerações pessimistas por parte dos representantes do Eixo no Brasil acrescenta-se um fato, à primeira vista menor, mas na verdade bastante significativo, já que inédito na diplomacia brasileira. Trata-se da demonstração pública, feita pelos diplomatas brasileiros a serviço nas capitais do Eixo e em especial em Berlim, de sua reprovação da política do

(167) VARGAS, G., *NPB*, v. VII, p. 280.

(168) Relatório secreto expedido por Prüfer à Wilhemstrasse, em 15 de julho de 1941, in DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 1309.

(169) *Ibidem*.

(170) *Ibidem*.

(171) Relatório preparado por Hiermit — secretário na Wilhemstrasse — para Freytag, in DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 157264/5, de 16 de agosto de 1941.

(172) AI, dossiê n.º 25, doc. n.º 02016/40, de 29 de julho de 1941.

(173) DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 157276, de 27 de agosto de 1941.

Eixo. O embaixador brasileiro junto à Alemanha, Freitas Valle, não esconde mais sua simpatia pelos Aliados e prevê abertamente “um futuro sombrio para a Alemanha hitlerista”¹⁷⁴. Freitas Valle declara inclusive a Weiszacker que o “povo francês não segue Pétain”¹⁷⁵ e faz o que Weiszacker chama de “observações descorteses”¹⁷⁶, que tendem a minimizar os sucessos militares alemães.

Segundo a documentação diplomática brasileira disponível, a atitude de Freitas Valle não é ditada pelo Itamarati, mas é antes de tudo uma reação pessoal. Isso não impede, contudo, que a distância mantida até então pelos diplomatas brasileiros, quando de suas análises do conflito na Europa, tenha se reduzido consideravelmente, e doravante eles dão a impressão de praticar uma diplomacia do pior, como se estivessem convencidos de que o Brasil será inelutavelmente envolvido no conflito.

Apesar dessa evolução da posição do Brasil diante do conflito, o Eixo, e em particular a Alemanha, com muita dificuldade se dão conta das verdadeiras intenções dos dirigentes brasileiros. De fato, paralelamente a suas declarações públicas sobre a solidariedade continental, Getúlio Vargas tranqüiliza, em suas conversas privadas e informais, os diplomatas do Eixo quanto ao futuro da política externa brasileira. Assim, em meados de julho de 1941, depois de um encontro com Vargas, Prüfer comunica à Wilhemstrasse que tanto “Getúlio Vargas quanto Gaspar Dutra tentam resistir às pressões norte-americanas”¹⁷⁷. A Alemanha decide então fortalecer sua posição junto aos militares brasileiros e a Vargas, a fim de manter a neutralidade brasileira. Assim, ela continua — apesar da guerra e do bloqueio inglês — a fornecer o material de guerra da Krupp encomendado pelo Brasil em 1938! Um segundo fornecimento desse material chega no início do segundo semestre de 1941 a Lisboa, onde é estocado, tendo em vista a impossibilidade de transportá-lo imediatamente para o Brasil¹⁷⁸.

Em novembro de 1941, Osvaldo Aranha faz uma declaração pública em Porto Alegre, empenhando uma “solidariedade efetiva” do Brasil, caso um país “americano entrasse em guerra contra um país não-americano”¹⁷⁹. A declaração deixa Prüfer, chocado e pede explicações a Vargas, que promete “uma chamada à ordem” do responsável pelo Itamarati¹⁸⁰. Isso sem sucesso, já que, alguns dias mais tarde — 15 de novembro — Aranha repete

(174) Relatório enviado pela Wilhemstrasse a Prüfer in DDA, dossiê n° 6, doc. n° 531, de 18 de agosto de 1941.

(175) *Ibidem*.

(176) *Ibidem*.

(177) DDA, dossiê n° 6, doc. n° 1309, de 15 de julho de 1941.

(178) Cf. Boletim Especial Secreto n° 10 do Ministério da Guerra do Brasil, in AOA, datado de outubro de 1941, p. 2.

(179) DDA, dossiê n° 6, doc. n° 2317, de 21 de novembro de 1941.

(180) *Ibidem*.

suas proposições diante da imprensa internacional, ao visitar Buenos Aires¹⁸¹. Todavia, quando Aranha volta ao Rio de Janeiro, Ishii pede uma entrevista e o responsável pelo Itamarati se retrata e inclusive afirma que o “Brasil não tem posição diante da guerra”¹⁸². Essa inconstância e as múltiplas contradições dos principais dirigentes brasileiros diante do futuro da neutralidade do país torna impossível qualquer análise coerente por parte do Eixo. A única certeza que tem é a de que o Brasil se aproxima cada vez mais de uma solidariedade ativa com os Estados Unidos. Certamente o Eixo ainda tem algumas esperanças de ver o Brasil conservar sua neutralidade, mas os acontecimentos militares que se preparam no Pacífico, no início do mês de dezembro de 1941, precipitam a definição do Brasil.

(181) *Ibidem*.

(182) Declaração de Aranha a Ishii transmitida a Wilhemstrasse por Prüfer, in DDA, dossiê nº 6, doc. nº 2403, de 2 de dezembro de 1941.

CAPÍTULO IV

O BRASIL DIANTE DE PEARL HARBOR

Junto com seu desembarque na Malásia, o Japão lança, a 7 de dezembro de 1941, um ataque aeronaval de grande envergadura contra a base norte-americana de Pearl Harbor. No dia seguinte, é declarado a guerra entre Tóquio e Washington, e a 11 do mesmo mês a Alemanha e a Itália unem-se ao Japão e, declaram guerra aos Estados Unidos. Aconteceu então o que o Brasil temia, pois o Novo Mundo está mergulhado, com a intervenção de sua maior potência, no segundo conflito mundial.

Ao contrário do que Osvaldo Aranha esperava, alguns meses antes, a participação dos Estados Unidos não se resumirá ao fornecimento de equipamento militar à Inglaterra¹⁸³, mas representará um engajamento maciço de Washington nas operações militares. O Brasil terá então de fazer uma opção, pois a época das hesitações está encerrada.

Como o ataque japonês a Pearl Harbor é recebido na América Latina? Em um primeiro tempo, com estupefação, tendo em vista o denodo da operação militar. Contudo, em um segundo tempo, à surpresa acrescenta-se a indignação, já que o ataque foi feito sem qualquer declaração de guerra. A partir desse momento, as declarações de solidariedade a Washington emanam do conjunto dos países latino-americanos¹⁸⁴, com exceção de um único — a Argentina —, que adota uma posição ambígua, marcada por hesitações e espera¹⁸⁵.

O Brasil, por sua vez, faz uma opção decididamente pró-americana e em 8 de dezembro Getúlio Vargas envia a Roosevelt um telegrama onde declara que, depois que “convoquei os membros do meu governo, decidimos por unanimidade que o Brasil se declarasse solidário com os Estados Unidos, coerente com as suas tradições e compromissos na política continental”¹⁸⁶.

Em resposta à mensagem de Getúlio Vargas, Roosevelt declara: “Apresso-me a acusar, com meu mais profundo apreço e o do povo dos

(183) Declaração de Osvaldo Aranha a Prúfer, em 10 de outubro de 1940, in DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 1059.

(184) FRUS, 1941, v. VI, pp. 55-117.

(185) FRUS, 1941, v. VI, pp. 57-71.

(186) RAPR, 1941, p. 97.

Estados Unidos, a pronta e cordial mensagem de solidariedade com o meu país na crise provocada pelo traidor e não provocado ataque, praticado ontem pelos japoneses contra as vidas e territórios dos Estados Unidos”¹⁸⁷. Roosevelt aproveita a ocasião para preparar o terreno para a terceira conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores do continente e declara que a mensagem de Vargas “é a prova culminante da afirmação, feita tão eloqüentemente, faz poucas semanas de que o interamericanismo passará do domínio dos convênios ao campo da ação positiva”¹⁸⁸, o que, declara ele como conclusão, “profundamente me comoveu e encorajou”¹⁸⁹.

Alguns dias depois da mensagem de Roosevelt a Vargas, é a vez de Osvaldo Aranha retomar as idéias do presidente norte-americano, em uma mensagem enviada a Cordell Hull. De fato, o responsável pelo Itamarati declara, em especial, que a partir desse momento “o pan-americanismo deixou de ser apenas uma doutrina para se transformar em processo de ação política das nações deste hemisfério, visando a sua defesa comum”¹⁹⁰. Com ele concorda Cordell Hull, que se declara “encorajado” e feliz por “poder estabelecer uma política continental comum”¹⁹¹.

O Rio de Janeiro deixa de lado os temores manifestados em um passado ainda recente diante de todo o sistema de segurança coletivo continental e admite doravante uma defesa comum do Novo Mundo. Como esta deve manifestar-se? Esta é uma questão para a qual os países americanos devem imediatamente dar uma resposta.

O movimento pan-americano decide então, tal como em setembro de 1939 e em julho de 1940, convocar uma terceira conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores, a fim de se chegar a um acordo sobre as medidas concretas que a nova situação exige. O momento político e militar internacional e o envolvimento direto do Novo Mundo no segundo conflito mundial fazem com que essa conferência seja a mais importante da história do pan-americanismo.

Onde se reunirá a terceira conferência extraordinária? Segundo as decisões tomadas quando da preparação da Conferência de Havana em 1940, agora cabe ao Brasil acolhê-la. Trata-se de uma decisão importante a ser tomada, pois a organização, a orientação e a presidência da conferência cabem tradicionalmente ao ministro das Relações Exteriores do país onde ela se realiza. Essa possibilidade agrada Osvaldo Aranha e também aos Estados Unidos. Assim, em 14 de dezembro, quando o Brasil aceita acolher

(187) RAPR, 1941, p. 97, bem como FRUS, 1941, v. VI, pp. 73-4.

(188) Ibidem.

(189) Ibidem.

(190) RAPR, 1942, p. XV.

(191) FRUS, 1941, v. VI, doc. n.º 1358, de 13 de dezembro de 1941, pp. 127-8.

a conferência, o Departamento de Estado exprime sua satisfação pelo fato de que a importante reunião esteja “nas mãos de Aranha”¹⁹².

Com a decisão de acolher a conferência — que deve abrir seus trabalhos na segunda quinzena de janeiro de 1942 — Osvaldo Aranha marca também um ponto importante diante dos responsáveis políticos e militares do país, que hesitam ainda em aderir a uma solidariedade continental ativa. De fato, o chefe do Itamarati poderá utilizar a tribuna que a conferência lhe oferece para colocar o Brasil bem adiante da posição de espera até então defendida pelos responsáveis militares.

O acordo sobre a sede da terceira conferência levanta protestos por parte do Chile, que, pela voz de seu embaixador em Washington, reivindica também a realização da conferência em seu país¹⁹³. A reação negativa e quase descortês do Departamento de Estado¹⁹⁴ leva os dirigentes chilenos a aceitar a decisão tomada anteriormente. A partir de então, os últimos dias de dezembro servem para preparar um esboço de ordem do dia.

Mesmo no Brasil, o governo não espera os resultados dos trabalhos da conferência para tomar algumas medidas, em especial no terreno militar. Assim, em 23 de dezembro chegam a Recife os primeiros soldados e oficiais norte-americanos destinados à preparação das bases militares da Região Nordeste¹⁹⁵. A escolha do novo comandante militar da região nordestina é reflexo do novo estado de espírito que prevalece no Rio de Janeiro. De fato, o Ministério da Guerra designa o general Estêvão Leitão de Carvalho¹⁹⁶ — conhecido por suas posições antinazistas e pela repressão que dirigiu nos últimos anos no sul do país — como comandante militar da região estratégica mais importante do Brasil.

Quais são as reações do Eixo quando as declarações de solidariedade continental do Rio de Janeiro se tornam públicas? Reações de inquietação, mas inquietação misturada com esperança, pois enquanto a situação permanece estacionária — isto é, enquanto diz respeito apenas aos Estados Unidos e ao Japão —, as chancelarias do Eixo Roma-Berlim guardam a esperança de que o Brasil continue neutro. Essa análise é fortalecida pelas declarações do secretário pessoal de Getúlio Vargas — Luís Vergara — que se encontra com Prüfer logo após a primeira declaração de solidariedade brasileira aos Estados Unidos. Vergara então garante a Prüfer que “a declaração governamental de solidariedade aos Estados Unidos é platônica” e que o Brasil sequer pensa em “romper suas relações diplomáticas com o

(192) FRUS, 1941, v. VI, doc. n.º 1376, de 14 de dezembro de 1941, p. 128.

(193) FRUS, 1941, v. VI, doc. n.º 1349, de 12 de dezembro de 1941, p. 127.

(194) FRUS, 1941, v. VI, doc. n.º 1381, de 15 de dezembro de 1941, p. 128.

(195) AGV, doc. n.º 1941.12.23/1 XXXVI-85b, de 23 de dezembro de 1941.

(196) O general Leitão de Carvalho publicou suas memórias sobre esse período, sob o título *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, op. cit.



Generais George Marshall e Leitão de Carvalho.

Japão”¹⁹⁷. Nessas condições, conclui Vergara, mesmo que a Itália e a Alemanha entrem em guerra contra os Estados Unidos, o Brasil “não tomará posição”¹⁸⁹.

As declarações de Vergara entram em completa contradição com a evolução da posição brasileira durante os primeiros dias de dezembro de 1941. Apesar disso, Prüfer escuta e leva a sério as afirmações do secretário de Vargas. Por que essa ingenuidade? Por duas razões principais: de um

(197) Prüfer a Wilhemstrasse in DDA, dossiê nº 6, doc. nº 2451, de 9 de dezembro de 1941.

(198) Ibidem

lado, Prüfer é mantido a par das reuniões do gabinete brasileiro por Filinto Müller que, segundo Prüfer, “está bem disposto em relação a nós”¹⁹⁹. Ora, Müller confirma as declarações de Vergara e tranqüiliza o embaixador alemão, pois nem “Vargas, nem Gaspar Dutra querem romper relações diplomáticas e comerciais com o Eixo e muito menos declarar-lhe guerra”²⁰⁰. Certamente Filinto Müller confirma que a situação é “muito tensa” dentro do gabinete, mas aconselha otimismo a Prüfer, pois o Brasil não pode alterar sua neutralidade em “virtude do mau preparo militar do país”²⁰¹. Por outro lado, o próprio Osvaldo Aranha faz afirmações tranqüilizadoras a Ugo Sola e confirma que o Brasil não está disposto a “romper suas relações diplomáticas com Roma, em virtude da boa vontade italiana e da contribuição de sua colônia para o desenvolvimento do Brasil”²⁰².

A 10 de dezembro, Ribbentrop envia diretrizes às embaixadas alemãs na Argentina, Chile, Brasil e à legação no Peru, para que tomem providências a fim de explicar a declaração de guerra alemã aos Estados Unidos. Nesse documento muito urgente e secreto, Ribbentrop atribui a Roosevelt toda a responsabilidade pelo início da guerra “contra a Alemanha e a Itália”. Nesse sentido, é preciso que os responsáveis diplomáticos alemães a serviço na América Latina se esforcem para convencer os países junto aos quais estão creditados para conservarem sua neutralidade, pois a Alemanha, segundo Ribbentrop, “não tem qualquer intenção hostil contra os países da América Central e do Sul”²⁰³.

As respostas das embaixadas alemãs nos países do ABC e a da legação no Peru são bastante moderadas. Assim, os diplomatas alemães no Peru e na Argentina informam que a tomada de posição desses dois países ainda está para ser determinada, ao passo que a embaixada alemã em Santiago se declara “muito pessimista” quanto à continuidade que o Chile dará ao expediente de Ribbentrop. O embaixador Prüfer, em princípio, deve satisfazer as diretrizes de Ribbentrop, já que as últimas declarações de Vergara, de Filinto Müller, assim como a de Aranha, permitem o otimismo. Ora, Prüfer muda de opinião a 11 de dezembro e comunica à Wilhemstrasse que “certamente o Brasil expressará sua solidariedade aos Estados Unidos”²⁰⁴. Por que essa nova avaliação de Prüfer? Em virtude essencialmente de uma questão, aparentemente menor, mas que parece ao embaixador alemão sig-

(199) Prüfer à Wilhemstrasse in DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 2526, de 15 de dezembro de 1941.

(200) Declaração de Filinto Müller a Prüfer in DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 2526, de 15 de dezembro de 1941.

(201) Ibidem.

(202) AI, dossiê n.º 25, doc. n.º 1/762/423, de 12 de dezembro de 1941.

(203) DGFP, série D, v. XIII, doc. n.º 570, de 10 de dezembro de 1941, pp. 996-7.

(204) DGFP, série D, v. XIII, doc. n.º 575, 703 e 744, p. 997. Para a resposta de Prüfer, ver o doc. n.º 248, de 11 de dezembro de 1941, p. 997.

nificativa da verdadeira atitude brasileira. Trata-se da maneira como o Brasil se livra do navio alemão *Windhuk*, que, perseguido pela Marinha de Guerra inglesa, se refugia no porto do Rio de Janeiro. As autoridades brasileiras forçam o navio a deixar o Rio de Janeiro e, para que não caia em mãos inglesas, Prúfer ordena ao *Windhuk* para ir a pique a 12 de dezembro²⁰⁵. A determinação com que o Brasil trata essa questão leva Prúfer ao pessimismo, e ele decide então pedir à Wilhemstrasse para fazer com que Espanha e Portugal intervenham a fim de tentar convencer a América Latina a conservar a neutralidade.

A Wilhemstrasse deixa a iniciativa desse expediente para a Itália e, em 18 de dezembro, o embaixador italiano em Madri se encontra com Franco e lhe participa seu projeto²⁰⁶. O ditador espanhol recebe muito bem a providência, pois, como ele assinala, ficou sensibilizado com “o bom tratamento reservado pelos japoneses às instituições espanholas e sul-americanas — conventos, escolas, hospitais —”, quando de sua invasão das Filipinas²⁰⁷, o que demonstra as “boas intenções japonesas” e só pode favorecer uma ação luso-hispânica para que a América Latina mantenha sua neutralidade²⁰⁸.

Quando Oliveira Salazar é posto a par do projeto ítalo-alemão, sugere que a tarefa seja dividida: Portugal se ocupa do Brasil, enquanto a Espanha se ocupa dos outros países da América Latina²⁰⁹. Os dois ditadores esperam então se encontrar “para aperfeiçoar seu plano, que, até o momento, é apenas um projeto”²¹⁰. Há necessidade de um acordo, sobretudo porque a missão é muito delicada e tanto Oliveira Salazar quanto Francisco Franco temem “a extrema suscetibilidade dos sul-americanos”²¹¹, que podem considerar a iniciativa ibérica como um ranço da época colonial e “não um método diplomático entre Estados independentes”²¹².

Segundo seu plano, o ministro de Portugal junto ao governo de Vichy — Caeiro da Mata — se encontra, em 27 de dezembro, com o embaixador brasileiro na França — Luís Martins de Souza Dantas — e pede a este que o Brasil conserve sua neutralidade “a fim de que esteja em condições, chegada a hora, de desempenhar um papel de mediador”²¹³. O governo brasileiro é posto a par da atitude de Caeiro da Mata, mas não lhe dá qualquer seqüência. Os três embaixadores do Eixo no Rio de Janeiro decidem então

(205) DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 2493, de 12 de dezembro de 1941.

(206) AI, dossiê n.º 25, doc. n.º 947, de 18 de dezembro de 1941.

(207) AI, dossiê n.º 25, doc. n.º 953, de 20 de dezembro de 1941.

(208) Ibidem.

(209) AI, dossiê n.º 25, doc. n.º 947, de 18 de dezembro de 1941.

(210) Ibidem.

(211) Ibidem.

(212) Ibidem.

(213) AGV, doc. n.º 1941.12.27/2 XXXVI-90, de 27 de dezembro de 1941.

jogar a última cartada. Trata-se de se dirigirem — através de carta pessoal cheia de subentendidos e de ameaças — ao responsável pelo Itamarati, próximo presidente da terceira conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores da América, para que ele se esforce para conservar a neutralidade tanto do Brasil quanto da América Latina. Essa iniciativa é a última empreendida pelo Eixo para tentar preservar a neutralidade do Brasil.

AVALIAÇÃO GERAL

O período que se encerra em dezembro de 1941 contrasta com os anteriores por um fato principal: pela primeira vez desde 1930 o Brasil parece colocar em prática uma política externa correspondente a interesses bem definidos. Ainda que os vaivéns sejam muitos — e que as tomadas de posição às vezes sejam contraditórias dentro da equipe governamental varguista —, é preciso assinalar que o Rio de Janeiro, desenvolve uma política externa que defende interesses reais — militares e econômicos — do país.

O Brasil por várias vezes se alça ao nível de seus importantes parceiros, como os Estados Unidos e a Alemanha, e não teme fazer um jogo duplo que dá resultados substanciais. E que serão mais substanciais ainda no período seguinte. Contudo dessa vez em virtude da transparência da atitude do Rio de Janeiro que põe termo a sua indecisão e se coloca ao lado dos Aliados.

PARTE 4

O TEMPO DAS DECISÕES: O ALINHAMENTO BRASILEIRO (JANEIRO-AGOSTO DE 1942)

A implicação direta dos Estados Unidos na guerra é o elemento que daí por diante ditará a posição da América Ibérica, em geral, e a do Brasil, em particular, diante do segundo conflito mundial.

Essa última fase que leva o Brasil à guerra ao lado dos Aliados se caracteriza — ao contrário das precedentes — por uma sensível aceleração dos acontecimentos. Logo após o ataque japonês a Pearl Harbor, os representantes diplomáticos dos três países do Eixo no Rio de Janeiro estão convencidos de que a terceira conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que deve realizar-se na capital brasileira durante o mês de janeiro de 1942, tomará medidas muito mais radicais que as tomadas no Panamá e em Havana. É então que os três embaixadores do Eixo decidem intervir junto ao Brasil para que este se esforce em manter sua neutralidade e a do mundo hispano-americano. O argumento principal apresentado pelo Eixo é que qualquer ruptura das relações diplomáticas e comerciais levaria inevitavelmente o conjunto da América à guerra.

CAPÍTULO I

A RUPTURA BRASILEIRA COM O EIXO E A APROXIMAÇÃO DEFINITIVA DOS ESTADOS UNIDOS

a) As últimas tentativas do Eixo

A insistência com que o Eixo se esforça para convencer o Brasil a manter sua neutralidade se explica por três razões principais. Em primeiro lugar, o fim da neutralidade brasileira, bem como a dos outros países latino-americanos, provocaria problemas econômicos para o Eixo, já que daí resultaria uma interrupção total das relações comerciais. A seguir, surgiriam problemas estratégicos, pois a marinha de guerra do Eixo encontraria apenas inimigos em uma grande parte do Atlântico central e sul. O Brasil, cujo litoral toma a quase totalidade do Atlântico sul, ocupa, por seu tamanho, uma posição geográfica muito importante para ser negligenciado pelo Eixo. Enfim, como observa Prüfer em 20 de dezembro de 1941, caso houvesse um rompimento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e o Eixo, a Alemanha e a Itália teriam poucos meios para fazer pressão e exercer represálias sobre o Rio de Janeiro, pois os interesses italo-alemães no Brasil são muito mais consideráveis e numerosos do que os do Brasil na Alemanha e na Itália¹.

Diante dessa situação, o único caminho para o Eixo é o diálogo. Nesse sentido, o embaixador alemão no Rio de Janeiro aconselha à Wilhemstrasse a se abster de tomar medidas antibrasileiras², pois essas medidas seriam ineficazes, desproporcionais em relação às possibilidades de réplica sobre a colônia italo-alemã, por exemplo. Porém, qualquer atividade antibrasileira por parte do Eixo só poderia “agradar aos Estados Unidos” e levar o Brasil mais ainda para sua órbita³.

Como o Eixo pode determinar sua política no Brasil? Depois de Pearl Harbor, impõe-se uma decisão, pois os preparativos para a conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas do Novo Mundo se intensificam em fins de dezembro de 1941. É hora de agir.

(1) DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 2591, de 20 de dezembro de 1941.

(2) Ibidem.

(3) Ibidem.

A ação do Eixo durante esses dias críticos reveste-se de dois aspectos distintos. Por um lado, esforça-se para informar-se sobre as verdadeiras intenções do Brasil, através de contatos informais e secretos com os principais dirigentes políticos e militares do país. Esses contatos deixam subsistir, até 15 de janeiro de 1942, uma certa esperança de que o Rio de Janeiro manterá sua neutralidade. No entanto, o Banco do Brasil bloqueia os bens alemães no país a partir do início de janeiro, o que provoca problemas financeiros para o funcionamento da própria embaixada alemã⁴. Esse assunto é resolvido pela intervenção pessoal de Osvaldo Aranha, que obtém a liberação das quantias necessárias às atividades dos diplomatas do III Reich⁵. Outro indício dos acontecimentos que se anunciam é a ordem transmitida por Aranha em 6 de janeiro aos responsáveis pela embaixada brasileira em Berlim, para que se preparem “para fazer suas malas”⁶. Isso não impede que no Rio de Janeiro circulem os rumores mais contraditórios sobre o futuro da neutralidade brasileira, deixando crer aos diplomatas do Eixo, durante a primeira quinzena de janeiro, que o país poderia ainda manter sua neutralidade.

Esse sentimento é fortalecido pelas informações confidenciais recebidas, em particular por Prüfer. De fato, o embaixador alemão tem bons contatos no Rio de Janeiro e pode com freqüência transmitir a Berlim informações preciosas. Assim, em 13 de janeiro, o general Gaspar Dutra lhe informa, através de seu secretário, que os “militares brasileiros não têm intenção de romper [as relações diplomáticas e comerciais] ou de declarar guerra ao Eixo”⁷. Essa informação é confirmada por Góis Monteiro, que diz coisas semelhantes ao adido militar alemão⁸. No dia seguinte, cabe ao general Maurício Cardoso, comandante da região militar de São Paulo, assegurar a Prüfer que “o Brasil não tem intenção de ir além de uma declaração de solidariedade [pan-americana]” e isso a despeito “das pressões exercidas pelos Estados Unidos”⁹.

Inclusive de Tóquio chegam à Wilhemstrasse informações sobre o futuro da neutralidade brasileira. Assim, o embaixador no Japão — Ott — acredita saber que o “Brasil considera unicamente como motivo de guerra a violação de seu território ou de seus interesses vitais”¹⁰.

Apesar dessas informações otimistas, os embaixadores do Eixo querem ser tranquilizados de uma maneira definitiva pelo próprio Osvaldo

(4) AOA, doc. n° 42.01.06/1, de 6 de janeiro de 1942.

(5) *Ibidem*.

(6) Informação transmitida à Wilhemstrasse pelo embaixador alemão acreditado em Lisboa, Huene. In DDA, dossiê n° 6, doc. n° 87, de 9 de janeiro de 1942.

(7) DDA, dossiê n° 6, doc. n° 131, de 13 de janeiro de 1942.

(8) *Ibidem*.

(9) DDA, dossiê n° 6, doc. n° 163, de 14 de janeiro de 1942.

(10) DDA, dossiê n° 6, doc. n° 92, de 13 de janeiro de 1942.

Aranha e se assegurarem de que o Brasil não somente conservará sua neutralidade como se esforçará também para moderar os outros participantes da conferência do Rio de Janeiro. Depois da multiplicação dos contatos secretos com os responsáveis políticos e militares brasileiros, durante a primeira quinzena de janeiro, os embaixadores do Eixo se dirigem diretamente a Osvaldo Aranha. É o segundo aspecto de sua ação durante os dias que precedem a abertura dos trabalhos da conferência.

As providências dos diplomatas do Eixo em 16 e 17 de janeiro de 1942 são maduramente refletidas. De fato, o Eixo pôde convencer-se de que, tendo em vista as reticências dos militares, o Brasil não está disposto a declarar guerra ao Eixo¹¹. Em compensação, em virtude da importância da posição de Osvaldo Aranha e de suas simpatias pelos Estados Unidos, é inteiramente plausível que o Brasil rompa relações diplomáticas e comerciais com o Eixo¹². Os diplomatas do Eixo decidem então enfatizar a quase equivalência entre o rompimento das relações diplomáticas e comerciais e a guerra efetiva entre o Brasil e o Eixo.

Dentro desse espírito os três embaixadores do Eixo enviam a Osvaldo Aranha, em 16 e 17 de janeiro, mensagem que qualificam de “pessoais”. As três mensagens coincidem em um ponto caso o Brasil, ou qualquer outro Estado latino-americano, rompesse relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, seguir-se-ia certamente “a eclosão da guerra efetiva”¹³.

Essas três cartas são muito importantes e merecem ser analisadas para uma melhor compreensão da posição do Eixo no Brasil às vésperas do início da conferência do Rio de Janeiro.

A carta de Prüfer é a mais curta e a mais seca. O embaixador alemão declara em especial que “a ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha significaria, indubitavelmente, o estado de guerra latente, acarretando ocorrência que equivaleriam à eclosão da guerra efetiva (entre os dois países)” e Prüfer enfatiza que uma guerra entre os nossos dois países, às quais nenhuma divergência de interesse separa, carecia em absoluto de sentido”¹⁴.

(11) DDA, dossiê nº 6, doc. nº 189, de 15 de janeiro de 1942.

(12) DDA, dossiê nº 6, doc. nº 202, de 16 de janeiro de 1942. É preciso notar que as pressões exercidas sobre o governo brasileiro durante a primeira quinzena de janeiro de 1942 devem-se sobretudo ao embaixador japonês Ishii e ao da Alemanha, Prüfer. Em compensação, o embaixador italiano Ugo Sola permanece um pouco à parte. Observemos a esse respeito que, durante esses dias conturbados e incertos, Ciano parece despreocupado com o que se trama no Rio de Janeiro às vésperas do início da terceira conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas americanas. De fato, o responsável pela diplomacia italiana anota em seu *Journal Politique, op. cit.*, v. II, p. 109, que seus “dias políticos são sobretudo vazios” no início de janeiro de 1942.

(13) In RAPR, 1942, p. 119.

(14) Ibidem, p. 119.

O embaixador japonês Ishii faz sua comunicação a Osvaldo Aranha declarando em especial que julgou compreender “(...) por ocasião de nosso último encontro de 7 de corrente, que jamais nosso governo faria declaração de guerra contra o Japão, nem que tivesse desejo de romper relações diplomáticas com meu país”¹⁵.

Depois de ter informado Tóquio das afirmações tranquilizadoras de Aranha feitas em 7 de janeiro, Ishii atualmente se sente enganado, pois segundo ele, “(...) atualmente [17 de janeiro de 1942] correm rumores de que a conferência que agora se realiza no Rio de Janeiro sob vossa eminente presidência estaria inclinada a atitude rigorosa e que há inclusive uma proposta para o rompimento das relações diplomáticas com o Japão; isso naturalmente muito me inquieta!”

O embaixador japonês enfatiza que seu país não nutre “qualquer veleidade prejudicial aos países sul-americanos”. Ele não hesita, contudo, a exemplo de seu colega alemão, em ressaltar ameaças mal veladas. De fato, para concluir, Ishii declara que “(...) se, no entanto, em uma conferência internacional da qual participam países beligerantes, os governos sul-americanos adotam como medida de assistência aos adversários do Japão uma resolução favorável à ruptura em comum das relações diplomáticas com o Japão, esses governos serão responsáveis pela rejeição da situação de respeito que até aqui vêm merecendo do Japão e se lançaram por sua própria iniciativa no flagelo da guerra (...)”

Ishii constata, à guisa de conclusão, que, nessas condições, “(...) é de se temer que surja uma situação inquietadora nas relações nipo-brasileiras (...)”¹⁶.

O embaixador italiano, Ugo Sola, dirige-se por sua vez a Osvaldo Aranha com uma verve inteiramente latina e com mais circunspeção, mas com tanta segurança quanto seus dois colegas. Para isso, dispensa o formalismo, pois quer dirigir-se apenas a seu “amigo Aranha”. Isso não impede que seja feita novamente a queixa apresentada no último encontro entre Sola e Aranha, em 13 de janeiro:

“O amigo, confiando-me quais eram as suas vistas pessoais na melindrosa situação atual, teve o ensejo de me dizer que o Brasil, por se não achar preparado, não podia em caso algum participar da guerra...”¹⁷

“A voz, porém, que, logo após às inspiradas palavras do presidente Vargas, foi erguida no seio da conferência pelo Representante autorizado da maior Nação continental [os Estados Unidos], que se encontra envolvida na guerra, convidando abertamente todas as demais Nações americanas a romper as relações diplomáticas com os países do Eixo (...)”

(15) *Ibidem*, p. 120.

(16) *Ibidem*, p. 120.

(17) *Ibidem*, pp. 120-1.

Para Sola, esse fato é extremamente grave, pois, não tendo tido nem mesmo tempo para receber instruções de Roma, ele julga de seu dever, em razão “de amizade pessoal para consigo e especialmente de carinho para com o Brasil” chamar a atenção de Osvaldo Aranha, “(...) no interesse e para o bem deste grande continente que é a América do Sul, inteiramente latino, totalmente católico e que em Roma sempre viu o berço de sua civilização, que a meu ver, a ruptura das relações diplomáticas com o Eixo, como manifestação da vontade das Nações americanas de chegar, imediatamente ou dentro de curto prazo, a uma guerra de fato com os mesmos Países...”¹⁸.

A mensagem dos três embaixadores do Eixo no Rio de Janeiro enviada a Osvaldo Aranha — apesar de seu caráter individual e de sua informalidade — é muito explícita; o responsável pelo Itamarati também está certo de que as ameaças proferidas em uníssono não são vãs.

Ao contrário das cartas dos embaixadores do Eixo, a resposta de Aranha é curta e formal. Trata-se de uma mesma carta enviada às três embaixadas, na qual o responsável pelo Itamarati dá mostras de firmeza e dignidade. Assim, depois de ter enfatizado que “o Brasil sempre manteve no conflito europeu uma neutralidade tida como exemplar...” o ministro brasileiro das Relações Exteriores declara em especial que “a agressão do Japão a um país do continente americano seguida da declaração de guerra da Alemanha e da Itália, nos impõe rumo diferente, que o superior interesse continental indicará...”¹⁹.

Depois dessas considerações preliminares, nas quais Aranha deixa entrever a atitude que o Brasil adotará na conferência do Rio de Janeiro, ele declara, “com a mesma franqueza”, que um eventual “rompimento de relações diplomáticas e comerciais é medida de alcance restrito que não implica, de acordo com o direito das gentes, no estado de guerra. Se o Governo [da Alemanha, da Itália, do Japão] entender, porém, levar tão longe a sua reação — o governo brasileiro muito o lamentará, seguro, entretanto, de que os seus atos o exoneram de tal responsabilidade...”²⁰

Segundo Aranha, o Brasil, portanto, é livre para escolher seu caminho, de acordo com os compromissos pan-americanos. Se o caminho escolhido é o que leva ao rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, o Rio de Janeiro não quer que essa atitude seja assimilada a uma declaração de guerra. Por fim, se for esse o caso, qualquer responsabilidade cabe ao Eixo.

(18) *Ibidem*.

(19) Para o texto integral das três cartas-respostas de Osvaldo Aranha, ver RAPR, 1942, pp. 119-23.

(20) *Ibidem*. Assinalemos que o Itamarati publica — fato extremamente raro — as três cartas dos embaixadores do Eixo no Rio de Janeiro no RAPR, a fim de denunciar os métodos e as ameaças do Eixo.

Qual é a atitude de cada um dos embaixadores do Eixo no Rio de Janeiro depois da resposta de Osvaldo Aranha? O embaixador japonês é o que tem a iniciativa mais feliz, ainda que ela não alcance os frutos esperados. De fato, ele se dirige diretamente aos dirigentes militares brasileiros, no caso Gaspar Dutra, para que ele intervenha no processo de decisão brasileiro²¹. Apesar disso, a atitude de Ishii não encontra eco favorável.

A Alemanha, por sua vez, pensa em obter a intervenção do embaixador espanhol no Rio de Janeiro, para que ele declare a Aranha “que um rompimento com o Eixo é considerado como um rompimento também com Madri”²², mas o representante diplomático espanhol não consegue encontrar-se com os dirigentes brasileiros, pois estes “o evitam”²³.

A perspectiva do rompimento coletivo das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o Eixo só começa a inquietar seriamente o palácio Chigi depois da remessa das três cartas dos embaixadores do Eixo. A



O Duce perante o público. Ao seu lado Ítalo Balbo.

(21) AGV, doc. n.º 1942.01.17/6 XXXVII-11c, de 17 de janeiro de 1942.

(22) DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 230, de 17 de janeiro de 1942.

(23) DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 313, de 21 de janeiro de 1942.

posição de Mussolini é, segundo Ciano, muito clara diante de um eventual rompimento:

“Se isso ocorrer, o Duce julga, segundo Ciano, que será o caso de simplesmente declarar-lhes guerra; assim, imporemos aos Estados Unidos a obrigação de defender em uma vasta frente...”²⁴

E o Duce conclui de maneira peremptória:

“Querem a guerra branca, terão uma guerra vermelha”²⁵.

Ciano, por sua vez, é mais comedido e matiza mais suas considerações sobre a eventualidade de um rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Novo Mundo e, em particular, do Brasil. De fato, o responsável pela diplomacia italiana teme que os países reunidos no Rio de Janeiro “acabem também por se unir contra nós” e isso apesar de “suas divergências”²⁶. Mussolini está, segundo Ciano, “quase feliz com essa perspectiva. Eu, confesso-o, estou inteiramente desolado. Não somente vejo desvanecer-se assim qualquer esperança de paz, mas penso com tristeza na derrocada de todas as posições conquistadas pacientemente durante 120 anos, graças à atividade de nossos emigrantes”²⁷.

E Ciano conclui com pesar que “talvez em certos meios [dos emigrantes] a lembrança do país de origem tenha desaparecido, mas em outros, muito numerosos, ainda se amava a Itália, com ligação aumentada pela nostalgia. Se a guerra explode, muitas lágrimas italianas correrão”²⁸.

Quando Osvaldo Aranha envia sua resposta aos três embaixadores do Eixo, a terceira conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas já está em andamento, pois foi aberta em 15 de janeiro por Getúlio Vargas. Iniciou-se então uma das fases mais importantes do movimento pan-americano.

b) A Conferência do Rio de Janeiro

Nada parece decidido à véspera da abertura da Conferência do Rio de Janeiro. Mesmo os Estados Unidos estão conscientes de que a tomada de decisão coletiva em escala continental, diante da entrada dos Estados Unidos na guerra, não será fácil. De fato, o que se convencionou chamar de “posição argentina” discorda nitidamente das intenções do Departamento de Estado. Para Washington, a conferência deve chegar a uma decisão

(24) CIANO, G., *Journal Politique, op. cit.*, v. II, p. 111, declaração de 20 de janeiro de 1942.

(25) *Ibidem*.

(26) *Ibidem*, p. 112, de 23 de janeiro de 1942.

(27) *Ibidem*, pp. 112-3.

(28) *Ibidem*.

comum *obrigatória*. Ora, a “posição argentina”, ao mesmo tempo que enfatiza a necessidade de uma declaração formal de solidariedade com os Estados Unidos, opõe-se a qualquer decisão radical e automática, tal como uma declaração coletiva de guerra ou o rompimento coletivo das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo²⁹.

A Argentina, atentamente escutada por vários Estados do continente, mantém a atitude adotada nas conferências pan-americanas de 1936, 1938, 1939 e 1940. Buenos Aires atém-se, portanto, à filosofia “universalista” defendida desde a década de 30. Ela não quer afastar-se de sua neutralidade, pois é esta que melhor defende os interesses econômicos e sobretudo comerciais argentinos. A seqüência dos acontecimentos dará razão à diplomacia platina, já que a Argentina será um dos países que — sob o ângulo comercial — obterá as vantagens mais substanciais da Segunda Guerra Mundial³⁰.

(29) FRUS, 1942, v. V, doc. nº 710. Consultation (3)/105, de 25 de dezembro de 1941, p. 6. Para o conjunto da documentação publicada pelos Estados Unidos sobre os preparativos e o desenvolvimento da Conferência do Rio de Janeiro, ver FRUS, 1942, v. V, pp. 6-47. Para trabalhos sobre a Conferência do Rio de Janeiro, ver em especial DUGGAN, L., *The Americas...*, *op. cit.*, pp. 92-9, DULLES, J. W. F., *Getúlio...*, *op. cit.*, pp. 234-8, McCANN, Jr., F., *The Brazilian...*, *op. cit.*, pp. 242-58, e sobretudo POPPER, D. H., “The Rio de Janeiro Conference of 1942” in *Foreign Policy Reports*, de 15 de abril de 1942, pp. 26-35, e WHITAKER, A. P., “The inter-american system”, in *Inter-American Affairs*, 1942, sobretudo as páginas 11-2.

(30) A tese oficial apresentada pelos dirigentes argentinos para explicar seu desejo de não realizar “qualquer ato de pré-beligerância” baseia-se nas insuficiências de sua defesa militar e naval. Assim, o embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires, Armour, assinala a existência de uma oposição dentro do Exército e da Marinha de Guerra argentinos à adoção de qualquer medida coercitiva em escala continental. Para uma análise da evolução econômica da Argentina e sobre as razões comerciais que levaram Buenos Aires a conservar sua neutralidade, ver em especial FERNS, H. S., *National Economic Histories: The Argentine Republic, 1516-1971*, *op. cit.*, sobretudo as páginas 139-48. Segundo PENDLE, G., *Argentina*, *op. cit.*, as simpatias com “as ideologias fascistas e nazistas da Europa se manifestam sobretudo entre os oficiais do Exército e entre os jovens nacionalistas conservadores” (81). Assinalemos por outro lado, a existência de uma forte corrente dentro das Forças Armadas argentinas, que acredita na vitória militar final do Eixo. Juan Domingos PERÓN, que serviu como adido militar em Roma durante o período 1939-1941, compartilha essa crença. Sobre a posição particular adotada pela Argentina na Conferência do Rio de Janeiro, ver CONIL PAZ, A., e FERRARI, G., *Política Exterior Argentina, 1930-1962*, *op. cit.* Os autores enfatizam que a ação da diplomacia platina no Rio de Janeiro persegue um único objetivo: provocar cisões dentro do movimento pan-americano para que não seja adotada qualquer medida coletiva extremada (p. 81). Notemos ainda que a Argentina manterá uma posição de neutralidade jurídica até 1944, quando Buenos Aires rompe relações diplomáticas com o Japão e a Alemanha. Essa mudança de atitude se deve às constantes pressões de Washington. Em compensação, a declaração de guerra à Alemanha e ao Japão só ocorrerá em 4 de abril de 1945, depois que a conferência Inter-americana de Chapultepec (México) sobre os “Problemas da Guerra e da Paz” encerrou seus trabalhos. No que se refere às relações germano-argentinas durante o período que precede a eclosão da Segunda Guerra Mundial, ver a tese de EBEL, A., *Die Diplomatischen Beziehungen*

A Argentina não está isolada para defender a tese da manutenção da neutralidade dos países latino-americanos. De fato, segundo informações recebidas por Aranha, em 31 de dezembro de 1941, e transmitidas imediatamente a Caffery, o Peru, o Paraguai, a Bolívia e o Chile também não estão entusiasmados pela idéia do Departamento de Estado e prefeririam conservar sua neutralidade³¹. As razões que levam a diplomacia chilena à prudência nessa questão são mais de ordem estratégica que comercial. De fato, segundo o embaixador dos Estados Unidos no Uruguai, Dawson, que segue de perto os preparativos da reunião do Rio de Janeiro, o Chile não quer tomar uma posição que possa provocar represálias por parte do Eixo. Sua longa costa no Pacífico — com mais de 4 mil quilômetros — dá ao território chileno uma grande vulnerabilidade e a marinha de guerra nipônica já teve oportunidade de mostrar sua ousadia e sua eficácia³².

Diante de tanta incerteza e do aumento do número de Estados resistentes à idéia de rompimento, Washington decide garantir ao menos o apoio do Rio de Janeiro para defender a posição extremada. Assim, Roosevelt se dirige pessoalmente a Aranha em 7 de janeiro:

“Eu desejo expressar pessoalmente minha profunda gratidão por tudo que Vossa Excelência tem feito e continua fazendo para que a solidariedade do hemisfério seja uma realidade...”³³.

O presidente dos Estados Unidos preocupa-se com a indecisão que paira sobre a conferência e julga necessário advertir Aranha de que “o momento é de importância histórica para as relações entre as 21 Repúblicas Americanas, pois uma decisão tomada agora de honrar rapidamente e definitivamente os compromissos de solidariedade continental assumidos anteriormente, garantirá ao Novo Mundo uma defesa contra qualquer ataque. Ao contrário, conclui Roosevelt, as indecisões poderão pôr em perigo a segurança de todos nós...”³⁴.

A Argentina e o Chile confirmam sua posição de neutralidade em 11 de janeiro³⁵. Em 14 de janeiro, o subsecretário de Estado, chefe da delegação dos Estados Unidos à conferência do Rio de Janeiro, Sumner Welles, pode anunciar que o Peru, o Paraguai e a Bolívia mudaram de opinião e se

das Dritten Reiches zu Argentinien unter besonderer Berücksichtigung der Handelspolitik (1933-1939), tese n.º 197, I.U.H.E.I., Genebra, 1970, 472 p.

(31) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 2550, de 31 de dezembro de 1941, p. 9, bem como o doc. n.º 92, de 15 de janeiro de 1942, p. 27.

(32) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 6, de 3 de janeiro de 1942, p. 12. Notemos, por outro lado, que o Chile acaba de sair de uma experiência socializante e reformista, do tipo “Frente Popular”, que governou o país de 1939 a 1941. Atualmente, Juan Antonio Rios se encontra à frente do Estado chileno; jamais escondeu suas simpatias fascistas.

(33) AOA, doc. n.º 42.01.07/1, de 7 de janeiro de 1942.

(34) Ibidem.

(35) AGV, doc. n.º 42.01.11 XXXVII-7, de 11 de janeiro de 1942.

declaram prontos “a apoiar a declaração de rompimento com o Eixo”³⁶. Essa mudança de atitude se deve às promessas norte-americanas de fornecimento de equipamento militar e de ajuda econômica. A situação às vésperas da abertura dos trabalhos está, portanto, mais clara, pois faltam apenas a Argentina e o Chile para que haja unanimidade quanto ao rompimento coletivo das relações diplomáticas e comerciais.

O Brasil, que sofre pressões de todos os tipos, decide, por sua vez, esperar a abertura dos trabalhos da conferência para tornar pública sua posição oficial. Como é de costume nas conferências pan-americanas, cabe ao chefe de Estado do país anfitrião abrir os trabalhos. É a ocasião ideal para tomar posição.

Os dois principais porta-vozes brasileiros são Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. Ambos têm ocasião de pronunciar a partir da abertura dos trabalhos da Conferência do Rio de Janeiro. Suas declarações são importantes, já que enfatizam a necessidade de uma completa solidariedade com os Estados Unidos. Assim Getúlio Vargas concebe a nova posição brasileira:

“Desde 7 de dezembro — data que constituirá um marco novo na vida das nossas comunidades, pois trouxe a guerra ao Continente Americano — assumimos uma posição decidida, coerente com a nossa tradicional política externa e fiel aos compromissos solenes, lembrados e reafirmados mais de uma vez nos últimos tempos”³⁷.

Para Vargas, a nova posição brasileira tem como objetivo “defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir possam as suas terras e águas servir de ponto de apoio para o assalto a Nações irmãs. Não mediremos sacrifícios para a defesa coletiva, faremos o que as circunstâncias reclamarem e nenhuma medida deixará de ser tomada a fim de evitar que, portas a dentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano, ou pôr em perigo a segurança das Américas...”³⁸.

Quando Osvaldo Aranha toma a palavra na qualidade de presidente da conferência, ele o faz com segurança, pois Getúlio Vargas não deixou qualquer dúvida sobre a nova posição brasileira. Aranha decide então ir ainda mais longe do que Vargas, no sentido de uma solidariedade total com os Estados Unidos. Essa opção é clara, pois segundo Aranha “... a América foi agredida por forma inesperada e brutal, justamente quando um dos maiores e melhores homens de todos os tempos, Franklin D. Roosevelt, fazia um supremo apelo à razão e à paz. Não deixaram os agressores, com seu ato, alternativa para os povos continentais, nem mesmo para os seus

(36) FRUS, 1942, v. V, doc. nº 8, de 14 de janeiro de 1942, p. 26.

(37) Getúlio Vargas in RAPR, 1942, pp. 111-3.

(38) Ibidem.

admiradores ou adeptos. Esta é a razão, pela qual nos reunimos aqui não somente porque as nossas terras, as nossas fronteiras, as nossas costas estejam ameaçadas, ou possam ser igualmente atacadas...'³⁹.

Além do perigo físico que o Novo Mundo corre, segundo Osvaldo Aranha, existe um outro perigo mais sutil, mas não menos grave: para o responsável pelo Itamarati, de fato, Pearl Harbor significa que “a nossa religião, a nossa moral, as nossas famílias, as nossas raças, as nossas instituições, as nossas liberdades, enfim, as nossas idéias, estão em risco iminente de perecer...’’⁴⁰.

A firme solidariedade do Brasil satisfaz inteiramente Washington, tanto mais que, em um encontro entre Sumner Welles e Getúlio Vargas, a 16 de janeiro, confirma suas declarações da véspera e garante aos Estados Unidos que o Rio de Janeiro está decidido a apoiar inteiramente Washington em sua guerra contra o Eixo⁴¹.

A declaração de Osvaldo Aranha se integra perfeitamente com a obra por ele realizada desde sua nomeação para o cargo de embaixador do Brasil nos Estados Unidos em 1934; ele é a seqüência lógica de um esforço constante para aproximar o Brasil dos Estados Unidos. Contudo, se a declaração de Getúlio Vargas representa efetivamente uma opção, essa opção é calculada. De fato, Vargas não é digno de crédito quando invoca, para justificar sua atitude, “compromissos solenes” que não existem formalmente ao nível do pan-americanismo. São outras as razões de sua opção. Por um lado, a entrada dos Estados Unidos na guerra modifica radicalmente o equilíbrio das forças. Sob esse aspecto a determinação dos Estados Unidos depois do ataque japonês convence Getúlio Vargas de que Washington está decidido a combater até a derrota completa do Eixo.

Por outro lado, a partir de agora é impossível esperar uma eventual cooperação econômica e militar com a Alemanha. Em compensação, o desejo expresso por Vargas, em seu discurso de 15 de janeiro, de “defender, palmo a palmo, o próprio território’’⁴², não pode ser levado a sério a não ser com a condição de que os Estados Unidos forneçam o equipamento militar para a militarização da Região Nordeste e para um verdadeiro sistema de defesa costeira. Assim, logo depois da abertura dos trabalhos da conferência, Getúlio Vargas declara a Sumner Welles que o Brasil conta com os Estados Unidos para tornar possível seu desejo de defesa do continente⁴³.

Como Welles recebe as intenções de Vargas? Nas informações transmitidas ao presidente Roosevelt, o embaixador enfatiza a necessidade de

(39) *Ibidem*, pp. 113-5.

(40) *Ibidem*.

(41) *FRUS, 1942*, v. V, doc. n.º 15, de 16 de janeiro de 1942, pp. 27-8.

(42) *RAPR, 1942*, pp. 111-3.

(43) *FRUS, 1942*, v. V, doc. n.º 15, de 16 de janeiro de 1942, pp. 27-8.

uma ajuda militar substancial ao Rio de Janeiro, pois o Brasil não pode, declara em especial Sumner Welles, “ser tratado como uma pequena república da América Central, que poderia contentar-se apenas com o estacionamento de tropas norte-americanas em seu território”⁴⁴. Para o diplomata norte-americano, o Brasil, em sua qualidade de “amigo e de aliado dos Estados Unidos, tem direito ao fornecimento — através do “Lend-Lesse Act” — de aviões, de carros e de uma artilharia costeira suficiente para equipar a Região Nordeste, cuja defesa é vital tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos...”⁴⁵. Roosevelt responde já no dia seguinte à comunicação de Welles e se declara de acordo com os pedidos brasileiros, mas não se compromete formalmente e se contenta em prometer que os Estados Unidos chegarão a isso “o mais cedo possível”⁴⁶. Vai ser preciso esperar o início do mês de março, para se ver concretizadas as promessas de Roosevelt, pois então os dois países assinam um importante acordo sobre os fornecimentos de equipamento militar norte-americano.

Em seus esforços para obter a adesão do conjunto do continente ao projeto de rompimento coletivo das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, o subsecretário Sumner Welles recorre a promessas de assistência militar, que às vezes são descomedidas. É para o Chile e a Argentina — os dois Estados mais hesitantes — que Welles dirige seus esforços. Ele parece ter obtido sucesso em 22 de janeiro, quando a conferência elabora um documento no qual o conjunto dos países participantes se compromete a romper relações diplomáticas com o Eixo⁴⁷. Segundo Welles, a Argentina “aceitou oficialmente esse texto”, ao passo que o representante do Chile na conferência — Juan Baptista Rosseti — “também o aceitou, mas espera agora uma aprovação formal de seu governo”⁴⁸. Ora, ainda na tarde de 22 de janeiro, Welles é informado pelo ministro das Relações Exteriores e chefe da delegação argentina na conferência — Enrique Ruiz-Guinazu — que o presidente da República Argentina — Ramon Castillo — desaprova o projeto estabelecido algumas horas antes por seu ministro das Relações Exteriores⁴⁹. No dia seguinte, então, recomeçam as negociações com vistas à elaboração de novo texto.

O texto aprovado em 22 de janeiro tinha um caráter de automaticidade bastante acentuado, já que o conjunto dos Estados presentes no Rio de Janeiro concluía que não podia — tendo em vista o estado de beligerância entre o Eixo e os Estados Unidos — “manter relações diplomáticas com

(44) *Ibidem.*

(45) *Ibidem.*

(46) FRUS, 1942, v. V, tel. de 19 de janeiro de 1942, p. 636.

(47) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 39, de 22 de janeiro de 1942, pp. 32-3.

(48) *Ibidem.*, p. 33.

(49) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 41, de 22 de janeiro de 1942, pp. 33-4.

o Japão, a Alemanha e a Itália...”⁵⁰. A partir do dia 23, é estabelecida uma nova formulação. É surpreendente a rapidez com que esse projeto é aceito pela conferência, pois o novo texto confirma o desejo de ruptura das relações diplomáticas com o Eixo. Todavia a ruptura não é mais automática, nem coletiva, pois a nova redação se limita a formular *uma recomendação* de rompimento. A liberdade de ação é deixada por completo aos Estados. Essa decisão não extremada é, sem dúvida, um fracasso do Departamento de Estado em seus esforços para que fosse aceita por seus parceiros a idéia de uma solidariedade efetiva e imediata. Em compensação, a diplomacia platina pode — novamente — considerar-se satisfeita, como aliás assinala a imprensa dos Estados Unidos: *The New York Times*, por exemplo, afirma em sua edição de 24 de janeiro que a adoção de uma fórmula de recomendação “é a maior vitória diplomática da Argentina”⁵¹.

A posição irredutível adotada por Buenos Aires torna vã qualquer tentativa para fazer com que o país saia de sua posição de neutralidade. Em compensação, Sumner Welles julga que o Chile ainda pode ser recuperado e decide então concentrar todos os seus esforços para que Santiago se una aos Estados Unidos dispostos a romper com o Eixo. Como serviu para convencer o Brasil, a promessa de assistência militar também deve servir para fazer com que Santiago chegue a uma decisão. Welles promete aos dirigentes chilenos que os Estados Unidos participarão da defesa costeira do Chile, em troca da ruptura das relações diplomáticas e comerciais de Santiago com o Eixo⁵². A costa chilena estende-se por mais de 4 mil quilômetros, o que torna sua defesa praticamente impossível. Além do mais, algumas semanas depois de Pearl Harbor, os Estados Unidos não dispõem de homens e de equipamentos militares suficientes para um empreendimento desse tipo. Cordell Hull tem então de desaprovar as promessas feitas por Sumner Welles e de censurá-lo por ter “modificado a política do Departamento de Estado” e por ter agido sem autorização⁵³.

Para vencer as reticências do Departamento de Estado, o ministro das Relações Exteriores chileno declara, na sessão de 25 de janeiro, que não existe “sombra de dúvida de que o Japão se prepara para atacar imediatamente o Chile”⁵⁴. Essa declaração não produz o efeito esperado e o Departamento de Estado confirma não querer manter as promessas de Welles.

(50) *Ibidem*, doc. n.º 39, de 22 de janeiro de 1942, pp. 32-3. Ver também AB, doc. n.º NP/39.62100, de 24 de janeiro de 1942.

(51) Sobre as repercussões da decisão argentina nos Estados Unidos, ver em especial as comunicações do embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins, in AB, doc. confidencial n.º NP/67/960.111-920.1 (42) 81, de 24 de janeiro de 1942, bem como o documento AB, n.º NP/64/940 (00) 500, de 23 de janeiro de 1942.

(52) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 79, de 26 de janeiro de 1942, pp. 41-2.

(53) HULL, C., *Memoirs, op. cit.*, v. II, pp. 1148-9.

(54) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 52, de 25 de janeiro de 1942, pp. 39-40.

o relativo sucesso de uma certa solidariedade não coatora, pois, afinal, somente dois Estados recusam romper relações diplomáticas e comerciais com o Eixo. Por fim, sucesso das questões secundárias abordadas na conferência: uma série de decisões é tomada, de caráter limitado, mas constituindo um primeiro passo para uma maior integração em escala continental. Essas decisões são de três tipos.

As primeiras visam a uma maior integração econômica da América Latina com os Estados Unidos. As principais medidas adotadas foram as seguintes:

- aumentar as relações comerciais interamericanas;
- desenvolver a produção de material estratégico;
- manter a segurança das vias de transporte no hemisfério;
- manter a organização econômica do hemisfério;
- romper as relações comerciais e financeiras com o Eixo;
- controlar as operações bancárias dos originários do Eixo;
- desenvolver a produção de base; e
- aumentar os investimentos mútuos...⁵⁶.

O segundo grupo de medidas visa a lutar contra “as atividades subversivas” dos originários ou simpatizantes do Eixo. A conferência prevê uma coordenação das medidas policiais e judiciárias, bem como o estabelecimento de um “sistema de investigações”⁵⁷ visando à defesa continental.

Finalmente, o terceiro grupo de medidas tem como objetivo uma melhor defesa militar do continente. A conferência decide convocar uma reunião dos “técnicos militares e navais” em Washington, “para estudar e sugerir as medidas necessárias à defesa do Continente...”⁵⁸ à Junta Interamericana de defesa, com sede no Rio de Janeiro, intermitentemente, desde 1938.

Ainda que a mais importante medida proposta sobre a questão fundamental — a obrigação de romper imediatamente as relações diplomáticas e comerciais com o Eixo — da Conferência do Rio de Janeiro não tenha chegado a bom termo, é preciso concluir que a terceira conferência extraordinária dos ministros das Relações Exteriores do Novo Mundo é um sucesso do ponto de vista da solidariedade continental. A partir de agora os

(56) Para o conjunto das decisões tomadas na Conferência do Rio de Janeiro, ver RAPR, 1942, pp. 131-65.

(57) A Conferência do Rio de Janeiro decide também a criação de um Comitê de Urgência de Defesa Política, com sede em Montevidéu, a fim de “lutar contra a subversão, a espionagem, a propaganda e a sabotagem” e de coordenar essa luta a nível interamericano. Ver a esse respeito, em especial DUGGAN, L., *The Americas...*, *op. cit.*, pp. 92-9.

(58) RAPR, 1942, pp. 162-3.

países ao sul do Rio Grande sabem que seu compromisso ao lado dos Estados Unidos poderá dar lugar a contrapartidas interessantes. É dentro desse espírito que o Brasil, ao fim dos trabalhos de conferência, rompe relações com o Eixo.

c) O rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo

A partir de 23 de janeiro de 1942, quando a Conferência do Rio de Janeiro recomenda a seus participantes romper relações diplomáticas com o Eixo, o Itamarati toma certas disposições e avisa suas embaixadas em Tóquio, Berlim e Roma que o rompimento das relações diplomáticas é iminente⁶⁰. Isso não impede que essa eventualidade não obtenha unanimidade dentro do governo brasileiro. Assim, em 24 de janeiro, os militares contrários a essa medida, em particular Góis Monteiro e Gaspar Dutra, fazem uma última tentativa junto a Vargas, argumentando que o Brasil não está “preparado militarmente para suportar as conseqüências de um tal gesto”⁶¹.

A posição dos dirigentes militares brasileiros é inequívoca. Levam muito a sério as ameaças do Eixo e o mau preparo militar do Brasil, tanto em homens como em equipamento, impede, em sua opinião, que se corra esse risco. Ainda que as alegações dos principais dirigentes militares do país tenham fundamento, fica também claro que sua recusa em romper com o Eixo se inspira na simpatia política diante dos regimes totalitários⁶².

(59) Por outro lado, um conflito de fronteira entre o Peru e o Equador também é resolvido durante os trabalhos da conferência, graças à mediação de Osvaldo Aranha, que consegue, com a assinatura de um Protocolo de Paz, Amizade e Limites entre os dois países, pôr fim às hostilidades. Cf. RAPR, 1942, p. XVI, bem como o artigo de BOWMAN, I., “The Ecuador-Peru Boundary Dispute”. In *Foreign Affairs*, v. XX, n.º 4, julho de 1942, pp. 757-61.

(60) RAPR, 1942, pp. 127-9.

(61) AGV, doc. n.º 42.01.24/2 XXXVII-16a, de 24 de janeiro de 1942.

(62) A questão da oposição de certos dirigentes civis e militares brasileiros ao rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo não foi até o momento completamente esclarecida. Por um lado, em virtude do segredo que cerca as deliberações governamentais e de uma censura eficiente. Por outro lado, em virtude do desenvolvimento das operações militares e da entrada efetiva do Brasil no conflito ao lado dos Aliados, as vozes discordantes dentro do governo calaram-se progressivamente. É compreensível que essas vozes não desejem lembrar um período conturbado da história nacional, em que sua atitude é hoje encarada como incômoda.

Alguns esforços são feitos pela historiografia brasileira para apresentar esse período de uma maneira mais imparcial. Assim, SILVA, H., in *1942: Guerra no Continente, op. cit.*, ao mesmo tempo que enfatiza que a decisão de romper com o Eixo é tomada com “unanimidade” (p. 43), não teme contradizer-se, quando evoca a oposição dos meios militares — em particular

No entanto, quando Osvaldo Aranha pronuncia o discurso de encerramento dos trabalhos da Conferência do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro, ele retira a última dúvida sobre a posição brasileira diante da guerra. Eis a parte principal de sua declaração:

“O Brasil, meus senhores, em toda a sua história, sempre teve como decisivo o valor de sua palavra. Recebemos de nossos antepassados esse patrimônio moral incomparável e o defenderemos com todas as nossas forças. Estamos dispostos a todos os sacrifícios para a nossa defesa e a defesa da América. Nosso povo, que evoluiu na paz, que formou sua mentalidade no acolhimento fraternal de todos os homens de boa vontade, tem em seus estatutos nunca violados o repúdio à guerra de conquista. Não acreditamos que a guerra seja elemento de civilização ou de evolução. Não acreditamos que a guerra seja capaz de assegurar a felicidade dos povos. Nosso progresso não se processou com o espírito dominado pela obsessão da guerra. E, como todas as Nações que amam a paz, fomos até imprevidentes em nossa defesa, porque os recursos do povo os aplicamos em benefício direto do povo e nunca contra outros povos...”⁶³.

A seguir, o responsável pelo Itamarati enfatiza o caráter “exemplar” da neutralidade do Brasil. Conseqüentemente, o Brasil tem de adotar, segundo Aranha, outra atitude “exemplar”: a de solidariedade imediata e efetiva com a América agredida. Assim, continua Aranha, “... hoje, às

de Góis Monteiro e Gaspar Dutra — a essa tomada de posição (pp. 42 e 45). Em um encontro que tivemos no Rio de Janeiro, em junho de 1978, com Vasco Leitão da Cunha — à época adjunto do ministro da Justiça, nosso interlocutor explica as dissidências dentro do governo brasileiro diante dos problemas da paz e da guerra e as reticências dos militares em romper as relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, pelo grande impacto das vitórias militares alemãs. Essa admiração de alguns meios militares pela máquina de guerra alemã é tamanha, segundo Vasco Leitão da Cunha, que boa parte do exército brasileiro está convencida da vitória final do Eixo. A falta de unidade de pontos de vista de seu gabinete não parece inquietar Vargas. Quando Vasco Leitão da Cunha encontra-se com ele uma semana depois do rompimento com o Eixo, para tratar de questões do Ministério da Justiça, ele aproveita a oportunidade para declarar a Vargas que “depois da resolução que tomamos na semana passada [ruptura das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo] a situação da opinião pública está afetada, pois aqueles que até então tinham o direito de ser germanófilos não o têm mais. De maneira que não creio que seja possível conciliar isso com a continuação de três personagens no governo: o ministro da Guerra [Gaspar Dutra], o chefe do Estado-Maior [Góis Monteiro] e o chefe de Polícia [Filinto Müller], cujos sentimentos são conhecidos”. O presidente não gostou, arregalou os olhos: “Isto não é um governo de gabinete. Não são os ministros que respondem pelo presidente, mas o presidente que responde pelos ministros”. Ainda ponderei: “Sr. presidente, constitucionalmente o sr. tem toda a razão. Mas receio que a opinião pública não entenda isso, não tome a sério nossa posição”. Ao que respondeu o presidente, já sorridente, com seu charuto: “Não se preocupe. Eles entram na linha”. Para um testemunho mais completo de Vasco Leitão da Cunha, sobre essa questão, ver também seu artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, de 28 de maio de 1978.

(63) In RAPR, 1942, pp. 124-6.

18 horas, de ordem do Senhor Presidente da República, os Embaixadores do Brasil em Berlim e Tóquio e o Encarregado de Negócios do Brasil em Roma passaram nota aos governos junto aos quais estão acreditados, comunicando que, em virtude das recomendações da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, o Brasil rompia suas relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, a Itália e o Japão...’’⁶⁴.

Efetivamente, na mesma data, os representantes diplomáticos brasileiros nos três países do Eixo, comunicam que, “integrando-se no sentimento unânime de solidariedade continental, em momento grave para este hemisfério, [as Repúblicas americanas] recomendaram a ruptura de suas relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, por ter este agredido um Estado americano e lhe haverem os dois outros declarado guerra’’⁶⁵, o governo brasileiro é “levado a suspender as relações diplomáticas e comerciais’’ com a Alemanha, a Itália e o Japão⁶⁶.

O rompimento das relações diplomáticas com o Eixo segue uma recomendação da conferência; a isso se acrescenta o rompimento das relações comerciais — pedido complementar da Conferência do Rio de Janeiro —, que tem, para o Brasil, um alcance prático considerável. Essa política extremada é devida, antes de tudo, à ação de Osvaldo Aranha. E, já que o responsável pelo Itamarati se esforça, a partir de 1934, para fazer progredir a cooperação brasileiro-americana em todos os setores, Aranha pode considerar-se satisfeito com os resultados da Conferência do Rio de Janeiro⁶⁷.

Qual é a reação do Eixo às decisões da Conferência do Rio de Janeiro e, em especial, ao rompimento decidido pelo Brasil?

Na tarde de 27 de janeiro, Prüfer comunica à Wilhemstrasse que, segundo “novas fontes bem informadas”, parece que “Getúlio Vargas concorda com o rompimento’’⁶⁸. A partir desse momento, a diplomacia alemã está convencida do fim próximo da neutralidade brasileira. Assim, no próprio dia 27, a Wilhemstrasse ordena a Prüfer para “não mais se encontrar com Vargas’’⁶⁹ e para abster-se de tomar qualquer providência visando a dissuadir o governo brasileiro de sua atitude, pois isso seria inútil⁷⁰. No dia seguinte, Prüfer vai com seus colaboradores para Buenos

(64) Ibidem.

(65) Ibidem, pp. 127-9.

(66) Ibidem.

(67) É a Portugal que cabe a tarefa de defender os interesses brasileiros junto ao Eixo depois do rompimento das relações diplomáticas. Cf. DDA, dossiê n° 6, doc. n° 157427 e n° Pol. IX 315/42, de 29 de janeiro de 1942.

(68) DDA, dossiê n° 6, doc. n° 456, de 27 de janeiro de 1942.

(69) DDA, dossiê n° 6, doc. n° 127, de 27 de janeiro de 1942.

(70) Ibidem.

Aires, onde pensa continuar suas atividades⁷¹. O embaixador alemão fica bastante impressionado com a polidez dos brasileiros nesses momentos difíceis e a explica, de um lado, “em virtude da ausência de sentimentos negativos em relação à Alemanha”, já que o rompimento se deve, segundo Prüfer, a “cálculos políticos”⁷². Por outro lado, Osvaldo Aranha não quer que os diplomatas alemães sejam molestados na ocasião de sua partida⁷³.

Ao contrário da fria reação alemã, a Itália recebe as decisões da Conferência do Rio de Janeiro com irritação. Assim, em 25 de janeiro, Ciano anota em suas memórias que “o rompimento das relações diplomáticas com as nações da América do Sul tem início. Hoje, é o Peru, amanhã, parece, será o Uruguai e o Brasil”⁷⁴.

Nesse mesmo dia, Ciano recebe o embaixador “da Argentina que volta de Buenos Aires. Seu país resistiu e ainda resistirá, mas não poderá resistir indefinidamente ao isolamento. É preciso, portanto, esperarmos uma ruptura das relações com a América Latina. O embaixador [argentino] me fez uma alusão à possibilidade de estabelecer uma distinção entre a Alemanha e nós; desfiz-lhe, de imediato, qualquer ilusão a esse respeito. O Duce não a aceitaria jamais e isso não seria vantajoso para nós”⁷⁵.

Depois de ter recebido a comunicação do encarregado de negócios brasileiro em Roma e de Ugo Sola a respeito do rompimento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a Itália, Mussolini quer que Ciano “diga ao encarregado de negócios... que o Duce tem memória de elefante e que chegará o dia em que ele fará o Brasil pagar caro por essa decisão”⁷⁶.

O responsável pela diplomacia italiana não leva muito a sério as ameaças de Mussolini e se indaga “como e onde” a Itália poderá realizar os desejos do Duce⁷⁷.

d) Os novos acordos brasileiro-americanos

O período que se segue à Conferência do Rio de Janeiro é um dos mais ricos da história da cooperação entre o Rio de Janeiro e Washington. O ceticismo de alguns dirigentes brasileiros diante das promessas norte-ameri-

(71) DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 500, de 28 de janeiro de 1942.

(72) DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 479, de 28 de janeiro de 1942.

(73) *Ibidem*.

(74) CIANO, G., *Journal Politique, 1939-1943, op. cit.*, v. II, p. 114.

(75) *Ibidem*.

(76) *Ibidem*, p. 115.

(77) *Ibidem*.

canas se verifica infundado e os dois países vão estabelecer vínculos tão sólidos que duram até hoje.

Os acordos brasileiro-americanos concluídos durante o período entre fevereiro e agosto de 1942 se dividem em três grupos: os acordos estratégicos e militares bilaterais, os que visam à luta contra o Eixo em escala continental e, por fim, os acordos econômicos bilaterais.

O mais importante desses acordos é assinado em 3 de março de 1942, sob a forma de um “Lend-Lease”. Esse acordo retoma as disposições gerais do “Lend-Lease” feito entre os dois países em 1º de outubro de 1941. Contudo, desta vez, trata-se de um acordo de grande alcance, já que os Estados Unidos se comprometem a entregar ao Brasil “armas e munições de guerra” num total de 200 milhões de dólares, sendo que os fornecimentos se escalonarão até 1º de janeiro de 1948⁷⁸. Esse material destinado à Marinha de Guerra e ao Exército do Brasil beneficia-se de créditos importantes por parte dos Estados Unidos e de uma redução de 65% no preço real⁷⁹. O Brasil, portanto, pagará um total de apenas 70 milhões de dólares⁸⁰.

As vantajosas condições oferecidas pelos Estados Unidos, bem como a rapidez com que o acordo é concluído, fazem cair as últimas restrições brasileiras quanto à questão da militarização do Nordeste e do arquipélago de Fernando de Noronha. De fato, depois de ter permitido, em fins de dezembro de 1941, o início dos trabalhos das bases militares do Nordeste, o Brasil declara o arquipélago de Fernando de Noronha zona estratégica para a defesa nacional e, assim, as ilhas se tornam, em março de 1942, um Território que depende diretamente do Ministério da Guerra.

Em fevereiro de 1942, o Rio de Janeiro concorda formalmente com que três destacamentos de soldados norte-americanos se instalem no Nordeste e no arquipélago de Fernando de Noronha⁸¹. Em 10 de abril — constatando a presença de submarinos do Eixo ao largo da Região Nordeste — os Estados Unidos pedem e obtêm autorização para efetuar patrulhas

(78) Para o texto integral do acordo, ver FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 832.24/3-342, de 3 de março de 1942, pp. 815-8, bem como AB, doc. n.º EC/NP/AC/147/870.1(60) (00), de 26 de fevereiro de 1942.

(79) Ibidem.

(80) Ibidem. Ver também FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 276, de 5 de fevereiro de 1942, pp. 639-41. Sobre o acordo de 3 de março de 1942, ver em especial o artigo de POPEER, D. H., “U.S. — Brazilian Economic Accords of March 3, 1942” in *Foreign Policy Reports*, de 15 de março de 1942, p. 307, bem como os trabalhos mais gerais de BIDWELL, P. W., “Good Neighbors in the War and After”, in *Foreign Affairs*, abril de 1943, v. 21, n.º 3, pp. 286-95, WILDE, J. C., “Wartime Economic Cooperation in the Americas”, in *Foreign Policy Reports*, de 15 de fevereiro de 1942, pp. 286-95, bem como as obras de DULLES, J. W. F., *Getúlio, op. cit.*, que designa o período posterior à Conferência do Rio de Janeiro como sendo o de uma “aliança entre Roosevelt e Vargas” (pp. 238-40). A mesma expressão é utilizada por McMANN, F., *The Brazilian..., op. cit.*, pp. 259-90.

(81) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 558, de 23 de fevereiro de 1942, p. 651.

aéreas na região⁸². Trata-se de uma medida acertada, pois submarinos do Eixo se preparam para lançar ataques contra navios mercantes — brasileiros e estrangeiros — que cruzam a região.

Em 7 de maio de 1942, o Brasil e os Estados Unidos decidem renovar o mandato da missão naval americana junto à Marinha de Guerra brasileira⁸³, ao passo que, através de notas trocadas em 23 e 27 do mesmo mês, os dois governos decidem estabelecer uma Comissão Técnica Militar Mista, a fim de estudar novos acordos militares, bem como a aplicação dos acordos já concluídos⁸⁴. O objetivo geral visado por essa comissão é o de determinar as necessidades imediatas das Forças Armadas brasileiras para a defesa do território nacional. No futuro, todas as negociações de cooperação militar entre os dois países devem ser desenvolvidas dentro dessa comissão.

As questões referentes à ação dos serviços secretos do Eixo na América Latina em geral, e no Brasil em particular, são objeto de particular atenção por parte do Rio de Janeiro e de Washington. A repressão ditada por considerações de política interna é substituída por uma luta contra os agentes do Eixo e, em especial, da espionagem alemã. A ação brasileira chega rapidamente a seus primeiros resultados e em fins de março de 1942 cerca de trinta agentes do Eixo encontram-se presos, enquanto a polícia brasileira mantém vigilância sobre cerca de aproximadamente duzentos suspeitos⁸⁵.

Todas as informações recolhidas pela contra-espionagem brasileira são transmitidas aos responsáveis norte-americanos e, em especial, ao FBI⁸⁶. Por outro lado, algumas emissoras de rádio clandestinas são descobertas no Rio de Janeiro e em São Paulo⁸⁷.

A fim de coordenar a contra-espionagem em escala continental, os países americanos, que romperam relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, decidem reunir-se em 15 de abril de 1942 em Montevidéu dentro do quadro do Comitê de Crise para as Questões de Defesa Política — convocado em consequência da resolução XVII do Ato Final da Conferência do Rio de Janeiro. Esse comitê se reunirá de modo permanente por todo o ano de 1942 e se preocupará, antes de tudo, em aconselhar as medidas a ser

(82) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 931, de 10 de abril de 1942, p. 657.

(83) Para o texto integral do acordo, ver o Executive Agreement Series do Departamento de Estado, n.º 247, ou 56 Sta. (pt. 2) 1462.

(84) Cf. *The Framework of Hemisphere Defense* da série "United States Army in World War II: The Western Hemisphere", Washington, Government Printing Office, 1960, pp. 317-9.

(85) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 987, de 21 de março de 1942, pp. 188-9, bem como os docs. n.º 994 de 22 de março (p. 189) e o n.º 1049 de 27 do mesmo mês (p. 191).

(86) FRUS, 1942, v. V, doc. s/n, datado de 10 de abril de 1942, p. 194, bem como o doc. n.º 1650, de 15 de maio de 1942, p. 199.

(87) *Ibidem*.

tomadas a fim de se exercer um controle estrito sobre os originários dos três países do Eixo. Em consequência das orientações do Comitê, o Brasil decide que os originários japoneses, chegados há pouco no Brasil, serão instalados no interior do país e viverão durante a guerra isolados do resto da população. Um outro método de controle consiste em obrigar os originários dos três países do Eixo a se apresentar regularmente às autoridades policiais dos países que os acolheram. Depois de algum tempo de “bom comportamento”, os originários do Eixo poderão receber um “certificado de boa conduta”, que os libera dessa exigência⁸⁸.

Restos do domínio italo-alemão em algumas comunicações aéreas brasileiras sobreviveram aos esforços norte-americanos para suplantar o Eixo nesse setor. De fato, a companhia de aviação italiana LATI e a filial da Lufthansa no Brasil — a Condor — exploram algumas rotas aéreas brasileiras. Um empréstimo concedido pelos Estados Unidos em condições muito vantajosas para o Brasil permite a este comprar a participação italo-alemã nas companhias aéreas em operação no Brasil. É o ponto final de toda a influência do Eixo nas comunicações aéreas brasileiras⁸⁹.

Em fevereiro de 1942, uma comissão brasileira composta de altos funcionários governamentais e dirigida pelo ministro da Economia, Arthur de Sousa Costa, vai aos Estados Unidos, a fim de negociar as modalidades e a extensão da futura cooperação econômica entre os dois países. Essa missão chega a concluir rapidamente alguns acordos com Washington. Assim, o acordo militar de 3 de março contém algumas cláusulas que visam a aumentar a cooperação no plano econômico. Entre essas cláusulas, mencionem-se as seguintes:

(88) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 327, de 29 de abril de 1942, pp. 75-6. O fato de o Chile e sobretudo a Argentina conservarem sua neutralidade após a Conferência do Rio de Janeiro torna difícil uma coordenação brasileiro-argentina para lutar contra as atividades subversivas do Eixo. Sob esse aspecto, não é por acaso que Prúfer e seus colaboradores decidem instalar-se em Buenos Aires, quando o Brasil rompe relações diplomáticas e comerciais com Berlim. Por outro lado, Prúfer é de opinião que “a propaganda nazista deve continuar” no Brasil e, para isso, deseja “que um funcionário experimentado” permaneça no Rio de Janeiro, mesmo depois do rompimento (DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 189, de 16 de janeiro de 1942). Tendo em vista a “importância dos prédios oficiais alemães no Brasil” e o grande número de cidadãos do Reich e dos de origem alemã, pode-se legitimamente acreditar que o ex-embaixador alemão no Rio de Janeiro toma certas precauções antes de deixar o território brasileiro e que a luta da Alemanha hitlerista continuará do outro lado da fronteira, sob a cobertura da neutralidade argentina, mas também no próprio Brasil. Em sua obra *Suástica...*, *op. cit.*, Stanley Hilton abre um grande espaço para o estudo das atividades dos serviços secretos alemães no Brasil depois do rompimento das relações diplomáticas e comerciais entre o Rio de Janeiro e Berlim.

(89) Cf. FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 2720, de 25 de julho de 1942, pp. 781-2. Para o conjunto dos contatos brasileiro-americanos com vistas a eliminar toda influência do Eixo nas linhas aéreas brasileiras, ver FRUS, 1942, v. V, pp. 766-89.

- concessão de um crédito de 100 milhões de dólares pelo Export-Import Bank “para o desenvolvimento da produção de materiais básicos e estratégicos e outros recursos naturais do Brasil...”⁹⁰;
- concessão de um crédito de 14 milhões de dólares pelo Export-Import Bank a fim de melhorar a ferrovia que liga o porto de Vitória à região de Itabira. Esse acordo prevê também a transferência da propriedade da mina, em mãos da Inglaterra, para os Estados Unidos, bem como o fornecimento a esses dois países do total de sua produção⁹¹.

Dentro do quadro da cooperação com vistas a aumentar a produção das matérias estratégicas, atenção especial é dada à floresta Amazônica, que abriga cerca de vinte milhões de seringueiras⁹². A exploração dessas plantas pode substituir a borracha que anteriormente era fornecida pelos países asiáticos ocupados pelo Japão. Assim, logo após a conferência do Rio de Janeiro, o órgão governamental norte-americano — Rubber Reserve Company — se compromete a investir cinco milhões de dólares no vale amazônico. Em contrapartida, o Brasil deverá entregar aos Estados Unidos “durante cinco anos toda a borracha” e todos os produtos derivados — pneus, câmaras de ar etc. — que constituem o excedente de sua produção⁹³.

Durante o período que vai de março a agosto de 1942, o Rio de Janeiro e Washington assinam alguns acordos comerciais, econômicos e financeiros. Estes têm como regra básica a concessão pelos Estados Unidos de um crédito para o desenvolvimento de alguns produtos, ao passo que o Brasil se compromete a fornecer a Washington todo o excedente da produção não utilizada no mercado interno. Esses acordos se referem antes de tudo aos produtos estratégicos (ferro, níquel, tungstênio, cobalto etc.), bem como aos produzidos em grande escala pelo Brasil (café, cacau, ricino, serapilheira etc.)⁹⁴.

(90) RAPR, 1942, p. 35.

(91) *Ibidem*, p. 34. O interesse dos Estados Unidos pelas minas de Itabira é considerável, pois essa região contém, segundo estudos preliminares, “uma das maiores reservas de ferro sulfuroso do mundo” (cf. RAPR, 1942, p. 34). Sobre os contatos brasileiro-americanos a respeito de Itabira, ver FRUS, 1942, v. V, pp. 674-90.

(92) AB, doc. n.º EC/65/842.952 (22) (42), de 23 de janeiro de 1942.

(93) RAPR, 1942, pp. 35-6.

(94) RAPR, 1942, pp. 34-41. Notemos que os Estados Unidos no início de 1942 envia ao Brasil uma missão dirigida por Morris L. Cooke, tendo como tarefa principal a avaliação das necessidades econômicas mais urgentes do país. Baseada nas conclusões da missão Cooke, vai ser elaborada uma planificação do desenvolvimento econômico nacional, o que faz dessa missão o primeiro esforço concreto de planificação em ampla escala da economia nacional (ver o trabalho publicado pela Fundação Getúlio Vargas sob o título de *A missão Cooke no Brasil*, Rio de Janeiro, 1949).

A questão do escoamento da produção algodoeira brasileira é outro problema importante resolvido depois da Conferência do Rio de Janeiro. Nunca é demais assinalar a importância dos mercados do Eixo para as exportações de algodão brasileiro. De fato, até setembro de 1939, os fornecimentos desse produto para a Alemanha — 72 000 toneladas anuais — representam mais da metade das exportações totais de algodão do país. Depois do início da guerra, o bloqueio inglês leva o Brasil a aumentar suas exportações algodoeiras para o Japão, que, sozinho, compra mais de 35% do total das exportações brasileiras desse produto⁹⁵. O ataque japonês a Pearl Harbor e a ruptura das relações diplomáticas e comerciais entre o Rio de Janeiro e Tóquio forçam o Brasil a buscar outros mercados para sua produção algodoeira.

O Rio de Janeiro então intensifica as conversações com os Estados Unidos, a fim de aumentar suas exportações para o mercado canadense — dominado, lembremos, até então pelos Estados Unidos. As negociações brasileiro-americanas chegam a bom termo e os dois países decidem a 17 de abril de 1942 a dividir entre si, em partes iguais, o mercado algodoeiro canadense⁹⁶.

O último aspecto da cooperação econômica brasileiro-americana, logo após a Conferência do Rio de Janeiro, diz respeito ao “controle das operações financeiras internacionais”⁹⁷. Sob essa designação geral, os dois países desejam entrar as atividades das organizações ou dos indivíduos ligados aos países do Eixo⁹⁸.

O próprio Morris J. Cooke publica um relatório sobre sua experiência brasileira sob o título *Brazil on the March: a Study in International Cooperation*. 2ª ed. Nova Iorque, McGraw-Hill, 1944.

(95) Cf. WILDE, J. C., “Wartime...”, *op. cit.*, pp. 288-9.

(96) FRUS, 1942, v. V, doc. datado de 17 de abril de 1942, p. 586.

(97) Cf. FRUS, 1942, v. V, pp. 789-814. Notemos que uma extensão dessas questões ao conjunto do Novo Mundo preocupa os Estados Unidos e uma conferência “interamericana sobre o modo de controle econômico e financeiro” será realizada em Washington entre 30 de junho e 10 de julho de 1942, cf. FRUS, 1942, v. V, pp. 58-73.

(98) De fato, desde o início da guerra, existe uma disputa com a Inglaterra a respeito das firmas brasileiras ou estabelecidas no Brasil e que são, segundo Londres, capazes de colaborar com a Alemanha. A “lista negra” inglesa enumera algumas empresas e indivíduos que colaboram com a Alemanha. O documento recomenda que o Brasil exerça uma estreita vigilância e aplique uma severa repressão em relação a essas empresas e esses indivíduos. O Rio de Janeiro não está disposto a aceitar as pressões inglesas — e norte-americanas a partir de fevereiro de 1942 —, pois as autoridades brasileiras consideram que vários nomes da “lista negra” não estão ligados aos interesses do Eixo e não colaboram com este. Osvaldo Aranha não esconde que essa questão é o único ponto de atrito entre o Rio de Janeiro e Washington durante os primeiros meses de 1942. Depois de várias semanas de negociação, o Rio de Janeiro comunica, em 17 de abril de 1942, que o diretor do Banco do Brasil, João Marques dos Reis, bem como Osvaldo Aranha e o ministro da Economia e das Finanças, Souza Costa, aceitam as objeções norte-americanas e inglesas das “listas negras”.

Entre as medidas adotadas conjuntamente pelos Estados Unidos e o Brasil, figura a proibição feita aos bancos estabelecidos no Brasil — com exceção do Banco do Brasil — de comprar ou vender moeda americana. Outra medida importante prevê que qualquer indivíduo ou instituição que queira comprar divisas americanas no Banco do Brasil, deverá satisfazer algumas condições e acrescentar, em especial, uma declaração “de antecedentes e de simpatias políticas”⁹⁹.

Diante da colaboração intensa, em todos os níveis, que se estabelece entre o Brasil e os Estados Unidos, logo após a Conferência do Rio de Janeiro, a questão que surge a partir de agora é a de saber se o Eixo continuará — apesar de suas ameaças anteriores — a respeitar uma neutralidade brasileira, que se aproxima da ficção, pois, ao mesmo tempo que se mantém à margem da guerra, o Brasil interpreta a solidariedade continental de uma maneira extremada.



Osvaldo Aranha na Conferência do Rio de Janeiro de 1942.

Os responsáveis brasileiros se declaram então dispostos a tomarem as medidas necessárias para eliminar qualquer contato entre as firmas e indivíduos citados pela “lista negra” e o Eixo. Entre as medidas adotadas, a nacionalização é a mais eficaz. Cf. FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 1306, de 17 de abril de 1942, pp. 765-6.

(99) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 1707, expedido por Caffery a Hull, em 20 de maio de 1942, pp. 791-2.

CAPÍTULO II

O EIXO DIANTE DA NOVA SITUAÇÃO

A solidariedade imediata e ativa do Brasil e dos Estados Unidos deixa apenas duas possibilidades para o Eixo: uma política de temporização, que apresenta uma chance mínima de retomar o diálogo com o Brasil, ou a execução das ameaças feitas durante os meses de dezembro de 1941 e janeiro de 1942. O Eixo opta pela segunda solução e prepara um ataque contra os navios mercantes brasileiros. Contudo, antes disso, Roma e Berlim julgam necessário assegurar a substituição do poder detido por Vargas, útil em caso de vitória militar. As ditaduras européias procuram então seu antigo aliado brasileiro: o integralismo.

a) O integralismo e o Eixo preparam o pós-guerra

Desaparecidos da cena política brasileira desde maio de 1938, a ex-Ação Integralista Brasileira e seu “chefe supremo”, Plínio Salgado, representam a última cartada do Eixo no Brasil.

Durante o período que vai de maio de 1938 a fevereiro de 1942, a finada AIB se caracteriza não somente por sua ausência física do Brasil, mas também por sua total falta de influência no processo decisório brasileiro. Onde estão os principais dirigentes do movimento integralista durante esses cinco anos? Alguns morreram depois do golpe fracassado de maio de 1938, como Severo Fournier. Outros foram julgados e se encontram na prisão, como o comandante Cochrane. Outros, por fim, os mais numerosos e influentes, escolheram o exílio. A Argentina e o Uruguai, por sua proximidade, são os países mais freqüentemente escolhidos pelos políticos brasileiros desejosos de escapar a um processo ou à prisão. O “chefe supremo” do movimento integralista escolheu como domicílio um país mais afastado do espaço, mas bem mais próximo de suas convicções políticas. De fato, Plínio Salgado foi procurar refúgio em Portugal. Ele encontra um Portugal salazarista. Um regime de inspiração corporativista e que também se chama, cúmulo da ironia, “Estado Novo”. Lisboa é mais compreensiva em relação ao “jornalista” Salgado — já que essa é a profissão declarada às

autoridades portuguesas¹⁰⁰. E é do outro lado do Atlântico que Plínio Salgado espera dirigir a luta integralista contra o regime varguista.

Todavia a tentativa não tem êxito, pois os dirigentes integralistas no exílio, privados de uma verdadeira base política no Brasil, ainda pagam muito caro pelos erros políticos e táticos de um passado ainda recente.

Para Plínio Salgado, existe apenas um adversário a combater: Getúlio Vargas. A esse respeito, cada vez mais claro no Brasil, o alinhamento com os Estados Unidos dá aos integralistas um argumento a mais contra a política de “sujeição” seguida por Getúlio Vargas. O maniqueísmo da extrema-direita se manifesta então com todo vigor e Plínio Salgado condena a política externa brasileira em bloco, fustigando tanto as relações com os Estados Unidos quanto o apoio brasileiro aos Aliados. Para além das afinidades ideológicas, essa opção marcada pelo oportunismo se explica pela luta encarniçada que a ex-AIB desenvolve contra o Brasil oficial e, em particular, contra Getúlio Vargas. Para combater o inimigo comum, a ex-AIB e o Eixo estabelecem contato entre si.

Durante a guerra, Lisboa desempenha papel bastante particular. Capital de um país neutro, mas simpatizante do Eixo, ela se encontra na porta da Europa. Por isso, torna-se rapidamente um centro de intrigas e sede de um surdo confronto entre agentes de informação de todos os lados. A polícia portuguesa tem então muito o que fazer, pois a luta entre espíões — sobretudo ingleses e alemães — não tem tréguas. É nessa cidade, de aparência serena, às margens do Tejo, que Plínio Salgado encontrou refúgio. Em primeiro plano, Plínio Salgado reside no Hotel Tivoli, mas seus movimentos são muito facilmente controlados. Ele decide então mudar-se e passar a morar na avenida de Berna, na zona moderna de Lisboa. É aí que enviados especiais alemães e italianos vão encontrá-lo¹⁰¹.

(100) AI, dossiê nº 27, doc. s/n, datado de 25 de abril de 1942.

(101) Ibidem. Aqui há que fazer um parêntese relativo ao que se refere à documentação disponível. Ela é apenas de origem alemã e italiana. Apesar de suas várias obras, Plínio Salgado jamais mencionou seus contatos secretos com os agentes italianos e alemães. Em uma obra publicada em 1977 no Rio de Janeiro (Ed. Civilização Brasileira), um dos representantes da escola “brazilianist” faz algumas revelações que provocaram sensação e comoção no Brasil. De fato, Stanley HILTON relata em sua obra *Suástica sobre o Brasil: a História da Espionagem Alemã no Brasil*, *op. cit.*, com base nas informações contidas nas memórias de um agente secreto alemão, Walter SCHELLENBERG, publicadas em Nova Iorque em 1956, que é por iniciativa do próprio Plínio Salgado que membros da embaixada alemã em Lisboa e, em particular, Walter Schellenberg, têm vários encontros “no início de 1942” com o chefe da ex-AIB, que “Baseava sua oferta [de colaboração] na condição de que a Alemanha, por reconhecesse, por assim dizer, como o líder político do Brasil” (HILTON, S., *Suástica...*, *op. cit.*, pp. 200-1). As fontes utilizadas por Stanley Hilton — essencialmente as memórias de Schellenberg — podem deixar pairar uma certa dúvida a respeito dessas afirmações, mas as fontes diplomáticas, tanto italianas quanto alemãs, confirmam as afirmações de Stanley Hilton e de Walter Schellenberg.

Tal como no passado, quando se tratava de combater a campanha nacionalista de Vargas, o Eixo se apresenta ainda uma vez desunido diante das questões brasileiras. De fato, as iniciativas italianas e alemãs junto a Plínio Salgado são tomadas de maneira independente. A primeira se deve à Itália, que, certa da vitória militar final do Eixo, se preocupa, em abril de 1942, em organizar o mundo do pós-guerra. No início de abril de 1942, o enviado especial italiano — o “doutor” Colpi, antigo cônsul em São Paulo — chega a Lisboa a fim de encontrar Salgado.

Este último, extremamente desconfiado, toma uma série de precauções antes de entrar em contato pessoal com Colpi. Assim, por exemplo, Colpi tem de ter como intermediário o secretário de Salgado, H. M. Lins de Albuquerque. A seguir, é impossível ter conversas telefônicas com o ex-chefe da AIB; pois, segundo ele, “como a companhia telefônica de Lisboa é inglesa”, ele certamente está sendo escutado. Por fim, Colpi tem de mudar por várias vezes o local do encontro com Salgado, pois este teme ser seguido¹⁰².

Finalmente, Colpi consegue encontrar-se uma primeira vez com Salgado em 10 de abril de 1942. Seguem-se três outros encontros. No primeiro contato com Colpi, Salgado afirma continuar “a dirigir de Lisboa e de maneira secreta o movimento fascista brasileiro”¹⁰³. A direção exercida por Salgado sobre esse movimento é incontestável e ele dá como prova disso as excelentes relações que mantém no Brasil e em toda a América do Sul. Salgado assegura a Colpi, por exemplo, que o seu representante oficial no Brasil é Raimundo Padilha. O chefe da ex-AIB revela que mantém contatos secretos com diplomatas brasileiros acreditados no estrangeiro, como Fonseca Hermes, da embaixada em Madri¹⁰⁴.

As relações de Plínio Salgado com os movimentos políticos de tipo fascista no resto da América do Sul não podem impressionar positivamente a Colpi, pois Salgado só está em condições de afirmar que está em contato “com nacionalistas argentinos” e, mais particularmente, com o coronel Umberto Molina, residente em Córdoba¹⁰⁵.

A reação moderada de Colpi leva o dirigente da ex-AIB a enfatizar que o movimento integralista conta “hoje com o apoio do clero, de todos os católicos, do Partido Nacionalista Brasileiro”¹⁰⁶ e obtém progressivamente a simpatia das Forças Armadas, em especial da Marinha de Guerra e do Exército, pois “o orgulho destes foi mortalmente ofendido pela proibição

(102) AI, dossiê n° 27, doc. s/n, datado de 25 de abril de 1942.

(103) Ibidem.

(104) Ibidem.

(105) Ibidem.

(106) Ibidem, p. 1.

feita aos oficiais brasileiros de terem acesso às bases militares norte-americanas instaladas na região de Natal e de Pernambuco”¹⁰⁷.

Plínio Salgado está consciente de que a grande massa de inscritos — lembremos que os dirigentes da AIB sempre se esforçaram para apresentar o número de um milhão de adeptos antes de 1938 —, número que “talvez tenha diminuído um pouco”¹⁰⁸ — mas esse apoio entretanto não enfraqueceu, pois, assinala Salgado, tornou-se mais amplo e atualmente compreende “as forças de todas as colorações... que se opõem a que o Brasil se torne uma colônia norte-americana dominada pelos Judeus”¹⁰⁹. O apoio à ex-AIB se estende também “a todos os estrangeiros” residentes no Brasil e em particular os italianos, os alemães e os húngaros¹¹⁰.

Além das razões já mencionadas, compreende-se facilmente a preocupação de Plínio Salgado de reatar com o Eixo: de um lado, o movimento integralista não tem — nas circunstâncias do momento — qualquer perspectiva de desempenhar algum papel na política brasileira; apesar das alegações de Plínio Salgado, o movimento integralista é politicamente insignificante durante a guerra. Por outro lado, Plínio Salgado está certo “da vitória do Eixo”¹¹¹. Como então não aproveitar a oportunidade oferecida por Colpi de favorecer “o advento de uma força nacionalista no Brasil”?¹¹²

Essa “força nacionalista”, para Plínio Salgado, só pode ser o movimento integralista, e ele declara a Colpi que já prevê “o dia do triunfo do meu partido”¹¹³. Conseqüentemente, se a ex-AIB “atualmente liga seu futuro ao do Eixo, ela deseja que em compensação o Eixo leve em conta esse fato na ocasião da vitória”¹¹⁴. Plínio Salgado, por outro lado, estabelece uma distinção entre Roma e Berlim. Ele se inclina para a Itália, em relação à qual tem “mais simpatia”¹¹⁵. Isso não impede que ele preveja a próxima chegada a Lisboa de um emissário especial alemão.

Quais são as propostas de Salgado a Colpi? No primeiro encontro, o chefe do movimento integralista hesita em apresentar propostas concretas, pois espera a chegada a Lisboa em meados de maio “de um emissário especial, na pessoa de um denominado Mello”, que traria do Rio de Janeiro, “notícias de alto interesse”¹¹⁶. Trata-se de Gerardo Mello Mourão, membro da ex-AIB e um dos principais contatos de Plínio Salgado no Brasil. Mello

(107) *Ibidem*.

(108) *Ibidem*.

(109) *Ibidem*.

(110) *Ibidem*, pp. 1-2.

(111) *Ibidem*.

(112) *Ibidem*. Plínio Salgado declara também a Colpi que, quando a paz vier — a do Eixo — o Brasil “só poderá salvar-se” através da AIB e dele próprio.

(113) *Ibidem*.

(114) *Ibidem*.

(115) *Ibidem*.

Mourão deve chegar a Lisboa em meados de maio de 1942, vindo do Brasil a bordo do navio *Bagé*. Ora, Colpi não pode esperar mais em Lisboa, já que sua missão está limitada em seus objetivos; é preciso que ele volte o mais cedo possível a Roma. Plínio Salgado decide então apresentar, antes mesmo da chegada de Mello Mourão, algumas propostas concretas, das quais estas são as mais importantes:

- a) Plínio Salgado está muito interessado em participar — enquanto representante do Brasil — da futura “conferência de paz” que deverá ser organizada logo após a vitória militar do Eixo.
- b) A ex-AIB julga ser necessário criar no Brasil, com ajuda do Eixo, um “movimento de independência nacional”, a exemplo do que “os japoneses se esforçam, segundo Salgado, para provocar no México”. Pois, continua Salgado, “se alguma coisa devia chegar ao Brasil, isso poderia ser a fagulha que faria toda a América do Sul insurgir-se contra o predomínio norte-americano”.
- c) Plínio Salgado se declara pronto a colocar à disposição do Eixo “a rede de seus adeptos e simpatizantes nos Estados Unidos e na Inglaterra” [esta proposta está sublinhada pelos serviços diplomáticos italianos]¹¹⁷.
- d) Plínio Salgado está finalmente disposto a fornecer todas as informações de que dispõe referentes às bases militares norte-americanas instaladas no Brasil e a empreender ações militares a fim de criar “um estado de inquietação e de ameaça às bases norte-americanas”¹¹⁸.

Discutem-se também futuros contatos com altos responsáveis políticos e militares italianos, seja em Lisboa, seja na própria Itália. Plínio Salgado está disposto a se deslocar até a Itália, a fim de discutir os detalhes dessa cooperação. Colpi dá parecer favorável a essa viagem, mas, “por

(116) Ibidem.

(117) Ibidem.

(118) Ibidem, p. 4. Trata-se de um resumo do relatório de Colpi dirigido a Ciano. Em 19 de abril de 1942, Colpi entra em contato em casa de Plínio Salgado, com o comandante do navio brasileiro *Cuyabá*, chamado Aristóbulo, que no momento faz escala em Lisboa. Plínio Salgado aproveita a ocasião para mostrar a Colpi “260 cartas enviadas para simpatizantes no Brasil sob os cuidados de Aristóbulo” (cf. relatório Colpi, p. 4). Colpi encontra pessoalmente Aristóbulo — “de maneira fortuita” alguns dias depois, nos escritórios comerciais de Hermes Lins de Albuquerque. É então que “espontaneamente”, segundo Colpi, Aristóbulo — “integralista convicto” — descreve a Colpi as bases militares norte-americanas do Nordeste. Aristóbulo chega a fazer um “plano sumário” de duas bases que ele conhece melhor e o transmite a Colpi, que, por sua vez, o envia a Roma. Esse documento não se encontra nos arquivos diplomáticos italianos.

diversas razões, declara ele, é preciso que essa viagem se faça com a maior precaução”¹¹⁹.

Nas conversas entre Plínio Salgado e Colpi, há uma “questão” que por várias vezes é evocada. Apesar do caráter secreto dos relatórios redigidos por Colpi para as autoridades italianas, este não fornece mais detalhes sobre o que ele chama de a “questão”¹²⁰; Colpi menciona apenas que Salgado está “plenamente de acordo” [“pieno accordo”] com a proposta¹²¹. Em momento algum, os dois interlocutores se mostram mais explícitos e a ausência de qualquer outra documentação sobre as atividades de Plínio Salgado durante essa época faz com que essa “questão” permaneça até agora como um enigma. Parece, contudo, que o objetivo principal da viagem de Colpi a Lisboa é precisamente fazer essa proposta a Plínio Salgado. Há que se julgar tratar-se de uma questão muito importante e, em todo caso, extremamente comprometedora, já que Colpi em seus relatórios políticos só faz menção a ela indiretamente!

A documentação disponível sobre os encontros entre Plínio Salgado e os enviados especiais alemães é menos rica que a referente aos contatos entre Salgado e Colpi.

Walter Schellenberg — agente secreto alemão — diz ter encontrado Plínio Salgado por várias vezes em Lisboa depois da Conferência do Rio de Janeiro¹²². Se nos ativermos apenas à documentação diplomática alemã disponível, constata-se efetivamente que Plínio Salgado recebe emissários especiais de Berlim durante esse período. De fato, em um relatório datado de 12 de junho de 1942, feito por um funcionário da Wilhemstrasse — Hiermit — para Hans Wilhelm Freytag — responsável pelo grupo Pol IX, destinado às questões referentes aos Estados Unidos —, pode-se ler que a embaixada alemã em Lisboa “mantém, através de intermediários, contatos permanentes com Plínio Salgado”¹²³.

A Alemanha deseja, antes de tudo, manter contato com Salgado, a fim de utilizá-lo, em caso de vitória militar do Eixo. Aí terminam as inten-

(119) AI, dossiê nº 27, doc. s/n, datado de 25 de abril de 1942.

(120) Ibidem.

(121) Ibidem, p. 3.

(122) HILTON, S., *Suástica...*, *op. cit.*, pp. 200-1.

(123) A partir de fevereiro de 1942, tanto a Itália quanto a Alemanha nada mais têm a esperar do Brasil oficial e decidem entrar em contato com Plínio Salgado. Esse estado de espírito de Roma e de Berlim é bastante aparente nos seguintes documentos: AI, dossiê nº 27, doc. secreto nº 576/30, de 12 de fevereiro de 1942 (trata-se de um relatório político sobre a situação brasileira do momento, redigido pela Legação italiana em Lisboa, segundo informações fornecidas por viajantes italianos e portugueses). Ver DDA, dossiê nº 7, doc. nº Pol. IX 6357/42 g, de 12 de junho de 1942 (trata-se de um relatório preparado por Hiermit para Freytag sobre o movimento integralista e que determina qual é a situação política brasileira, chegando Hiermit à conclusão de que Berlim nada deve esperar de positivo por parte do Brasil oficial).

ções de Berlim. A esse respeito, a Alemanha não deseja que essas relações se tornem “muito íntimas”¹²⁴, como as que foram mantidas, assinala Hiermit, até o rompimento das relações diplomáticas pela embaixada italiana no Rio de Janeiro com elementos integralistas que permaneceram no Brasil; estes últimos recebem constantemente, segundo Hiermit, “condecorações” e a diplomacia italiana organiza “festas” em sua intenção¹²⁵.

Apesar do entusiasmo demonstrado por Plínio Salgado, a diplomacia alemã mantém uma certa reserva em relação ao chefe da ex-AIB. Isso por duas razões principais: de um lado, a Wilhemstrasse está consciente da pouca importância política do integralismo no Brasil após maio de 1938. Por outro lado, o nacionalismo exacerbado e a ligação do integralismo brasileiro com a *latinitá* despertam a desconfiança de Berlim em relação a um parceiro que poderia tornar-se incômodo em caso de vitória do Eixo.

Quais são as reações do Brasil oficial diante do que é tramado por Plínio Salgado e o Eixo em Lisboa? Nenhuma! De fato, o caráter secreto dos contatos permitiu — até há pouco — a persistência de um silêncio total sobre essa questão. Intensos debates se seguiram à publicação de obras recentes¹²⁶. Todavia os ataques nominativos não devem fazer uma cortina de fumaça sobre os móveis profundos dos dirigentes da ex-AIB durante o primeiro semestre de 1942. Estes permanecem — como em 1938 — fundamentalmente golpistas e o sonho de Plínio Salgado é “saltar de pára-quedas” no Brasil em frente de um governo pró-Eixo, depois da vitória militar do totalitarismo. Esse plano seria tanto mais fácil de realizar na medida em que Salgado pensa deter o segredo da mobilização nacional em favor do Eixo: trata-se de substituir a expressão “integralismo” por “nacionalismo” e basear sua propaganda em duas asserções centrais. O “Brasil se torna progressivamente uma colônia norte-americana” e essa dominação se acompanha progressivamente por um “predomínio dos judeus sobre a vida nacional”¹²⁷.

A evolução dos combates vai frustrar os projetos de Plínio Salgado. Assim, é de pouco interesse atermo-nos por mais tempo sobre o estado de

(124) DDA, dossiê nº 7, doc. nº Pol. IX 6357/42 g, de 12 de junho de 1942.

(125) *Ibidem*.

(126) De fato, o caráter sensacionalista e o estilo “romance de espionagem” da obra de Stanley Hilton provocou durante os anos 1977-1978 um debate acalorado: a viúva de Plínio Salgado chegou a pensar, em determinado momento, em abrir um processo de difamação contra Hilton, ao passo que Gerardo Mello Mourão — citado também pelo historiador norte-americano — acusa-o de estar “a soldo do DOPS e da CIA”. Torna-se, portanto, muito problemático, em um clima carregado por tanta paixão, realizar um trabalho, mesmo baseado em fontes primárias, sem ser imediatamente acusado de ofensa à memória dos desaparecidos. Isso mostra também a falta de tradição de pesquisa histórica verdadeiramente científica no Brasil.

(127) AI, dossiê nº 27, doc. s/n, datado de 25 de abril de 1942.

espírito dos dirigentes integralistas durante esse período. Um fato, em compensação, merece ser sublinhado: na hipótese de os acontecimentos militares terem tomado outro rumo, a América do Sul e em particular o Brasil não teriam escapado ao domínio do Eixo, através de movimentos fascistas nacionais interpostos¹²⁸.

A maneira como Plínio Salgado acolhe as atitudes italianas e alemãs se inscreve, paralelamente, em uma nova fase das operações militares e navais no Atlântico. De fato, tendo perdido toda esperança de recuperar o Brasil oficial, o Eixo decide dar mais um passo na escalada do conflito: é o início dos ataques da Marinha de Guerra ítalo-alemã contra navios mercantes brasileiros. O Brasil vai progressivamente mergulhar em uma guerra que ele sempre desejou evitar.

b) O Eixo age: a frota brasileira é atacada

Às vésperas da abertura da conferência do Rio de Janeiro, o embaixador alemão no Brasil, Prüfer, não pôde deixar de observar, em uma nota enviada à Wilhemstrasse, que os brasileiros têm interesse em levar em consideração as cartas dos três embaixadores do Eixo no Rio de Janeiro, pois a “costa brasileira é muito difícil de ser protegida”¹²⁹. Trata-se de um mau presságio para a marinha mercante brasileira.

Por sua vez, os militares brasileiros levam muito a sério as intenções alemãs. É nesse contexto que se inscreve o expediente de Góis Monteiro e de Gaspar Dutra, de 24 de janeiro de 1942, a fim de convencer Getúlio Vargas a não romper os laços com o Eixo¹³⁰. Aos dois responsáveis militares não faltam argumentos, pois são enormes as dificuldades para a defesa de um território de 8 500 000 km², dotado de 7 400 km de litoral. Como assinalamos, as Forças Armadas brasileiras são mal preparadas e a renovação de seu equipamento militar, ultrapassado, só começará efetivamente depois do rompimento com o Eixo. Conseqüentemente, o Brasil, segundo seus principais responsáveis militares, deve manter grande prudência. A opinião dos responsáveis militares brasileiros não é seguida e o Brasil rompe relações

(128) No relatório preparado por Hiermit, é assinalado um fato bastante interessante. Menciona-se que, segundo Plínio Salgado, Vargas mantém contatos com os simpatizantes integralistas através de Gustavo Barroso, antigo dirigente da AIB e então responsável pelo Museu Histórico do Rio de Janeiro, pois Vargas deseja, segundo Hiermit, “manter os integralistas na reserva para sua pessoa e sua política, em caso de vitória do Eixo”. DDA, dossiê nº 7, doc. nº Pol. IX 6357/42 g, de 12 de junho de 1942.

(129) DDA, dossiê nº 6, doc. nº 227, de 17 de janeiro de 1942.

(130) AGV, doc. nº 42.01.24/2 XXXVII-16a, de 24 de janeiro de 1942.

diplomáticas e comerciais com o Eixo, para inaugurar uma política de cooperação efetiva em todos os níveis com os Estados Unidos¹³¹.

Alguns dias depois do encerramento dos trabalhos da conferência do Rio de Janeiro, ainda subsiste em Berlim uma pequena esperança de ver o Brasil conservar uma posição de neutralidade concreta. A se crer em Cyro de Freitas Valle, o ex-embaixador brasileiro em Berlim se refere, de fato, em 12 de fevereiro de 1942, à existência de uma tese alemã que “era a de que, mesmo depois da declaração de solidariedade com o governo de Washington, poderiam os [governos] desses três países [Brasil, Argentina e Chile] conservar com o de Berlim relações no gênero das que mantém com os da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, com o governo da Espanha, malgrado sua proclamada solidariedade com os do Eixo...”¹³². A esperança alemã se concretiza quanto ao Chile e à Argentina, que conservam sua neutralidade. Em compensação, o Brasil decepçiona por completo a expectativa do Eixo, que decide tomar medidas de represália.

A primeira dessas medidas é, como se assinalou anteriormente, a aproximação com Plínio Salgado e a ex-AIB. Um segundo ato, decidido dessa vez apenas pela Alemanha, é a expulsão do embaixador brasileiro ainda acreditado em Copenhague, pois, segundo Ribbentrop, “os embaixadores latino-americanos que permaneceram na Europa fazem antes de tudo um trabalho de espionagem”¹³³.

A terceira medida de represália contra o Brasil tem um alcance bem mais considerável. Trata-se de impedir a navegação comercial entre o Brasil e o Atlântico norte, em particular os Estados Unidos. Assim, a partir da segunda quinzena de fevereiro, os submarinos alemães e italianos vão dar mostras de uma extrema vigilância no Atlântico e sobretudo no litoral brasileiro. Tudo começa em 15 de fevereiro com o afundamento do navio mercante brasileiro *Buarque*, ao largo do Cabo Hatteras, perto de Norfolk. Seguir-se-á uma série impressionante de destruição de navios mercantes de bandeira brasileira que fazem a ligação entre o Brasil e os Estados Unidos¹³⁴.

Para suas atividades no Atlântico, a Alemanha e a Itália decidem criar a partir de 1.º de setembro de 1940 um comando superior da Força Subma-

(131) Para o chefe da delegação brasileira na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, o general Estêvão E. Leitão de Carvalho, o alinhamento do Brasil com os compromissos informais pan-americanos e ao lado dos Estados Unidos começa bem antes de março de 1942. Leitão da Cunha declara, em suas memórias (*A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial, op. cit.*, p. 63), que a virada decisiva da política externa brasileira são as concessões feitas em 1941 à Pan American Airways para exploração de certas ligações aéreas no Brasil.

(132) Cf. o documento retomado por CARVALHO, D. de, *História...*, *op. cit.*, pp. 398-401.

(133) DDA, dossiê n.º 6, doc. n.º 194, de 26 de fevereiro de 1942.

(134) SILVA, H., *A Guerra...*, *op. cit.*, p. 144.

rina no Atlântico, conhecido pela sigla “Betasom”. Com base em Bordeaux, o Betasom se encarrega até 8 de setembro de 1943 — data da assinatura do armistício italiano — da vigilância de um vasto triângulo atlântico, cuja ponta é um ponto na altura de Lisboa e cuja base é o lado ocidental do Atlântico, das Antilhas até o Brasil.

Apesar da pobreza das pesquisas históricas sobre a destruição dos navios mercantes brasileiros durante o ano de 1942, possuímos no entanto certas indicações que dão uma idéia das atividades da marinha de guerra do Eixo. Assim, segundo um breve estudo não publicado, redigido em 1978 por Alberto Santoni¹³⁵, é possível repertoriar as atividades navais italo-alemãs no Atlântico central e sul.

Durante o período que vai de 1º de setembro de 1940 a 8 de setembro de 1943, a Betasom utiliza um total de 32 submarinos. A verificação da data das incursões dos submarinos italianos e alemães e os dados referentes ao desaparecimento de navios mercantes brasileiros permitem determinar os responsáveis pelo afundamento de vários navios. Assim, depois de ter conseguido a destruição do *Buarque*, em 15 de fevereiro, o submarino alemão *U-432* põe a pique o *Olinda*, ao largo da Virgínia, a 18 do mesmo mês. Em 25 de fevereiro, é a vez do *Cabedelo*, destruído pelo submarino italiano *Leonardo da Vinci*, ao largo das Antilhas¹³⁶.

(135) O artigo manuscrito de Alberto SANTONI, assistente de história contemporânea na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Roma, tem como título original “Attività dei sommergibili italiani nelle acque del Brasile e forzamento del blocco da parte di alcuni piroscafi italiani salpati da porti brasiliani”.

(136) Cabe aqui uma observação a respeito dos ataques sofridos pela marinha civil brasileira. Espalhou-se um boato no Brasil, ao término da Segunda Guerra Mundial, tornando a marinha de guerra dos Estados Unidos responsável pelas perdas sofridas pela marinha civil brasileira! Os defensores dessa versão apresentam como explicação o fato de que os Estados Unidos queriam levar o Brasil a declarar guerra ao Eixo, tornando este responsável, aos olhos da opinião pública, por crimes que não tinham cometido.

A inverossimilhança dessa versão decorre de seis razões principais:

- a) não pode ser apresentada qualquer prova dessa afirmação;
- b) os Estados Unidos estão muito ocupados militarmente durante o primeiro semestre de 1942 para ainda terem o prazer de destruir navios das Nações amigas;
- c) os navios que são destruídos transportam sobretudo produtos estratégicos e mercadorias destinadas aos Estados Unidos;
- d) uma declaração de guerra por parte do Brasil ao Eixo teria, durante o primeiro semestre de 1942, um alcance apenas formal, pois, depois dos acordos brasileiro-americanos do início de março e da concessão de bases militares do Nordeste às Forças Armadas americanas, o Brasil se encontra efetivamente ao lado dos Estados Unidos;
- e) vários sobreviventes dos navios brasileiros atacados reconheceram formalmente — por várias vezes — os submarinos alemães;
- f) os dirigentes britânicos ficaram muito descontentes com a entrada do Brasil na guerra pois, segundo eles, isso acarretaria para a Marinha de Guerra Britânica



O submarino italiano "Barbarigo" retorna à sua base após atividades no litoral brasileiro.

Em 7 de março, o *Arabutan*, ao largo de Norfolk, é alvo do submarino alemão *U-155*, enquanto em 10 de março o *Cairu* é destruído ao largo de Nova Iorque por dois submarinos alemães, entre os quais o *U-94*.

A hecatombe que atinge a marinha mercante brasileira leva Getúlio Vargas a protestar junto à Alemanha. O embaixador português em Berlim, que, lembremos, se encarrega de defender os interesses brasileiros depois da ruptura das relações diplomáticas com o Eixo, transmite, em 27 de fevereiro, os protestos do Rio de Janeiro: devem cessar os atos da Marinha de Guerra alemã contra navios mercantes sem defesa e que pertencem a um país que não está em guerra¹³⁷. A Alemanha não toma qualquer providência em virtude dos protestos brasileiros e o Rio de Janeiro decide então, por não poder tomar medidas eficazes de proteção, editar o decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, referente à indenização devida em virtude de atos de agressão contra bens do Estado brasileiro, bem como em virtude daqueles cometidos contra a vida e bens dos brasileiros ou estrangeiros estabelecidos no Brasil.

esforços suplementares no controle do Atlântico Sul. Por outro lado, Londres não vê vantagem econômica para os aliados com a entrada do Brasil na guerra.
(137) DDA, dossiê nº 6, doc. nº 153, de 27 de fevereiro de 1942.

O Brasil, cuja frota mercante está em péssimo estado, não poupa sacrifícios para manter as ligações com o Atlântico Norte e, em particular, com os Estados Unidos. Aos perigos representados pela marinha de guerra do Eixo, acrescenta-se, a partir de março de 1942, a falta de informações meteorológicas fornecidas, até então, pelos serviços dos Estados beligerantes. Essas diversas condições fazem das ligações marítimas verdadeiras “viagens suicidas”¹³⁸. Assim, vários navios desaparecerão, como o *Atalaia*, que, na ausência de informação meteorológica, é surpreendido por um ciclone ao largo da África e desaparece com sessenta pessoas¹³⁹.

Até fins de abril de 1942, a marinha mercante brasileira perde sete navios, com um total de 174 mortos¹⁴⁰. Os pedidos prementes de Getúlio Vargas aos Estados Unidos, a fim de poder dotar os navios mercantes brasileiros de um sistema de defesa eficaz e de uma proteção da marinha de guerra americana, não podem ser satisfeitos de imediato. O Brasil decide então instalar uma peça de artilharia — fraca defesa, se se pensa no poder de fogo e na vantagem da surpresa em favor dos submarinos do Eixo. Os responsáveis militares brasileiros estão conscientes de que essa medida não pode ser eficaz e decidem, alguns dias mais tarde, pintar de cinza todos os navios da marinha mercante. Aproveita-se a ocasião para pintar de amarelo o interior das lanchas de salvamento, para torná-las localizáveis por avião. Medida inteligente, mas muito pouco tranquilizadora...

Durante o mês de maio, as atividades dos submarinos do Eixo continuam a se verificar no Atlântico. Assim, em 1º de maio, o *Parnaíba* é posto a pique pelo submarino alemão *U-162*, ao largo de Trinidad. Em 19 de maio, é a vez do *Comandante Lira* ser vítima do submarino italiano *Barbarigo*, ao largo do arquipélago de Fernando de Noronha. Em 24 de maio, ao largo de Nova Orleães, o submarino alemão *U-502* destrói o *Gonçalves Dias*.

Na própria Alemanha, tem início, em fins de maio de 1942, uma intensa discussão entre o SKL [See Kriegs Leitung], isto é, a direção da guerra marítima, e o antigo embaixador alemão no Rio de Janeiro, Karl Ritter, a respeito da atitude que a Alemanha deve adotar futuramente em relação ao Brasil. O SKL é de opinião que o Rio de Janeiro não voltará a uma neutralidade e que a evolução da guerra terá como consequência

(138) SILVA, H., *A Guerra...*, op. cit., p. 144.

(139) Haverá outras perdas misteriosas, como o *Santa Clara*, que viajava ao largo das Bermudas em março de 1942 e que desapareceu sem deixar vestígio ou sobrevivente. A versão geralmente aceita é a de que o *Santa Clara* é mais uma vítima da marinha de guerra do Eixo, pois, no dia do desaparecimento, a região das Bermudas apresentava condições meteorológicas normais.

(140) Esses dados são fornecidos pelo RAPR, 1942, p. 25, bem como pela imprensa brasileira da época.

inevitável a entrada, cedo ou tarde, do Brasil nas hostilidades¹⁴¹. Para o SKL, essa decisão é apenas uma formalidade, pois o país já se encontra *de facto* em guerra ao lado dos Estados Unidos. O SKL apresenta como prova disso o ataque de três submarinos alemães pela aviação de guerra brasileira ao largo do arquipélago de Fernando de Noronha, nas semanas precedentes. De fato, a aviação brasileira já realizou vários ataques contra submarinos alemães. O primeiro ocorreu em 22 de maio e foi realizado por apenas um avião de patrulha, ao passo que, em 27 do mesmo mês, os submarinos são objeto de dois ataques de aviões do tipo B-25 estacionados em Fortaleza¹⁴².

Os atos da aviação de guerra brasileira não deixam qualquer dúvida, segundo o SKL, sobre a participação ativa do Brasil nas operações militares, ao lado dos Aliados. Dentro dessas condições, o SKL se pronuncia por um ataque imediato “das forças navais e aéreas” do Brasil, pois seu sistema de defesa “é incompleto e o fator surpresa desempenharia papel primordial”¹⁴³. Segundo essa lógica, uma agressão em regra deveria estar prevista contra o território brasileiro e seus principais portos e bases militares do litoral.

Karl Ritter, por sua vez, opõe-se a qualquer escalada das hostilidades com o Brasil e julga que a Alemanha cometeria um grave erro se fossem empreendidas operações militares de grande envergadura¹⁴⁴. Para Ritter, um ato desses apenas impulsionaria ainda mais o Brasil para o campo dos Aliados, ao passo que o Rio de Janeiro, segundo Ritter ainda, é “recuperável”¹⁴⁵. Quando se pensa na política equivocada e agressiva desenvolvida por Ritter durante sua estada no Brasil, a justeza de sua observação é surpreendente: ele está certo de que toda ação de envergadura contra o Brasil só pode ter uma consequência: a entrada do país no conflito ao lado dos Aliados.

Diante da impossibilidade de decidir rapidamente sobre sua política em relação ao Brasil, a Alemanha resolve continuar — em ritmo mais lento — os ataques contra os navios da marinha mercante brasileira. Assim, depois de ter afundado, em 1º de junho, o navio *Alegrete*, nas Antilhas, a marinha de guerra alemã destrói dois outros navios brasileiros, a 5 de

(141) DDA, doc. secreto expedido pelo SKL a Ritter em 29 de maio de 1942, dossiê nº 7, doc. nº 44971.

(142) LAVENÈRE-WANDERLEY, N. F., “A força...”, *op. cit.*, pp. 9-10.

(143) DDA, dossiê nº 7, doc. nº 44971, de 29 de maio de 1942.

(144) DDA, dossiê nº 7, doc. nº 609, de 30 de maio de 1942.

(145) Segundo Santoni, *op. cit.*, p. 4, a marinha de guerra italiana tomou parte ativa na destruição dos navios brasileiros entre as Antilhas e o Nordeste brasileiro. Assim, durante o período que vai de 1º de setembro de 1940 a 8 de setembro de 1943, o *Betasom* afunda 32 navios de várias nacionalidades, sendo a maioria mercantes, num total de 200 000 toneladas.

junho, no Atlântico Norte: o *Paracuri* e um navio não identificado, afundados pelo submarino *U-159*.

Durante o resto do mês de junho até fins de julho, as marinhas de guerra da Itália e da Alemanha se abstêm de visar os navios-mercantes brasileiros. Pode-se legitimamente supor que essa trégua desejada pelo Eixo é um último esforço em direção ao Rio de Janeiro. Todavia essa espera não poderia durar indefinidamente, pois o comércio brasileiro-americano, assim como a cooperação militar entre os dois países, continuam como anteriormente. O Eixo então toma uma decisão em fins de julho de 1942 e decide dar parcialmente razão ao SKL, já que as marinhas de guerra da Itália e da Alemanha recebem ordem de intensificar as operações contra os navios mercantes, não somente no Atlântico Norte e Central, mas também ao longo do litoral brasileiro. Em compensação, o Eixo exclui, pelo menos no momento, qualquer operação militar contra o território brasileiro propriamente dito. Assim, já em 26 de julho, o submarino alemão *U-66* destrói o navio *Tamandaré*, ao passo que, dois dias mais tarde, é a vez do *Barbacena* e do *Piave* serem afundados.

Já em julho de 1942, os comandos navais da Itália e da Alemanha decidem dividir entre si a zona das atividades de sua marinha de guerra no Atlântico: à Alemanha cabe a vigilância do Atlântico Norte, ao passo que à marinha de guerra italiana cabe ocupar-se do Atlântico Central e Sul, mas de maneira não exclusiva e sob a direção do comando submarino alemão (BdU).

Durante a primeira quinzena de agosto, reina grande calmaria no Atlântico Central e Sul. Isso leva a imaginar que esteja ocorrendo nova mudança na política do Eixo. Contudo, isto é apenas aparência. Trata-se da calmaria antes da tempestade, pois, a partir de meados de agosto, serão desencadeados os mais violentos ataques contra a marinha civil brasileira.

A nova onda de ataques do Eixo contra navios brasileiros começa em 15 de agosto, com a ação do submarino alemão *U-507*, que atinge o navio *Baependi*, que cabotava entre o Sul e o Nordeste do Brasil. O *Baependi* transporta 73 tripulantes e 232 passageiros, entre os quais 141 militares destinados às casernas de Recife. Quando é atingido pelos torpedos do *U-507*, afunda rapidamente. Morrem 269 pessoas.

O ataque contra o *Baependi* marca uma nova etapa na escalada da marinha de guerra do Eixo contra os transportes marítimos brasileiros, pois, se, até o momento, os alvos foram exclusivamente os navios mercantes, a partir de 15 de agosto, o Eixo não hesita em atacar navios de passageiros. No mesmo dia e em condições semelhantes, o *Araraquara* é vítima do *U-507*. O número de mortos alcança a cifra de 129 pessoas. No dia seguinte, na mesma Região Nordeste, o *U-507* afunda um terceiro navio de passageiros, o *Anibal Benévolo*, fazendo dessa vez 150 vítimas, entre mortos e desaparecidos.

Em 17 de agosto, o submarino alemão ataca o navio de passageiros *Itagiba*, fazendo ainda 39 vítimas e, algumas horas mais tarde, destrói o *Arara* (20 mortos).

Qual a reação que provocam no Brasil esses verdadeiros massacres perpetrados sem declaração de guerra? A indignação é geral. Tanto o governo quanto a opinião pública consideram que é indispensável uma reação, já que a honra nacional está em questão. As medidas de represália que o Brasil está em condições de tomar são poucas. A principal é, sem dúvida alguma, a declaração de guerra aos países do Eixo. Essa decisão pode parecer lógica e indispensável. Isso, porém, não impede que ela venha a provocar uma crise no gabinete Vargas.

CAPÍTULO III

A DECLARAÇÃO DE GUERRA À ALEMANHA E À ITÁLIA

A declaração de guerra à Alemanha e à Itália é inevitável. É o resultado direto de uma escalada que vai de represália em represália. Contudo essa declaração de guerra não se fará com unanimidade governamental; ela será motivo de divisão e de discórdia dentro do governo Vargas, como ocorreu quando do rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo. De fato, o governo Vargas é muito inconsistente para que medidas tão importantes sejam tomadas sem divisões. A entrada do Brasil no segundo conflito mundial divide, ainda uma vez, a equipe governamental e para melhor captar as duas tendências que se esboçam a partir do mês de julho voltemos brevemente à evolução política do país durante o primeiro semestre de 1942.

As duas tendências surgidas a partir do estabelecimento do primeiro governo do Estado Novo, em novembro de 1937, defrontam-se toda vez que se trata de proceder a uma opção de política externa. A esse respeito, a ruptura das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, em janeiro de 1942, é uma grande vitória da tendência democrática. Todavia essa vitória não desarma a corrente que se esforça para limitar o alinhamento do país com os Estados Unidos: a previsão feita por Getúlio Vargas a Vasco Leitão da Cunha, em fevereiro de 1942, a respeito da aceitação por seus ministros da nova política internacional do Brasil, ainda não se realizou. Entre os ministros que se opõem a qualquer medida de radicalização, contam-se os generais Gaspar Dutra e Góis Monteiro, que apresentam sobretudo considerações militares, bem como o chefe da Polícia do Rio de Janeiro, Filinto Müller, cujos motivos devem ser procurados em suas simpatias pessoais e ideológicas para com a Alemanha hitlerista.

O grupo democrático é formado pelo ministro das Finanças e da Economia, Sousa Costa, por Osvaldo Aranha e se beneficia também da simpatia do comandante-em-chefe da Marinha de Guerra, o Almirante Guilhem.

A evolução da situação internacional repercutiu na política externa brasileira, em particular a partir do rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o Eixo; assim, o surdo conflito entre as tendências totalitá-

rias e democráticas dentro do governo Vargas tornou-se uma questão pública.

Os múltiplos ataques sofridos pela marinha mercante nacional agrava ainda mais as dissensões do governo varguista. Contudo, pouco a pouco, a tendência democrática marca pontos em várias questões importantes que levam o Brasil a uma atitude progressivamente mais rígida em relação ao Eixo. É o caso quando da adoção, em março de 1942, pelo governo brasileiro, do estado de emergência e do decreto-lei sobre a Indenização por Atos de Agressão. A primeira dessas medidas tem alcance apenas simbólico, já que suspende em especial as garantias constitucionais e concentra apenas nas mãos do Executivo todos os poderes. Ora, lembremos que o EN jamais levou a plebiscito a Constituição de novembro de 1937 e, conseqüentemente, esta jamais foi adotada legalmente pelo país. Por outro lado, o Brasil nesse momento não tem Legislativo e, de fato, à parte o Poder Judiciário, é ao Executivo que cabe o exercício exclusivo do poder. Nesse sentido, a “supressão das garantias constitucionais” é antes de tudo acadêmica... Em compensação, o decreto-lei sobre as indenizações devidas em virtude das agressões é muito importante, pois permite ao Brasil tornar responsáveis não somente os Estados japoneses, alemão e italiano pelas perdas em bens e homens sofridas pela marinha mercante nacional, mas prevê que serão “os bens e os direitos dos cidadãos alemães, japoneses e italianos — pessoas físicas ou jurídicas” — que responderão pelos eventuais prejuízos ao Estado brasileiro¹⁴⁷. É preciso compreender por bens e direitos do “Estado brasileiro” os de todas as “pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil...”¹⁴⁸. O alcance dessa medida vai, portanto, muito longe. Ela provoca, quando de sua aplicação, atritos entre o Rio de Janeiro e os países do Eixo. Assim, quando o Brasil nacionaliza as companhias de aviação LATI e Condor e se apodera de 16 navios do Eixo atracados nos portos brasileiros, Roma e Berlim protestam, sem sucesso. Vários navios mercantes do Eixo chegam a tentar deixar — sem autorização — os portos brasileiros. A maioria é bem-sucedida, outros resolvem naufragar e alguns são apreendidos pelas autoridades brasileiras¹⁴⁹.

Foi-nos impossível encontrar documentos que permitam estabelecer um vínculo entre a aplicação do decreto-lei brasileiro sobre as indenizações em caso de agressão e a escalada da destruição dos navios mercantes e de passageiros brasileiros. Isso não impede que essa escalada exaspere não somente o grupo democrático dentro do governo, mas também vastas camadas da população. E, pela primeira vez na história do país¹⁵⁰, o povo

(147) Cf. *Legislação Federal*, 1942, pp. 114-6.

(148) *Ibidem*.

(149) Cf. SANTONI, A., “Attività dei...”, *op. cit.*, pp. 4-8.

(150) Salvo talvez por ocasião da Questão Christie em 1863.

impulsionado pela juventude estudantil, começa a se impacientar e exprime, através de grandes manifestações e atos públicos, seu apoio à causa defendida pelos Aliados.

Essas manifestações ocorrem sobretudo no meio urbano e são organizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE)¹⁵¹. Depois de várias demonstrações de rua no correr de junho, a UNE decide organizar uma grande marcha e um ato público em frente à embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, a 4 de julho. Essa marcha deve ser uma manifestação de apoio aos Aliados e uma comemoração da Independência dos Estados Unidos.

A amplitude dessa grande marcha, que deve durar várias horas através das ruas da capital, cria problemas para o governo. De fato, até o momento, as manifestações eram relativamente limitadas e não implicavam uma organização estrita e autorizações prévias. Ora, o grupo antidemocrata dentro do governo Vargas quer agora opor-se à marcha de 4 de julho.

Para obter a autorização necessária, os organizadores se dirigem naturalmente ao chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Filinto Müller. Este recusa inteiramente o pedido e justifica a recusa pelo temor de ver a ordem pública perturbada em virtude das atividades de alguns elementos sem controle e considerados subversivos. De fato, porém, as razões de Müller são totalmente diferentes e seus vínculos com a Alemanha explicam facilmente sua decisão.

Filinto Müller, decidido a lançar policiais armados caso os organizadores quisessem passar por cima da sua proibição, decide obter o apoio do Ministério da Justiça, do qual ele depende administrativamente. Recebido por Vasco Leitão da Cunha, que substitui Francisco Campos, ausente temporariamente, o chefe da Polícia fica surpreso com a maneira fria como é recebido. De fato, Vasco Leitão da Cunha está a par das manobras de Filinto Müller e, como é de opinião de que a grande marcha deve ocorrer, decide opor-se ao chefe de Polícia¹⁵².

Müller é pego de surpresa e depois de discutir com Leitão da Cunha, decide dispensar a autorização do Ministério da Justiça e, apesar de tudo, reprimir a marcha. Para tentar justificar-se, Müller afirma dessa vez que o Ministério da Justiça não é competente para autorizar ou não manifestações públicas na capital federal. Em sua opinião somente a Polícia do Rio de Janeiro pode pronunciar-se a respeito.

As discussões entre Vasco Leitão da Cunha e Filinto Müller são caracterizadas por tal violência que o ministro da Justiça interino é forçado

(151) Para uma história da UNE e de suas atividades durante a Segunda Guerra Mundial em favor dos Aliados, ver em especial POERNER, A. J., *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968, sobretudo as páginas 161-86.

(152) Cf. entrevista pessoal de julho de 1978, Rio de Janeiro.



Manifestação popular de protesto contra os torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros, Rio de Janeiro 18.8.1942.

“[pondo] a mão em seu ombro” a declarar a Müller: “o sr. está preso”¹⁵³. Evidentemente, Filinto Müller não se conforma com essa ordem e faz até mesmo o gesto de utilizar sua arma. Leitão da Cunha manda o chefe da Polícia sair e comunica imediatamente o caso a Getúlio Vargas, que confirma a prisão — “por 48 horas” — de Filinto Müller¹⁵⁴.

O conflito entre Vasco Leitão da Cunha e Filinto Müller é significativo do dilema em que os ataques do Eixo contra a marinha civil brasileira

(153) *Ibidem*.

(154) *Ibidem*. Consultar também a entrevista de Vasco Leitão da Cunha, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de 28 de maio de 1978.

mergulham o governo Vargas. A questão se torna pública e, quando os manifestantes vão às ruas do Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1942, gritam o refrão “Vasco: 1 a zero”, fazendo assim alusão à prisão de Filinto Müller e a um time de futebol do Rio de Janeiro (Vasco da Gama). A manifestação anti-Eixo ocorre e chega a contar com uma certa proteção oficial — exército e polícia — a fim de evitar a exibição de faixas com reivindicações consideradas subversivas...¹⁵⁵.

Oswaldo Aranha e o grupo democrático seguem de perto a marcha de 4 de julho. De fato, dois filhos de Aranha — Oswaldo Gudolle Aranha e Euclydes Aranha — estão entre os organizadores¹⁵⁶ e faixas com a fotografia do responsável pelo Itamarati com a legenda “campeão da Democracia” surgem aqui e ali no meio da multidão, mostrando bem os vínculos e simpatias entre o grupo Aranha e os manifestantes.

O sucesso da marcha de 4 de julho e a prisão, na verdade mais formal que efetiva, de Filinto Müller fazem a balança pender mais em favor do grupo Aranha. Isso se torna ainda mais evidente quando vários navios são novamente destruídos pela marinha do Eixo durante as semanas seguintes. As oposições são tais dentro do governo que Getúlio Vargas é obrigado a se separar de Filinto Müller, bem como, aliás, de Vasco Leitão da Cunha e de Francisco Campos, que apoiou a decisão de Leitão da Cunha. Essa “demissão” coletiva se torna efetiva em 17 de julho. Dentro do governo agora há apenas Góis Monteiro e Gaspar Dutra para se oporem ao abandono da neutralidade. Os dois responsáveis militares não serão afastados do poder enquanto durar o Estado Novo. E não poderia ser de outro modo, pois, mesmo que esses dois ministros façam oposição ao alinhamento do país com a solidariedade americana, eles são representantes das Forças Armadas e, assim, pilares do regime.

A destruição dos navios *Baependi*, *Araraquara* e *Anibal Benévolo* em 15 e 16 de agosto, com um total de 548 mortos, coloca o grupo antidemocrata em suas últimas trincheiras. Torna-se a partir de então impossível, para seus adversários, tergiversar ainda mais. Mesmo Vargas, que, até então, tinha mantido uma certa distância dos acontecimentos, tem de se pronunciar. Desse modo, a 22 de agosto, o Gabinete se reúne e decide reconhecer a existência de um “estado de beligerância” entre o Brasil, de um lado, e a Alemanha e a Itália, de outro. Observemos que a decisão do Gabinete não passa, de fato, de uma confirmação, pois, na véspera, uma comunicação foi expedida a Berlim e a Roma pelo Itamarati, constatando que, em virtude dos múltiplos ataques sofridos pelos navios mercantes e de passageiros brasileiros, existe “uma situação de beligerância, que somos

(155) O jornal *A Folha da Manhã*, de 5 de julho de 1942, noticia a marcha detalhadamente. Ver também CARONE, E., *O Estado Novo...*, *op. cit.*, pp. 295-6.

(156) Cf. a entrevista pessoal de junho de 1978, Rio de Janeiro.

forçados a reconhecer na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania e da nossa segurança e a da América...’’¹⁵⁷. Uma semana depois — a 31 de agosto — o reconhecimento da beligerância se torna “estado de guerra” entre o Rio de Janeiro, Berlim e Roma, ao passo que medida alguma é tomada em relação ao Japão.

A diferença de tratamento estabelecida pelo Brasil nesse momento é bastante significativa. O Japão, que não fez qualquer ataque contra a marinha civil brasileira, continuará a ser tratado da mesma maneira que antes. O rompimento das relações diplomáticas e comerciais, que seguiu-se a Pearl Harbor e as decisões tomadas na Conferência do Rio de Janeiro são suficientes. Em compensação, diante dos países que atacaram diretamente o Brasil, este decide tomar medidas radicais e lhes declara guerra. Portanto, torna-se interessante observar que não é a solidariedade continental ou a solidariedade com os Estados Unidos que levam o país à guerra, mas antes de tudo as agressões sofridas pelo próprio Brasil.

Quais são as reações dos Estados Unidos e do Eixo Roma-Berlim à decisão brasileira? Em Washington, há regozijo pela decisão “corajosa” por parte do Brasil. Roosevelt, em uma mensagem enviada a Vargas, promete que os Estados Unidos fornecerão ao Brasil “ajuda moral e material”¹⁵⁸.

Depois da declaração de guerra, a diplomacia alemã mantém ainda a esperança de poder agir no Brasil; a esse respeito, a propaganda que ela espera desenvolver, deve doravante obedecer a duas diretrizes principais: de um lado, deve estabelecer uma nítida distinção, em seus ataques contra o Brasil, entre “o povo brasileiro e os falcões pró-americanos do governo”¹⁵⁹. Por outro lado, a propaganda alemã deve abster-se de “insultar as Forças Armadas brasileiras”¹⁶⁰ e destacar principalmente “a chantagem e a exploração” sofridas pelo Rio de Janeiro por parte dos Estados Unidos¹⁶¹.

(157) R APR, 1942, pp. 170-1. Comunicações semelhantes são enviadas pelo Itamarati a todas as representações diplomáticas do Rio de Janeiro, cf. R APR, 1942, pp. 168-70.

(158) FRUS, 1942, v. V, doc. n.º 2405, de 22 de agosto de 1942, pp. 666-7.

(159) DDA, dossiê n.º 7, doc. n.º 989, de 24 de agosto de 1942. Esse relatório é feito por Werner Schmieden, responsável pelo grupo Pol. IX (Estados Unidos) na Auswärtiges Amt e enviado a todos os dirigentes importantes dos serviços diplomáticos alemães.

(160) Ibidem. Segundo toda verossimilhança, o cuidado demonstrado pela propaganda alemã no Brasil de fazer uma distinção entre os “falcões pró-americanos do governo e as Forças Armadas brasileiras” é resultado das pressões exercidas por Karl Ritter, mas também dos conselhos de Plínio Salgado, quando dos encontros com os enviados especiais de Berlim. De fato, como Plínio Salgado declarou a Colpi, nos encontros de abril, é preciso que o Eixo conte com a simpatia das Forças Armadas” sem as quais nenhum movimento pode afirmar-se no Brasil’, AI, dossiê n.º 27, doc. s/n, de 25 de abril de 1942.

(161) DDA, dossiê n.º 7, doc. n.º Pol. I.M. 2226, de 24 de agosto de 1942. Esse documento secreto enviado por Rudolf Leitner — membro do grupo Pol. IX — a Karl Ritter



Reunião ministerial de agosto de 1942 onde decidiu-se declarar guerra à Itália e à Alemanha.

Além desse trabalho de propaganda, há em vista represálias: Berlin decide a “liberação de todas as medidas de guerra” contra o Brasil, com exceção “dos ataques contra os portos”¹⁶². Como se vê, a Alemanha ainda segue os conselhos dados, algumas semanas antes, por Karl Ritter e decide continuar sua estratégia de guerra marítima, sem com isso atacar diretamente o território nacional. Berlim manterá essa atitude de reserva durante as hostilidades.

A Itália seguiu com atenção especial a evolução da política brasileira desde o rompimento das relações diplomáticas e comerciais. Essa tarefa cabe a seus representantes diplomáticos em Buenos Aires, Lisboa e mesmo Berna¹⁶³. Nesse sentido, o silêncio da documentação diplomática italiana, bem como o das memórias de Ciano, logo após a declaração de guerra brasileira, são bastante incompreensíveis. De fato, dela não se faz qualquer menção. Ou esses documentos perderam-se, ou a Itália considera o Brasil

resume as proposições do doc. nº 989 da mesma data e deve colocar Ritter a par das novas disposições tomadas pela Alemanha em relação ao Brasil.

(162) *Ibidem*.

(163) Cf. AI, dossiê nº 27, doc. nº 76 R/301, de 17 de março de 1942, doc. nº 2078/R, de 24 do mesmo mês, bem como doc. nº 3304/671 R, de 12 de maio de 1942.

perdido depois que submarinos italianos tiverem destruído vários navios civis brasileiros.

Doravante, o Brasil está jogado no carrossel da guerra. O período que se inicia verá a cooperação brasileiro-americana adquirir proporções enormes. Por várias décadas, até hoje, os interesses políticos, militares e econômicos brasileiros serão quase exclusivamente compreendidos na óptica de uma colaboração estreita com Washington.



Osvaldo Aranha e Orson Welles após a entrada do Brasil na Guerra.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A participação brasileira no esforço de guerra dos Aliados não se restringirá ao fornecimento de matérias-primas e de produtos estratégicos, pois o país participará, de maneira substancial, na defesa do Atlântico Sul e na manutenção da segurança da rota Natal-Dacar. O Rio de Janeiro, a pedido dos Estados Unidos, também participará das operações militares na Europa, e envia, em 1944, para a frente da Itália a Força Expedicionária Brasileira (FEB), com um efetivo de 26 mil homens, que tomarão parte ativa na libertação da Itália e, em particular, nos combates do Monte Casino.

A partir da entrada do Brasil na guerra, a situação do governo Vargas e em particular de seu Presidente-ditador fica pelo menos desconfortável. De fato, Vargas combate oficialmente contra o Eixo pela liberdade e pela democracia, ao mesmo tempo que mantém o país sob um regime ditatorial que é uma cópia das ditaduras européias. Essa situação paradoxal será fatal para Getúlio Vargas, que será destituído pelos militares em outubro de 1945. O exército organiza então eleições gerais e é um de seus representantes — o general Gaspar Dutra, ex-comandante da FEB na Europa — que alcança a Presidência da República. A democratização do país tem então início. Tendo em vista as simpatias totalitárias de Gaspar Dutra durante o Estado Novo, a sua mudança poderia causar espanto. No entanto, ela entra perfeitamente no quadro da mentalidade coletiva brasileira e se inscreve na filosofia dos políticos brasileiros. As reviravoltas de uma situação, as meia-voltas, os arranjos são sempre possíveis e cabe à ideologia e aos princípios políticos se adaptarem a essas características.

A queda de Getúlio Vargas significa o fim do Estado Novo, mas, significa o fim de Getúlio Vargas? Não, pois o paradoxo para se cumprir tem de ir até o fim de sua lógica própria. É assim que Vargas, levado ao poder, pela força em 1930, mantido pela força militar em 1937, expulso pelos mesmos militares em 1945, obtém uma estrondosa revanche em 1951, quando é eleito por sufrágio universal — pela primeira vez desde que ocupa o primeiro plano nacional — Presidente da República brasileira. Ele começa então a entrar na mitologia política e sua popularidade jamais foi tão grande. Então, quando ele ocupa ainda o mais alto cargo da Nação, por razões cuja explicação ultrapassa as intenções de nossa pesquisa, ele decide retirar-se em definitivo. Impulsionado por “forças ocultas” se suicida em 24 de agosto de 1954. Encerra-se uma era da história brasileira.

Getúlio Vargas está consciente do papel maior que foi o seu durante quase um quarto de século da história brasileira, e quando redige seu testamento político, dirigido ao povo brasileiro, ele declara:

“... Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo, não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”

CONCLUSÃO

Ao se analisar toda a política externa brasileira, isto é, da Independência aos nossos dias, o período que precede a Segunda Guerra Mundial mostra-se particularmente conturbado: um período excepcional, pois o Rio de Janeiro rompe com a calmaria de suas relações internacionais tradicionais. Esse período é tanto mais singular na medida em que o país não somente se aproxima — em vários planos — da Alemanha e da Itália, países outrora afastados de suas preocupações, mas também aproxima-se da ideologia predominante em Roma e em Berlim.

Diante dessa situação, os Estados Unidos desenvolvem, a partir de 1934, e sem interrupção até o final da guerra, uma atividade crescente que tem como único objetivo o de afastar a influência de Roma e sobretudo de Berlim sobre o hemisfério ocidental. O Brasil não escapa à luta anti-Eixo e obterá vários benefícios da rivalidade entre a democracia e o totalitarismo.

A complementaridade das economias alemã e italiana com a do Brasil encontra-se na base do grande aumento das relações comerciais a partir de 1934. O novo plano alemão e as dificuldades do Rio de Janeiro para escoar sua produção de algodão e de café apenas contribuem para aumentar ainda mais suas relações comerciais. Pouco depois, a identidade das concepções diante do “perigo comunista” e as simpatias pró-totalitárias de alguns dirigentes brasileiros, como Filinto Müller, são favoráveis a que a cooperação “técnica” adquira um caráter político e ideológico cada vez mais acentuado. É dentro dessa perspectiva que se deve compreender a luta anticomunista germano-brasileira. Isso não impede que a colaboração entre o Eixo e o Rio de Janeiro tenha alguns limites: a presença física e política dos Estados Unidos, que, a partir da doutrina Monroe, sempre consideraram o Novo Mundo como “reserva de caça”. Assim, é evidente que cada passo dado pelo governo brasileiro em direção ao Eixo antes de 1938 seja um risco calculado. A não-adesão do Brasil ao Pacto Anti-Komintern é um dos exemplos dos limites da aproximação entre o Rio de Janeiro e o Eixo.

Sendo assim, como Vargas ousa impor ao país um regime corporativista de inspiração nitidamente fascista? Em primeiro lugar, o Estado Novo jamais foi legalizado, já que Vargas não organiza o referendo

para aprovar a Constituição de novembro de 1937. A seguir, se o regime varguista se inspira profundamente na ideologia fascista italiana e portuguesa, não se deve esquecer que ele elimina física e politicamente aqueles que os democratas brasileiros mais temem: os integralistas. Por fim, para ajudar o equilíbrio do seu jogo, Vargas não se opõe à campanha nacionalista desencadeada no sul do país. A nacionalização forçada de todas as colônias estabelecidas no país, se antes de tudo foi obra das autoridades locais, não poderia ocorrer sem o acordo — ainda que tácito — do poder central. Em suma, a implantação do Estado Novo, sua arbitrariedade, seu controle sobre todas as formas de expressão, sua ditadura, enfim, é antes de tudo uma fachada — certamente importante, mas não capital — do jogo político da época. Ao mesmo tempo que impõe seu regime totalitário, Getúlio Vargas elimina o grupo que representa o maior perigo para a unidade e a independência do país, isto é, a AIB. Por outro lado, a crise aberta com o Eixo, especialmente com a Alemanha, é uma crise real que afasta o país de qualquer possível aliança com Berlim. Através da crise de 1938, os dirigentes brasileiros têm ocasião de se dar conta dos métodos utilizados pelo III Reich em seu desejo de refazer a “Grande Alemanha”. Os dirigentes do país revelam ser antes de tudo nacionalistas e dentro do governo nenhuma voz se levanta para protestar contra a campanha que visa à integração completa das colônias estrangeiras.

Esse enfoque permite aclarar a natureza da opção real dos dirigentes do Rio de Janeiro. Ao se perceber a profundidade dos sentimentos nacionalistas que animam os dirigentes políticos brasileiros, essa opção não pode mais ser encarada como um simples dilema: de um lado o Eixo ou de outro os Estados Unidos. A terceira via, da neutralidade, adquire então uma importância bastante especial. Ela se inscreve em filigrana nas peripécias da política externa, como decisões de política interna.

Até agora a Ação Integralista Brasileira sempre foi considerada como um movimento nacional e nacionalista. Vários pesquisadores se atêm às origens nacionalistas do integralismo. Portanto, é inútil voltar ao assunto. No que diz respeito às características brasileiras, a pesquisa colocou em evidência seu clericalismo — a exemp'lo do salazarismo — e a relativa ausência de doutrina racial — com exceção da questão judia. Em compensação, há vários sinais que mostram a proximidade do integralismo com as doutrinas totalitárias européias, em particular o fascismo italiano. O anticosmopolitismo, o anticapitalismo, o caráter corporativista, a presença de um chefe supremo e infalível, a organização hierárquica e paramilitar, seus símbolos exteriores, o gosto pelos desfiles e os gritos de saudação guerreira aproximam a AIB de uma cópia tropical, talvez empalidecida, do fascismo italiano.

Os contatos mantidos pelos principais dirigentes da AIB e o Eixo são um aspecto ainda quase inteiramente desconhecido pela historio-

grafia brasileira que a presente pesquisa se esforçou para explorar. A esse respeito, nosso estudo vem preencher uma lacuna. Ainda que seja necessário aprofundar essa problemática, a presente pesquisa pôde mostrar as ambições dos dirigentes integralistas e em particular de Plínio Salgado. A diplomacia paralela praticada pelo Eixo no Brasil e a acolhida que lhe foi reservada pela AIB, mesmo depois dos atos de guerra do Eixo contra a marinha civil brasileira, devem representar apenas um ponto de partida para pesquisas posteriores, quando os arquivos da AIB estiverem abertos e acessíveis, o que desejamos ver realizar-se um dia — mas, é verdade, com poucas esperanças.

Os conhecimentos históricos atuais são suficientes, no entanto, para permitir explicar a contradição aparente, sem dúvida a mais surpreendente, da política interna de Vargas: a eliminação dos simpatizantes fascistas em um Estado corporativista. O paradoxo desaparece quando se leva em conta o fato de que o poder varguista é antes de tudo nacionalista, pois ele está consciente dos perigos que podem representar colônias estrangeiras mal integradas em um imenso país e da necessidade de fortalecer prioritariamente a unidade nacional.

Consideremos agora mais precisamente os caminhos possíveis à diplomacia brasileira.

A primeira observação é que se a guerra é uma questão do Eixo e dos Estados Unidos, a prioridade brasileira encontra-se em outro ponto. A política externa do Rio de Janeiro se caracteriza — até fins de 1937 — pela improvisação e ausência de linha de conduta. É verdade que o país desempenha um papel importante no movimento pan-americano. Contudo, este é um dos aspectos menores das relações internacionais durante esse período. Diante dos grandes problemas, como a situação das colônias estrangeiras estabelecidas no solo nacional, a divisão econômica, política e ideológica cada vez mais acentuada entre ditaduras e democracias, os responsáveis políticos brasileiros dão mostras de indiferença. É preciso esperar o início de 1938 para que, sob a pressão das autoridades locais dos três estados do sul, os responsáveis federais venham finalmente a tomar as medidas nacionalistas necessárias e ponham um termo às atitudes antibrasileiras.

A divisão cada vez mais delineada na cena internacional entre ditadura e democracia não poupa o Brasil, que recebe o choque de rivalidades com uma profunda divisão dentro do governo, do Estado, das Forças Armadas e mesmo da opinião pública.

Um único ponto obtém a unanimidade: a necessidade de fortalecer a independência econômica e militar do país. E se as diversas tendências parecem se defrontar por tão longo tempo dentro do governo brasileiro, isto se deve precisamente a que tanto de um lado como de outro, por razões diversas, demora a se manifestar um sustentáculo eficaz e real para essa tarefa.

Vejamos agora a atitude dos principais parceiros do Brasil. A Alemanha hitlerista teve em relação ao Brasil uma política externa

guiada por princípios duradouros ou, ao contrário, demonstrou improvisação? É preciso ater-se à segunda hipótese. É verdade que Berlim persegue objetivos gerais bem determinados no Brasil: “proteção” dos nacionais e dos descendentes alemães, aumento das relações comerciais, aumento de sua influência política. Estes são alguns dos objetivos da ação alemã no Brasil. No entanto, quando se abordam os meios empregados para atingir esses objetivos, constata-se que eles comprometem inteiramente os eventuais resultados.

Por um lado, a política alemã é decidida em Berlim e não se preocupa de modo algum com as particularidades brasileiras. Essa impossibilidade da diplomacia alemã de compreender os desejos e sobretudo de apreender as características brasileiras, a fim de poder melhor atingir seus objetivos, é uma constante da diplomacia do III Reich em relação ao Brasil. Sem qualquer psicologia e com uma extrema rigidez de princípios e rudeza de contatos, a diplomacia alemã hipoteca por inteiro sua ação. Esse erro é uma das razões principais de seu fracasso no Brasil.

Por outro lado, a política alemã em relação ao Brasil é marcada por numerosas contradições. Contradição entre os próprios objetivos visados, pois a Alemanha não pode querer obter um aumento de seu comércio com o Brasil **ao mesmo tempo** que mantém relações com a AIB — o que coloca em perigo o poder de Vargas — e empreende recrutamento político e ideológico nos estados do Sul. Seria preciso escolher e a Alemanha não escolhe. Ela então perderá em todas as frentes.

A seguir, há contradição entre os princípios e a ação do NSDAP — francamente antibrasileira — e as relações diplomáticas normais entre dois Estados soberanos. Contudo, a contradição não se situa unicamente entre as atividades do NSDAP e da Wilhemstrasse, pois esta última também desenvolve uma diplomacia paralela, ficando difícil de perceber a fronteira entre a atuação dos representantes alemães oficiais e a atuação daqueles que o são menos.

Há enfim contradição entre os responsáveis pelas múltiplas atividades do III Reich no Brasil. Se alguns dentre eles estabelecem distinção entre os cidadãos alemães e os cidadãos brasileiros de origem alemã, a regra geral é a assimilação dos dois grupos.

Em comparação com a Alemanha, a Itália desempenha um papel menor no Brasil. Se o EN é de inspiração fascista, isso não impede que as relações entre a Itália e o Brasil oficial sejam limitadas pela impossibilidade de aumentar sensivelmente as relações econômicas e comerciais.

Ao contrário da Alemanha, a Itália não tem objetivos bem determinados em suas relações com o Brasil. A única questão que interessa a Roma é a de sua colônia estabelecida no Brasil. Todavia, esta última está bem integrada e sofre apenas parcialmente o choque da política de nacionalização empreendida pelo Rio de Janeiro em 1937-1938. Em

compensação, a exemplo da Alemanha, o palácio Chigi está em constante dilema entre uma aproximação com Getúlio Vargas — considerado pelos diplomatas italianos como um “chefe heróico” — e a Ação Integralista Brasileira, “filha autêntica do fascismo”. A Itália então realiza um jogo duplo e se esforça, por um lado, para manter boas relações com Getúlio Vargas e, por outro, para se aproximar de Plínio Salgado.

Se a Itália não tem objetivos precisos em relação ao Brasil, sua diplomacia difere da da Alemanha por seus métodos. Estes se caracterizam pela maleabilidade, pelas relações pessoais e pelo oportunismo. Mesmo nas crises, como, por exemplo, o caso Fournier, o palácio Chigi tende mais à conciliação que ao confronto. Sob esse aspecto, a única fraqueza da diplomacia italiana em relação ao Brasil durante o período 1930-1942 é o pouco domínio exercido por Ciano sobre seus embaixadores, em particular Lojacono, que se encontra na origem de uma crise ítalo-brasileira.

Como tivemos acesso a fontes inéditas, pudemos esclarecer certos aspectos da política do Eixo no Brasil às vésperas da Segunda Guerra Mundial, os quais eram desconhecidos até o presente momento. Assim, se os métodos de Roma e de Berlim diferem em seu enfoque da realidade brasileira, a finalidade última visada pelas duas capitais é a mesma, a saber, a “defesa” de suas colônias e a busca de um aumento de influência na política interna brasileira através da AIB ou de certos membros do governo.

Por fim, os Estados Unidos. A despeito de alguns erros de apreciação da situação política brasileira e da falta de tato e de psicologia manifestada por várias vezes pelo Departamento de Estado, este é o único que tem uma política constante e coerente durante o período estudado. Bem cedo os Estados Unidos designam seu adversário: o nazi-fascismo. A partir daí, toda a estratégia de aproximação com a América Latina, em geral, e com o Brasil, em particular, obedece apenas a um único objetivo: resguardar o Novo Mundo do perigo totalitário. Isto está longe dos desejos brasileiros, e esse fosso explica muitas das peripécias. Washington deve ceder em várias oportunidades e até mesmo ceder, em 1942, vantagens importantes ao Brasil quando o esforço da nação americana é comprometido pela indústria de guerra. É o preço pago à lealdade brasileira. Contudo, as sementes deixadas no fértil solo brasileiro deram seus frutos, que fazem da cooperação americano-brasileira, em todos os níveis, um dos dados essenciais da realidade política do Novo Mundo atual.

A existência de vínculos novos e privilegiados com os Estados Unidos é de longe o dado mais marcante do período estudado. De fato, é longo o caminho que vai do pan-americanismo, algumas vezes hesitante e teórico das primeiras conferências continentais, à entrada do Brasil na guerra.

A historiografia brasileira apresenta o período posterior a 1939 como sendo caracterizado pela incerteza das opções que o Brasil poderia ter na cena internacional, na medida em que o país é capaz de a todo momento inclinar-se para um lado ou para outro. Os Estados Unidos acreditaram nessa possibilidade até 1942. Ora, apesar das aparentes idas e vindas, a política externa brasileira obedece efetivamente, a partir de março de 1938, a princípios rígidos orientados por uma **entente** encarada como necessária e indispensável com os Estados Unidos. Em compensação, antes de março de 1938, a posição brasileira é bem menos explícita. De fato, antes dessa data, que marca a entrada de Osvaldo Aranha no Itamarati, existem vínculos extremamente cerrados — econômicos, políticos, policiais e ideológicos — com as potências do Eixo. Portanto, se por intermédio do Brasil há perigo para a democracia e para a solidariedade pan-americana, esse perigo é anterior a março de 1938.

Esse corte, que até o presente não estava nítido na política externa brasileira, surge, na conclusão de nossa pesquisa, como algo adquirido. É quando o Brasil dá a impressão de seguir a via da solidariedade pan-americana, a **entente** com os Estados Unidos e o sistema democrático, como forma de organização política — antes de 1938 —, é nesse momento que ele se encontra efetivamente muito próximo ao Eixo e em particular à Alemanha. Em compensação, quando Vargas adota uma Constituição de tipo corporativista, faz um duplo jogo de meias-voltas entre o Eixo e os Estados Unidos, o país está efetivamente ao lado de Washington e da democracia. Essa mudança de perspectiva é imposta pela própria pesquisa.

Para corroborar essa visão da política externa brasileira, observemos que o regime corporativista instaurado por Getúlio Vargas em novembro de 1937 deixará de ser um obstáculo à aproximação brasileiro-americana a partir do desaparecimento da AIB do cenário político nacional. Note-se a espantosa fragilidade dos rótulos políticos e das ideologias no Novo Mundo e em particular no Brasil: aos próprios olhos de Washington não existe contradição entre uma **entente** com um regime totalitário de tipo fascista, a partir do momento que se trata de combater o fascismo e o totalitarismo!

Depois da entrada de Osvaldo Aranha no governo e da eliminação definitiva da AIB, está consumada a reviravolta da política externa brasileira. Outra prova disso é a atitude da diplomacia brasileira. Até março de 1938, o conjunto da representação do Rio de Janeiro no exterior dá, em várias oportunidades, provas de incoerência, de improvisação e de oportunismo, como demonstram, por exemplo, as atividades do embaixador Moniz de Aragão em Berlim. Depois da nomeação de Osvaldo Aranha para o Itamarati, os embaixadores brasileiros no estrangeiro recebem instruções estritas a respeito de certas questões — como a das colônias estrangeiras estabelecidas no país. No entanto, Osvaldo

Aranha ainda não está satisfeito com essa situação e decide tomar duas medidas principais. De um lado, designa homens de inteira confiança para as principais capitais, como Carlos Martins para Washington e Cyro de Freitas Valle para Berlim. De outro lado, Aranha decide concentrar todas as questões importantes em suas mãos e apenas raramente recorre aos serviços das embaixadas no estrangeiro. Conseqüentemente, a diplomacia brasileira se faz a partir de março de 1938, no Rio de Janeiro, sob a direção exclusiva de Osvaldo Aranha.

Três fatores principais determinam a orientação definitiva da política externa brasileira às vésperas e durante os primeiros anos do segundo conflito mundial. O primeiro é a atitude agressiva e equivocada da Alemanha, que perde em algumas semanas tudo o que ela pôde obter, graças ao trabalho paciente de sua colônia, bem como à complementaridade das economias dos dois países e às inegáveis simpatias que o III Reich tinha em certos meios dirigentes brasileiros.

O segundo fator é a nomeação de Osvaldo Aranha para o Itamarati. Aranha entra no governo Vargas em posição forte; o acordo tácito que ele faz com Vargas — prometendo não se envolver na política interna do país — deixa-lhe as mãos inteiramente livres nas questões externas. Sua forte personalidade, suas estreitas ligações pessoais com Getúlio Vargas, sua grande admiração pelos Estados Unidos e pelo Presidente Roosevelt, bem como as péssimas relações que ele mantém com a embaixada alemã, fazem com que o responsável pelo Itamarati desenvolva uma ativa política pró-americana, a partir de março de 1938.

O terceiro fator importante é a eclosão da guerra na Europa e a impossibilidade de tornar efetivas — através, por exemp'lo, de uma cooperação econômica em larga escala — as intenções de aproximação ainda existentes entre o Brasil e a Alemanha.

O Brasil quis realmente entrar em guerra? A essa pergunta algo acadêmica preferimos responder com o exame das atitudes dos dois principais atores brasileiros. A personalidade complexa de Getúlio Vargas, caracterizada por um senso alerta da política, por um oportunismo espantoso e por uma capacidade de adaptação às diferentes situações, faz com que o ditador brasileiro passe através das vagas — às vezes violentas, como a tentativa de golpe integralista — desse período conturbado da política nacional e internacional. Em suma, porém, segundo a óptica de reflexão fundamental, o papel primordial cabe, sem dúvida alguma, a Osvaldo Aranha. Em primeiro lugar, é por sua instigação e conselhos que Vargas não radicaliza o EN. A seguir, é a ele que cabe a difícil tarefa de apaziguar os temores de Washington diante do novo regime brasileiro, e é somente sua presença à frente do Itamarati que leva os Estados Unidos a decidirem não intervir ainda mais no Rio de Janeiro a partir de novembro de 1937. Enfim, é Aranha o adversário mais decidido tanto do grupo pró-totalitário dentro do governo brasileiro quanto do próprio Eixo. Sobressai, a partir de nossa

pesquisa, o fato de a historiografia brasileira ainda não ter dado a Osvaldo Aranha a posição que lhe cabe, pois ele surge como sendo o verdadeiro mestre de obras da política externa brasileira a partir de dezembro de 1937.

Getúlio Vargas é um excelente tático: sua política interna provou-o diversas vezes. Contudo, é lícito perguntar se ele é tão bom estrategista quanto seu ministro das Relações Exteriores. Ambos concordam, como vimos, em se esforçar para aumentar o fraco poder de negociação do Brasil e obter para o país um máximo de vantagens econômicas e de assistência militar. Todavia, Aranha parece ter melhor apreçado, em todo caso mais cedo, a relação das forças reais: ajudado sem dúvida por suas simpatias pessoais, Aranha de fato percebe muito cedo que o caminho da neutralidade tende a se estreitar e que os acontecimentos militares vão, um dia ou outro, precipitar o Brasil na guerra, enquanto Vargas parece ainda esperar permanecer à margem do conflito. É preciso lembrar a esse respeito que o prudente Vargas é inclusive ultrapassado pela rua, quando das grandes manifestações de protesto de julho-agosto de 1942 contra os ataques à frota civil brasileira.

Para Aranha, a aproximação com os Estados Unidos é o caminho natural do Brasil. Se for preciso passar pela guerra, esta deve tornar-se o meio de obter, no plano econômico e militar, o que a paz recusava.

O exemplo argentino deixa, no entanto, uma questão em suspenso: o caminho da neutralidade estava realmente fechado para o Brasil? Somente a história teria podido responder. E Getúlio Vargas — quem sabe? — talvez, se e' por acaso tivesse aceito a demissão por diversas ocasiões oferecida pelo seu brilhante ministro das Relações Exteriores!

Circunscrevamo-nos, todavia, aos fatos. Em uma perspectiva brasileira, o problema fundamental para os dirigentes do Rio de Janeiro ao longo de todo o período estudado é, sem dúvida, a aquisição dos meios técnicos e financeiros para lançar o país no caminho da industrialização. Durante os oito primeiros anos do governo Vargas, nada de concreto é feito. É a nomeação de Osvaldo Aranha para chefiar o Itamarati e a aplicação de uma política externa bem definida, assim como a situação mundial caracterizada pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, que dão aos dirigentes do Rio de Janeiro a idéia de aproveitar a oportunidade que lhes é oferecida para aumentar o fraco poder de negociação do país. É dentro dessa nova perspectiva que deve ser compreendida e analisada a atitude brasileira a partir de 1939. O jogo duplo, as meias-voltas, as dificuldades com os Estados Unidos, os contatos sutis com a Alemanha, tudo isso faz parte da tentativa brasileira de aumentar sua capacidade de negociação. A partir daí os acontecimentos não deixam de moldar uma nova face do Brasil, no plano da política interna e em suas relações internacionais.

A entrada do Brasil na guerra fortalece duradoura e profundamente o papel político dos militares. Esse fato deve ser enfatizado, pois esse

grupo até então nem sempre tinha podido fazer prevalecer suas concepções. Para se convencer disso, basta lembrar que às vésperas da entrada do Brasil no conflito os ministros militares asseguram que o país não estava em condições de enfrentá-lo. Em seguida, a guerra ligou organicamente o destino desse grupo ao dos Estados Unidos. A guerra, enfim, fortaleceu ainda o sentimento nacional de que a partir de então as Forças Armadas sentem-se a depositária fiel.

Nacionalismo — dependência: o dilema brasileiro mudou profundamente de face. Até aqui não mudou de natureza.

De todas as observações precedentes e do conjunto da pesquisa se depreende uma constatação fundamental. O Brasil não teve uma política externa independente e autônoma durante o período 1930-1942. O grande mas fraco Brasil não pode permitir-se altear a voz e tem de forçosamente buscar a composição. Portanto, ele sofre sua política externa, na medida em que não a faz. É verdade que seu caráter nacional não o inclina a adotar posições rígidas; com exceção da questão Ritter, todo o período é semeado de exemplos da determinação brasileira... à mediação e aos compromissos. Surge então uma pergunta. Quando o Brasil não for mais somente um sonho e o país de amanhã, essa tendência aos compromissos continuará como até agora a dominar a filosofia de suas relações internacionais ou, ao contrário, o nacionalismo brasileiro irá adquirir um caráter mais pugnaz e inevitavelmente menos pacífico?

ANEXOS

ANEXO I

Geheime Staatspolizei à Wilhemstrasse, 23 de dezembro de 1936¹

Assunto: Cooperação entre as Polícias Brasileira e Alemã

Já houve no curso dos últimos meses casos de cooperação isolados e vários encontros com brasileiros que visitavam o Geheimen Staatspolizei a fim de estudar a possibilidade de uma troca de opiniões e de uma cooperação prática.

Para que a cooperação desejada por ambas as partes seja organizada de maneira adequada e coroada de sucesso, parece que chegou o momento de entrar oficialmente em contato com as autoridades brasileiras com vistas à conclusão de um acordo — conforme o modelo utilizado com outros países.

A cooperação que deverá realizar-se no quadro desse acordo terá a seguinte forma:

1. Troca de experiências gerais das duas Polícias no que se refere à luta contra o comunismo, o anarquismo e qualquer outra ação subversiva.
2. Colocação à disposição recíproca de material e provas materiais relativos à luta contra o comunismo, o anarquismo e qualquer ação subversiva, bem como às associações com vistas a seu controle ou dissolução no interesse das duas Polícias.
3. Apoio recíproco para as investigações sobre as ações e as intenções dirigidas contra os dois Estados por centrais comunistas-anarquistas e por outras centrais subversivas fora do Brasil e da Alemanha, assim como a comunicação recíproca dos resultados do trabalho de investigação.
4. As duas Polícias se comprometem a aceitar os conselhos relativos à execução de medidas policiais contra os comunistas, anarquistas e outros elementos subversivos e — se possível — sua aplicação prática.

A cooperação nos casos especiais tem como premissa que dos dois lados não haja interesses estatais que entrem em choque.

(1) DDA, dossiê n.º 10, doc. n.º 2877/36 g — II J, de 23 de dezembro de 1936.*

Pede-se que a missão alemã no Brasil entre em contato com as autoridades locais para ver se existe disponibilidade para uma colaboração que se efetuará dentro do quadro acima mencionado. Em caso afirmativo, enviaremos daqui — pelo mesmo canal — sem demora um projeto de acordo.

assinatura ilegível

ANEXO II

Ciano a Lojacono, 13 de janeiro de 1937¹

Secreto —

Seus telegramas n.ºs 11 e 12⁽¹⁾ Fonseca foi recebido por mim e volta amanhã para o Brasil (.) Foi decidido conceder integralismo subvenção de 50 contos por mês naturalmente passível ser retirada a qualquer momento (.) Julgo preferível que pagamento se faça através homem de confiança [“fiduciário”] excluindo portanto intermediário dessa embaixada (.) Telegrafe-me se considera Nicastro adequado para essa missão.

Ciano

(1) AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 626 P. R., de 13 de janeiro de 1937.

ANEXO III

Lojacono a Ciano, 10 de julho de 1937¹

Secreto —

Em seqüência às perguntas que Vossa Excelência me fez em seu telegrama n.º 120, considerei oportuno interrogar pessoalmente Plínio Salgado, com o qual eu já tivera contatos amigáveis. A propósito desses contatos e para bem mostrar o estado de espírito em que eles podem ser vistos aqui, pelo menos até o momento em que mantêm um caráter esporádico, saiba que da primeira vez que Plínio Salgado pediu para me ver na Embaixada Real, entre as pessoas que me transmitiram seu desejo estava também o introdutor diplomático do ministério das Relações Exteriores, ao qual perguntei, com visível prudência, se a visita por acaso não seria desagradável ao governo e ele me respondeu de maneira plenamente tranqüilizadora.

Acabo de encontrar Plínio Salgado em sua residência e lhe perguntei qual é a verdadeira posição do sr. Latour. Ele me respondeu que se trata de pessoa muito honrada, mas que não está em condições, por seu nível e por razões de segurança, de cumprir a tarefa de representar na Itália o movimento integralista e o pensamento pessoal de Plínio Salgado.

Nesse momento Plínio Salgado sofreu algumas graves defecções em suas fileiras e é obrigado a desconfiar de muita gente; ao mesmo tempo não quer mostrar suas preocupações e deseja que as pessoas que até agora se apresentaram em seu nome, inclusive o ministro plenipotenciário Hermes da Fonseca, não se dêem conta de qualquer mudança de atitude. Latour é basicamente um testa-de-ferro de Hermes da Fonseca; por isso Plínio Salgado pede a Vossa Excelência para dar a Latour a ilusão de desempenhar um papel de intermediário, fazendo com que ele responda sempre com expressões vagas e favoráveis mas sem jamais assumir compromissos substanciais.

O sr. Plínio Salgado declarou-me que os atos de Hermes da Fonseca também devem ser considerados por Vossa Excelência com muita prudência, mas sem qualquer compromisso repentino que possa revelar uma nova atitude. A respeito de Hermes da Fonseca, é preciso também boas palavras e nada mais. No que se refere, por exemplo, à ajuda material que Vossa Excelência decidiu conceder, será conveniente que, simulando atribuir a essa ajuda um caráter esporádico e extraordinário, crie-se doravante um

(1) AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 4 R.R.R., de 10 de julho de 1937.

nevoeiro artificial em torno dela, inclusive diante daqueles que estão a par e que mesmo a receberam, que se leve a crer que esse acontecimento esporádico não mais se repetirá. O sr. Plínio Salgado pretende desse modo concentrar em sua pessoa todos os meios e todos os segredos sem ser forçado nem a satisfazer apetites pessoais nem a confiar a outros segredos que, se divulgados, poderiam destruir o movimento integralistas, apresentando-o como vendido ao estrangeiro. As quantias que Vossa Excelência consagrou à ajuda ao integralismo deveriam, segundo o pedido que me fez Plínio Salgado, passar de minhas mãos para as dele. Ele afirma que somente ele e a Embaixada reúnem as garantias de segurança recíproca; ele, porque se ele revelasse ter recebido subvenções do embaixador pronunciaria sua própria condenação definitiva; o embaixador, porque se ele revelasse ter subvencionado um partido revolucionário interno, destruiria sua própria missão diante do governo brasileiro. Tudo isso é convincente, mas devo colocar como condição que Plínio Salgado me entregue um recibo pelo dinheiro recebido; se ele não quiser fazê-lo, devo pedir a Vossa Excelência que não me coloque na desagradável situação de manipular dinheiro cujo emprego não poderei demonstrar. Quanto a esse ponto de poder obter um recibo espero poder dar mais precisões em um próximo relatório. No que diz respeito à prudência que é necessário observar nesse tipo de contato, asseguro a Vossa Excelência que agirei sempre com a maior circunspeção e peço a Vossa Excelência para confiar em mim.

Plínio Salgado deseja também ter competência exclusiva sobre os contatos a serem mantidos com o fascismo italiano, depois de entendimento pessoal com o Embaixador Real. Ele comunicaria apenas ao Embaixador Real os nomes das pessoas que podem apresentar-se na Itália em nome do Partido Integralista; e o Governo Real deveria ater-se às comunicações que lhe dirigisse o Embaixador Real no que se refere à identificação dos agentes de ligação designados por Plínio Salgado.

Concordei com ele quanto a esse critério que elimina um número infinito de incertezas, mas lembrei-lhe que, se posso encontrar-me com ele esporadicamente para cuidar dessas questões fundamentais, não poderia, em compensação, ter contatos regulares e seguidos. Mas como, por outro lado, sem contatos regulares e seguidos o lado executivo de todo acordo não poderia realizar-se, sugeri que esses contatos sistemáticos ocorram não entre o Partido Integralista e o Governo italiano (pois este é o caráter da Embaixada), mas entre o Partido Integralista e o Partido Fascista. De fato, os contatos sistemáticos entre os dois partidos não somente teriam um caráter justificável, mas teriam mesmo um caráter legal e poderiam ter como objeto um intercâmbio de concepções doutrinárias e ideológicas paralelas que se trataria de aperfeiçoar através de um afluxo contínuo e recíproco de materiais didáticos e de propaganda, de escritos, de monografias, de pesquisas, de visitas mútuas etc..., tudo isso dentro do quadro das diretrizes

políticas fundamentais fixadas quando dos contatos que essa Embaixada poderá ter diretamente com Plínio Salgado, em nome e segundo as instruções de Vossa Excelência.

Tratar-se-ia, portanto, de enviar ao Rio de Janeiro, enquanto representante do Partido Fascista, mas na realidade como simples executante das ordens de Vossa Excelência por meu intermédio, uma pessoa de confiança que — segundo as manifestações de estima unânimes recebidas nesse meio por ocasião da primeira missão que realizou — poderia ser o sr. Pier Filippo Gomez. Para trabalhar sob uma cobertura legal, o sr. Gomez poderia ser designado para uma função qualquer junto à sociedade Amici d'Italia ou junto ao Instituto Ítalo-Brasileiro de Alta Cultura.

Peço a Vossa Excelência para que me transmita Suas elevadas instruções.

Lojacono

ANEXO IV

Lojacono a Ciano, 14 de outubro de 1937¹

Secreto —

A questão relativa ao eventual transporte das caixas no porto de escala está ligada a um problema delicado, já que se trata antes de tudo de submeter a Vossa Excelência o desejo que me foi expresso por duas vezes de obter gratuitamente mil revólveres individuais de marca estrangeira (de preferência belga ou tchecoslovaca) para remediar a situação descrita na página 6, alínea 9 e 10 do original da carta.

A cessão no porto de escala deveria apresentar-se como tendo lugar entre o correio ocasional particular vendedor de armas e a pessoa que seria encarregada de entrar em contato com o comandante acima mencionado.

Deixo para indicar o nome deste último para o caso de Vossa Excelência aceitar a cessão a propósito da qual deverei dar uma resposta.

Lojacono

(1) AI, dossiê n.º 16, doc. n.º 182, de 14 de outubro de 1937.

ANEXO V

Mensagem de Plínio Salgado ao embaixador Vincenzo Lojacono, 28 de outubro de 1937¹

AIB

GABINETE DO CHEFE NACIONAL

Pela passagem de mais um aniversário da Marcha sobre Roma, acontecimento que iluminou o mundo anunciando à humanidade aflita o advento do sol latino e oferecendo aos espíritos confusos o alto sentido dos equilíbrios perfeitos, inspirador das construções sociais estáveis e harmoniosas, venho trazer-lhe as congratulações de um milhão de brasileiros, que tenho a honra de chefiar.

Dentro do nosso Nacionalismo e animados pelo ardente desejo de objetivar a completa soberania econômico-financeira, moral e cultural de nossa Pátria, construindo o Grande Brasil e conquistando para ele um lugar destacado no Universo, nutrimos, também, os sentimentos mais profundos da fraternidade latina e o entusiasmo sincero pela grandeza da Itália.

Nesta hora incerta do mundo, em que o Capitalismo Internacional, velho escravizador de povos, une-se abertamente ao bolchevismo destruidor das tradições cristãs do Ocidente, é por ser brasileiro, por ser patriota, por me dedicar inteiramente ao ideal de independência e prestígio do Brasil, que considero de alta relevância para todos os povos latinos uma política de amizade, lealdade e aproximação sincera.

E é esse pensamento que transmito a V. Excia. nesta data feliz, formulando votos pela felicidade pessoal de S. Excia., o presidente Mussolini, de S. Majestade o Rei-Imperador, e pela prosperidade do grande Povo que V. Excia. representa em meu país.

Plínio Salgado

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1937

(1) A1, dossiê nº 16, doc. s/n, de 28 de outubro de 1937.

ANEXO VI

Von Cossel (landsgruppe Brasilien NSDAP) a Bohle (Auslands-Organisation), 23 de dezembro de 1937¹

Assunto: Interesse do Governo brasileiro pelas atividades do Anti-Komintern

O embaixador Dr. Ritter envia hoje por correio aéreo o relatório anexo ao ministério das Relações Exteriores. Esse relatório se refere à promoção da cooperação no domínio do Anti-Komintern proposta pelo ministro do Interior brasileiro, Dr. Francisco Campos. Nesse momento queremos nos conformar a esse desejo do ministro do Interior, já que também nós estamos essencialmente envolvidos com esse problema em nosso partido. Nesse relatório há referência à atividade do sr. Oehlke. O Sr. Oehlke obteve do Reichsministeriums für Volksaufklärung und Propaganda a tarefa de representar o Anti-Komintern. Quanto à pessoa do sr. Oehlke há uma diferença considerável entre os pontos de vista do Promi e o meu, a saber, entre a embaixada e o Partido, sobre a qual o sr. poderá informar o serviço de imprensa da AO e também Pg. Goedde, que se encontra atualmente na Alemanha. Para a tarefa indicada no relatório de hoje do embaixador alemão, o sr. Oehlke não entra de modo algum em consideração. Eu lhe seria particularmente grato se o sr. se empenhasse pessoalmente a fim de que se aja sem demora de acordo com esse relatório e os desejos do embaixador. Se estivéssemos em condições de responder e de colocar em andamento os pontos levantados pelo ministro do Interior, isso teria uma importância considerável para todo o nosso trabalho.

Cordiais saudações e Heil Hitler

von Cossel

(1) DDA, dossiê nº 10, doc. nº 701, de 23 de dezembro de 1937.

ANEXO VII

Weizsacker a Ritter, 16 de maio de 1938¹

Para o embaixador pessoalmente

A fim de poder responder à pergunta final de seu comunicado telegráfico n.º 64, o sr. ministro das Relações Exteriores do Reich pede que o sr. lhe dirija pessoalmente um outro telegrama, exprimindo sua opinião sem reservas, indicando se os fatos censurados e as medidas tomadas não seriam de algum modo justificados por equívocos e erros cometidos por alemães de origem ou outros elementos alemães. O ministro do Reich tem a intenção de intervir muito energicamente por aqueles que são injustamente perseguidos e agir do mesmo modo de encontro a censuras que não têm fundamento; mas quer estar absolutamente certo do terreno onde pisa e apoiar-se apenas em fatos precisos.

Como as relações germano-brasileiras, que muito nos interessam, estão diretamente em jogo, o ministro do Reich não desejaria, dando andamento a uma ação enérgica, contrariar objetivos brasileiros e fatos que ele talvez ainda não conheça.

Weizsacker

(1) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 449, p. 65.

ANEXO VIII

Oswaldo Aranha a Karl Ritter, 17 de maio de 1938¹

Senhor Embaixador

1. Tenho a honra de acusar o recebimento da nota J. Nr. B5, de 10 do corrente, na qual Vossa Excelência diz que se vê obrigado a formular um protesto contra os efeitos do decreto-lei nº 383, de 18 de abril último, no tocante aos cidadãos alemães.

2. Vossa Excelência procura justificar o seu protesto alegando, primeiramente, que a organização do partido Nacional Socialista Alemão é alcançada por aquele decreto, o que lhe parece uma ofensa ao Estado alemão e ao Governo alemão, porque a aludida agremiação é o Partido do Estado do Reich alemão, constitui parte integrante das organizações de Estado e lhe são confiadas determinadas tarefas, entre as quais a da educação política dos cidadãos do Reich, dentro e fora da Alemanha. A este propósito, Vossa Excelência acrescenta que todo e qualquer Governo pode reclamar para si o direito de dirigir a orientação política dos cidadãos do seu país para as suas necessidades e as da sua concepção do Estado.

3. Diz também Vossa Excelência que, “desde meses, está sendo conduzida pela imprensa [brasileira] uma campanha sistemática contra a Alemanha e contra tudo o que é alemão”, sem que o Governo brasileiro até agora a tenha impedido, e que “as injúrias ao Chefe do Governo alemão, em caricaturas e palavras impressas, ainda continuam”.

4. Faz, em seguida, outros reparos ao decreto-lei de 18 de abril, no qual enxerga “graves interferências na vida associativa das colônias do Reich no Brasil”. Entre tais reparos, salienta-se o de que o artigo 5º do decreto proíbe a participação de brasileiros natos ou naturalizados, em certas associações estrangeiras, o que, segundo Vossa Excelência, importa na criação de muralha entre as colônias alemãs no Brasil e os seus amigos brasileiros e “deve ser considerado como sendo uma interferência na liberdade pessoal das famílias alemãs”.

5. Termina solicitando a atenção do Governo brasileiro para os perigos ou inconvenientes de uma turvação das excelentes relações reinantes

(1) DDA, dossiê nº 4, doc. nº Pol IX 822/38, de 17 de maio de 1938.

entre as nossas respectivas nações, turvação que a seu ver, resultará da aplicação do mencionado decreto, caso o mesmo não seja modificado na sua execução, de acordo com os pontos de vista alemães.

6. Em resposta, cabe-me declarar a Vossa Excelência que o Governo brasileiro não vê razão para semelhante protesto, e por isto mesmo não o pode aceitar.

7. Realmente a expedição do decreto-lei nº 383, de 18 de abril último, obedeceu a um propósito de defesa nacional, ou, melhor, ao intuito de preservar a integridade nacional. Decorreu, pois, do direito de conservação, que é fundamental para todo Estado.

8. No exercício de tal direito, pode o Estado adotar livremente a legislação que julgar mais conveniente e aplicá-la, no seu território, a nacionais e estrangeiros.

9. Evidentemente, não pretende o Governo brasileiro desconhecer os direitos geralmente reconhecidos aos estrangeiros. Mas, como Vossa Excelência sabe, esses direitos não são absolutos, devem ser compatíveis com a ordem pública e subordinados ao interesse da conservação do Estado. E não podem ser superiores aos de que gozam os próprios nacionais.

10. Assim, pois, o interesse público é o cuidado da conservação do Estado podem determinar restrições aos direitos reconhecidos aos estrangeiros.

11. Não é mais do [que] um corolário desse[s] princípios, perfeitamente acordes com o direito das gentes contemporâneo, o direito que assiste ao Estado de regular soberanamente as condições e formas de associação de estrangeiros estabelecidos no seu território. Isso não exclui a faculdade geralmente concedida a esses de se associarem para fins culturais, recreativos, beneficentes ou de assistência, ou para a comemoração pacífica de datas nacionais a acontecimentos de significação patriótica.

12. Nada há no decreto-lei nº 383 em contradição com os referidos princípios.

13. Vossa Excelência pretende, entretanto, excluir das medidas ali contempladas as organizações dependentes do Partido Nacional-Socialista Alemão sob a alegação de que o dito partido constitui órgão da administração do Estado alemão e deste é como que uma emanção direta.

14. Semelhante pretensão é inadmissível, pois não podemos absolutamente reconhecer a Governo algum o direito de, ao lado da sua representação diplomática e consular, manter em território brasileiro órgãos da sua administração incumbidos de qualquer atividade de natureza política.

15. Admitir o contrário seria como que permitir a existência de um Estado estrangeiro dentro do Estado nacional.

16. A tese sustentada no começo da nota de Vossa Excelência, se fosse aceita, criaria verdadeira confusão nas relações internacionais e poderia suscitar graves conflitos.

17. Como quer que seja, o decreto-lei n.º 383 foi medida inspirada em altos propósitos após madura reflexão e com pleno conhecimento de causa. O Governo brasileiro espera que o Governo alemão compreenda os motivos que o ditaram, reconheça a justeza do ponto de vista em que nos colocamos e procure desfazer, na opinião pública alemã, qualquer equívoco que uma falsa interpretação das suas disposições possa provocar.

18. Ainda a propósito do referido decreto-lei, não posso deixar passar sem observação da minha parte, Senhor Embaixador, o ponto da sua nota em que, referindo-se ao artigo 5.º do dito decreto, declara que o mesmo constitui “uma interferência na liberdade pessoal das famílias alemãs”, somente porque proíbe que de associações estrangeiras façam parte brasileiros natos ou naturalizados. Não vejo como se possa afirmar que a referida disposição tenha tal significação. Em todo caso, não creio que Vossa Excelência pretenda negar-nos o direito de legislar para os nossos nacionais da maneira que julgarmos preferível.

19. Quero, finalmente, referir-me ao tópico da nota de Vossa Excelência relativo a uma suposta “Campanha sistemática” na imprensa brasileira, “contra a Alemanha e contra tudo o que é alemão”, inclusive o Chefe do Governo alemão. A respeito desse assunto já tive o ensejo de me dirigir a Vossa Excelência, por nota sob o n.º NP/42/930.3(81)(42), de 29 de março último. Nada preciso acrescentar ao que ali ficou dito. Mas, não me furto ao prazer de declarar a Vossa Excelência que não está nos hábitos da imprensa brasileira fazer campanha sistemática contra país algum, muito menos contra um país com o qual desejamos continuar mantendo as melhores relações de amizade. A censura oficial tem, aliás, instruções severas para impedir, nos nossos jornais, qualquer referência que se possa considerar injuriosa a qualquer povo amigo ou a qualquer chefe de Governo estrangeiro. Se, nos últimos dias, houve, na nossa imprensa, alguma manifestação mais veemente com relação a cidadãos alemães, a propósito do recente golpe tentado contra o Governo brasileiro, tais manifestações, perfeitamente justificáveis, foram motivadas pelo fato de se haver tornado conhecida a participação ou aparência de participação dos referidos cidadãos no mencionado golpe.

20. Antes de terminar, faço questão de acentuar, Senhor Embaixador, que o Governo brasileiro deseja ardentemente viver em paz com todos os demais Governos, mas quer também conservar a tranqüilidade interna do país.

21. As medidas adotadas no decreto-lei de 18 de abril tiveram por escopo, precisamente, manter essa tranqüilidade e, ao mesmo tempo, assegurar a continuação de boas relações com os países estrangeiros, cujos filhos temos acolhido no nosso território. Por isso, procuramos, por medidas que nos parecem apropriadas e das quais somos os únicos juizes, prevenir, tanto quanto possível, incidentes desagradáveis, que já têm resultado e con-

tinuariam a decorrer de certas formas de atividade de organizações políticas estrangeiras.

22. Vê, pois, Vossa Excelência, Senhor Embaixador, que nos é impossível voltar atrás para revogar as medidas de preservação que adotamos. Quero crer, entretanto, que a execução leal de tais medidas não acarretará perturbação alguma nas excelentes relações que vínhamos mantendo com o Governo alemão, e até ousar esperar que este, ciente das nossas razões nos ajudará a refutar qualquer interpretação do nosso decreto-lei não conforme às nossas verdadeiras intenções.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Oswaldo Aranha

ANEXO IX

Telegrama-circular do secretário de Estado e chefe de Auslandsorganisation, Bohle, 18 de maio de 1938¹

A situação exige as medidas seguintes com vistas à manutenção da Auslandsorganisation [Organização “Estrangeiro”]:

Em primeiro lugar — Supressão de qualquer atividade visível, e concentração das forças para a doutrinação, ponto.

Em segundo lugar — Separação dos Volksdeutsche, ponto; exclusão dos Volksdeutsche e das pessoas de dupla nacionalidade do partido, da Frente do Trabalho e de suas formações, ponto; separação dos Reichsdeutsche das organizações Volksdeutsch com objetivos políticos, ponto.

Em terceiro lugar — Preparação de organizações para os nacionais alemães sob a direção do partido, ponto; tomar como exemplo o Chile, ponto; submeter a Berlim os estatutos das organizações, ponto; diretrizes detalhadas seguem por correio².

Bohle

(1) ASW, *Amérique Latine*, doc. n.º 451, pp. 66-7.

(2) Esse telegrama foi enviado a todas as missões alemãs na América Latina com instrução de se comunicar seu conteúdo ao Landesgruppenleit ou aos outros chefes locais da Auslandsorganisation.

ANEXO X

Ritter à Wilhemstrasse, 29 de junho de 1938¹

Referência aos comunicados telegráficos nºs 110/111 de 27 de junho²

Acabamos novamente de passar uma semana dramática e mesmo trágica.

A respeito da morte do cidadão brasileiro Kopp, secretário da Federação 25 de julho, acrescento, para completar meu informe telegráfico, que Kopp já estava morto quando a embaixada soube de sua prisão.

Um médico do necrotério permitiu examiná-lo sem que a polícia o soubesse. Anexo segue um relatório sobre esse exame, a partir do qual dificilmente se pode acreditar que Kopp se tenha suicidado³. Em todo caso, isso teria ocorrido, a partir dos outros ferimentos que ele apresenta, somente depois de torturas cruéis e de ameaças de morte. Sem dúvida jamais poderemos saber exatamente o que aconteceu.

Kopp havia sido nomeado secretário da Federação 25 de julho no momento de sua fundação, em 1935. Como o presidente da Federação já era muito idoso, é Kopp que, de fato dirigia com uma certa independência os negócios da associação. Esta tem como objetivo, como os senhores sabem, favorecer o “Deutschtum”, bem como as relações culturais com a Alemanha⁴.

Embora ela tenha caráter estritamente apolítico, Kopp naturalmente manteve íntimas relações com nacionais alemães e também com a embaixada e o partido. Suas relações pessoais com os funcionários que, na embaixada e no partido, se ocupem dos assuntos culturais e de imprensa eram particularmente constantes.

A partir do momento em que tomei conhecimento do incidente, procurei, indagando as pessoas que eu sabia terem estado em relação com ele, determinar qual era a natureza dessas relações.

(1) ASW, *Amérique Latine*, doc. n° 457, pp. 79-82.

(2) Ritter informava que os papéis apreendidos com Kopp eram muito comprometedores, não somente para eminentes membros do partido, mas para a própria embaixada.

(3) O certificado médico não concluía nem contra nem a favor do suicídio de Kopp.

(4) Nota marginal manuscrita por Freytag: “O sr. Kundt me disse que a Federação tinha também como objetivo fazer com que os germano-brasileiros penetrassem na vida política do Brasil”.

O representante do D. N. B., Horn, com o qual Kopp também tinha tido contatos pessoais, declarou que oito dias mais ou menos antes de sua prisão, Kopp tinha recebido um aviso. Ele disse a Horn que havia retirado do escritório da Federação e colocado em segurança dois grandes pacotes de documentos. Não posso entrar nos detalhes de sua declaração, o que nos levaria muito longe, mas deixam supor que esse dois pacotes de documentos caíram nas mãos da polícia. O que eles contêm, ninguém sabe, evidentemente. Mas Horn disse que Kopp lhe havia mostrado recentemente dois documentos. Um era o plano de um novo e próximo golpe integralista, que devia explodir nos estados do sul. O outro era o projeto de um plano de trabalho secreto para o círculo de Juventude germano-brasileiro, que deve ser reorganizado. Esse projeto teria sido elaborado por Kopp com o concurso do instrutor Neubert, antigo chefe do círculo de Juventude germano-brasileiro.

No começo de seu depoimento, Neubert começou por silenciar sobre a existência desse projeto. Foi somente quando lhe falei dele, seguindo a declaração feita por Horn, que ele reconheceu, com hesitação, a existência desse documento e que ele em seguida o exibiu, confirmando que havia enviado uma cópia a Kopp. Eu o envio em anexo⁵.

Outras constatações, sobre as quais muito demoraria estender-se infelizmente levam a ver como mais ou menos certo que esse documento se encontra nas mãos da polícia brasileira. Sua leitura não deixa qualquer dúvida sobre o fato de que a embaixada está seriamente comprometida.

Não tenho necessidade de dizer que esse projeto foi estabelecido sem que eu tivesse conhecimento, sem que meus colaboradores tenham sido consultados e naturalmente sem minha autorização.

Neubert usurpou o nome do embaixador e a qualidade da embaixada com leviandade incompreensível.

Agora que parece certo que esse segundo documento estava nas mãos de Kopp, pode-se acreditar que a outra informação de Horn também é correta, e que Kopp estava de posse de um plano de golpe integralista, que devia explodir proximamente nos estados do sul. O temor de que esse documento se encontre também nas mãos da polícia é fortalecido pelo fato de que vários dirigentes da Federação 25 de julho foram presos no sul, e que

(5) Esse documento é intitulado, Acordo não-oficial sobre as relações entre as formações do B. D. J. [Círculo de Juventude germano-brasileiro] e a Federação 25 de julho. Ele trata da incorporação do B. D. J. à Federação sob a direção de Kopp e de Neubert. Um exemplar do acordo devia ser entregue ao embaixador da Alemanha no Rio de Janeiro, que figurava como árbitro nos casos litigiosos. Embora somente cidadãos brasileiros pudessem ser membros de direito, nacionais alemães podiam tornar-se membros associados, com as mesmas prerrogativas. "O princípio, dizia o documento, que se reconhece é o de que os germano-brasileiros e os alemães devem aproximar-se, pois partilham um destino comum".

Schinke foi trazido de Florianópolis para cá. É natural que a polícia infira disso que a embaixada estava a par.

Que conseqüências imediatas resultarão deses fatos para a embaixada e para as relações germano-brasileiras, caso nossas apreensões tenham fundamento? Atualmente é impossível prevê-lo.

Em todo caso, devemos ser discretos e prudentes no caso Kopp. É essa a razão da sugestão contida em meu comunicado telegráfico n.º 111 de 27 de junho, recomendando que a imprensa alemã não dê qualquer detalhe sobre esse caso.

Após esses acontecimentos, julguei necessário dar proteção ao cidadão alemão e membro do partido, Neubert, nas dependências da embaixada. Neubert veio por si mesmo à embaixada porque tinha tomado conhecimento de que a polícia fora buscar informações a seu respeito na escola alemã onde ele dá aulas.

Se Neubert tivesse sido preso, podíamos temer que fosse feito tudo, com os métodos policiais que aqui vigoram, para lhe extorquir o que quisessem saber dele. Depois do incidente Kopp, havia motivos inclusive para temer por sua vida.

Nesse meio tempo, o cidadão alemão e membro do partido, Barwich, representante de Transocéan, veio colocar-se sob a proteção da embaixada. Eu também o instalei em nossas dependências. Barwich por acaso se encontrava no escritório de Kopp na Federação quando Kopp aí foi preso na sexta-feira 24 de junho, e também foi considerado preso. Passou a noite na delegacia de polícia, mas foi solto no dia 25, depois de ter sido várias vezes interrogado.

Foi através dele que ficamos sabendo da prisão de Kopp, a qual ele infelizmente só informou à embaixada no dia 26 de junho pela manhã, quando Kopp já estava morto. Desde então, Barwich recebeu duas advertências e foi avisado de que sua nova prisão era iminente. Por isso ele procurou a embaixada.

Uma terceira advertência aliás me chegou indiretamente, pois a polícia me informou que Barwich tinha de deixar o território brasileiro.

Foi nessa ocasião que Barwich nos disse pela primeira vez que ele tinha tido uma conversa com Gustavo Barroso, auxiliar do chefe integralista Plínio Salgado, em 10 de maio, à tarde — isto é, na antevéspera do último golpe — nos escritórios de Transocéan. No correr dessa conversa, Barroso lhe perguntou se, caso o ministério da Marinha brasileiro fosse confiado a um integralista, o governo do Reich estaria disposto a armar os integralistas. Barwich deu uma resposta evasiva. A partir do incidente Kopp, veio-lhe à mente que Kopp — e é isso que o inquieta — deu a entender mais ou menos oito dias depois que ele estava a par dessa conversa, embora Barwich nada lhe tenha dito a respeito.

No curso dessas últimas semanas, as embaixadas da Itália e de Portu-

gal, concederam, em grande número de casos, o direito de asilo em suas dependências. Até agora, o governo brasileiro deu sem dificuldades salvo-condutos que permitem aos beneficiários do direito de asilo viajar para a Itália ou para Portugal.

Tratava-se, nesses diversos casos, de cidadãos brasileiros.

Penso, portanto, que o governo brasileiro não se oporá à partida dos cidadãos alemães em questão.

Espero instruções a partir de meu comunicado telegráfico nº 112 de 28 de junho de 1938 antes de comunicar, se for o caso, ao ministério das Relações Exteriores que o direito de asilo foi concedido aos dois cidadãos alemães e de pedir para eles um salvo-conduto.

Ritter

ANEXO XI

O conselheiro da embaixada von Levetzow ao ministro von Bismarck, 2 de janeiro de 1939¹

Como escrevo ao sr. precisamente em 2 de janeiro, gostaria de começar minha carta enviando-lhe, bem como à princesa, meus melhores votos para o ano novo.

Essas linhas destinam-se a lançar um pouco mais de claridade sobre as condições em que se apresenta, aqui, a situação; pois não estou certo — na medida que jamais recebi resposta para as perguntas que fiz a esse respeito — se minha atividade no Brasil está em concordância com as concepções das Relações Exteriores.

Devo antes de tudo deixar claro que o Brasil e o governo brasileiro não podem ser avaliados segundo as normas que se aplicam aos Estados e aos governos europeus.

É certo que, de um lado a intriga, de outro a “amizade” desempenham aqui um papel muito maior que na Europa. Todo brasileiro, como de resto todo estrangeiro que quer ser bem sucedido nos negócios no Brasil, procura fazer “amigos”, para servir a seus interesses.

Aquele que não tem “amigos” perde sua influência e não consegue nada.

Um ministro brasileiro estará, por exemplo, inclinado a agradar a um diplomata estrangeiro que lhe agrada, mesmo que agindo assim ele não sirva estritamente aos interesses de seu país. Mas por outro lado, ser-lhe-á indiferente negligenciar os interesses políticos de seu país ou os interesses econômicos de certos meios comerciais brasileiros, se ele paralisa assim os esforços de um diplomata de que ele não gosta.

Posso perfeitamente imaginar, por exemplo, que em nosso caso ministros brasileiros criem de mil maneiras obstáculos para a exportação de algodão para a Alemanha, mesmo com o risco de prejudicar os interesses dos produtores brasileiros, a partir do momento que se trata de causar problemas a uma missão diplomática ou a um governo alemão que não lhes agrada.

Para julgar a situação, é preciso também lembrar-se que, durante o período de crise grave do ano passado, o governo brasileiro tinha deduzido dos relatórios de sua embaixada em Berlim e também de sua própria expe-

(1) ASW, *Amérique Latina*, doc. n.º 466, pp. 106-10.

riência prática, que a Alemanha não tinha a intenção de começar uma guerra econômica com o Brasil, nem mesmo de criar para a embaixada do Brasil em Berlim dificuldades ou de lhe impor humilhações no plano dos contatos mundanos.

Uma das censuras que aqui se dirigem ao embaixador Ritter é justamente que, com a finalidade de se impor ainda mais, ele fez declarações inexatas relativas a uma projetada exclusão da embaixada do Brasil das recepções berlinenses.

Compreendendo essa situação, esforcei-me para criar, com o ministério das Relações Exteriores, um ambiente que torne possível a discussão dos assuntos mesmo desagradáveis.

Imediatamente depois de ter eclodido o conflito a respeito do embaixador Ritter, recebi a ordem, de um lado de dizer ao ministro das Relações Exteriores que ele tinha com conhecimento de causa apresentado a situação de uma maneira inexata nas questões do desmentido, de outro lado de tentar revivificar as relações econômicas.

Durante os meses que se seguiram, a cada uma de minhas visitas ao ministério das Relações Exteriores, eu só tinha queixas e reclamações para formular. Não informei sobre cada caso isoladamente.

Antes de tudo, a campanha da imprensa contra a Alemanha continuou. As autoridades estaduais, especialmente os militares, cometeram no sul numerosos abusos contra o elemento alemão, privando-o cada vez mais de seus direitos.

Foi preciso também esclarecer e cuidar do caso Cossel.

No que se refere à imprensa e ao sr. von Cossel, minha atividade não deixou de ter sucesso.

A propaganda filmada contra a Alemanha, proveniente da América do Norte, foi proibida.

Mesmo a questão judaica não pôde mais ser utilizada aqui, na imprensa, para fazer agitação anti-alemã.

No plano econômico, pudemos certamente constatar progressos. Espero mesmo estar em condições de em breve anunciar outros.

Gostaria ainda de observar, nesta ocasião, que a oposição americana à extensão dessas relações econômicas germano-brasileiras não se exerce mais no ministério das Relações Exteriores, mas no ministério das Finanças e junto ao Banco do Brasil.

Em matéria de nacionalizações, as coisas se apresentam de maneira muito favorável. Nesse setor, tenho toda uma série de queixas e protestos em curso junto ao ministério das Relações Exteriores. Pude constatar que esse departamento se ocupou, até agora, de todos os casos que lhe submeti. Mas ele se choca, por seu regulamento, com a resistência do ministério do Interior ou com as autoridades militares ou policiais. Esforço-me para obter uma solução satisfatória nos casos isolados.

Mas se prevalecerem por muito tempo no Brasil as condições atuais, minhas forças não serão certamente suficientes para conter e para reprimir a onda das nacionalizações.

Devo acrescentar que todos os esforços do embaixador de Portugal e das missões japonesa, italiana e polonesa, feitos no sentido de melhorar o tratamento de seus nacionais ou de suas associações também fracassaram.

O Vaticano e a Igreja católica têm, no Brasil, uma influência considerável. No entanto, nem o cardeal, nem o núncio conseguiram fazer com que fosse aceito o pedido da Igreja católica para que os ofícios religiosos sejam celebrados nas línguas estrangeiras. Fiquei sabendo pelo ministro da Polônia o que a nunciatura empreendeu a esse respeito. Em consequência da atitude inamistosa da nunciatura, é inútil estabelecer com ela um contato direto.

Julgo que, de toda as Missões acreditadas aqui, somos a que leva mais a sério os interesses de seus nacionais. Nossa solicitude de resto também se estende aos Volksdeutsche. Todas as outras Missões são extremamente prudentes, pois temem obter um resultado que vá de encontro a seus desejos, caso assumam uma posição muito firme.

Anteriormente, o ministério das Relações Exteriores brasileiro tinha o hábito de não responder às notas incômodas; a Missão alemã não constituía exceção.

Quando, por exemplo, um alemão era assassinado nos estados, jamais obtínhamos satisfação. Conseguimos que esse sistema não seja mais aplicado em relação a nós.

As queixas feitas são seguidas, e pude constatar secretamente que o ministro das Relações Exteriores insiste para que sejam examinadas e que ele se esforça para impedir os abusos.

No Brasil, como nos outros países, o ministério das Relações Exteriores também não é todo poderoso. A oposição dos outros departamentos às vezes é muito forte e muito difícil de ser superada.

Devo dizer que, ao contrário de alguns outros chefes de Missão que se queixam desse fato, não pude constatar que o ministro das Relações Exteriores me minta.

Ele enfeita um pouco às vezes suas proposições, como por exemplo quando fala da Conferência de Lima. Mas em relação aos hábitos sul-americanos, essa maneira de agir é perfeitamente normal.

Na questão das nacionalizações, tento explicar, tanto aos militares de alta patente cuja opinião é, de fato, decisiva nesse assunto, quanto ao ministro das Relações Exteriores que o Brasil trabalha contra seus próprios interesses.

O governo se encontraria diante de três grupos. O primeiro, que já está há muito no país e cuja força de resistência está esgotada, se submeteria. O segundo se consideraria como minoria e faria oposição. O terceiro,

formado dos melhores elementos, escaparia à opressão voltando para seu país.

Em minha opinião, os protestos sobretudo confirmam o governo brasileiro em sua crença de que está no caminho certo.

Aliás, um protesto no interesse do elemento Volksdeutsch criaria aqui o sentimento de uma ingerência estrangeira e chocaria com a mais viva resistência. Nesse caso, como na Conferência de Lima, todos os países sul-americanos seriam unânimes.

Eu lhe seria, príncipe de Bismarck, extremamente reconhecido se o sr. tiver a amabilidade de me informar, dando-me conhecimento se, nas Relações Exteriores, estão de acordo com meu método ou se, ao contrário, desejam que eu faça com que o conflito perdure.

Eu já disse que não creio que seja possível obter, por meio da continuação do conflito, a partir do momento que não tomamos em relação ao Brasil medidas verdadeiramente sérias, qualquer vantagem para os Reichsdeutsche ou para os Volksdeutsche. O mesmo ocorre no que diz respeito ao importante comércio alemão no Brasil, do qual depende a maioria dos alemães que vivem aqui. E somos, no fim das contas, responsáveis por sua existência.

von Levetzow

ANEXO XII

Curt Prüfer à Wilhemstrasse, 21 de junho de 1940¹

Strengst geheim

O presidente Vargas pediu para ir vê-lo hoje em caráter oficioso.

A audiência ocorreu confidencialmente, sem que o ministro das Relações Exteriores, Aranha, fosse informado dela. O presidente começou por dizer que lamentava muito a deterioração das relações econômicas com a Alemanha, consequência da guerra, pois via em sua continuação a salvação do Brasil. Quando o pus a par do oferecimento contido nos telegramas nº 541 de 19 de junho e nº 543 de 20 de junho, recebidos algumas horas antes, ele ficou visivelmente satisfeito e me pediu para transmitir seus agradecimentos a Berlim. Os especialistas discutirão os detalhes. Ele propõe então, por sua própria iniciativa, examinar a partir de agora se os dois países não poderiam concluir, mesmo durante a guerra, um acordo referente à aquisição mútua de mercadorias, cujas espécies e quantidades seriam especificadas. Prometi transmitir essa proposta.

O presidente ressaltou então sua firme intenção de manter a neutralidade e sua simpatia pessoal pelos Estados autoritários, lembrando ao mesmo tempo o discurso que ele havia recentemente pronunciado. Ele exprime abertamente sua aversão pela Inglaterra e pelo sistema democrático.

O fim da conversa voltou-se para a situação, no sul do país, dos Reichsdeutsche e dos Volksdeutsche. O presidente prometeu reprimir os abusos de poder de funcionários locais. A agitação contra a quinta coluna resulta da propaganda mentirosa orquestrada particularmente por emigrados judeus e que ele não tolerará.

Peço para receber instruções telegráficas, assim que possível, sobre a extensão das negociações econômicas.

Prüfer

(1) DDA, dossiê nº 6, doc. nº 624, bem como ASW, *Les années de guerre*, v. IX, Livro II, doc. nº 511.

ANEXO XIII

Caffery a Vargas, 9 de novembro de 1941¹

Notas sobre confusão e desinteresse Exército brasileiro na colaboração com Exército americano.

1. O Departamento de Guerra dos Estados Unidos se acha um tanto perplexo diante do fato de não ter o Ministério da Guerra do Brasil até agora se utilizado do crédito de 12 milhões de dólares que já há muito se encontra disponível.
2. Tem havido certa confusão ocasionada pelo fato de existirem diversas comissões compradoras do Brasil nos Estados Unidos, às vezes fazendo pedidos e dando recomendações contraditórias. Sugere-se a conveniência de haver apenas um único representante para chefiar todas as comissões compradoras nos Estados Unidos.
3. Tem havido demora, por parte das autoridades brasileiras, na entrega ao Governo americano das encomendas a serem preenchidas sob a Lei de Empréstimo e Arrendamento (Lend-Lease Bill). Devem as mesmas ser feitas o mais cedo possível uma vez que o critério adotado é de servir aos pedidos que chegarem em primeiro lugar.
4. Quando de visita aos Estados Unidos durante o ano passado o General Góis Monteiro apresentou a sugestão de que fosse realizada, no Rio de Janeiro, uma reunião mista de oficiais dos Estados Maiores dos nossos dois países, a fim de trocarem idéias sobre medidas de colaboração, etc. Os oficiais americanos que vieram ao Rio, aqui permanecendo quase três meses e tomando parte nas conversações, regressaram aos Estados Unidos com a impressão de que nada se havia conseguido devido à falta de confiança manifestada pelo Estado Maior do Brasil.
5. Há algum tempo atrás, o General Góis Monteiro solicitou o auxílio do Exército americano a fim de que fosse executado um mapa fotográfico aéreo da zona estratégica do noroeste do Brasil. Após certas negociações, necessitadas por ser preciso enviar aviões do Exército Americano com pessoal especializado, o Exército Ameri-

(1) AGV, doc. n.º 1941.11.09 XXXVI-59.

cano tem tido a impressão de que o General Góis Monteiro não mais se interessou em obter esta colaboração.

Caffery

ANEXO XIV

Prüfer à Wilhemstrasse, 16 de janeiro de 1942¹

Secreto —

Hoje, tendo em vista o agravamento da situação, que deixa entrever a probabilidade do rompimento das relações diplomáticas, de acordo com os embaixadores italiano e japonês, assinaei em uma carta particular ao ministro das Relações Exteriores, Aranha, que o rompimento das relações equivaleria a um tipo de estado de guerra latente. Daí poderia seguir-se facilmente uma guerra *de facto*, que ele próprio sempre considerou como sendo indesejável no curso de nossos numerosos encontros.

O mesmo argumento é utilizado pela embaixada japonesa em relação à delegação chilena.

O embaixador italiano propôs a Roma dar imediatamente explicações formais a esse respeito ao embaixador do Brasil, em sua qualidade de representante da potência na qual se realizará a conferência.

Prüfer

(1) DDA, dossiê n° 6, doc. n° 202, de 16 de janeiro de 1942.

ANEXO XV

Relatório de Colpi, enviado especial italiano a Lisboa sobre seus encontros com Plínio Salgado em 10 e 19 de abril de 1942¹

Consegui encontrar Plínio Salgado bastante facilmente e tive com ele quatro encontros, a partir de 10 de abril último sempre em locais diferentes. Parece que Plínio Salgado é muito vigiado tanto pela polícia portuguesa quanto por agentes americanos. Seu telefone é escutado (a companhia telefônica de Lisboa é inglesa). Estou convencido de que graças às precauções tomadas nossos encontros não foram notados.

Atualmente as condições de saúde de Plínio Salgado são boas. Ano passado ele sofreu um agravamento de seu foco pulmonar. Mas tive tempo de examinar as radiografias e estou persuadido de que o processo agora está em vias de cura.

Plínio Salgado continua a dirigir secretamente de Lisboa o movimento fascista brasileira (integralismo) e está também em contato com os nacionalista argentinos (coronel Umberto Molina — Córdoba) bem como os nacionalista de outros países sul-americano (na Argentina há muitos exilados integralistas brasileiros).

Salgado mantém contato com seus adeptos no Brasil por meio dos navios brasileiros que fazem escala em Lisboa e cujos comandantes e oficiais estão em sua maioria inscritos no partido integralista (Navios: Cuyaba, Bagé, Jaceguay e outros). Atualmente seu representante no Rio de Janeiro é um certo Padilha. Seu genro, Loreiro, personagem de primeiro plano no movimento integralista, mora em São Paulo (rua José Bonifácio).

Nas diferentes embaixadas e delegações brasileiras, P. S. pode contar com elementos de confiança, como Fonseca Hermes em Madri, Latour anteriormente em Roma e agora ministro na Colômbia, etc. O embaixador brasileiro em Portugal, embora não sendo um integralista, parece ser um admirador e um amigo de Plínio Salgado, ao passo que o resto do pessoal da embaixada lhe é nitidamente hostil. As embaixadas brasileiras em Roma e em Berlim também lhe são hostis. Há fiéis nas embaixadas ou delegações de Londres, Washington, Estocolmo, Buenos Aires, etc.

Atualmente ele vive em Lisboa graças a um subsídio que o governo brasileiro concede a todos os exilados políticos, mas sobretudo graças às doações dos inscritos em seu partido.

(1) AI, dossiê nº 27, doc. s/n, de 25 de abril de 1942, 4 p.

Até 1939, seu partido tinha no Brasil mais de um milhão de inscritos. Hoje essa cifra deve ser muito inferior, mas o núcleo permanece intato e muito fiel a seu chefe.

Ele contava e continua a contar com a ajuda do clero e dos católicos em geral, bem como do Partido Nacionalista brasileiro (de pouca importância). Plínio Salgado afirma que hoje pode-se acrescentar ao rol dos inscritos ou simpatizantes de seu partido:

- a) uma parte do exército cujo orgulho foi mortalmente ofendido pelo fato de que nas bases norte-americanas de Natal, Pernambuco, etc., o acesso é proibido aos oficiais brasileiros.
- b) todos os que, qualquer que seja seu partido, se dão perfeitamente conta de que, a despeito da propaganda desenfreada que considera qualquer desacordo com a política de Getúlio Vargas como sendo uma crime de lesa-pátria, o Brasil está em vias de se tornar uma colônia norte-americana dominada pelos judeus.
- c) todos os estrangeiros (italianos, alemães, húngaros, etc.) que por causa das perseguições em curso ajudariam certamente um movimento que visa a libertar o Brasil da predominância norte-americana e do governo de Getúlio Vargas, completamente vendido aos Estados Unidos. Poder-se-ia além do mais contar com uma parte da Marinha de Guerra brasileira, da qual, no entanto, alguns oficiais suspeitos de simpatias integralistas foram ultimamente excluídos.

Vargas, apoiado pelos Estados Unidos, controla o Exército por intermédio das lojas maçônicas e assim ele controla o país. Atualmente as lojas maçônicas se dedicam a uma propaganda ativa comunista e filopanamericana entre as camadas inferiores. Mas essa propaganda não dá muitos resultados entre as classes mais elevadas. No Exército e na Marinha, como dissemos, está-se desenvolvendo um forte sentimento de repugnância em relação aos Estados Unidos.

No entanto, é preciso levar em conta o fato de que a propaganda antifascista foi conduzida de uma maneira tão hábil que hoje uma revolução em nome do integralismo não teria muitas chances de sucesso. Por isso está-se substituindo a expressão integralismo por nacionalismo. A propaganda teria bons resultados se estivesse baseada sobretudo em duas palavras de ordem:

- a) o Brasil está em vias de se tornar uma colônia norte-americana.
- b) o Brasil está dominado pelos judeus.

No primeiro encontro Plínio Salgado declarou-me que ele me esperava. Ultimamente ele fora prevenido por um jornalista alemão que ele conhe-

cia de que nos próximos dias um emissário alemão pediria para ter com ele um encontro no mesmo sentido, imagina ele, que levou o abaixo assinado a Lisboa. Mas ele está feliz por tratar com os italianos, que desfrutam de suas simpatias. Dito isso, ele não pode fazer abstração do Eixo. Pede instruções sobre a matéria.

P. S. declara que tendo em vista que é certa a vitória do Eixo, no Brasil as forças nacionalistas deverão também ter vantagem e o dia do triunfo de seu partido deverá fatalmente chegar. Se seu destino está, portanto, ligado ao Eixo, este deve por sua vez ter isto em conta desde agora.

O Partido integralista sempre teve sérias dificuldades financeiras. Por causa disso não contou no momento certo com esse apoio do exército que teria sido fácil de obter com os meios adequados. Por outro lado, nenhum movimento pode esperar ter sucesso no Brasil sem o apoio do Exército.

Ele declara por fim:

1. Que é um partidário convicto da política e dos objetivos do Eixo, pois desse modo ele está persuadido de fazer o bem de seu país. É somente graças a ele que o Brasil poderá se salvar no dia da paz. Portanto, ele desejaria desde agora trocar idéias com uma de nossas altas personalidades, como previsão do dia da conferência de paz.
2. Que ele está pronto, ele e os seus, a tudo fazer pelo triunfo do Eixo.
3. Que ele se reserva o direito de fazer planos e propostas concretas depois da chegada de um de seus emissários (um certo Mello que deveria chegar com o navio *Bagé* em meados de maio), que lhe traria certas informações de elevado interesse.

No correr do segundo encontro Plínio Salgado insiste para ter um encontro com uma de nossas altas personalidades, como previsão da conferência de paz. Ele se declara pronto, sendo este o caso, a ir à Itália. Preparemos então para qualquer eventualidade certas fórmulas a fim de tornar segura e secreta uma possível viagem.

No correr do terceiro encontro, Plínio Salgado me fala das possibilidades que podem ser oferecidas ao Eixo por seus adeptos, que estão em condições de viajar e de entrar tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos. Tendo lhe perguntado se uma ação imediata teria podido ter chances de sucesso, ele me responde que ele só poderia agir com algumas esperanças de sucesso em um único lugar do Brasil: na Bahia, em virtude do elevado número de adeptos e pelo fato de as tropas que aí se encontram lhe serem na maioria favoráveis, a Bahia está cada vez mais isolada do país.

À guisa de informação, ele me entrega um recorte da imprensa, que envio anexo.

É interessante notar que todas as pessoas presas na Bahia foram quase imediatamente soltas por ordem do Rio de Janeiro. P. S. atribui isso à intervenção de seus fiéis no Rio.

No correr do último encontro P. S. me entrega:

- uma exposição datilografada que segue anexa na qual ele coloca por escrito o que tínhamos falado anteriormente e esclarece certos pontos.
- uma carta sob forma comercial de uma firma fictícia na qual estabelece cinco pontos principais para o início de negociações, a saber:
 - a) ele se declara inteiramente de acordo em princípio a respeito da questão proposta;
 - b) antes de passar a um plano concreto, ele deseja esperar a chegada do emissário acima mencionado;
 - c) ele deseja ter um encontro com uma de nossas altas personalidades investidas dos plenos poderes a fim de determinar as bases de uma colaboração presente e futura;
 - d) ele não pode prescindir de um acordo com o outro membro do Eixo;
 - e) o enviado (o abaixo assinado) merece toda sua estima mas ele repete que considera oportuno um contato direto com uma de nossas altas personalidades a fim de poder examinar a questão de todos os pontos de vista.

Ele menciona que sabe que os japoneses se esforçam para provocar um movimento de independência nacional no México.

Se alguma coisa deveria ocorrer no Brasil (afirma P. S.) isso poderia constituir a fagulha de uma insurreição em toda a América do Sul contra a hegemonia norte-americana.

P. S. não me esconde as dificuldades contra as quais ele deverá lutar mas ele se declara convencido do sucesso final.

O secretário de P. S., o sr. Hermes Lins de Albuquerque, entrega-me informações que envio anexas e confirma que ele está sempre em condições de fornecer elemento para missões delicadas em Londres e em Washington. Esses elementos seriam todos integralistas que têm livre acesso a esses países (suponho com base em uma frase que escapou a Lins de Albuquerque que este já está em contato com elementos alemães para esse tipo de negociação).

No dia 19 de abril tive um encontro com o comandante Aristóbulo do *Cuyabá* (navio brasileiro nesse momento no porto de Lisboa prestes a partir para o Brasil), do qual anexo uma fotografia. Com Plínio Salgado tive oportunidade de ver 260 cartas que iriam ser enviadas através de Aristóbulo

a seus destinatários em todo o Brasil. Aristóbulo ignorava totalmente o objetivo de minha missão em Lisboa. Nosso encontro foi fortuito no escritório comercial de Lins de Albuquerque. Aristóbulo é um integralista convicto. Ao ver que eu era italiano, descreveu-me longamente, por sua própria iniciativa, as bases norte-americanas no Brasil. A seguir entregou-me um plano sumário de duas bases norte-americanas que ele conhece perfeitamente.

Dei esses planos, muito sumários, a nosso ministro em Lisboa. Menciono esse fato pois ele demonstra o estado de espírito dos integralistas em relação aos Estados Unidos.

CONCLUSÃO

Parece-me que se podemos prever uma vitória integralista quase certa no Brasil, paralela e resultante da vitória do Eixo, essa vitória vai, em compensação, encontrar obstáculos consideráveis em prazo bem curto.

Se no entanto for o caso de criar, através de desordens esporádicas, um estado de inquietação e de ameaças para as bases norte-americanas, considero esse objetivo realizável. Essas desordens poderiam constituir, por sua vez, um bom método de propaganda para uma revolução final vitoriosa.

Antes de qualquer decisão é preciso em todo caso esperar a chegada do emissário mencionado anteriormente (meados de maio), depois do que seria talvez oportuno que Plínio Salgado viajasse à Itália, por diversas razões e com as precauções que se impõem.

25 de abril de 1942.

Colpi

ANEXO XVI

Hiermit a Freytag, 12 de junho de 1942¹

O partido integralista segue princípios fascistas. É o partido mais forte e sua influência se estende a todo o país. Desde 1937 está proibido. Apesar dessa proibição o presidente Vargas manteve relações com ele já que pretende — em caso de vitória das Potências do Eixo — manter em reserva o apoio desse partido para ele e para sua política.

O chefe do partido integralista é Plínio Salgado, que vive atualmente no exílio em Lisboa. Um importante dirigente desse partido é Gustavo Barroso, o presidente do Museu Histórico do Rio. Em 1940 Barroso viveu por algum tempo em Berlim. Foi convidado nessa ocasião pelo embaixador Faupel para uma recepção na qual estavam presentes o secretário de Estado e outros altos funcionários do AA. Barroso é um agente de ligação não-oficial entre o presidente Vargas e Salgado.

Os membros da embaixada da Alemanha no Rio mantiveram relações oficiais, até sua partida, com os membros mais importantes do partido integralista. Nossa missão em Lisboa está também em contato com Plínio Salgado graças a intermediários. Poderia ser oportuno continuar com contatos oficiais já que os integralistas muito provavelmente poderão desempenhar, depois da guerra, um papel determinante na política brasileira.

É visível que o governo italiano se inquieta com nossas relações com Plínio Salgado; como confirma o conselheiro da missão, Schlimpert, a embaixada italiana no Rio manteve relações particularmente estreitas com os integralistas, que chegaram até à condecoração de integralistas e à organização de festas oficiais na embaixada italiana em sua honra. Portanto, é quase fora de dúvidas que em Lisboa um fio não ligue Plínio Salgado a serviços italianos.

Para resumir, gostaria de defender o ponto de vista de que é oportuno que se continue a manter relações não-oficiais com os integralistas e que não há motivos para temores de informar os italianos sobre isso. Deveríamos, no entanto, nos resguardarmos de relações muito estreitas e sobretudo deveríamos evitar despertar no Governo italiano a impressão de que desejamos utilizar os integralistas para fins de política interna brasileira.

Hiermit

(1) DDA, dossiê nº 7, doc. nº Pol. IX 6357/42 g, de 12 de junho de 1942.

BIBLIOGRAFIA

A — Fontes

I — manuscritas

1. arquivos de Estado
 - a) Brasil: Arquivos diplomáticos do Itamarati (AB)
 - b) Alemanha: Auswartiges Amt (DDA)
 - c) Itália: Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri (AI)
2. arquivos particulares
 - a) Arquivos de Getúlio Vargas (AGV) — guardados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — Rio de Janeiro
 - b) Arquivos de Osvaldo Aranha (AOA) — guardados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — Rio de Janeiro

II — impressas

I. Brasil

- a) Obra completa de Getúlio Vargas (NPB)
 - b) Ministério das Relações Exteriores
 - relatórios anuais apresentados ao presidente da República (RAPR)
 - boletins mensais
 - publicações diversas
 - c) Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio (MTIC)
 - d) Ministério da Agricultura (MA)
 - e) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
 - f) Publicações diversas
2. Alemanha
 - a) Documents on German Foreign Policy (DGFP)
 - b) Les Archives Secretes de La Wilhemstrasse (ASW)
 - c) Publicações diversas
 3. Estados Unidos
 - a) Foreign Relations of the United States (FRUS)
 - b) Publicações diversas
 4. Itália
 - a) I Documenti Diplomatici Italiani (DDI)
 - b) Ministero degli Affari Esteri
 5. França
 - a) Documents Diplomatiques Français (DDF)
 6. Grã-Bretanha
 - a) Publicações diversas

B — Entrevistas

C — Depoimentos

D — Trabalhos

- I — publicados
 - 1. obras específicas
 - 2. obras gerais
 - 3. obras literárias
- II — não publicados
- III — artigos

E — Jornais e periódicos

A — Fontes

I — manuscritas

I. arquivos de Estado

- a) Brasil — Arquivos diplomáticos do Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro
 - coleção anual dos documentos recebidos e enviados referentes a:
 - Alemanha — 1936-1942
 - EUA — 1937-1942
 - Itália — 1937-1942
 - Japão — 1939-1941
 - França — 1939-1941
 - Inglaterra — 1935-1942
 - Argentina — 1937-1941
- b) Alemanha — Auswärtiges Amt — Boon
 - dossiê n.º 1 — Politische Abteilung IX, Innere Politik, Parlements und Parteiwesen, n.º 23, Band 1
 - dossiê n.º 2 — Politische Abteilung IX, Politische Beziehungen Brazilien zu Deutschland, n.º 18, Band 2
 - dossiê n.º 3 — Politische Abteilung IX, Politische Beziehungen Brazilien zu Deutschland, n.º 19, Band 3
 - dossiê n.º 4 — Politische Abteilung IX, Politische Beziehungen Brazilien zu Deutschland, n.º 17, Band 1
 - dossiê n.º 5 — Politische Abteilung IX, Politische Beziehungen Brazilien zu Ver. St. U. Amerika, n.º 22, Band 1
 - dossiê n.º 6 — Buro des Staatssekretars, Akten Brazilian, 21 de abril de 1938 — 21 de fevereiro de 1942, Band 2
 - dossiê n.º 7 — Botschafter Karl Ritter, Brazilian Handakten — feito em novembro de 1942
 - dossiê n.º 8 — Handelspolitische Abt. Handelbeziehungen zu Deutschlan
 - dossiê n.º 9 — Brazilian Handelspolitische Abteilung Handakten Clodius — janeiro de 1940 — fevereiro de 1941
 - dossiê n.º 10 — Deutsch-brazilianisches Polizei abkommen zur Bekämpfung des Kommunismus — Abteilung Ihland II, Geheim, 83-60 A, 1936-1937
 - dossiê n.º 11 — Handelspolitische Abteilung Kriegsgerat, Band 1
- c) Itália — Archivio storico del Ministero degli Affari Esteri — Roma
 - dossiê n.º 9 — Brasile, anno 1936
 - dossiê n.º 10 — Brasile, anno 1936

- dossiê n.º 11 — Brasile, anno 1937
- dossiê n.º 12 — Brasile, anno 1937
- dossiê n.º 13 — Brasile, anno 1937
- dossiê n.º 15 — Brasile, anno 1938
- dossiê n.º 16 — Brasile, anno 1938
- dossiê n.º 17 — Brasile, anno 1938
- dossiê n.º 20 — Brasile, anno 1938
- dossiê n.º 21 — Brasile, anno 1939
- dossiê n.º 22 — Brasile, anno 1939
- dossiê n.º 24 — Brasile, anno 1940
- dossiê n.º 25 — Brasile, anno 1941
- dossiê n.º 26 — Brasile, anno 1941
- dossiê n.º 27 — Brasile, anno 1942

2. arquivos particulares

- a) Arquivos de Getúlio Vargas (AGV): documentos classificados por ordem cronológica — 1936-1942
- b) Arquivos de Osvaldo Aranha (AOA): documentos classificados por ordem cronológica — 1936-1942

II — impressas

1. Brasil

- a) VARGAS, G., *A Nova Política do Brasil (NPB) — 1930-1944*, Rio de Janeiro. José Olympio, 10 v., 2963 p.
 - *O Governo Trabalhista do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1952. 396 p.
 - *De 1929 a 1934*, Rio de Janeiro, Ed. Calvino Fo., 1934. 348 p.
- b) Ministério das Relações Exteriores
 - *Relatório anual apresentado ao presidente da República (RAPR)*, 1922-1942, Rio de Janeiro, Ed. Imprensa Nacional, 19 v. 6893 p.
 - *Boletins mensais*, 1939-1945, Rio de Janeiro, Ed. Imprensa Nacional.
 - Publicações diversas
 - *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Ed. Imprensa Nacional, 1944. 2 v. 478 p.
 - *Legislação Internacional do Brasil: 1808-1929*, Rio de Janeiro, Ed. Imprensa Nacional, 1929. 2 v. 862 p.
- c) Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio (MTIC)
 - *Boletins mensais*, 1936-1942, Rio de Janeiro, Ed. Departamento de Estatística e Publicidade.
 - *Dez anos de Legislação Social, 1930-1940*, Rio de Janeiro, Ed. Imprensa Nacional, 1940. 156 p.
 - *Intercâmbio Comercial Brasileiro com Países do Centro e Ocidente da Europa, 1932-1936*, Rio de Janeiro, Ed. Departamento de Estatística e Publicidade, 1937. 165 p.
 - *Organização Sindical*, Rio de Janeiro, Ed. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, 1947. 133 p.
- d) Ministério da Agricultura (MA)
 - *Recenseamento do Brasil: agricultura 1920*, Rio de Janeiro, Ed. Tipografia da Estatística, 1923. 512 p.
 - *Synopse de Recenseamento realizado em 1.9.1920: População do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Tipografia da Estatística, 1926. 210 p.
- e) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
 - *Anuário Estatístico do Brasil 1940 e 1950*, Rio de Janeiro. IBGE, 6 v., 1820 p.

- f) Publicações diversas
- ACCIOLY, H., *Actos internacionais vigentes no Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, Ed. Pongetti, 1937. 2 v. 721 p.
 - Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS) de Santa Catarina, *O punhal nazista no coração do Brasil*, 2. ed., Florianópolis, Ed. Imprensa Oficial do Estado, 1944. 205 p.
 - Estados Unidos do Brasil, *Constituição de 10 de novembro de 1937*, Rio de Janeiro, Ed. Imprensa Nacional, 1937. 124 p.
 - LAUDES, (org.), *O III Reich e o Brasil*, (coletânea de documentos) Rio de Janeiro, Ed. Laudes, 1968. 2 v., 308 p.
 - MELLO, R. F., *Textos de Direito Internacional e de História Diplomática*, Rio de Janeiro, Ed. Coelho Branco, 1950. 881 p.
 - SILVA PY, A., *A 5ª Coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Globo, 1942. 406 p.
 - *O Nazismo no Rio Grande do Sul*, relatório secreto preparado para o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor no Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, s/d. 2 v. 781 p.
2. Alemanha
- a) *Documents on German Foreign Policy (DGFP)* — 1934-1941, US Government Printing Office, Washington. 12 v., 12160 p.
 - b) *Les Archives Secrètes de la Wilhelmstrasse (ASW) 1937-1940*, Paris. Ed. Plon, 7 v., 3056 p.
 - c) Publicações diversas
 - Herausgegeben vom Statistischen Reichsamte, *Monatliche Nachweise über den auswärtigen Handel Deutschlands*, Berlin 1929-1938.
3. Estados Unidos
- a) *Foreign Relations of the United States (FRUS)* — 1922-1942, US Government Printing Office, Washington. 21 v., 19117 p.
 - b) Publicações diversas
 - *American University, U. S. Army Area Handbook for Brazil*, US Government Printing Office, Washington, 1964. 725 p.
 - Department of Commerce, "Inter-American Trade and World Trade". In: *Inter-American Affair*, 1941, New York, Columbia University Press, 1942. pp. 177-83.
 - International Reference Service, *Effects of the War on Brazil's Foreign Trade*, Ed. US Department of Commerce, v. 2, n° 4, maio de 1945, pp. 1-22.
4. Itália
- a) *I Documenti Diplomatici Italiani (DDI)*, 1939-1940, Roma, Ed. La Libreria dello Stato. 3 v. 2170 p.
 - b) *Ministero degli Affari Esteri*
 - Censimento degli Italiani all'estero alla meta dell'anno 1927, Roma, Libreria dello Stato, 1928. 711 p.
5. França
- a) *Documents Diplomatiques Français (DDF)*, 1936-1939, Paris, Ed. Imprimerie Nationale. 3 v.
6. Grã-Bretanha
- a) *Documents on British Foreign Policy (DBFP)*, 1939, His Majesty's Stationery Office, Londres, 1951. 647 p.
7. Sociedade das Nações
- a) Publicações diversas
 - *Statistiques du Commerce International, 1933-1939*, Genebra.

B — Entrevistas

1. Oswaldo GUDOLLE ARANHA — filho de Osvaldo Aranha (junho-julho de 1978).
2. Vasco LEITÃO DA CUNHA — membro do corpo diplomático brasileiro durante a década de 1930 e Secretário-substituto do ministro da Justiça, Francisco Campos, depois de novembro de 1937 (julho de 1978).
3. Edmundo MACEDO SOARES E SILVA — negociador brasileiro junto aos Estados Unidos com vistas à conclusão de um acordo sobre a siderurgia (19 de julho de 1978).
4. Álvaro TEIXEIRA SOARES — secretário e amigo pessoal de Osvaldo Aranha durante os anos 1930-1940 (21 de julho de 1978).
5. Moisés VELINHO — amigo pessoal de Osvaldo Aranha e membro do gabinete Aranha durante os anos 1929-1931 (22 de junho de 1978).
6. Oswaldo CORDEIRO DE FARIAS — Interventor no Rio Grande do Sul (1938-1942) — (dezembro de 1979).

C — Depoimentos

- ALMEIDA, J. A. de, *A palavra e o tempo: 1937-1945-1950*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1965, 325 p.
- BARROSO, G., *Brasil, colônia de banqueiros*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934, 257 p.
- , *O que o integralista deve saber*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935, 203 p.
- CADOGAN, A., *The Diaries, 1938-1945*, Londres, Ed. David Dilks, Cassells, 1971, 881 p.
- CAMPOS, F., *O Estado Nacional*, 3. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1941, 257 p.
- CANTALUPO, R., *Fu la Spagna, Ambasciata presso Franco. Febbraio — Aprile 1937*, Verona, 1948.
- , *Racconti Politici dell'altra Pace*, Milão, Ed. Istituto per gli Studi di Politica Internazionale, 1940, 376 p.
- CARNEIRO, G., *Lusardo, o último caudilho*, 2. ed., Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1977, v. I, 366 p.
- CIANO, G., *Journal, 1937-1938*, Paris, Ed. de Paris, 1949, 329 p.
- , *Journal Politique, 1939-1943*, Neuchâtel, Ed. de la Baconnière, 1946, 2 v. 629 p.
- COELHO DE SOUSA, J. P., *Caminhada*, Porto Alegre, Ed. Sulina, 1969, 447 p.
- , *Conflito de culturas*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1949, 35 p.
- , *Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande*, Porto Alegre, Ed. Thurmann, 1941, 112 p.
- COOKE, M. L., *Brazil on the March: a Study in International Cooperation*, 2. ed. Nova Iorque, McGraw-Hill, 1944.
- COUTINHO, L., *O General Goês Depõe*, Rio de Janeiro, Ed. Coelho Branco, 1955, 546 p.
- FORTUNATO, G., *Eu fui guarda-costas de Getúlio*, Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1949, 422 p.
- GUARIGLIA, R., *Ricordi, 1922-1946*, Nápoles Ed. Scientifiche Italiane, 1950, 782 p.
- HITLER, A., *Mon Combat*, Paris, Nouvelles Editions Latines, 1934, 687 p.
- HULL, C., *The Memoirs of Cordell Hull*, Nova Iorque, Ed. Macmillan, 1940, 2 v. 1804 p.
- HUNSCHKE, K.-H., *Der brasilianische Integralismus: Geschichte und Wesen der faschistischen Bewegung Brasiliens*, Stuttgart, Verlag von W. Kohlhammer, 1938, 245 p.
- JÚNIOR, Q., *Memórias sobre Getúlio*, Rio de Janeiro, Ed. Copac, 1957, 321 p.
- , *222 anedotas de Getúlio Vargas*, 2. ed., Rio de Janeiro, Ed. Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1955, 203 p.
- LACERDA, C., *Depoimento*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1978, 469 p.

- LEITÃO DE CARVALHO, E., *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Ed. A Noite, 1952. 416 p.
- LEITÃO DA CUNHA, V., "Povo declarou guerra em 42", in *O Estado de S. Paulo*, 28 de maio de 1978.
- LIMA SOBRINHO, B., *A verdade sobre a revolução de outubro de 1930*, 2. ed., São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1975. 199 p.
- LIPSKI, J., *Diplomat in Berlin, 1933-1939*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1968. 679 p.
- MACEDO SOARES, J. C., *Le Brésil et la Société des Nations*, Paris, Ed. Pedone, 1927. 281 p.
- MASCARENHAS DE MORAES, J. B., *Memórias*, Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do Exército, 1969. 2 v., 641 p.
- MELO FRANCO, A. A., *Um Estadista da República*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1955. 3 v., 1704 p.
- MONTARROYOS, E., *Le Brésil et la crise de la SDN en 1926*, Genebra, Ed. Kundig, 1926. 50 p.
- NASSER, D., *Falta alguém em Nuremberg: torturas da Polícia de Filinto Müller*, 2. ed., Rio de Janeiro, Ed. do Povo, s/d. 260 p.
- NEVES DA FONTOURA, J., *Memórias*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1969. 2 v. 901 p.
- PRESTES, L. C., "Prestes hoje". In: *Isto é*, São Paulo, n.º 89, 6 de setembro de 1978.
- REALE, M., *ABC do integralismo*, São Paulo, Ed. Revista Panorama, 1937. 155 p.
- , *O capitalismo internacional*, Rio de Janeiro, José olympio, 1935. 185 p.
- , *O Estado Moderno (Liberalismo, Fascismo e Integralismo)*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1934. 242 p.
- SALGADO, P., *Obras completas*, São Paulo, Ed. das Américas, 1956. 20 v.
- , *O conceito cristão da democracia*, São Paulo, Ed. Guanumby, 1945. 161 p.
- , *O integralismo perante a nação*, Rio de Janeiro, Ed. Livraria Clássica Brasileira, 1950. 233 p.
- , *O integralismo na vida brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. Livraria Clássica Brasileira, 1958. 266 p.
- , *A doutrina do Sigma*, 2. ed., Rio de Janeiro, Ed. Schmidt, 1937. 200 p.
- , *O que é o integralismo*, 3. ed., Rio de Janeiro, Ed. Schmidt, 1935. 128 p.
- SOUSA COSTA, A., *Panorama financeiro e econômico da República*, Rio de Janeiro, DIP.
- TÁVORA, J., *Uma vida e muitas lutas*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1974. 3 v. 965 p.
- VARGAS DO AMARAL PEIXOTO, A., *Getúlio Vargas, meu pai*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1960. 414 p.
- , "Vargas em 54: 'Ah, não adianta mais nada'". In: *O Estado de S. Paulo*, 16 de julho de 1978.
- VELLINHO, M., *Oswaldo Aranha*, Porto Alegre, Ed. Lima, 1978. 46 p.
- VERGARA, L., *Fui secretário de Getúlio Vargas*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1960, 248 p.
- WEIZSACKER, E. VON, *Memoirs*, Chicago, Ed. Henry Regnery, 1951. 322 p.
- ZWEIG, S., *Le Brésil: terre d'avenir*, Paris, Ed. Albin Michel, 1942. 335 p.

D — Trabalhos

1 — Trabalhos publicados

1. obras específicas

- ARRUDA BOTELHO, A. R., *Le Brésil et ses Relations Extérieures*, Paris, Ed. Mazarines, 1935. 260 p.
- BAER, W., *Industrialization and economic development in Brazil*, Illinois, Yale University Press, 1965. 309 p.

- BANDEIRA, M., *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 497 p.
- BARROS, J. DE, *A política exterior do Brasil, 1930-1940*, Rio de Janeiro, DIP, 1941. 367 p.
- , *Sete anos de política exterior do Brasil, 1930-1937*, Rio de Janeiro, Ed. Imprensa Nacional, 1938. 119 p.
- BRESSER PEREIRA, L. C., *Desenvolvimento e crise no Brasil, 1930-1967*, Rio de Janeiro, Zahar, 1968. 215 p.
- CAMPELLO DE SOUZA, M. C., *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1976. 178 p.
- CARONE, E., *O Estado Novo (1937-1945)*, Rio de Janeiro, Difel, 1976. 387 p.
- , *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Ed. Buriti, 1965. 175 p.
- CASTELLO BRANCO, M. T., *O Brasil na II Grande Guerra*, Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do Exército, 1960. 630 p.
- CHASIN, J., *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*, São Paulo, Ed. Livraria de Ciências Humanas, 1978. 663 p.
- CONIL PAZ, A. e FERRARI, G., *Política exterior argentina, 1930-1962*, Buenos Aires, Huemul, 1964. 277 p.
- DE FELICE, R., *Comprendre le Fascisme*, Paris, Ed. Seghers, 1975, 299 p.
- DEHILLOTTE, P., *Gestapo*, Paris, Ed. Payot, 1940, 213 p.
- Diversos autores, *Der deutsche Faschismus in Lateinamerika, 1933-1943*, Ed. Humboldt-Universität zu Berlin, 1966, 204 p.
- DULLES, J. W. F., *Getúlio Vargas, biografia política*, 2. ed., Rio de Janeiro, Ed. Renes, 1977. 408 p.
- FAUSTO, B., *A Revolução de 1930*, 3. ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1975. 118 p.
- FERNANDEZ ARTUCIO, H., *The Nazi Underground in South America*, Nova Iorque, Ed. Farrar, 1942. 311 p.
- FLEURY, J.-G., *Getúlio Vargas, Président des Etats Unis du Brésil*, Paris, Ed. Plon, 1939. 92 p.
- FRIEDLANDER, S., *Le rôle du facteur américain dans la politique étrangère et militaire de l'Allemagne, septembre 1939 — décembre 1941*, tese nº 151, I. U. H. E. I., Genebra, Ed. Librairie Droz, 1963. 298 p.
- FRISCHAUER, P., *Getulio Vargas: un portrait sans retouches*, Rio de Janeiro, Ed. Americ, 1944. 382 p.
- FRYE, A., *Nazi Germany and the American Hemisphere: 1933-1941*, New Haven, Yale University Press, 1967, 229 p.
- GAMBINI, R., *O duplo jogo de Getúlio Vargas*, São Paulo, Ed. Símbolo, 1977, 175 p.
- GIL, F. G., *Latin American — United States Relations*, Nova Iorque, Ed. Harcourt Brace, 1971. 330 p.
- HAMBLOCH, E., *His Majesty the President of Brazil: a study of Constitutional Brazil*, Londres, Ed. Methuen, 1935. 252 p.
- HENRIQUES, A., *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*, Rio de Janeiro, Ed. Record, 1966. 3 v. 1483 p.
- HILL, L. F., *Diplomatic Relations between the United States and Brazil*, Durham, Duke University Press, 1932, 322 p.
- HILTON, S., *O Brasil e a crise internacional (1930-1945)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, 203 p.
- , *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. 355 p.
- — —, *Suástica sobre o Brasil: a história da espionagem alemã no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977. 356 p.
- IANNI, O., *Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930-1970*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971, 316 p.

- JACOBSEN, A.-A., *Nationalsozialistische Aussenpolitik, 1933-1938*, Alfred Metzner Verlag, Frankfurt am Main, 1968. 944 p.
- JOBIM, J., *O Brasil na economia mundial*, Rio de Janeiro, Ed. Centro de Estudos Econômicos, 1939. 262 p.
- KELCHNER, W. H., *Latin American Relations with the League of Nations*, Boston, Ed. World Peace Foundation Pamphlets, 1930, 207 p.
- LANDO, A. M. e BARROS, E. C., *A colonização alemã no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Ed. Movimento, 1976. 94 p.
- LEISEN, H., *L'Amérique Latine et la Société des Nations*, Genebra, Ed. Les Archives Internationales, 1934. 161 p.
- LEVINE, R. M., *The Vargas Régime: the critical years, 1934-1938*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1970. 270 p.
- LOBO, H., *O pan-americanismo e o Brasil*, São Paulo, Ed. Brasileira, 1939, 150 p.
- LOESENTEIN, K., *Brazil under Vargas*, 2. ed., Nova Iorque, Ed. MacMillan, 1942. 381 p.
- LONG, O., *Les États Unis et la Grande Bretagne devant le Troisième Reich, 1934-1939. Un aspect du conflit des politiques commerciales avant la guerre*, Genebra, tese n° 49, I. U. H. E. I., 1943. 302 p.
- MAIA, J., *Um decênio de política externa: 1930-1940*, Rio de Janeiro, DIP, 1942. 192 p.
- MARTINS, L., *Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil*, Paris, Ed. Anthropos, 1976. 472 p.
- MCCANN JR., F. D., *The Brazilian — American Alliance: 1937-1945*, Princeton, Princeton University Press, 1973, 527 p.
- MOTTA, L. P. e BARBOZA, M. J., *El nazismo en el Brazil*, Buenos Aires, Ed. Claridad, 1938, 221 p.
- MOURA, G. *Autonomia na dependência: A política externa brasileira de 1935 a 1943*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1980. 194 p.
- NOLTE, E., *Les mouvements fascistes: L'Europe de 1919 a 1945*, Ed. Calmann-Lévy, Paris, 1969, 361 p.
- O'DONNELL, F. T., *Oswaldo Aranha*, Porto Alegre, Ed. Garatuja, 1976. 265 p.
- ROCHE, J., *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1969. 2 v. 806 p.
- SALVEMINI, G., *Mussolini diplomatico*, Paris, Ed. Laterza, 1952, 536 p.
- SILVA, H., *1935: A Revolta Vermelha*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1969. 476 p.
- , *1937: Todos os golpes se parecem*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970. 619 p.
- , *1938: Terrorismo em Campo Verde*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971. 421 p.
- , *1939: Véspera de Guerra*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972. 469 p.
- , *1942: Guerra no Continente*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972, 448 p.
- , *Guerra Inevitável: 1939-1942*, São Paulo, Ed. Três, 1975. 154 p.
- SIMÕES, R. M. A., *A presença do Brasil na 2ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do Exército, 1967. 213 p.
- SKIDMORE, T., *De Getúlio a Castelo*, 4. ed., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975. 512 p.
- SOUZA MORAES, C. DE, *A ofensiva japonesa no Brasil*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1942. 314 p.
- STUART, G. H., *Latin America and the United States*, 8. ed. Nova Iorque, Ed. Appleton Century Crofts, 1955. 493 p.
- TRINDADE, H., *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*, São Paulo, Difel, 1974. 388 p.
- VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W., *Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945)*, Rio de Janeiro, Ed. IPEA, 1973, 468 p.

- WIESKEMANN, E., *L'Axe Rome-Berlin: histoire des relations entre Hitler et Mussolini (1934-1945)*, Paris, Ed. Payot, 1950. 408 p.
- WIRTH, J. D., *The Politics of Brazilian Development, 1930-1954*, Stanford, Stanford University Press, 1970. 278 p.
- WOOD, B., *The United States and Latin American Wars, 1932-1942*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1966. 519 p.

2. obras gerais

- Association Française de Science Politique, *La politique étrangère et ses fondements*, Paris, Ed. A. Clin, 1954. 402 p.
- AZEVEDO, F. DE, *A Cultura Brasileira*, 2. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1944. 529 p.
- BAUMONT, M., *La faillite de la paix: 1918-1939*, 5. ed., Paris, Ed. PUF, 2 v. 949 p.
- , *Les origines de la deuxième guerre mondiale*, Paris, Ed. Payot, 1969. 363 p.
- BELLO, J. M., *Historia da República*, 6. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1972. 356 p.
- BETTELHEIM, C., *L'économie allemande sous le nazisme*, Paris, Ed. Maspéro, 1971. 2 v. 346 p.
- BONNELL, A. T., *German Control over International Economic Relations, 1930-1940*, Urbana, University of Illinois Press, 1940. 167 p.
- BUARQUE DE HOLANDA, S., *Raízes do Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1948. 298 p.
- BULLOCK, A., *Hitler: A Study in Tyranny*, 2. ed., Nova Iorque, Harper and Row, 1962. 848 p.
- CANNABRAVA FILHO, P., *Militarismo e imperialismo en Brasil*, Buenos Aires, Ed. Tiempo Contemporaneo, 1970. 215 p.
- CARDOSO, F. H., *Politique et développement dans les sociétés dépendentes*, Paris, Ed. Anthropos, 1971. 293 p.
- CARONE, E., *A Primeira República, 1889-1930*, 3. ed., Rio de Janeiro, Difel, 1976. 399 p.
- , *O Tenentismo*, Rio de Janeiro, Difel, 1975. 518 p.
- CARVALHO, D., *História Diplomática do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1959. 409 p.
- CASSELS, A., *Mussolini's Early Diplomacy*, Princeton, Princeton University Press, 1970, 425 p.
- CHERDAME, A., *Les Plan Pangermaniste démasqué: le Redoutable Piège Berlinoise de la "Partie Nulle"*, Paris, Ed. Plon, 1916, 235 p.
- COSTA, C., *Pequena história da República*, 3. ed., Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1974. 150 p.
- CRAIG, G. e GILBERT, F., (org.) *The Diplomats, 1919-1939*, 6. ed. Nova Iorque, Ed. Atheneum, 1971. 688 p.
- DIGGINS, J. P., *L'America, Mussolini e il Fascismo*, Bari, Ed. Laterza, 1972. 690 p.
- DUGGAN, L., *The Americas: the search for hemisphere security*, Nova Iorque, Ed. Henry Holt, 1949. 242 p.
- DUMON, F., *Le Brésil: ses institutions politiques et judiciaires*, Ed. Université Libre de Bruxelles, Bruxelas, 1964. 291 p.
- EBEL, A., *Die Diplomatische Beziehungen des Dritten Reiches zu Argentinien unter besonderer Berücksichtigung des Handelspolitik (1933-1939)*, tese n.º 197, I. U. H. E. I., Genebra, 1970, 472 p.
- FAORO, R., *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 4. ed., Porto Alegre, Ed. Globo, 1977. 750 p.
- FREYMOND, J., *Le IIIème Reich et la réorganisation économique le l'Europe, 1940-1942; origines et projets*, tese n.º 246, I. U. H. E. I., Genebra, 1973, 302 p.
- GUÉRIN, D., *Fascisme et Grand Capital: Italie-Allemagne*, 2. ed., Paris, Ed. Gallimard, 1945. 328 p.
- GUICHONNET, P., *Mussolini et le Fascisme*, 5. ed., Paris, Ed. PUF, 1976. 126 p.
- HERRING, H., *Storia dell'America Latina*, Milão, Ed. Rizzoli, 1971, 1447 p.
- HILDEBRAND, K., *The foreign policy of the Third Reich*, Londres, Ed. Batsford, 1973. 209 p.

- HUGON, P., *Demografia Brasileira*, São Paulo, Ed. Atlas, 1973. 342 p.
- JOHNSON, J. J., *The Military and Society in Latin America*, Stanford, Stanford University Press, 1964. 308 p.
- KLEIN, B. H., *Germany's Economic Preparations for War*, Cambridge, Harvard University Press, 1959. 272 p.
- LAQUEUR, W. (org.), *Fascism: a Reader's Guide*, Berkeley, University of California Press, 1976. 478 p.
- LIDDELL HART, B. H., *History of the second world war*, Londres, Ed. Pan Books, 1970, 825 p.
- LIEUWEN, E., *Arms and Politics in Latin America*, Nova Iorque, Ed. F. Preeger, 1962, 335 p.
- MAGALHÃES, J. B., *A evolução militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do Exército, 1958. 408 p.
- MISSIROLI, M., *La politica estera di Mussolini*, Milão, Ed. Istituto per gli studi di politica internazionale, 1939. 191 p.
- PARIS, R., *Les origines du fascisme*, Paris, Ed. Flammarion, 1968. 140 p.
- PEPIN, E., *Le Panaméricanisme*, Paris, Ed. A. Colin, 1938. 220 p.
- PETERSON, E. N., *Hjalmar Schacht for and against Hitler*, Boston, The Christopher Publishing House, 1954. 416 p.
- POERNER, A. J., *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968. 385 p.
- PRADO, E., *A Ilusão Americana*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961.
- PRADO JÚNIOR, C., *Formação do Brasil Contemporâneo*, 9. ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1969. 390 p.
- _____, *História Econômica do Brasil*, 15. ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1972. 354 p.
- PRESEISEN, E. L., *Germany and Japan; a study in totalitarian diplomacy: 1933-1941*, Haia, Ed. Nijhoff, 1958. 368 p.
- RODRIGUES, J. H., *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. 246 p.
- _____, *Interesse nacional e política externa*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 232 p.
- _____, *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*, 3. ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1969. 493 p.
- SALVATORELLI, L., *Nazionalfascismo*, Turim, Ed. Einaudi, 1977. 124 p.
- SALVATORELLI, L. e MIRA G., *Storia d'Italia nel periodo fascista*, Verona, Ed. Einaudi e Mondadori, 1972. 2 v., 1220 p.
- SCHMITTER, P., (org.), *Military Rule in Latin America: Function, Consequences and Perspectives*, Beverley Hills, Ed. SAGE publications, 1973. 322 p.
- SHIRER, W., *Le Troisième Reich des origines à la chute*, Paris, Ed. Stock, 1977. 2 v., 1523 p.
- STEINERT, M. G., *Hitler et l'Allemagne nazie: l'Allemagne nationale-socialiste (1933-1945)*, Paris, Ed. Richelieu, 1972. 398 p.
- SWEETZ, M. Y., *The structure of the nazy economy*, Cambridge, Harvard University Press, 1941. 255 p.
- TANNENBERG, O. R., *La plus Grande Allemagne; l'Oeuvre du XXe siècle*, Lausanne, Ed. Payot, 1916. 338 p.
- TONNELAT, E., *L'Expansion allemande hors d'Europe; U.S.A., Brésil, Chantung, Afrique du Sud*, Paris, Ed. A. Colin, 1908, 277 p.
- VIANNA, H., *História diplomática do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Biblioteca do Exército, 1958. 211 p.
- WERNECK SODRÉ, N., *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970, 415 p.
- _____. *História Militar do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965. 439 p.

3. obras literárias

- AMADO, J., *Os ásperos tempos*, 25 ed., São Paulo, Ed. Martins, 1973. 295 p.
- , *Agonia da noite*, 25. ed., São Paulo, Ed. Martins, 1973. 299 p.
- , *A luz no túnel*, 25. ed., São Paulo, Ed. Martins, 1973. 354 p.
- , *O Cavaleiro da esperança: vida de Luls Carlos Prestes*, 10. ed., Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1956.
- GUIMARÃES, J., *A ferro e fogo: tempo de solidão*, 2. ed., Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1973. 237 p.
- , *Os tambores silenciosos*, 3. ed., Porto Alegre, Ed. Globo, 1977. 214 p.
- MOOG, V., *Um rio imita o Reno*, 2. ed., Porto Alegre, Ed. Globo, 1939. 269 p.

II — Trabalhos não-publicados

- BERSON, T. M., *A political biography of Dr. Oswaldo Aranha of Brazil, 1930-1937*, Dissertação para PhD, New York University, 1971. 288 p.
- DALBEY, R. O., *The German Private Schools of Southern Brazil during the Vargas years, 1930-1945: German nationalism vs. Brazilian nationalization*, PhD Dissertation, Indiana University, 1970. 290 p.
- FONTAINE, R. W., *The Foreign policy-making process in Brazil*, PhD Dissertation, John Hopkins University, 1970. 410 p.
- GERTZ, R. E., *Os teuto-brasileiros e o integralismo no Rio Grande do Sul*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1977. 205 p.
- GIFFEN, D. W., *The normal years: brazilian-american relations, 1930-1939*, PhD Dissertation, Vanderbilt University, 1972. 456 p.
- HUNT, J. B., *The entrance of Brazil into the United Nations*, PhD Dissertation, University of Utah, Salt Lake City, 1950. 201 p.
- LAUERHASS JR., L., *Getúlio Vargas and the triumph a brazilian nationalism: a study on the rise of the nationalism generations of 1930*, PhD Dissertation, University of California, 1972. 360 p.
- MOURA, G., *A missão Aranha*, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1976. 20 p.
- SANTONI, A., *Attivita dei sommergibili italiani nelle acque del Brasile e forzamento del blocco da parte di alcuri piroscafi italiani salpati da porti brasiliani*, Faculdade de Ciências Políticas, Universidade de Roma, 1978. 7 p.

III — Artigos

- ASTIZ, C. A. (org.), *Latin American International Studies*, University of Notre Dame Press, Londres, 1969. 343 p.
- BEALS, C., "Totalitarian Inroads in Latin America". In: *Foreign Affairs*, v. 17, nº 1, outubro de 1938, pp. 78-89.
- BIDWELL, P. W., "Good Neighbors in the War and after". In: *Foreign Affairs*, v. 21, nº 3, abril de 1943, pp. 524-34.
- , "Latin America, Germany and the Hull Program". In: *Foreign Affairs*, v. 17, nº 2, janeiro de 1939, pp. 374-90.
- BOWMAN, I., "The Ecuador-Peru Boudary Dispute". In: *Foreign Affairs*, v. 20, nº 4, julho de 1942, pp. 757-61.
- BURRS, E. B., "Tradition and Variation in Brazilian Foreign Policy". In: *Latin American International Studies*, pp. 175-95.
- CAMILION, O., "As relações entre o Brasil e a Argentina no mundo atual". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, nºs 45-46, março-junho de 1969, pp. 26-43.

- CAMPBELL, J. C., "Political Extremes in South America". In: *Foreign Affairs*, v. 20, n° 3, abril de 1942, pp. 517-34.
- CHEVALIER, F., "Caudillos et caciques en Amérique... étude des liens personnels". In: *Mélanges M. Bataillon*, Bordeaux, 1962, pp. 30-47.
- COHN, G., "Problemas da industrialização no século XX". In *Brasil em Perspectiva*, pp. 285-318.
- COLLART, Y., "Mentalité collective et fondements de la politique étrangère aux Antilles: le cas des territoires anglophones". In: *Relations Internationales*, n° 2, novembro de 1974, pp. 261-83.
- DAVIS, H. B., "Brazil's Political and Economic Problems". In: *Foreign Policy Reports*, março de 1935, p. 212.
- Diversos autores, *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 1969. 370 p.
- DE FELICE, R., "Alcune osservazione sulla politica estera mussoliniana". In: *L'Italia fra Tedeschi e Alleuti*, Bolonha, Ed. Mulino, 1973, pp. 57-74.
- DULLES, A. W., "Cash and Carry Neutrality". In: *Foreign Affairs*, v. 18, n° 2, janeiro de 1940, pp. 179-95.
- DUROSELLE, J. B., "La décision de politique étrangère: esquisse d'un modèle-type". In: *Relations Internationales*, n° 1, maio de 1974, pp. 5-26.
- , "Opinion, attitude, mentalité, mythe, idéologie: essai de clarification". In: *Relations Internationales*, n° 2, novembro de 1974, pp. 3-23.
- ELLIOT, A. R., "European Colonies in the Western Hemisphere". In: *Foreign Policy Reports*, agosto de 1940, pp. 138-48.
- , "U. S. Strategic Bases in the Atlantic". In: *Foreign Policy Reports*, janeiro de 1941, pp. 258-68.
- FAUSTO, B., "A Revolução de 1930". In: *Brasil em Perspectiva*, pp. 227-56.
- FENWICK, C. H., "The Buenos Aires Conference: 1936". In: *Foreign Policy Reports*, julho de 1937, pp. 90-9.
- Foreign Policy Reports (org.), "Export-Import Bank Loans to Latin America". In: *Foreign Policy Reports*, junho de 1941, pp. 82-92.
- FRIEDLANDER, S., "'Mentalité collective' et 'caractère national' une étude systématique est-elle possible?" In: *Relations Internationales*, n° 2, novembro de 1974, pp. 25-35.
- FURTADO, C., "Brésil: de la République oligarchique à l'État militaire". In: *Temps Modernes*, n° 257, outubro de 1967, pp. 578-601.
- GANZERT, F. W., "Brazil: Industry, Commerce and Finance". In: *Brazil*, ed. por Hill, L., University of California Press, Berkeley 1947, pp. 254-310.
- , "Brazil: Wartime Economic conditions". In: *Brazil*, pp. 312-22.
- GILBERT, F., "Ciano and his Ambassadors", in *The Diplomats, 1919-1939*, 6. ed., Nova Iorque, Ed. por Atheneum, 1971, v. II, pp. 512-36.
- GUEDES, M., "As mercadorias brasileiras no tráfico internacional". In: *Boletim do M. T. I. C.*, n° 69, maio de 1940, pp. 185-89.
- HALL, M. e PECK, W., "Wings for the Trojan Horse". In: *Foreign Affairs*, v. 19, n° 2, janeiro de 1941, pp. 347-69.
- HAMBLOCH, E., "The New Régime in Brazil". In: *Foreign Affairs*, v. 16, n° 3, abril de 1938, pp. 484-93.
- HAUSSMANN, F., "Latin American oil in war and peace". In: *Foreign Affairs*, v. 21, n° 2, janeiro de 1943, pp. 354-61.
- HELL, J., "Das 'sudbrasilianische Neudeutschland'. Der annexionistische Grundzung der wilheminsche und nazistischen Brasilienpolitik (1895 bis 1938)". In: *Der deutsche Faschismus in Lateinamerika, 1933-1943*, Ed. Humboldt-Universitat zu Berlin, 1966, pp. 123-4.
- HILL, L., "Brazil: diplomatic relations with the United States", in *Brazil*, pp. 344-66.

- HILLGRUBER, A., "La politica estera nazional-socialista fragil 1933 ed il 1941". In: *L'Italia fra Tedeschi e Alleati*, pp. 75-102.
- LACERDA, J. H., "O Brasil e o Corporativismo", in *Boletim do M. T. I. C.*, nº 45, ano IV, pp. 132-43.
- LAFER, C., "Uma interpretação do sistema das Relações Internacionais do Brasil". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº 39-40, setembro-dezembro de 1967, pp. 81-100.
- LANSDALE, N., "Building a world crossroads". In: *The Inter-American*, v. IV, nº 10, outubro de 1945, pp. 14-6 e 46-7.
- LYRA, H., "Europe and the South American Neighbors". In: *Brazil*, pp. 325-43.
- MAIA, J., "O Brasil e o início da política de boa vizinhança". In: *Pensamento Político de Presidente Vargas*, Rio de Janeiro, Ed. Cultura Política, 1943, pp. 152-7.
- MCCANN, F. D., "La lucha por el comercio brasileño: 1935-1939". In: *Foro Internacional*, IX, nº 2, outubro-dezembro de 1968, pp. 182-93.
- MCCULLOCH, J. I. B., "Elimination of Axis Airlines in the Americas". In: *Foreign Policy Reports*, fevereiro de 1942, p. 296.
- MINNITI, F., "Aspetti della politica fascista degli armamenti dal 1935 al 1943". In: *L'Italia fra Tedeschi e Alleati*, pp. 127-36.
- NAFT, S., "Fascism and Communism in South America". In: *Foreign Policy Reports*, dezembro de 1937, pp. 226-36.
- NASHT, J., "The Prestes Saga". In: *The Inter-American*, v. IV, nº 12, dezembro de 1945, pp. 14-5 e 43-5.
- PASTORELLI, P., "La politica estera fascista dalla fine del conflitto etiopico alla seconda guerra mondiale", in *L'Italia fra Tedeschi e Alleati*, pp. 103-114.
- PETERSEN, J., "La politica estera del fascismo come problema storiografico", in *L'Italia fra Tedeschi e Alleati*, pp. 11-56.
- PINSKY, J., "O Brasil nas Relações Internacionais, 1930-1945". In: *Brasil em Perspectiva*, pp. 339-52.
- PINTO, L. B., "Brazil's Foreign Policy toward Latin America". In: *Latin American International Studies*, pp. 234-47.
- POOLE, W. C., "Light on Nazi Foreign Policy". In: *Foreign Affairs*, vol. 25, nº 1, outubro de 1946, pp. 130-54.
- POPPE, P., "As fontes di Direito Corporativo". In: *Boletim do M. T. I. C.*, ano IV, nº 44, pp. 136-63.
- POPPER, D. H., "Hemisphere Solidarity in the War Crisis", in *Foreign Policy Reports*, maio de 1942, pp. 50-63.
- , "Progress on American Tariff Bargaining". In: *Foreign Policy Reports*, maio de 1935, pp. 58-68.
- , "The Rio de Janeiro Conference of 1942". In: *Foreign Policy Reports*, abril de 1942, pp. 26-35.
- , "U. S. — Brazilian Economic Accords of March 3, 1942". In: *Foreign Policy Reports*, março de 1942, p. 307.
- POPPINO, R. E., "O Processo Político no Brasil: 1929-1945". In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 17, julho de 1964, pp. 83-94.
- RODRIGUES, J. H., "The Foundations of Brazil's Foreign Policy". In: *Latin American International Studies*, pp. 196-215.
- THE ROUND TABLE, "Brazil enters the War", dezembro de 1942-setembro de 1943, Londres, Ed. MacMillan, pp. 47-52.
- SAMPAIO, M. V., "O Pensamento do Chefe da Nação em face da guerra". In: *Pensamento Político do Presidente Vargas*, pp. 146-151.
- SIEGFRIED, A., "Impressões do Brasil". In: *Boletim. M. T. I. C.*, nº 41, ano IV, janeiro de 1938, pp. 321-330.

- SOLA, L., "O golpe de 37 e o Estado Novo". In: *Brasil em Perspectiva*, pp. 257-284.
- THOMSEN, C. A., "Results of the Lima Conference". In: *Foreign Policy Reports*, março de 1939, pp. 2-8.
- TRINDADE, H., "Plínio Salgado e a Revolução de Outubro de 1930: Antecedentes da A. I. B.". In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 38, janeiro de 1974, pp. 9-56.
- TRUEBLOOD, H. J., "The Havana Conference of 1940". In: *Foreign Policy Reports*, setembro de 1940, pp. 158-64.
- _____, "Progress of Pan-American Cooperation". In: *Foreign Policy Reports*, fevereiro de 1940, pp. 286-300.
- _____, "Trade Rivalries in Latin America". In: *Foreign Policy Reports*, setembro de 1937, pp. 154-64.
- _____, "War and United States — Latin American Trade". In: *Foreign Policy Reports*, dezembro de 1939, pp. 218-28.
- VILLASEÑOR, E., "The Inter-American Bank: Prospects and Dangers". In: *Foreign Affairs*, v. 20, n.º 1, outubro de 1941, pp. 165-74.
- WEFFORT, F. C., "Le populisme dans la politique brésilienne". In: *Temps Modernes*, n.º 257, outubro 1967, pp. 624-49.
- WHITAKER, A. P., "The inter-american system". In: *Inter-American Affairs*, 942, pp. 10-40.
- _____, "Politics and Diplomacy in 1941". In: *Inter-American Affairs*, 1941, pp. 41-75.
- WILDE, J. C., "Economic Projects for Hemisphere Development". In: *Foreign Policy Reports*, março de 1942, pp. 298-306.
- _____, "Wartime Economic Cooperation in the Americas". In: *Foreign Policy Reports*, fevereiro de 1942, pp. 286-295.
- WIRTH, J. D., "A German View of Brazilian Trade and Development, 1935". In: *Hispanic American Historical Review*, maio de 1967, pp. 225-35.
- WYTHE, G. "Economics and Finance in 1941". In: *Inter-American Affairs*, 1941, pp. 76-114.
- _____, "Industry, Commerce and Finance: the United States and Latin American". In: *Inter-American Affairs* 1942, pp. 53-87.

E — Jornais e periódicos

- A Manhã* — diário, Rio de Janeiro.
- A Pátria* — diário, Rio de Janeiro.
- Berliner Borsen-Zeitung* — diário, Berlim.
- Berliner Lokal-Anzeiger* — diário, Berlim.
- Correio da Manhã* — diário, Rio de Janeiro.
- Correio do Povo* — diário, Porto Alegre.
- Corriere della Sera* — diário, Milão.
- Deutsche Zeitung* — diário, Porto Alegre.
- Deutsche Volksblatt* — tri-hebdomadário, Porto Alegre.
- Diário Carioca* — diário, Rio de Janeiro.
- Diário de Notícias* — diário, Rio de Janeiro.
- Diário Oficial* — diário, Rio de Janeiro.
- Duisburger General-Anzeiger* — diário, Duisburg.
- Folha da Tarde* — diário, Porto Alegre.
- Foreign Affairs* — periódico, Nova Iorque.
- Foreign Policy Reports* — periódico, Washington.
- Hispanic American Historical Review* — periódico, Nova Iorque.

Il Giornale d'Italia — diário, Roma.
Inter-American Affairs — anual, Nova Iorque.
Isto É — semanário, São Paulo.
Jornal do Brasil — diário, Rio de Janeiro.
La Nación — diário, Buenos Aires.
La Prensa — diário, Buenos Aires.
Leipziger Tages Zeitung — diário, Leipzig.
Le Temps — diário, Paris.
Neue Deutsche Zeitung — diário, Porto Alegre.
O Globo — diário, Rio de Janeiro.
O Radical — diário, Rio de Janeiro.
O Estado de S. Paulo — diário, São Paulo.
The Inter-American — periódico, Washington.
The New York Herald Tribune — diário, Nova Iorque.
The New York Times — diário, Nova Iorque.
The Round Table — periódico, Londres.
The Times — diário, Londres.
The Washington Post — diário, Washington.
Wochenblatt des Frankfurter Zeitung — diário, Frankfurt.

INDICE ONOMÁSTICO

A

- ALMEIDA, *José Américo de*, 28, 39, 133, 140-2, 156
AMADO, *Jorge*, 48, 144-5
ANDRADA, *Antonio Carlos Ribeiro de*, 13-4, 16-7, 27, 44
ANFUSO, *Filippo*, 116
ARAGÃO, *Moniz de*, 85-7, 89, 90-3, 101, 168, 170, 172, 183, 190-1, 203, 206, 208, 214-6, 247
ARANHA, *Euclides*, 418
ARANHA, *Luiz*, 158
ARANHA, *Manuel*, 217-8
ARANHA, *Oswaldo Euclides de Souza*, 22-3, 26-8, 30-2, 35, 39-41, 44, 48, 59, 128-32, 141-2, 155-6, 158-61, 163-7, 172, 178, 185-6, 188-93, 202-8, 213-18, 220-1, 239-46, 249-50, 252-3, 255-6, 258, 269, 276, 280, 285-6, 290, 292-5, 305-6, 311-2, 314-5, 317-21, 326-7, 330-4, 337-40, 358, 361-2, 364-8, 370, 375-6, 384, 389-92, 397-8, 414, 418, 421, 428-30, 444, 447, 457, 460
ARAÚJO LIMA, *C.*, 34
ARON, *R.*, 296
ARTUCIO, *H. Fernandez*, 94
ASCHMANN, *G.*, 195
ASSIS BRASIL, 14-5
ASSIS CHATEAUBRIAND, 358
AZEVEDO, *F.*, 109

B

- BADOGLIO, 299
BAKUNIN, *M.*, 47
BALBO, *Italo*, 379
BALDOMIR, *A.*, 358
BANDEIRA, *M.*, 214, 231
BARBOZA, *H. J.*, 93-4
BAKROS, *J.*, 65, 126, 260, 262
BARROSO, *Gustavo*, 53-4, 58, 121-2, 157, 177, 196, 210, 406, 451, 466

- BASTOS, *H.*, 340
BAUDOT, *M.*, 295
BEALS, *C.*, 98, 168
BELLO, *J.*, 10, 21-4, 40, 43, 142, 144
BERGAMINI, *Adolfo*, 28
BERGSON, *T. M.*, 30
BERTHOLET, *J.*, 296
BERNARDES, *Artur*, 27
BETTELHEIM, *C.*, 78
BEUTNER, *Wilhelm*, 85
BIDWELL, *P. W.*, 80, 393
BOHLE, 101, 205
BONELL, *A. T.*, 78
BORGES DE MEDEIROS, 14-8, 20, 22-3, 27, 31, 33, 39, 42, 44
BOWMAN, *I.*, 389
BOYD, *A.*, 264-5
BLUN, *L.*, 295
BRAGA, *Odilon*, 154
BRIGGS, *L. O.*, 345
BUESCU, *M.*, 4
BUTI, *Gino*, 195

C

- CADOGAN, *A.*, 342
CAEIRO DAMATA, 371
CAFFERY, *Jeferson*, 163-4, 241, 289-92, 306, 314, 316-7, 339, 341, 343, 345, 352-54, 356-7, 382, 398, 458-9
CALDER, *A.*, 298
CÂMARA, *Hélder*, 53
CAMPBELL, *J. C.*, 48
CAMPELLO DE SOUZA, *M. C.*, 12
CAMPOS, *Francisco*, 28, 51, 145-7, 150-1, 154, 156, 158, 164-5, 167-9, 197, 416, 418, 442
CANTALUPO, *Roberto*, 100, 103, 110-12, 114, 116, 194
CANTRIL, *H.*, 300
CAPANEMA, *Gustavo*, 44
CARDOSO, *F. H.*, 5, 10
CARDOSO, *Maurício*, 28, 375

CARONE, *Edgar*, 7, 10, 37, 49, 142, 150, 197, 418
CARVALHO, *D.*, 407
CARVALHO, *M. C.*, 150
CASSELS, *A.*, 115
CASTELLO BRANCO, *Clark*, 314
CASTILLO, *Rammón*, 385
CASTRO, *Leite de*, 40
CHAMBERLAIN, 297
CHASIN, *J.*, 52
CHERDAME, *A.*, 71
CHURCHILL, *W.*, 263-5, 269, 297-9
CIANO, *Constanzo*, 115
CIANO, *Galeazzo*, 101, 115-8, 120-3, 170-2, 176-7, 193-4, 217-8, 220-1, 246-9, 257, 259, 347, 376, 380, 392, 403, 419, 436-7, 440
COCHRANE, 122, 399
COELHO DE SOUZA, *J. P.*, 95, 98, 178, 180-2, 186
COLLOR, *Lindolfo*, 28
COLPI, 276, 401-4, 419, 461, 465
COMTE, *Augusto*, 35
CONIL PAZ, *A.*, 126, 381
COOKE, *Morris L.*, 396-7
CORDEIRO DE FARIAS, *Oswaldo*, 180, 182-4, 196
COSTA, *C.*, 7, 22, 25, 144
COSTA, *Fernando*, 154
COSTA, *Gomes da*, 152
COUTINHO, *L.*, 160, 307, 314
CUNHA, *Euclides da*, 7
CUNHA, *Flores da*, 143
CUNHA, *Vasco Leitão da*, 390, 407, 414, 416-8

D

DALBEY, *R.*, 70, 72, 100, 102
DALTRO F^o, *Manuel de Cerqueira*, 100, 143, 178, 182, 183
DAWSON, 382
DE FELICE, *R.*, 55, 115
DE GAULLE, *C.*, 296, 301
DEHILOTT, *P.*, 94
DIAS, *E.*, 6, 46
DI GIACOMO, *Amadore*, 120-1
DIGGINS, *J. P.*, 115
DONOSTI, *M.*, 115
DORSCH, *Ernst*, 97, 189, 191
DUGGAN, *L.*, 262, 332, 381, 388
DULLES, *J. W. F.*, 6, 34, 39, 44, 46-7, 49, 243, 308, 340, 381, 393

DUROCELLI, *J. B.*, 296, 300
DUTRA, *Eurico Gaspar*, 19, 27-30, 33, 42, 100, 142, 154-5, 178, 196, 218, 306, 314, 330, 354, 356, 364, 370, 375, 379, 389-90, 406, 414, 418, 422

E

EBEL, *A.*, 381
ECHAGUE, *Fernando Ortiz*, 358
ELIOT, *R.*, 332
EPITÁCIO PESSOA, 27
EWERT, *Arthur*, 87-8

F

FALCÃO, *Waldemar*, 154
FAORO, *R.*, 11-2
FAUSTO, *B.*, 5, 7, 10
FENWICK, *C. G.*, 126
FERNES, *H. S.*, 381
FERRARI, *G.*, 126, 381
FLEURY, *Antoine*, 85
FLEURY, *J. G.*, 34
FOCM, 297
FONTOURA, *João Neves da*, 15, 18-23, 28, 31-2, 34, 39, 42, 48, 116, 289
FORTUNATO, *G.*, 34
FOURNIER, *Severo*, 196, 201, 202, 204, 217-9, 220-1, 399
FRANCO, *Francisco*, 371
FREITAS VALLE, *Cyro de*, 249-51, 273, 313, 334-5, 364, 407
FREYMOND, *Jean*, 76-7, 85
FREYRE, *Gilberto*, 4
FREYTAG, *H. W.*, 209, 247-8, 257, 260, 263, 363, 404, 449, 466
FRIEDLANDER, *S.*, 126, 184, 251, 265, 333, 346, 354
FRISCHAUER, *P.*, 34-5

G

GAMBINI, *R.*, 308
GARBACCIO, 259
GERTZ, *R.*, 52
GIBSON, *Hugh*, 129, 130, 163
GIFFIN, *D.*, 126
GILBERT, *F.*, 115, 116, 347
GOERING, 217

GÓIS MONTEIRO, *Pedro Aurélio de*, 19,
25, 28-9, 33, 39, 42, 44, 144, 154-5,
160, 196, 218, 244, 247-8, 274-5,
279-80, 282-4, 291, 293, 306-8, 314,
355-7, 375, 389-90, 406, 414, 418,
458-9
GOMES, *Eduardo*, 28, 129
GOMES, *Pier Filippo*, 118, 120, 439
GRAÇA ARANHA, *Temistocles*, 247
GRANDI, *Dino*, 115
GRAZZI, *Emanuele*, 118, 121
GRAZZI, *H.*, 150, 276, 305
GUARIGLIA, *R.*, 115, 120
GUÉRIN, *D.*, 55, 78
GUERRA DUVAL, 170, 172, 193, 218
GUILHEM, 307, 414
GUINLE, *G.*, 338-9
GUTIERREZ, *J. Ramon*, 205

H

HALL, *M.*, 98
HAMBLOCH, *E.*, 44
HARMS-BALTZER, *K.*, 85
HEATH, *D.*, 330
HELL, *H.*, 94
HENRIQUES, *H.*, 34
HERRING, *H.*, 340, 343
HESS, *Rudolf*, 94
HIERMIT, 363, 404-6, 466
HILTON, *S.*, 94, 130, 201, 340, 395,
400, 404-5,
HITLER, *Adolf*, 68, 81, 85, 91, 93-4,
99, 114, 183, 185, 194, 217, 264, 266,
274, 296-9, 359, 442
HUGON, *P.*, 5
HULL, *Cordell*, 46, 80, 163, 239, 241,
244-5, 286, 306, 316, 330, 333, 339,
341, 345-6, 353, 356, 367, 386, 398
HUNSCHKE, *K. H.*, 52, 56, 181-2

I

IANNI, *O.*, 47
ISHII, 362, 365, 376-7

J

JACOBSEN, *A. A.*, 87, 93, 172, 201,
209-10
JOÃO ALBERTO, 28, 39, 40, 42, 90
JOÃO PESSOA, 17, 24
JONES, *J.*, 339

K

KANT, *E.*, 53
KELCHNER, *W. H.*, 65
KEMPTER, *Friedrich*, 201
KLEIN, *B. H.*, 78
KOENIG, *W.*, 201
KOPP, *Colin*, 209-13, 449-41
KRUGER, *Erma (Olga Benário)*, 87-8
KUEHNE, *J.*, 97, 101, 178
KUNDT, 449

L

LACERDA, *Carlos*, 48-9
LAMAS, *Saavedra*, 66-7, 128
LAMBERT, *Jacques*, 70, 103
LAMBRECHT, *Ana Gertrude*, 87
LANGSDORFF, 264
LAQUEUR, *W.*, 54
LARA RIBAS, *A.*, 93, 96-8, 178
LATOURE, 121, 437, 461
LAVAL, 114
LAVENÈRE-WANDERLEY, *N. F.*, 411
LEAHY, *W. D.*, 301
LE BLUN, 295
LEHR, *R.*, 86
LEISEN, *H.*, 65
LEITÃO DE CARVALHO, *E.*, 282, 368-9,
407
LEITNER, *Rudolf*, 419
LEVINE, *R. M.*, 50
LIMA E SILVA, *José Joaquim de*, 86
LIMA E SILVA, *Sérgio*, 243
LIMA SOBRINHO, *B.*, 8, 21
LINS DE ALBUQUERQUE, *Hermes*, 401
403, 464-5
LIPSKI, *J.*, 171-2
LOBO, *H.*, 239
LOEWENSTEIN, *K.*, 148
LOJACONO, *Vincenzo*, 120-3, 170-1,
175-7, 198-9, 217-21, 246-7, 436-7,
440-1
LONG, *O.*, 78, 83, 243
LOPEZ, *Luiz*, 242
LUCÁCKES, *G.*, 144
LUDWIG, *E.*, 35
LUZARDO, *Batista*, 28

M

MACAULAY, *N.*, 7
MACEDO SOARES, *José Carlos de*, 91,
129, 145, 154, 167
MACHADO, *Cristiano*, 28
MACIEL, *Olegário*, 44

MAGALHÃES, J. B., 28, 38, 279
MAGNUS, A. W., 98, 134
MANGABEIRA, Otávio, 145
MARSHALL, George, 244, 282-3, 292-3,
369
MARTINS, Carlos, 203, 300, 315-6, 332,
337, 386
MARTINS, Luciano, 161
MARTINS, Luís, 340
MARX, Karl, 47, 53
McCANN Jr., F. D., 126, 159, 161, 164,
381, 393
McCULLOCH, J. I. B., 98
MEDINA, J., 153
MEGERLE, K., 313
MELO FRANCO, Afrânio de, 260
MELO FRANCO, Virgílio de, 28, 44
MENA BARRETO, 25
MENDONÇA LIMA, 345
MEYER, J., 48, 53
MEZINGER, 100, 116-8, 121
MICHEL, H., 295-6
MILLER, Lehman, 349-50, 355-7
MIRA, G., 115, 299
MIRANDA CORREIA, Affonso Henri-
que de, 87, 89
MISSIROLI, M., 115
MOLINA, Umberio, 461
MOTTA, L. P., 93-4
MOURA, G., 243, 308
MOURÃO, Gerardo Mello, 402-3, 405
MOURÃO FILHO, Olympio, 57, 143
MÜLLER, Filinto, 50-1, 86-90, 144, 154,
196, 213, 312, 370, 390, 414, 416-8
MUNIZ, João Carlos, 242
MURPHY, R., 295-6, 301
MUSSOLINI, Benito, 101, 103, 111-2,
114-5, 119-20, 122, 171, 266, 299,
315-5, 359, 378-80, 392

N

NASHT, J., 7
NASSER, D., 87
NEUBERT, Hans, 209-11, 450-1
NOLTE, E., 152
NORONHA, Isaias de, 25, 40
NUNES LEAL, V., 11-2

O

OBERACKER, K., 72
O'DONNELL, P. T., 30

OLIVEIRA, Armando Sales de, 133, 140,
156
OLIVEIRA SALAZAR, 147, 150, 152-3,
171, 371
OPPEHEIM, M. A., 302

P

PADILHA, Raimundo, 401
PAIM, Filho, 19
PAXTON, R., 296
PECK, W., 98
PEDRO ERNESTO, 28, 39
PEPIN, E., 126
PEREIRA DE SOUZA, Washington Luís,
3, 13-4, 16-7, 19, 22-3, 25, 28, 32-3
PERON, Juan Domingos, 381
PÉTAÏN, 295-6, 298-9, 301, 364
PETERSEN, J., 115
PETERSON, E. N., 77
PIERSON, Lee, 132
PIMENTEL BRANDÃO, Mário de, 87,
89-91, 101, 175, 198
PLANCARD D'ASSAC, J., 152
PLENDE, G., 381
PLUGG, F., 188
POERNER, J., 416
POPPER, D. H., 80, 381, 393
PORZELT, A., 73
PRADO JUNIOR, C., 5, 8, 10
PRETO, Francisco Rolão, 152-3
PRESTES, Júlio, 13, 16, 18, 20-2
PRESTES, Luís Carlos, 47-51, 87-8, 140,
197
PROENÇA, R., 152
PRÜFER, Curt, 249, 251, 258, 270, 273,
275, 305, 313, 323-30, 334, 339, 361-6,
368, 370-1, 374-6, 391-2, 395, 406,
457, 460

Q

QUEIROZ, Júnior, 34-5

R

REALE, Miguel, 53, 55, 121, 196, 218,
219
REGO, Costa, 35
REIS, João Marques dos, 397
REYNAUD, P., 295, 298, 301
RIBBENTROP, 247, 333, 357, 370, 407
RIOS, Juan Antonio, 382

RITTER, *Karl*, 76-7, 80, 85, 183-92, 194,
 199-216, 221-2, 227-246, 327-8, 334,
 336, 410-1, 419-20, 442-4, 449, 452,
 454
 ROCHE, *Jean*, 70, 74, 180
 RODRIGUES ALVES, *J. P.*, 303
 RODRIGUES, *J. H.*, 144
 ROHWE, *J.*, 265
 ROOSEVEL, *F. D.*, 64, 124, 240, 242,
 245, 256, 295, 300-1, 304, 308, 314,
 316-7, 353, 357-9, 366-7, 370, 382-5,
 393, 419
 ROOSEVELT, *Theodore*, 64
 ROSSETTI, *Juan Baptista*, 385
 ROSSI-LANDI, *G.*, 295
 RUGG, *D.*, 300
 RUIZ-GUINAZU, *Enrique*, 385

S

SALGADO, *Plínio*, 52-5, 57, 101, 117-9,
 121-3, 133, 140-1, 144-5, 153, 157,
 166, 169, 174-7, 195-6, 199, 310,
 399-407, 419, 437-8, 441, 461-6
 SALVATORELLI, *L.*, 115, 299
 SALVEMINI, *G.*, 115
 SAMPAIO, *N. V.*, 359, 362
 SANTA ROSA, *V.*, 7
 SANTONI, *Alberto*, 408, 411, 414-5
 SCHACHT, *Hjalmar*, 77
 SCHALLOCK, *W.*, 171
 SCHELLENBERG, *W.*, 400, 404
 SCHINKE, *Otto*, 191, 451
 SCHMIDT-ELSKOP, 80, 84-5, 87, 89,
 94, 168
 SCHMIEDEN, *W.*, 419
 SCHWANTE, *B.*, 87
 SHIRER, *W. L.*, 264
 SKIDMORE, *T.*, 144
 SILVA, *H.*, 50, 141, 196, 206, 243, 316,
 354, 389, 407, 410
 SILVA PY, *Aurélio da*, 94, 97, 178
 SMITH, *Adam*, 53
 SOARES, *Alvaro Teixeira*, 163
 SOARES E SILVA, *Edmundo Macedo*,
 338-9
 SOLA, *Ugo*, 247, 334, 361, 362, 370,
 376-8, 392
 SOUZA ARANHA, *Olavo Egydio*, 330
 SOUZA, *Carlos Martins Pereira do*, 256,
 283, 288-9
 SOUZA COSTA, *Arthur da*, 132, 154,
 395-6, 414

SOUZA DANTAS, *Luis Martins de*, 276
 SOUZA DANTAS, *M.*, 242
 SPARANO, *Luis*, 121, 142, 246
 STARK, 292
 STAVENHAGEN, *R.*, 10
 STOHRER, 275
 STUART, *G. H.*, 340
 SUZIGAN, *W.*, 5
 SWEE SY, *M. Y.*, 78

T

TANNEMBERG, *Otto*, 71-2
 TAPAJÓS, *V.*, 4
 TASSO FRAGOZO, 25
 TÁVORA, *Juarez*, 7, 19, 25, 28, 39
 TAYLOR, *E.*, 332
 THERMANN, 303, 313
 THONSEN, 304
 TONNELAT, *E.*, 71
 TRINDADE, *H.*, 52-7, 141-2
 TRIPPE, *Juan*, 345
 TRUEBLOOD, *H. J.*, 80, 83, 243

V

VALADARES, *Benedito*, 44
 VARGAS, *Alzira*, 34-5, 196-7, 286-7
 VARGAS, *Getúlio Dornelles*, XVIII, 3,
 15-6, 18-40, 42-6, 48-50, 59, 62-6, 85,
 111, 122-3, 125, 128, 130, 133-5,
 139-51, 153-6, 158-60, 162-70, 174-7,
 182, 184-9, 191, 193, 195, 197-201,
 203, 213, 217, 219, 222, 240, 244-5,
 247, 251, 253, 255-6, 267, 273-4, 278-9,
 286-9, 304-12, 314-24, 326-32, 334-7,
 339, 341, 343, 345-6, 348, 353, 355-60,
 362-4, 366-70, 380, 389-91, 393,
 399-401, 406, 409-10, 413-9, 422-30,
 457-8, 462, 466
 VARGAS, *Manuel do Nascimento*, 33
 VASCONCELOS, *G.*, 52
 VELHINHO, *M.*, 30
 VENCESLAU BRÁS, 27
 VERGARA, *Luis*, 34, 368-70
 VILLASENOR, *E.*, 262
 VILLELA, *A. V.*, 5
 VON BISMARCK, 223-4, 258, 453, 456
 VON COSSEL, *Hans*, 93, 96, 190, 309,
 432, 444
 VON LEVETZOW, 100, 168, 216, 223-4,
 248-9, 453, 456
 VON MACKENSEN, 247
 VON NEURATH, 77, 89

W

WALBEL, L., 70
WELLES, Orson, 421
WELLES, Sumner, 163, 166-7, 291-3,
295, 338, 343, 354, 382, 384-6
WERNECK SODRÉ, N., 7, 8, 10-1
WHITACKER, A. P., 381
WIEHL, 325, 329
WIESKEMANN, E., 115

WIESZACKER, 194, 203-4, 216, 304,
332, 364
WILDE, J. C., 393, 397
WILLIAMS, F., 300
WIRTH, J. D., 66, 84, 340
WOERMANN, 263, 273, 275

Z

ZOLA, *Émile*, 35

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não atingiria seus objetivos sem ajudas, sugestões e conselhos. Que todas estas pessoas e Instituições encontrem aqui o meu reconhecimento, em particular a CAPES, a Universidade Federal da Paraíba, especialmente seu reitor professor Humberto C. da Cunha Nóbrega e o diretor da Faculdade de Direito, professor Tarcísio de Miranda Burity que me receberam durante um ano. Ao Conseil National Suisse de la Recherche Scientifique agradeço o apoio recebido. Aos responsáveis pelos arquivos consultados toda a minha gratidão: à família Aranha; à Celina Vargas do Amaral Peixoto, do CPDCC; à Martha Maria Gonçalves, dos arquivos do Itamarati; à Maria Keipert dos arquivos diplomáticos da República Federal da Alemanha; a Raul Lima do Arquivo Nacional e uma homenagem póstuma ao professor Rodolfo Mosca da Comissão de Publicação dos Documentos Diplomáticos Italianos.

As entrevistas com o saudoso Moysés Velhinho, com Vasco Leitão da Cunha e com o professor Guilhermino César permitiram elucidar alguns fatos e atitudes humanas. Os professores Jean-Claude Favez, Jacques Freymond, Oliver Long e Miklos Molnar pelos seus conselhos, bem como o professor José Honório Rodrigues, junto ao qual sempre encontrei apoio e crítica construtiva. Ao professor Américo Jacobina Lacombe, diretor da coleção "Brasílica", pelas sugestões e incentivo à publicação da obra. Um agradecimento muito particular ao professor Yves Collart, orientador desta pesquisa, pelas suas preocupações metodológicas e o senso do detalhe, que em história é mais aparente do que real, pois muito é questão de perspectiva e interpretação.

O Autor

Ricardo Antônio Silva Seitenfus, autor do presente trabalho, em plena maturidade, é um grande conhecedor da história contemporânea. Natural do Estado do Rio Grande do Sul, licenciou-se em 1973 no **Institut de Hautes Études Internationales** que integra a Universidade de Genebra. Ali mesmo diplomou-se em **Economia do Desenvolvimento** no Instituto Universitário de Estudos do Desenvolvimento. Na mesma Universidade licenciou-se em **História Moderna e Contemporânea**. Ali, também no Instituto acima referido, doutorou-se em **História Moderna e Contemporânea** defendendo uma tese sobre **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930 e 1942** visando **O processo de engajamento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**.

Paralelamente iniciava a carreira do magistério na **Universidade Federal da Paraíba** e, logo após, nas **Universidades de Porto Alegre e Pelotas**, participando ao mesmo tempo de **seminários e cursos** sobre a **Teoria das Relações Internacionais**, a **Política Externa Brasileira**, a **Organização Internacional**, entre outros.

Autor de vários volumes acerca da política brasileira exterior em face do fascismo, enquadra agora neste volume **revelações** colhidas nas **chancelarias de países** que tomaram parte no conflito mundial. São documentos de alto valor para a história do período, além de trazer ao conhecimento dos estudiosos **eventos novos**.

Já ministrou **vários cursos de extensão** e tomou parte em **seminários e congressos** no Brasil e no exterior. Também **colabora em várias revistas científicas estrangeiras**.

Tem **várias obras preparadas para publicações**.

É atualmente **diretor do Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata do Rio Grande do Sul**.

A. J. L.